

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO MOVIMENTO HUMANO, CULTURA E EDUCAÇÃO**

MAURO MYSKIW

NAS CONTROVÉRSIAS DA VÁRZEA

Trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre

**Porto Alegre
2012**

MAURO MYSKIW

NAS CONTROVÉRSIAS DA VÁRZEA

Trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre

Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de doutor em Ciências do Movimento Humano.

Orientador: Dr. Marco Paulo Stigger

**Porto Alegre
2012**

CIP - Catalogação na Publicação

Myskiw, Mauro

Nas controvérsias da várzea: trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre / Mauro Myskiw. -- 2012. 415 f.

Orientador: Marco Paulo Stigger.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. Futebol. 2. Etnografia. 3. Cidade. 4. Diversidade. 5. Significados. I. Stigger, Marco Paulo, orient. II. Título.

MAURO MYSKIW

NAS CONTROVÉRSIAS DA VÁRZEA

Trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre

Conceito final:

Aprovado em _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Antonio Jorge Gonçalves Soares
PPGE/UFRJ

Dr. Arlei Sander Damo
PPGAS/UFRGS

Dr. Luiz Carlos Rigo
PPGEF/UFPeI

Dr. Vicente Molina Neto
PPGCMH/UFRGS

Dr. Marco Paulo Stigger
PPGCMH/UFRGS
Orientador

Dedico à Jociane, minha esposa e companheira de todos os momentos, onde quer que estejamos...

Dedico aos meus pais, Nestor e Leocádia, e ao meu irmão, Antonio, referências sempre importantes...

AGRADECIMENTOS

Não é nenhuma novidade a difícil tarefa de agradecer todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, colaboraram na elaboração de uma longa pesquisa e que estiveram instigando, provocando, fomentando debates que incidiram sobre as reflexões que são colocadas para fundamentar uma tese. Por isso, com algumas exceções, mesmo sabendo dos prejuízos do anonimato e da generalização, adotarei a estratégia de agradecer “em blocos”:

Agradeço aos meus colegas do Colegiado do Curso de Educação Física da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), pelo apoio neste momento de formação e pela paciência em absorver minhas atividades enquanto estive fora. Destaco a política da UNIOESTE em fomentar a formação de seus professores, possibilitando o afastamento integral, o que contribuiu substancialmente na qualidade do trabalho desenvolvido.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro concedido, ofertando condições ainda melhores para a realização da investigação.

Agradeço aos coordenadores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pela oportunidade, pelas condições objetivas de realização de estudos disciplinares e da própria pesquisa de campo. Do mesmo modo, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) dessa instituição, pelo acolhimento em igualdade de condições.

Agradeço aos professores e colegas das disciplinas pela qualidade dos debates e das reflexões em que estive inserido, cada um ajudando, de modo mais ou menos explícito, na definição de novos rumos, no fortalecimento de alguns e no descarte de outros, com implicações diretas naquilo que consta neste trabalho.

Agradeço aos editores e demais membros da editoria da Revista Movimento (ESEF/UFRGS) pela oportunidade em participar do trabalho de gestão deste importante periódico da área de Educação Física. Mais do que aprender sobre a Revista, pude assimilar muito sobre as práticas acadêmico-científicas relacionadas à área, o que, sem dúvida, impactou positivamente na elaboração da pesquisa e na produção desta tese.

Agradeço aos colegas colaboradores do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), com destaque para a Direção Nacional (gestão 2009-2013) e para o Grupo de Trabalho Temático Lazer e Sociedade, pelas oportunidades de aprendizagens nas práticas de organização de um evento como o CONBRACE, mas principalmente pelo fomento de espaços bastante favoráveis à densas reflexões acadêmicas.

Agradeço a todos os meus interlocutores, não menos do que 200 pessoas, com as quais eu tive a possibilidade e o privilégio de observar e, em algumas dinâmicas de participação, de dividir experiências *varzeanas* por algum tempo (maior ou menor). Destaco aqui a imensa colaboração dos funcionários da SME (Gerência de Futebol), dos presidentes de ligas e dos donos de times com os quais ou em relação aos quais estive circulando nestes 3 anos.

Agradeço aos professores Vicente Molina Neto (PPGCMH/UFRGS) e Arlei Sander Damo (PPGAS/UFRGS) pela leitura atenta do projeto desta tese e pelas contribuições afiançadas no momento de qualificação do trabalho. Sem dúvida, elas conferiram maior solidez nos passos seguintes da pesquisa, com resultados bastante claros e positivos naquilo que está objetivado neste relatório da investigação e das interpretações.

Agradeço aos membros do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF) pelo modo como me receberam, pela maneira como me possibilitaram participar das agendas, das leituras, das reflexões e, principalmente, pela sinceridade das conversas que travamos não apenas nos encontros formais. Cada uma delas, com cada um dos colegas, de maneira mais ou menos diferentes, foram importantes. Não tenho dúvida que o trabalho apresentado a seguir reflete significativamente aquilo que pude aprender no GESEF. O modo como o vivenciei com estes colegas representou mais do que um espaço de estudo. Ao entrar e conviver senti-me positivamente instigado, desafiado a avançar nas reflexões. Um compromisso acadêmico que pode não estar explícito, mas que é bastante objetivo. Registro, ainda, meu agradecimento à acadêmica de iniciação científica, Maitê Venuto de Freitas pela colaboração nas transcrições das entrevistas.

Agradeço de modo especial ao professor Marco Paulo Stigger, orientador deste trabalho. Durante o período de doutoramento procurei dizer o quanto a experiência foi positiva, mas cabe-me deixar isso registrado. Fico muito grato pela maneira como conduziu, com muita sutileza e sensibilidade, o processo de orientação: não me deixou desamparado nas esferas teóricas e do engajamento com PPGCMH; não me deixou ausente de desafios a enfrentar

academicamente; não me impediu de traçar meus próprios rumos; e não cansou em oportunizar-me situações nas quais se poderia constituir um profissional/acadêmico que sabe pensar uma pesquisa, mas que também precisa compreender a sua própria área de atuação.

Por fim, agradeço à Jociane de Carvalho Myskiw pelas reflexões sugeridas, sobretudo por aquelas instigadas. Várias das conversas com uma neurocientista estão também representadas aqui na forma de *insights* que não seriam possíveis sem o exercício de fazer-me entender e, é claro, de procurar escutar e compreender as experiências de outros universos acadêmicos.

RESUMO

Seguir o futebol na cidade foi a peculiaridade desta pesquisa etnográfica multi-situada num circuito de futebol de Porto Alegre, referido como *o municipal da várzea*. Isto foi realizado na esteira de estudos sobre a heterogeneidade das vivências e dos significados das práticas esportivas, com foco naquelas objetivadas e subjetivadas pelas pessoas comuns nos contextos urbanos das suas vidas cotidianas. Ao segui-las nos campos de futebol, nas salas de reuniões, em bares, residências e salões de festas, em distintas regiões e regimes urbanos, deparei-me com a necessidade de pensar e problematizar os significados do futebol não apenas em face da circunscrição de um circuito e suas lógicas, mas também em relação à circulação e à trajetória de vida das pessoas. Disso resultou o interesse em estudar a atribuição de significados imbricada (e imbricante) nas tramas urbanas, implicada (e implicante) numa construção multi-local e polifônica, tributária de distintas trajetórias de socialização e possibilidades concretas de circulação das pessoas e grupos, porém, sem que isso deixe de lado, em maior ou menor medida, a constituição do circuito como um espaço simbólico particular, institucionalizado (e institucionalizante). Como modo de pesquisa, procurei seguir as pessoas em ação (dirigentes, jogadores, torcedores, familiares, amigos, etc.), estando atento para como os significados de práticas e de artefatos se alteravam conforme transitava nos distintos espaços-tempos da cidade e do circuito de futebol. Como estratégia de análise-interpretação, recorri às principais controvérsias observadas e registradas, compreendendo que elas deixavam importantes rastros simbólicos do que estava “em disputa” na circulação-construção do futebol. Mapeei 4 controvérsias que, então, serviram como categorias de análise (“aqui é a várzea, não é o profissional”; “o clube de hoje é um jogo de camisas”; “o que incomoda é a pressão que vem de fora”; e “hoje eles foram só para jogar bola”). A partir dessas categorias, apresentei descrições (na forma de retratos) e interpretações relacionadas à atribuição dos significados, tendo como foco a problematização de categorias que são clássicas ao se pensar as configurações esportivas (a “organização”, os “times”, os “torcedores” e a “disciplina”). Estas problematizações, ao final, me possibilitaram concluir que os significados do futebol implicam e estão implicados num paradoxo: de um lado um movimento de purificação no sentido de que o circuito funcione enquanto uma arena relativamente fechada; de outro, um movimento de hibridização, de mistura, onde as tramas e as trajetórias de vida não são e nem se poderiam ser deixadas de lado. Quem “se movimenta” na cidade nos múltiplos espaços-tempos *da várzea* certamente estará diante desses dois movimentos.

Palavras-chave: Significado; circuito; futebol *de várzea*; cidade; etnografia.

ABSTRACT

Following amateur football in this city was the peculiarity of this ethnographic study, multi-situated in the football circuit of Porto Alegre, referred to as the *town of amateur football*. This was carried out in the wake of studies of the heterogeneity of experiences and meanings of the practice of sport, with a focus on those targeted and subjectified by ordinary people in the urban contexts of their everyday lives. By following them on the football fields, in meeting rooms, in bars and in their homes, in distinct urban regions and regimes, I began to feel the need to think about and discuss the meaning of football, not only with regards to the circuit division and its logic, but also in relation to the movement and trajectory of people's lives. This has resulted in the interest of studying the allocation of overlapping (and overlapped) meanings in urban schemes, implicated (and implicating) in a multi-site and polyphonic construction, tributary to distinct socializing trajectories and concrete possibilities of the circulation of people and groups, however, without setting aside, to a greater or lesser extent, the circuit constitution as a symbolic private institutionalized (and institutionalizing) space. As a research method, I followed people in action (managers, players, fans, family, friends, *etc.*), paying attention to how the meaning of the practices were altered as they moved within different time-spaces of the city and in the football circuit. As an analysis-interpretation strategy, I have used the principal controversies observed and registered, understanding that they have left important symbolic traces of what was "in dispute" in the circulation-construction of the football. I have mapped four controversies which have served as categories for analysis ("here it's amateur, not professional"; "nowadays the club is a game of shirts"; "what bothers me is the pressure comes from outside"; and "today they came only to play ball"). From these categories, I presented descriptions (in the form of portraits) and interpretations related to the attribution of meaning, having in focus the problem of classifications which are traditional when considering sporting configurations (the "organization", the "teams", the "fans" and the "discipline"). Discussing these problems finally led me to conclude that the meanings of football imply, and are implied in, a paradox: on the one hand, a purification movement in the sense that the circuit works as a relatively closed arena; on the other hand, a hybridization movement, of mixture, where the schemes and trajectories of urban life are not life and cannot be left out. Whoever circulates in the city in the multiple space-time of amateur football, certainly faces these two movements.

Key words: meaning; circuit; amateur football; city; ethnography

RESUMEN

Seguir al fútbol en la ciudad fue la peculiaridad de esta investigación etnográfica multisituada en un circuito de fútbol de Porto Alegre: el *potrero (la canchita) municipal*. Esto fue realizado a partir del estudio sobre la heterogeneidad de las vivencias y de los significados de las prácticas deportivas, con énfasis en las que son objetivadas y subjetivadas por las personas comunes en los contextos urbanos de sus vidas cotidianas. Al seguir estas prácticas en los campos de fútbol, en las salas de reuniones, en los bares, en las residencias, en los salones de fiestas y en distintos espacios urbanos y regionales, me deparé con la necesidad de pensar y problematizar los significados del fútbol no solo en la circunscripción de un circuito y sus lógicas, sino también en relación a la circulación y a la trayectoria de vida de las personas. De ello, resultó el interés en estudiar la atribución de significados imbricada (e imbricante en los tejidos urbanos, implicada (e implicante) en una construcción multilocal y polifónica, tributaria de distintas trayectorias de socialización y de posibilidades concretas de circulación de las personas y grupos; no obstante, sin dejar de lado, en mayor o menor medida, la constitución del circuito como un espacio simbólico particular, institucionalizado (e institucionalizante). Como modo de investigación, busqué seguir las personas en acción (dirigentes, jugadores, hinchas, familiares, amigos, etc.), atento a como los significados de prácticas y de artefactos se alteraban conforme transitaba en los distintos espacios y tiempos de la ciudad y del circuito de fútbol. Como estrategia de análisis e interpretación, recorrí las principales controversias observadas y registradas, comprendiendo que estas dejaban importantes rastros simbólicos de lo que estaba “en disputa” en la circulación y construcción del fútbol. Registré cuatro (4) controversias que, entonces, sirvieron como categorías de análisis (“este es el *potrero*, no el profesional”; “el club de hoy es un conjunto de camisetas”; “lo que molesta es la presión externa”; y “hoy ellos fueron sólo para jugar a la pelota en la canchita”). A partir de estas categorías, presenté descripciones (en forma de retratos) e interpretaciones relacionadas a la atribución de los significados, teniendo en cuenta la problematización de clasificaciones que son tradicionales cuando se piensan las configuraciones deportivas: la “organización”, los “equipos”, los “hinchas” y la “disciplina”. Estas problematizaciones, al final, me posibilitaron concluir que los significados del fútbol implican y están implicados en una paradoja: de un lado un movimiento de purificación en el sentido de que el circuito funcione como una “arena” relativamente cerrada; de otro, un movimiento de hibridización, de mezcla, donde los tejidos y las trayectorias de vida urbana no son ni se podrían dejar de lado. Quién circula en la ciudad en los múltiples espacios y tiempos *del potrero (la canchita)* ciertamente estará frente a estos dos movimientos.

Palabras-clave: Significado; circuito; fútbol de *potrero (la canchita)*; ciudad; etnografía.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sinopse de minha inserção multi-local, seguindo interlocutores em ação e também estando em ação no circuito de futebol <i>de várzea</i>	24
Quadro 2 – Sinopse de informações sobre 6 competições observadas na liga da vila Paraná, no período de março de 2010 a dezembro de 2011.	86
Quadro 3 – Diferentes <i>situações</i> nas quais <i>trabalhei</i> , durante a parte prática do curso de arbitragem comunitária.	95
Quadro 4 - Estratégias e contingências esportivas e da vida urbana implicadas na “direção” da tabela das rodadas.	157
Quadro 5 – Relação das vilas periféricas nas quais circulei durante a pesquisa e dos times que se dizem destes lugares.	187
Quadro 6 – Grupos de jogadores considerados “do Turco” e “reforços”, que formavam o Bandeirantes	227
Quadro 7 – Donos e colaboradores das <i>diretorias</i> dos 5 times observados.	232
Quadro 8 – Mapeamento de compromissos, assuntos, negociações, desafios e indicadores que ofertavam contornos à(s) identidade(s) dos homens que se encontravam no entorno dos campos.	291
Quadro 9 – Lista de práticas observadas no trabalho dos árbitros para “se protegerem”, isto é, para <i>esquentarem as próprias costas</i> nos campos das periferias.	381

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de equipes inscritas no Campeonato Municipal, edições de 2009, 2010 e 2011.....	42
Tabela 2 – Número de jogadores que disputaram 3 campeonatos da liga Jardim dos Coqueiros, em duas categorias.....	87
Tabela 3 – Características recorrentes de 17 campos nos quais os dirigentes dos times dizem que “mandam” seus jogos.....	89
Tabela 4 – Indicadores de jogos e campos dos 5 times (e seus diferentes <i>quadros</i>) escolhidos para aprofundamento das investigações.....	91
Tabela 5 – Número de times e jogos observados nas vilas.....	188
Tabela 6 – Levantamento da frequência anotada nos diários sobre o vínculo de jogadores com diferentes times, competições e categorias.....	204

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustração de uma configuração <i>da várzea</i> a partir de quatro agências interconectadas pelo campeonato municipal de futebol.	30
Figura 2 – Localização dos 42 campos administrados pela SME, de acordo com a região do Orçamento Participativo.	39
Figura 3 – Mapa de circulação de 3 times em diferentes campos e regiões da cidade de Porto Alegre, na fase municipal do campeonato de 2009.	62
Figura 4 – Ilustração do casamento entre as chaves C do primeiro quadro e A do veterano. Abaixo dos nomes dos times está indicado, em cor cinza, o campo.	155
Figura 5 – Trajetória de circulação de três jogadores veteranos em distintos times, competições e categorias, durante 22 meses de observação.	205
Figura 6 – Ilustração da circulação de jogadores-grupos entre diferentes times que mandam seus jogos no mesmo campo (o campo da vila Ibema).	211
Figura 7 – Ilustração de diferentes de distintos espaços simbólicos implicados na montagem e manutenção dos times de futebol.	246

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1 – Roteiro que orientou as entrevistas com os Gerentes de Futebol da SME.	410
Apêndice 2 – Roteiro que orientou as entrevistas com os dirigentes de ligas da região centro cidade de Porto Alegre.	411
Apêndice 3 – Roteiros que orientaram as entrevistas com os dirigentes de ligas de bairros/vilas periféricos da cidade de Porto Alegre.	412
Apêndice 4 – Roteiro que orientou a entrevista com a esposa de um dirigente, dono de time e jogador do circuito <i>varzeano</i>	414
Apêndice 5 – Modelo de Carta de Esclarecimento e Termo de Consentimento.	415

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
SEGUINDO O FUTEBOL NA CIDADE	19
CAPÍTULO I	28
1 RETRATOS DE UM CIRCUITO E DE UMA TRAJETÓRIA	28
1.1 A VÁRZEA COMO UM CIRCUITO PARTICULAR	29
1.1.1 As ligas de futebol: os <i>donos</i> e suas competições	31
1.1.2 A SME e a Gerência de Futebol: o projeto <i>do municipal</i>	37
1.1.3 Os times <i>da várzea</i> : entre clubes e <i>ajuntamentos</i>	41
1.1.4 As equipes de arbitragem: <i>trios, paulistinha</i> ou <i>a pé</i>	45
1.2 A VÁRZEA COMO UMA TRAJETÓRIA PARTICULAR	50
1.2.1 Nas salas da Gerência de Futebol	51
1.2.2 Nos <i>regionais</i> de ligas	56
1.2.3 Nos campos <i>do municipal</i> de 2009	59
1.2.4 Numa <i>liga exemplar</i> do centro	65
1.2.5 Numa <i>liga da periferia</i> da cidade	73
1.2.6 Noutra <i>liga da periferia</i> , a maior da cidade	78
1.2.7 No curso de arbitragem comunitária	93
1.2.8 Numa liga de <i>boleiros</i> veteranos	95
1.3 SEGUINDO CATEGORIAS-CONTROVÉRSIAS	101
CAPÍTULO II	104
2 AQUI É A VÁRZEA, NÃO É O PROFISSIONAL	104
2.1 NA GERÊNCIA DE FUTEBOL	106
2.2 NOS CAMPOS DE <i>LIGAS EXEMPLARES</i>	128
2.3 NUMA LIGA <i>DE VILA</i> , CIRCULANDO COM O MIRANDA	136
2.4 AS COERÊNCIAS ENTRE FAZER CUMPRIR E SABER LEVAR	168
CAPÍTULO III	171
3 O CLUBE HOJE É UM JOGO DE CAMISAS	171
3.1 DE FORA DOS GRUPOS E DOS ALAMBRADOS	173
3.2 CONVERSANDO DENTRO DOS ALAMBRADOS	178
3.3 SEGUINDO GRUPOS DE CONHECIDOS NOS CAMPOS E NAS VILAS	187
3.3.1 Dos <i>conhecidos</i> aos grupos	188
3.3.2 A produção e a circulação nas redes de <i>conhecidos</i>	198
3.3.3 A movimentação do grupo-times para os jogos	218
3.3.4 O valor da <i>rede de conhecidos</i>	232
3.4 ENTRE CONHECIDOS, GRUPOS, REFORÇOS E TIMES	245

<u>CAPÍTULO IV</u>	249
4 O QUE INCOMODA É A <i>PRESSÃO</i> QUE VEM DE FORA	249
4.1 OS CAMPOS COMO ESPAÇOS DO FUTEBOL	251
4.2 OS CAMPOS COMO ESPAÇOS DAS COMUNIDADES	280
4.2.1 A comunidade nos campos das vilas: compromissos e trajetórias cotidianos	286
4.2.2 Os campos das vilas nas comunidades: trabalho, política e tráfico	306
4.2.3 As comunidades fora dos campos das vilas: objetivando a separação	319
4.3 DO FUTEBOL (DOS TORCEDORES) AOS CAMPOS (À COMUNIDADE)	325
<u>CAPÍTULO V</u>	328
5 HOJE ELES VIERAM SÓ PARA JOGAR BOLA	328
5.1 DOIS JOGOS DE UM JOGO: NA BOLA E/OU NO CORPO	331
5.2 DESLIZAMENTOS: A PRODUÇÃO DA <i>PRESSÃO</i> -EMOÇÃO	345
5.3 GOVERNAR-SE: RECIPROCIDADE E CIRCULAÇÃO	363
5.4 JOGO PEGADO, <i>PRESSÃO</i> E GOVERNAMENTO	388
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	391
NAS CONTROVÉRSIAS DA <i>VÁRZEA</i>	391
<u>REFERÊNCIAS</u>	401
<u>APÊNDICES</u>	409

INTRODUÇÃO

SEGUINDO O FUTEBOL NA CIDADE

SEGUIR O FUTEBOL NA CIDADE foi a tônica desta pesquisa etnográfica desenvolvida principalmente¹ na cidade de Porto Alegre, entre fevereiro de 2009 e dezembro de 2011, tendo em vista a diversidade das vivências e dos significados das práticas esportivas num grande circuito de futebol denominado de *varzeano*², interligado a partir de um campeonato municipal que envolve a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME) e diversas ligas de futebol constituídas por membros da comunidade. Isto foi realizado na esteira das críticas colocadas por Stigger (2000; 2002) sobre a forma como os esportes hegemônicos (oficiais, midiáticos, profissionais) encorparam os debates acadêmicos, em detrimento das práticas cotidianas, por pessoas comuns, e de Damo (2003), a respeito de como o futebol profissional marcou as produções sobre esta modalidade, cabendo, portanto, a realização de trabalhos para desvelar os “outros” (p. 148) do futebol, que estariam fora das narrativas hegemônicas.

Estudos sócio-antropológicos deste “outro” futebol no âmbito de Programas de Pós-Graduação Nacionais começaram nas últimas décadas do século XX, tendo como referência os trabalhos de Guedes (1982, *Subúrbio: Celeiro de Craques*), Magnani (1984, *Festa no Pedço*) e Guedes (1998, *O Brasil no Campo de Futebol*), mas, é no início do século XXI que o número de estudos do futebol por pessoas comuns, na cidade, começou a se ampliar em diferentes frentes, seja enquanto operador da identidade e representações coletivas da sociedade ou de grupos específicos, em vista das práticas, experimentações e significados diversos que se articulam à diferentes esferas, hierarquias, estruturas ou práticas sociais ou em relação a sua constituição como um importante elemento no estabelecimento de redes de sociabilidades, sobretudo masculinas, que estão, por sua vez, implicadas em (re)apropriações de espaços rurais e urbanos.

Entre os estudos, destaco os trabalhos de Mascarenhas (2001), Rigo (2001), Santos (2001), Stigger (2002), Gonçalves (2002), Bauler (2005), Hirata (2005), Tokuyochi (2006),

¹ Principalmente porque ao seguir meus interlocutores, estive noutras cidades da região metropolitana de Porto Alegre, em regiões contíguas aos bairros e vilas nos quais circulei durante a pesquisa.

² Adotarei um padrão de registro dos termos nativos, colocando-os em *itálico* no decorrer do relatório da pesquisa.

Damo (2007), Faria (2008), Figueirêdo (2008), Silveira (2008), Pimenta (2009), Fontes Silva (2009), Spaggiari (2009) e Stédile (2011). Estas pesquisas, realizadas em diferentes Programas de Pós-Graduação (Antropologia Social, Ciências Sociais, Educação, Educação Física, Geografia e Sociologia), indicam o empenho crescente em compreender este futebol enquanto espaço e prática social significativa na vida das pessoas e das cidades brasileiras. Desse movimento e das interlocuções no âmbito do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF)³, derivou meu interesse em investigar o futebol praticado nos espaços urbanos, nos períodos de lazer, organizado e praticado por pessoas comuns, que conciliam estas atividades com o trabalho, os estudos, as dinâmicas familiares, comunitárias e políticas.

Trata-se de um fenômeno da cultura urbana objetivada num conjunto de práticas (jogar, treinar, torcer, *apitar*, *bandeirar*, vender, beber, organizar, etc.) que não tem muitos centímetros nos jornais impressos⁴, tempo nos programas de rádio e TV ou *píxels*⁵ nos *websites* esportivos, mas ocupam importante lugar nos campos, parques e praças, assim como nas *copas*, bares, sedes e salões de festas, isto é, na vida da cidade de Porto Alegre, sobretudo nas regiões mais periféricas. As casas ou os bares tornam-se as *sedes* das ligas ou dos times, os campos públicos são administrados por pessoas da comunidade, conferindo um caráter cotidiano da constituição desse circuito futebolístico, no qual a dinâmica de circulação de pessoas e grupos chama muita atenção, já que possibilitam atravessar (expandir ou lidar com) fronteiras de classe social, das redes de sociabilidades mais restritas (familiares, trabalho, estudo, etc.) e até mesmo das facções do tráfico de drogas. Embora os grupos derivem de distintas regiões da cidade (e seus regimes urbanos⁶), tal como eu observei, na maioria das vezes⁷ isso não impede a circulação das pessoas.

Por isso, a respeito da cotidianidade e da urbanidade deste circuito, logo compreendi que se quisesse estudar *a várzea*, teria que pensá-lo em fazer **em circulação**, assim como o

³ O GESEF tem dedicado boa parte dos seus esforços em estudos sobre o cotidiano das práticas esportivas populares e urbanas, desenvolvendo levantamentos e análises sócio-antropológicas das pessoas comuns.

⁴ Há um jornal impresso publicado bimestralmente e um *blog* que *posta* notícias diariamente denominado “Jornal A Voz do Amador” que dedica boa parte do seus espaços a este futebol popular urbano. Atualmente, o Grupo RBS tem dedicado um espaço semanal no jornal impresso Diário Gaúcho e postado estas matérias no *blog* denominado “Várzea Futebol Clube”.

⁵ O *píxel* é uma unidade de medida utilizada para definir as dimensões de visualização das informações nas telas dos computadores. São pontos aos quais se pode atribuir cores.

⁶ Gilberto Velho (1999) é uma das minhas principais referências nesse olhar para a cidade a partir da coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo, da diversidade dos papéis a serem desempenhados pelos indivíduos, características das cidades cada vez mais diferenciadas no que se refere às redes sociais e seus sistemas de significados.

⁷ Coloco *na maioria das vezes* porque, no ano de 2009, uma equipe classificada na fase de uma liga da região centro da cidade, num bairro nobre, abriu mão da vaga para disputar a fase municipal alegando não desejar jogar em campos mais periféricos.

faziam meus interlocutores (donos-dirigentes de times e ligas, funcionários públicos, treinadores, árbitros, jogadores, comerciantes, esposas e filhos). Respeitando as diferenças entre trabalhos, se Wacquant (2002), no seu estudo sobre o boxe, afirma que aprendeu **pelo corpo** a ordem social do *gym*, posso dizer, no caso desta pesquisa, que aprendi **pela circulação** num circuito de práticas que contempla distintos espaços, tempos e arranjos de pessoas e instituições. Transitando nele, constituindo **uma trajetória**, não estive em busca de uma ordem social, de um *ethos* ou de uma cosmologia *varzeana*. O desafio a que me propus enfrentar foi o de pensar e problematizar “categorias clássicas” do esporte (organização, times, torcida e disciplina), num trabalho em que retrato minhas trajetórias e experiências – observando e, em algumas situações, participando – sobre as histórias/tramas cotidianas dentro de um circuito de futebol, tendo como foco a análise simbólica das práticas quando elas estão implicadas pela polifonia de agências e pela circulação em distintos espaços-tempos da cidade, dos grupos e do próprio circuito.

Essa reflexão em torno da noção de esporte foi desenvolvida, em grande medida, a partir da sobreposição de dois movimentos interpretativos, um baseado na necessidade de circunscrever o circuito como um espaço simbólico em particular, relativamente autônomo, e outro em vista dos arranjos ou das tramas mais ou menos duradouros tecidos pelas pessoas em seus deslocamentos, lidando com a vida cotidiana na cidade. Esses movimentos compreendem uma trajetória acadêmica que mistura (dialogicamente) caminhos de leituras disciplinares e modos de imersão no campo de pesquisa. Em outros termos, posso referir que iniciei a pesquisa bastante interessado nas formulações teóricas sobre o esporte produzidas por Norbert Elias e Eric Dunning (1992), como também pelo programa tecido por Pierre Bourdieu (1983 e 1990), considerando que ambos desenvolveram propostas que me encaminharam, cada um a sua maneira, a pensar o circuito *varzeano* como uma configuração⁸ ou um (sub)campo⁹

⁸ Meu entendimento é o de que Elias (1992) na obra assinada em conjunto com Dunning, especialmente nos capítulos “A gênese do desporto: um problema sociológico” e “ensaio sobre o desporto e a violência”, desenvolve sua argumentação sobre o surgimento do desporto na Inglaterra do século XVIII, como uma **configuração específica**, derivada da transformação (não acidental) dos passatempos. Minha leitura é de que o esporte emerge não como uma atividade, mas como uma cadeia de interdependências particular (não uma estrutura independente das pessoas) direcionada para a vivência de um tempo específico (de lazer) numa sociedade em processo de civilização (intensificação do auto-controle, parlamentarização e formação do Estado), contemplando características únicas que a distingue de outras (configurações), com práticas (esforços, treinos), regras (oponentes, limites), funções (jogadores, juizes, administradores) e objetivos específicos (excitação agradável, necessária-suficiente, equilibrada), numa busca dinâmica de um estágio de maturidade.

⁹ Na obra de Bourdieu o entendimento do esporte como um espaço social particular é bastante explícito, já que suas análises a respeito deste tema trabalham com a noção de *campo*. São dois os principais textos no qual este autor aborda este microcosmo, como diria. No primeiro (uma palestra), intitulado “como é possível ser esportivo?” (BOURDIEU, 1983), trata da constituição, do desenvolvimento e das transformações de um *campo* esportivo, com uma história relativamente autônoma, com sua oferta, demanda, capitais, agentes, interesses, filosofia, lutas, regras e *habitus* próprios. No segundo, apresenta um “programa para uma sociologia do esporte”

particular, diferente de outros (profissional, amador, praiano, etc.), com etiquetas ou *habitus* correspondentes.

Nos primeiros meses de pesquisa, enquanto estive observando espaços (salas de reuniões e campos em parques/praças) que objetivavam de maneira mais clara essa estrutura particular, tais fundamentos me pareciam suficientes para uma análise. Contudo, ao passo em que eu me inseria no cotidiano das ligas, dos times e de um pequeno grupo de pessoas, que começava a circular também em diversas vilas da periferia da cidade, seguindo meus interlocutores em jogos, bares e festas, fui levado a desafiar (não a abandonar) a noção de especificidade do circuito, olhando com mais cuidado para tramas cotidianas nas quais os grupos arregimentavam como podiam as condições das práticas, como também para o esforço das pessoas em manter a coerência diante da diversidade e dinâmica de arranjos e significados que encontravam e co-produziam na sua circulação. Mas, cabe-me reconhecer, não saí das salas de reuniões e dos campos dos parques/praças gratuitamente, assim como não direcionei desavisadamente o meu olhar para as tramas tecidas no cotidiano das pessoas.

Simultâneo a introdução da circulação com as pessoas como modo de investigação, estive a par de leituras dos trabalhos de Michel De Certeau (2002), sobre as táticas populares nas invenções cotidianas¹⁰, de Bruno Latour (1994 e 2008), sobre a produção dos híbridos e os mediadores na teoria ator-rede¹¹, e de Bernard Lahire (2002 e 2006), a respeito da pluralidade das disposições diante da multiplicidade dos contextos de socialização¹². Articuladas com a experiência etnográfica da circulação, especialmente, nas vilas periféricas, mais próximo do cotidiano das pessoas, estas leituras mostraram-se decisivas no exercício de estranhar minhas primeiras premissas que se sustentavam a partir da lógica da circunscrição do circuito como um espaço simbólico com funcionamento relativamente autônomo em relação a outras esferas, como a família, comunidade, trabalho e política. Em boa medida, a tese que tento fundamentar nos próximos momentos deste trabalho, se desenvolve na relação

(BOURDIEU, 1990), com orientações, explicações e vários exemplos sobre como valer-se dos arcabouços conceituais de sua teoria em exercícios analíticos das práticas esportivas.

¹⁰ Em Certeau (2002) foi-me cara a ideia de estudar o consumo como uma produção secundária, como “[...] uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (p. 42), olhar para fragmentos minúsculos, cotidianos, populares a fim de não reduzir (o que não significa negar) a sociedade a uma rede de vigilância, a uma estrutura estruturada-estruturante.

¹¹ Em Latour (1994) me foi importante sua reflexão sobre o paradoxo moderno que contempla, segundo o autor, dois processos, a hibridização (mistos de natureza e cultura) e purificação (separação total entre natureza e cultura). Já na sua obra de 2008, teve peso sobre minhas reflexões a noção de mediadores, os sujeitos que trabalham com a rede, transformando, traduzindo, distorcendo e modificando os elementos que transportam.

¹² Nas obras de Lahire (2002 e 2006) destaco os argumentos contundentes sobre a mobilidade social dos indivíduos, as mudanças nas hierarquias que podem se manifestar em práticas heterogêneas do ponto de vista da legitimidade. Muitos sujeitos experimentam contextos de socialização bastante diversos, incorporando um conjunto dessas experiências em disposições não menos heterogêneas e, por vezes, contraditórias, lutando por coerência.

com essa lógica, não para dizer que ela é adequada ou inadequada, mas para pensá-la ou articulá-la a partir das dinâmicas de arranjos urbanos e cotidianos que fui observando e experimentando.

Procuo deixar claro essa articulação na forma como organizei o registro das minhas análises e interpretações em cada um dos 5 capítulos subsequentes, os quais – em consonância com o que afirma Cardoso de Oliveira (2006) a respeito da escrita etnográfica – compreendo como maneiras de representar o trabalho de campo em textos. Tento, na medida do possível, pautar as descrições a partir das reflexões que fui produzindo sobre minhas premissas, estas, por sua vez, implicadas pelas discussões acadêmicas a que tive acesso, sobre a compreensão do futebol vivenciado, de uma maneira ou de outra, por pessoas comuns no âmbito da cidade. A construção textual, portanto, não tem a pretensão última de traduzir a cultura dos “outros”¹³, mas de retratar como a experiência, ou melhor, a **trajetória etnográfica num circuito de futebol de várzea** constituiu-se num espaço singular para avançar nas reflexões sobre o significado do esporte (especificamente, do futebol) objetivado nas práticas implicadas pela polifonia e pela circulação das pessoas-grupos em múltiplos locais.

A proposta de circulação em vários locais (simultaneamente ou não) não representou uma decisão *a priori*. Tratou-se de uma “descoberta” no decorrer da investigação. Não demorei muito para notar que o próprio *futebol varzeano* implicava uma construção multi-local, marcada não só pelo espaço ou temporalidade onde se realizavam as práticas, mas também pela circulação/trajetória dos grupos, das pessoas, das suas histórias, das suas tramas e conflitos. Isso, por sua vez, correspondia e se reforçava a partir da minha aproximação com as reflexões de Bruno Latour (2000), em que pese o trabalho dos cientistas e engenheiros em ação para fechar as *caixas pretas*, de Arjun Appadurai (2008), a respeito de como as coisas entram e saem do estatuto de *mercadorias* conforme transitam em diferentes regimes de valor no tempo e no espaço, e de George Marcus (2001), sobre sair das situações etnográficas convencionais e examinar a circulação de significados, objetos e identidades culturais em espaços-tempos difusos, isto é, uma *etnografia multi-local*.

Pareceu-me coerente com aquilo que eu experimentava não limitar a realização da pesquisa no mapeamento de um local, nem buscar uma totalidade do circuito (ou do sistema) *varzeano*, mas lançar foco noutra direção: a da trajetória de pessoas, artefatos e histórias que

¹³ Nesse sentido, refiro como debates que me foram importantes os fomentados por Abu-Lughod (1991) a respeito da noção de cultura e sua capacidade de produzir (com autoridade) as diferenças entre o “eu” e os “outros”, Sahlins (1997a; 1997b) que trata da discussão em torno da afirmação de que o antropólogo não somente revela a realidade cultural, ele a co-produz, e, Clifford (1998), referindo-se a performance etnográfica implicada pelo seu conteúdo (o que diz sobre as culturas) e pela sua forma (modo de textualização), portanto, pelo “eu” autoral.

conectavam múltiplos espaços e ficar atento a como isso estava implicado no significado, ou melhor, na significação das práticas. Este, aliás, é outro aspecto que busco valorizar na maneira como realizo o registro de minhas interpretações, dando destaque a dimensão de que refletem, em parte, um percurso particular do pesquisador. Fui construindo o meu itinerário dentro do circuito, experimentando, seja por observação ou pela participação, distintos locais e tempos (conforme indico no quadro 1, abaixo), compreendendo que as minhas análises e interpretações eram também tributárias do meu percurso em interação com meus interlocutores, tal como destaca Hélio Silva (2009) ao tratar do tema da *situação etnográfica*¹⁴.

Quadro 1 – Sinopse de minha inserção multi-local, seguindo interlocutores em ação e também estando em ação no circuito de futebol *de várzea*.

Locais de pesquisa	Períodos	Modo de imersão
Salas/Auditórios de Reuniões coordenadas pela Gerência de Futebol da SME	02/2009 a 06/2011	Observação e, em algumas situações, participação como representante de liga e de times
Praças e parques nos quais 04 ligas de futebol realizavam a fase regional	03/2009 a 12/2009	Observação fora dos limites dos alambrados
Praças, parques e estádios nos quais foram realizadas as partidas da fase municipal	08/2009 a 11/2009 11/2010 a 11/2010	Predominaram as observações fora dos limites dos alambrados, mas já procurando seguir alguns times
Parques da região centro da cidade, onde duas ligas de futebol realizavam seus campeonatos de verão.	01/2010 a 03/2010 01/2011 a 03/2011	Observações dentro dos limites dos alambrados, mas fora dos grupos-times
Campos, parques, praças, bares, salões de festas, associações, gabinetes públicos, residências e lojas de premiação, vinculados, de uma forma ou de outra, à realização dos campeonatos em duas ligas de vilas periféricas da cidade.	03/2010 à 12/2011	Observações e participação nas atividades de organização de competições e de festas, envolvendo a circulação pela cidade.
Campos, parques, praças, sedes e/ou viagem de excursão de 5 times de vilas da região periférica da cidade.	03/2010 à 12/2011	Observação de pessoas-grupos nos jogos e em reuniões no decorrer de várias competições em distintas categorias.
Salas da Gerência de Futebol, Parques da região centro da cidade, por ocasião do Curso de Arbitragem Comunitária de Futebol da SME	04/2010 à 12/2010	Observação-participante nas aulas teóricas e práticas do curso de arbitragem.

No decorrer da tese não vou apresentar um texto específico (de metodologia) para tratar dessas minhas *situações*. Prefiro descrevê-las em cada um dos capítulos, simultaneamente ao exercício de interpretação, entendendo que estas informações se misturam de tal forma às análises que seria difícil tratá-las separadamente. Os motivos de ser aceito ou tolerado (consentido) nos lugares, as maneiras de como foi possível situar-me ou os

¹⁴ De acordo com Silva (2009) – e eu experimentei bem isso – o pesquisador é alguém que procura *situar-se* e, por vezes, é *situado* pelos *interagentes* num espaço simbolicamente delimitado, numa interação que implica mutualidade – afetar e ser afetado.

momentos em que fui claramente situado pelos meus interlocutores, diziam bastante sobre o sentido do futebol, daí a decisão de não destacar os caminhos metodológicos de imersão num momento particular do trabalho. Por ora, apenas ressalto que meu esforço de investigação está próximo daquilo que Marcus (2001) denominou de *multi-local*, posto que envolveu um longo período de convivência em distintos espaços-tempos da cidade de Porto Alegre e algumas da região metropolitana, estes vinculados, de uma forma ou de outra, à constituição do circuito *varzeano*. Assim, pude compartilhar meus horizontes com muitos interlocutores, num exercício constante de aprendizagem sobre saber ser, situar-se, andar, olhar e ouvir¹⁵.

Tanto essas aprendizagens como as descrições daquilo que eu observava e experimentava em participações foram regularmente registradas num conjunto de 243 diários de campo elaborados em formato digital de texto, organizados em arquivos e pastas, a maioria deles produzidos a partir de anotações rápidas feitas nos períodos de convivência. Como suporte às anotações, também me preocupei em arregimentar documentos (jornais, fichas, regulamentos, atas, estatutos, leis, listas, requerimentos, ofícios, convites, tabelas e panfletos de propaganda eleitoral), registrar imagens (fotografias e filmagens) e, por último, em realizar entrevistas. Realizei apenas 7 entrevistas, sendo 2 delas com membros da Gerência de Futebol da SME, 4 com dirigentes de ligas e 1 com a esposa de um dirigente, dono de time e jogador veterano, pessoas com as quais eu já estava acostumado a circular/seguir. Frente ao volume de informações que eu já tinha conseguido arregimentar sobre elas, as questões tiveram como foco o aprofundamento de dimensões históricas do circuito e os vínculos deste com a trajetória de vida dos interlocutores (ver os roteiros nos Apêndices 1 a 4).

Inicialmente, minhas referências sobre o que descrever ou deixar de fazê-lo e sobre quais documentos arregimentar estiveram pautadas por um mapeamento do circuito de futebol (espaços, tempos, pessoas, funções, instituições, normas, valores, artefatos, etc.) e suas articulações com a vida urbana. Contudo, na medida em que passo a redirecionar o foco da investigação, destacando a dimensão da circulação e da multi-localidade – algo que eu estava experimentando objetivamente e que ressoava na formulação da questão norteadora da investigação, isto é, na problematização sobre a articulação do funcionamento de um circuito particular diante da polifonia das tramas cotidianas –, notava que, sem flagrar-me, muitos dos meus registros se prestavam a descrever **controvérsias** em torno de como algo “(não) deveria

¹⁵ Especialmente sobre os estudos no “cenário” urbano, várias orientações sobre estes aspectos da imersão etnográfica eu assimilei a partir da leitura dos trabalhos de Foote-White (1980), Winkin (1998), Silva (2009) e de Magnani (2009). Em que pese o estudo etnográfico no universo esportivo, minha referência básica parte da reflexão apresentada por Stigger (2007) a respeito de sua pesquisa com distintos grupos de prática.

ser/estar” e como as pessoas, com maior ou menor legitimidade, lidavam com elas tanto para alimentá-las como para fazê-las deixar de existir.

Assim, entendendo que essas controvérsias deixavam rastros rastreáveis da dinâmica de disputas simbólicas, passei a tratá-las como questões operacionais que orientavam tanto a produção das informações (diários, documentos, fotografias e entrevistas), como o próprio desenvolvimento das análises e interpretações. No final do capítulo 1 desta tese (circulando *na várzea*: retratos de um circuito e de uma trajetória), trato de apresentar essas questões operacionais (ou as controvérsias), contextualizando-as a partir de uma descrição anterior que mescla três funções inextricáveis: 1) a de familiarização do leitor com *a várzea* e com a cidade; 2) a de explanação metodológica das múltiplas negociações e entradas em campo; e 3) a de problematização em torno do duplo movimento entre circuito-trajetória particular. Na sequência, noutros 4 capítulos, empreendo um exercício de análise simbólica em torno de temas que, ao mesmo tempo em que ofertam limites objetivos ao circuito (organização, formação dos times, envolvimento da torcida e disciplina), conectando os múltiplos espaços (salas, bares, campos, gabinetes, salões de festas, etc.), envolvem as principais controvérsias brevemente enunciadas nos seus títulos: capítulo 2 – “aqui é *a várzea*, não é o profissional”; capítulo 3 – “o clube hoje é um jogo de camisas”; capítulo 4 – “o que incomoda é a *pressão* que vem de fora”; e capítulo 5 – “hoje eles vieram só para jogar”.

Estes enunciados plenamente significativos no circuito de futebol carregavam controvérsias a partir das quais passei a desenvolver as análises, no sentido de procurar entender o tom de reclamação com o qual aprendi a conviver e, até mesmo, reproduzir com bastante “naturalidade”. Ao fazê-lo procurei mostrar o quanto estas reclamações implicavam disputas que colocavam em pauta a tensão entre a estrutura do circuito como um espaço simbólico particular e como o resultado de arranjos possíveis no cotidiano da cidade. E, em termos de organização da escrita e da densidade etnográfica, o leitor poderá notar que, ao passo que avança no texto, estou descrevendo em dois sentidos: primeiro, que construo minha imersão de uma posição mais distante dos campos de futebol até focar, no último capítulo, para dentro dele; e segundo, que cada um dos capítulos não deixa de retratar minha trajetória dentro do circuito e da cidade.

Ainda, vale ressaltar, que, em face da necessidade de sintetizar as reflexões, no decorrer do trabalho optei pela textualização com maior destaque para as categorias analíticas do que para a descrição das pessoas-grupos constituindo/lidando com o circuito e com as tramas cotidianas. Mais de 200 pessoas, 80 times, 20 vilas, 20 campos e 15 ligas foram mencionados, o que, em vários momentos, poderá dificultar a leitura, tamanha a quantidade

de interlocutores e de aspectos “colocados no enredo”. Entretanto, tratei isso menos como uma dificuldade e mais como um “dado de campo”, sobre a dinâmica de co-produção polifônica e multi-local dos significados das práticas. A maioria dos nomes/apelidos ou das denominações (das pessoas, times, vilas, campos e ligas) foram substituídos¹⁶ a fim evitar que as informações descritas pudessem causar transtornos noutras esferas da vida cotidiana dos meus interlocutores, principalmente nas situações em que rapidamente seriam classificadas como ilícitas. Em duas situações pontuais, no caso dos Gerentes de Futebol da SME, anteendo a impossibilidade de garantir com maior segurança o anonimato, as partes do trabalho nas quais dois interlocutores eram referidas nas análises foram entregues a eles para que avaliassem a situação. Ambos demonstraram concordância com aquilo que estava registrado e não se opuseram a publicação, entendendo que o conteúdo das análises não acarretaria em “problemas” nas suas atividades cotidianas.

¹⁶ Os nomes foram substituídos por nomes, os apelidos por apelidos. As denominações, por sua vez, foram substituídas por outras relativas às cidades/localidades do Estado do Paraná.

CAPÍTULO I

RETRATOS DE UM CIRCUITO E DE UMA TRAJETÓRIA

Escolhi iniciar o percurso da pesquisa pelo Campeonato Municipal de Futebol masculino de Porto Alegre, (re)conhecido como o **municipal da várzea**. Ao circular nos locais em que eram/são realizadas as práticas desta competição esportiva, logo chamou minha atenção a referência à *várzea* como **algo** ou como um **lugar** singular, demarcado, possível de ser reconhecido pelos envolvidos. Anotei nos meus diários de campo muitas expressões que denotavam isso: “já jogou *a várzea*”; “aqui é *a várzea*”; “essa é *a várzea*”; “*a várzea* é isso aí”; “*a várzea* evoluiu”; “*a várzea* perdeu um jogador”; “*a várzea* não elege ninguém”; “nem parece *a várzea*”; “ele apita *na várzea*”; “saiu *da várzea*”; “*na várzea* é diferente”; “é respeitado *na várzea*”; “isso só acontece *na várzea*”; “*na várzea* é assim mesmo”; “tem história *na várzea*”. E, frente a este tipo de referências recorrentes nas minhas anotações, formulei as primeiras questões deste trabalho: **Ao que se referem as pessoas quando dizem *a/na várzea*? É possível definir e reconhecer *a várzea* como algo e/ou um espaço simbólico em particular?**

Para formular e, ao mesmo tempo, enfrentar estas perguntas que emergiam do campo empírico, estive a par das reflexões de Magnani (2003), que, ao estudar o lazer na periferia da cidade de São Paulo, depara-se com uma intrincada rede de relações de parentesco, vizinhança, coleguismo e de procedência, que delimitava um espaço simbólico entre a casa e a rua, o que ele denominou de *pedaço*, ilustrando, inclusive, com os arranjos do futebol *de várzea*. Noutro trabalho, desta vez investigando o universo neo-esotérico da mesma cidade, Magnani (1999, p. 68) conjectura a objetivação dessa rede de relações na forma de um *circuito*, isto é, de “[...] um conjunto de estabelecimentos caracterizados pelo exercício de determinada prática ou oferta de algum serviço, porém não contíguos na paisagem urbana, sendo reconhecidos, contudo, em sua totalidade, pelos usuários habituais”. Quer dizer, eu tinha boas referências para pensar *a várzea* como um *circuito* particular.

Esse “desenho teórico” se reforçava ainda mais quando eu o aproximava da discussão em torno da diversidade dos significados das práticas esportivas, instigando-me a destacar *a várzea* de outros circuitos futebolísticos. Dentre os estudos que, de uma maneira ou de outra, avançaram nesse sentido de circunscrever universos distintos do futebol, destaco os

seguintes: os trabalhos de Marco Paulo Stigger (1997; 2002), denotando a diversidade com que os grupos-sujeitos envolvidos significavam a prática; as reflexões de Arlei Damo (2003; 2007) numa crítica aos limites das categorias “profissional” e “amador”, concebendo uma alternativa baseada em quatro matrizes do futebol; a pesquisa de Alana Mara Alves Gonçalves (2002), procurando dizer sobre contornos de um futebol “aberto” e um “fechado”, no que se refere à organização das pessoas e das práticas; a pesquisa de Raquel da Silveira (2008), em relação aos significados atribuídos pelas jogadoras de uma equipe de futebol feminino; o estudo de Joanna Lessa Fontes Silva (2009), tratando da pluralidade do futebol num *continuum* marcado por diferenças, semelhanças e interdependências das (con)figurações sociais; e a investigação de Rosângela Duarte Pimenta (2009) sobre as diferenças entre as matrizes do futebol amador e das peladas, com destaque para o estudo da dinâmica das regras e para a comparação entre as práticas na cidade e no sertão.

Com essas referências e diante daquilo que observava e vivenciava na companhia de meus interlocutores, tanto por uma demanda teórica como empírica, fui instigado pensar o *circuito da várzea* como um espaço simbólico diverso de outros. E, nesse sentido, meu primeiro exercício de análise foi fazer um mapeamento das configurações espaço-temporais, não para dizer que *a várzea* é isto ou é aquilo, que funciona desta ou daquela maneira, mas para explicar que ela ganha unidade na mente (e nos argumentos) das pessoas a partir de uma história e de elementos mais ou menos regulares. Faço isso sobretudo a partir dos meus registros em diários de campo e dos documentos arregimentados, mas foi justamente para aprofundar um pouco mais a dimensão histórica dessa configuração que recorri a realização de entrevistas com 7 interlocutores, cujo critério de escolha foi o vínculo com a formação de um campeonato municipal e das ligas de futebol na cidade de Porto Alegre.

1.1 A VÁRZEA COMO UM CIRCUITO PARTICULAR

Na expectativa de organizar uma noção do que vinha a entender como *a/na várzea*, aos poucos, fui construindo um esquema (figura 1, na próxima página) a partir de quatro tipos de arranjos de pessoas – poderia dizer agências¹⁷ – conectados pelo envolvimento numa grande competição de futebol: 1) as ligas de futebol da cidade de Porto Alegre; 2) a Gerência de Futebol, órgão administrativo da SME de Porto Alegre; 3) os times de futebol inscritos e

¹⁷ Estas agências são entendidas como arranjos de pessoas ou grupos (e seus artefatos) que dispõem de poder - legitimidade irreconhecida como arbitrária - para dizer sobre o significado das práticas e definição dos limites do circuito de futebol *varzeano*.

classificados; 4) os árbitros individualmente considerados ou as ligas de arbitragem, intermediadoras das contratações. A primeira noção que assimilei foi de que *a várzea* compreende a realização do campeonato municipal de futebol, nas categorias livre e veterano, em tempos e espaços distintos: a etapa organizada pelas **ligas de futebol** da cidade – chamado de *regionais* –, realizada no período de março à agosto, agregando **times** da cidade de Porto Alegre e da região metropolitana, contando com **árbitros** contratados diretamente ou através de ligas de arbitragem; e a etapa organizada pela **Gerência de Futebol** – conhecida como *o municipal* –, realizada no período de setembro à dezembro, com os **times** classificados nos *regionais* ou indicados, separados em duas divisões (A e B), envolvendo **árbitros** contratados por uma liga de arbitragem licitada pela Prefeitura.

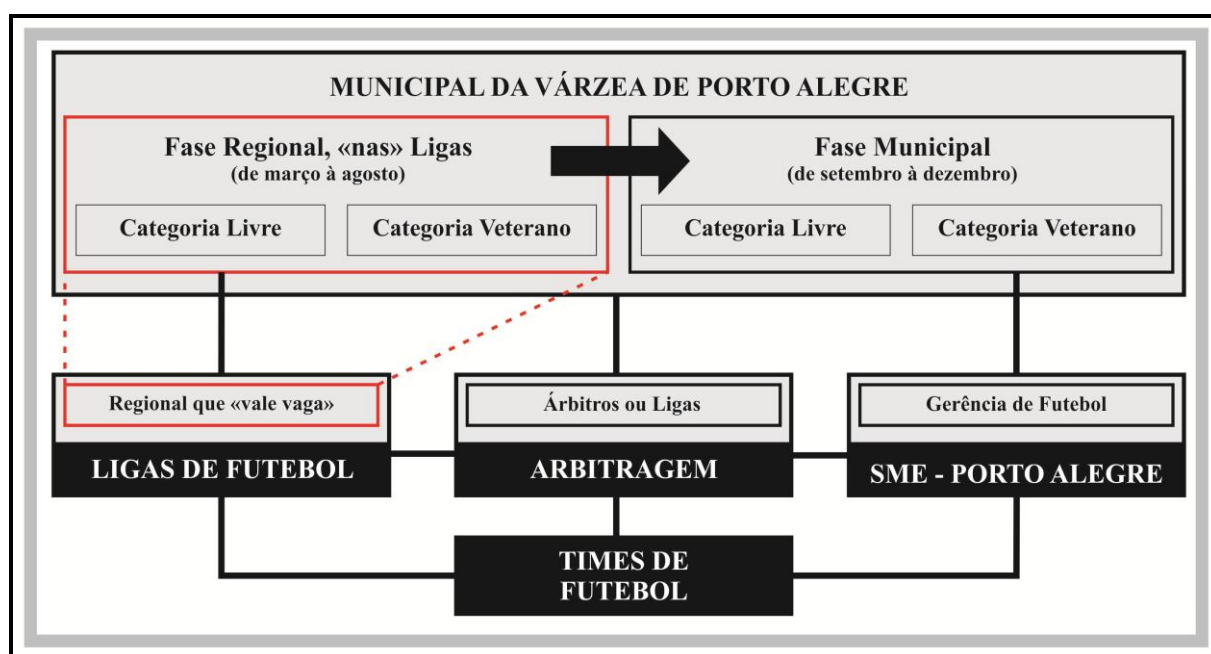


Figura 1 - Ilustração de uma configuração *da várzea* a partir de quatro agências interconectadas pelo campeonato municipal de futebol.

Muitas vezes pensei em descartar esta esquematização, por entender que ela denotava espécies de caixas pretas em funcionamento, suprimindo a polifonia da vida urbana ali implicada. Conquanto esta preocupação não tenha sido deixada de lado, logo percebi que o esquema baseado em 4 agências e a noção *da várzea* como uma grande competição com distintos espaços-tempos não era, de todo, uma invenção analítica, pois tratava-se de uma dimensão constantemente atualizada e reforçada pelas pessoas com as quais eu passei interagir. Estava diante, portanto, de uma construção “nativa”, que tinha sentido no mundo

prático do circuito de *futebol varzeano*, um sentido histórico que servia, efetivamente, para circunscrevê-lo e diferenciá-lo de outros (do profissional, do praiano, do amador, etc.).

Na esteira desse entendimento, passei a buscar alguns contornos que me possibilitavam reconhecê-lo como um campeonato municipal *da várzea* ou como *a várzea*. Nesse momento, vale ressaltar, o objetivo não é trazer uma “história oficial”, mas apresentar aspectos sobre as condições sociais e históricas dessa configuração em particular, especificamente aquelas que ajudavam meus interlocutores a dar um sentido histórico a esse circuito, no âmbito da cidade de Porto Alegre e da região metropolitana. Para tanto, tomei como base a descrição dos arranjos de pessoas (ligas, Gerência de Futebol, times e equipes/ligas de arbitragem) envolvidas na constituição do circuito de competições, com espaços e tempos próprios.

1.1.1 As ligas de futebol: os *donos* e suas competições

A formação de ligas como maneira de organização dos jogadores e das práticas futebolísticas não é uma invenção recente na história de Porto Alegre. Arlei Damo (2002b) e Gilmar Mascarenhas (2001) apontaram para este tipo de organização no início do século XX, vinculadas a noções de “raça”, de “classe social” e “desenvolvimento regional”. Em trabalho mais recente, tratando da relação do futebol com o processo de industrialização da cidade, entre as décadas de 1930 e 1950, Miguel Stédile (2011) se refere a formação de ligas específicas de bairros operários, vinculados à fábricas, como opção às ligas de “elite”, colocando em pauta a discussão sobre o “lazer e o divertimento” das classes operárias, sobre a “dominação” dos empregadores, a “popularização”, o “amadorismo” e o “profissionalismo”.

A formação e existência de ligas de futebol no âmbito da cidade, tal como estes estudos indicam, tocam em questões sociais urbanas marcantes em cada época, o que me fez buscar um entendimento das questões (históricas) vinculadas a elas, do modo como funcionam atualmente. Nesse sentido, quem olha para o futebol *de várzea* vivido nos campos da cidade de Porto Alegre, logo perceberá que se trata de um “lazer de trabalhadores” – aqueles que entre os compromissos laborais, familiares, religiosos, educacionais, encontram tempo para se divertir com o futebol. Esta, sem dúvida alguma, é uma dimensão importante na compreensão das ligas.

Porém, embora a noção de “lazer dos trabalhadores” ocupe centralidade e seja forte, não me foi possível dizer que elas são formadas e existem, fundamentalmente, para demarcar

o pertencimento a uma “classe social” ou a uma origem étnica. Passei a compreender as ligas menos como agregadoras de determinados tipos de equipes, pessoas ou grupos (desta ou daquela classe) e vê-las mais como organizadoras de competições que atraem (ou não) equipes formadas de diversos modos. Não significa que as ligas deixem de se apresentar como critério de pertencimento, mas que estes critérios estão fortemente vinculados ao tipo de competição por ela organizada. Isto é, dizer que uma liga é “de elite” não significa estritamente uma entidade que agrega pessoas de uma classe elitista, mas que se trata de uma liga capaz de coordenar uma competição com times de “alto nível” – no sentido da performance futebolística – e fazer valer um regulamento, especialmente no que se refere à organização e à disciplina¹⁸.

Não foi difícil encontrar times que circulavam em competições de várias ligas da cidade em busca das “melhores competições”. Não estou deixando de lado o fato de que algumas ligas são desprivilegiadas de condições concretas (dinheiro, computadores, impressoras, alambrados, vestiários, cal, segurança pública) para dar conta de um determinado tipo de organização e imposição da disciplina em relação a outras e que isto é, objetivamente, resultado de uma diferença de classe. Este é, sim, um aspecto importante. Mas, apesar disso, não era possível olvidar que os times circulavam pelas ligas, como também os jogadores circulavam pelos times. Os times de regiões periféricas da cidade, especialmente das *vilas* – que posso relacionar mais tranquilamente com a escassez daquelas condições concretas reconhecidas – eram facilmente vistos nas competições das “ligas de elite”, normalmente localizadas em praças e na região centro da cidade, como também os próprios times de regiões habitadas por moradores de uma classe mais privilegiada contavam com jogadores oriundos das *vilas*, sobretudo aqueles que dispõem de um alto nível de habilidade.

Onde quero chegar com isso? Apenas afirmar que a constituição e a existência das ligas estavam vinculadas à percepção da qualidade de suas competições, o que não exclui a dimensão das condições objetivas de vida dos envolvidos, mas não se limita a isso, especialmente quando se destaca a dimensão da circulação das pessoas e grupos pela cidade. Reconhecendo, por ora, que as lógicas e normas próprias do circuito, em boa medida, retraduziam as demarcações de classe, afirmo o entendimento de que as ligas eram suas competições. Os times que aderem a estas, automaticamente, tornam-se seus membros, alguns por um curto período, outros de maneira mais duradoura, numa sequência de competições. Essa noção – ligas como competições – não é recente. Souza, funcionário da SME, que

¹⁸ No capítulo seguinte aprofundo essa discussão em torno da constituição das “ligas de elite” e o peso simbólico delas no funcionamento do circuito de futebol.

participou como jogador *da várzea* no final da década de 70, em entrevista, relatou-me ter disputado campeonatos na liga do bairro Colombo, na Zona Sul da cidade. E, a forma como ele o fez corresponde exemplarmente ao que eu passei a observar em relação à existência das ligas atualmente:

Você falou que participou como jogador de uma Liga no final da década de 70 [perguntei]. Sim, da liga do campo do [bairro] Colombo. Ela usava aqueles 5 campos ali [na zona sul]. Tinha alguns, dois [moradores] se juntavam e faziam um campeonato aqui na ponta de cá, no campo 1 e no 2, juntos, faziam um campeonato. Era a liga do campo do [bairro] Colombo. [...] o nosso atacante morava no posto que era bem na esquina ali, então ele ia nas reuniões da liga e nos inscrevia no campeonato.

No encadeamento dos discursos dos meus interlocutores, seja nas conversas ou nas entrevistas, esse modo de existência das ligas na cidade tornou-se ainda mais recorrente a partir da segunda metade da década de 1980. Um primeiro fato apontado frequentemente para explicar-me esse crescimento foi o encerramento *do municipal* de futebol amador realizado pela Federação Gaúcha de Futebol (FGF), destacando, então, as ligas como oportunidade de prática do futebol, mas na mesma lógica da FGF, isto é, como promotora e organizadora de competições. Quando questionei o Borges e o Alencar – ambos presidentes de ligas que vivenciaram aquele momento ainda como jogadores – eles ressaltaram o seguinte:

Antigamente era a Federação Gaúcha de Futebol que fazia o campeonato [municipal]. Não existia liga. Aí as ligas surgiram a partir 87, 88. [...] Então, eles [a Federação Gaúcha de Futebol] faziam o campeonato. Em 87 terminou. Aí que surgiram as ligas, que surgiram as ligas. Surgiu a do [liga] parque Formosa. (BORGES, presidente da liga do parque Rondon)

Nós tivemos um retrocesso no futebol de várzea, foi um baque. Que foi o seguinte. A Federação Gaúcha era quem controlava o futebol amador. Então todo o mundo era filiado na federação. Na época em que eu era guri, os times todos. Então existia zonais, zona norte, zona leste, zona sul. (ALENCAR, presidente da liga do parque Iguaçu)

Sem *o municipal* amador da FGF, com as oportunidades das ligas crescendo, mas sem uma conjunção delas num único circuito, duas competições foram frequentemente apontadas como alternativas no final da década de 1980: o campeonato “O Povo no Governo” realizado pelo poder executivo municipal, na gestão do prefeito Alceu Colares (1986-88, PDT) e a Copa Paquetá (1989 a 2004)¹⁹, esta referida como um *campeonato independente*, isto é, uma competição organizada por pessoas físicas, com apoio/patrocínio de uma empresa

¹⁹ A Copa Paquetá, é uma das *competições independentes* mais lembradas no âmbito *da várzea*. Os seus times, jogos e campeões são constantemente lembrados. Ter jogado *a Paquetá* é, sem dúvida, uma marca para o jogador *da várzea*.

do ramo de materiais esportivos. Os esforços do poder público, as competições das ligas e estes campeonatos independentes compunham o cenário *da várzea* no final da década de 1980 e início de 1990, porém de maneira desconectada. Em 1991, no Governo Municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), através da Supervisão de Esportes e Recreação Pública (SERP), foi organizado um campeonato municipal, inicialmente com a indicação de times representantes das regiões do Orçamento Participativo (OP)²⁰.

Com a criação do Setor de Campos de Várzea da SERP em 1992, se inicia um segundo movimento que impactaria na formação das ligas na cidade de Porto Alegre. Optou-se pela realização de um campeonato municipal não com base nas regiões do OP, mas na organização já existente das ligas e dos campeonatos independentes, sob a justificativa de que esta demarcação simbólica gozava de mais sentido prático na vida das pessoas-times do que a delimitações técnicas de governança baseadas em regiões. Assim, se iniciava um esforço de mapeamento e alinhamento para que as ligas e competições independentes indicassem times classificados para uma segunda fase. Isto foi efetivado pela primeira vez em 1993, mas apenas na categoria livre e, a partir de 1994, passou a englobar os veteranos, constituindo os primeiros passos deste circuito que estou denominando de *municipal da várzea*. Em entrevista, Souza, um dos dirigentes vinculado à Prefeitura Municipal, que participou ativamente desse processo, o relatou da seguinte forma:

A gente não podia desprezar uma organização já existente. A gente sabia da existência das ligas, não sabíamos onde tinha estas ligas e como eram. Então, a partir da criação do Setor de Campos de Várzea. [...] Nós começamos a ir em todos os campos públicos de moto. Nós saíamos de tarde, íamos lá, no sábado, no domingo. Chegávamos naquele campo lá e dizíamos. Esse campo aqui é da Prefeitura. Mas quem é que cuida do campo? Como é que é? Há, aqui é uma liga, nós temos uma liga, a gente organiza um campeonato e tal. E a aí nós fomos fazendo um mapeamento dessas ligas e chegamos a conclusão que tinha em todos os campos públicos de Porto Alegre, tinha os que eram dentro das Praças Públicas e que mais ou menos gerenciados pelas pela Supervisão de Esportes na época, mas mesmo assim tinha uma liga, um líder da comunidade, uma equipe que tinham horários determinados dentro do campo, que era praticamente semi-privativo. [...] Nós fomos cadastrando todos esses campos. Pegamos um mapa da cidade de Porto Alegre, fomos botando uma bandeirinha ali, campo tal, liga tal, não tem liga, tem liga e tal. Aí aonde tinham as ligas nós começamos a ir à noite, que dia é a reunião da liga, terça-feira, então nós pegávamos a moto e íamos na reunião. [...] E onde não tinha liga nós nos propusemos a dizer não, aqui é um campo público, tem que sair um campeonato para socializar o espaço. [...] Faz o campeonato, num determinado período do ano, num campo público, a gente ajuda, ajuda a fazer o regulamento, fornece tabela, fornece súmula e tal.

Em 94 nós introduzimos esta forma de fazer campeonato. Criamos essa estrutura de respeitar os campeonatos das ligas, basear nosso campeonato numa parceria com as

²⁰ O Orçamento Participativo (OP) é um processo pelo qual a população decide, de forma direta, a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal. Foi implantado na gestão em 1989, com 16 regiões, atualmente são 17 (PORTO ALEGRE, 2011).

ligas. No primeiro semestre, numa forma de auto-gestão e auto-financiamento, as ligas organizavam seus campeonatos e nos indicavam os campeões em vista destes campeonatos. E também os jogadores que, por ventura, tivessem sido punidos por agressão, por alguma coisa, para nós acatarmos as punições. E nós fazíamos o campeonato municipal no segundo semestre, este financiado pela Prefeitura.

Se no início da conformação do circuito os membros do Setor de Campos de Várzea reconheciam em “[...] qualquer agrupamento de 3, 4 ou 5 times uma liga”, tal como afirmou Souza, chegando ao ponto de ter 43 delas – incluindo, nessa conta, os campeonatos independentes reconhecidos –, em seguida e aos poucos, passou-se a exigir a “regularização” das ligas que, para terem o “direito” de indicar os times, deveriam apresentar seus estatutos e diretoria eleita. Nestes termos, aquelas que almejavam vagas para *o municipal* foram elaborando seus estatutos, muitas deles a partir de um modelo – o da liga do parque Formosa foi várias vezes citado nesse sentido –, contanto, inclusive, com o auxílio de funcionários da Prefeitura²¹ interessados na consolidação de grupos auto-organizados e numa participação popular na gestão das práticas de futebol. Em meados dos anos 2000, esta tarefa de “oficialização” também foi assumida por outra organização chamada de UNILIGAS, criada em 2004 para “defender” os interesses comuns das ligas de futebol da cidade, em especial, na relação com a prefeitura, apontando outros objetivos quanto à formalização. Algumas vezes, em reuniões, ouvi um dos membros da UNILIGAS mencionar a forma como os estatutos foram sendo copiados/reproduzidos e ajustados a partir de um modelo padrão, destacando o objetivo de resguardar as ligas “mais organizadas”, que efetivamente realizavam seus campeonatos, diante das “ligas fantasmas”, que não executavam as competições e, mesmo assim, conseguiam as vagas para *o municipal*.

As duas ligas nas quais estive por mais tempo durante a pesquisa e participei “na organização”, a “da vila Paraná” (“do Miranda”) e “da vila Marechal” (“do Gomes”), passaram por esse processo. Elaboraram seus estatutos e suas atas de eleição, “oficializando” a organização, embora o funcionamento continuasse focado na realização de competições, gerenciada por uma pessoa com a ajuda de familiares e outros poucos colaboradores. Aliás, a ideia de que a liga era de propriedade de uma pessoa revelava-se um aspecto importante para sua compreensão, até porque elas eram “naturalmente” tratadas e reconhecidas pelos nomes ou apelidos de seus dirigentes, diretores ou presidentes²² e, poderia dizer, sem maiores

²¹ “Levamos aquele modelo de estatuto eles corrigiam a lápis, tudo, devolviam para nós; nós fazíamos, batíamos e mandávamos para eles e eles elegiam a direção da liga e nós cadastrávamos aquela Liga”, explicou-me o Souza, em entrevista.

²² O próximo capítulo desta tese tratará com maior profundidade destas pessoas que são reconhecidas como presidentes de ligas.

problemas, de seus “donos” (“liga do Miranda”, “liga do Gomes”, “liga do Dimas”, “liga do Pagé”). No caso das duas ligas que participei, os nomes constantes nos documentos (atas de posse e estatuto) são, na maioria, figurativos, para dar conta da “oficialização”, tal como confirmou o Gomes da liga da vila Marechal ao falar desse processo:

Depois a gente criou a liga porque a Secretaria agarrou e nos obrigou a ter um registro. Mas esse campeonato eu faço vai para o vigésimo ano. Em 2012 vai para o vigésimo campeonato. Esse campeonato inicia assim Mauro. Categoria de base, 16, 17 e 18 anos e 10 times. Era tudo time montado, cada um montava um time vinha. Aí eu fiz um regulamento, não é. Eu fiz, fazia um regulamento e apresentava para os treinadores, porque na época não tinha presidente, era o treinador quem mandava e desmandava, não tinha. [...] E foi indo, foi indo, foi passando e aí foi encorpando e hoje nós somos uma liga organizada, graças a SME também, porque também a gente não pode culpar a intervenção deles que passou por uma organização oficial, tem registro em cartório, tudo direitinho, quer dizer é um trabalho sério, não é um trabalho qualquer. [...].

Você fez o campeonato e depois foi transformando na Liga? É, a liga vai fazer [pensando], fez 4 anos [no papel?], vai fazer 4 anos no papel. [...]. Então, eu tava independente, não tinha nada a ver com a Prefeitura e nada. Mas daí desde que começou a fazer as reuniões das ligas com a Secretaria, eu vi que o troço era totalmente diferente e aí chegou a um ponto que muitos caras resistiram não é, chegou a um ponto que nós não tivemos muita saída [...]. Daí o que é que aconteceu, a Prefeitura bateu o martelo, tem que ser assim, se não, não disputa campeonato, não tem direito disso, não tem direito àquilo, e aí eu pensei e disse não, os caras estão certos. [...]

O que eu tenho aqui na vila só o vice-presidente que nunca atuou. Joga comigo, mas nunca atuou [na liga]. Acho que ele teve em uma ou duas reuniões nesses quase quatro anos de Liga. E o Paraíba faz parte da diretoria, o Samuel faz parte da diretoria, a mãe dele faz parte da diretoria e o resto do pessoal é [pensando], não mora aqui. A gente montou uma diretoria, como se diz, diretoria de [pensando], só para constar no papel. E que eles, nenhum me ajuda, nenhum me ajuda.

A lógica que o Gomes apontou corresponde ao que eu observei noutras ligas. Essas pessoas e “suas ligas” promovem “suas competições” numa dinâmica de negociação entre ser “uma liga independente” e ser “um *parceiro* da Prefeitura” na gestão dos espaços públicos. De uma maneira ou de outra, acabavam mediando os usos dos campos em contrapartida da possibilidade de colaborar na oferta de espaços de lazer para a comunidade local e simultaneamente de lucrar com as *copas*, com as taxas de inscrição dos times nos campeonatos ou com outros lucros simbólicos relativos à liderança comunitária.

Nos três anos em que acompanhei este circuito, o número de ligas que estiveram envolvidas foi diferente: 25 em 2009; 26 em 2010; e 22 em 2011²³. Para funcionar, uma liga

²³ Estes números, inclusive, são constantemente utilizados numa disputa (político-simbólica) sobre a qualidade da gestão pública relacionada ao futebol. De um lado, aqueles que afirmam que o número de Ligas tem diminuído em função das exigências de documentação e organização, passando de 40 no final da década de 1990 e início de 2000 para pouco mais de 20 atualmente. De outra parte, argumenta-se que este número atual

precisava ter disponível pelo menos um campo em condições de prática de futebol, não necessariamente da Prefeitura. Em que pese essa disponibilidade de campos, observei a existência de **ligas de um campo** (normalmente as chamadas *ligas das praças*) e de **ligas de times com campos** (mais comuns na periferia da cidade, as denominadas *ligas das vilas*). As primeiras referiam-se àquelas ligas que realizavam suas competições num único campo, fazendo com que os times, torcedores convergissem para ele. Já, no caso das ligas de times com campos, as competições ocupavam diversos campos, não raro, simultaneamente. A competição da liga, nesse caso, ocorria em campos nos quais os times *mandavam* suas partidas, ficando estes responsáveis pelo agendamento do horário, pela marcação e pelo recebimento dos *visitantes*. Para evitar “problemas”, no entanto, as partidas de fases mais decisivas eram realizadas em *campos neutros*.

Contando com a disponibilidade de, pelo menos, um campo ou arregimentando times com campos, cabia às ligas, “seguindo” um regulamento geral, promoverem, no primeiro semestre de cada ano, os campeonatos que valiam vagas para *o municipal* do segundo semestre. Contudo, apesar deste campeonato ser esperado pelas equipes – tinha um valor simbólico maior em vista da vaga para *o municipal* –, ele não representava a única competição organizada pelas ligas. Como empreendedoras elas tratavam de aproveitar os tempos-espacos disponíveis, realizando outros campeonatos e torneios, englobando, inclusive, categorias de jogadores distintas daquelas constantes nos regulamentos “da SME”, de 40 e 50 anos de idade, considerados, inclusive, mais lucrativos e ausentes de problemas. A liga do parque Iguaçu, por exemplo, que tinha como lema “futebol o ano inteiro”, realizava 4 campeonatos durante o ano. Outras, da mesma forma, procuram compor uma agenda anual de competições, algumas delas de caráter mais rápido, como o Torneio de Integração promovido pela liga a vila Paraná e o Torneio do Boi realizado pela liga do parque Matinhos, alguns deles chamados de *torneio caça-níquel*.

1.1.2 A SME e a Gerência de Futebol: o projeto *do municipal*

Na cidade de Porto Alegre, a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME) é a agência administrativa reconhecida como a organizadora do Campeonato Municipal de Futebol. Esta Secretaria foi criada em 1993, pela Lei Municipal 7330, sendo

representa “a realidade”, pois antes eram computados os campeonatos independentes e também havia muitas “ligas fantasmas”, utilizadas como artifícios para conseguir vagas sem competir.

apontada como primeira de suas finalidades a organização do campeonato municipal de futebol de campo:

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer tem como finalidades:

I - organizar o campeonato municipal de futebol de campo, futebol sete e futebol de salão; definir e propor políticas públicas para o esporte, recreação e lazer; [...] (PORTO ALEGRE, 1993, p. 1, negrito meu)

Se na redação da Lei que cria a SME as ações em relação ao futebol antecedem as políticas públicas para o esporte, a recreação e o lazer, refletindo, de certo modo, o valor simbólico desta prática, não é estranho notar que, na estrutura organizacional da SME, numa espécie de “quarto escalão” de gestores/funcionários, esta “modalidade esportiva” é a única que dispõem de um Gerente (juntamente com o Gerente Geral, o de Eventos, o Executivo, o Pedagógico e dois Gerentes de Ginásios). Isto ocorreu, tal como relatou Souza (2011), em vista do crescimento do “projeto *da várzea*” dentro da SME. O Setor de Campos de Várzea fora transformado em Coordenação de Futebol dentro da Gerência de Eventos e, em 2003, criou-se a Gerência de Futebol. No período da pesquisa, tal instância administrativa, teve como responsabilidade a execução e gestão de vários projetos vinculados ao futebol²⁴. E, para dar conta das tarefas, normalmente contou com o trabalho do Gerente, de 6 professores de Educação Física, de 2 estagiários e de 1 funcionário responsável pelos campos de futebol da cidade, aqueles sob a responsabilidade administrativa da SME. De acordo com uma lista que me foi fornecida, 42 campos de futebol estavam “aos cuidados” da Gerência (SME, 2011a, p. 1), localizados em 12 das 17 regiões do Orçamento Participativo (ver figura 2, na próxima página).

A administração dos campos, nos locais em que não havia funcionários da SME – a maioria deles – contava com a participação de lideranças comunitárias, normalmente pessoas vinculadas ao circuito de futebol *de várzea* (às ligas ou às próprias equipes). Era o caso, por exemplo, do Martinez, dono do time Mandaguari, que *cuidava* do campo e dos vestiários da praça Benjamin Constant, como também do Gomes, presidente de liga e dirigente do time Toledo, que *cuida* do campo e dos vestiários do campo da vila Marechal. Entretanto, mesmo naqueles locais (parques, praças ou Centros de Comunidade) onde havia funcionários da SME, é possível constatar a presença “da comunidade” na gestão, como no caso do Centro de Comunidade Primeiro de Maio (CEPRIMA), que contava com a participação da Associação

²⁴ O projeto do Campeonato Municipal *da Várzea*; O projeto Em Cada Campo uma Escolinha (ECCE), que também contempla a realização de um campeonato da gurizada, conhecido como *varzinha*; O projeto Social Futebol Clube; o Campeonato de Futebol Sete no período de Férias, dentro das atividades do Porto Verão Alegre; e o Projeto do Curso de Arbitragem Comunitária.

Comunitária local para zelar do campo nos finais de semana, período em que não havia funcionários da SME trabalhando. Noutra configuração, observei também parques da cidade que contavam com a presença de funcionários da Secretaria, mas que, apesar disso, as ligas dispõem de dias/horários relativamente fixos para realizar suas competições e também para agendar amistosos nos campos. Para utilizá-los nestes horários era necessário reportar-se (antes ou somente) aos membros da liga, como se o campo de futebol e suas estruturas (vestiários, iluminação) representassem espaços mais ou menos autônomos em relação aos outros, tal como ocorria no parque Rondon.

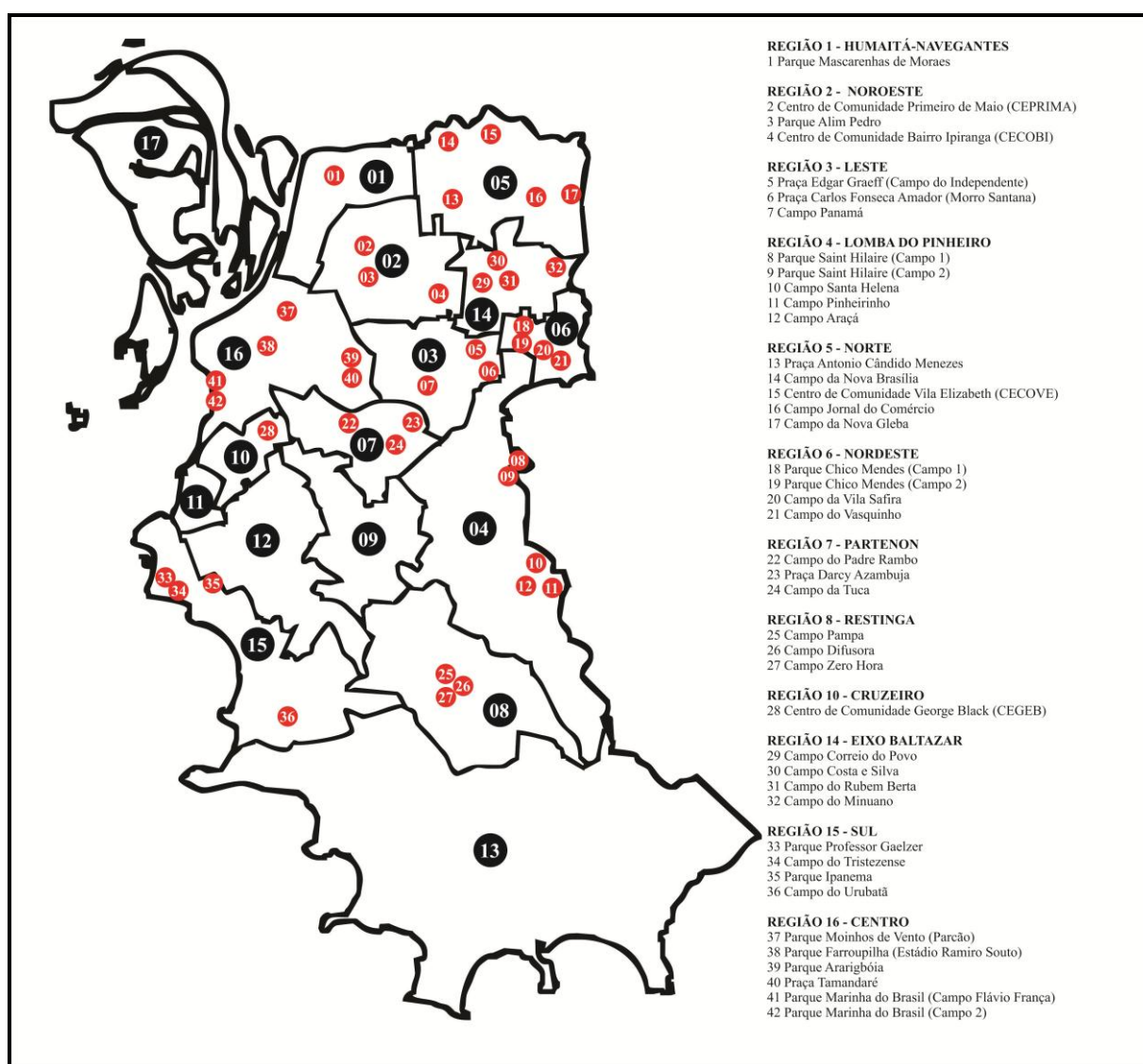


Figura 2 – Localização dos 42 campos administrados pela SME, de acordo com as regiões do Orçamento Participativo.

Como grande parte dos campos utilizados no circuito municipal de futebol era da Prefeitura, mas estava aos cuidados de membros das ligas ou dos times, não foram raras as

vezes em que presenciei reivindicações de melhorias das condições esportivas ou o que alguns denominavam de *choradeiras* por alambrados, iluminação, vestiários, *goleiras* (traves), redes e cal para marcar as linhas nos dias de jogos. Embora os recursos financeiros da SME fossem bastante limitados²⁵, como não cansavam de lembrar os funcionários da Prefeitura, eram realizadas ações capazes de atender algumas demandas e compor “melhorias” nas condições dos campos de futebol – dentro das possibilidades financeiras, políticas e burocráticas.

Conquanto a gestão pública compartilhada com membros da comunidade diga algo sobre como os campos eram interligados, não foi este aspecto que me fez notar a relação entre eles, mas sim as competições das ligas. Estive em exatamente metade dos campos indicados na figura 2 (em 9 das 12 regiões do OP), e, quando direciono meu olhar para ela rapidamente trato de conectá-los a partir dos usos pelas ligas, pelos times *mandantes* nas fases regionais que, por sua vez, são interligadas pelo “projeto *do municipal*”, uma espécie de elemento convergente dos interesses das ligas e dos times aos propósitos políticos da Gerência de Futebol.

E, a fim de alinhar os interesses das ligas e das competições independentes com o da SME, passa-se a desenvolver coletivamente um “regulamento geral”, objetivado num documento específico do circuito *do municipal*, a ser reconhecido em toda a sua extensão. A construção deste regulamento foi paulatina e continuava a ser desenvolvida. Um pouco dessa construção me foi explicada durante as entrevistas, quando perguntei ao Souza, funcionário da SME na época, e ao Borges, presidente da liga do parque Rondon que acompanharam a formulação do documento deste então:

[...] nós começamos a chamar os presidentes dos clubes e tal, para organizar o regulamento baseado no das ligas. Então, nós pegamos todos os regulamentos das ligas, lemos todos e começamos a organizar, fizemos uma minuta baseada no das ligas e a partir daí, cada congresso técnico que ia iniciar o campeonato, nós colocávamos emendas, mudávamos o número de substituições e fomos colocando coisas. Aí no fim do campeonato, dava uma briga lá, que os caras. Então, a equipe que *der briga generalizada* será excluída um ano. [...] (SOUZA, funcionário da SME)

[o regulamento] surgiu assim, com o Souza, que tu está conhecendo agora, ultimamente, e mais o Gentil. Esse até eu acho que até se aposentou. Eles eram os dois que tocavam o municipal, mas aí o que eles foram fazendo, eles foram construindo o regulamento. Pegaram os regulamentos de tudo quanto era liga e construíram um regulamento. E aí o que foram fazendo. Cada ano melhoraram um pouquinho. [...] Então pegamos, começamos a ler o regulamento, com todas as ligas envolvidas e isso aqui vamos melhorar. Isso aqui vamos melhorar. E foi se criando

²⁵ Numa das reuniões com os dirigentes das ligas, um funcionário da SME explicava esses limites, dizendo sobre ações previstas e as dificuldades para atender todas as demandas de ações, mas que estavam fazendo o possível para atender todos, embora o orçamento da SME seja muito limitado (0,38% do orçamento Municipal). “O que conseguimos envolve muitas parcerias com outras Secretarias e órgãos da Prefeitura”, explicou o funcionário. (DC, 02/03/2010)

[...]. Foi tudo fazendo as coisas em conjunto com as ligas. [...] Foi se lendo o artigo tal e se foi melhorando. (BORGES, 2011)

Por três anos (2009, 2010 e 2011) pude acompanhar estas reuniões com representantes das ligas e membros da Gerência de Futebol. Elas eram realizadas antes do início *do municipal* e este encontro era denominado de *conselho arbitral*. Entretanto, estas não foram as únicas reuniões entre os representantes das ligas e os membros da Gerência de Futebol. Após o início a primeira fase (a das ligas, de março a julho), outros encontros eram realizados, nos quais os dirigentes das ligas ficavam a par dos acontecimentos regionais e passavam a entregar os documentos conforme os prazos estabelecidos no regulamento. Nestas reuniões, as discussões sobre as normas escritas não foram poucas, mas o documento não sofria alterações sob a alegação de que *o municipal* já estava em andamento. Na metade do ano, depois do término *dos regionais*, diante das indicações dos times pelas ligas, a Gerência de Futebol convocava os representantes (dirigentes, treinadores e capitães) das equipes para participarem de uma reunião geral. Depois disso, visando organizar os emparelhamentos, os representantes dos times ainda eram convocados para participarem dos sorteios, nos chamados *congressos técnicos*.

Em síntese, pode-se dizer que, no primeiro semestre, a relação dos membros da Gerência de Futebol era mais próxima das ligas e, no segundo semestre, mais afinada com os times participantes da etapa municipal. Porém, outro tipo de reunião mencionada – quase que unanimemente – como fundamental para a sustentação do circuito era a da Comissão Disciplinar. Tratava-se de um encontro no qual os representantes da SME e das ligas de futebol da cidade analisavam os “problemas” disciplinares e de organização, imputando, se entendessem necessário, punições aos indisciplinados e desorganizados. Em caso de condenação, os nomes das pessoas e times punidos passavam a figurar numa lista intensamente divulgada no circuito, com a finalidade de impor sanções à participação no circuito.

1.1.3 Os times *da várzea*: entre clubes e *ajuntamentos*

Não foram poucos os times que participaram circuito municipal de futebol no período desta pesquisa, conforme indicam os números da tabela 1 (na próxima página). No primeiro semestre, estes times participaram *dos regionais* em duas categorias: livre (também chamada de *principal*, *primeiro quadro* ou *amador*), com jogadores de 16 anos ou mais; e veteranos (categoria também conhecida como *o 35*) com jogadores com idade a partir de 38

anos, mas com a possibilidade de 5 deles com menos de 38 e mais de 35 anos. Na fase municipal – segundo semestre –, além dessa divisão em categorias, a partir de 2009, os times eram realocados em duas divisões, série A ou B, de acordo com alguns indicadores de performance²⁶.

Tabela 1 – Número de equipes inscritas no Campeonato Municipal, edições de 2009, 2010 e 2011.

	2009	2010	2011
Total de equipes inscritas nas fases regionais	278	315	264
Total de equipes que participaram da fase municipal	87	90	81

* Informações obtidas na Gerência de Futebol da SME.

Estes números, vale ressaltar, não dizem sobre a quantidade de times na cidade, sobretudo porque não compreendem muitas outras *competições independentes* (sejam elas “das ligas” ou não), que não valiam vaga para *o municipal*, das quais participavam muitos certames de *amadores* e de *35*, assim como de outras categorias (de 40 e 50 anos). Portanto, embora a tabela 1 possibilite uma ideia do número de times existentes em Porto Alegre, considerando que *o municipal* é uma das competições “mais atrativas” do cenário futebolístico da cidade, torna-se bastante complicado fechar esta conta. É preciso considerar ainda que várias equipes de cidades da região metropolitana são inscritas em competições das ligas de Porto Alegre, o que faz com que a contabilização seja ainda mais complexa. Na edição de 2011, as 4 equipes finalistas da competição, na etapa municipal da categoria livre, não eram de Porto Alegre, mas de uma cidade da região metropolitana. Mesmo não sendo de Porto Alegre, os times disputaram *o regional* numa liga desta cidade e, assim, conseguiram a vaga.

A “tarefa contábil” se torna ainda mais difícil quando se coloca na pauta a história particular dos times. Ao mesmo tempo em que existem *clubes tradicionais* em atividade, como o São Matheus, fundado 1945, existem outros, como o Ventania da vila Guaporé, recentemente “montado” a partir de um *fardamento*, por um líder comunitário que pretende concorrer nas próximas eleições para vereador da cidade. Deparei-me com times que refletem arregimentações bastante estáveis, mas muitos outros que são chamados de *ajuntamentos*, estes operados para disputar uma competição. Isto alimenta uma distinção entre os *clubes* e os

²⁶ Na divisão A jogaram os campeões e vices do Municipal anterior, os campeões das regionais nas Ligas e, se restarem vagas, os times classificados/indicados com melhor classificação no Municipal anterior; na divisão B participaram as equipes classificadas “dentro das vagas” previstas no regulamento, mas que não atenderam aos critérios de entrada na primeira divisão.

times, cujas tensões podem ser notadas no circuito e, em boa medida, conferem sentido aquela manifestação de que o encerramento do campeonato da FGF representou um retrocesso e um baque, como afirmou o Alencar, presidente da liga do parque Iguazu. De um lado estava a representação do “clube” ou de “agremiação” enquanto uma instituição propriamente esportiva, de outro a do “time” como um “ajuntamento” de pessoas para jogar, sem compromisso de institucionalização. Não se trata, entretanto, de tentar traçar um processo de transformação dos times nesta ou naquela direção, mas de notar que essas duas dimensões estão fortemente presentes²⁷. O Gomes, dono da liga da vila Marechal, por exemplo, era um daqueles que afirmava não aceitar a inscrição de “times de ajuntamento” (DC, 21/03/2010), prezando pelos que tem um “grupo formado”, com mais de 2 anos de existência. Sua justificativa era a de que estes *ajuntamentos* se inscrevem e desistem, ficando difícil de cobrar alguém depois ou de punir os times. Ao contrário disso, o Miranda da liga da vila Paraná pouco se importava com a trajetória dos times, mas não deixava de ficar atento ao pagamento das taxas de inscrição e de arbitragem.

Independentemente dos times resultarem de arregimentações mais ou menos duráveis, não pude deixar de notar que as nomenclaturas que possibilitavam defini-los, assim como dizer sobre as funções das pessoas, revelavam uma herança da tradição de organização clubística, como se pode notar nas seguintes expressões perfeitamente compreensíveis no circuito *varzeano*. Um jogador ou um *atleta*²⁸ podia compor uma ou mais *equipes* de um *time*, *agremiação* ou de um *clube*, participando na categoria *livre* (no *amador*) pelo *primeiro quadro* (no *principal* ou no *A*) e/ou pelo *segundo quadro* (nos *aspirantes* ou no *B*). Se tivesse mais de 35 anos – no caso *do municipal* – podia atuar nos *veteranos* (ou no *segundo quadro*, por vezes também chamado de *35*). O *time principal*, como a denominação sugere, agregava os melhores jogadores, enquanto que nos *aspirantes* estavam os aqueles *em formação*. Porém, nas ligas onde estive mais presente, não eram muitos os times que mantinham dois *quadros* e o *veterano*, sob a reclamação recorrente de que não havia jogadores disponíveis e de que os custos eram muito altos.

Na coordenação mais ampla dos times estava a figura do *dirigente*, do *presidente* ou do *diretor*, comumente auxiliado ou apoiado poucas pessoas, formando um grupo mais próximo que se denominava de *a diretoria*. Em muitos dos casos, aliás, os termos *dirigente*, *presidente* ou *diretor* eram substituídos, sem problema ou prejuízo, pela expressão *dono*, no

²⁷ O capítulo 3 deste trabalho se desenvolve justamente a partir dessa controvérsia no que tange a montagem e a manutenção dos times.

²⁸ Este termo constava no regulamento geral de 2009 a 2011, para dizer sobre aqueles que faziam parte dos times enquanto jogadores.

sentido de que sem esta pessoa o time literalmente não continuaria existindo. Outra função na composição dos times era a do *treinador*, por vezes chamado de *entregador de camisas*, não sem razão, pois, em muitas ocasiões, ele somente podia ser definido no momento em que dizia quem *sairia jogando* e quem *ficaria no banco*. Este *treinador* podia contar com um *massagista*, cuja responsabilidade girava em torno da água que seria consumida durante a partida ou que rapidamente era levada àqueles que sofreram uma queda ou levaram uma *pancada* no jogo.

Nos termos do regulamento do municipal (de 2009 a 2012), no decorrer dos confrontos, somente poderiam permanecer nos bancos de reservas com os jogadores suplentes, outras três pessoas devidamente identificadas – um *dirigente*, um *treinador* e um *massagista* –, sendo elas reconhecidas como parte do time²⁹ e, portanto, assinavam a súmula da partida, tal como jogadores e árbitros. Estas eram funções plenamente reconhecidas no circuito *da várzea* e ocupadas majoritariamente por homens³⁰. Nas inúmeras vezes em que perguntei quem era o *treinador*, o *dirigente* ou o *massagista* de um time não fiquei sem respostas em nenhuma delas. Essas categorias, da mesma forma que as outras elencadas acima, ofertavam sentido às pessoas e orientavam suas práticas no interior dos times em circulação pela cidade para cumprir seus compromissos tanto nos *regionais*, no *municipal*, nos campeonatos independentes ou apenas nos jogos amistosos.

Enquanto na região central da cidade de Porto Alegre, era mais comum observar os times se dirigirem para os campos das praças e parques (os campos “das ligas”) para os embates em competições e amistosos, nas regiões periféricas, onde o número de campos era maior e não apenas localizados em praças e parques, notava com mais frequência a circulação das equipes entre os campos que denominavam de sua *casa*, isto é, locais em que *mandavam* seus jogos³¹, recebendo os *visitantes* com o compromisso de *devolver* ou *pagar a visita* depois, em jogos de *ida-e-volta*, seja em jogos *valendo* pontos em competições ou nos amistosos.

²⁹ Os regulamentos do municipal (edições de 2009 a 2012) reconheciam essas três funções como partes do time, permitindo-os permanecer com os jogadores. Além deles, caso as equipes apresentassem um profissional médico, este também poderia compor a *comissão técnica*. (SME, 2009, 2010, 2011b e 2012)

³⁰ Em todo o tempo de pesquisa, observei apenas duas, uma delas como *dirigente* do Araucária do bairro Palotina – o marido que fundou a equipe faleceu e ela deu continuidade ao *trabalho*; e outra como *treinadora-dirigente* do Pioneiro da vila Marechal – apesar de grávida de 7 meses na época das observações, *trabalhava* junto com o marido no comando da equipe.

³¹ Conheci, no decorrer da pesquisa, 21 times sobre os quais se diz que tem campo, mas em nenhum destes casos o espaço físico é de *propriedade* (no sentido jurídico do termo) deles, o que não quer dizer que não isso não ocorra. Os times observados usam os campos – alguns membros destes tem o controle sobre a agenda de usos, *cuidando* do espaço – e, por isso, são reconhecidos, *na várzea*, como *donos*.

Para além dos jogos *valendo* ou dos *amistosos*, outra atividade dos times era a chamada *excursão*, caracterizada por viagens da equipe (ou parte dela) para um local no qual se aliava o futebol ao lazer de amigos e familiares que acompanham (praia, num balneário de rio ou numa cidade de conterrâneos). Nestes casos, a prática do futebol se misturava com os almoços, jantares, bailes, banhos, jogos de baralho, rodadas de cerveja. De certa forma, era o mesmo que acontecia com as *sedes*. A quantidade de times que indicavam *bares* como suas *sedes* não era pequena. Estes espaços, caracterizados com as cores dos times, com suas logomarcas, agregavam o consumo de bebidas e de salgados, os jogos de baralho e de sinuca, as intermináveis discussões de futebol, não somente com os membros dos times, mas também com aqueles que os acompanham pelos campos – os *conhecidos*.

1.1.4 As equipes de arbitragem: *trios, paulistinha ou a pé*

Ao seguir o futebol no circuito municipal, não me passavam despercebidos aqueles que trabalhavam *no apito* (os árbitros principais, dentro do campo), *na bandeira* (os auxiliares ou simplesmente os *bandeiras*, nas linhas laterais) ou *na mesa* (os *mesários*, responsáveis pela *súmula*, que auxiliam nas substituições e no *controle* do banco de reservas), cuja principal tarefa enunciada pelos organizadores era a de fazer cumprir as regras do jogo e o regulamento das competições.

Para a maioria dos envolvidos na arbitragem que conheci e com quem tive a oportunidade de conversar, o trabalho *no apito*, *na bandeira* ou *na mesa* representava uma renda extra ou um trabalho temporário para os que estavam sem ocupação. De modo geral, mantinham uma atividade laboral principal e conciliavam com o trabalho *na várzea*, que normalmente se desenvolvia nos períodos tradicionais de descanso dos trabalhadores – noites e finais de semana. Contudo, registrei alguns casos de pessoas que *ganham a vida apitando*, conseguindo manter regularidade de contratação na função de árbitro principal.

O que se denominava de contratação se resumia a uma conversa, não raro por telefone, entre o dirigente da liga ou um coordenador de arbitragem, na qual eram explicados, se necessário, aspectos da competição, dos jogos e do campo, ao mesmo tempo em que eram negociados os valores e a forma de pagamento. No final da conversa, o *árbitro*, o *bandeira* e o *mesário*, em caso de aceitação, se comprometiam a comparecer no campo e os dirigentes a pagar o valor combinado. Na liga do parque Iguazu, o seu presidente era o responsável pela contratação, dispondo de uma agenda com números de telefones, escolhendo os árbitros de

sua “preferência”, não sem pesar as características dos jogos. Já na liga do parque Rondon, havia um coordenador de arbitragem que negociava com os árbitros e *bandeiras*, ficando a *mesa* sob a responsabilidade de um dos dirigentes da organização.

Este contato implicava a uma importante dimensão na relação entre contratados e contratantes: a *confiança na palavra*. Em diversas ocasiões observei o (noutras fiquei sabendo do) “problema” da ausência de árbitros contratados, deixando os dirigentes *na mão*. Isto frequentemente acontecia porque não são apenas os dirigentes das ligas escolhiam segundo suas “preferências”. Os árbitros e *bandeiras* também pesavam as melhores condições. Não foi incomum vê-los acertarem com a liga e, depois, optarem por outra proposta melhor no que se refere ao valor ou às condições (três partidas, jogo mais “fácil”, perto de casa, etc.). Estes, no entanto, eram casos esporádicos, pois os dirigentes ou coordenadores sabiam muito bem em quem podiam confiar e compartilhavam essas informações uns com os outros. A *quebra da palavra* circulava rapidamente entre os contratantes e implicava na colocação do árbitro *na geladeira*, isto é, deixava-se de chamá-lo para compor as escalas.

Mas nem todas as contratações da equipe de arbitragem ocorriam por contatos diretos. Outra modalidade de composição das escalas de arbitragem envolvia a intermediação de ligas ou associações de árbitros³² – organizações que poderiam ser formais (pessoa jurídica constituída) ou não, dirigidas por pessoas que dispunham de um grande banco de nomes e números de telefone de árbitros, bandeiras e mesários. Eram conhecidas pelos nomes de seus gestores ou, poderia dizer sem prejuízo, seus *donos*, como a “liga de árbitros do Mococa” e a “liga de arbitragem do Santiago”. No caso das competições das ligas de futebol, os seus dirigentes acertavam com estes intermediadores, os quais, por sua vez, assumiam a responsabilidade de contratar e enviar os árbitros e os *bandeiras* para os campos, em troca de uma porcentagem da taxa cobrada dos times. Acionavam com bastante agilidade as agendas de números de telefones de árbitros das mais diversas regiões da grande Porto Alegre³³.

A desvantagem dos dirigentes das competições em contar com a intermediação das ligas de arbitragem residia na impossibilidade de escolher quem iria apitar ou *bandeirar*, correndo o risco de serem enviados aqueles considerados “fracos”. Mas, por outro lado, a porcentagem paga sobre a taxa compensava por, pelo menos, dois motivos: 1) a liga de arbitragem tinha melhores condições de garantir a *escala* e o problema da ausência de árbitro

³² Durante a realização da pesquisa, conheci melhor o trabalho de 2 dessas organizações de árbitros, seguramente as maiores da cidade de Porto Alegre: A liga do Mococa; e a liga do Santiago.

³³ Pude acompanhar esse tipo de funcionamento de uma destas associações de árbitros, a “liga do Mococa”, quando o dirigente da liga da vila Paraná, que eu acompanhava, acionou essa organização para fazer a escala de uma de suas competições, no ano de 2010.

ou bandeira na hora do jogo diminuía e, se ocorresse, a possibilidade de resolver a situação era maior, enviando um substituto; e 2) a *pressão* normalmente produzida sobre o dirigente da competição sobre a *fraqueza* dos árbitros era redirecionada para a liga de árbitros.

Dentre as intermediações das ligas de arbitragem, a única que observei ocorrer de modo formal era a realizada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, para a segunda etapa do campeonato municipal, mediante a realização de um processo de licitação (concorrência pública). A Prefeitura lançava o edital, apresentando um “pacote jogos” com algumas condições (necessidade de ter *árbitro*, *bandeira* e *mesário* em cada jogo) e as ligas, como pessoas jurídicas devidamente constituídas, faziam suas propostas de acordo com o protocolo de licitação. A melhor proposta era contratada formalmente. Aliás, as ligas de árbitros de Porto Alegre não se limitam a esperar o edital local. Estavam atentas aos editais dos municípios da região metropolitana e os disputavam, como também, entre elas, disputavam os árbitros para comporem suas escalas.

O número de árbitros que faziam parte da escala para um jogo era variável. Algumas competições demandavam *trios de arbitragem*, isto é, um *árbitro* e dois *bandeiras*, enquanto que outras anunciavam a preferência pelo sistema chamado de *paulistinha*, no qual o jogo era *apitado* por dois árbitros em campo. As competições (e ligas) que reuniam condições financeiras mais precárias, destacadamente as de regiões periféricas, optavam por contratar apenas um árbitro que, como diziam, *apitava a pé*, ou seja, sozinho, tentando acompanhar as disputas, a *linha do impedimento* e os *laterais*, estas últimas tarefas comumente designadas aos *bandeiras*. Porém, a decisão pelo número de árbitros não se restringia ao aspecto financeiro. Em várias situações, notei a opção em gastar o mesmo valor que seria suficiente para pagar *um trio* na contratação da arbitragem *paulistinha*, ou gastar o valor suficiente para pagar *paulistinha* na contratação da arbitragem *a pé*. Nestes casos, o argumento utilizado denotava que era melhor pagar um pouco mais para um ou dois árbitros de mais qualidade do que dividir o dinheiro. A fase da competição também era outro elemento capaz de impactar sobre o número de pessoas na equipe de arbitragem. No início das competições, em fases classificatórias, como observei nas ligas das vilas Marechal e Paraná, contratava-se árbitros para apitar *a pé*. E, quando o campeonato se encaminhava para as fases finais, as contratações já envolviam a arbitragem *paulistinha* ou até mesmo os *trios*. Os próprios times concordavam facilmente em pagar uma taxa maior para terem mais e melhores árbitros e bandeiras trabalhando nos jogos decisivos.

No caso dos *mesários*, a contratação era secundária, em relação aos *bandeiras* e aos árbitros de campo, o que revela uma espécie de hierarquia de valores. Era mais comum

observar os *mesários* remunerados nos jogos do municipal e das competições de ligas da região central da cidade. Já nas competições das ligas periferias a responsabilidade pelo preenchimento da súmula era colocada nas mãos de um membro da equipe *da casa* ou do *mandante*. No decorrer do jogo o documento ficava em algum canto (na *copa*, por exemplo) e, no final da partida, o próprio árbitro era quem *fechava a súmula* e a entregava para um dos representantes da equipe que, por sua vez, a encaminhava para o coordenador da competição.

* * * * *

O que trouxe até aqui não teve o caráter de esgotar uma interpretação de que *a/na várzea* é assim ou funciona assim. As descrições trazidas até então serviram apenas para dizer que observei arranjos de pessoas mais ou menos duradouros, os quais me possibilitaram circunscrever ***na/a várzea como um grande circuito de competições de futebol***, com um sentido histórico singular no cenário urbano da grande Porto Alegre, com temporalidades, espacialidades, instituições e agentes específicos. Semelhante ao que Magnani (1999) observou em seus estudos sobre o universo neo-esotérico de São Paulo, com base no que apresentei, poderia dizer que o circuito *do municipal da várzea* refere-se de uma rede de relações (predominantemente masculina), reconhecida pelos *habitués* (jogadores, treinadores, dirigentes, árbitros, torcedores, etc.). Porém, a compreensão desse circuito não se deu em face de uma pretensa unidade interna – das práticas e seus significados –, e sim pela oferta de demanda competições, com destaque para o campeonato municipal como elemento integrador. Aqueles que circulam nos diferentes espaços e tempos do circuito o fazem, em grande parte, em virtude dos compromissos dos campeonatos e torneios e, por conseguinte, do exercício de sociabilidade (encontros, compartilhamento e manejo de códigos), da organização (em reuniões, congressos técnicos e comissões disciplinares) e do trabalho (na gestão das competições e na arbitragem).

A compreensão do circuito, cabe enfatizar, não se encerra na noção de rede de pessoas e grupos e suas relações. Trata-se de um espaço simbólico que engloba meios distintivos de outros (profissional, amador, praiano, etc.) e que orientam as relações³⁴. Sobre isso, procurei descrever um pouco desses contornos a partir da descrição daquelas que denominei de quatro agências (ligas de futebol, gerência da SME, times e árbitros/ligas de

³⁴ Uma importante reflexão sobre essa noção de circuito pode ser encontrada no trabalho de Viviana Zelizer (2005), para quem “todos os circuitos incluem um limite, materiais culturais distintivos e formas particulares de transferência e mediação” (p. 294). Esta autora parte dos estudos sobre as trocas, questionando a separação dos mundos hostis e da intimidade, apresentando a noção de circuito como uma espécie de mediador.

arbitragem). Cheguei a esta representação geral (que não é apenas um simulacro teórico), tangenciando elementos que pareciam ser importantes na conexão dos distintos espaços e tempos de prática, ofertando caminhos para os seus agentes, possibilitando-os afirmar, por exemplo, que estão *na várzea* ou que uma partida faz parte (ou não) *da várzea*. Por um certo tempo estive satisfeito com esse caminho de análise baseado nas noções de diversidade e circunscrição que outros investigadores descreveram nos seus trabalhos a respeito de diferentes grupos de práticas do futebol e que eu, em certa medida, deslizei para o estudo de um circuito. Este modo de pensar – em vista das diferenciações históricas das atividades e funções sociais – está bastante presente nas obras dos dois dos mais renomados pesquisadores que dedicaram algum esforço na compreensão do fenômeno esportivo, Norbert Elias e Pierre Bourdieu.

Porém, tão logo me flagrei da importância da circulação, da multi-localidade e da cotidianidade na construção dos significados, notei que esta não podia ser a única direção da pesquisa. Eu não tinha dúvidas de que havia elementos simbólicos objetivos capazes de dar contornos a esta rede de relações (circuito), tal como já procurei descrever, mas precisava dar conta de outras duas questões com as quais eu esbarrava constantemente: a primeira era a diversidade interna das configurações ou arranjos do circuito, tanto no que se refere às ligas, aos times e aos árbitros, mas também em relação aos tempos das competições (suas distintas fases); e, segundo, sobre a maneira como as pessoas em circulação conseguiam, algumas mais outras menos, adotarem práticas coerentes nas distintas configurações que experimentavam e co-produziam.

Diante dessas duas questões é que decidi investir simultaneamente nas análises noutra dimensão, a da trajetória das pessoas na cidade, não tratando-as exclusivamente como agentes dentro de um circuito (uma rede de relações particular). Em boa medida, esse outro investimento guarda proximidades com a reflexão apresentada por Frúgoli Júnior (2005) num ensaio em que problematiza a cidade ou o contexto urbano como apenas o local onde as pesquisas se desenvolvem, tensionando a relação entre a antropologia “na” cidade e a antropologia “da” cidade, com destaque para importância da segunda. Nota-se facilmente que as descrições trazidas até aqui denotam, ou pelo menos ressaltam, um esforço de entendimento do futebol “na” cidade, emergindo daí uma preocupação em valorizar mais no sentido de compreendê-lo como um fenômeno “da” cidade. Poderá parecer que iniciei um trabalho diferente, mas não. Sem deixar de lado a noção de diferenciação social, apenas passei a dar mais ênfase a trajetória urbana como categoria estruturante das minhas descrições e interpretações.

1.2 A VÁRZEA COMO UMA TRAJETÓRIA PARTICULAR

Na trajetória da pesquisa, aos poucos, fui levado a pensar a *várzea* como tributária de experiências de circulação na diversidade e polifonia dos regimes urbanos, o que implicava em dizer que a sua compreensão deriva, em alguma medida, de onde, em que momento e de como as pessoas ou os grupos permanecem e circulam. Quer dizer, dada a amplitude e diversidade das configurações existentes ou agregadas no circuito, é plenamente possível encontrar alguém que diga que *na/a várzea* refere-se a isso e que outra diga que trata-se daquilo, dependendo da trajetória experimentada, de como e com quem vivenciaram e vivenciam esses lugares, espaços e tempos que me serviram para circunscrever particularidades (as ligas, a Gerência de Futebol, os times e as equipes de arbitragem).

Como cheguei a pensar nisso? Ao começar a descrever as pessoas como agentes e o circuito como o encadeamento de competições, percebi que suprimia o meu percurso, a minha história de aprendizagens cotidianas com muitos interlocutores, com as observações e as participações em diferentes regimes de valores. Tornou-se imperioso, então, outro tipo de abordagem, na qual procuro tratar da polifonia de vozes a partir das quais fui construindo o que eu poderia dizer uma versão sobre *na/a várzea*, como também na qual me foi possível ou permitido experimentar distintas identidades. Por isso, nesta segunda parte do capítulo, procuro rastrear meus próprios passos numa determinada trama de relações a que tive acesso no percurso etnográfico, trazendo as negociações, as mudanças de direção, as decisões e a emergência de critérios. Não se trata de assumir que os significados do futebol *varzeano* resultam apenas de “uma textualização” do pesquisador a partir de uma trama a que ele esteve acesso. Não é nesse ponto que pretendo chegar, mas ressaltar que minha caminhada na cidade não foi inocente³⁵, já que esta é demarcada simbolicamente e que isso diz alguma coisa sobre o futebol e sobre o pesquisador, pois assim como eu o fiz, os meus interlocutores também o faziam – circulavam pela cidade, não imunes a ela.

Um trabalho que mostrou essa relação do futebol com a cidade, explorando essa lógica de trajetórias, traçados e tramas urbanas, tendo em vista a formação de times *varzeanos* na cidade de São Paulo, foi desenvolvido por Daniel Hirata. A partir de entrevistas, ele reconstitui a história das trajetórias, conexões e tramas de pessoas e times do futebol, traçando

³⁵ Uma reflexão nesse sentido está contemplada no trabalho de Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha, sobre as pesquisas etnográficas nas ruas, percorrendo itinerários urbanos (ECKERT; ROCHA, 2003)

percursos e fios que os conectam à vida no cotidiano da cidade. Outro estudo, com preocupações bastante semelhantes, foi o de Enrico Spagiari (2009), tratando-se de uma etnografia sobre múltiplos atores, espaços e redes ligados ao futebol *varzeano* da zona leste de São Paulo, com atenção aos sentidos e significados atribuídos à modalidade e aos jovens praticantes. Neste trabalho, o autor ressalta uma dimensão que também passei a considerar cara ao desenvolvimento desta pesquisa, a não oposição ou polarização das dimensões de ritual e cotidiano no estudo dos esportes e do jogo, tendo em mente que são planos entrelaçados³⁶.

Em certa medida, é nessa direção que passo apresentar retratos de minha trajetória de aprendizagem e de como ela é marcada por esta rede de múltiplos atores, lugares e tempos nos quais estive presente, observando e/ou participando. A apresentação que se segue, ainda que esteja organizada a partir das minhas *entradas* em campo, tem a finalidade de destacar mais essa rede de atores, lugares e tempos no cotidiano da cidade³⁷.

1.2.1 Nas salas da Gerência de Futebol

O primeiro passo desta etnografia sobre o futebol na cidade de Porto Alegre não foi dado num campo, mas numa sala de reuniões. Depois da decisão de estudar o futebol urbano, não profissional, comunitário, era necessário encontrar um local para investigar – essa ideia de “local” ainda estava presente. Logo vislumbrei a possibilidade de investigar o campeonato *da várzea* organizado pela Gerência de Futebol da SME. Inicialmente fora agendada uma reunião com membros deste órgão da administração pública do esporte. No dia 27 de fevereiro de 2009, às 15 horas, estávamos lá, eu e o orientador, para conversar sobre a possibilidade de realização de uma pesquisa sobre o futebol da cidade de Porto Alegre, que originaria a tese de doutorado.

Foi meu primeiro contato com este espaço. Mais acompanhei as conversas sobre o futebol *de várzea*, travadas na minha frente, do que participei delas. Eu, efetivamente, era um estranho naquela sala da Gerência de Futebol. No entorno de uma grande mesa, além de mim, estavam 05 funcionários da Gerência de Futebol e o orientador. Os membros da Gerência

³⁶ Esta discussão é a que sustenta o trabalho de Luiz Henrique de Toledo, no seu estudo intitulado “lógicas do futebol”, no qual ele produz uma análise simbólica do futebol profissional privilegiando a dimensão cotidiana, mas em relação à ritual. (TOLEDO, 2002).

³⁷ Os trabalhos de Telles (2006) tratando das mobilidades urbanas, de Magnani (2008) sobre as redes de sociabilidade e suas imbricações com a metrópole, sem dúvida, me foram importantes para, por um lado, não olhar a cidade como um cenário das práticas e, por outro, não tratá-la como uma variável independente.

estavam muito interessados em nos mostrar seus projetos e atividades, destacando sua preocupação com aspectos organizacionais e normativos da competição. Em meio a relatos de fatos, como dos jogadores que ganham *uma grana* para jogar *a várzea* e a existência de times patrocinados pelo tráfico, estavam afirmações como “somos respeitados porque fazemos cumprir, entramos em qualquer vila” e “isto aqui é serviço público, mas é organizado” (DC, 27/02/2009).

Logo notei que havia questões que me possibilitavam iniciar uma pesquisa, como a ênfase colocada na organização, mas também percebi a minha completa falta de conhecimento do futebol vivido na cidade – os relatos dos fatos, sobretudo, foram muito eficientes em marcar minha posição de espectador naquela sala. Entretanto, no fim das contas, os membros da Gerência de Futebol foram compreensíveis aos nossos interesses de pesquisa, aceitaram a possibilidade do estudo, e eu recebi o convite para participar de uma reunião com dirigentes de ligas de futebol da cidade de Porto Alegre, que tratariam da organização do campeonato que iniciaria nos próximos dias. Era a primeira reunião do ano de 2009, para a qual foram chamadas as ligas cadastradas na Gerência de Futebol na época.

Compareci a este encontro ocorrido no dia 05 de março na sala de reuniões da Gerência de Futebol, imaginando que aquele momento marcaria minha “entrada em campo” na pesquisa etnográfica. Grande engano. Logo aprendi que “estar em campo” não significava estar dentro da sala, observando. Na primeira reunião em que estive, embora tivesse sido apresentado aos dirigentes das ligas pelo coordenador do encontro, dando conta de que eu era aluno da UFRGS e que estaria fazendo uma tese de doutorado sobre *a várzea*, não passei de um mero observador atento, que procurava anotar discretamente as informações que julgava importantes, evitando chamar a atenção.

Desde então, até 27 de outubro de 2011, ocorreram 22 reuniões envolvendo membros da Gerência de Futebol e dirigentes ou representantes das ligas de futebol de Porto Alegre. Participei de 19 delas, inicialmente procurando registrar como os homens – em 2011 uma mulher com cerca de 30 anos começa a participar como dirigente da liga do parque Bela Vista –, entravam e ocupavam os “seus espaços” numa sala de reuniões com cerca de 60 lugares; quais eram as práticas legítimas, os documentos, os momentos, os comportamentos e os assuntos das conversas. Se, inicialmente, a situação de observador estranho me colocava na condição de um anotador discreto, no final do período de observações deste espaço futebolístico eu já figurava como representante de liga em face ao meu envolvimento com uma delas. Aos poucos, fui notando que minha identidade, meu entendimento das dinâmicas, meu reconhecimento de pessoas que ali estavam foi se alterando, não somente em função do

que eu fazia durante as reuniões (anotava e conversava), mas principalmente pelo que eu fazia fora dela, nos campos e outros espaços relacionados ao futebol *de várzea* (casas, bares, salas de reuniões, salões de festas). Na medida em que eu passei a circular pelas ligas e colaborar com algumas delas, fui, então, “entrando na sala” no sentido etnográfico do termo.

A partir da sala de reuniões da Gerência de Futebol pude situar-me nos espaços *da várzea* fora dela, o que, por sua vez, reverberou na compreensão deste espaço em particular. Logo na segunda reunião (em 12/03/2009) se aproximou de mim o Alencar, presidente da liga do parque Iguazu, empresário do ramo de sistemas de informática. Depois de diferenciar-se da maioria dos “colegas”, dizendo (em tom depreciativo) que “muitos são donos de *copas* e que somente interessados na presença do público em seus campos” e que “muitos são testas-de-ferro de traficantes que patrocinam os times”, este dirigente de liga convidou-me para acompanhar o seu campeonato, num campo da região central da cidade, publicamente reconhecido pelos funcionários da Gerência de Futebol como uma competição ou uma *liga exemplar*. Instigado por essa classificação, no dia 29 deste mesmo mês fui ao campo indicado e acompanhei duas partidas do campeonato.

No quarto encontro de dirigentes de ligas do ano de 2009 (em 30/04), o Miranda, presidente da liga da vila Paraná, observando que eu registrava informações num caderno, abordou-me e questionou-me sobre o que eu fazia. Respondi tratar-se de uma pesquisa e lhe expliquei um pouco mais sobre o trabalho. Fui, então, convidado para participar da “reunião dele, lá na vila”. Naquela ocasião, acabei combinando em acompanhar as rodadas de jogos desta liga e o fiz por três domingos. Algum dias depois, na reunião de 25 de junho, fiquei sabendo pelo próprio Miranda que “sua liga” era a que teve o maior número de times em 2009. Esta informação foi apresentada num momento em que o dirigente procurava “qualificar” sua liga no âmbito da reunião, não por critérios de “organização” e “disciplina” tão comuns, mas pelo “número de trabalhadores” envolvidos. Esta situação não passou despercebida, mas acabou sendo colocada em segundo plano, diante da minha preocupação, naquele momento, em acompanhar outros dirigentes e outras ligas.

Dentre os dirigentes de liga que chamavam minha atenção, estavam o “Dimas do parque Formosa” e o “Mendes da praça Itararé”. Ambos também eram membros da Comissão Disciplinar naquele ano, reconhecidos pelas suas demandas de “organização” e “disciplina” dirigidas aos colegas e ao Gerente de Futebol. Não fui convidado por eles para assistir os jogos de “suas ligas”, mas, nos meses de junho e julho de 2009, fui até os campos nos quais eram realizados os jogos destas ligas. Apresentei-me novamente (para lembrá-los da

pesquisa) e os dois “abriram as portas” para que eu pudesse observar as competições nas praças – eram ligas de um campo, localizadas em praças da cidade.

Cada uma dessas observações nos campos me possibilitava, nas reuniões seguintes, entrar na sala, me aproximar dos representantes das ligas, cumprimentá-los e conversar sobre a *várzea*, como também entender melhor as suas manifestações e argumentos. Porém, com o fim *dos regionais*, no período de agosto a dezembro de 2009, as reuniões dos dirigentes das ligas deixaram de ocorrer e outras iniciaram: as reuniões e *congressos técnicos* com os representantes dos times classificados. Sem conhecer as pessoas vinculadas aos times, limitei-me, novamente, a observar e registrar discretamente o máximo possível no meu caderno de campo. Repeti este comportamento noutras 03 reuniões (19/08, 13/10 e 20/10/2009), mas já começava a conversar com representantes das equipes, entre eles o Alcides, dirigente-jogador do Olaria, time de veteranos que eu passei a acompanhar em diversos campos da cidade no segundo semestre daquele ano.

Para além dos times, quando eu comecei a circular pelos campos, notava o funcionamento da Comissão Disciplinar, que era chamada a reunir-se por ocasião dos “problemas” dos finais de semana. Numa segunda-feira, lendo o *Blog A Voz do Amador*, do Bolinha, soube de uma *briga generalizada* envolvendo duas equipes. O título da postagem no *blog* era “Municipal. Dois times devem ser eliminados”. O jornalista já anunciava a eliminação, ao estilo *tem que punir para disciplinar*. No dia seguinte (08/09/2009), fui até a Gerência de Futebol onde estariam reunidos os membros da Comissão Disciplinar para julgar a *briga generalizada*. Solicitei a um dos membros da Comissão a oportunidade de participar e ele disse-me que “é fechado para o público”, mas iria consultar os demais para ver se aceitavam. Enquanto isto eu aguardava do lado de fora da sala de reuniões, observando a chegada dos demais membros. Vários deles eu já conhecia em virtude da minha presença nos campos das ligas no primeiro semestre, entre eles o “Dimas do parque Formosa”, o “Mendes da praça Catanduvás” e o “Amadeu do parque Iguazu”. Depois de vários minutos esperando, a permissão me foi concedida, com a anuência dos membros presentes, porém com uma séria recomendação: “não levar as informações para fora da sala”. Imediatamente aceitei a condição, sem pensar nas questões éticas que estavam implicadas. Mais tarde dei-me conta de que o conteúdo desta reunião não poderia ser citado na pesquisa. Mas isto não diminuiu a importância de minha participação naquele momento, pois o fato de ser aceito para acompanhar este *espaço íntimo*, a meu ver, era um grande passo na “entrada em campo”.

Encerradas as reuniões de representantes dos times em 2009, continuei minhas observações nos campos, ora seguindo os dirigentes das ligas ora algumas equipes. Em

fevereiro de 2010, percebendo a necessidade de circular mais para compreender a várzea, procurei o Gerente de Futebol e solicitei uma oportunidade para conversar com os representantes das ligas presentes na primeira reunião do ano (em 02/03). Tive esta oportunidade e falei aos dirigentes sobre meu interesse em observar o funcionamento de uma liga. Em contrapartida, expliquei sobre minhas possibilidades de colaborar de alguma forma. Ao final deste encontro, três dirigentes me procuraram, todos de vilas localizadas em regiões periféricas: o Miranda da vila Paraná; o Gomes da vila Marechal; e o Aurio da vila Cascavel. Inicialmente, tentei manter o contato com as três ligas, mas com a da vila Cascavel não foi em frente. Já com as outras duas, esta relação foi mais duradoura, porém de forma diferente. Lembrando daquela informação de que a “liga do Miranda” tinha o maior número de equipes, decidi investir mais tempo na observação desta. Mas não foi somente isso. O Miranda percebeu logo que eu poderia ajudá-lo “na organização” e, em vista das vantagens, tratou de manter-me próximo.

O fato é que desde março de 2010 até dezembro de 2011 passei a “caminhar pela cidade” com o Miranda em função do futebol. Desde então, participei de pelo menos 8 reuniões de representantes das ligas na companhia deste dirigente. Em quatro reuniões (27/05/2010; 07/04/2011; 30/06/2011; e 27/10/2011) fui representar a liga Paraná, pois o seu presidente estava envolvido com “obras” – o trabalho na construção civil. A esta altura não restavam dúvidas da minha condição de representante de liga. Meu “trabalho nas ligas”, sobretudo na “do Miranda”, organizando fichas, tabelas, documentos, súmulas serviu também como referência para o Gerente de Futebol convidar-me a “sentar na frente” na reunião de 24/06/2010, para ajudá-lo com o registro de presença dos representantes que chegavam. Estava, cada vez mais, “dentro do campo”.

O envolvimento (observação participante) na liga do Miranda, em 2010, logo rendeu-me a oportunidade de representar equipes nas reuniões da Gerência de Futebol. Não foi estranho, nesse sentido, o pedido público do Gerente de Futebol para que eu assinasse como representante do time Centenário, numa reunião de sorteio (em 12/08/2010). Assinei o documento e não houve nenhuma objeção, assim como ninguém se incomodou, noutra reunião de sorteio, na semana seguinte, quando representei, o Guarani. Isto é, eu já circulava com bastante familiaridade, sendo, reconhecido como “aquele que organizou a liga da vila Paraná”.

1.2.2 Nos regionais de ligas

Ainda nos meus primeiros passos fora da sala de reuniões, meu projeto de pesquisa – que envolvia a proposta de imersão num lugar para entendê-lo na relação com outros –, começou a se desmontar. A trama que eu vislumbrava nas reuniões impôs a necessidade de circular pela cidade e, ao fazê-lo, notava que não era uma prerrogativa minha. A circulação era um aspecto central. No período entre 29 de março à 12 de julho de 2009, observei 16 jogos de competições promovidas por 4 ligas, em 5 campos distintos. As escolhas sobre quais campos e ligas observar foram feitas de acordo com convites e também por critérios que se tornaram importantes na trajetória da pesquisa (especialmente a “organização”, a “disciplina” e a “quantidade de times” inscritos nas competições das ligas).

A primeira entrada *em campo*³⁸ foi no campo do parque Iguaçu, localizado na região central de Porto Alegre. Quando fui observar aquele espaço primeira vez, minhas anotações no diário a respeito do Parque foram reduzidíssimas. Estava tão interessado no futebol, sobretudo na “organização” que definia o reconhecimento do “bom campeonato”, que simplesmente havia ignorado outros aspectos. Mas não deixei de notar que os times que jogavam naquele campo de um parque da região central eram de outras regiões (um da região Cruzeiro do OP, outro da região Leste). A respeito deste deslocamento, próximo do final da partida, perguntei ao Nilo, *treinador* do Pinheirinho, sobre por que eles vinham de tão longe para jogar naquele campo? Ele respondeu-me que “já faz 3 anos que jogamos aqui, é uma das [ligas] mais organizadas” (DC, 29/03/2009).

Nas próximas saídas *a campo* acompanhei jogos da liga Paraná. Diferente do que ocorreu com a liga do parque Iguaçu, não tinha referência alguma sobre as práticas daquela liga, para além de que era uma “liga de vila”. Eu estava motivado pela possibilidade de observar um campo localizado numa região mais periférica e, por isso, em dois domingos fui até o parque Congonhas, que é contíguo a uma região de pequenos prédios de apartamentos e grandes casas, com ruas amplas e asfaltadas. Logo soube que os times não eram do bairro no qual se localizava o campo. O próprio presidente da liga contou-me que seu time era formado por jogadores da vila onde reside (vila Paraná) e de outras nas proximidades, como também por alguns sobrinhos que residem num bairro periférico da cidade de Canoas, na região metropolitana.

³⁸ Agora, esta expressão tem uma dupla conotação. Por um lado, significa a saída das salas de reuniões, quando passei a acompanhar os times, e, por outro, o início de minha circulação pelos campos de futebol da cidade de Porto Alegre.

No parque Congonhas, aos poucos, no começo das tardes de domingo, o campo começava a ser ocupado pelo pessoal do futebol *de várzea*. Os carros estacionaram bem próximos ao campo (poucos metros), sob as sombras das árvores. Eu olhava para o campo e via um terreno irregular, com alguns pontos cobertos por grama, aqueles em que a circulação de jogadores era menor. Sem vestiários, os jogadores colocavam os *fardamentos* próximo a um muro, mais afastados ou dentro dos veículos. Um árbitro *apitava a pé*, conforme lhe era possível, em meio ao que eu denominei, naquele momento, de uma *gritaria generalizada*, dentro e fora do campo; praticamente não havia marcações (linhas). As condições eram bastante diferentes do campo do centro da cidade. Eu chegava a ter receio sobre a segurança do árbitro, ficava ansioso vendo as investidas dos jogadores sobre ele.

Há pouco mais de 100 metros, fora dos limites do parque, pais e filhos brincavam numa praça equipada com quadras, pista de caminhada, bancos e outros equipamentos de um *parquinho infantil*. Mais próximo do final da tarde, observei a formação de grupos de pessoas que saíam das casas e apartamentos e ocupavam os bancos da praça para conversar e tomar chimarrão. O pessoal *da várzea* no campo do parque e os moradores do entorno que ocupavam a praça denotavam claramente um distanciamento entre os grupos. Eles não se misturavam. Isso ficou ainda mais evidente quando o presidente da liga, ao falar, ou melhor, reclamar das condições esportivas, disse que “a gente joga aqui neste campo de *burguês* porque na vila não temos nenhuma estrutura esportiva” (DC, 03/05/2009).

As partidas que acompanhei naquele campo mais periférico foram as últimas da fase classificatória do campeonato da liga. As equipes que passaram para próxima fase (o *mata-mata*) jogaram, na semana seguinte, num parque da região central da cidade (no parque Rondon), num *campo neutro*, como explicou-me o presidente da liga. Apesar da “melhor” estrutura esportiva, não foi este o motivo que me foi apresentado por um membro da Gerência de Futebol para justificar a realização das partidas da liga Paraná em *campo neutro*. Os jogos de *mata-mata* desta liga vieram para o centro em vista da segurança. Ônibus e vans foram fretados para transportar os jogadores, familiares, vizinhos e amigos das vilas. Ali, comecei a observar que as partidas raramente eram vividas sem a cerveja, o refrigerante, os espetinhos, os salsichões, os galletos e alguns *baseados*.

Após os três domingos acompanhando os jogos da liga mais periférica, voltei para a região centro, desta vez na liga do parque Formosa, do Dimas. Tinha chegado até mim a informação de que nesta liga jogavam a “elite *da várzea*”, entre eles alguns times formados pelos *burguesinhos*, *guris de apartamentos*, moradores do entorno, e verdadeiras seleções de jogadores, atraídos pela “melhor premiação” da *várzea* – 2 mil reais, troféu, medalhas e um

fardamento completo (meias, calções e camisas). Este parque fica num bairro nobre da cidade, cercado por prédios residenciais (apartamentos amplos) e comerciais, bares e restaurantes sofisticados, instituições financeiras, hotéis, clubes e *shopping*. O campo de futebol existente dentro de seus limites ainda conservava o gramado, normalmente bem marcado com as “linhas oficiais”, cercado por alambrados, contando com arquibancada, vestiários, banheiros, bancos de reservas e até *banners* dos patrocinadores da competição, afixados em locais estratégicos. As partidas ali realizadas eram conduzidas por um *trio* de arbitragem, auxiliados por uma *mesária* e um *gandula*.

Quando perguntei ao vice-presidente da liga do parque Formosa sobre a origem dos times, ele respondeu-me que dos 16 inscritos no campeonato, apenas 4 eram do entorno, os demais eram de outros locais, tanto da região central, como de zonas periféricas da cidade. Com os times, observava a presença de *charangas*, compostas por jovens rapazes e alguns instrumentos de percussão. Na arquibancada e enganchados nos alambrados estavam grande parte daqueles que vieram ao Parque para acompanhar as partidas, para *torcer*. Entretanto, boa parte dos que permaneciam ou passavam nas proximidades do campo não estavam ali para ver o futebol: havia pessoas caminhando; *tomando sol*; pequenos grupos conversando e tomando chimarrão; pessoas com seus animais de estimação; pais brincando com os filhos; alguns jovens fumando seus *baseados*. Em meio a movimentação de pessoas, as vendas na *copa* ocorriam quase que ininterruptamente, sendo administrada pelo presidente da liga, com a ajuda de sua esposa e de seu filho (goleiro de um time, cujo pai era treinador).

Já era junho de 2009, período das fases finais dos regionais, e eu dei-me conta que os jogos até então observados eram da categoria livre. Pensando numa liga com campeonato de veteranos, logo me veio à mente o Mendes, presidente da liga da praça Catanduvas, cujo protagonismo nas reuniões era grande. Conversei com ele e combinei de assistir alguns jogos na “sua liga”. Num domingo pela manhã, pouco antes das 9 horas, cheguei na praça Catanduvas, que fica no meio do Itararé, um bairro não formal (identificado popularmente), de caráter residencial, com muitas casas e pequenos prédios de apartamento. A área verde da praça abrigava um campo de futebol, com grama próximo dos limites laterais e das *linhas de fundo*, cercado com um alambrado de aproximadamente 1,5 metros. Margeando o campo havia duas quadras poliesportivas separadas por um *campinho*, espaços estes constantemente ocupados pelos meninos e meninas em jogos com bola. Também próximo ao campo estava um prédio – pequeno módulo esportivo da Prefeitura Municipal – com uma sala e um banheiro que era improvisado como vestiários para ambas as equipes. Mais distantes, um *parquinho* e uma *cancha de bocha*.

Nesta praça, em dois domingos, acompanhei três jogos finais da competição, *apitados* por dois árbitros em campo – *paulistinha* –, auxiliados por uma *mesária*, envolvendo times vindos de bairros/vilas próximos. Ali, até aquele momento da pesquisa, foi onde notei o maior número de vendedores (um casal servindo café com pastéis na entrada da praça; três gerações de uma família numa copa improvisada próximo da entrada principal do campo; um homem com uma cesta de salgadinhos circulando entre os torcedores; uma mulher vendendo artesanatos; e um carro com estrutura para confecção e venda de lanches estacionado). Observando o entorno do campo, ainda ficava impressionado com a forma divertida e descontraída como aquele momento era vivido pelas pessoas; ouvindo as conversas (sem participar delas), percebia que as gozações e jocosidades se misturavam, sem problema algum, às discussões e reclamações derivadas dos jogos e aos assuntos de trabalho, de família, da comunidade, etc. Dentro de campo, o estereótipo dos *varzeanos* veteranos – *de que a perna cansa e a língua aumenta* – parecia ter pleno sentido. Não cheguei a marcar os minutos, mas ficou muito clara a impressão de que a maior parte do tempo era ocupada com discussões e reclamações entre os jogadores e árbitros. Mas isso não era tratado de forma negativa – *é do jogo*.

1.2.3 Nos campos do municipal de 2009

Encerrados os *regionais*, tive que estabelecer outros critérios e até mesmo novos objetivos para continuar as observações pelos campos. Isto aconteceu porque no primeiro semestre me aproximei de algumas ligas, porém a fase municipal era coordenada pela Gerência de Futebol. As aproximações que eu já havia, de certa forma, consolidado, não me possibilitariam continuar a observar *o municipal*. Eu estava aprendendo que existiam momentos diferentes e eles contavam com arranjos distintos de pessoas e grupos. Em face disso, no período de 28 de agosto à 28 de novembro de 2009, passei a transitar pela cidade, mas de modo diferente: seguindo alguns times que, para cumprir os *carnês do municipal*, deslocavam-se entre um campo e outro, nos finais de semana. Desse modo, observei espaços, pessoas, grupos por ocasião de 35 jogos em 8 campos localizados em 5 regiões diferentes da cidade: 3 na região Centro (Parques Redenção, Ararigbóia e Parcão)³⁹; 2 na região Noroeste

³⁹ Apenas nesta seção do trabalho em que descrevo a circulação nos campos/jogos *do municipal* é que mantere os nomes originais dos espaços (campos, praças ou parques) em relação às regiões. As denominações dos times e das pessoas permanecem substituídas. Nas demais partes do trabalho, retorno a utilização dos nomes fictícios dos

(Parque Alim Pedro e Estádio do São José Esporte Clube); e 1 nas regiões Sul (Parque Gaelzer), Cruzeiro (Centro de Comunidade George Black - CEGEB) e Leste (Estádio do Esporte Clube Cruzeiro).

No *municipal* de 2009 foram realizados 254 jogos, em 15 campos localizados em 7 regiões⁴⁰. Contudo, ficou evidente a prevalência de utilização daqueles situados na região central, em especial três deles: Ramiro Souto, Parcão, Ararigbóia – nestes foram realizados 40% dos jogos da competição. No início das fases classificatórias (houve três delas em cada categoria⁴¹), quando o número de partidas simultâneas era maior, os campos das regiões periféricas foram bastante utilizados. Porém, na medida em que o campeonato avançava de fases em direção aos jogos finais, especialmente na *divisão A*, os confrontos passaram a ser realizados nos parques da região central. Nesta escolha, a *divisão A* gozava de preferência em relação à *divisão B*, cuja fase classificatória se estendia por mais tempo nos campos de regiões mais periféricas. Um olhar panorâmico desta utilização dos campos nos jogos *do municipal* permitiu perceber um “efeito de centralização”, ainda que alguns “campos periféricos” tivessem sido bastante utilizados, como os do Parque Gaelzer (Sul), do CEGEB (Cruzeiro) e do Parque Alim Pedro (Noroeste), que, somados, receberam 31% dos jogos daquele *municipal*, cabendo lembrar que esta utilização esteve bastante vinculada às duas primeiras etapas da *fase classificatória* e à *divisão B*.

Nos capítulos seguintes, estarei abordando aspectos relacionados a este “efeito de centralização”. Por ora, quero destacar que já estava mais ou menos clara a existência de um circuito de campos, cujo sentido (ou a direção) da utilização *no municipal* era traçada conforme aspectos (ou marcas) valorizados na experiência prática de um “bom jogo” ou de um “bom campeonato”. Algumas dessas marcas – que dizem sobre a construção das preferências – ficaram muito mais evidentes quando foi anunciado pela Gerência de Futebol que as finais *do municipal*, nas duas categorias, seriam realizadas em estádios de clubes de

espaços. Faço isso neste momento do trabalho para impossibilitar a identificação dos lugares e das pessoas, o que não seria possível caso utilizasse as denominações fictícias posicionadas no mapa da cidade de Porto Alegre.

⁴⁰ 4 na região Centro (nos Parques Ararigbóia, Redenção, Parcão e Marinha do Brasil); 3 na região Noroeste (no Parque Alim Pedro, no Centro de Comunidade Primeiro de Maio – CEPRIMA e no Estádio do São José Esporte Clube); 3 na região Norte (no campo do Jornal do Comércio na Vila Santa Helena, no campo do Minuano no Parque dos Maias e no campo da Vila Nova Gleba); 1 na região Partenon (campo da Intercap); 1 na região Cruzeiro (Centro Comunitário George Black – CEGEB); 1 na região Leste (Estádio do Esporte Clube Cruzeiro); 2 na região Lomba do Pinheiro (campo do Pinheirinho e o Campo do Santa Helena); e 1 na região Sul (campo do Parque Gaelzer).

⁴¹ A fase classificatória da categoria veterano foi dividida nas seguintes etapas: seletiva para definir o preenchimento de vagas da divisão A (5 grupos); primeira etapa classificatória, com 4 grupos na divisão A e 3 grupos na divisão B; segunda etapa classificatória, com 2 grupos nas divisões A e B. A categoria livre também teve a fase classificatória em 3 etapas: primeira etapa com 8 grupos na divisão A e 6 grupos na divisão B; segunda etapa com 3 grupos nas divisões A e B; e terceira etapa com 2 grupos nas divisões A e B.

futebol que disputam o “circuito profissional”. Em 2009, os campeões dos veteranos foram decididos no estádio do Cruzeiro Esporte Clube (o Cruzeiro) e os campeões da categoria livre no Esporte Clube São José (o Zequinha). Quer dizer, além de seguir para o centro da cidade, parece que *o municipal*, como maneira de “melhorar”, seguia em direção ao *profissional*.

Não foram somente os números que me possibilitaram enxergar essas “direções” do *municipal*. Também notava isso ao passo em que acompanhava alguns times. Três deles eu consegui seguir com mais regularidade, naquele segundo semestre de 2009: o Olaria (5 jogos), o Campina Grande (4 jogos) e o Entre Rios (4 jogos). Abaixo apresento extratos das anotações constantes nos diários de campo, referentes à circulação desses times, vinculando-os (cores e números) com o mapa ilustrativo da figura 3, na próxima página. Estas descrições ajudaram sobremaneira na percepção da lógica de centralização.

Olaria (vermelho)

Observei 5 jogos do Olaria, dos 10 que ele disputou *no municipal*. Ele participou da etapa da *seletiva* para a *divisão A* no campo do Parque Gaelzer (05), do Parcão e do Ararigbóia (02). Não tendo conquistado uma das vagas na *divisão A*, passou a disputar a *divisão B*. Na primeira etapa desta *divisão* enfrentou um adversário no campo do Minuano (08), outro no CEGEB (04) e outro no Parque Gaelzer (05). Conseguiu *passar para a segunda etapa* classificatória, jogando a primeira partida no Parque Gaelzer (05). Na segunda rodada jogou no CEGEB (04) e, na terceira no Parque Marinha do Brasil (07). Novamente conseguiu *passar de fase* e qualificou-se uma das *semi-finais*, no Parcão (04). Venceu e disputou a *final* no estádio do Esporte Clube Cruzeiro (10).

Campina Grande (verde)

Esta equipe participou de 9 jogos nesta competição, em 6 campos e 3 regiões diferentes da cidade de Porto Alegre. Na fase *seletiva para a divisão A*, jogaram no Parque Gaelzer (05), no Parcão (03) e no Ararigbóia (02). Classificou-se para a *divisão A*, na qual participou de três jogos pela *primeira etapa classificatória* – na Redenção (01), no Alim Pedro (06) e, novamente, na Redenção (01). Novamente classificou-se e jogou outras três partidas pela segunda etapa classificatória, primeiro na Redenção (01), depois no Parcão (02) e, por último, no Marinha do Brasil (07), todos na região centro. Não conseguiu classificação para a semi-final e saiu da competição.

Entre Rios (azul)

Este time participou *do municipal* de 2009 na *categoria livre, divisão A*, tendo jogado 11 partidas, das quais 9 foram na região central: na primeira etapa classificatória, jogou na Redenção (01), no Ararigbóia (02) e no Pinheirinho (09); na segunda etapa classificatória, seus jogos foram no Alim Pedro (06), no Ararigbóia (02) e na Redenção (01); na terceira etapa de classificação, teve um jogo no Parcão (02) e dois na Redenção (01); disputou a semi-final no Parcão (02) e a final no estádio do São José Esporte Clube (11).

A escolha dos 3 times acima ocorreu por diferentes motivos que me orientavam naquele momento da pesquisa. Comecei a seguir o Olaria em função de ter conhecido o Alcides, dirigente-jogador numa reunião na Gerência de Futebol; o Campina Grande chamou

minha atenção pela maneira como os jogadores-veteranos chegavam e se reuniam no entorno dos campos, trazendo a própria *copa* para as partidas; já o Entre Rios era o time mais reunia torcedores para seus compromissos. Depois de interessar-me pelas equipes, eu olhava a tabela de jogos do municipal e me deslocava de ônibus, localizando os campos a partir das linhas de transporte urbano, tal como certamente acontecia com muitas outras pessoas.

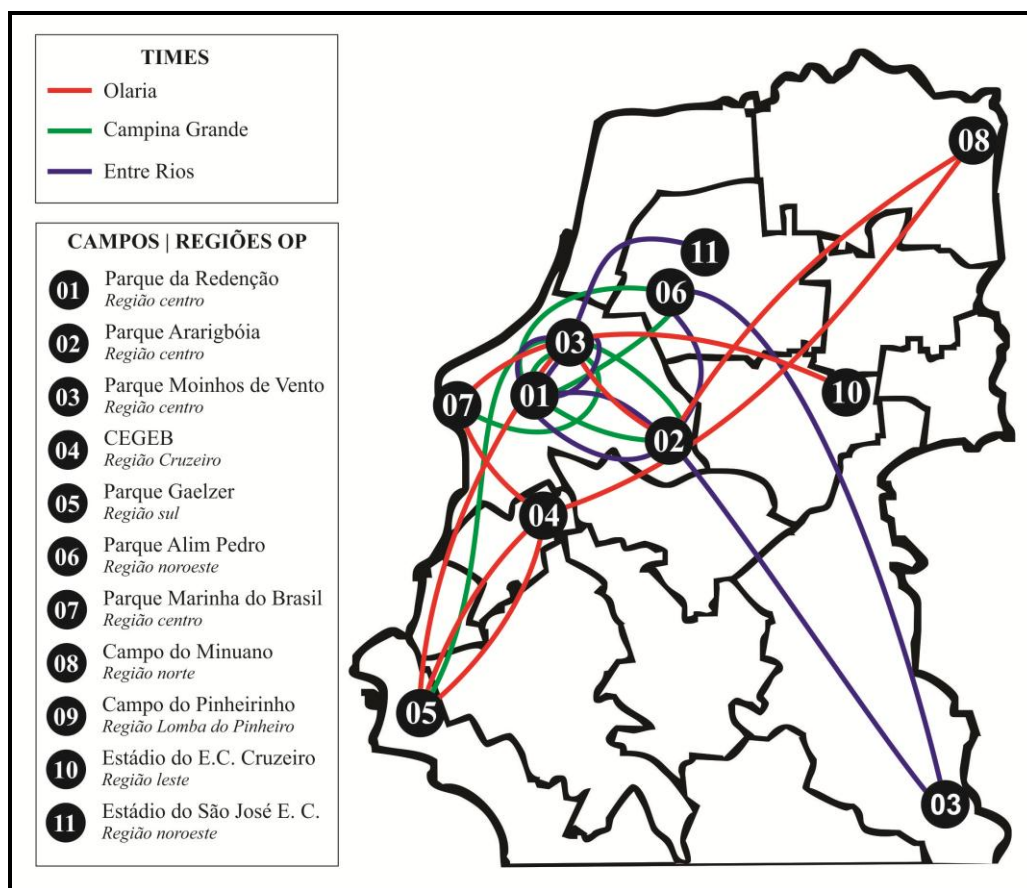


Figura 3 – Mapa de circulação de 3 times em diferentes campos e regiões da cidade de Porto Alegre, na fase municipal do campeonato de 2009.

Conhecendo a cidade, os parques/centros e campos

Circulando pela cidade iniciava uma aprendizagem que não se esgotava nos campos, já que assimilava diferenças, ainda que de maneira bastante superficial, pelas janelas dos ônibus, entre os bairros, como, por exemplo: as construções mais antigas e proliferação de pequenos comércios do bairro Medianeira, onde fica o CEGEB; e as casas de alto valor, prédios residenciais, condomínios, supermercados e centros comerciais do bairro Tristeza, onde está o campo do Parque Gaelzer. Mas não era somente isso que eu aprendia seguindo os

times. Esse tipo de observação “em trânsito”, nos sábados e domingos, me possibilitava olhar para as formas de apropriação dos parques pelo *pessoal da várzea* e suas relações com os *habitués* não vinculados ao circuito de futebol. Abaixo apresento 4 exemplos das minhas anotações, não com o objetivo de esgotar as descrições, mas para apontar a maneira como fui aprendendo sobre os espaços e tempos *varzeanos* na minha primeira circulação pela cidade.

Campo do CEGEB

Quando saí de casa, já sabia que o CEGEB se tratava de um Centro Comunitário vinculado à Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME), onde eram desenvolvidas várias atividades direcionadas à comunidade do entorno. Antes do primeiro jogo da tarde deste sábado iniciar havia uma movimentação de crianças (meninas) e uma mulher no pátio, que não se vinculava às pessoas que estavam acompanhando o futebol. Perguntei ao segurança se eram de algum projeto e ele me informou que seria realizado um passeio com as crianças da comunidade. O campo de futebol era rodeado por construções do Centro, com muro ou prédios. Fica, literalmente, dentro da instituição. É cercado por todos os lados com alambrados, muro e complementos com redes de *nylon* já desgastadas pelo tempo. O campo era o que se chamava de “legítimo *areião da várzea*”, pois quase todo ele é de terra, com exceção de alguns pontos nos cantos onde ainda havia grama. (DC, 10/10/2009)

Campo do Parque Gaelzer

Além do campo, o Parque tem uma construção central (o módulo esportivo), na qual ficam os vestiários. Neste prédio, através de uma janela, eram comercializadas bebidas e lanches (uma *copa*). Há também uma pista de *skate*, uma quadra poliesportiva, um campo menor, uma cancha de bocha, equipamentos de lazer para crianças e duas churrasqueiras. O campo é bastante irregular, com gramados em alguns pontos, cercado por um alambrado de 1,80m. No início do jogo (e da tarde), poucas pessoas estavam presentes no Parque. Eram homens, mulheres e crianças que chegaram junto com os membros dos times. Após o término da segunda partida, o cenário mudou. Por volta das 18 horas, fiquei observando o grande número de pessoas que foi, ao longo da tarde, ocupando os espaços. Grupos de pessoas jogando basquete, futsal, futebol no *campinho*. Muitas crianças acompanhadas dos pais brincando. Adolescentes andando de *skate*, outros observando as manobras. Se no início da tarde a praça era “toda do futebol”, no final era apenas mais uma das atividades. (DC, 17/10/2009)

No parque Alim Pedro

Às 15 horas, quando cheguei no campo do Alim Pedro, o futebol era a principal atividade daquele espaço, era o principal motivo de grande parte das pessoas que estavam presentes. Mas, na medida em que se aproximava o fim da tarde, aumentava consideravelmente a presença de pessoas no parque e o futebol parecia que perdia o seu “destaque”. Os moradores dos prédios do entorno estavam ali para caminhar, correr, passear com seus animais de estimação, brincar nas quadras ou mesmo dentro dos espaços não ocupados dentro do alambrado. Dois casais conversavam ao lado do alambrado, como se o jogo de futebol não estivesse ocorrendo, acompanhados por alguns adolescentes, duas meninas e dois meninos. Aos poucos, parecia que o *futebol* tornara-se um “intruso”. Uma senhora chegou por volta das 17 horas junto com uma menina com sua bicicleta. Ao chegar no portão de entrada da pista de caminhada que fica no entorno do campo, ela estranhou a presença de uma pessoa controlando a entrada e saída. Então, perguntou-me: “para que isso, para que este cadeado?” Eu respondi que era uma medida de segurança em virtude do futebol. Liberada para entrar com a menina, ela *fez sua caminhada*, enquanto o jogo acontecia. (DC, 03/10/2009)

Campo da Redenção (Parque Farroupilha)

Em um domingo à tarde, já na terceira *fase da etapa classificatória*, fui até o campo da Redenção. Assistia a partida do primeiro horário quando notei a chegada de cerca de 50 pessoas, a maioria delas uniformizada, até mesmo as crianças – na camisa constava o nome da equipe, o *escudo* e a “função” da pessoa: torcedor, diretoria ou treinador. Os homens se posicionaram mais próximos do

alambrado ou em pontos que permitiam boa visibilidade do jogo (alguns ficaram em torno *da cerveja*); grande parte das mulheres formou grupos e conversavam enquanto acompanhavam a partida e monitoravam os filhos nas brincadeiras. Duas faixas e uma bandeira *do time* foram penduradas pelos membros dessa *torcida uniformizada*, que era chamada pela expressão *a comunidade do [bairro] Entre Rios*. (DC, 25/10/2009)

Anotações como estas me proporcionaram perceber aspectos mais regulares, comuns, e que faziam com que estes parques e centros comunitários e não outros fossem escolhidos pelos organizadores como locais das partidas. Já era possível produzir uma lista deles: qualidade do campo, localização/ acesso, segurança, vestiários, banheiros, iluminação, arquibancada. Estes aspectos estavam reunidos em maior quantidade e “qualidade” nos estádios das finais daquele ano (do Esporte Clube Cruzeiro e do São José Esporte Clube). Nestes estádios, podia dizer, tinha um “clima de profissional”. O campo era *um tapete*, como diziam aqueles que olhavam para o gramado em bom estado; muitos funcionários da SME trabalhando; equipe de arbitragem da Federação Gaúcha de Futebol; locução oficial com o sistema de sonoplastia; repórteres na beira do campo, entrevistando, participando da transmissão ao vivo, via rádio; torcidas separadas nas arquibancadas, com suas faixas, bandeiras e instrumentos de percussão e de sopro; batalhão de choque da Brigada Militar dentro e fora do campo.

Trabalhadores da várzea

Olhando o futebol, na fase municipal, eu continuava encontrando muitas pessoas trabalhando, *fazendo renda* como diziam. E não estou me referindo ao conjunto de pessoas envolvidas na organização e na arbitragem, mas aos inúmeros vendedores ambulantes, donos de *copas*, fotógrafos e catadores de material reciclável. O fato de circular e retornar a alguns dos campos, já me possibilitava notar que havia *trabalhadores locais* (os que conheciam as dinâmicas de um determinado campo e ali procuravam fazer sua renda) e os *de fora*, ou itinerantes (que oportunamente circulavam com membros dos times). Esta segunda condição, naquele momento, era uma dimensão recente para mim e, por isso, passei a seguir um time de veteranos, o Campina Grande, exatamente porque com ele, em distintos campos, encontrava uma adolescente coordenando suas vendas no entorno de caixas de isopor, as quais demarcavam não somente o espaço de consumo, mas, sobretudo, o espaço de conversa, de discussão e de brincadeiras entre aqueles que vieram para jogar e assistir. Abaixo apresento o trecho do diário de campo no qual registrei, pela primeira vez, essa adolescente:

No mesmo momento em que os jogadores desta equipe [Campina Grande] chegaram e se estabeleceram na pequena arquibancada, chegaram duas grandes caixas de isopor com bebidas (refrigerantes e cervejas) e sanduíches, estas colocadas nas proximidades dos jogadores e torcedores da equipe. Neste “ponto de venda” estava uma adolescente que os jogadores e torcedores chamavam de Preta. Os jogadores e os torcedores do time a conheciam, ficando muito claro que se tratava de um “ponto de venda” que acompanhava a equipe. A adolescente, que estava com seu namorado, coordenava firmemente as vendas. Em um momento, logo na chegada, discutiu com um dos torcedores que havia solicitado um desconto: “Hoje não tem desconto, nem vem”. A vendedora abriu uma cerveja, mas não entregou ao torcedor enquanto este não completou o pagamento da bebida. Observei também a *pressão* dos torcedores para que a adolescente fizesse a venda “para se pagar depois”, o que ela não aceitou. Um torcedor que estava próximo da caixa de cerveja, ficou irritado com a situação e disse: “se você não vender, vai ficar tudo congelado aí, ninguém vai comprar, vai virar picolé de cerveja”. Mais tarde, essa situação de pegar a cerveja para pagar mais tarde foi aceita em relação a outra pessoa, o que indica que a adolescente conhece seus clientes. Ao explicar para um colega as variedades de cerveja que tinha na caixa de isopor, a vendedora diz que tem Skol e Bohemia. A Skol vende a R\$ 3,00 e a Bohemia vende a R\$ 4,00. Esta Bohemia, explica ela, é trazida para o goleiro da equipe que sempre compra, mesmo custando mais do que a outra. E, realmente, após o final da partida, quando os jogadores da equipe Campina Grande se reuniram nas proximidades deste “ponto de venda”, o goleiro adquiriu várias destas cervejas. (DC, 26/09/2009)

A Preta não representava o único caso de vendedores que acompanhavam os times com suas caixas de isopor repletas de bebidas e alguns sanduíches; havia outros, como o homem que circulava com o time denominado de Piraquara. Mas, dentre outros, certamente era a Preta quem demonstrava maior “ligação” com os jogadores e demais pessoas que acompanhavam o time Campina Grande; os conhecia, sabia de suas “habilidades esportivas”, de suas preferências e também era, efetivamente, uma torcedora – não deixava de ser enquanto negociava. Os próprios jogadores e torcedores da equipe ajudavam a transportar as pesadas caixas de isopor, do carro até as proximidades do alambrado, numa sombra, o que não a impedia de comercializar com pessoas de outros times e também não autorizava os jogadores a pedir descontos.

1.2.4 Numa liga exemplar do centro

O ano de 2009 tinha encerrado e eu tinha conseguido, além de observar reuniões na Gerência de Futebol, acompanhar alguns jogos dos *regionais* das ligas e do *municipal*. Este olhar era panorâmico, porém foi a partir dele que me interessei pela noção de circulação das pessoas e grupos compondo e/ou transitando em diferentes configurações de um circuito de competições, lidando com diferentes práticas e significados. Com esse tipo de interesse em mente, logo percebi que necessitava aprofundar minha imersão no circuito e decidi que faria

isso “entrando numa liga”. Então, no início de 2010, entre 11 de janeiro e 10 de março, observei rodadas do campeonato de verão da liga do parque Iguazu, da categoria livre. Em 23 dias de jogos, fui até o campo que fica dentro do parque, permanecendo das dezenove e trinta até às vinte e três horas, mais ou menos. Realizava-se um jogo “por noite”, entre segunda e sexta-feira, uma vez que o campo conta com iluminação. Participaram desta competição 10 equipes, divididas em 2 grupos. Foram realizados 24 jogos⁴².

Eu já tinha sido informado, várias vezes, que liga do parque Iguazu era uma *liga exemplar* da *várzea* da cidade e que este campeonato de verão era um dos poucos realizados nesta época do ano, na categoria livre. Como conhecia o presidente da liga – das reuniões na Gerência de Futebol –, e ele demonstrou interesse em me apresentar o seu trabalho, não foi difícil negociar minha entrada e permanência naquele espaço-tempo *da várzea*. Saía de casa por volta das dezenove horas, *pegava o ônibus* que demorava cerca de 20 a 30 minutos para percorrer cerca de 4 km. Neste horário, todos sabem, em Porto Alegre, que o trânsito *é complicado*, uma *tranqueira* e, se era *complicado* para mim, não era diferente para os jogadores que se deslocavam para chegar *no horário*, para o jogo. Normalmente, meia hora antes do jogo, eu descia numa *parada* de uma grande avenida contígua ao parque, repleta de prédios residenciais e salas comerciais (construções já “antigas”). Muitos comércios que ficam de frente para a avenida já estavam com as portas fechadas, com exceção dos bares e restaurantes. Eu atravessava a avenida, não sem esperar algum tempo e estar atento ao grande fluxo de veículos, entrava no parque. Logo nesta entrada, o cenário, invariavelmente, era composto por muitas pessoas caminhando, correndo e conversando, aproveitando o final da tarde para seus exercícios físicos, para o passeio com seus animais de estimação, para o chimarrão em algum dos bancos.

Desviando de alguns caminhantes e corredores, caminhando com outros, chegava até o portão de entrada do campo, que é cercado por um alambrado com cerca de 1,6 metro, mas com vários portões de acesso abertos. No entorno do campo, mas ainda dentro dos limites do alambrado, há uma pista de atletismo intensamente ocupada pelos moradores dos prédios, vários deles com acompanhamento dos *personais* ou de profissionais que orientam grupos (de corredores; de ginástica) – cada espaço da pista era disputado, o que demandava cuidado na tarefa de atravessá-la, para não atrapalhar alguém. Entre a pista e os limites do campo de futebol, existem áreas *com gramado*, que também são bastante utilizados pelos homens e

⁴² 18 partidas na fase classificatória, no sistema de *rodízio simples dentro do grupo*; 6 times foram classificados para uma próxima etapa de *mata-mata* (eliminatória simples), realizando 3 jogos; destes 6 times, 4 foram classificados para a *semi-final*, em outros 2 jogos; por fim, a realização do jogo final, sem disputa do terceiro colocado.

meninos para as *peladas* ou alguma brincadeira com a bola. Com frequência me deparei com a cena de adolescentes deslocando *goleiras* para estas áreas *de grama*, onde disputavam os jogos. Quase sempre era possível ver um pai *trocando passes* com seu filho, testando e comparando suas habilidades. As marcações do campo, preparadas para o jogo da noite, corriqueiramente eram aproveitadas para outros jogos, como a *pelada* disputada nos limites da *grande área*. As imediações das *goleiras* do campo eram espaços especiais, de grande uso, neste horário de ocupação intensa do campo e seu entorno.

Se dentro dos limites do alambrado a ocupação era intensa, fora dele não era diferente. O campo/pista é rodeado por quadras e outros campos menores, que também, nos finais das tardes e início das noites, recebiam jogadores e jogos. Em duas quadras normalmente se desenvolviam jogos de basquetebol; noutra quadras e nos três campos, corriqueiramente, eram disputadas as partidas improvisadas de futebol, cuja sonoridade produzida pelos gritos era possível identificar de longe. Era nesse espaço (implicado na dinâmica da cidade e desta região) que, pouco antes das vinte horas, começavam a chegar as pessoas envolvidas na organização do campeonato de futebol, os membros da arbitragem, o Seu Donato, vendedor *local* de bebidas, com suas caixas de isopor, e, é claro, os jogadores, dirigentes, treinadores, torcedores, por vezes, as *comunidades* das equipes que jogarão na *rodada* da noite. O ponto de encontro, habitualmente, era a arquibancada localizada numa das laterais do campo/pista, em frente a um prédio onde há salas de administração e os vestiários utilizados pelos jogadores, próximo do principal portão de acesso ao campo. A entrada dos jogadores já *fardados* no campo e o início da partida organizada pela liga ocorria ainda com a pista de atletismo repleta de pessoas e grupos. Os homens, adolescentes, meninos que ocupavam o campo eram deslocados para fora, mas nem todos paravam com os jogos e brincadeiras, apenas passavam a fazê-los nas áreas entre a pista e o campo.

Ao passo que escurecia, o número de frequentadores desta região do parque começava a diminuir, ocorrendo um movimento contrário ao que referi anteriormente. Se naqueles casos, nos finais de semana, o futebol *de várzea*, aos poucos, perdia destaque, no parque Iguaçu, nos dias úteis da semana, à noite, o futebol ganhava em evidência, o que não significava a ausência de outros grupos: um dos campos menores que fica nas proximidades do principal era ocupado quase que ininterruptamente; duas vezes por semana, um time de *rugby* chegava para treinar no campo principal depois do jogo de futebol e, enquanto esperava, organizava aquecimentos e treinamentos na área atrás de uma das *goleiras*; os *guris do tráfico* também começam a aparecer e ficavam “meio escondidos”, negociando nos lugares mais ermos.

Por volta das vinte e três horas, depois dos jogos, a arquibancada e os vestiários voltavam a ser pontos de encontros do *peçoal do futebol de várzea*, para a alegria do Seu Donato, vendedor que permanecia até o final, esperando ainda comercializar cerveja, refrigerante e água. Em algumas noites observei o jogo ao lado do vendedor, fora do alambrado, onde ele estacionava suas caixas de isopor. Ficava impressionado com o conhecimento *da várzea* demonstrado. Ele não era apenas um vendedor, mas também um exímio espectador; prestava atenção nos jogos; sabia a história de muitos times, jogadores e treinadores. A partir dessas informações, da tabela de jogos que recebera de um dos membros da liga e das condições climáticas, conseguia planejar suas compras e vendas na beira do campo. Ele sabia exatamente quais eram os dias de maior público, os que consumiriam mais e os melhores locais e horários para a comercialização.

Depois das partidas e de acompanhar por alguns minutos a rápida saída dos membros dos times, eu também seguia em direção à avenida, para *pegar o ônibus*. O cenário era muito diferente da entrada no parque. Para além do time de *rugby*, somente alguns mais corajosos apareciam para caminhar ou correr na pista. As três quadras esportivas do entorno ficavam desertas, assim como dois dos *campinhos*. Apenas um destes, o que tem iluminação, congregava homens em partidas bastante barulhentas, nas quais falar e gritar era tão importante quanto dominar, chutar e driblar. Nas primeiras vezes que percorri os pouco mais de 150 metros, praticamente sem iluminação, ermos, entre a arquibancada e a avenida, acelerei o passo, *fazendo de conta* que não ouvia as discretas abordagens dos *guris do tráfico*. Aos poucos fui me acostumando e os *guris* desistiram de chamar.

A liga = dirigentes + contratados + times inscritos

Após conseguir a autorização dos dirigentes da liga para fazer a observação, meu roteiro de ações era quase sempre o mesmo: cumprimentava as pessoas conhecidas e as que me eram apresentadas; ajudava em algumas tarefas quando solicitado ou quando via a necessidade disso; pegava meu caderno de anotações e a caneta, escolhia alguns aspectos para observar e, de acordo com isso, procurava o melhor lugar; procurando ser discreto, anotava o máximo de informações que conseguia. Entre uma ação e outra, sempre estive explicando, de acordo com as oportunidades, qual era meu objetivo ali, especialmente para os *dirigentes e treinadores* das equipes.

Neste momento da pesquisa eu estava, ainda, muito interessado no funcionamento das ligas. Por isso, prestava bastante atenção a como esta se organizava. No decorrer das 23

rodadas do campeonato de verão, acompanhadas também através do *website*⁴³ da liga, observei que ela funcionava sob a administração de duas pessoas: o Alencar (presidente) e o Amadeu (vice). Eles gerenciavam campeonatos como empreendimentos particulares, tratando-os como uma parceria com a SME (a oferta e organização de “boas” competições de futebol em troca do uso do campo, dos vestiários e da iluminação, o que gerava receitas aos empreendedores). A sede da liga era o próprio campo/parque. A maioria das reuniões era realizada num restaurante que fica do outro lado da avenida, outras na beira do campo, antes do início da rodada.

Nas rodadas do campeonato, Alencar e Amadeu contratavam uma *mesária*, os *árbitros* e de um *auxiliar*. *Fazendo súmula* e ajudando o Amadeu no recebimento e conferência dos documentos, sempre estava a Simone, que morava em Viamão (cidade da região metropolitana), trabalhava em Porto Alegre durante o dia e, à noite, *fazia mesa*, recebendo R\$ 20,00 por jogo. Ela chegava mais cedo, organizava a *papelada* e entregava o uniforme de arbitragem “da liga” para a dupla de árbitros. Os árbitros que *apitavam paulistinha* eram *contratados* pelo Alencar, sem intermediários, de acordo sua avaliação do jogo (times envolvidos, momento da competição) e com a disponibilidade deles (agenda e avaliação sobre a partida *oferecida*). Apenas 10 árbitros *apitaram* os 24 jogos da competição, alguns em mais de 7 partidas, outros em apenas um. Aqueles que aceitavam os termos do “contrato verbal” compareciam minutos antes da partida, trocavam *ali na mesa*⁴⁴ suas roupas pelo *fardamento* padronizado da liga (camisa e calção). No final recebiam, cada um, R\$ 60,00, assinavam a súmula, entregavam os uniformes e saíam do parque, evitando as discussões sobre a partida.

Para auxiliar a Simone e os árbitros depois das partidas, o Alencar *dava um troco* para o Raí, quando ele aparecia, ou melhor, quando ele precisava de dinheiro. Era um rapaz, sempre vestindo uma camiseta e um calção bem *surrados*, de chinelo. Algumas vezes, quando cheguei ao parque, o avistei jogando *peladas* nos campinhos do entorno do campo principal. Assim que a movimentação para a rodada do campeonato da liga começava, ele se apresentava para ajudar na reposição das bolas, nas substituições, no controle de acesso de pessoas pelo portão e, depois das partidas, na limpeza dos vestiários. O trabalho não era um *fardo* para o Raí. Ele se divertia, demonstrava saber muito *da várzea*, conhecia muitos dos que ali circulavam, os tratava como amigos e também assim era tratado, conversava de igual-

⁴³ A liga disponibiliza em seu site várias informações das competições que promove, como: equipes inscritas, jogos, fórmula de disputa, classificação, cartões, regulamento, premiação, goleadores, punições, fotos, documentos, informações para contato.

⁴⁴ Na mesa se refere ao local onde está trabalhando a *mesária*, *fazendo a súmula*.

para-igual, era constante alvo de jocosidades, mas as rebatia com habilidade. No final da rodada, recebia R\$ 2,00 ou um pouco mais, conforme *o trabalho* e a *generosidade* dos dirigentes da liga.

A fonte de receitas para o pagamento da *mesária*, dos árbitros, do ajudante e da premiação (troféus e medalhas) advinha da cobrança das taxas de inscrição, de arbitragem e de multas. Antes de iniciarem a competição, os 10 times pagaram R\$ 450,00 de inscrição; antes dos jogos pagavam a taxa de arbitragem de R\$ 75,00 e, em algumas situações, multas de R\$ 10,00 (por atraso, por *baterem chuteiras*⁴⁵ no vestiário, etc.). A respeito destes times, no decorrer da competição, fui apreendendo a classificá-los em três categorias:

- Os *times da casa*, que não eram necessariamente do bairro onde fica o campo, mas a respeito dos quais poderia se dizer que eram “da liga”, porque ali jogavam há muito tempo e disputavam o campeonato que *valia a vaga no municipal* (o Sertãozinho, o Barbosa e o Triângulo);
- Os *times de fora*, que disputavam o campeonato de verão, mas que quando se trata da vaga para *o municipal*, participavam de competições em outras ligas (Capitão Marques, da liga Maringá; o Santo Antônio, da liga do parque Taquari; o Três Barras, da liga do parque Formosa; o Dois Vizinhos e o Pato Branco da liga da praça Catanduvas);
- Os *times convidados*, que estavam começando a participar de campeonatos das ligas e que, por isso, estavam passando por uma fase de observação a fim de verificar se eram organizados e disciplinados (o Primeiro de Maio de Alvorada; o Castro que só jogava amistoso).

Ao mesmo tempo em que eu aprendia a classificar, também era alvo de classificações. Num jogo, por exemplo, um menino *da comunidade* que estava acompanhando um time no qual estavam vários jogadores que transitaram e ainda transitam pelo circuito profissional, vendo que eu estava na lateral do campo, anotando, aproximou-se de mim e disparou a seguinte questão: “você é olheiro, empresário?” (DC, 26/01/2010). Eu disse que não e lhe falei que estava fazendo uma pesquisa. O menino saiu decepcionado. Noutro jogo desta mesma equipe, eu observava a preparação dos jogadores, quando um *dirigente* do time abordou-me e convidou-me para acompanhar, num dia, a preparação desde a sede até o campo, complementando com a informação de que outro jornalista já tinha feito uma matéria

⁴⁵ Uma das críticas aos jogadores refere-se à limpeza que eles produzem de suas chuteiras, batendo-as nas paredes e bancos dos vestiários. Isso demanda um esforço a mais para os dirigentes da liga para deixarem os vestiários da maneira como receberam.

semelhante (DC, 02/02/2010). Expliquei-lhe que eu não era jornalista, falando sobre minha pesquisa, a qual, depois de minhas ponderações, ele denominou de “trabalho de faculdade”. Estes dois fatos serviram para reforçar a ideia de que “estar *na várzea*” era ser situado num espaço demarcado, no qual os interlocutores, de certa forma, “encaixam” o pesquisador e onde este procura perceber/entender as marcas já existentes.

A liga = gestão de parceiros e desafetos

Conquanto o “fazer a liga” dependesse dos *empreendedores* e de suas *contratações*, observei que era preciso acionar outras pessoas ou instituições não mediadas pelo dinheiro, com o objetivo de manter ou melhorar as condições do espaço público para a prática do futebol (fundamentalmente do campo, dos vestiários e da iluminação). A marcação do campo era de responsabilidade do funcionário da SME lotado no módulo esportivo do parque; o corte da grama – aquela que resiste nos cantos, *nas laterais* do campo e atrás das *goleiras* – era feito pelos funcionários do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU); a troca de lâmpadas era realizada pelos funcionários da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV); a poda de árvores do entorno estava aos cuidados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAN). O modo como o presidente da liga trata dessas relações a respeito das condições era quase sempre carregada de reclamações sobre a morosidade e a “má vontade dos parceiros”.

Mas não são somente as condições do campo, dos vestiários e da iluminação que fazem *a liga* acionar pessoas e instituições. A segurança e a divulgação também eram dois aspectos com os quais frequentemente notei o Alencar e o Amadeu lidarem. Vez ou outra, a Brigada Militar foi chamada para conter as animosidades que se apresentavam como incômodas (discussões, brigas e ameaças). Isso nem sempre era feito pelos coordenadores das competições, mas também pelos membros dos times ou, ainda, por denúncias anônimas sobre a presença de armas, tal como vivenciei numa situação, quando a Brigada Militar deflagrou uma “operação especial” para revistar mais de 200 pessoas no entorno do campo, sob a alegação de que os times eram de *patrões do tráfico*.

A relação com a Brigada Militar, no que se refere à segurança, certamente tinha ressonâncias sobre o “fazer a liga”, do mesmo modo que a relação com os meios de comunicação. No dia seguinte a cada jogo, eu acessava o *blog a Voz do Amador, do Bolinha* e lá estava postada a notícia sobre o jogo da noite anterior da liga do parque Iguaçu, normalmente notificações do resultado e dos autores dos gols. Isto ocorria, porque o

presidente da liga, depois das rodadas, *dava a notícia* para o jornalista e ele, invariavelmente, publicava no *blog* e também uma matéria na edição impressa mensal do *Jornal A Voz do Amador*. Em conversas sobre a divulgação em jornais maiores, os dirigentes da liga falaram sobre as solicitações de envio de notícias para o Diário Gaúcho, jornal de grande circulação em classes populares, que publica nas terças-feiras matérias sobre o *futebol de várzea*, numa seção denominada *Várzea Futebol Clube*. Quanto a este veículo, os dirigentes reclamavam de *darem a notícia* e os jornalistas filtrarem, não publicarem ou fazerem de modo bastante reduzido. Diante disso, pararam de *enviar a notícia*. Assim, vez ou outra, os jornalistas apareciam para “produzir a notícia”, isto nas fases finais.

A liga = disciplina + organização + competitividade

Uma das grandes preocupações manifestadas pelos dirigentes da liga era manter a disciplina no parque, já que práticas contrárias a isso logo inviabilizariam a permanência dos jogos naquele local. Para isso, além do compromisso com o regulamento, outra estratégia era a de trancar todos os portões de acesso ao campo e à pista de atletismo, deixando os torcedores do lado de fora. Porém, isto, de certa forma, era um empecilho para os usuários da pista de atletismo que nada tinham a ver com o futebol, os quais eram obrigados a solicitar a entrada e a saída. Não raro, notava a impaciência dos usuários da pista como também dos membros da liga a respeito desse controle de acesso, tal como descrevi na seguinte situação:

Quando o presidente da liga fechou os portões para impedir o pessoal vinculado ao jogo de permanecerem nas proximidades das linhas demarcatórias do campo, logo começou a ter que se dirigir até um destes portões para ficar “liberando” a entrada/saída das pessoas que faziam seus *exercícios* na pista de atletismo. “É só no primeiro tempo, depois acaba essa *encheção de saco*, no segundo tempo não tem mais ninguém aqui”, disse-me o dirigente, manifestando sua impaciência. Sobre esse controle da entrada/saída anotei duas controvérsias que envolviam a discussão sobre aquele espaço ser “público”:

1. Uma mulher discutiu com a *mesária*, que ajudava no controle do portão. A mulher queria caminhar e queria que seu filho ficasse dentro dos limites do alambrado, mas este não iria fazer *exercícios físicos*. A *mesária* o impediu (sob a anuência do presidente). A mulher, indignada, perguntou “quem iria ficar responsável pelo filho fora?” e gerou-se aí uma discussão.
 2. Outra questão envolveu jogadores da equipe de *rugby* que treinam dois dias por semana no horário pós-jogo. Os jogadores foram autorizados a entrar para fazerem os aquecimentos e treinamentos atrás de uma das metas e na pista de atletismo (como sempre fazem), durante o jogo de futebol. A questão é que depois de um tempo de aquecimento, alguns jogadores de *rugby* queriam sair para tomar água e o presidente da liga não foi abrir o portão. [...] Depois vi um dos jogadores pular a cerca e o presidente deslocar-se imediatamente na direção dele e do grupo para chamar a atenção. (DC, 21/01/2010)
-
-

Numa das vezes em que o Amadeu (vice-presidente) procurava me esclarecer a preocupação deles com a disciplina naquele espaço público, ele mencionou, orgulhosamente, o “desconvite” feito ao Pinheirinho (da vila Pinheiro) no ano anterior, porque “[...] trouxeram a sua torcida [*a comunidade*] aqui e fizeram a maior confusão” (DC, 12/01/2010). Os dois gestores da liga, quando me explicavam a respeito da organização da liga quase sempre tratavam de dizer sobre a disciplina e a organização dos times, elogiando aqueles que não geravam confusão no jogo e no campeonato (uma disciplina quanto à regra e quanto ao regulamento), o que não significava, no entanto, que eles desconsideravam a competitividade das equipes. Este também era um critério importante, que justificava até mesmo uma fase de experiência (um amistoso, pelo menos) para ver se o time demonstrava condições para “estar na liga”. Acompanhei bem essa preocupação numa oportunidade em que o presidente e o vice diziam para um “dono de time” o que ele precisava para “entrar”:

Durante o jogo chegou um Sr. que queria informações sobre o campeonato do parque Iguaçu (que dá direito à vaga para *o municipal*). Alencar começou explicando para o Sr. como funcionava: “A taxa é de 450,00 reais, a arbitragem, por jogo, é 75 reais. Eu aviso antes, porque não é barato”; “Aqui só tem time bom. Eu falo porque tem times que não estão acostumados, só jogam amistoso”. O Sr. respondeu que não tem problema quanto ao dinheiro: “Nossa empresa é forte, 450 reais não é problema”. Amadeu, que complementou as informações sobre o regulamento, enfatizando as multas (por cartões, atrasos...), também disse que para inscrever “temos que ver o *monstro* [time] antes”. Por isso, agendaram um amistoso contra a equipe do Amadeu (o Garatuba) para a sexta-feira (05/02). A preocupação do Amadeu e do Alencar era em não colocar times muito fracos que entram, levam “uma lavada” no começo e depois abandonam o campeonato, prejudicando a organização. (DC, 27/01/2010)

1.2.5 Numa liga da periferia da cidade

Ao mesmo tempo em que eu observava os jogos do campeonato da *liga exemplar*, no centro, comecei uma aproximação na liga da vila Marechal (aproximadamente 15 km de distância). Conheci o presidente desta liga, o Gomes, nas reuniões da Gerência de Futebol. No início de 2010, quando expliquei que desejava acompanhar as ligas e que, em contrapartida, poderia colaborar de alguma maneira, o Gomes foi um dos que me procurou para que eu pudesse acompanhá-lo. Naquela ocasião, combinamos que eu iria participar de uma reunião da “liga dele”. Anotei o local, a data e o horário e confirmei meu interesse. No dia agendado, saí de casa por volta das 17 horas, com o objetivo de chegar no local às 19 horas. Não conhecendo a vila, comecei a pesquisar os itinerários de ônibus. Nesta primeira “viagem” *peguei três ônibus*. Neste horário de movimentação de retorno dos trabalhadores, com as ruas

lotadas, foram duas horas para percorrer os 14 km entre minha casa e a *parada de ônibus* indicada. Quando cheguei, liguei para o presidente da liga. Ele explicou-me como chegar até sua casa. Do ponto até a casa do Gomes não era longe, mas tinha que transitar a pé, algo que me deixava apreensivo. Caminhando rápido, observava discretamente as ruas e as construções. Notava casas de alvenaria, uma encostada na outra, raramente um pátio, mas muitas garagens. Bares e mercearias ainda abertos. Andei três quadras por uma avenida ampla, asfaltada e com canteiro. Depois entrei numa rua estreita pavimentada com pedras. Vários carros encostados ocupando metade da passagem. As casas construídas aos poucos – uma parte, depois outra e outra. A pintura e o acabamento externo ainda por fazer. Muitas grades de ferro protegendo a entrada, as portas e as janelas. Crianças brincando na rua, alguns adolescentes conversando nas esquinas. Homens nos bares e algumas mulheres na mercearia.

Conversando com meus interlocutores, nas regiões centrais, eu tinha construído uma representação das vilas baseada na precariedade das condições de vida e na violência urbana. Não era isso que eu observei quando cheguei à vila Marechal. Recentemente, em entrevista com o Gomes, presidente da liga, perguntei sobre o surgimento da vila e ele contou-me a história da seguinte maneira:

Essa vila aqui, ela foi uma invasão. Essa área aqui até o mercado [nome do mercado] era de propriedade. [...] Isso foi invadido. Aí surgiu a vila. Eu, quando vim para cá já tinha essa vila, mas não era tanto assim, uma organização. Era uma vila assim, com casinha de papelão, casinhas de tabuinhas de obra, pedacinhos. Se via que era uma pobreza total. Hoje não. Tem casa de material, tem carro, sobrado e tudo. Então, muitas outras pessoas foram embora, porque a organização começou a chegar, né e eles não tinham condições de acompanhar. Só um que resistiu, que mora na minha rua e que até agora não saiu. A velhinha se juntou com outro cara, e ele veio e botou [dinheiro], começou a arrumar, fez uma casinha de madeira, de material agora, feinha né, meia água e tudo, mas acho que está desde o começo aí, aquela casinha que se tu olha, dá pena de ver. Agora tá organizando aos pouquinhos, o cara tem carro e tudo. A única casa assim feia que tinha na vila era a dela. Agora já está entrando, porque veio outro cara aí, o marido dela antigo só queria beber, morreu da cachaça. (GOMES, 2011)

Essa maneira de ver a vila atual (com casa “de material”, carros e organização) era congruente com o que eu tinha observado nos meus primeiros passos nela. Naquele início de noite, encontrei o Gomes na frente da sua casa. Seguimos para a sede do Toledo, time do qual ele era o presidente, onde seria realizada a reunião da liga. A sede era um bar localizado exatamente na frente do campo da vila Marechal (do outro lado da rua). O bar estava aos cuidados do Canhoto, que era um dos membros da liga, zagueiro do Toledo A (*primeiro*

quadro) e era treinador do time de *gurizada* da vila, que participou do *varzinha*⁴⁶ em 2010. No bar-sede, além do Canhoto, estavam dois jovens brincando na mesa de sinuca. Conversei um pouco com o Gomes e ele contava-me sobre sua dificuldade para ter 7 times no campeonato que *vale vaga para o municipal*, pois assim teria direito a duas vagas, o que despertaria mais interesse das equipes no decorrer da competição. Mas nesta primeira reunião da qual participei, apenas 4 equipes foram representadas: o Gomes do Toledo A (*principal*), o Jaime do Toledo B (*aspirantes*), o Martinez (dirigente) e o Polaco (treinador) do Mandaguari; o Pacheco e a Terezinha (dirigentes-treinadores) do Pioneiro. Além destes 4 times, estavam confirmados, mas não representados, o Itapejara, o Atlético Borba e o Beira Mar.

Antes de começar a reunião, o dirigente da liga apresentou-me alguém que está “fazendo um estágio na SME, no futebol”. Falei, logo em seguida, que estava fazendo uma pesquisa sobre o futebol *de várzea* para uma pós-graduação, mas a figura de “estagiário da SME” tinha muito mais sentido e valor simbólico para a liga naquele momento. Acompanhei as discussões dos dirigentes dos times a respeito da “melhor organização” do campeonato; a propósito da arbitragem que seria contratada na liga de árbitros do Mococa; e sobre o valor da taxa dos árbitros, que seria R\$ 40,00 por partida. Tudo isso acontecia em meio às conversas dos demais fregueses do bar, da novela na TV e do barulho dos jogos de bilhar entre os jovens. No final do encontro, fiquei encarregado de digitar o regulamento interno da liga, que serviria de adendo ao regulamento *do municipal*, não podendo ter artigos que *ferissem* este. Também assumi a tarefa de fazer a tabela dos jogos, a partir de um sorteio da primeira rodada e dos campos nos quais os times *mandam* seus jogos, no sistema de *ida-e-volta*. Começava a aprender ali, a lógica de funcionamento das ligas que agregavam times “com campos”. O Toledo (A e B) e o Itapejara *mandavam* seus jogos num campo da SME, o campo da vila Marechal; o Mandaguari e o Pioneiro *mandavam* as partidas na praça Benjamim Constant, também de responsabilidade da SME; o Atlético Borba e o Beira Mar tinham como *casa* um campo que fica num Centro de Educação Municipal localizado numa vila contígua.

Os campos da periferia

No final de semana seguinte a esta reunião – um domingo à tarde –, fui até a praça Benjamim Constant, observar o jogo entre o Mandaguari (time *da casa*) e o Itapejara (time *de*

⁴⁶ Fazendo a *parte prática* do Curso de Arbitragem Comunitária da SME – edição de 2010, *apitei* o jogo do Vila Marechal contra o Chopinzinho da vila Marajó. O Canhoto era o treinador e o filho dele joga no time. (DC, 27/11/2010)

fora). Como anfitrião, o Martinez, *dono* do Mandaguari e zelador do campo, fez questão de mostrar-me o módulo esportivo, uma construção em alvenaria ao lado do campo de futebol da praça, que contempla os vestiários e salas. A praça fica na entrada do bairro, entre casas e sobrados. Não é grande. O campo de futebol ocupa praticamente metade de sua extensão e conta com alambrados, algo bastante elogiado. Depois de mostrar-me as “boas condições” para o futebol, o anfitrião disparou o convite para que eu *fizesse a súmula*. Aceitei a tarefa e, enquanto me ocupava com isso, observava o “contexto”. A praça estava repleta de pessoas. Muitas delas trouxeram suas cadeiras e as colocaram em lugares privilegiados no entorno do campo. O jogo, sem dúvida, era um acontecimento importante na dinâmica local, para onde convergiam muitas pessoas. Enquanto o Martinez se ocupava com “seu time” dentro do campo, que tinha como jogador-capitão o Dante, seu filho, sua esposa, a Dona Carmem, cuidava da *copa*, vendendo cerveja, refrigerante e água acondicionados num pequeno *freezer*⁴⁷. Eu estava trabalhando *na mesa*, quando notei a chegada do Bolinha, o jornalista do *Jornal A Voz do Amador*. Este, com sua máquina fotográfica e sua caderneta começou a registrar as informações do local, para depois postá-las no *blog*. Uma das informações relevantes, tal como enfatizou o Martinez ao jornalista, era a presença do estagiário da SME *fazendo súmula*. Expliquei logo ao jornalista sobre o meu trabalho de doutorado e que “eu não sou da SME”. Nada resolveu. No dia seguinte, lá estava minha foto no *blog*, com a legenda “estagiário” estampada. Eu tinha sido transformado num agente do circuito.

Nas próximas semanas fui convidado para participar de outras reuniões da liga – quando tinha que entregar o regulamento digitado e a tabela de jogos – e para fazer mesa em outras rodadas. Logo conheci melhor o campo da vila Marechal, que estava aos cuidados do Gomes, presidente da liga, contando com a ajuda do *Osmar Carroceiro*. O campo fica, como já mencionei, exatamente na frente da sede-bar do Toledo e, mais recentemente (2011), da sede-bar do Itapejara. Estes dois times (Toledo e Itapejara) revezavam *o mando* do campo no domingo à tarde, havendo, no entanto, uma disputa explícita entre seus dirigentes sobre quem deve *cuidar do campo* (isto é, quem seria o *parceiro* legítimo da SME). A construção dos vestiários com os recursos da SME expôs essa disputa. De um lado o Muçum, dirigente do Itapejara, acusando o Gomes de desviar dinheiro e este rebatendo com outras acusações relacionadas à falta de organização e de responsabilidade do time, o que, no entanto, não o impedia de participar das competições da liga.

⁴⁷ Noutro momento da pesquisa, tive a oportunidade de conhecer a casa do Martinez, da Dona Carmem e do Dante. Pintada nas cores do time, dentro dela os troféus e medalhas expostos, ficava à cerca de 600 metros do campo, numa *vila de ocupação*, a vila Guaporé.

O Gomes, quando falava do campo, o trata como se fosse seu, para demonstrar o zelo. Para jogar em horários tradicionais de descanso dos trabalhadores, como o do domingo pela manhã (período do veterano) e do sábado à tarde, tinha que agendar. Em outros horários os portões estavam abertos para as crianças. Era cercado com alambrados de 1,5 metros, rodeado por casas e pequenos estabelecimentos comerciais da vila Marechal, separado em três lados por ruas estreitas, pavimentadas com pedras. No lado em que estão localizados os vestiários, o campo fazia divisa com uma creche, separados por um grande muro. Durante a semana, pelo que observei e me foi explicado, o campo servia como local de passagem dos moradores, entre uma rua e outra; espaço para as brincadeiras (com bola) das crianças – entre elas as da creche –; local de pastagem de um cavalo *do Osmar Carroceiro*, que o amarra no alambrado e deixa aparar a grama nas laterais, onde ela conseguia crescer; e lugar de treinamentos da *escolinha* de futebol *da comunidade*. Nos domingos de jogos o “cenário” era diferente. Principalmente naqueles dias de *mata-mata* e *finais*, *a comunidade* se dirigia para o entorno, bandeiras e faixas com as cores dos times eram penduradas, os estabelecimentos comerciais ficavam repletos, as ruas praticamente interditadas, os veículos tinham que transitar vagarosamente, esperando o fluxo, desviando das pessoas. O jogo de futebol tornava-se o centro das atenções da vila. As famílias saíam das casas, algumas para acompanhar seus familiares em campo, apareciam as pessoas mais *ilustres*, como os funcionários da SME, líderes comunitários e os vereadores. Restava evidente a diferença de como estes espaços, nas vilas, se inseria na vida das pessoas e de como isso era mediado pela prática do futebol.

Observando “de longe”

A partir de março de 2010 até maio de 2011 procurei acompanhar a liga do Gomes, mas a maneira como fiz isso foi distinta de outras. Estive presente em 5 reuniões com representantes dos times e em 4 rodadas dos campeonatos. Além dessas imersões, várias outras vezes fui requisitado pelo presidente da liga para ajudá-lo com algum documento ou tarefa: digitei um formulário de carta-convite de times para amistosos com o Toledo; digravei uma folha com as informações da liga, para ser utilizado como papel timbrado; digitei um formulário-requerimento de policiamento para a brigada militar; digitei um ofício-solicitação de fardamento para uma empresa de materiais esportivos; fiz *mesa* numa partida de *mata-mata*, entre times da casa, quando precisavam de *pessoas neutras* para a tarefa; redigi uma ata de reunião do presidente da liga com um membro da SME, testemunhado por líderes comunitários, para *colocar no papel* o compromisso de terminar as obras do vestiário.

Contudo, por mais que eu não estivesse experimentando o cotidiano das atividades da liga, eu estava acompanhando essa organização. Este tipo de observação “de longe” ocorreu (ou foi possível) em virtude de minha inserção na liga da vila Paraná, vizinha da liga do Gomes.

1.2.6 Noutra liga da periferia, a maior da cidade

Na mesma semana em que estive pela primeira vez na reunião da liga do Gomes, também fui à reunião da liga da vila Paraná, presidida pelo Miranda. Em 2009 eu já havia acompanhado 3 rodadas do campeonato desta e tinha sido bem recebido. Lembrava-me constantemente da afirmação feita seu dirigente, numa das reuniões na Gerência de Futebol, de que a “sua liga” era a maior da cidade em termos de números de times inscritos no campeonato que *vale vaga para o municipal*. Essa informação ganhou destaque nas minhas anotações, porque foi utilizada para dizer sobre a qualidade da liga entre as outras e isso foi reconhecido. Exatamente por este motivo que acabei optando por acompanhar mais “de perto” e “de dentro” a liga do Miranda, e um pouco mais “de longe” a liga do Gomes. Dessa forma, aliás, pude observar como elas se articulavam para conseguir objetivos comuns e, simultaneamente, desenvolviam disputas por times da região.

O primeiro contato com a liga, na vila Paraná, foi também pela participação numa reunião de representantes de times, cuja pauta era o início do campeonato que valeria vaga no municipal de 2010. Combinei com o presidente da liga que iria, anotei as informações sobre o local e informei-me sobre as linhas de ônibus. Apenas uma passava dentro da vila nos “dias úteis”, no final da tarde e início da noite, para levar os trabalhadores do centro até suas residências. Orientado pelo Miranda de que “depois de passar no beco, desce na avenida, na segunda parada” (DC, 02/03/2010), o fiz e vi que estava na frente da creche e de pequenas casas, a maioria de alvenaria, com aspecto de inacabadas, umas encostadas nas outras e pelo menos 5 comércios (bares e *mercadinhos*). Ainda seguindo as orientações, entrei numa rua secundária. Andei cerca de 50 metros e logo avistei o dirigente da liga, que me aguardava em frente ao seu bar.

Acabava de descobrir que a sede da liga da vila Paraná era um bar e que este era contíguo à sua residência. Cheguei 15 minutos antes das 20 horas, mas já estavam presentes dois representantes de times. Ao ser apresentado a eles, fiquei sabendo que meu convite tinha um propósito. Ao dizer que “este aqui é da SME, agora não sou eu quem diz, é a SME, ele está aqui para ver” (DC, 02/03/2010), entendi que já tinha um “lugar” para mim na liga.

Surpreendi-me com a apresentação, que foi repetida a outros representantes. Não quis desmentir e também não me senti confortável, mas acabei deixando dessa forma. Incomodado, na semana seguinte, decidi ir durante o período da tarde na casa do Miranda, para explicar-me melhor a minha condição de pesquisador, enfatizar isso. Neste horário, não havia aquele *linha de ônibus*. Noutro itinerário, desci numa *parada* de uma vila vizinha e segui caminhando. Observando as construções concluía que se tratava de uma região de construções mais precárias e menos organizadas do que tinha notado na vila Marechal. Em alguns pontos, muitas das casas ou *barracos* eram de madeira reutilizada, com tamanhos bem reduzidos, construídos de acordo com a melhor ocupação do espaço, formando becos tortuosos de acesso.

Nessa segunda vez que caminhava pela vila à tarde, fazia isso com bastante insegurança. A sensação de *outsider* me fazia caminhar rápido e ser discreto, apesar da vontade de observar. Meu receio não era infundado, como já mencionei acima. O pouco que eu sabia sobre a vida nas vilas não me possibilitava ficar tranquilo. O resultado disso é que somente fiquei calmo ao chegar à casa-bar do Miranda. Logo lhe expliquei novamente os meus objetivos, pedindo para que ele não me apresentasse como “da SME”. Não falei nada, mas tinha receio do papel de “fiscal de Secretaria” que me fora imputado, diante das conversas sobre armas, brigas e tráfico que ouvi na reunião da semana passada. O resultado de minha conversa não foi o esperado. Na reunião da semana seguinte (a terceira que eu acompanhava) novamente o presidente se referia a mim como os “olhos da Secretaria” sobre os times. Decidi, então, explicar sozinho. Manifestei-me dizendo que não era funcionário da Prefeitura, mas que fazia uma pesquisa sobre futebol *de várzea* e que, para acabar uma pós-graduação tinha que defender um trabalho. Eu ajudaria o Miranda na liga e ele me ajudaria com a pesquisa.

A noção de que eu era funcionário da Prefeitura não foi descartada imediatamente (algumas vezes fui abordado nesse sentido), mas ela foi desaparecendo na medida em que eu passava a colaborar com o Miranda nas reuniões e também *na beira* dos campos utilizados pelos *times* nas diversas competições. O presidente da liga, depois de algum tempo, passou a apresentar-me como “professor”. Em mais de um ano e meio de inserção nesta liga, minha identidade (ou o meu lugar) foi sendo constituída em torno da seguinte frase: “O professor, que ajuda o Miranda na liga da vila Paraná”. De março de 2010 à dezembro de 2011, acompanhei 6 competições; estive em 35 reuniões da liga; em 65 rodadas de jogos; em 11 festas ou momentos de comemorações e homenagens; e acompanhei muitas vezes o

presidente da liga em deslocamentos pela cidade em face às demandas da liga, dos “seus times” e dos assuntos “particulares”.

Andando na periferia

Em 22 de meses de imersão nas atividades da liga, sobretudo acompanhando o Miranda não somente nas rodadas dos finais de semana e nas reuniões das terças-feiras à noite, aprendi um pouco sobre a vida nas vilas da periferia de Porto Alegre, o que me possibilitava, depois, transitar com mais tranquilidade, mas fundamentalmente, entender mais sobre as práticas *do* futebol. Aquela sensação de insegurança – de *outsider* – era dissolvida ao passo que eu andava pelas ruas e becos das vilas, especialmente em 4 delas (Paraná, Ibema, Cambé e Marechal), localizadas numa grande região da cidade, locais em que estive com frequência, onde reconhecia e cumprimentava pessoas vinculadas ao futebol, identificando suas casas e até mesmo familiares, sendo reconhecido por estes como alguém “do futebol”.

Andar a pé, de ônibus, de carona e, depois, de carro, principalmente nestas 4 vilas periféricas – referidas pelos seus moradores como *de ocupação* –, permanecendo nos campos, em bares-sedes, festas e residências, possibilitou-me anotar muitas informações sobre a vida naquele regime urbano. Abaixo, faço uma compilação dessas informações constantes nos diários, não com o objetivo de distinguir ou caricaturizar a vida nas vilas, mas de dizer sobre o que assimilei na convivência com meus interlocutores.

Onde horários de descanso dos finais de semana e feriados misturam o futebol com os complementos, reformas ou construções das casas; onde um entulho muito rapidamente é aproveitado para uma obra; onde os jogadores que moram ao lado do campo ficam esperando o adversário chegar para sair de casa; onde os times são citados juntamente com o nome das vilas, das linhas de ônibus, dos empreendimentos dos seus donos e dos campos; onde as noites de sexta, sábados e as tardes de domingo são animadas pelos bailinhos em salões de bares nas esquinas, com vistas a atrair o pessoal de mais idade, porque a gurizada só arruma confusão e não gasta nada; onde as “pessoas de bem” e aquelas que “foram para o outro lado” (o do tráfico e/ou da bebida) se toleram, mediante um acordo implícito de boa convivência sem atrapalhar uns a vida dos outros; onde se joga futebol com as pessoas que “foram para o outro lado”, porque elas não deixaram de ser seus parentes, amigos e colegas de infância, continuam “do time”; onde se diverte, sem problemas, com o jogo do bicho, com as brigas de galo e com os jogos eletrônicos nos fundos dos bares; onde as reciprocidades dentro de uma rede de parentesco, de vizinhança e de coleguismos são bastante importantes no cuidado dos filhos, na ocupação laboral, na construção das moradias, na aquisição de alimentos e roupas e na participação num time de futebol; onde se aprende a levar a vida nos limites entre o lícito e o ilícito, entre o formal e o informal; onde os vínculos com o ilícito, com o informal e com o temporário são fundamentais para a economia local, algumas vezes preferidos em relação ao lícito, ao formal e ao duradouro; onde circulam diariamente as notícias das tragédias da vida periférica, frequentemente relacionadas às disputas *do tráfico* e a fidelidade dos casais; onde não se assusta com a curta vida dos que “foram para o outro lado”, que se matam entre eles, sendo um problema somente quando se mata um pai de família ou um trabalhador honesto; onde o sonho da mudança de vida coloca o trabalho, o estudo e as escolinhas de futebol

em lugares privilegiados; onde, durante a noite, começa a fluir o comércio de objetos furtados ou roubados, ou, ainda, das próprias coisas (chinelos, transformadores, fios de cobre, colchões, frascos de perfume já pela metade) para alimentar o uso de drogas e bebidas; onde se aprende a evitar determinadas ruas ou becos em alguns horários, porque não são apenas espaços de passagem, mas de outras negociações; onde proliferam pequenos comércios, principalmente bares e mercadinhos com suas cadernetas recheadas de contas daqueles que tem crédito; onde as crianças não fogem das ruas, pelo contrário, correm para ela, correm nela, disputam com os pais para ficarem mais tempo nelas; e onde dirigir e estacionar um carro requer atenção redobrada, triplicada para não atingir uma criança, um animal de estimação ou estragar uma brincadeira, tendo que ficar atento aos desvios de última hora.

Além das 4 vilas que citei, estive em outras 08, algumas localizadas noutras regiões periféricas da cidade de Porto Alegre e de cidades da região metropolitana. Porém, embora eu tenha permanecido mais tempo nas *vilas de ocupação*, é importante ressaltar que a periferia não compreende apenas este tipo de regime, pois as vilas dividem espaços com regiões planejadas pelos setores urbanísticos da Prefeitura ou por empreendedoras do ramo imobiliário, a maioria, no entanto, de construções populares, isto é, casas, sobrados e blocos de pequenos apartamentos. Não foi raro encontrar essas duas formas de construções coladas umas nas outras – um sobrado de dois pisos bem acabado de um lado e uma meia água de tábuas reaproveitadas do outro. O campo da vila Ibema, local no qual mais permaneci observando o futebol, acabava justamente por unir, mediar essas duas realidades (de um lado um *bairro popular*, melhor planejado, de outro uma *vila de ocupação*). Ali fui aprendendo a olhar essas realidades espaciais não como antagônicas, mas onde residem os homens-jogadores e seus familiares, trabalhadores que se colocam constantemente em oposição aos *burgueses* e que, nos horários de não-trabalho, principalmente nos finais de semana e feriados, reúnem-se dentro e no entorno dos campos de futebol, para o “seu lazer”.

Muito diferente da experiência de pesquisa no centro da cidade, onde para saber sobre a *várzea* parecia ser suficiente permanecer nas praças e parques, quando fui para as ligas periféricas, foi-me necessário conviver nos campos, nas ruas, nas festas, nos becos, nos bares e nas casas das pessoas. Era preciso não apenas observar as pessoas nos campos, pois estes não eram os únicos espaços sociais nos quais a *várzea* era constituída.

No bar-sede da liga

O bar do Miranda, que servia como local das reuniões com os representantes dos times, era, como já mencionei, contíguo à residência do presidente da liga, mas esta ficava em um nível inferior. Para entrar na casa, onde o dirigente residia com sua esposa (Vera) e seus dois filhos (Bruno e Breno), era preciso passar pelo bar e descer alguns lances de escada. O

estabelecimento comercial, tratado como a sede da liga – este endereço consta em documentos –, normalmente permanecia fechado durante o dia e era aberto no início da noite. Nesse horário, o Miranda chegava do trabalho e, como uma forma de complementar a renda, iniciava uma nova jornada bastante vinculada ao *peçoal da várzea* e dos vizinhos mais próximos; estes também chegavam do trabalho e passavam no bar para conversar e tomar um *gole*. Nas duas primeiras vezes que entrei no bar, anotei as seguintes informações sobre ele:

No interior do bar do Miranda (4m x 4m, aproximadamente), havia uma mesa de sinuca, um balcão, uma geladeira, alguns engradados de bebidas empilhados mais ao lado. Nas paredes um mural com muitas fotos das pessoas envolvidas com o futebol e dois quadros dos times do presidente da liga. Num dos cantos estavam dois troféus, indicando a reputação dos times, noutro ficava o banheiro (1,5m x 1,0m, aprox.). O Miranda procedia a organização da reunião ao mesmo tempo em que atendia seus clientes. Numa oportunidade um rapaz entrou no bar com uma garrafa de plástico pequena e comprou “um tanto” de cachaça. Entre uma conversa e outra, com os representantes das equipes, Miranda encheu aquela garrafa e o rapaz saiu levando ela, depois de ter deixado um valor em moedas. (DC, 02/03/2010)

Cheguei no bar do Miranda (construção de alvenaria, sem “acabamentos”), por volta das 16:40 e o estabelecimento estava fechado, mas logo ouvi um grito. Era o Miranda saindo de um *mercadinho*, do outro lado da rua, me chamando. Ele vem em minha direção e nos encaminhamos até o bar que foi, então, aberto pelo presidente da liga. Olhando melhor o interior do bar, verifiquei que existem duas geladeiras (não uma), e que além dos quadros e fotografias do futebol *de várzea*, há vários quadros de equipes do Inter (indicando que o *presidente é colorado*) e um do Grêmio (campeão da segunda divisão), possivelmente colocado ali em tom de ironia. (DC, 11/03/2010)

Muito diferente do que eu experimentava (frequentemente na companhia do Miranda) na sala de reuniões da Gerência de Futebol da SME, no bar-sede-residência as dinâmicas das famílias, do trabalho e do comércio não passavam despercebidas. Nas terças-feiras – “[...] às oito e meia [da noite], sete horas não dá, o pessoal tá chegando em casa do trabalho” conforme explicou-me o dono da liga – os representantes dos times se encontravam aglomerados no pequeno espaço do bar. Em alguns encontros, mais de 20 pessoas estavam no entorno da mesa de sinuca. Este número se alterava conforme o momento da competição. Se no início dos campeonatos o bar estava cheio, no final compareciam apenas os times classificados e alguns vizinhos. O bar-sede não se resumia a um lugar de organização de competições, tratava-se, efetivamente, de um espaço de sociabilidade masculina. No entorno da mesa de sinuca, os homens colocavam em dia as conversas (predominava, é claro, o assunto do *futebol de várzea*). Vários deles aproveitavam para tomar *um gelo*⁴⁸ ou um copo de *amarginho* – as reuniões eram lucrativas nesse sentido, para o presidente da liga. Em três

⁴⁸ Tomar um gelo é uma expressão bastante utilizada por homens e mulheres *na várzea*, para se referirem ao consumo de cerveja *bem gelada*.

oportunidades, o bar tornou-se uma espécie de comitê de campanha, ocupado por (pré)candidatos à cargos públicos eletivos (deputado estadual, vereador, prefeito, conselheiro tutelar) para expor suas propostas e convencer o *pessoal da várzea* a votar neles. O próprio Miranda, desde meados de 2011 vinha trabalhando na sua campanha como pré-candidato a vereador nas eleições de 2012.

No início de 2011, a sede mudou de lugar. Os encontros passaram para o bar do Seu Flores, que até então era concorrente, já que os dois comércios ficavam lado-a-lado na rua. O presidente da liga passou *tocar* o bar do Seu Flores, dividindo os lucros com ele. Aberto por mais tempo (não durante o dia), a nova sede contava com espaços mais amplos, nos quais se comercializavam as bebidas, salgados e sanduíches, se exploravam os jogos eletrônicos (do tipo *caça-níquel*) e se realizavam *bailes* durante as noites e madrugadas das sextas e sábados e *matinês* nas tardes domingos. O bar do Seu Flores, *tocado* pelo Miranda, tornou-se um espaço *da várzea*, não somente pelas reuniões semanais da liga que ali ocorriam, mas pelo modo como as pessoas dos times começaram frequentar o lugar. Esta parceria durou apenas quatro meses, o que não impediu a continuação da realização de reuniões da liga neste espaço, quando ele se encontrava aberto. O encerramento da sociedade ocorreu em função da exigência da Vera, mulher do Miranda que descobriu uma traição da relação conjugal, relacionada ao trabalho nos *bailinhos* realizados no bar. A relação conjugal continuou em detrimento da parceria com o Seu Flores.

Quando comecei a frequentar o bar do Miranda, para observar as reuniões, logo procurei algo para fazer, no sentido de ajudá-lo, até mesmo para escapar do rótulo de “fiscal da Secretaria”. Comecei preenchendo capas de súmulas que eram entregues aos que tinham o *mando de jogo*, emitia os recibos de pagamentos das taxas de inscrição e ajudava nos sorteios para definição dos grupos. Não demorou muito para que eu assumisse a tarefa de coordenar as inscrições de jogadores pelos times, forma pela qual passei a conhecer as pessoas e os grupos envolvidos (se eram vínculos perpassados pelo parentesco, pela amizade, pela vizinhança, por *algum* dinheiro, somente pela *performance futebolística* ou uma mistura de vários desses aspectos). Nos últimos meses da pesquisa, chegava a me envolver na contratação da arbitragem, nas solicitações de campos e da segurança da Brigada Militar, quando se tratava de *campos neutros*. Minha agenda do celular já contava com mais de 100 números de pessoas *da várzea*, muitos dos quais eu conversava com alguma frequência, quase sempre a pedido do presidente da liga que, no começo, dizia estar *sem créditos* e, depois, já não se dava mais ao trabalho, sabendo que o *professor tinha condições*. Aliás, *meu número* passou a figurar como

contato nos convites para os eventos (competições, jantares, bailes, festas) promovidos pelo Miranda – o que significa o mesmo que “pela liga”.

O modo como eu interagía com os membros das equipes nas reuniões, como era de se esperar, foi se modificando conforme me envolvia na organização e circulava pelos jogos e encontros festivos. Inicialmente ouvia as conversas e muito raramente participava delas, para além de manifestações bastante pontuais, quando solicitado a fazê-lo ou pela necessidade de intervir para entregar súmulas, preencher fichas de inscrições, emitir recibos, etc. Tinha até mesmo dificuldades para entender as manifestações *jocosas* e de saber o momento adequado para sorrir. Depois de mais de um ano e meio de participação – em várias semanas cheguei a estar na vila mais de 4 dias –, notava que eu tinha construído/ocupado um “lugar” reconhecido dentro do bar/liga (bastante vinculado à “organização”), e que conseguia acompanhar e envolver-me nas conversas, *tomar um gelo*, inclusive participar das *jocosidades*, sem sentir-me, por demais, inadequado. Boa parte dessa adequação era resultado de minha circulação pelos campos e sedes dos times, isto é, por onde eu transitava nas vilas e por aquilo que eu fazia fora das reuniões no bar.

Circuito: municipal + campeonatos independentes

Quando optei por observar a liga da vila Paraná com mais intensidade em relação a outras, estava interessado tão somente no campeonato que *valia vagas para o municipal*. Por isso, minha entrada nela ocorreu justamente no momento em que preparavam para iniciar esta competição. Entretanto, assim como tinha observado na liga do parque Iguazu, comecei a notar que outras competições independentes da SME eram promovidas com certa regularidade e encorpavam o que eu chamava de “circuito *da várzea*”. Os campeonatos independentes eram muito mais presentes do que eu imaginava. No caso da liga da vila Paraná, em 2010 e 2011, além da competição que *valia vaga para o municipal*, foram realizados o campeonato de verão, os campeonatos de veteranos para jogadores com mais de 40 e 50 anos e torneios de integração. Se, por um lado, estas competições não davam direito a *vagas no municipal*, por outro, elas formavam um circuito de prática bastante intenso numa ampla região da periferia da cidade. Nestas condições, notava que era preciso pensar o circuito não somente em relação a trajetória de times dentro de competições, mas também a trajetória de pessoas-grupos entre times.

Particpei na organização de 6 dessas competições. Todas foram realizadas num sistema de disputas com uma primeira fase classificatória, organizada em grupos de 3 ou 4

equipes; os classificados participavam, depois, de uma fase com jogos eliminatórios denominados de *mata-mata*, até se definir os quatro melhores, grande parte em *campos neutros*; por fim, estes disputavam as *semi-finais* e a *final*, preferencialmente nos *campos neutros*. O número de times envolvido realmente se destacava em relação às outras ligas, principalmente na categoria livre. Os times inscritos eram de regiões periféricas, mas não somente da região onde ficava a sede da liga, incluindo, principalmente, equipes de outras 5 regiões no entorno e de 2 cidades metropolitanas; o número de campos utilizados para as competições dependia do número de times inscritos, chegando a mobilizar mais de 10 deles numa mesma rodada; a contratação da arbitragem não obedecia uma forma única. No quadro 2 (na próxima página) apresento algumas informações, sobretudo números, que, aos poucos, foram me convencendo da imperiosidade de pensar o circuito não somente como o encadeamento (ou alinhamento) de competições, mas simultaneamente como o encadeamento de oportunidades de práticas que os sujeitos ou grupos tratam de aproveitar nos seus tempos de lazer.

Quadro 2 – Sinopse de informações sobre 6 competições observadas na liga da vila Paraná, no período de março de 2010 a dezembro de 2011.

Competições observadas	Categorias	Período de realização	Dia dos jogos	Número de equipes	Equipes da mesma região da liga (OP)	Equipes de outras regiões (OP)	Times de outras cidades da RM	Número de campos “das equipes”	Número de “campos neutros” utilizados	Contratação dos árbitros
Campeonato que vale vaga para o municipal – 2010	Amador	Março à junho	Tardes de domingos e feriados	17	10	14 equipes 05 regiões	02	12	02	Um árbitro contratava e recebia porcentagem.
	Veterano 35 anos		Manhãs de domingos e feriados	09						
Campeonato independente de veteranos – 2010	40 anos	Maio à agosto	Tardes dos sábados	06	03	03 equipes 02 regiões	00	03	01	Arbitragem contratada pelo presidente da liga
Campeonato independente de verão – 2010	Amador	Agosto à novembro	Tardes de domingos e feriados	12	04	13 equipes 04 regiões	00	05	02	Arbitragem contratada pelo presidente da liga
	Veterano 35 anos		Manhãs de domingos e feriados	08						
Torneio de Integração – 2010	Amador	2 domingos em dezembro	Manhãs e tardes de domingos	08	04	10 equipes 03 regiões	01	01	00	As equipes indicam “seus” árbitros
	Veterano 35			06						
Campeonato que vale vaga para o municipal – 2011	Amador	Março à junho	Tardes de domingos e feriados	16	05	17 equipes 04 regiões	02	12	01	Contratação de Liga de Arbitragem na primeira fase e pelo dirigente nas seguintes.
	Veterano 35 anos		Manhãs de domingos e feriados	08						
Campeonato independente de veteranos – 2011	40 anos	Abril à julho	Tardes dos sábados	07	06	06 equipes 03 regiões	01	06	00	Arbitragem contratada pelo presidente da liga
	50 anos			05						
Números totais, sem repetir equipes e campos	Amador	-	-	26	12	36 equipes 05 regiões	03	19	06	-
	Veterano 35			14						
	Veterano 40			08						
	Veterano 50			05						

Continuando essa exposição numérica, abaixo, na tabela 2, aponto a quantidade de jogadores envolvidos em três competições nas quais fiquei responsável pelas inscrições. Estes números, nas salas de reuniões da Gerência de Futebol da SME, eram sempre lembrados como fator de destaque da liga (os trabalhadores no “seu lazer”). Mas eles não diziam somente isso. Quando passei a olhar a circulação, além daqueles que jogavam *o livre e o veterano* simultaneamente, havia também aqueles que trocavam de times entre uma competição e outra, conformando um tipo de circulação não baseada em competições, mas também em categorias e times.

Tabela 2 – Número de jogadores que disputaram 3 campeonatos da liga Jardim dos Coqueiros, em duas categorias.

	Campeonato que valeu vaga para o municipal 2010	Campeonato independente, de verão – 2010	Campeonato que valeu vaga para o municipal 2011
Livre (ou de Amadores)	394	253	326
Veteranos com mais de 35 anos	211	180	160
Amadores e Veteranos com mais de 35 anos*	13	09	09
Total de jogadores	592	424	477

Fonte: Números produzidos a partir das fichas de inscrições das equipes.

Outro tipo de circulação de jogadores, este mais frequente (do que jogar em mais de um *quadro*), estava refletida nas mudanças de times entre uma competição e outra. Dos 592 jogadores que disputaram, em 2010, o campeonato *valendo vaga* para o municipal, 210 (35,5%) voltaram a disputar a mesma competição em 2011; destes, 137 (65%) jogaram nos mesmos times do ano anterior e 73 (35%) mudaram para outras equipes. Se considerar os campeonatos independentes (sejam eles das ligas ou não), este panorama de circulação entre times tornava-se ainda mais latente. Não tive como produzir esse levantamento, mas percebi isso. Conheci muitos jogadores que trocam de equipes, aproveitando oportunidades para jogar vários campeonatos, alguns deles em mais de 5 equipes.

Nos campos “dos times” *mandantes*

Simultaneamente às reuniões, comecei a circular pelos campos dos times nos finais de semana e feriados. Quando fiz isso pela primeira vez, o campeonato do Miranda, que *valia vaga para o municipal*, ainda não havia iniciado, mas percebi que as equipes estavam *em preparação*. Esta prática era mais uma que não estava nos meus horizontes de pesquisa até

então, mas que se tornara importante. Comecei a perceber que havia uma *rede de amistosos*. Antes do início das competições e nos intervalos destas, os times procuravam jogar os amistosos e o bar-sede da liga, nas noites de reuniões, tornava-se um ambiente bastante propício para os acertos destes jogos, já que os representantes dos times estavam presentes e, se não estivessem, era fácil conseguir a informação para quem ligar.

Seja nos jogos *valendo* ou nos *amistosos*, pude observar partidas em 17 dos 19 campos utilizados pela liga no período da pesquisa, sobre os quais os membros dos times diziam ser “suas casas”, onde eram considerados *mandantes*. A respeito destes campos, fui assimilando uma série de características que lhes dão sentido, baseadas em questões que aprendi a fazer e a responder: Quem *manda* os jogos? Onde fica? De quem é? Quem cuida? Tem copa? Como está o campo? É fechado? Dá para jogar à noite? Tem onde colocar o fardamento? Tem banheiros? Procurei reunir essas características na tabela 3 (ilustrada na próxima página).

Nos primeiros passos em cada campo, o fazia sempre acompanhando o presidente da liga, especialmente naqueles lugares em que funcionava uma *boca do tráfico*. Aos poucos fui sendo reconhecido como “o professor que ajuda o Miranda na liga” e, assim, gozava de certa tolerância das pessoas em situar-me nos campos. Já na segunda rodada de jogos do campeonato (de 2010) fui encarregado de *fazer súmula*. Isto se somava a minha atividade de preencher e atualizar as listas de jogadores, procurando os dirigentes dos times na beira dos campos, em busca de informações e fotocópias de documentos. Perdi a conta das vezes que *fiz súmula* ou que procurei membros dos times para conseguir informações dos jogadores. Depois de algum tempo, quando chegava num campo, sem solicitar, já recebia a *súmula*. Como *mesário* – fui chamado desta maneira muitas vezes –, além de registrar as informações dos times e do jogo, assumia a responsabilidade de receber o dinheiro das equipes e, no final do jogo, pagar o(s) árbitro(s).

Em alguns momentos me foi solicitado, tanto pelo presidente da liga como pelos membros dos times, para *tirar fotografia* nos campos a fim de registrar *o momento* e, depois, *revelar* as imagens. Em poucas oportunidades fiz isso por iniciativa própria. Sempre tive o cuidado de direcionar a lente do equipamento para o jogo ou para o grupo de jogadores em suas poses, não me atrevendo a registrar as atividades consideradas ilícitas. O gosto pelas minhas fotografias dos jogos e dos jogadores também estava relacionado ao envio das imagens para dois veículos de comunicação: o Jornal A Voz do Amador e o Diário Gaúcho. Tinha combinado com o Bolinha, jornalista do primeiro veículo, que depois de observar rodadas de jogos, enviaria informações (texto e imagem) via e-mail. Aproveitava também

para enviá-las aos jornalistas do Diário Gaúcho, para aqueles responsáveis pela seção denominada “Várzea Futebol Clube”. As matérias que circulavam – fundamentadas nestas informações – eram muito comentadas, agradavam os jogadores, principalmente aqueles que estavam nas imagens publicadas no Diário Gaúcho, pelo impacto que causavam não apenas no âmbito do circuito, mas *na comunidade*. Por este motivo, em alguns momentos fui tratado como jornalista ou algo do gênero. Nestas situações, assim que registrava uma imagem de um time, ouvia a questão: Quando vai sair? Vai sair no Diário?

Tabela 3 – Características recorrentes de 17 campos nos quais os dirigentes dos times dizem que “mandam” seus jogos.

Características recorrentes		Quantidade
Times que mandam o jogo no campo (sábados, domingos e feriados)	Entre 1 e 2 times	12
	Entre 3 e 4 times	03
	Entre 5 e 6 times	01
	Mais de 6 times	01
Localização do campo	Entre construções de bairro popular (blocos, casas, sobrados)	06
	Entre casas de vila de ocupação	06
	Em chácaras, nos limites com vilas de ocupação	02
	Em um Parque, entre casas e prédios de apartamento	01
Propriedade do campo	Entre construções populares e casas de ocupação	02
	Da Prefeitura, sob responsabilidade da SME/SMAN	12
	Campo em propriedade privada	03
	Campo de Associação Comunitária/Esportiva	02
Responsável pela administração local do campo	Dirigente de time	12
	Dirigente de liga	02
	Associação Comunitária em <i>parceria</i> com liga	01
	Não tem um responsável local	01
Presença de atividades comerciais “lícitas”	Há uma Copa em construção permanente próxima ao campo	06
	Vendedores de oportunidade, com carros, caixa de isopor...	08
	Existem bares nas proximidades do campo	02
	Existência da Copa permanente e de vendedores	01
Presença de atividade comerciais “ilícitas”	Apenas usuários de oportunidade	14
	Funcionamento de <i>boca do tráfico</i>	02
	Apostas do <i>jogo do bicho</i>	01
Condições do campo	Predomina terra, com grama nos cantos e nas laterais	07
	Predomina o gramado, mas está <i>castigado</i> ou muito irregular	05
	Totalmente gramado, em bom estado (“tapete”)	04
	Totalmente terra (“terrão”)	01
Alambrado	Tela em bom estado de conservação, com portões	08
	Não há telamento (“campo aberto”)	05
	Existe mas tem buracos e/ou falta de tela em alguns lugares	04
Iluminação	Não há postes e refletores de iluminação	13
	Existe e está em funcionamento	02
	Existe mas a manutenção é precária	02
Vestiários	Não há construção que possa ser utilizada como vestiário	06
	Duas salas, com bancos e sanitários	05
	Duas salas para colocar o fardamento, com bancos	04
	Duas salas, com bancos, sanitários e chuveiros	01
	Apenas uma pequena sala	01

A disponibilidade que eu demonstrava para ajudar rendeu-me convites para outros eventos relacionados (direta ou indiretamente) ao futebol, como: a excursão dos jogadores com seus familiares (mulheres e filhos); a festa de aniversário de 15 anos da filha de um dos jogadores; a aquisição de premiações (troféus e medalhas) em loja especializada; a reuniões em gabinetes de funcionários públicos; ao cartório para registrar documentos da liga; a reuniões na casa do dono da liga de arbitragem; aos encontros de candidatos em processos eleitorais (para deputado; conselheiro titular; vereador). As pessoas e os grupos reconheciam minha disposição para ajudar e, além disso, os papéis que eu produzia diziam algo sobre a qualidade da liga e dos times.

Não entrei em campo para jogar e isso gerava estranhamento por parte daqueles que não frequentavam as reuniões e que não sabiam da pesquisa. Mesmo reconhecendo a impossibilidade de dizer a todos meus propósitos, sempre que era interpelado com questões relativas ao meu vínculo com times (*Tu não joga? Não vai entrar? Em qual time tu joga?*), procurava explicar que estava desenvolvendo uma pesquisa. Evidentemente, as minhas explicações não eram as que me colocavam num “lugar” *na várzea*, mas sim a minha disposição em ajudar o Miranda e, mais tarde, alguns times.

Grupos-times e suas trajetórias de (des)montagem

Depois de meses participando das reuniões e andando pelos campos periféricos, ficava cada vez mais claro que era preciso observar algumas equipes com mais profundidade e cuidado; mais “de perto” e “de dentro”, em detrimento de outras. Escolhi 5 times, considerando uma mistura de critérios e oportunidades:

- **O Guarani do Miranda:** Time do presidente da liga, que disputou campeonatos em todas as categorias promovidas (livre, veterano, 40 e 50 anos). Minha participação na liga do Miranda levou-me “naturalmente” ao engajamento do mesmo tipo com suas equipes;
- **O Bandeirantes do Turco, o São Pedro do Edilson e o Esperança do Borracha:** estas três equipes *mandavam seus jogos* no campo do da vila Ibema, lugar onde foram realizados o maior número de rodadas dos campeonatos da liga e onde eu mais permaneci.
- **O Cerro Azul do Vargas:** Este time chamou minha atenção pela forma como as suas equipes mobilizavam as pessoas *da comunidade* para participar dos jogos “dentro” e “fora” de casa. Raramente um jogo não contava com, pelo menos, 10 pessoas no entorno do campo, número este significativamente ampliado quando se tratava de alguma *decisão*.

Tais escolhas emergiram diante dos anseios da pesquisa e das oportunidades, não foram construídos *a priori*. E, em grande parte, em 2010 e 2011, a minha trajetória de circulação pelos campos da periferia e os do centro, não somente na liga, mas também *no municipal*, esteve marcada pela circulação destes 5 times, como indicam as informações da tabela 4 (abaixo). Seguindo eles (e seus distintos *quadros*) e, em decorrência disso, observando outros 37 times (normalmente adversários), é que me aproximei das dinâmicas e disputas em torno da montagem e manutenção das equipes. Se, observando de fora, os times eram *caixas pretas* fechadas e em funcionamento, olhando mais de perto, pude compreender melhor as imbricações – em trajetórias – com as dinâmicas das famílias, das redes de amigos, das comunidades, dos campos, da política pública e partidária, tal como abordarei no terceiro capítulo.

Tabela 4 – Indicadores de jogos e campos dos 5 times (e seus diferentes *quadros*) escolhidos para aprofundamento das investigações.

	Bandeirantes do Turco*	Guarani do Miranda**	Cerro Azul do Vargas	São Pedro do Edilson	Esperança do Borracha
Categoria(s) disputada(s)	Veterano 35	Amador Veterano 35, 40 e 50	Amador Veterano 35	Amador Veterano 35 e 40	Amador Veterano 40
Total de jogos observados	21	20	22	19	15
Jogos amistosos	01	04	00	02	00
Jogos valendo na liga	13	10	20	17****	15
Jogos valendo na fase municipal	07	04	02	00	00
Jogos em excursões	00	02	01	00	00
Jogos “em casa”	07	07***	05	07	09
Jogos “fora de casa”	05	07	05	05	03
Jogos em “campo neutro”	09	06	12	07	03

* Em 2011, o Bandeirantes fez uma *parceria* com o São Pedro, para disputar o campeonato que *valia vaga para o municipal*, na categoria veterano 35 anos.

** Em 2010, o Guarani fez uma *parceria* com o Esperança, para disputar o campeonato que *valia vaga para o municipal*, na categoria veterano 35 anos.

***No período das observações, o Guarani teve diferentes campos como “casas”, onde *mandava* seus jogos.

****Dois jogos do São Pedro *valeram* pelo campeonato de veteranos (40 anos) da liga do Alvori, de uma região vizinha.

Não menos importante, essa aproximação com os times, mostrou-se bastante significativa para a observação e compreensão das diferentes maneiras que se vive o futebol em distintas configurações (espaços-tempos) *da várzea*, como, por exemplo, jogar *em casa*,

na vila, rodeado pelos amigos, familiares e vizinhos, *jogar fora*, noutra vila, com a *pressão* dos adversários e *jogar em campo neutro*, no centro da cidade. Assim fui seguindo o desenvolvimento de trajetórias de envolvimento das pessoas e grupos com os times, categorias e competições.

A periferia “mistura”, o centro “separa”

Ao circular pelos campos da cidade, principalmente com estes 5 times da liga da vila Paraná, notava como essas categorias de disputas, mencionadas na tabela 4 (jogos *amistosos*, *valendo* e de *excursões*; os jogos *em casa*, *fora* e em *campo neutro*), marcavam diferenças nas formas de jogar, de reconhecer a autoridade do árbitro, de (ir)reconhecer as regras do jogo, de montar e escalar uma equipe, de contratar a arbitragem, de preencher uma súmula, de (des)considerar o regulamento, de doar-se para a partida, de organizar o deslocamento do time, de entrar em campo, de sair do campo, etc. Mas, sem dúvida, as diferenças mais marcantes que experimentei estiveram relacionadas à noção de separação entre aqueles que “eram das equipes” e, portanto, teriam o direito de interferir diretamente no jogo, e aqueles que “não eram do time” e, por isso, deveriam ficar fora, não podendo interferir diretamente no resultado da partida.

Afirmo que mais experimentei essa separação, porque, ocupando um “lugar” na organização e como membro da equipe de arbitragem – o de *mesário* – era constantemente exigido de efetivar essa separação, impedindo os que “não eram do time” de intervir. Não foram poucas as vezes que solicitei para membros das comunidades saírem dos campos, pois estes entravam, sem problemas, para, por exemplo, exigir algo do árbitro ou intimidar o adversário por uma entrada mais brusca. Obviamente, raríssimas vezes alguém me ouviu. Paulatinamente, fui aprendendo a lidar com esta *pressão que vem de fora*, isto é, com todo um esforço, na maioria das vezes coletivo, dos torcedores em fazer valer suas vontades dentro do campo, seja em relação aos jogadores de “suas equipes”, dos adversários ou (principalmente) dos árbitros. Não cheguei a ver armas na beira dos campos, mas os relatos disso eram constantes e elas eram justamente utilizadas na composição dessa *pressão* externa ao jogo.

Sem dúvidas, quem mais “sofria” – essa era a minha interpretação – com a *pressão* de fora eram os árbitros, sobretudo nas fases iniciais das competições, pois eles circulavam pelos campos periféricos das vilas, a maioria sem alambrados, e apitavam *a pé*, já que o valor da taxa de arbitragem não possibilitava contratar mais que um árbitro, embora esse fosse o desejo de muitos. Em boa quantidade, os árbitros contratados eram membros das próprias

equipes inscritas, não sendo algo estranho encontrar um jogador de uma equipe apitando um jogo de seu próprio time, com o consentimento do adversário.

Quando o presidente da liga antecipava esta *pressão* que vinha de fora dos campos – e, a partir de um tempo imersão, eu também já sabia quais as partidas certamente teriam *pressão* – criava-se a necessidade de neutralizá-la, para que o resultado do jogo tivesse vinculado somente aos acontecimentos dentro do campo. Não era sem motivos, portanto, que os jogos decisivos eram agendados para os campos do centro da cidade ou outros espaços considerados “neutros”. Esta neutralidade não se resumia na ideia de que não era “a casa” de nenhum dos times, sendo encorpada pela possibilidade de contar com o trabalho da Brigada Militar. Nestas condições, a contratação de “árbitros neutros”, não relacionados às equipes, era mais constante.

1.2.7 No curso de arbitragem comunitária

Em março de 2010 soube de um projeto da Gerência de Futebol da SME denominado de Curso de Arbitragem Comunitária, realizado em conjunto com o Sindicato dos Árbitros de Futebol do Rio Grande do Sul (SAFERGS), cujo propósito era formar árbitros para trabalhar *nas comunidades*. Como a arbitragem se destacava nas minhas anotações e diários – ao observar jogos quase sempre guardei um lugar para registrar as práticas dos árbitros – vi a oferta do curso como uma oportunidade para saber mais sobre o assunto. Expliquei isso ao membro da Gerência de Futebol responsável pelo curso e ele concordou com minha participação. Efetivei, então, minha inscrição. Passados quase um mês deste dia fui até a sala de reuniões da Gerência de Futebol para a abertura. A solenidade contava com a presença de autoridades municipais (Secretário de Esportes, Chefe de Gabinete, Secretário Adjunto), dos funcionários da Gerência de Futebol, do jornalista Bolinha do Jornal A Voz do Amador e do árbitro profissional Márcio Chagas – membro do quadro de arbitragem da Federação Gaúcha de Futebol (FGF) e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Depois de explanadas as justificativas do projeto no âmbito da política municipal de esportes, as formas de organização do curso (primeiro a *parte teórica*, depois a *parte prática*) e as possibilidades de lucros com este trabalho, passamos a ouvir o árbitro profissional, que fez questão de dizer *já ter apitado no amador*. O objetivo dele era, como anunciado, *passar sua experiência* e para falar da *regra 5* do livro de regras “oficiais” do futebol, que trata do árbitro.

Além do Márcio Chagas, outro *árbitro profissional*, o Márcio Coruja, esteve entre nossos instrutores, em dois encontros. Noutros momentos, as instruções foram realizadas por

um representante da SAFERGS, por um representante da comissão de arbitragem da FGF, por dois professores de Educação Física da Gerência de Futebol, um deles membro de comissões de arbitragem do circuito de futebol profissional e outro docente numa universidade, responsável pela *parte pedagógica*. Entre uma instrução e outra, não me restavam dúvidas, que o maior encanto e expectativa dos alunos se relacionavam aos *profissionais* – ao final chegavam a *distribuir autógrafos*.

O grupo de colegas do curso, a maioria homens, não era composto somente por pessoas *das comunidades* interessados na formação para trabalhar no futebol. Junto estavam alunos de cursos de Educação Física, interessados no assunto e/ou no certificado de 40 horas (para comprovar suas horas de atividades complementares) – o número de mulheres neste grupo era maior. Havia um terceiro grupo de pessoas que já tinham *feito o curso* em anos anteriores e que repetiam para aprofundar *os conhecimentos*, mas também para ganhar o fardamento (camisa, calção e meiões), os cartões e o apito – cada aluno que fizesse o curso, ao final, depois de cumprir um número mínimo de 5 rodadas trabalhadas, ganharia este *kit de arbitragem* ofertado pela SME.

Encerrados os 12 encontros da *parte teórica* (de abril a junho), em agosto fomos chamados para receber o *kit de arbitragem* e começamos incorporar as escalas de arbitragem do campeonato municipal da *gurizada* que participava do projeto Em Cada Campo uma Escolinha (ECCE), conhecido como *varzinha* (nas categorias pré-mirim – 10 e 11 anos; mirim – 12 e 13 anos; e infantil – 14 e 15 anos). Ao compor as escalas de arbitragem, tínhamos condições de escolher o campo, as rodadas e o trabalho (no *apito*, na *bandeira* ou na *mesa*) que estávamos dispostos fazer. Nesta *parte prática*, *trabalhei* em 7 rodadas (de agosto à dezembro), em 3 campos diferentes (mas, todos na região central) e em situações distintas, conforme ilustra o quadro 3 (na próxima página).

A minha preferência por campos da região central da cidade, pelo trabalho *na bandeira*, pelas categorias *mirim* e *pré-mirim*, tinha relação com aquilo que observava no entorno dos campos. Não me preocupava com as crianças e adolescentes, mas com a *pressão* de fora dos campos⁴⁹. Tinha que aprender a lidar com ela e, por isso, fui escolhendo campos, funções e categorias nas quais julgava mais tranquilos nesse sentido. Não era sem motivos que a Valéria optou em trabalhar mais vezes *na mesa*, assim como não foi estranho o aumento da presença daqueles que já tinham *apitado a várzea* na composição das escalas em fases decisivas ou finais. Mais do que *apitar*, eles sabiam lidar com a *pressão*. Esta *parte prática*

⁴⁹ No capítulo 4 retomo essa questão de maneira bastante detalhada.

mostrou-se uma oportunidade bastante promissora para se experimentar as diferenças dos campos (ainda que os três fossem na mesma região), a transformação em *árbitros* a partir da colocação do fardamento, a *inteligência de apitar* em comparação com aqueles que *já apitavam na várzea*, a *pressão* dos jogadores, dos torcedores e dos treinadores a respeito das interpretações e decisões e a tranquilidade ao ver os soldados da Brigada Militar na beira do campo.

Quadro 3 – Diferentes *situações* nas quais *trabalhei*, durante a parte prática do curso de arbitragem comunitária.

Roda da	Fase	Categorias	Minhas Funções	Participação de colegas homens	Participação de colegas mulheres
01	Classificatória	Mirim	Bandeira	Marlon é <i>da comunidade</i> , já apitava jogos. Plínio, acadêmico de educação física. Plínio apitou um jogo e o Marlon outro.	Valéria. Tem uma escolinha no projeto (ECCE), mas não classificou para o <i>varzinha</i> . Joga futebol. Trabalhou na função de <i>mesária</i> apenas.
02	Classificatória	Infantil	Bandeira	Marlon e Nunes. O primeiro jogava <i>na várzea</i> e já apitava. O segundo ainda joga e também <i>apita a pé</i> . O Marlon apitou um jogo, o Nunes outro.	Nenhuma.
03	Classificatória	Mirim	Bandeira	Pantera e Elvio. Ambos <i>da comunidade</i> . O Pantera já apitava e, nesta rodada apitou os dois jogos.	Nenhuma
04	Classificatória	Pré-mirim	Árbitro e bandeira	Plínio, acadêmico de educação física. Apitou um jogo e <i>bandeirou</i> outro.	Valéria. Que <i>trabalhou</i> comigo na primeira rodada. A Valéria, hoje, <i>trabalhou</i> um jogo <i>na bandeira</i> e um <i>no apito</i> .
05	Mata-mata	Infantil	Bandeira	Hugo Brigadiano, árbitro experiente da <i>várzea</i> . Marlon, que também já <i>apitava</i> . Olavo, que não conhecia e trabalhou <i>na mesa</i> .	Nenhuma
06	Mata-mata	Mirim	Árbitro	Esteban, árbitro experiente <i>na várzea</i> , mas sem <i>curso</i> . Apitou comigo, <i>paulistinha</i> .	Nenhuma
07	Finais	Infantil	Bandeira	Hugo Brigadiano, com quem já tinha trabalhado antes. Aldo, acadêmico de educação física, e que já <i>fez curso</i> na Federação.	A Valéria estava trabalhando <i>na mesa</i> .

1.2.8 Numa liga de *boleiros* veteranos

Em janeiro de 2011, a liga da vila Paraná e os 5 times que estava observando não estavam em atividade. Lendo o *blog A Voz do Amador*, do Bolinha, soube que o campeonato

de verão da liga do parque Rondon estaria para começar. Recordei-me das inúmeras referências a esta liga como um lugar de *boleiros*, jogadores ex-profissionais, onde “para jogar tinha que *ter bola*, não podia ser qualquer um”. Sabia que desta liga *saíram* vários *campeões* municipais. Estudar um arranjo deste tipo estava nos horizontes de meus interesses. Por isso, compareci na primeira reunião do ano e conversei com o Borges e com o Luiz Lima, ambos dirigentes da liga, sobre a possibilidade de realizar observações. Expliquei-lhes alguns aspectos da pesquisa, mas acabou sendo mais importante o fato de que eles me conheciam da liga da vila Paraná – “o professor que organizou a liga da vila Paraná” como se referiam. Frente a concordância de ambos a respeito das observações e da receptividade, senti-me à vontade para pedir a indicação de um time que participaria do campeonato de verão com boas chances de classificar para segunda fase. Esclareci que a intenção era observar a liga, mas, além disso, focar a atenção em um dos times. O Luiz Lima indicou-me, nesta ocasião, o Guarapuava, falando sobre a qualidade do time, como também da garantia de receptividade dos dirigentes.

O campeonato iniciou duas semanas após esta reunião. Porém, nesta ocasião acompanhei o acerto de *amistoso* para o domingo seguinte, entre duas equipes inscritas. Na manhã indicada, compareci para iniciar as observações. Daí em diante, estive no campo de futebol do parque Rondon em 15 das 22 rodadas. Localizado na região centro de Porto Alegre, em meio a prédios de apartamentos e grandes casas, o parque é quase que totalmente ocupado com construções destinadas à prática esportiva, ginástica, alongamento e dança. O campo de futebol ocupa praticamente a metade da extensão do parque e conta com alambrados, iluminação, arquibancada em um dos lados e vestiários. Embora o terreno do campo não fosse *um tapete* (predominava *o areião*, com grama nos cantos e numa das laterais), o restante da estrutura para o futebol, lhe rendia o título de *um dos melhores da várzea*.

Neste campo, além dos jogos de campeonatos organizados pela liga do parque Rondon, noutras ocasiões, observei vários jogos da liga da vila Paraná. Quando esta necessitava de um lugar com mais segurança, um *campo neutro*, para seus jogos de *mata-mata* ou finais, o parque Rondon logo era lembrado. Já bastante inserido “na organização” das competições da liga da vila Paraná, eu tratava de ligar para o Miltoninho, um dos membros da liga do parque Rondon, responsável pela agenda do campo. Ele, por sua vez, consultava a Associação Comunitária e confirmava ou não a disponibilidade. Em caso de acerto, era o Miltoninho quem cobrava uma taxa de R\$ 10,00 por jogo, de cada equipe, argumentando seu destino à Associação, para a administração e manutenção. Ele também não perdia a

oportunidade de oferecer os serviços dos árbitros que estavam acostumados a apitar naquele parque.

A liga e seus times

A liga do parque Rondon não existe *no papel*, como franqueou, em entrevista, o Borges, referido como seu *presidente*. São três pessoas da *comunidade* – o Borges, o Luiz Lima e o Miltinho – que organizam competições, mas se reportam à Associação Comunitária, esta sim, legalmente constituída. Para registrar a liga na Gerência de Futebol, eles utilizam o vínculo com esta Associação, inscrevendo os dados documentais dela nos cadastros solicitados. Entre estes três membros (coordenadores) da liga, há uma divisão de funções: Borges e Luiz Lima assumiam a *parte administrativa* (inscrições, elaboração dos carnês, súmulas, controles de cartões e de punidos) enquanto o Miltinho ficava com a *parte do campo* (agenda, marcação, limpeza dos vestiários, recebimento e repasse da taxa administrativa à Associação) e da *arbitragem* (contratação e pagamento).

Borges e Luiz Lima, além atuarem na *parte administrativa* da liga, eram dirigentes de times que normalmente participam dos campeonatos. O primeiro era *presidente* do São Matheus, com sede num bairro nobre da cidade e que, como ele relata, sempre foi *time de chegada*, mas nos últimos quatro ou cinco anos *está mal*, relacionando isso ao fato de não pagarem jogadores. O segundo é *dono* do Londrina, um time que até o ano passado era *saco de pancada, só perdia*, mas que recentemente fez uma *parceria* com um *patrão do tráfico*, que está *colocando* dinheiro, *selecionando* e pagando os jogadores através do *treinador*, até mesmo para participar de amistosos. Estas duas equipes participaram do campeonato de verão com outros 7 times, oriundos de outras regiões da cidade. Entre eles era fácil notar diferentes esforços e investimentos para reforçar a equipe, para contar com os melhores jogadores, para *não passar vergonha* na liga. O fato é que a presença dos chamados *boleiros* – jogadores reconhecidos como bons –, era flagrante nas rodadas, entre eles os ex-profissionais, cuja participação era quase sempre digna de explicações a mim direcionadas, do tipo: “aquele já jogou no Grêmio, no Inter, na dupla”; “já jogou profissional”; “foi banco do Felipão”; “foi campeão brasileiro”.

Dentre os 9 times participantes do campeonato, por indicação do Luiz Lima, escolhi um deles para acompanhar mais “de perto”: o Guarapuava, da vila Tropical. Depois da indicação do membro da liga, na primeira oportunidade, procurei o Seu Martins, presidente do time, e lhe expliquei sobre minha pesquisa. Ele concordou com as minhas observações – e fez

gosto disso –, me apresentando quase que imediatamente outros membros da *diretoria* e o *treinador*, dizendo que “ele vai acompanhar nosso time”. Observei o Guarapuava em 5 dos 7 jogos no campeonato e, além disso, fui, em duas oportunidades, até a vila Tropical (a cerca de 17 Km de distância do parque Rondon) para conhecer a estrutura e a organização do time, assim como o encontro e o deslocamento dos jogadores, da diretoria e dos torcedores até o campo, de ônibus.

No cotidiano das rodadas

As rodadas do campeonato de verão, com exceção *da final* realizada num sábado à tarde, ocorreram entre terça e quinta-feira, um jogo por noite, a partir das 19:30⁵⁰. Pouco antes dos jogos iniciarem, quando os jogadores estavam se reunindo na frente do vestiário, o Divino encostava sua Kombi próximo ao alambrado, organizava mesas e cadeiras para começar a vender bebidas, pastéis, pão com salsicha, entre outros *quitutes*. Logo o espaço entre a Kombi e a tela ficava repleto de homens com suas cervejas, dividindo as atenções entre as conversas e a partida de futebol. Ainda enquanto os jogadores se preparavam e o Divino começava suas vendas, eu ajudava o Luiz Lima ou o Borges a levar mesa, cadeira, encartes com números para substituições e uma caixa de documentos (súmulas, fichas, fotocópias, bloco de recibo) para a beira do campo, onde ficava o *mesário*.

No horário agendado, os times eram chamados para o campo. Os jogadores que saíam jogando tinham que de assinar a súmula. Não era uma tarefa simples, já que os veteranos sempre estavam dispostos a uma conversa entre conhecidos. Dentro do campo, a equipe de arbitragem ficava esperando. Todos os jogos foram *dirigidos* por *trios*, com exceção da partida final, na qual estiveram presentes 5 árbitros (dois em campo, dois bandeiras e um reserva). Nas 15 partidas que observei, trabalharam 09 árbitros, 05 bandeiras e 03 mesários. A maioria daqueles que *apitaram* eram mencionados como os “melhores *da várzea*”, cujo respeito às suas decisões em campo era notável. Numa das rodadas, fui *mesário*, já que os times do Borges e do Luiz Lima estavam se enfrentando em campo e ambos não podiam envolver-se na arbitragem.

Outra função que acabei assumindo na liga foi a de encaminhar informações para o Bolinha, do jornal A Voz do Amador. Levava a máquina fotográfica e registrava, na medida do possível, algumas imagens. Durante cada partida e depois dela, preocupava-me em copiar

⁵⁰ Não eram realizadas nas segunda, sextas e nos finais de semana em virtude dos compromissos familiares dos membros dos times com o *veraneio* (muitos aproveitavam os finais de semana no litoral).

da súmula os gols e seus autores, assim como os momentos (minutos) em que foram convertidos. Além dessas informações e das imagens, elaborava uma espécie de síntese do jogo, destacando acontecimentos que valorizavam a liga, nunca citando aspectos que depreciassem a competição. Ninguém me pediu esse tipo de postura. O fazia sabendo que era isso que se esperava de mim. Depois de enviar as informações por e-mail ao jornalista, no dia seguinte, acessava o *blog* para ler o texto publicado e ver as formas como as informações enviadas incorporavam as matérias publicadas. Apenas uma vez o meu texto foi publicado integralmente. Nas demais, o jornalista tratava de recheiar as matérias com outras informações que dominava com maestria, inserindo um tom desafiador e, por vezes, *jocoso*, condizente com as conversas de beira de campo que eu não tinha condições de (re)produzir nos mesmos termos.

* * * * *

A apresentação destes retratos de minha imersão, tentando abordá-la na lógica de uma história nas tramas urbanas *da várzea*, ajudou-me a pensá-la na perspectiva de uma trajetória. Comecei meu percurso na sala de reuniões da Gerência de Futebol, onde fiquei interessado pelas disputas em torno da “organização” e da “disciplina”. Ao sair dali, procurando entender como esses dois aspectos eram vivenciados fora das reuniões, observando as ligas e ajudando algumas justamente no sentido da organização e disciplina, minha “imagem pública” na sala de reuniões começou a mudar. Eu caía no *gosto* dos dirigentes de ligas e gestores públicos. Aquilo que eu fazia *fora* reverberava *dentro*; o que eu fazia *dentro* das reuniões reverberava *fora*, nos campos e noutros lugares. Assim notava que eu não era o único a circular e que as salas de reuniões da SME e os campos de futebol, embora centrais, não eram os únicos espaços que podiam ser descritos como *a/na várzea*. Os bares, as *copas*, as *bocas do tráfico*, o jornal A Voz do Amador, as festas, os aniversários, os cursos de arbitragem não eram menos significativos na construção simbólica e atualização do circuito.

Foi descrevendo essa multi-localidade da construção e olhando para meus rastros, que tratei de reelaborar a própria noção *da várzea* como um circuito de competições ou, de certa forma, (re)inseri-lo nas tramas das relações urbanas, acrescentando outras dimensões. Concluí que trata-se sim de um **circuito de competições**, que ganha sentido na sociabilidade esportiva e de lazer e suas implicações distintivas e identitárias. Mas aprendi também a ver *a várzea* como um **circuito de trabalho**, de *geração de renda* não tanto dos jogadores que

ganham um troco, mas principalmente daqueles envolvidos na organização das competições, nas *copas*, bares-sedes, *bocas*, festas, dos fotógrafos, jornalistas, vendedores e catadores que frequentam os espaços e disso obtém algum lucro. Ainda, além das competições e do trabalho, não me soaria estranho dizer que *a/na várzea* refere-se a um **circuito de política**, no sentido (restrito?) da existência de crenças e sentimentos de que os valores e as práticas do futebol “servem para” melhorar a vida dos trabalhadores e seus familiares, afastar das drogas ou mesmo para representar, no cenário das eleições, grupos desprivilegiados ou periféricos. É claro que estas dimensões não são vividas de forma segmentadas, mas elas, no mínimo, ajudavam a problematizar a ideia de um circuito propriamente esportivo, um espaço-tempo em particular da vida dos “agentes na cidade”.

A minha própria movimentação “no” centro e “na” periferia da cidade mostrou-me possibilidades diferentes de pensar o circuito. Ora, já poderia supor, sem muitos problemas, com base no que já descrevi, que *a várzea* “do” centro colocava em maior evidência as disputas próprias do campo esportivo, pois ali nas praças e parques, por exemplo, circulavam mais os *boleiros* (poderia dizer jogadores-trabalhadores), se separavam com mais nitidez os que eram do time e os que eram torcedores, onde *a várzea* representava formas de apropriação com limites mais claros e que às vezes incomoda os demais *habitués*. Já *a várzea* “da” periferia denotaria um circuito muito mais poroso, menos avesso aos agendamentos do trabalho e da política local; os jogadores (aqui poderia inverter e dizer trabalhadores-jogadores), treinadores, torcedores circulavam não somente no encadeamento das competições, mas também entre categorias e times; proliferavam times tanto quanto o número de fardamentos disponíveis; joga-se “em casa” e “fora de casa” e em “campos neutros”; a apropriação dos campos e praças *pela comunidade* era fortemente mediada pelo futebol, mas também por outras dinâmicas locais.

Não estou, com isso, procurando delimitar “duas *várzeas*” (a “do” centro e a “da” periferia), mas tentando encorpar a problematização – o que não significa descartar – em torno da existência de um circuito circunscrito, funcionando como arena fechada, distanciado das preocupações cotidianas, imune às dimensões objetivas e simbólicas da cidade. Acredito que a descrição do meu itinerário de socialização, da minha imersão etnográfica apontou para outro lado. Igualmente, não estou defendendo a cidade como uma “variável independente”, entendendo que as pessoas com as quais convivi reconhecem o circuito e modos legítimos de vivê-lo, funcionando conforme um espaço-tempo que lhe é próprio e que isso tem implicações na forma como se apropriam dos espaços urbanos (campos, praças, parques, bares, gabinetes públicos, etc.).

1.3 SEGUINDO CATEGORIAS-CONTROVÉRSIAS

As reflexões que trouxe até aqui me colocaram a pensar numa tese: a de que o circuito de futebol *de várzea* compreende a sobreposição, não sem tensão, de dois movimentos. O primeiro no sentido de que ele funciona como um espaço simbólico particular de negociações, posições, práticas e interesses, algo próximo da noção de *campo* bourdieusiana ou de uma *configuração* esportiva elisiana, daí a necessidade que senti, reforçada tanto pelo espaço acadêmico como nas interações com meus interlocutores, de buscar elementos capazes de circunscrevê-lo e diferenciá-lo de outros espaços ou esferas futebolísticas. Acredito que os estudos desse futebol urbano, praticado por pessoas comuns, tendo como orientação a diversidade, a heterogeneidade, caminharam bastante nesse sentido, salientando singularidades no funcionamento, organização e/ou sentido atribuídos em distintos grupos. O segundo movimento diz sobre as invenções ou arranjos cotidianos dos sujeitos e grupos em circulação nas tramas urbanas com suas diferentes histórias e trajetórias, atribuindo, negociando outros significados às mesmas práticas e artefatos do futebol, ao se depararem com diferentes condições objetivas e simbólicas no tempo e espaço da cidade, sem que isso se mostre uma transgressão ao circuito, pelo contrário, são fundamentais para que ele continue existindo.

O desafio de estudar o circuito municipal de futebol a partir dessa sobreposição colocará em pauta a discussão e análise das noções de “particularidade” e de “arranjos mais ou menos duráveis” na compreensão do futebol, não para descartar uma ou outra, mas para escapar das dicotomias, entre elas a do extra-ordinário e ordinário, do substantivo e relacional, do ritual e cotidiano e, ao invés disso, explorar as imbricações, já que ambas as possibilidades de análise parecem fazer sentido quando se trata *da várzea*, isto é, das pessoas e grupos em circulação em distintas condições objetivas e simbólicas. A partir desse entendimento é que chego a questão norteadora da presente investigação: **Como se dá a atribuição de significados às práticas do futebol no circuito *varzeano*, quando elas estão implicadas por (e implicam) uma construção multi-local e pela circulação das pessoas, grupos e artefatos na cidade, mas também pela constituição de um espaço simbólico particular?**

A fim de enfrentar essa pergunta, recorri a uma inspiração laturiana: olhar e seguir as controvérsias, pois elas possibilitam identificar e rastrear as relações (ou conexões) sociais, isto é, um conjunto de elementos heterogêneos e de interesses que atuam e fazem existir as ações e suas incertezas (LATOURET, 2000; 2008). Porém, embora eu tenha me interessado pela

noção de controvérsias, entendendo que elas expõem algo, que deixam rastros, a análise que será empreendida a partir deste momento, será simbólica, ou seja, a descrição e interpretação dos significados, das estratégias de legitimação compreendidas nas disputas em torno de aspectos (categorias) do circuito que ajudam a defini-lo, conectá-lo enquanto tal. Assim, meu primeiro passo em direção a análise das informações que havia produzido e que estavam sendo produzidos – afinal a leitura de um diário faz evocar memórias daquilo que foi vivido – foi no sentido de focar nas principais controvérsias em torno de aspectos que serviam para conectar o circuito, isto é, fazê-lo funcioná-lo enquanto tal.

Nas primeiras leituras dos diários e dos documentos concluí (ou apenas tive mais certeza) que estes elementos fontes de controvérsias eram 1) a organização, 2) a formação dos times, 3) a *pressão* da comunidade; e 4) a (in)disciplina. Na sequência, fiz um rápido exercício de separar todas as informações dos diários a partir dessas 4 controvérsias e, assim, acabei por descobrir (ou, novamente, em ter mais certeza) que este modo de operar não era apenas uma decisão teórico-metodológica, pois correspondia de maneira muito significativa aquilo que já estava representado nas minhas anotações. O próximo passo foi estranhar esse tipo de registro nos meus diários, formulando questões. Desse modo, estas 4 categorias-controvérsias em torno de aspectos que serviam para conectar o circuito, passaram a ser consideradas questões operacionais da investigação. Neste momento, as apresento dentro de indagações emergidas nas conversas com diferentes interlocutores:

- Por que um presidente de liga de região periférica da cidade numa reunião, ao tratar da **organização**, afirma em tom de reclamação que “aqui é a *várzea*, não é o profissional”?
- O que fez um antigo funcionário da prefeitura, ao pronunciar-se sobre a **formação dos times da várzea**, afirmar que “o clube de hoje é um jogo de camisas [...], não tem aquele vínculo de clube”?
- O que dizem os dirigentes de ligas e árbitros ao relatarem o incômodo da “*pressão* que vem de fora, da torcida”, se referindo à **participação das comunidades** no decorrer das partidas?
- Por que, depois de vários meses observando jogos no circuito *varzeano*, me flagrei afirmando, com “naturalidade”, que um time “foi só para jogar bola hoje”, tendo em mente a dimensão da **(in)disciplina**?

A própria ordem dessas questões não é gratuita, pois ela reflete o meu caminho de indagações que se inicia nas salas de reuniões até o olhar atento para dentro do campo. Cada

uma dessas questões operacionais foi absorvida por um capítulo, no qual, ao desenvolver as análises, procuro dizer como fui seguindo as controvérsias nos distintos locais pelos quais permaneci ou apenas passei. Não fiz isso apenas para comparar os distintos espaços-tempos, mas fundamentalmente para conectá-los, assim como não o fiz para afirmá-las enquanto aspectos autônomos diante da diversidade dos regimes de valores, mas também prestando atenção nas retraduições locais.

CAPÍTULO II

AQUI É A VÁRZEA, NÃO É O PROFISSIONAL

A organização, como um conjunto de normas, reuniões e artefatos para encadear (ou alinhar) as práticas “adequadas” no arranjo de competições, sem dúvida, era uma das preocupações mais significativas, que conectava pessoas e grupos nos diversos espaços e tempos do *municipal* de futebol de Porto Alegre. Ela ofertava características distintivas a este circuito em relação a outros, não passando despercebida para aqueles que estão envolvidos, especialmente aos dirigentes da Gerência de Futebol da SME, das ligas e dos times. Comecei a notar isso já nos meus primeiros passos nas reuniões da Gerência de Futebol da SME. Nelas, não raramente, emergiam as disputas entre aqueles que se discursavam por uma gestão *mais próxima do profissional*⁵¹ e, em contraponto, os que respondiam que *a várzea não é o profissional*, como o fez Mendes, presidente de liga e membro da Comissão Disciplinar, falando a organização e sendo bastante aplaudido por cerca de 200 pessoas (membros de times) num auditório:

É óbvio que tem a questão *da várzea, nós estamos na várzea*, não podemos aplicar todas as regras que aplica no futebol profissional aqui *na várzea, nós vamos matar a várzea, não tem nada a ver uma coisa com a outra*. (DC, 08/04/2009)

Diante de afirmações como estas – Mendes não foi o único a fazê-la –, as seguintes questões foram inevitáveis: **O que é esse “lugar/coisa” que não tem nada a ver com o profissional? Por que esta afirmação foi intensamente aplaudida? Qual o sentido desses aplausos?** Foi exatamente motivado por perguntas como estas que decidi investigar o circuito não apenas no âmbito da Gerência de Futebol, mas principalmente das ligas da região centro e da periferia, seguindo alguns de seus dirigentes. Ao fazer isso, minha imersão nos diversos espaços *da várzea* esteve bastante vinculada à organização. O resultado disso é que este capítulo reflete fortemente a dimensão da observação participante.

⁵¹ Afirmação de um dirigente de uma *liga exemplar*, se referindo a contratação da equipe de arbitragem e a organização das competições (DC, 29/03/2009).

A circulação com os dirigentes e, algumas vezes, como um deles, fez-me logo escapar de um caminho bastante comum e, por demais, arbitrário, de explicar a organização a partir da dicotomia clássica na literatura sobre gestão esportiva, tentando encaixá-la no modelo “profissional” ou no “amador”⁵², ou, pior ainda, tratando-a na lógica de um evolucionismo administrativo em direção à reificação do profissional. Não demorou muito, também, para que eu notasse que as características da racionalidade do esporte moderno trazidas por Allen Guttmann (1978)⁵³, especificamente a especialização, a racionalização, a burocratização, a quantificação e os recordes não tinham sentido se deslizadas para alguns espaços-tempos *da várzea*, mas noutros eram significativos. Seria o caso de afirmar que o circuito varzeano tinha “lugares” mais modernos do que outros? Não é essa a questão deste estudo. Ela apenas é uma provocação à reflexão, que faz considerar a noção de diversidade dos significados das práticas esportivas⁵⁴, aqui, em especial, da organização.

O desafio a que me propus, neste capítulo, foi o de lançar um olhar para os dirigentes das ligas **em ação** no **trabalho** de organização das “suas” competições, prestando atenção na diversificação – quer dizer, na dinâmica da diversidade – nas práticas, nos artefatos e seus significados, em diferentes arranjos de pessoas. O objetivo foi mostrar que a organização, *na várzea*, reflete uma construção implicada não só pelas diferenças simbólicas dos espaços e tempos (objetivadas e subjetivadas), mas também pela circulação e trajetória dentro e fora do circuito. Nessa tarefa, valorizei sobremaneira a minha trajetória, procurando mostrar não só um processo de incorporação de disposições, mas também como soube situar-me de modo mais ou menos adequado nos diferentes espaços e tempos *da várzea*, pelos quais os dirigentes circulam e sabem/aprendem, mais ou menos, a diferenciar. Esta é uma análise que aparecerá no decorrer das interpretações e que se aproxima bastante do trabalho de Bernard Lahire (2002) quando se refere ao trabalho dos sujeitos em manter a coerência em grupos e universos socialmente múltiplos, heterogêneos e contraditórios⁵⁵.

⁵² No âmbito da antropologia do esporte, Arlei Damo já produziu críticas bastante severas a esse tipo de dicotomias, tendo como base a análise dos espaços, dos tempos e da morfologia social de diferentes configurações futebolísticas (DAMO, 2002a; 2003; 2007).

⁵³ Dentre os trabalhos clássicos do esporte, creio que Guttmann (1978) foi o que mais se aproximou da análise da organização. No entanto, ressalto que essa aproximação que fiz deve ser entendida apenas no sentido de problematização do tema, já que as realidades empíricas são bastante diferentes. Me permiti a aproximação em vista da dimensão bastante genérica com que o autor se refere ao esporte.

⁵⁴ Esta crítica está mais desenvolvida nos trabalhos de Stigger (2002; 2005).

⁵⁵ Para Lahire (2002; 2006), na sua crítica à noção de *habitus* de Pierre Bourdieu, a coerência dos esquemas de ação não pode estar ligado à *unicidade*, mas a uma pluralidade de esquemas não homogêneos, não unificados e até mesmo contraditórios, cada um deles requerendo a sua coerência diante dos diferentes contextos sociais que simboliza.

Início esse olhar para a organização nas salas de reuniões de dirigentes, ocorridas na Gerência de Futebol da SME, mapeando uma série de questões e controvérsias em torno do “melhorar o *municipal*”, prestando atenção em dinâmicas de legitimação e de controle ou disciplinamento⁵⁶, mas também em resistências e desvios de rotas ou fluxos reconhecidos como adequados. Isto me levou ao levantamento de uma série de artefatos que transportam as noções legítimas (e as controvérsias) e conectavam os diversos espaços e tempos do circuito – regulamento, fichas, protocolos, tabelas, súmulas, listas de punidos, com os quais os dirigentes trabalham. Passei, em seguida, a seguir alguns destes artefatos fora das salas de reuniões da SME, no âmbito das ligas e dos times, com especial interesse naquilo que Certeau (2002, p. 40) diria de ser uma “produção secundária” da cultura popular ou que Appadurai (2008) mencionaria como dinâmicas em torno do estatuto de mercantilização das coisas em circulação. Assim, não foi difícil perceber que seguir as noções, as controvérsias e os artefatos para além das salas da Gerência de Futebol, nas ligas e em diversas fases das suas competições, mostrava-se como uma boa oportunidade para compreender as inflamadas e aplaudidas palavras do presidente de liga sobre como “o profissional poderia matar a *várzea*” ou que “uma coisa não tem nada a ver com a outra”.

2.1 NA GERÊNCIA DE FUTEBOL

Como o *municipal da várzea* de Porto Alegre é um projeto coordenado pela SME, as salas da Gerência de Futebol se apresentavam como espaços simbólicos fundamentais para se compreender as disputas em torno do “melhor campeonato”. Estas salas – nas quais se reuniam os dirigentes (ou representantes) da Gerência/SME, das ligas e dos times – foram espaços muito significativos para se observar o envolvimento de diferentes pessoas e grupos na construção, legitimação e objetivação de noções sobre aquilo que se denominava de organização. Por isso, vou insistir numa descrição um pouco mais detalhada deste espaço e de como ele era marcado por temporalidades específicas do circuito, implicadas pelos diversos momentos e fases do *municipal*, colocando em destaque uma lista de disputas (simbólicas), de pessoas, grupos e de artefatos.

⁵⁶ No âmbito desta pesquisa, a preocupação com a **disciplina** se equivale àquela destinada a **organização**, em que pese a oferta de limites e sentidos ao circuito de *futebol de várzea*. No entanto, neste capítulo, a noção de disciplina será considerada dentro das práticas organizacionais, sendo objeto de análise em capítulos seguintes.

Reuniões do *conselho arbitral*

No final do mês de fevereiro ou início de março, os presidentes das ligas de futebol da cidade de Porto Alegre eram convidados por membros da Gerência de Futebol a participar de reuniões que precediam o início do *municipal*, formando o que se denominava de *conselho arbitral*. O objetivo principal destes encontros era “discutir” e “aprovar”⁵⁷ o regulamento geral que orientaria/alinharia as práticas de todas as ligas cadastradas, que realizavam os *regionais* e que desejavam contar com vagas na segunda fase. De modo geral, estes encontros serviram para ajustar o regulamento, diante de um discurso bastante válido de que se deve manter o que estava funcionando e abordar somente os “problemas” verificados nas edições anteriores. Tais intenções enunciadas enfaticamente neste momento que precedia a realização dos *regionais* pelas ligas colocavam um primeiro problema a respeito da organização: **Quem e como se define o que está funcionando e o que é um problema? Quem tinha autoridade para dizer o que era um problema?**

Começo a abordar essa questão dando destaque aos dois Gerentes de Futebol da SME, que coordenaram o projeto *do municipal*, especificamente às suas trajetórias e ao modo como se fundamentam sua autoridade na relação com os dirigentes das ligas. Inicialmente entendia que para encarar estas questões deveria fazê-lo desde o projeto político municipal para o futebol. Não descartei completamente isso, mas, aos poucos, percebi que era muito mais significativo começar a partir das trajetórias dos Gerentes de Futebol. Tal como compreendi durante as reuniões, este Gerente é o principal coordenador do *conselho* e de outras reuniões que acontecem com vistas ao desenvolvimento do campeonato municipal. Sua posição não era descabida e lhe outorgava privilégios a respeito dos rumos do regulamento, sobretudo em que pese a tarefa de selecionar e transformar os “problemas” em “propostas” de alteração para o ano seguinte⁵⁸. Procurei ficar atento aos fundamentos dessa autoridade nas reuniões do *conselho*, mas eles ficaram muito evidentes justamente por ocasião da saída de um e entrada de outro Gerente na coordenação do projeto, no início de 2011.

Em 2009 e 2010, as reuniões foram coordenadas por Madureira⁵⁹, que jogou futebol na infância e juventude, sendo campeão estadual de futebol amador por um time da cidade, no interior. Mudou-se para a capital, onde trabalhou como vendedor, bancário, formou-se em

⁵⁷ Coloquei os verbos discutir e aprovar entre aspas no sentido de dizer que estas práticas englobavam uma disputa de poder bastante clara em favor de um grupo, como mostrarei a seguir.

⁵⁸ Não é uma tarefa solitária, ademais a própria Gerência de Futebol é composta de funcionários que participam dessa tarefa, seja em correspondência ou em resistência.

⁵⁹ Entrevistei este Gerente de Futebol no último mês que estive à frente do projeto *do municipal*.

Educação Física e também como árbitro de futebol. Atuou muitos anos na arbitragem do futebol profissional, chegando a ser aspirante ao quadro de árbitros da FIFA, ao mesmo tempo em que continuava estudando – formou-se em Administração Pública e Administração de Empresas. Concursado, trabalhou na Secretaria de Educação do Estado e, depois, na Secretaria de Esportes de Porto Alegre. Sempre esteve ligado à administração do esporte, conhecia o futebol profissional e tinha trabalhado em projetos de futebol da prefeitura, entre eles o Curso de Arbitragem Comunitária – de sua criação –, que se tornara um projeto da SME. Em 2005, na transição de Governo Municipal, assumiu a coordenação da Gerência de Futebol, ficando até o final de 2010.

Acompanhei o Madureira por dois anos na coordenação das reuniões (com os dirigentes das ligas, com os funcionários da própria Gerência e com os dirigentes dos times classificados para *o municipal*). Em algumas oportunidades o encontrei nos campos pelos quais eu circulava, mas apenas uma vez fora da região central da cidade, num Centro Comunitário. Dentro da sala de reuniões, não restava nenhuma dúvida de que seu o conhecimento e as disposições incorporadas no circuito de futebol profissional, nas práticas e nos cursos de administração funcionavam como esquemas geradores de forte impacto sobre as práticas de organização do *municipal*. O cuidado com arquivos, protocolos e horários, com a organização do ambiente, com o registro das informações em papéis e bancos de dados, com a (in)disciplina, com o controle das punições, a preocupação em coordenar as manifestações nas reuniões, o seu domínio manifesto de códigos, legislações, normas e regras esportivas, principalmente do futebol, era facilmente notado por quem parava um pouco para observar suas intervenções. Ninguém podia dizer que ele não sabia o que estava fazendo.

A experiência no futebol profissional e na administração ofertava, claramente, um caminho legítimo em bem fundamentado para ser seguido na coordenação do *municipal*, nos rumos do regulamento, na seleção dos “problemas” a serem sanados. Isto estava dentro das expectativas do Secretário de Esportes do Município, que ao falar dos rumos *do municipal*, enfatizou o “caminho certo” na gestão conduzida firmemente por Madureira, na dinâmica de “um futebol organizado, com respeito e disciplina” (DC, 31/05/2010). Conversei algumas vezes com este gestor a respeito deste respaldo do alto escalão da SME e, numa das ocasiões, ele enfatizou que tem o apoio do gabinete, justamente pela sua organização: “Temos credibilidade [eu substituiria, sem problemas, por autoridade] por causa disso, organização. Se o cara liga lá na Gerência e pede alguma coisa, nós vemos [nos arquivos] e tem o que falar” (DC, 22/11/2009).

Mas não era somente a capacidade de uma gestão organizada, disciplinada e o apoio do Secretário que sustentavam a posição privilegiada do Madureira a respeito do regulamento geral. O caminho que estava sendo seguindo encontrava correspondência nas práticas de dirigentes de ligas reconhecidas no circuito *da várzea* como *exemplares*, especificamente a liga do Alencar do parque Iguazu, a liga do Borges do parque Rondon, a liga do Dimas do parque Formosa e a liga do Fortunato do parque Toledo⁶⁰ – um grupo de *estabelecidos*⁶¹ que servia de parâmetro para a “boa organização”. As intervenções destes dirigentes de *ligas exemplares* nas reuniões do *conselho* eram decisivas nas votações; seus argumentos eram valorizados e reconhecidos, o que acabava por fortalecer o privilégio do Gerente em definir os problemas, propor e aprovar as soluções.

Fortalecido por este grupo de *estabelecidos*, pelo seu conhecimento e pela linguagem especializada, pelos seus argumentos bem fundamentados (em registros, arquivos, bancos de dados, códigos, leis, etc.), o Gerente coordenava um encontro posicionado em pé na frente dos dirigentes ou representantes das ligas, estes sentados em cadeiras distribuídas em colunas e fileiras. Este lugar simbólico lhe colocava, na maioria das vezes, a salvo das discussões. Com frequência observei debates acalorados, resistentes às propostas do Gerente, mas somente entre os dirigentes, sobretudo no fundo da sala. Formavam-se murmúrios, às vezes tumultos, que não envolviam diretamente o coordenador do encontro. Muitas de suas proposições pareciam estar protegidas de enfrentamentos e gozavam de uma significativa propensão para aprovação, o que não significava que não houve discordância ou resistência, mas que estas, quase sempre, não extrapolavam os murmúrios, diante da autoridade reconhecida do coordenador do *conselho*.

Sem conhecer melhor a trajetória dos dirigentes das ligas, no primeiro ano em que observei o *conselho arbitral*, cheguei a interpretar a dinâmica dos murmúrios e tumultos como uma dissimulação da ignorância de grande parte dos representantes das ligas, principalmente daqueles de regiões mais periféricas da cidade, em enfrentar diretamente o Gerente, com argumentos de mesmo nível e especificidade. Naquele momento, a idéia de reconhecimento sem conhecimento que caracterizava a boa vontade cultural (BOURDIEU, 2007) gozava de sentido nas minhas interpretações. Poucas pessoas naquela sala tinham condições de discutir, de imediato, com o Madureira, depois que ele encerrava o assunto,

⁶⁰ Era perfeitamente possível compreender porque Madureira, ao explicar a melhora *dos regionais*, diz o seguinte: “fui assistir algumas finais, como a do Parque Toledo, a do Parque Iguazu. **Não parecia que estavam jogando a várzea** [mas sim o profissional]” (DC, 12/08/2010).

⁶¹ *Estabelecidos* no sentido de Elias e Scotson (2000), isto é, de um grupo que se autopercebe e é reconhecido como uma “boa sociedade”, melhor, com autoridade e influência para outras.

dizendo “isso é uma recomendação da FIFA, não dá para discutir”, “isso é uma norma da CBF”, “isso é noutro *foro* de discussão, não é o momento”. Também me senti assim, incapaz, reconhecendo, então, que o que ele propunha o melhor a ser inscrito ou excluído do regulamento.

Porém, na medida em que me situava “nas ligas”, convivia “lá nas vilas” com os dirigentes e, ao mesmo tempo, os acompanhava nas reuniões, comecei a problematizar a certeza da lógica do reconhecimento sem conhecimento – no sentido da inculcação da autoridade legítima nos consumos culturais. Havia algo mais. Muitas das práticas culturais de organização válidas na sala e nas *ligas exemplares*, simplesmente não serviam “lá nas vilas”. Nas reuniões do *conselho arbitral*, a participação do Miranda da liga da vila Paraná e do Gomes da liga da vila Marechal, presidentes de ligas periféricas que eu observava e participava justamente “na organização”, não podia ser resumida ao reconhecimento sem conhecimento. Embora eles participassem das reuniões predominantemente em silêncio ou envolvendo-se em conversas e discussões paralelas com seus conhecidos, também tinha sentido dizer que o Miranda e o Gomes tinham autoridade para escolher como organizar ao seu modo, desconhecendo “lá na vila” aquilo que fora aprovado na Gerência.

Não posso dizer que, em momento algum, não houve discussões diretas, resistências claras ao Gerente e ao grupo de dirigentes *ligas exemplares* no que se refere à “boa organização”. Também não seria prudente afirmar que os dirigentes de ligas periféricas estavam tão somente participando, indiferentes, sem dar ouvidos ao que se passava. Diferente disso, o que presenciei – e *senti na pele* – é que o “melhorar” o campeonato era resultado de uma sobreposição de entendimentos quanto à organização, legitimados de modos distintos. De um lado, a posição legítima do Gerente frente (ou contra) ao que ele denominou, em entrevista, de uma *cultura da pressão nas comunidades*:

A várzea me deu uma experiência de que só é possível se tu tiveres credibilidade nas tuas ações, porque nas comunidades nós sabemos qual é a cultura. Uma cultura da pressão, uma cultura própria que a comunidade tem. Tem algumas equipes que participam do futebol que quem manda precisa ter ações e credibilidade perante essa comunidade. O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que 2 + 2 sempre terá que ser 4, nunca poder 5, 4 e alguma coisa, o que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que o que está escrito, o que está aprovado em congresso técnico precisa ser cumprido por todos, a começar por quem comanda. (MADUREIRA, 2010)

De outra parte, os dirigentes das ligas, também com legitimidade, porém sustentada por outro processo – local –, nem sempre manifestado para o coordenador do encontro, ficando nos limites de pequenos grupos e dos murmúrios. Estes, por seu turno, reclamavam

que a Secretaria, ficava “pagando regra, pagando leis e não ia lá na vila ver como é que é, só fica aqui nestes campos do centro”, como fez um dos presidentes numa das reuniões (DC, 25/03/2010). Junto com estas reclamações, várias outras estiveram pulverizadas nas discussões do *conselho*, como: organizar jogos em *campos abertos*, sem alambrados; lidar com *patrões do tráfico* armados; lidar com as limitações financeiras dos trabalhadores, que impossibilita a contratação de “bons” árbitros; depender do *movimento das copas* para sustentar os times e as ligas. Contudo, o fato de serem reclamações denotava uma dimensão ambígua: primeiro, a do reconhecimento de que a Secretaria, para cessar a *cultura da pressão* da comunidade, precisava colaborar mais, dar mais condições esportivas às ligas e seus dirigentes – isto seria, sim, um reconhecimento da autoridade legítima e correspondia ao desejo das ligas das vilas em cessar a *pressão* da comunidade e seu impacto sobre as partidas; segundo, a falta de reconhecimento de outras lógicas que não a do futebol organizado por meio de fichas, documentos, protocolos, listas, tabelas, isto é de um futebol *mais próximo do profissional* – o que configurava uma resistência popular à organização legítima na sala.

Apontar essa ambiguidade não significa dizer que ela seja um problema. Longe disso. Aprendi a vê-la como uma disputa que oferta sentido à organização e, portanto, ao próprio futebol *varzeano*. Refletia maneiras diferentes – que tensionavam modos – de perceber e avaliar a organização. Esta disputa ficou ainda mais marcada quando, no início de 2011, ocorreu a troca do Gerente. O Madureira saiu para assumir outro cargo na Prefeitura e a coordenação da Gerência foi ocupada por Souza, cuja trajetória era significativamente diferente. Jogou futebol na sua infância e juventude, em vilas de uma cidade do interior do Estado, chegando a ser convidado para jogar na categoria de base de um time profissional de sua cidade, mas mudou-se, em seguida, duas vezes. Não deixou, no entanto, de jogar. Vindo para Porto Alegre, jogava como aluno no colégio e, depois, no time da Faculdade de Educação Física. No início eram amistosos, mas o time de professores foi reforçado com jogadores *da várzea* e passaram a disputar campeonatos da cidade. Foi desta forma, disse-me o novo coordenador, que “pegou gosto pelo *futebol de várzea*”. Trabalhou com natação e depois como professor concursado do Estado, em escolas. Passou no concurso da Prefeitura e, em face ao seu vínculo com *a várzea*, foi chamado para trabalhar organizando o campeonato municipal. Fez isso durante 12 anos, até 2004, momento em que houve uma mudança na gestão municipal. Depois disso, assumiu suas funções de professor numa praça da cidade, retornando à coordenação do campeonato em 2011.

Na primeira reunião deste ano – no *conselho arbitral* –, comecei a notar as diferenças no que se refere a forma de sustentar a autoridade para estar naquela sala, coordenando aquele

encontro dos dirigentes das ligas. Souza falava repetidamente de sua trajetória na *vida pública*, de seu conhecimento *da várzea*, desde o início, de que ele não estava ali despreparado, lembrando a todos e que o municipal não era uma obra do Gerente que saiu: “Organizei 12 anos, o Madureira fez as últimas 6 edições”; “Nós criamos o campeonato, há 19 anos atrás, o Madureira organizou ele”; “Olhando para este regulamento, ele começou a ser feito por nós lá em 94 e foi sendo melhorando. Teve um aperfeiçoamento com o Madureira, na arbitragem e na disciplina, especialidade do Madureira”. As histórias contadas pelo Souza sobre a forma como faziam o campeonato lhe serviam para dizer que “era talhado *na várzea*”, assim como para apresentar seu entendimento sobre a participação mais democrática dos dirigentes e sobre a maior independência das ligas e dos jogadores – uma organização “mais popular”.

Com este tipo de fundamentação da autoridade, Souza apresentou, naquele primeiro encontro do ano, 9 propostas de modificação do regulamento. Destas, 5 foram rejeitadas e 4 aprovadas. As rejeitadas implicavam em alterações significativas sobre noções cruciais do regulamento *do municipal*, estas reforçadas pelo grupo de dirigentes *estabelecidos*. Praticamente todas as discussões estiveram centralizadas no Alencar, presidente de uma *liga exemplar*, que levantava para falar, ou alardear, que se fosse aprovado aquilo “seria um retrocesso”, acusando, até mesmo, os membros da Gerência de desejarem trabalhar menos, diminuindo o empenho na organização. Miranda, de liga periférica, que estava ao meu lado, apesar de não ter empatia com o Alencar, como muitos outros na sala – em vista de seu jeito monopolizador dos debates, acusado de querer aprovar tudo sozinho –, concordava com “o manter como estava”, embora suas práticas “lá na vila”, por vezes, ignorassem o que fora mantido. As 4 propostas que foram aprovadas reforçavam ainda mais o rumo do regulamento *estabelecido*, afirmando um caminho a ser seguido, mesmo por aqueles que não conseguiam.

Duas semanas depois, o *conselho arbitral* voltou a se reunir. Quando entrei na sala, naquele dia como representante da “liga do Miranda”, me surpreendi com a posição das cadeiras. Elas estavam dispostas em círculo e o Gerente coordenou a reunião argumentando que desejava conversar “de igual-para-igual”. Entre os dirigentes, um que dizia ter voltado, reativado a liga, pois tinha desistido de fazê-lo pelo “excesso de burocracia” como estava antes. Temas que antes somente se debatiam nos pequenos grupos, nos murmúrios e tumultos do fundo da sala, apareciam nas discussões abertas, com a participação do coordenador. Notava que assuntos antes “implicitamente proibidos” na sala, começavam a aparecer e que as manifestações dos dirigentes eram mais plurais, porém bastante carregadas de demandas por melhores condições para a organização e para a prática do futebol. Na sala, o arranjo de

cabeças que balançavam favoravelmente a essa nova configuração era significativamente diferente daquelas que apoiavam o Madureira, com certa preocupação, especialmente dos dirigentes das *ligas exemplares*, mas não somente destes, de que ocorreria um “retrocesso” em que pese a “organização” e à “disciplina”. A distribuição de poder tinha se modificado em favor do discurso de que *a várzea não é o profissional*. Mas isso, vale salientar, não é tomado aqui como “um avanço” (como disseram alguns) ou como “um problema” (como disseram outros). Diferente disso, procuro evidenciar que a mudança do Gerente de Futebol acentuou (ou trouxe para a superfície) uma série questões que pareciam estar mais resolvidas “dentro do regulamento” geral do municipal.

Os dirigentes das ligas e membros da Gerência de Futebol, em discussões mais ou menos explícitas, empreendidas nas reuniões do *conselho*, atualizavam determinadas questões quase que obrigatórias em torno do “melhorar o campeonato”. Embora o regulamento fosse transpassado por essas questões, cujas respostas mais legítimas conferiam sentido a muitos dos seus artigos, parágrafos e alíneas, não significava que fossem assépticas, livres de controvérsias. Mapeei uma lista daquelas que entendi como questões fundamentais ao encadeamento do circuito, ao alinhamento das práticas, sem a pretensão de dizer que foram as únicas, mas que certamente foram as que mais fizeram os meus interlocutores discutirem dentro e fora dos murmúrios das salas de reuniões. A lista é a seguinte:

- **Independência das ligas?** Até que ponto a Gerência de Futebol deviam interpor as formas de organização a serem operacionalizadas pelas ligas, na promoção de suas competições, especialmente aquelas que valiam vaga para *o municipal*? De um lado, poderíamos facilmente identificar aqueles que desejavam o alinhamento de todas as ligas cadastradas, o que implicava em procedimentos comuns, lógicas imanentes atuantes e válidas em diferentes regimes urbanos, refutando as interferências “externas”. Isto dava sentido às discussões, reclamações e demandas por melhores campos, alambrados, vestiários, punições impessoalizadas – de uma Comissão da SME – sem se complicar na vila, etc., ao mesmo tempo em que protegia as *ligas oficiais* – aquelas que fazem tudo certo – das *ligas fantasmas* – aquelas que não fazem o campeonato “adequadamente” e pleiteavam vagas. De outra parte, havia aqueles que lutavam pela independência das ligas, cada uma fazendo o que podia (não necessariamente à revelia da Gerência de Futebol ou do circuito) para realizar suas competições, indicando, no final do campeonato, aqueles times que iriam para *o municipal*. Nessas disputas, eram comuns as acusações, de um lado, que as ligas não seguiam o regulamento da SME e, de outro, que as ligas era as que

faziam todo o trabalho e o entregavam pronto para a Prefeitura, sendo o apoio desta uma “ilusão”, como afirmou o Miranda da liga Paraná, numa entrevista.

- **Mais próximo do profissional?** Quando se pensavam as práticas organizacionais e a distribuição de funções para desenvolver as competições, a referência ao circuito de futebol profissional não passava despercebida. O uso de códigos e processos disciplinares, os cuidados com horários, a preocupação com o equilíbrio entre oponentes (criação de divisões dos mais e dos menos fortes), com o fardamento completo (camisas, calções e meias), a importância da documentação, dos prazos, do planejamento, dos critérios pré-estabelecidos, da fiscalização e das punições são alguns exemplos de “cuidados” facilmente percebidos, os quais servem para dizer sobre a “boa qualidade” dos times, das ligas e da gestão pública. Mas essa dimensão convivía com a acusação de que compreendia uma lógica de exclusão daqueles que não tinham condições objetivadas e subjetivadas de atender a todos estes “cuidados” no momento de organizar um campeonato ou time, depois de trabalhar a semana inteira. Nesse sentido, sobretudo nos murmúrios das reuniões, vários dos aspectos acima foram tratados pejorativamente como uma “burocratização excessiva”. Em contraponto, não menos rápido, alguém se manifestava dizendo o contrário, e não sem razão, que, “se não fosse assim [sem o *mais próximo do profissional*], viraria uma bagunça, tem muito malandro por aí”, como o fez o Madureira, ao explicar-me seus esforços de organização, principalmente, contra a indisciplina.
- **A sumariiedade das punições?** Quando tratava de punições por algum “problema”, o regulamento não deixava margem para discussões. Uma vez enquadrado o comportamento nos tipos descritos no regulamento, a punição tinha que ser inevitável. Na redação dos artigos que descreviam os “problemas”, não faltavam os verbos que indicavam uma ação e um estado indiscutível: “o jogador será punido com a suspensão”; “a equipe estará eliminada”; “terá sua condição de jogo ou participação sumariamente cassada”; “perderá 6 pontos na classificação”; “ficará excluída no ano seguinte”. A sumariiedade e a indiscutibilidade agradava (muito) porque protegiam aqueles que comunicavam as punições, principalmente os membros da Comissão Disciplinar, diluindo a responsabilidade e a *pressão* de fonte política, jurídica, midiática e até mesmo dos *patrões do tráfico*. Depois de punições ou mesmo na iminência destas, não eram incomuns manifestações do tipo “vou falar com o Secretário, com o Prefeito”; “vou pegar advogado, procurar a justiça comum”; “vou denunciar no Correio do Povo, na Zero Hora”. Diante disso, os que homologaram as punições e/ou as comunicaram sempre estavam aptos a

dizer que “era do regulamento, não era ele”. Raríssimas vezes alguém questionou essa sumariedade das punições. Numa ocasião em que se tentou fazer isso, um dos presidentes de liga literalmente gritava sobre a impossibilidade de fazê-lo, alegando que “tem que ser sumário mesmo, isso aqui é uma casa política” (DC, 22/03/2010). Todos os dirigentes das ligas concordaram, sabendo que se a decisão coubesse à Comissão Disciplinar (e não ao regulamento) a *pressão* seria grande.

- **A circulação de jogadores no circuito?** As discussões em torno da possibilidade do jogador mudar ou não de time e de liga no decorrer do campeonato municipal também foram frequentes. No período da pesquisa, os termos do regulamento tornavam mínimas essas possibilidades, fazendo com que os jogadores escolhessem um time no começo do ano e permanecessem nele durante todo o *municipal*⁶². Os dois argumentos mais utilizados para justificar estas limitações eram: 1) antes o jogador podia estar inscrito em vários times, jogava em várias praças [ligas], escolhia onde queria jogar, muitas vezes deixando os dirigentes e treinadores *na mão*, sem saber se o jogador iria comparecer ou não, já que ele tinha outras possibilidades; 2) os melhores jogadores escolhiam onde jogar de acordo com os lucros percebidos, fazendo com que alguns times gastassem muito dinheiro para manter os jogadores, formando verdadeiras seleções em detrimento da maioria. De outra parte, os argumentos contrários às limitações não eram raros, alegando que muitos jogadores perderam essa possibilidade de ganhar dinheiro ou que *na várzea* não tem que impedir os jogadores de escolher, pois quando mais oportunidade de escolha e de prática melhor é para eles.
- **O compromisso com jogos e reuniões?** Muitas das punições elencadas no regulamento estavam relacionadas a imperiosidade do compromisso daqueles que resolveram se envolver *no municipal*. Não comparecer num jogo e deixar o adversário *na mão*, ou comparecer com o *time quebrado* e desistir durante a partida (por qualquer razão), não comparecer numa reunião para tomar ciência do regulamento, para acompanhar o sorteio dos grupos, não aparecer na cerimônia de entrega de premiação para receber os troféus e as medalhas, eram práticas que determinavam, sumariamente, a eliminação dos times da competição, se não daquele ano, do próximo. Os defensores dessa imposição do compromisso ao terem que justificar sua postura, logo lembravam de como era o campeonato antes, dizendo que quando os times não tinham mais chances, simplesmente

⁶² Um jogador somente pode jogar num time e numa liga; o jogador pode atuar em dois quadros do mesmo time (livre e veterano); as equipes classificadas para o municipal podem inscrever mais 5 jogadores de times que não se classificaram, mas estes devem ser da mesma liga.

não compareciam e nada acontecia, prejudicando a competição e principalmente os times que foram até o campo. Da mesma forma, recordavam daqueles que não foram às reuniões e depois reclamavam sem saber das decisões. Sobre o compromisso com o adversário e com o *carne* de jogos, a concordância era quase que unânime, já no que se refere ao compromisso com as reuniões as tensões eram constantes, mas ainda assim foram mantidas no regulamento.

- **Tem credibilidade quem faz cumprir?** Uma vez “aprovado” o regulamento no *conselho* já se anunciavam os esforços necessários para fazê-lo reconhecer e cumprir. Estes esforços congregavam um debate, por vezes, tenso. De um lado, aqueles que justificavam que a credibilidade dos organizadores passava pelo seu empenho em não deixar ninguém burlar ou ignorar o regulamento “aprovado” e os que fizessem deveriam receber, invariavelmente, as punições devidas. De outra parte, os que reclamavam dessa imposição no amplo circuito com não menos amplas diferenças, dizendo que para ter credibilidade era preciso, muitas vezes, deixar passar algumas coisas, caso contrário o campeonato ou a partida não terminaria.

Estes seis pontos ocuparam muito do tempo dos representantes das ligas reunidos na Gerência de Futebol, no *conselho arbitral*. Eles aludem, eu poderia dizer, as principais disputas que, se observadas somente nas reuniões do *conselho* eram bastante favoráveis às *ligas exemplares*. Na medida em que fui seguindo os desdobramentos dessas questões na prática cotidiana da organização, ainda no âmbito da Gerência de Futebol, mas em outros tipos de reuniões, no decorrer das competições, pude notar a objetivação delas e, sobretudo, na produção de uma série de estratégias e artefatos de fiscalização e controle, o que não significa dizer que eram ruins ou bons, mas que tinham sentido.

Reuniões *protocolares*

Durante *os regionais*, uma agenda de reuniões entre membros da Gerência e dirigentes de ligas era formada para operacionalizar o alinhamento das competições das ligas, principalmente, com base nos períodos e prazos regulamentares de entrega e recebimento de documentações, como: a ficha de cadastro das ligas acompanhadas de estatutos, atas de posse (se fosse o caso) e tabela de jogos da liga, com indicação do número de times nas categorias; as fichas de inscrição dos times que participam dos regionais; as súmulas de todos os jogos realizados nas ligas; a lista dos times classificados; e a relação de punições aplicadas no

âmbito das ligas. Sobretudo na gestão de Madureira, estas reuniões eram predominantemente “protocolares”, como eu denominei – para cumprir as demandas do regulamento –, mas em certos momentos, também foram oportunidades para decisões, a maioria no sentido de reforçar o futebol muito bem organizado, disciplinado e comprometido – *mais próximo do profissional*.

Por volta das 19 horas das terças ou quintas-feiras, chegavam os dirigentes das ligas, vários deles direto do trabalho, assinavam a lista de presença na entrada da sala, procuravam um *conhecido*⁶³ para sentar próximo e conversar, afinal aquele momento não deixava de se apresentar como um local de troca de experiências, de reminiscências, de avaliações, comparações e reclamações. Não seria imprudente dizer que alguns dirigentes ou representantes de ligas iam somente para assinar o protocolo e cumprir o compromisso, a fim de garantir as vagas no municipal, já que isso era um elemento importante da valorização local da liga. Observei isso mais claramente acompanhando o Miranda da liga da vila Paraná e o Gomes da vila Marechal. Aliás, alguns dirigentes de ligas participavam do *conselho arbitral* e, depois, raramente frequentavam estas reuniões protocolares, recebendo e entregando documentos nos horários comerciais.

Em 2009 e 2010, enquanto Madureira coordenava os encontros, era impossível não perceber a forma como se planejava e controlava minuciosamente o recebimento e a entrega dos documentos, assim como a importância que se dava para os prazos e exemplos de punições imputadas a jogadores, a times e dirigentes, estas mostradas como um indicador da “melhora crescente” do municipal, especialmente do trabalho das ligas que “estavam entendendo” o rumo legítimo. Um desses exemplos foi a da liga do Miranda, depois de ter, em 2010, punido duas equipes inteiras (uma por *WxO* e outra por agressão ao árbitro). Estas punições, efetivamente, mudaram o lugar (simbólico) do Miranda e de sua liga na sala de reuniões da Gerência, passando a figurar mais próxima daquelas *exemplares*. O Miranda também começou a ter mais voz, a manifestar-se mais dentro das reuniões, demonstrando sentir-se, efetivamente, mais “adequado” e reconhecido.

Já, sob a coordenação de Souza, em 2011, ainda que continuassem sendo reuniões protocolares, este caráter perde sua centralidade, frente à necessidade do novo gestor em (re)constituir sua autoridade, cada vez mais, em relação (ou em contraponto) ao seu antecessor. Isto foi perceptível em vários aspectos, como nas reuniões em círculo, “de igual-para-igual”, na formalização de rodadas de relatos dos dirigentes sobre avanços e problemas

⁶³ *Um conhecido*, aqui, refere-se aquela pessoa com a qual se possa conversar *de igual para igual* nas reuniões, com quem se possa *trocar idéias*.

dos campeonatos das ligas, na frequente referência à ideia de que era preciso flexibilizar para incluir mais gente, no aumento significativo das reclamações e de dirigentes assumindo, tranquilamente, que não davam conta de atender a “burocracia”, até mesmo as acusações sobre descumprimento do regulamento por aqueles que mais exigiam o seu cumprimento. Mas isso não ocorria de forma isenta de tensões. De um lado, essa referência à “burocracia” refletia, no discurso dos participantes dos encontros, uma reclamação (tendo como foco a “inclusão”), mas de outro, ela manifestava o sentido de uma “desculpa” (tendo como foco a falta de organização e de disciplina). Quer dizer, as reuniões durante os regionais continuavam a atualizar aquela lista de questões em busca da legitimação de outras respostas que poderiam desencadear, no ano seguinte, em outras práticas.

Reunião para *fazer saber*

Assim que as ligas tivessem condições de entregar a lista dos times classificados *nos regionais*, era iniciado o planejamento e a preparação de uma reunião geral com os representantes destes times, com o objetivo de esclarecer o regulamento, “para ninguém dizer, depois, que não sabia”, como não cansava de explicar o Madureira, se referindo aos riscos das punições sumárias. Em dois anos que acompanhei estes encontros, eles foram realizados no início da noite de terça-feira, num auditório emprestado pela Gerência de Futebol, com a presença de mais de 200 pessoas. As equipes eram convocadas a enviar um representante, sob pena de perderem a vaga. Os representantes dos times e de ligas chegavam, procuravam os *conhecidos* para conversarem e sentarem próximos. Ao entrarem no auditório se deparavam com um funcionário da SME, que solicitava a assinatura da lista de presença (protocolo) e, diante disso, fazia a entrega de alguns documentos (regulamento da competição encadernado; ficha de inscrição da equipe, com anotações de irregularidades, se for o caso; agenda dos congressos técnicos; emparceiramento das equipes classificadas, nas divisões A e B). Antes ainda da entrada, recebiam exemplares do jornal *A Voz do Amador*, distribuídos pessoalmente pelo Bolinha. Já dentro do auditório em seus lugares e grupos, os representantes se envolviam num rápido olhar das fotos no jornal, para ver se não estavam nele, e conferiam as listas de jogadores inscritos de suas equipes, para saberem se estava tudo certo.

O início da reunião que não tardava a acontecer. Um primeiro momento do encontro, nas duas oportunidades, era destinado às “formalidades” como se referiu o seu coordenador, Madureira: apresentações, agradecimentos e a composição de uma mesa de autoridades. Não sem motivos, esta mesa era formada pelos membros da Comissão Disciplinar. Chamados ao

microfone, os membros da Comissão tratavam de dizer sobre sua rigidez, intolerância ao descumprimento e respeito ao regulamento, alertando para os riscos àqueles que não vão a campo para jogar somente bola, que não se organizam para cumprir adequadamente os compromissos. Os representantes do gabinete da SME falavam sobre a importância do futebol e do lazer dos trabalhadores e das famílias nas comunidades, sem esquecer os elogios à organização da competição. O Bolinha, do jornal A Voz do Amador, também teve a oportunidade de manifestar-se, de elogiar aqueles que colaboram mandando notícias e reclamando daqueles que não o fazem.

A segunda parte dos encontros compreendia as explicações sobre as fichas de inscrições recebidas na entrada, mas principalmente a leitura do regulamento. Entre a leitura de um parágrafo e outro, os comentários explicativos do Gerente de Futebol sobre os termos – vários mereceram relatos sobre porque foram inseridos – e sua ênfase recorrente aos riscos do não cumprimento, com vários exemplos de punições aplicadas e de recursos considerados improcedentes. Ao se manifestarem – poucos fizeram isso –, os representantes dos times estavam mais interessados em propor mudanças no regulamento, mas logo eram informados que este não era o *foro* desse tipo de decisões. Era um tempo-espaco para cristalizar os termos do regulamento e não para discuti-los no sentido de alterá-los. Aos poucos, antes mesmo do término da leitura dos mais de 50 artigos do regulamento o auditório começava a se esvaziar, sob as reclamações do coordenador do encontro. O problema do esvaziamento era minimizado pelo fato de que já tinham assinado o protocolo de recebimento do regulamento, na entrada. Já não podiam dizer que não sabiam.

Reuniões da Comissão Disciplinar

A Comissão Disciplinar era considerada pelo Madureira, coordenador *do municipal*, como seu sustentáculo. Para ele – e esse entendimento era compartilhado pelos presidentes de ligas com os quais eu conversei sobre o assunto –,

[...] é isso [punir e fazer cumprir a punição] que garante, então, a realização do campeonato. **Se nós não tivéssemos esse tipo de estrutura para realmente fazer cumprir, fazer com que os indisciplinados realmente paguem por seus atos de indisciplinada, não teríamos como fazer o campeonato.** [...] essa é a razão porque a Comissão Disciplinar é o nosso sustentáculo” (MADUREIRA, 2010)

Logo nas primeiras *reuniões protocolares* entra na pauta a composição e o funcionamento da Comissão Disciplinar *do municipal*. O Gerente de Futebol informava os membros indicados pela SME e perguntava aos dirigentes das ligas quem teria interesse e

disponibilidade toda terça-feira. Poucos se manifestam, mas sempre houve “interessados”⁶⁴ na tarefa, estes rapidamente aprovados pelos pares numa votação. Em 2009 e 2010 a Comissão foi composta praticamente pelas mesmas pessoas, 04 representantes indicados pela SME e 05 representantes das ligas (02 da região central e 03 de regiões periférica), todos com direito a voto, com maioria, portanto, dos representantes das ligas. Já em 2011, os membros da Gerência de Futebol alteraram – sem resistência dos dirigentes das ligas – a composição da Comissão, que passou a contar com 5 membros SME e 5 representantes das ligas. Destes dois grupos, 3 teriam direito a voto, mas o presidente (membro da SME) é que teria o voto de desempate.

As reuniões da Comissão Disciplinar aconteciam nas terças-feiras, no final da tarde e início da noite. Durante *os regionais*, esta Comissão se reunia de modo mais esporádico, de acordo com as demandas de *recursos* frente às punições aplicadas pelas ligas, ou mesmo para julgar irregularidades que as ligas não tinham condições de fazer nas suas sedes, em face da *pressão da comunidade* e da falta de segurança. Na fase municipal, em 2009 e 2010, a Comissão reuniu-se em quase todas as terças-feiras, depois das rodadas do sábado e domingo, com o objetivo de julgar os “problemas”. Conforme fora enfatizado na reunião geral dos times, os membros das equipes tinham que saber: se fizessem algo que ferisse o regulamento, na terça-feira seguinte seria julgado o caso, sendo necessário apresentar os argumentos da defesa, caso contrário, seriam julgados à revelia. Em 2011, com a nova formulação da Comissão, um dos membros indicados pela SME ocupa o papel de *defensor*, procurando argumentar ainda que as pessoas envolvidas não comparecessem. Grande parte das reuniões ocorria sem a presença dos “infratores”, mas houve casos em que advogados foram acionados para compor a defesa.

No decorrer da pesquisa, acompanhei apenas um julgamento realizado na sala da coordenação da Gerência de Futebol, mas já sabia, pelas inúmeras explicações que foram proferidas nas salas de reuniões, que o processo disciplinar conduzido considerava os termos do regulamento geral e, na ausência definições neste documento, se recorria ao Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD)⁶⁵. Os processos disciplinares eram iniciados mediante denúncias decorrentes da verificação de irregularidades, mas principalmente a partir

⁶⁴ Estas auto-indicações, não raro, eram definidas anteriormente aos encontros, com vistas a produção de um grupo alinhado às expectativas da noção legítima de organização.

⁶⁵ O CBJD é um instrumento administrativo-jurídico instituído pelo Conselho Nacional do Esporte em atribuição designada pela lei 9.615 (Lei Pelé), que oferece bases para a “[...] organização, o funcionamento, as atribuições da Justiça Desportiva brasileira e o processo desportivo, bem como a previsão das infrações disciplinares desportivas e de suas respectivas sanções, no que se referem ao desporto de prática formal, regulam-se por lei e por este Código”. (BRASIL, 2009)

dos relatórios dos árbitros que *apitaram* as partidas, registrados nas súmulas dos jogos. Na sessão de julgamento que acompanhei, três processos foram analisados, todos com denúncias motivadas pelos relatórios em súmulas. Destes, apenas representantes de uma equipe envolvida estiveram presentes para constituir defesa, mas não foi suficiente para descaracterizar a presunção da veracidade que gozava a súmula. Os denunciados dos três processos foram punidos por suspensão por prazos, depois de uma votação rápida em que as hierarquias (presidente, relator e auditor) praticamente não apareciam. Na prática, tratava-se mais de um grupo preocupado com a organização e com a indisciplina, investido de autoridade para dizer sobre o “melhor” campeonato, em boa medida homologando as punições sumárias descritas no regulamento, com o objetivo de torná-lo ainda mais consistente dentro da lógica de que a credibilidade da organização derivava do seu cumprimento.

Reuniões técnicas

Os *congressos técnicos*, no caso *do municipal* de Porto Alegre, eram reuniões que tinham o propósito principal de definir empareiramentos de times em grupos (nas fases classificatórias das duas categorias e divisões) e, depois disso, o *cartão* de jogos. Foram realizados antes do início da fase municipal e, depois disso, nas situações em que havia mais de uma fase classificatória. Em qualquer uma delas, os representantes dos times eram convocados a comparecer, caso contrário, perdiam a vaga, o que chegou a ocorrer com alguns deles. Acompanhei, em 2009 e 2010, vários desses *congressos*, num deles como representante do Guarani do Miranda, classificado na liga da vila Paraná, para disputar a *divisão A* da categoria *livre*. Ao entrar na sala de reuniões da Gerência de Futebol, assinei a lista de presença, que também era um protocolo de recebimento do *cartão* de jogos – não podíamos dizer, depois, que não sabíamos dos locais, datas e horários. Antes ainda do sorteio, tratava-se das fichas de inscrição, pois era o último prazo para incluir os *reforços*. A presença de fotocópias de documentos de identificação e a busca por canetas para preencher as fichas não eram incomuns e movimentava a sala.

Depois de um tempo de conversa com *os conhecidos* – e, em 2010, eu já tinha vários deles na sala –, a reunião iniciava com a apresentação dos grupos e seus campos/regiões⁶⁶. Os representantes dos times indicavam suas preferências nos grupos de acordo com a localização

⁶⁶ Cada grupo seria disputado em campos de uma zona da cidade (sul ou norte) e campos do centro, de modo que o time jogue no centro e na sua zona/região.

dos campos, mas também observando quais as outras equipes que estavam indicando – caso dois times fortes indicassem determinado grupo, mesmo que os campos fossem na “sua região”, era preciso pensar se valeria a pena arriscar. Lembro-me claramente de não indicar o Guarani do Miranda para um grupo cujos campos eram próximos da vila, mas que tinham dois *times de patrão* já indicados – que fazem *seleções* e muita *pressão* na arbitragem, aspectos percebidos como diminuidores das chances de vitória. Afora essas situações, era muito mais significativo jogar numa região próxima, gastando menos, do que jogar *num tapete*, tendo que atravessar a cidade. Depois das indicações, o coordenador da reunião procedia um sorteio para definir quem iria compor os grupos. A torcida era para *cair* como primeiro, pois, neste caso, considerando o *carne* pré-elaborado, o time jogaria sempre no *segundo horário*, resultando em mais tempo para organizar o time e deslocar-se até o campo.

Finalizada a composição dos grupos, os membros da Gerência de Futebol seguiam para outra sala, a fim de elaborar e imprimir o *carne*. Novamente retornávamos às conversas, mas agora procurando os times do mesmo grupo, para perguntar e combinar a cor do fardamento, assim não haveria o risco de chegar para o jogo com uniformes semelhantes, o que não era permitido. Nas reuniões de sorteio de uma segunda ou terceira etapa classificatória, este momento de elaboração do *carne*, era o momento de circulação da lista de jogadores com a indicação dos cartões amarelos e vermelhos. Vez ou outra alguém lançava a proposta de *zerar os cartões* para a próxima fase, mas nos encontros em que participei isso não aconteceu frente à ênfase na disciplina. Entre um assunto e outro, ouvíamos os alertas quanto à disciplina e quanto ao compromisso com os adversários, denotando que a Comissão Disciplinar estava sendo rígida, “não iria passar a mão”, assim como escutávamos as explicações sobre as transferências de jogos e rodadas. As intermináveis reclamações sobre árbitros, nestes momentos, brotavam nas brechas de uma conversa e outra. Depois de tudo, saíamos com a tabela de jogos nas mãos e o compromisso protocolado.

Uma lista de artefatos e alguns desvios da rota

As descrições sucintas de reuniões operacionais foram importantes para que eu pudesse mostrar uma lista de documentos – que chamarei de artefatos – que, em atenção ao regulamento, carregavam respostas legítimas àquela lista de seis questões, orientando seus participantes, estes de distintas regiões da grande Porto Alegre, sobre o “adequado” e o “inadequado” no circuito *da várzea*. Tais artefatos indicavam rumos “corretos” a serem seguidos. Contudo, mesmo no âmbito das reuniões da Gerência de Futebol, eu já começava a

notar uma série de desvios, os quais me possibilitaram, por ora, notar a existência de rastros de outros rumos, isto é, outras respostas às questões. Abaixo, procuro relacionar uma lista desses artefatos e alguns desvios correspondentes:

- **Documentos de legalização da liga:** para comunicar que era uma “liga séria”, não era *fantasma* ou *pirata*, e ter direito a vagas na fase municipal, os seus dirigentes deveriam entregar, no final do mês de maio de cada ano, uma ficha de cadastro e, se for o caso⁶⁷ uma cópia do estatuto registrado em cartório e da ata de posse, com a diretoria atualizada. Esta exigência de legalização da liga consta no primeiro artigo do regulamento, porém nem sempre as ligas entregavam, sendo “muito difícil de cobrá-la”, como afirmou o Gerente Madureira. As dificuldades em pagar taxas, entre outras despesas (digitação, impressão), talvez até impostos, eram os principais argumentos utilizados pelos dirigentes de ligas que optavam entregar somente o estatuto, sem registrá-lo ou utilizar o CNPJ de uma Associação Comunitária. O coordenador *do municipal* sabia que se exigisse na íntegra o que constava no regulamento, haveria um esvaziamento do campeonato, daí a necessidade de “deixar passar” algumas pendências. Porém, quando Souza assumiu a coordenação da Gerência, logo a tratou como uma incoerência, passando a cobrar, com mais ênfase, essa regularização, dizendo aos presidentes de ligas que “foram vocês que aprovaram isso, não sou eu que estou inventando isso, só estou cumprindo o regulamento que vocês aprovaram” (DC, 07/04/2011). O Miranda da liga da vila Paraná, cuja organização tem estatuto e CNPJ, diante dessa situação, procurou regularizar as eleições da diretoria, mas em virtude das multas de atraso das eleições e de outras taxas, essa regularização não avançou. Entregou a nova ata de eleição (que existiu somente *no papel*), mas não a registrou em cartório, como deveria, pelo menos enquanto estive próximo. Mesmo assim, apesar do alarde do novo Gerente, a liga continuou a ter suas vagas.
- **Protocolos e atas:** quando entram e saem das salas de reuniões, os dirigentes de ligas ou representantes de times eram solicitados a assinarem termos que indicavam o recebimento ou a entrega de documentos, assim como atas sobre decisões tomadas e que passariam a valer. As assinaturas distribuíam a responsabilidade sobre o conhecimento dos termos dos documentos – *ninguém pode dizer, depois, que não sabia* – e protegiam os coordenadores *da pressão* daqueles que não observaram tais termos. Muitos exemplos disso foram citados, mas um deles consta 5 vezes em meus diários: o de um *time de patrão do tráfico* que compareceu em dia errado para um jogo, sendo eliminado por *WxO* e seus membros

⁶⁷ Na primeira vez que a liga se cadastra, diante da modificação do estatuto ou eleição de uma nova diretoria.

punidos com quase dois anos de suspensão. Os relatos da *pressão* política, midiática e *do tráfico* foram fortes, porém eficientemente refutada pela apresentação do protocolo de entrega da tabela de jogos com a data certa, para um dos dirigentes do time. Diante daquele documento apresentado ao Secretário de Esportes, ninguém pode dizer mais nada. Este é um dos exemplos que me permitia compreender o Alencar, presidente da liga do Parque Iguaçu, quando disse que “[...] a gente protocola tudo lá na liga. Eu não fico lendo o regulamento para os times, eu protocolo a entrega, os dirigentes que leiam” (DC, 23/07/2009).

- **Ficha de inscrição e banco de dados:** as fichas de inscrições dos times (nomes, datas de nascimento e números de RG) entregues pelos dirigentes das ligas nas reuniões, mais que identificar as equipes e seus jogadores, serviam para evitar que os jogadores atuassem por mais de um time ou liga. Aqueles que *assinavam* com um time, deveriam saber que não poderiam mudar no decorrer do ano, *no municipal*⁶⁸. Assim que esta lista era entregue na Gerência de Futebol, suas informações eram incorporadas num banco de dados⁶⁹ de jogadores, um *software* que permitia verificar, em qualquer momento, se os jogadores estavam inscritos por mais de um time/liga. A preocupação dos funcionários da Gerência sobre a completude e clareza das informações nas fichas sempre foi marcante nas reuniões protocolares, pois se todos os dados estivessem registrados adequadamente, os jogadores “irregulares” não escapariam das punições. Nestas reuniões, notei muitos dirigentes receberem suas fichas de volta, para corrigi-las, complementá-las. Numa dessas situações, observei um funcionário da Gerência repreender o representante da liga da vila Cascavel cujas fichas de inscrições estavam incompletas e ilegíveis, dizendo “não faz então [o *regional*], não adianta fazer assim” (DC, 23/07/2009). Noutra reunião, soube que este representante de liga não sabia escrever e ele confessava abertamente que era difícil fazer os times preencherem as fichas adequadamente. Este era um dos motivos que nos fazia crer que a liga da vila Cascavel tratava-se de um exemplo de desorganização, uma heresia. Assim como outros membros de ligas, sabendo da importância das fichas na Gerência de Futebol, ao ajudar o Miranda na liga da vila Paraná, eu tratava de “limpar os problemas”,

⁶⁸ A preocupação com essa circulação dos jogadores (que deixava os dirigentes dos times *na mão*) era tamanha, que se chegou a cogitar a inscrição centralizada dos times, na Gerência de Futebol. Esta foi uma proposta do Mendes, da praça Catanduvás, em vista daqueles jogadores que, mesmo sabendo, jogam por dois times e, se forem pegos, a equipe perde 6 pontos.

⁶⁹ Nas primeiras reuniões de 2011, Souza explicou (em tom de reclamação) que este sistema de banco de dados foi criado para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre a circulação dos jogadores e não para coibir esta circulação. Sabia-se que os jogadores atuavam em várias equipes e desejava-se entender isso. Mas, com a entrada do Madureira, o uso do *software* foi outro, o de controle da circulação, em favor dos dirigentes das ligas e dos times.

antes de efetuar a entrega. No fim, as fichas entregues apresentavam poucos “problemas” ou nenhum. Em face disso, o Miranda recebeu vários elogios em reuniões, o que, somado à punição aplicada aos dois times, lhe possibilitava falar com mais frequência e autoridade nas reuniões.

- **Súmulas e relatórios dos árbitros:** quando terminavam os *regionais*, as ligas entregavam as súmulas dos jogos, para que estas ficassem arquivadas na Gerência de Futebol, pois em caso de necessidade, se recorria a elas a fim de comprovar ou refutar denúncias. Por exemplo, ao se verificar, no banco de dados, que um jogador fora inscrito por dois times, investigava-se nas súmulas se ele *assinou* por times/ligas distintas *nos regionais*. Sendo este documento a comprovação mais sólida da infração, ele constantemente estava na ordem das preocupações nas reuniões, exigindo-se capricho no preenchimento. Uma súmula bem feita aumentava significativamente a possibilidade de identificar e punir “infratores”. Outra possibilidade era fazer o que relatou o representante da liga do Parque Londrina: no final do campeonato reunia sua família no entorno de uma mesa e faziam todas as súmulas de uma vez, para poder entregá-las na Secretaria, a fim cumprir o que ele denominava de “burocracia” e garantir as suas vagas *no municipal*. Mas não era somente isso. A súmula também compreendia um espaço para o relatório do árbitro, no qual ele apontava os problemas dos jogos, especialmente agressões, brigas, inadequação de documentos e uniformes. Este relatório era temido pelos jogadores, já que ele figurava como principal evidência na Comissão Disciplinar. Diante da sumariedade do regulamento muitos sabiam que a *caneta do árbitro era quem punia*, não a Comissão Disciplinar.
- **Lista de punidos:** de tempos-em-tempos a Gerência de Futebol atualizava uma lista de pessoas (jogadores, treinadores e dirigentes) e times punidos, acrescentando as suspensões a cumprir e retirando aquelas já cumpridas. Esta lista de punidos era amplamente reproduzida e distribuída, como também divulgada no *website* da SME. Aqueles que estivessem nesta lista deveriam ser impedidos de participar das competições coordenadas pela SME e também naquelas em que havia um acordo de *cooperação disciplinar*⁷⁰. Algumas ligas impediam aqueles que figuravam nesta lista de participar em todas as suas competições e enviavam, a qualquer momento, suas punições para serem incorporadas nela, mas outras o faziam somente quando se tratava do campeonato que valia vaga para o *municipal*. As ligas mais cuidadosas nesse envio de nomes de punidos ressaltavam a

⁷⁰ Como ocorreu, em 2009, com a Copa Porto Alegre. Os punidos nesta competição independente eram impedidos de participar de campeonatos da SME, e vice-versa.

importância disso na organização e na disciplina dos jogadores. O dirigente de uma delas afirmava orgulhosamente que “na nossa liga eles [os jogadores] tem mais medo da lista de punidos [da secretaria] do que da brigada militar” (DC, 27/05/2010). As punições, aliás, frequentemente eram relacionadas com a melhora da organização⁷¹ e à melhora da credibilidade dos que coordenavam os campeonatos. Por isso, nas reuniões e nos corredores, os elogios ao Miranda da vila Paraná, quando ele “teve coragem” para punir uma equipe inteira por terem agredido o árbitro, punição esta que fora objeto de recurso na Comissão Disciplinar da SME, mas que fora mantida, consolidando ainda mais o regulamento e o entendimento de que “se encostar no árbitro é dois anos de suspensão, não tem jeito”.

- **Carnê de jogos:** no final dos *congressos técnicos*, na Gerência de Futebol, os representantes dos times recebiam os *carnês* dos jogos (dias, horários, locais e adversários). Receber o documento significava reconhecer o comprometimento para com a competição e com os adversários. O não comparecimento teria consequências, como teve, por exemplo, para o Itapejara da vila Marechal que, *no municipal* de 2010, não conseguiu levar sequer 7 jogadores para o campo. O resultado disso foi a suspensão daqueles que não compareceram para assinar a súmula, até 31 de dezembro de 2011. Estes passaram a figurar na lista de punidos. Durante dois anos em que acompanhei a fase municipal com mais atenção (2009-2010), todos os times que não compareceram para suas partidas sofreram penalizações por não cumprirem o *carnê*. Nenhum deles, por mais forte que fosse a justificativa para a ausência, conseguiu escapar da sumariedade da punição descrita no regulamento.

* * * * *

Trouxe essa descrição das atividades no interior da Gerência de Futebol da SME a fim de mostrar como a noção de organização reflete um processo de construção em torno de algumas questões, que colocam em jogo a trajetória de vida das pessoas, o arranjo de grupos de poder, formas de resistência (ainda que sutis ou implícitas nos murmúrios) e de desvios (ainda que *limpos*) ao que se estabelece como rumo adequado ao encadeamento das inúmeras competições que conformam o municipal. Decorre desse rumo – fortemente definido por um grupo de dirigentes *estabelecidos* – uma série de artefatos que se somam ao regulamento geral

⁷¹ Diminuição do número de *WxO's*; diminuição das agressões aos árbitros e das brigas generalizadas nos campos.

para fazer com que as ligas sigam alinhadamente, já que seus usos deixam rastros a serem conferidos e controlados.

Até aqui é possível supor que o *mais próximo do profissional* não se refere, pelo menos diretamente, a uma disputa de classes sociais ou a rendimentos financeiros derivados da prática futebolística. Trata-se de uma categoria nativa que compreende os esforços baseados no distanciamento das *pressões* externas, com vistas a consolidar o funcionamento do circuito a partir das lógicas que lhes seriam próprias, estas inscritas práticas, nas regras, no regulamento geral e em tantos outros artefatos que circulam. Quer dizer, quando se pensa a solução daquela lista de questões (ou controvérsias), o *mais próximo do profissional* envolveria respostas como: ligas-competições interligadas por um único regulamento; uso padrão de fichas, códigos, súmulas, listas e protocolos; sumariedade das punições fortalecendo o poder do árbitro em que pese a aplicação das regras e dos organizadores em relação ao regulamento; vínculo dos jogadores a um time-liga durante a temporada; exclusão dos descompromissados; e cumprimento integrais das punições aplicadas.

Note-se que a organização baseada na noção de distanciamento do futebol de outras esferas da vida ordinária, sobretudo daqueles que tentavam jogar/vencer a qualquer custo (*tem muito malandro por aí*) que, aqui, parece justificar o rumo em direção ao *mais próximo do profissional*, era justamente o que sustentava a classificação do amadorismo e sua função distintiva, característica de uma elite burguesa⁷². O sentido da profissionalização que, noutras épocas estava *mais próximo* do popular, no caso deste trabalho, se aproxima de uma noção de elite, porém esta sustentada num trabalho de fazer conhecer, reconhecer e cumprir as demandas que são particulares do circuito. É claro que a noção de distanciamento tinha conotações diferentes noutros momentos históricos, vinculadas às disputas de classe, mas é justamente isso que este estudo pode ajudar a compreender: a produção dessas diferenças.

Nesse sentido, quando se escutava a reclamação de que estas práticas de organização e seus artefatos (de controle e disciplinamento) eram uma “burocracia excludente” daqueles que não conseguiam atender a todas as demandas, torna-se importante problematizar isso. **Afinal, quem são essas pessoas ou grupos⁷³ providos de condições concretas reconhecidas legitimamente como melhores (sejam elas esportivas ou não), os estabelecidos, que procuram cristalizar uma dinâmica *mais próxima do profissional*? E, ao contrário, quem são as pessoas ou grupos, que reclamam e afirmam que a *várzea não***

⁷² Não vou aprofundar essa discussão aqui. Apenas aponto como leituras os trabalhos de Bourdieu (1983), de Dunning (1992b), de Leite Lopes (1995) e de Hobsbawm (1997) que abordam de formas diferentes dessa disputa entre amadorismo e profissionalismo em análises históricas do esporte.

⁷³ Não estou trabalhando aqui com uma noção de classe marxista.

é o profissional e que isso vai matá-la? Estas questões não me instigaram apenas no final da pesquisa. Ainda que não tão claras ou tão elaboradas como acima, no final do ano de 2009, elas já me incomodavam e orientaram minha inserção em ligas relacionadas ao grupo de dirigentes *estabelecidos* e ligas das vilas da cidade. A meta, inicialmente era ficar atento às práticas que cristalizavam o *mais próximo do profissional*, como também aquelas que impunham resistências e desvios a essa lógica.

2.2 NOS CAMPOS DE *LIGAS EXEMPLARES*

Nas reuniões da Gerência de Futebol, muitas vezes me foi indicado esta ou aquela liga como exemplo de organização, mas, sem dúvida alguma, duas delas predominam nessas indicações enquanto *ligas exemplares*: liga do parque Iguazu e a liga do parque Rondon. Ambas são ligas circunscritas apenas em um campo, realizam suas competições em parques da região centro de Porto Alegre, contando com bons vestiários, alambrados, arquibancadas, iluminação e segurança pública⁷⁴. Minhas observações (e algumas participações) a respeito delas estiveram mais vinculadas aos seus campeonatos de verão – categoria livre no caso da liga do parque Iguazu e veteranos no caso da liga do parque Rondon –, do que *aos regionais* que valem *vagas para o municipal*.

Regulamento, dinheiro e carnê de jogos

Circulando nestas *ligas exemplares*, cujos dirigentes faziam parte dos *estabelecidos* nas reuniões da Gerência, ficou ainda mais forte a ideia de que a credibilidade do regulamento estava relacionada ao esforço em fazer com que todos o cumprissem. Quando conversava com o vice-presidente de uma dessas ligas, o Amadeu, do parque Iguazu, justamente sobre o tema da credibilidade, o argumento mais forte que ele utilizou envolveu o exemplo de times vinculados à pessoas que estavam “acostumadas” a desrespeitar leis do Estado, mas que respeitavam o regulamento porque a liga estava atenta, fiscalizava e tinha condições para fazer cumprir suas disposições. Os exemplos foram os seguintes:

Citou o dirigente-jogador-*patrão* da equipe Capitão Marques [ligada ao tráfico] que, certo dia, afirmou: “Nós respeitamos o regulamento quando sabemos que todos cumprem, se não for assim,

⁷⁴ Nas proximidade de ambas, não mais que 500 metros, existem postos da Brigada Militar.

nós criamos confusão mesmo”. Por isso, disse Amadeu, “quando o Capitão Marques joga em outras praças você só ouve que a equipe estava envolvida em confusões, mas quando joga aqui, é um time tranquilo, disciplinado, ganhou duas vezes o troféu disciplina nos torneios daqui”. Amadeu contou também que o Santo Antonio (time que estava jogando naquele instante, na nossa frente) era patrocinada pelo narcotráfico da sua vila, mas apesar disso, “eles nos respeitam se souberem que o regulamento é igual para todos, não tem problema nenhum”. (DC, 12/01/2010)

De fato, aqueles que se envolviam nas ligas *exemplares* (como dirigente, treinador ou jogador), tinham que ficar atentos ao regulamento. Este documento era colocado num processo em direção à sua sacralização, como um símbolo que necessitava ser constantemente legitimado, um manto simbólico que tratava de delimitar e proteger o campeonato (de futebol) daquilo que não lhe era próprio, refutando o pesadelo das interferências externas ao que era considerado “do jogo”, notadamente a *pressão dos times de patrão*. Seria um exagero dizer que o regulamento, nestas duas *ligas exemplares*, não tenha sido deixado de lado ou burlado, mas certamente seus termos eram muito pouco negociáveis⁷⁵ e intensamente colocados no estado de indiscutíveis na *esfera da liga e durante a competição*.

Nos campeonatos de verão observados, os regulamentos já estavam prontos, não foram objetos de debates em conjunto com os times. A liga do parque Iguazu utilizou, em 2010, um regulamento próprio, não o mesmo *do municipal*, mas de acordo com as normas da SME, elaborado em anos anteriores com os participantes das competições, sendo disponibilizado no *site* da liga, para todos lerem. Já a liga do parque Rondon, no seu campeonato de verão de 2011, utilizou o mesmo regulamento *do municipal*, com alguns adendos não escritos, comunicados pelos seus dirigentes na reunião de realização dos sorteios dos grupos, antes do início da competição. O fato das normas dos campeonatos (mesmo os que não valem vaga para *o municipal*) estarem de acordo com aquelas definidas no âmbito da Gerência de Futebol não era gratuito: primeiro, porque o regulamento *do municipal* refletia significativamente os mesmos valores e anseios das *ligas exemplares* – os *estabelecidos*; segundo, porque os dirigentes das *ligas exemplares* acreditavam que deveria haver um esforço de padronização para que os jogadores, treinadores e dirigentes não ficassem confusos, soubessem o que valeria e o que não valeria, mesmo circulando em várias ligas e campeonatos da cidade.

Não seria uma afronta afirmar que o regulamento *do municipal* refletia a institucionalização da organização das *ligas exemplares*. E, essa institucionalização, por sua vez, consolidava o rumo adequado destas ligas, protegendo-a de tentativas de discussões. Em

⁷⁵ O raciocínio aqui está próximo do ensaio de Kopytoff (2008) sobre como as coisas (e pessoas) entram e saem do estado de mercadorias negociáveis.

algumas oportunidades, nas vezes em que os regulamentos das ligas *exemplares* foi questionado, ouvi a resposta de que “isso é lá na Secretaria, com o Madureira, isso não pode ser mudado, só no ano que vem, se a Secretaria deixar, tudo bem, pode jogar, não tem problema”⁷⁶. Esse argumento que interpõem outro espaço e outro tempo *da várzea* é difícil de enfrentar, fortalece o enunciado e o próprio enunciador. Foi o caso do questionamento de um dirigente do time Laranjeiras, no campeonato da liga do parque Rondon, que solicitava a liberação do uso da carteira de trabalho antiga⁷⁷, como documento de identificação, pois um de seus melhores jogadores somente tinha este documento, alegando também que, em outras ligas ele jogava com “a carteira velha” sem problema nenhum. Porém, este documento não consta na lista de documentos permitidos pelo regulamento SME, o que gerou uma longa discussão, encerrada pelos dirigentes da liga da seguinte maneira: “não adianta discutir aqui, não é aqui que vamos alterar o regulamento, só lá na reunião da Prefeitura é que se pode fazer isso; aqui não, se não tiver os documentos listados no regulamento não joga, nem os meus jogadores jogam. Se é para um é para todos” (DC, 10/01/2011). Este é apenas um dos exemplos que me possibilitaram considerar a institucionalização pela SME como o cerne do reconhecimento e da sacralização do regulamento local das ligas *exemplares*.

Mas, diferente do que observei na Gerência de Futebol, o seu conhecimento e o comprometimento com seus termos não dependia fundamentalmente dos protocolos – e da lógica do *assinou, depois não vai dizer que não sabia*. Nestas ligas, essa dinâmica de comprometimento era atravessada pelo pagamento de taxas e multas. Não era a entrega de uma ficha que garantia a inscrição de um time, mas sim o pagamento da taxa, fonte de recursos primordial do campeonato-empreendimento. Os dirigentes eram unânimes em afirmar que “equipe inscrita é a equipe que colocou o dinheiro na mesa, antes disso, não acreditam em nenhuma promessa, já cansaram de ouvi-las e não dar em nada” (DC, 10/01/2011). Diante disso, nos momentos que precediam as competições, eu escutava frases como: “Você traz o dinheiro e eu te digo quando você vai jogar” (DC, 18/01/2010); “a taxa é de R\$ 350,00 e tem que ser paga até segunda-feira, se não, não joga na terça-feira” (DC, 10/01/2011). A elaboração dos *carnês* acontecia antes do pagamento das taxas – diante da promessa dos times –, mas o início da participação das equipes na competição dependia do pagamento da inscrição⁷⁸. Uma vez efetivado, isto indicava com bastante força o

⁷⁶ Argumento utilizado pelo Luiz Lima, dirigente da liga do parque Rondon (DC, 01/10/2011).

⁷⁷ A Carteira de Trabalho antiga foi retirada da lista de documentos válidos porque esta fácil a substituição da fotografia portador do documento.

⁷⁸ Em casos de times “da casa” – aqueles que estão há vários anos participando das competições – observei a possibilidade de pagamento parcelado, durante a participação no campeonato.

compromisso. Reconhecia-se que ninguém colocaria dinheiro e, depois, não apareceria para jogar.

Além do dinheiro, outra estratégia de comprometimento dos times com a competição refletia na escolha do sistema de disputa. Os campeonatos observados tiveram uma fase classificatória em turno único, com as equipes distribuídas em grupos⁷⁹. Nesta fase, a preocupação era fazer com que as equipes mantivessem chances de classificação por mais tempo possível, sob a alegação de que ninguém iria desejar continuar participando se perdesse dois jogos e não tivesse mais chances de classificar⁸⁰. Os times classificados seguiam para jogos eliminatórios (*mata-mata*), até se chegar ao campeão, mas não o faziam ausentes da preocupação com as assinaturas e os documentos.

Súmulas, documentos de identidade, lista de punidos

Os times que confirmavam o pagamento tinham a possibilidade *montar seus quadros* até o final da fase classificatória. Inicialmente entregavam uma relação preliminar juntamente com fotocópias de documentos de identidade dos jogadores, mas esta poderia ser modificada. A entrega de fotocópias não encerrava a inscrição, que somente era confirmada quando o jogador assinava a súmula para entrar numa partida. Neste momento a inscrição estava efetivada – se podia dizer, então, que o jogador *assinou com o time*. A inclusão e substituição de jogadores (os que não *assinaram*) poderiam ser feitas nas reuniões das segundas-feiras⁸¹, momento em que os dirigentes analisavam as súmulas dos jogos e, se fosse o caso, estabeleciam as punições (multas e suspensões).

Para participar, os jogadores eram obrigados a apresentar documentos de identificação listados no regulamento (com fotografia e que continham o número do *RG*). A *mesa* ficava com os documentos dos que estavam jogando, para o controle. O discurso a respeito da identidade era enfático: quem não apresentasse o documento adequado, não tem jeito, não jogaria. Em algumas rodadas, nas competições destas duas ligas, observei jogadores *fardados*, que foram escalados entre aqueles que *sairiam jogando*, mas na hora de assinar a súmula, não tinham os documentos adequados ou tinham esquecido em casa e não puderam entrar, apesar de serem conhecidos na praça, de já terem atuado em partidas anteriores e/ou de

⁷⁹ Para a definição dos grupos nas fases classificatórias, utilizou-se sorteio. Na liga do parque Iguazu, optou-se por definir cabeças-de-chave, com base na reputação futebolística dos times.

⁸⁰ Nos dois campeonatos de verão observados, classificavam 3 equipes em grupos de 4 times, garantindo maiores possibilidades de *manter-se vivo na competição por mais tempo*.

⁸¹ A liga do parque Iguazu o faz num restaurante; a liga do parque Rondon o faz numa sala que fica na mesma construção dos vestiários.

dizerem que “você tem meu xérox de identidade aí” (DC, 15/02/2011). Entretanto, acompanhando de perto o trabalho dos *mesários*, notei que existiam desvios nesse sentido. Em duas oportunidades, na liga do parque Rondon, jogadores importantes para os times, mas portando documentos “não adequados” (título de eleitor e carteira de trabalho antiga), puderam jogar sem problema e sem alarde. Na liga do parque Iguaçu, mais rígida, um dos seus dirigentes explicou-me que, no máximo, permite a entrada do jogador que esqueceu o documento em casa, desde que apresente no final do jogo, assumindo este o compromisso de que se não trouxer, será feito um relatório na súmula, por participação irregular, o que corresponde a perda de 6 pontos.

Mas, mesmo aqueles que apresentavam os documentos adequados e assinavam a súmula, ainda não estavam totalmente liberados para jogar. O/A *mesário/a*, com os documentos em mãos, ainda realizava uma conferência dos nomes na lista de punidos da SME, com o objetivo de verificar se os jogadores estavam com *a ficha limpa*, o que ocorria, em alguns casos, enquanto o jogo já estava em andamento. Acompanhando uma dessas conferências, perguntei ao presidente da liga, sobre os motivos de vincular o campeonato de verão, que não vale vaga para *o municipal*, com a lista de punidos da Secretaria e ele respondeu-me que “foi a melhor coisa que nós fizemos, evitamos um monte de confusão aqui, se forem punidos aqui, não podem jogar *o municipal* e outras competições, se não temos que ficar ouvindo, levando tapas” (DC, 18/01/2010).

Antes da indicação dos jogadores era possibilitado o acesso dos times à lista de punidos da SME, com a séria recomendação de que se estivesse punido teria que cumprir, ficando fora. No entanto, mesmo assim, foram descobertos casos de jogadores punidos em campo, com o jogo em andamento. Num dos casos, na liga do parque Iguaçu, dois jogadores punidos⁸² do Campina da Lagoa (de Alvorada, cidade da região metropolitana), atuaram no primeiro tempo. A equipe “irregular” perdeu 6 pontos. Na liga do parque Rondon, ocorreram dois casos de jogadores constantes na lista punidos, que assinaram a súmula e participaram “indevidamente” de jogos. Nestas situações, *o mesário*, que também era dirigente, chamou os *donos* dos times para uma conversa reservada e os comunicou a situação, pedindo, sem alardes, para que tirassem os jogadores de campo e que não os colocassem novamente. Destes times não foram retirados os 6 pontos na classificação. Num dos casos, o dirigente, ao explicar-me o porque de sua atitude, disse-me que “para levar a liga tem que ter jogo de

⁸² Foram punidos por um *WxO* ocorrido no ano anterior, na liga do parque Formosa. Os membros do Campina da Lagoa, uma equipe que participava pela primeira vez na liga do parque Iguaçu, indignados com a situação, perguntavam “o que tem a ver o liga Iguaçu com a liga Formosa?”. O presidente da liga, em contraponto, dizia: “Se quiserem reclamar, tem que ser lá na Secretaria, mas não vai adiantar nada”. (DC, 01/02/2010)

cintura” (DC, 27/01/2011), se referindo ao fato de que nem sempre a punição (disciplinar) é o melhor caminho.

Comissão disciplinar, relatório do árbitro e mesário

No parque Iguaçu uma Comissão Disciplinar formada por representantes da liga e dos times – aqueles cujos times não estavam arrolados nos julgamentos –, foi convocada uma vez para decidir, ou melhor, homologar decisões já tomadas pelo presidente da liga, de acordo com o que rezava o regulamento. Reunida na beira do campo, foi homologada a punição de jogadores envolvidos numa briga ocorrida duas semanas antes. Acompanhei a briga próximo dos dirigentes da liga e, simultaneamente ao seu desenvolvimento, já se estabelecia a punição:

Já durante a confusão ouvi o julgamento dos jogadores (sobretudo do Jader) e a penalidade que ele iria cumprir: “Está eliminado da competição! São dois anos!” anunciou Amadeu, vice-presidente. “E não vai poder jogar no Municipal”. Mais tarde, quando um jogador do Sertãozinho pergunta para o Alencar, presidente da liga, sobre o que fazer agora, este responde da seguinte forma: “Estes aí [se referindo ao Jader e seu irmão] saíram da minha alçada. A minha alçada são as pequenas broncas, quando as broncas são grandes vai para a Secretaria”. “Vai ser dois anos”, complementou Alencar, informação esta corroborada pelo Amadeu (que é membro da Comissão Disciplinar da SME). Havia várias pessoas no entorno e não ouvi nenhuma discordância. No dia seguinte, ao olhar no *site* da liga, já estavam presentes as punições dos jogadores [...] (DC, 27/01/2010)

Cópia desse “processo disciplinar de beira de campo” (decisão, fotocópia da súmula e de documentos dos envolvidos) foi encaminhada para a Comissão Disciplinar da SME que, por sua vez, homologou a decisão “da liga” e incluiu o nome dos “infratores” na lista de punições, com suas respectivas penalidades. Mas isto somente ocorria com as infrações consideradas mais “graves”, que atentavam seriamente contra a disciplina e à organização – brigas generalizadas, agressões, *WxO*. Mais uma vez, a autoridade da liga era solidificada pela institucionalização da punição pela SME.

Na grande maioria dos casos, as punições, sejam elas mais amenas ou graves, passavam pelo registro na súmula da partida. Para que os infratores não tivessem chances de escapar, era preciso que os árbitros, instituídos como legítimos representantes das regras, relatassem os fatos na súmula da partida. Mais do que um instrumento de registro de informações da partida feita pelo/a *mesário/a* e pelos árbitros, a súmula se constituía, nestas *ligas exemplares*, como um dos mais significativos instrumentos de controle e disciplinamento, tanto no que se refere a nomes e assinaturas a serem conferidos no caso de denúncias de irregularidades, como nas situações de infrações disciplinares, quando os

relatórios dos árbitros se ofereciam como evidências irrefutáveis. O relatório na súmula, conforme a explicação que me fora feita pelo Alencar, da liga Iguazu, durante uma entrevista, contribuía na segurança dos árbitros para *apitar o que é*, mostrar cartão quando tem que mostrar. Segundo este dirigente

[...] aqui o árbitro não precisa brigar com ninguém, só precisa saber escrever. Que daí é o seguinte, eu também não brigo. Na segunda-feira, na reunião, eu escrevo. Quando ele lê lá no site está três S`s, suspenso, EEE, eliminado, entende. Aí ele que vá se queixar para o bispo, entende, vai na ONU agora, entende. Não tem. **Então eu obriguei aqui a escrever.** Aí o Carlinhos, esses caras, os árbitros mais antigos não são muito de escrever, eles não tem intimidade com isso. Então, o que nós fazemos? O *mesário* ficou encarregado de preencher o relatório e ele só assina [...]. **Súmula tem que ser bem escrita, porque nós conferimos todas essas súmulas antes de eu pagar eles.** (ALENCAR, 2011)

O relatório da súmula – cujos termos são ainda menos negociáveis – acabava por se tornar um dos mais significativos elementos de legitimação das regras e do regulamento da liga, não sendo rara a observação de solicitações dos dirigentes da liga para que isto ou aquilo fosse relatado em súmula, depois do jogo, com a intenção de aplicar punições. Tendo o relatório ficaria fácil e ninguém poderia reclamar. E, o fato de contar com um *mesário*, responsável somente pelo “preenchimento adequado” do documento, o tornava um instrumento ainda mais significativo na proteção contra os comportamentos considerados alheios ao “bom futebol”.

* * * * *

Apesar dos mecanismos de controle, de disciplinamento, do esforço para o cumprimento do regulamento para o compromisso com a competição, os dirigentes destas ligas *exemplares*, sabiam e manifestavam que “tem coisas que não dá para cobrar na *várzea*, não dá para colocar na súmula”, como afirmou um presidente de liga observando que um jogador estava jogando visivelmente *chapado* – drogado –, referindo-se, na sequência, aos cigarros de maconha que “rolam nos vestiários e nos cantos antes dos jogos” (DC, 04/02/2010). Contudo, muito embora se reconheça a importância e eficiência da sensibilidade de *deixar passar* (tanto na gestão da competição – em relação ao regulamento –, como na arbitragem – em relação às “regras oficiais”), o que predominava eram as práticas em direção ao cumprimento das regras e do regulamento, por todos. Tratava-se de um exaustivo trabalho que colocava em pauta a separação do jogo de futebol enquanto universo simbólico que deve ser vivido com suas próprias lógicas, sem interferências externas.

Contudo, este esforço ganhava sentido menos em relação ao circuito de futebol profissional e mais em relação às heresias do próprio circuito *varzeano*, isto é, às ligas “[...] que não disciplinam, [nas quais] os caras estão interessados na *copa*, fazem o campeonato de qualquer jeito, inscrevem na hora” (DC, 22/11/2009), àquelas que deixam as coisas de fora do campo influenciar dentro das quatro linhas. Neste discurso, o problema não estava apenas nas ligas, mas também nos times indisciplinados e desorganizados, que não sabiam se comportar e não eram punidos (ou não cumpriam as punições), pois o interesse estava sobre o dinheiro que eles *colocavam* na liga, na *copa* e na arbitragem. Eram desvios como estes que, em boa medida, reforçavam os rumos das *ligas exemplares* e que faziam seus representantes estarem presentes nas reuniões da Gerência de Futebol, sobretudo nos *conselhos arbitrais*, para consolidar a força do grupo de *estabelecidos*, produzindo esforços para institucionalizar suas normas, valores e suas punições, cujas ressonâncias incidiam sobre a legitimidade das práticas locais, nas suas ligas.

Essa necessidade de institucionalização não era gratuita ou sem significado. Zelizer (2005), ao tratar da constituição de circuitos de troca (com seus limites, mecanismos de transferências e significados compartilhados), é enfática ao afirmar sobre a importância de uma estrutura institucional, pois ela reforça o crédito, a confiança e a reciprocidade interna, porém, como efeito, também objetiva a exclusão e a desigualdade. Isto condizia bastante com aquilo que eu notava, do quanto o movimento de institucionalização – que eu vivenciei especialmente nas salas da Gerência de Futebol – era marcado pela ambiguidade das reclamações das *ligas não exemplares*, ainda que na forma de murmúrios no fundo da sala, dizendo que “isso não serve lá na vila”. Cabia-me, então, investigar a organização dessas ligas acusadas de deixar as “coisas de fora do futebol” interferirem. **Como elas tratavam daquelas 6 questões? O que faziam com os artefatos tão valorizados na Gerência? Os significados atribuídos a eles eram os mesmos?**

Perguntas como estas que, no início de 2010, me fizeram buscar uma inserção, pode-se dizer, mais verticalizada, justamente numa liga *de vila*. Não se tratava um rumo da pesquisa para, apenas, comparar as *exemplares* com as *das vilas*. Mais do que isso, meu propósito foi mudar a maneira de imersão em campo, na expectativa, agora, de compreender **como os dirigentes articulavam as suas vidas ordinárias com a gestão das competições-ligas?** O que se segue, portanto, não se refere apenas a diferença de “localização” da imersão ou de “interlocutores” em relação ao que foi tratado até aqui. Isso também. Mas, considero mais significativa a diferença na forma de imersão, com destaque para a observação-participante na organização com o Miranda na liga da vila Paraná. Paralelamente à liga do

Miranda, estive observando e participando (poucas vezes) na lida do Gomes, da vila Marechal. No decorrer do texto abaixo, estarei incorporando algumas informações desta liga, no sentido de encorpar as reflexões a respeito de como aquelas questões e artefatos conectam diferentes tempos-espacos do circuito, mas ainda assim não estão livres de outras respostas e significados.

2.3 NUMA LIGA DE VILA, CIRCULANDO COM O MIRANDA

Fui conhecendo o Miranda caminhando com ele pelos campos, casas, bares, gabinetes, reuniões, festas, jantares, almoços, excursões em diversas regiões e vilas da grande Porto Alegre. É casado com a Vera, funcionária de uma creche da Prefeitura. Eles tem dois filhos, o Bruno (11 anos) e o Breno (14 anos⁸³). Ambos estudam em escolas próximas à vila. A preocupação do Miranda com o provimento de comida, vestuário e construção da moradia era facilmente notada. Frequentemente demonstrava a sua atenção com a cesta básica, com a carne, enfatizando, em alguns momentos, que “não deixo faltar nada em casa” (DC, 01/06/2010). Fazia suas compras do mês num supermercado mais distante, onde havia promoções, e as compras do dia-a-dia no mercadinho do Seu Flores que fica à 50 metros de sua casa. Vez ou outra seus filhos recebiam a tarefa de comprar algo no mercadinho, conforme o dinheiro que lhes era dado (“um real de pão”, “dez reais de bife”).

Foram morar na vila Paraná em meados de 2000, vindo de outra. Lá o Miranda tem se firmado como uma liderança comunitária. Já ocupou o cargo eletivo de presidente da Associação Comunitária, por dois anos, do qual reclamava intensamente da grande responsabilidade e dos poucos recursos disponíveis para administrar a creche e outros projetos, o que justificava a promoção de festas e campeonatos. “Não aparecia em casa, mas aprendi muito, fiz muitos contatos” (DC, 22/01/2011). Aproximou-se de um Sindicato de trabalhadores, o que lhe ajudava na promoção de eventos (bailes e jantares) e viagens de pessoas da comunidade (excursões, praias). Durante a semana trabalhava, quando *tinha serviço*, em obras da construção civil, na maioria das vezes informalmente. Recebeu uma proposta de carteira assinada, mas preferiu a flexibilidade e o maior pagamento dos vínculos informais. Ele acertava os serviços e, depois, chamava seus conhecidos e vizinhos, vários deles colegas do futebol, para compor uma equipe de trabalho. Eu os observei desenvolvendo serviços de pintura (principalmente), de carpintaria e de pedreiro. No final dos dias úteis em

⁸³ Idades consideradas em 2010.

que eu estive na sua casa-bar na vila, depois do expediente de trabalho, ele comercializava bebidas aos vizinhos que chegavam com seus trocados.

Fazer campeonatos, renda e votos

Ao longo de 22 meses de pesquisa, quase não precisei perguntar sobre sua vida e de como ela se relacionava com a liga de futebol da vila, da qual ele era presidente. Começou quando veio morar na vila Paraná, mas, naquela época, ajudando o Seu Baltazar (um senhor já de bastante idade), na coordenação de campeonatos. Com o falecimento do Seu Baltazar, a filha dele, Elizangela, é quem “ficou com a liga”. O Miranda tentou fundar oficialmente a liga junto com ela, mas não deu certo. A Elizangela foi presa por envolvimento com tráfico de drogas e, assim, o campeonato ficou sob sua responsabilidade. Foi, então, que regularizou a liga no cartório para atender as exigências da Secretaria, caso desejasse que seu campeonato valesse vaga para o Municipal e também em vista de promessas que denotavam a possibilidade de recebimento de dinheiro, se as ligas estivessem com os documentos em dia. Começou com um campeonato de 6 times de veteranos. O empreendimento cresceu significativamente. Nos anos de 2010 e 2011 realizava vários campeonatos anuais, em 4 categorias (livre, veterano 35, 40 e 50 anos), com perto de 50 times envolvidos. Nos campeonatos de 2010 e 2011, nas categorias livre e veterano 35 anos, mais de 800 jogadores estiveram inscritos.

A experiência na Associação Comunitária, o vínculo com o Sindicato dos Trabalhadores e, especialmente, a presidência da liga de futebol local, ou melhor, regional, já que ela contemplava times de uma ampla região de Porto Alegre, lhe fez cogitar a função de vereador da cidade. Numa das poucas vezes em que eu perguntei sobre o por que dele estar à frente da liga, a resposta foi a seguinte: “Então. Eu vou te falar porque eu participo da liga. Quero sair para vereador em 2016” (DC, 11/03/2010). Após dizer isso, ele já me franqueava o seu planejamento para ser eleito, no qual a liga e o futebol tinham lugar central, quase sempre com o argumento do seu “papel social”, sobretudo para as crianças e no enfrentamento das drogas, muito embora o seu vínculo não fosse com crianças e ele fosse sócio (até o final de 2010) da *copa* do campo da vila Ibema, próximo da qual outro grupo de pessoas, do qual o Miranda não fazia parte, gerenciava uma *boca do tráfico*.

Nas eleições para deputados e senadores de 2010, o Miranda foi chamado para apoiar um candidato vinculado a SME. Chegou a insinuar o seu apoio, recebendo alguns “benefícios” antecipados (ônibus, bolas e premiação), mas acabou optando pelo apoio aos

candidatos do Sindicato de Trabalhadores, alegando que a decisão foi tomada pelo dinheiro que foi pago pelo trabalho de cabo eleitoral. Seu bar-sede da liga, neste período pré-eleições, tornou-se um comitê de campanha, com faixas, banners e *santinhos* espalhados entre bebidas e papéis relacionados às competições e times. O campeonato em andamento ficou em segundo plano, conforme acusavam e reclamavam os times inscritos, que se faziam presentes nas reuniões e pouco escutavam sobre os jogos.

No início de 2011, o Miranda *entrou de sócio* no bar do Seu Flores, localizado ao lado de sua casa. Ali, além do bar, realizava *bailinhos* nas sextas e sábados, *matinês* nos domingos e festas de aniversário. O pessoal do futebol incorporava a freguesia e ajudava a movimentar o bar. Neste local também passaram a ocorrer as reuniões semanais da liga. Como já ocorria no local anterior, um mês antes de iniciar os campeonatos, começavam os encontros do futebol. Até o final das competições, sempre nas terças-feiras, depois que se liberavam do trabalho e passavam *na baia* (casa, residência, barraco), por volta das 20 horas, os membros dos times começavam a chegar, afoitos para saber das novidades, dos resultados, da pontuação; para comentar os jogos da última rodada, a performance dos jogadores e dos árbitros; para saber onde e quando irão jogar, quem vai apitar; alguns também para tomar *um traguinho*, um *amarguinho* ou um *gelo*, enquanto acompanham e/ou participam das conversas. As reuniões eram lucrativas financeiramente, chegando a ter mais de 40 pessoas, várias gastando no bar.

O tamanho da liga (avaliada pelo número de times e de jogadores) e as movimentadas reuniões de donos de times chamaram a atenção dos candidatos ao cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, nos primeiros meses de 2011. Alguns deles participaram de reuniões e ficaram impressionados com a quantidade de pessoas, dentre as quais estavam lideranças nas suas comunidades. Isso rendeu ao Miranda o convite para frequentar reuniões de um partido político que começava a se organizar para as eleições de 2012 (vereadores e prefeito). Cheguei a ir numa dessas reuniões noutra vila, com a presença de um ilustre ex-deputado federal. O crescimento da liga era visível e o reconhecimento do seu presidente ressoava na SME e nas vilas, o que lhe encorajou a tornar-se pré-candidato no pleito de 2012 e não de 2016 como ele projetava no início do ano anterior. Em meados de 2011, fazendo os cálculos de votos necessários na legenda, vinculou-se oficialmente ao partido que lhe convidara e passou a frequentar as suas conferências (municipal e estadual). Ao mesmo tempo, lançou abertamente, ao pessoal do futebol e das vilas nas quais circulávamos, o seu desejo em concorrer. Não demorou muito, começou a pagar *galeto*s para lideranças e donos de times. E, como eu o ajudava na organização dos campeonatos com *os papéis*, já era

sondado e até mesmo referido como assessor de vereador. Um de seus parceiros do futebol, o Cebola, já se anunciava, em tom de brincadeira, como motorista oficial. As reuniões dos times passaram a ter uma pauta política, tratando sobre acertos de apoios e dos rivais (candidatos “da vila” e “do futebol”). Na última que participei, já em 2012, estavam presentes uma pré-candidata a vereadora e um pré-candidato a prefeito, com seus assessores.

Embora eu tenha enfatizado, até aqui, uma configuração que, conforme eu aprendi, possibilitou ao Miranda imaginar-se como um pré-candidato à vereador, e como isso, de certa forma, dava sentido ao seu trabalho à frente da liga, é importante dizer que mesmo aí – nessa construção da ambição política – a dimensão da renda familiar era central. É claro que a pré-candidatura manifestava seu desejo de “melhorar” as condições do futebol e da vida das pessoas nas vilas, mas não seria imprudente afirmar que tanto o trabalho na liga como a ambição política refletiam sua expectativa em ganhar mais, em “melhorar” as condições de vida de sua família e outros parceiros. O entendimento de que a política era um lugar de ganhar dinheiro era bastante evidente, da mesma maneira que o futebol. A liga era uma fonte de renda familiar que se misturava com o dinheiro do trabalho nas obras. E, não estou me referindo às taxas de inscrições de arbitragem. A renda do futebol era gerada a partir da capacidade do Miranda em criar espaços de divertimento (bares, campeonatos e festas) nos quais ele comercializava produtos, sobretudo bebidas para a rede de relações estabelecidas a partir do futebol. Alguns destes espaços que observei foram:

- **Copa:** até o final de 2010, o Miranda era sócio da copa do campo da vila Ibema. Essa parceria lhe fazia, quando possível, demarcar este campo como “a casa” de vários times e agendar a maioria das partidas dos campeonatos naquele espaço, tendo em vista a aglomeração das pessoas no entorno do estabelecimento comercial.
- **O bar-sede:** o funcionamento das reuniões nos bares rendia lucros ao presidente da liga, já que os representantes das equipes, todos homens, viviam aquele espaço como lugar de conversas, divertimentos e de consumo de bebidas. Para aumentar ainda mais o público das reuniões – e do bar –, algumas vezes era feito churrasco ou *galeto*, consumidos sem custos aos presentes que, é claro, gastavam nas bebidas.
- **O baile da rainha:** anualmente, entre as primeiras rodadas do campeonato que vale vaga para o municipal, era promovido o jantar-baile de escolha da rainha da liga, num salão alugado. Os times inscritos na competição eram motivados a comparecerem com uma candidata e com sua torcida, a grande maioria deles pagando ingressos. Durante o evento, brindes habilmente ganhos em órgãos da Prefeitura e no Sindicato de Trabalhadores eram distribuídos. Os apoiadores, entre eles, candidatos a cargos eletivos apoiavam de alguma

maneira, se faziam para aparecer ao público, falar no microfone e serem homenageados. Em 2010, a renda desse evento (receitas oriundas dos ingressos e da copa) foi para o bolso do Miranda. Já em 2011, quando o interesse sobre os votos dos jogadores e familiares tornava-se mais evidente, a arrecadação fora destinada ao pagamento da taxa de arbitragem do campeonato. Neste ano, as equipes que conseguissem vender 20 ingressos estariam liberadas do pagamento do árbitro durante toda a competição, algo que agradou significativamente os times e que rendia muitos elogios à liga e ao seu presidente.

- **Almoços e jantares:** “a liga” promoveu almoços e jantares-dançantes – normalmente um cantor era contratado e trazia sua aparelhagem –, em comemorações específicas do futebol, como, por exemplo, o encerramento de um campeonato e a *colocação das faixas de campeão* nos times que conquistaram os títulos.
- **Torneios de integração:** eram competições de dois finais de semana, com a arbitragem feita pelos próprios membros dos times e partidas em dois tempos de 20 minutos. Eram denominados de *torneios caça-níquel*. Cobrava-se uma taxa de inscrição, cujo valor era destinado quase que integralmente para o pagamento da premiação. O interesse estava na reunião de pessoas no entorno da copa instalada em lugares estratégicos nas proximidades dos campos. Os próprios campos eram escolhidos em face dessa possibilidade de renda na copa, sem concorrências.

Comparando estas práticas entre 2010 e 2011, neste segundo ano ficava mais evidente o interesse eleitoral nos divertimentos promovidos pela liga, mas não era possível separá-las da noção de renda familiar. Essas duas dimensões eram vividas de modo bastante imbricado. Mas uma coisa era notável: a habilidade com que o Miranda arranjava as condições a seu favor, deslizando entre as oportunidades, como pode ser notado no excerto de um de meus diários:

Numa conversa sobre o futebol e a *geração de renda*, presidente da liga parecia dar uma aula de como fazer, dizendo [...] tem que saber administrar *a moeda*, tu ganha uma *moeda* aqui, uma *moeda* ali [...]. Foram 2 mil no baile, peço um troco aqui, um troco ali, ganhei R\$ 60,00 do Sindicato para levar o pessoal da vila numa manifestação [fazer volume no número de manifestantes]. O Sindicato deu [pagou] o ônibus para a excursão do pessoal da vila até a praia e eu cobre um pouco deles [dos moradores]”. (DC, 11/03/2010)

É este dirigente que eu acompanhei nas reuniões da Gerência de Futebol, onde ele, seguramente, não era parte do grupo de *estabelecidos* na gestão de 2009-2010, mas que

recebia o regulamento, as fichas de inscrição, lista de punidos e súmulas como todos os demais donos de ligas. Restava-me tentar compreender o sentido desse regulamento e artefatos – os quais transportavam determinadas respostas daquelas questões que movimentavam as discussões nos *conselhos arbitrais* – nesse contexto da vila Paraná.

Regulamento e/ou acertos?

No início do mês de março de 2010, quando participei pela primeira vez de uma reunião da liga da vila Paraná, no bar-sede-casa do Miranda, ouvia este dirigente reconhecer “seus problemas” em relação às *ligas exemplares*, dizendo para os representantes dos times que “lá na Secretaria, estão falando que as ligas das vilas são desorganizadas, estão *metendo o pau* na periferia, dizendo que não temos condições de fazer campeonatos, querem punir as ligas que não se organizam, que não disciplinam. Deixamos muita coisa passar, mas vamos mudar agora” (DC, 02/03/2010). Na ocasião, eu era apontado pelo presidente da liga como um fiscal da SME⁸⁴. Ele não fazia isso gratuitamente, pois esta forma de me rotular lhe possibilitava ganhos simbólicos, ou seja, melhores condições para cobrar a “melhor organização” dos times, de acordo com aquilo que ele observava (e apreendia) nas reuniões da Gerência de Futebol. Quer dizer, era reconhecida a legitimidade da organização e da disciplina das *ligas exemplares*, tão caros nas reuniões, mas precisava, nas vilas, de elementos que pudessem lhe dar mais condições para cobrar dos times. Sobretudo no início de minha imersão na liga, eu era, efetivamente, um destes elementos, daí a necessidade do dirigente em trabalhar com isso, dizendo que eu era “da SME”.

Enquanto estive presente na liga não deixei de ser um destes elementos, mas outros foram constantemente utilizados para que a lógica da credibilidade baseada no cumprimento e nas punições funcionasse como esquema gerador de práticas de organização no âmbito dos times locais. Os mais significativos, nesse sentido, certamente foram o uso da expressão “está no regulamento” associado com a autoridade de quem participava das reuniões na Secretaria; e o uso do nome do Gerente de Futebol, “o Madureira” ou da expressão “na Secretaria”. Não foram poucas as vezes que ouvi o dirigente da liga, para consolidar sua autoridade em fazer cumprir algo, recorrer ao enunciado “está no regulamento, é só ler”. E, na maioria das vezes

⁸⁴ “Rótulo” que procurei constantemente desfazer, explicando constantemente meus interesses de pesquisa. Mas até o final da pesquisa, por mais que muitos soubessem da minha condição, insistiam em dizer, convenientemente, que eu era da SME. Diante de meu desconforto quanto ao rótulo de fiscal ou funcionário da SME, com o passar do tempo, aos poucos, o Miranda passou a me apresentar como *o professor do Paraná que está aqui para aprender e ajudar*, uma forma que lhe era significativa – e simbolicamente lucrativa – e que também me deixava mais tranquilo para circular, observar e participar das atividades.

que esse enunciado era utilizado, o seu conteúdo sequer constava no regulamento, era oportunamente inventado por alguém que participava das reuniões “na Secretaria” e, portanto, sabia das coisas. Dentre muitos outros, um exemplo bastante ilustrativo disso esteve na afirmação utilizada pelo presidente da liga ao tentar fazer os times cumprirem os horários dos jogos: “Está no regulamento, o horário do jogo do veterano é dez horas” (DC, 23/03/2010). O regulamento não contemplava essa delimitação, mas o dirigente sabia que poucos (ou ninguém) tinham efetivamente lido o documento⁸⁵. Fazia isso ao mesmo tempo em que dizia “todos tem”, “todos conhecem”, “todos sabem o que pode e o que não pode”. Portanto, não era inadequada a ideia de que aquilo que se sabe é, efetivamente, resultado do que se aprendeu nas conversas e na prática, principalmente diante das contingências, e não nas leituras dos termos codificados.

Para fazer cumprir aquilo que se dizia como “do regulamento”, não menos importante era o uso “do Madureira” e “da Secretaria”: “Se tiver algum problema, a decisão não vai ser comigo, vai ser com o Madureira, vamos todos na Secretaria [...]. Se não pagar a taxa de inscrição, vai para a Secretaria” (DC, 23/03/2010). Era exatamente a mesma dinâmica de fortalecimento dos enunciados observada nas *ligas exemplares* – distanciando a decisão de quem fala e colocando noutro espaço-tempo reconhecido – com a diferença de que muito do que se afirmava sequer constava nos documentos ou tinha sido tratado nas reuniões, configurando invenções adequadas às lógicas locais, não menos verossimilhantes. Participando da organização dos campeonatos do Miranda, aprendi rapidamente a recorrer a enunciados deste tipo para proteger a competição e também para me proteger – distanciando de mim os fundamentos da decisão.

A existência de um regulamento simbolizava a organização e a disciplina, aspectos estes que eram valorizados pelos membros dos times. Isto ficou bastante claro quando o presidente da liga pediu-me para elaborar este documento para os campeonatos de 40 e 50 anos (independentes da SME). Até então, estas competições eram realizadas a partir de conversas e acertos em reuniões. Porém, em 2011, o time do Rio Azul colocou uma condição para inscrever-se: “só entramos se tiver regulamento” (DC, 12/02/2011). Tendo como base o documento dos campeonatos independentes de uma *liga exemplar* e *do municipal*, elaboramos um novo, que serviu mais para contabilizar um time no campeonato de 50 anos, do que para ofertar limites sobre o que se poderia fazer ou não. A demanda deste documento pelo time não

⁸⁵ Foram muito raras as ocasiões em que membros dos times demonstraram ter lido o regulamento. Sempre estive atento a isso e tenho apenas 3 registros em diários denotando essa preocupação em ler o regulamento e debater os seus termos tais como estão registrados no documento.

era despropositada. Seu representante, ao solicitá-lo, alegava sofrer com os acertos oportunistas do presidente da liga e dos outros donos de times.

De fato, na liga da vila Paraná, tal como observei constantemente, não se podia reduzir aos esforços de fazer reconhecer e cumprir o regulamento como únicos fundamentos da credibilidade da *liga*. Junto com estes esforços e, por vezes, ao contrário deles, a credibilidade estava relacionada com os *acertos* – negociações oportunas – com os *donos* ou representantes dos times e entre eles. Inicialmente não eu entendia porque as reuniões das terças-feiras, principalmente aquelas ocorridas nas fases classificatórias, contemplavam um longo período de conversas entre os dirigentes dos times, muitas envolvendo o Miranda. Na medida em que comecei a participar destas conversas notava que delas decorriam *acertos* entre os times, nem sempre abertos para todos, sobre: as rodadas, horários (*primeiro* ou *segundo*) e campos (*em casa* ou *fora de casa*); adiamento e adiantamentos de jogos; liberação de jogadores suspensos; aumento do número de substituições; ampliação o prazo de inscrições de jogadores; circulação de jogadores que *já assinaram* por um time antes; até mesmo sobre a idade mínima dos veteranos (exemplo: colocar um goleiro *fora da idade*).

Estes *acertos* – que indicaram a negociabilidade ou desvios dos termos do documento institucionalizado – não ocorriam somente nas reuniões. Podia percebê-los noutros momentos, como na beira do campo ou mesmo por telefone. Os *WxOs* foram os principais exemplos deles e de sua relevância. O compromisso frente aos adversários era igualmente uma noção importante, não sento bem vistos aqueles que deixavam os adversários esperando. Apesar disso, acompanhei 8 ocasiões em que um time não compareceu com pelo menos 7 *cabeças* para iniciar a partida. Destas ausências, em apenas um caso foi *decretado o WxO*, incorrendo na eliminação da equipe da competição e suspensão dos jogadores por mais de um ano e meio, cujos nomes entraram na lista de punidos da SME. Isto ocorreu porque os responsáveis pelo time simplesmente não apareceram e nem mesmo ligaram para produzir um acerto. Nos demais casos, os dirigentes das equipes se apressaram em fazer acertos com os adversários, entregando os pontos do jogo, agendando outra data para a partida e, para não tornar o deslocamento do adversário em vão, organizaram um amistoso no horário que era para acontecer o jogo.

Havia, portanto, um espaço de negociações que precediam e se sobrepunham àquilo que estava institucionalizado, espécies de retraduições que não desconheciam as condições objetivas locais. Cumprir o regulamento era algo importante, mas respeitar os acertos depois de tê-los feitos era, do mesmo modo, adequado. Estes se tratavam de delimitações temporárias, sem registros em papéis, portanto sem deixar rastros mais evidentes, tal como

acontece com os papéis que circulavam e ficavam arquivados na Gerência de Futebol. Nem todos os acertos que observei durante a pesquisa burlavam ou ultrapassavam os limites do regulamento vigente na competição, mas ficava espantado com a quantidade deles, especialmente quando se tratava da (re)definição do *carne* de jogos. Organizar uma competição não significava apenas fazer cumprir, requeria a perspicácia em lidar com uma série de negociações em vista da continuidade e do término do campeonato ou do torneio. A intolerância aos acertos rapidamente inviabilizaria a realização das competições. Um bom exemplo disso acompanhei não na liga do Miranda, mas na liga da vila Marechal, do Gomes.

Particpei de uma reunião antes do início de seu campeonato que vale vaga para o municipal, de 2010, na qual *ficou definido* que para jogar, todos os jogadores deveriam apresentar as carteirinhas da liga (plastificadas) na mesa. Esta definição foi incorporada no regulamento da liga⁸⁶ – adendo ao regulamento *da secretaria* – que digitei, fiz cópias e entreguei aos representantes dos times numa reunião seguinte. Na primeira rodada da competição, quando fui observar um jogo, o Gomes *escalou-me na mesa* de um jogo. Uma das equipes não apresentou as ditas carteirinhas (quanto mais plastificadas) e eu, intransigente, *fazendo cumprir o regulamento*, não deixei os jogadores assinarem a súmula, o que gerou muitas reclamações e xingamentos eu que não estava acostumado a ouvir. O dirigente da equipe “com problemas” foi conversar com o presidente da liga que, **sem precisar pensar muito, acertou que neste jogo poderiam assim**, apresentando qualquer documento de identidade. Naquela ocasião, o *acerto* era inevitável, pois o campeonato contava com 7 times, o que dava direito à *duas vagas no municipal*. Se o time dos jogadores sem carteirinhas plastificadas fosse impedido de jogar e fosse declarado o *WxO*, a liga contaria com apenas *uma vaga no municipal*, condição considerada desfavorável, uma vez que os times que perdessem três partidas já teriam suas condições de disputa desta vaga bastante diminuídas e desistiriam do campeonato, causando ainda mais problemas. (DCs, 11, 17 e 21/03/2010)

Em relação ao Miranda da liga Paraná, o Gomes da liga Marechal, mostrava-se mais exigente quanto ao cumprimento daquilo que fora definido no âmbito da Gerência de Futebol e, por isso, “sua liga” era referida como “mais organizada”. Quando passei a observar a liga do Miranda, me propus a ajudá-lo justamente na organização e nessa “aplicação” daquilo que estava institucionalizado, mas nos primeiros meses pouco daquilo que eu fazia era adequado. Perdi a conta das vezes transformei as falas e decisões do dirigente da liga em planilhas, tabelas de jogos, fichas, textos de regulamentos, produzindo uma grande quantidade de arquivos e papéis impressos. Muitas vezes vi essa *papelada* sendo inutilizada na semana seguinte e até mesmo no dia seguinte, diante de uma nova decisão, ou melhor, de um novo acerto. E não era somente disso que resultava minha sensação de inadequação. Os representantes dos times, ao

⁸⁶ **Art. 2º** - Todos os jogadores e os membros das comissões técnicas das equipes, devidamente inscritos, deverão apresentar as carteirinhas da liga plastificadas para entrar em campo e participar do jogo. **Parágrafo 1º** - As carteirinhas serão fornecidas pela Liga e preenchidas pelos membros das equipes, que devem também providenciar a plastificação; **Parágrafo 2º** - Não será permitida a permanência em campo de pessoas que não apresentarem as carteirinhas plastificadas.

observarem que eu estava colaborando, me procuravam para sanar suas dúvidas e eu, sem condições, os encaminhava para o presidente, dizendo: “é só com o Miranda”. Nos primeiros meses, não conseguia acompanhar e entender a polifonia dos acertos.

Foi exatamente quando deixei de tentar planejar, de antecipar as coisas, que comecei a entender a importância dos acertos. Não parei de produzir a *papelada* e, durante as reuniões, espalhá-la sobre a mesa de sinuca ou pendurá-la nas paredes, ao lado dos *banners* de propaganda de cerveja e dos quadros dos times campeões. Eu era reconhecido justamente por isso “na liga”, como também sabia que aquilo tinha um valor simbólico, sobretudo fora dali, na Gerência de Futebol. Porém, não raro, acompanhei acertos se sobrepõem à *papelada*, como no caso do Rio Azul do bairro Alto Piquiri, que recebeu uma das minhas tabelas, foi para o campo e descobriu que, naquele sábado à tarde, seu time *folgava*. O dirigente da equipe reclamou muito do meu documento, assim como lamentava o zagueiro do time, dizendo que “é duro, a gente espera a semana inteira para este joguinho, vem aqui com *tesão* de jogar e não tem, é duro!” (DC, 07/05/2011). Mas não demorou muito para convenceremos (eu e o Miranda) os membros da equipe reclamante que a mudança da tabela fora resultado de um acerto feito na reunião de terça-feira e que o problema era deles que não estiveram presentes e não procuraram se informar. O argumento foi aceito sem muita discussão, apesar da tabela.

Não por acaso o Miranda, quando precisava dar força a uma de suas decisões, lançava mão do enunciado “foi acertado em reunião”. Contudo, em várias dessas situações não lembrávamos da reunião, sequer do acerto, o que não nos impedia de aceitar o argumento. Numa delas, por exemplo, com o término do campeonato, o presidente da liga comunicou o time campeão de veteranos de 2011 que eles não receberiam um jogo de fardamento tal como fora anunciado no início da competição. Ao fazer isso, o dirigente justificou que o número de times e, portanto, o valor arrecadado com a taxa de inscrição, não era suficiente para comprar os fardamentos e que isso “tinha sido acertado em reunião” – a premiação do veterano 35 seria somente troféus e medalhas. Esta discussão ficou num pequeno grupo, do qual eu também participava e ninguém, naquele momento disse lembrar do acerto. Cheguei a recorrer aos meus diários de campo e não encontrei nada do tipo. O fato é que estes acertos – verbais, gravados apenas na memória – deixam poucos rastros e, por isso, eram muito eficientes.

Vale ressaltar que isso não significava um abandono do regulamento – talvez sua dessacralização, sua retirada do *status* de inegociabilidade –, mas alertar para sua convivência com outro tipo de normatização muito mais fluída e dinâmica, os acertos. Nesse sentido, frequentemente, em situações nas quais havia controvérsias, eu era chamado a me manifestar, já que *o professor* (ou o funcionário, estagiário da SME) tinha autoridade para falar com

propriedade dos códigos. Se nos meus primeiros passos “na liga” tratava de falar exatamente o que fora decidido na Gerência de Futebol, para fazer cumprir, tal como tinha aprendido nas reuniões, conforme que me envolvia na organização da liga, de modo semelhante ao que fazia o Miranda, assimilava as situações e, de acordo com os acertos produzidos, deixava de lado os termos dos documentos e de outras decisões da SME. Depois de mais de um ano participando das reuniões da liga, numa dessas situações de conflito em torno do regulamento, um dirigente de time que sabia muito bem do meu papel de pesquisador⁸⁷, para encerrar a discussão, olha para mim e diz: “O que é o certo Mauro? Ele é *da Secretaria*, entende desse regulamento”. De modo muito parecido ao que ocorria na sala da Gerência de Futebol, na gestão do Madureira, eu me manifestei e ninguém me questionou, muito embora minha fala ajudasse a fundamentar um acerto em desacordo com o documento oficial do municipal – e o campeonato “estava valendo vaga”. Neste acerto, “o correto” do regulamento da SME não era “o correto” do acerto produzido na liga (DC, 17/05/2011).

A gestão das competições, poderia dizer, se dava em habilidosos deslizamentos entre aquilo que fora institucionalizado no âmbito da SME e o que fora acertado nas reuniões das ligas. Aprendi que, conforme a fase do campeonato ou o próprio campo no qual se realizam as partidas, havia maiores ou menores condições de possibilidades para se *fazer cumprir* ou de *fazer um acerto*. Procuro mostrar um pouco dessas temporalidades, descrevendo o percurso dos artefatos – aqueles mesmos da sala da Gerência de Futebol e das *ligas exemplares* – que carregam as noções e controvérsias.

Convites, números e fotografias

Dias antes do início de um campeonato, não menos que um mês, o Miranda começava a mobilizar-se para a realização da competição. Procurava saber dos preços de troféus, medalhas, fardamentos, luvas de goleiro, chuteiras e bolas, itens que entravam no cálculo dos custos de premiação; falava com árbitros e donos de ligas de arbitragem para saber do valor das taxas do momento; conversa com dirigentes de equipes, avisando das reuniões da liga, para aqueles interessados no campeonato; tentava conseguir R\$ 50,00 aqui, R\$ 100,00 ali, com um mercado ou dono de uma mecânica, um candidato ou um vereador, para comprar bolas distribuídas aos times que se inscrevessem. Neste momento, a

⁸⁷ Já tinha lhe explicado que meu objetivo na liga era fazer uma pesquisa sobre o *futebol de várzea*, que não era funcionário da SME e que colaborava com o Miranda na medida do possível, até porque ele me ajudava a desenvolver o estudo.

preocupação com a premiação era significativa, pois a partir dela se podia calcular, com menos riscos, os valores das inscrições e, é claro, o saldo.

No final do mês de janeiro de 2011, acompanhei o Miranda até uma fábrica/loja de premiações esportivas, onde foram escolhidos os modelos de troféus e medalhas e efetivados os pedidos da premiação para o campeonato que valia vaga para *o municipal*, que iniciaria no começo de março. Entre os aspectos considerados na hora de fazer o pedido, estavam o preço (menor) e o modelo (desenho, cores, adereços, não a qualidade dos materiais), mas, com certeza, o elemento mais significativo era o tamanho (tanto do troféu, quanto da medalha⁸⁸). Assim que entrou na loja, o presidente da liga, dentre muitos outros, avistou um troféu grande, no qual estava pendurado um papel com a inscrição “O maior troféu do Brasil – 2,65m – R\$ 590,00”. O dirigente não teve dúvidas, encomendou dois, em cores diferentes, um para o campeão do amador e outro do veterano 35⁸⁹. Mas não foi somente naquele momento que notei isso. Desde que comecei a circular pela liga do Miranda, tinha percebido a importância do tamanho do troféu e das medalhas na qualificação das competições e como isso chama a atenção dos dirigentes e jogadores, que ficam comentando, prospectando, imaginando os prêmios em suas sedes/casas⁹⁰.

Já sabendo o custo dos troféus, o dirigente realizava o levantamento do preço dos fardamentos, das luvas de goleiro e de um par de chuteiras, itens também ofertados como premiação aos campeões do amador e do veterano 35. Ao mesmo tempo em que fazia os pedidos⁹¹, circulava pelos campos da região, organizando e participando de partidas amistosas (como jogador do veterano), assim como acompanhando estes jogos dos times que se preparavam, aproveitando o momento para avisar do início e deixar convites. Cheguei a elaborar e imprimir convites e, a pedido do presidente da liga, coloquei neles informações sobre a premiação, o valor da inscrição, a taxa de arbitragem e os dias e horários das rodadas. Em 2011, circulamos juntos nos bairros e vilas da cidade de Porto Alegre e cidades da região metropolitana, passando nas casas dos dirigentes, nos campos e nas sedes-bares dos times.

⁸⁸ No caso da medalha, além do tamanho, o seu peso tem um valor simbólico. Ao escolher ela, era necessário pegá-la, sentir o seu peso nas mãos.

⁸⁹ Para as competições de veteranos 40 e 50 anos, os troféus são menores, em vista do menor valor da taxa de inscrição e do menor número de times que participam. Também no caso do campeonato de verão e dos torneios, as premiações são menores, já que *não valem vaga para o municipal*, as taxas de inscrições são menores e o número de times também não é tão grande.

⁹⁰ Cheguei a ouvir dirigentes de times que, para diminuir o valor dos campeonatos das *ligas do centro* e do próprio *municipal*, o fazem a partir do tamanho do troféu deles: *pequeninho, uma mixaria, não tem tamanho*.

⁹¹ Os prazos e formas de pagamento são acertados de acordo com os prazos e formas de pagamentos estipulados para o pagamento da taxa de inscrição pelos times.

Nas conversas de entrega dos convites para os campeonatos daquele ano (amador, veteranos 35, 40 e 50 anos), a fim de “causar impacto”, enfatizávamos uma lista aspectos:

- **O número de times, de jogos e de campos:** sempre falávamos do número de times que estavam procurando a liga, do reconhecimento da Gerência de Futebol que afirmava ser “a maior liga de Porto Alegre”, com mais de 40 times nas quatro categorias. Este número era rapidamente relacionado com o número de jogos; quanto maior, mais jogos para se fazer e com adversários e em campos diferentes, o que agradava, afinal, o investimento da inscrição tinha que valer a pena, pois não dava para jogar três jogos e *cair fora* da competição.
- **O valor da inscrição e a qualidade da premiação:** salientávamos que a inscrição era de R\$ 250,00 para o amador e para o veterano 35 anos, e de R\$ 150,00 para os veteranos de 40 e 50 anos. Estes valores tinham aumentado em relação ao ano anterior, mas isso era justificado em função da melhor qualificação da premiação. No convite estava descrito a lista da premiação (troféus, medalhas, fardamento para o campeão, luva para o goleiro menos vazado, par de chuteiras para o artilheiro).
- **A taxa e a qualidade da arbitragem:** dizíamos que seria em torno de R\$ 40,00 por jogo o valor da arbitragem e que se pretendia contratar uma liga de arbitragem para melhorar a qualidade dos árbitros, como também para não sofrermos com o problema da ausência na hora do jogo;
- **A disciplina e o compromisso:** os acertos eram prudentemente esquecidos. Ao invés deles, eram lembradas as punições aplicadas no ano anterior, a suspensão de todos os membros de um time, por terem agredido o árbitro; a suspensão de outro até o final de 2011, por *WxO*. A promessa de não deixar o São Pedro da vila Ibema de participar neste ano, por que eles não sabiam se comportar fora do campo.
- **A fotografia do “maior troféu do Brasil”:** circulávamos com fotografias nossas, posicionados ao lado dos troféus encomendados e mostrávamos aos dirigentes dos times. Sem dúvida nenhuma, em relação aos aspectos acima, era o tamanho do troféu que gerava maior encantamento dos nossos interlocutores. Familiares e vizinhos-jogadores eram chamados para ver e já se falava nos espaços onde ele poderia ficar. Em alguns dos lugares nos quais chegamos para conversar, já se sabia antecipadamente do *campeonato do Miranda*, sobretudo do tamanho do troféu deste ano.

No mesmo período dos convites, aumentava a circulação de membros das equipes na sede-bar da liga, para demonstrar o seu interesse na competição. Assim se formulava uma lista de times interessados, registrada *na memória* ou anotados pelo presidente da liga num caderno velho guardado no balcão do bar, o mesmo utilizado para outras anotações. Duas ou três reuniões eram realizadas antes do sorteio dos grupos e definição da primeira rodada de jogos. Nestes encontros, a lista de times interessados era modificada até se chegar a uma mais ou menos definitiva. Para entrar na lista, não era necessário entregar uma ficha de inscrição, pagar a taxa de inscrição ou assinar qualquer protocolo indicando o compromisso. As conversas entre os dirigentes das equipes e o presidente da liga eram suficientes para acertar a participação.

Ficha de inscrição

Os times que acertavam recebiam, então, uma ficha de inscrição. Era exatamente o mesmo modelo distribuído na Gerência de Futebol, utilizadas pelas outras ligas da cidade, aquelas que, no caso da competição que valia vaga para *o municipal*, eram entregues “devidamente preenchidas”. Mesmo nos campeonatos *independentes* da liga estas fichas eram semelhantes, mudava-se apenas o título da competição.

Assim que assumi, em 2010, a tarefa de cuidar das inscrições dos times da liga do Miranda, nas reuniões, lá estava eu, exigindo que os times entregassem as informações completas dos jogadores. Chegava a conferir as súmulas dos jogos das rodadas e me encarregava de providenciar o “preenchimento correto” com os representantes das equipes. Além desse controle, colocando em prática aquilo que havia aprendido nas reuniões da Gerência de Futebol e na liga *exemplar* do parque Iguaçu, para evitar erros que prejudicassem o banco de dados, solicitava que os dirigentes entregassem fotocópias dos documentos de identificação, os quais ficavam anexados na ficha. Nos casos em que me era solicitado a substituição de jogadores ou a exclusão de algum deles da ficha, tomava o cuidado de observar as assinaturas da súmula, para ver se tinham efetivamente jogado. Inicialmente, negava o pedido se o jogador “já tinha assinado”.

Não demorei muito para perceber que meu esmero no controle (baseado nas fichas e nas súmulas) era, no mínimo, estranho. O primeiro indício disso era a resistência dos donos dos times em entregar as informações dos jogadores. Descobri que faziam isso para poderem reforçar o time nas fases mais decisivas, “fora do prazo” regulamentar. Perto deste prazo, poucas equipes estavam *em dia* – as que eu classificava como as “mais organizadas” –, outras

“deviam documentos” e algumas eu havia feito um rascunho a partir das súmulas, pois não tinha recebido nada delas. Meus “maiores problemas” eram justamente os dois times do presidente da liga (um amador e um veterano 35), que utilizou mais jogadores do que “poderia”, permitiu alguns que já tinham entrado em campo por outras equipes, situações “não permitidas” se eu considerasse as normas do circuito.

Quando a Gerência de Futebol requeria essas fichas para incorporar as informações no seu banco de dados, eu aumentava a pressão sobre os donos dos times, ligava para eles, colocando “a secretaria” nos meus enunciados. Cheguei a ir nas casas dos dirigentes, nos campos em que seus times jogavam, a fim de completar as fichas. De fato, pensando melhor, naqueles primeiros passos meus na liga, não podia reclamar do rótulo de fiscal ou de estagiário da SME. Porém, de outro lado, eu começava a perceber as pressões implícitas dos times no sentido de reconhecer os acertos não menos legítimos na liga. Diante delas é que comecei a produzir, junto com dirigentes de times, as limpezas dos “problemas” das fichas, para, então, entregá-las na SME, sem deixar rastros dos acertos. Nos próximos campeonatos, eu já começava a participar dos acertos, alguns feitos na beira do campo, como o caso do dirigente de um time – não inscrito como jogador – que entrou numa partida para não dar *WxO*, isto é, para completar a equipe. Na ocasião, eu estava com a ficha de inscrição em mãos. Olhei e não era possível incluir mais jogadores, mas isso não me fez impedi-lo de jogar, considerando mais importante o andamento do jogo e o compromisso com o adversário do que a ficha. Não tive dúvidas, esse era o (a)certo a se fazer naquela ocasião. O nome do dirigente não entrou na ficha e ela foi entregue sem “problemas” na Gerência, onde eu e o presidente da liga recebíamos largos elogios e ficávamos felizes pelo reconhecimento.

Após entregar estas fichas eu imaginava que os times estariam fechados, que a circulação de jogadores estaria encerrada. Grande engano. Na liga, os *reforços* continuavam a *assinar* com os times, diante de novos acertos feitos sem alardes. Na medida em que fui aceitando os acertos e até mesmo participando no fechamento de deles, começava a me distanciar do rótulo de fiscal da secretaria, pois não era uma conduta apropriada para este. Continuei responsável pelas fichas de inscrição noutros campeonatos, mas sem imprimir pressão sobre a entrega e preenchimento, entendendo que grande parte dos times não estavam *fechados* antes dos campeonatos, necessitavam das dinâmicas de complementos e de reforços para seguir participando. Diante disso, não eram incomuns as reclamações de que determinado time tinha começado o campeonato com certos jogadores e, no final, já tinha outra equipe. Enquanto alguns diziam que isso era falta de organização e controle da liga, outros (muitos outros) respondiam que era *choradeira* de quem estava com medo de enfrentar

o adversário no campo – um argumento “de peso”. Além disso, quando se tratava de um time considerado mais fraco, a preocupação sobre documentos era ainda menor.

Sem minha intensa pressão sobre as fichas, elas raramente eram entregues por iniciativa dos membros dos times. Não deixei de tentar manter um cadastro, contudo sem controlar aqueles que *assinaram* a súmula. Continuei a *correr atrás* dos dirigentes (nas vilas, nas casas, nos locais de trabalho, nas sedes-bares, nos campos) para ter, pelo menos, uma boa relação de nomes a ser apresentada na Gerência de Futebol. No caso dos campeonatos independentes da SME (de verão, os veteranos 40 e 50 anos), sem a “pressão da secretaria”, não foi incomum a participação de times sem entregar nenhuma ficha. Ainda que fosse previsto este documento, os times eram montados, complementados e reforçados quase sem o controle das ligas, afinal todos pareciam lidar com isso, não sendo uma dinâmica estranha. Em síntese, tratava-se de uma dimensão ambígua. Por um lado, as fichas significavam a organização (da liga e dos times), mas se fossem feitas e entregues nos limites do regulamento da SME, atrapalhariam as dinâmicas de complementação e de reforços dos times.

Dinheiro, cheques, recibos e frangos

Não era o “dinheiro na mesa” que consolidava a inscrição na liga Paraná. Ao acertar a participação no campeonato eram comunicados sobre o prazo para pagamento da taxa e das formas de fazê-lo, sendo possível pagar de uma vez ou parcelado, com dinheiro ou cheques pré-datados. O prazo se esgotava logo depois da primeira ou da segunda rodada da competição, pois se sabia que muitos dirigentes não tinham como colocar dinheiro do bolso e precisavam arrecadar nas primeiras rodadas, quando os seus membros eram convocados a contribuir. A maioria procedia o pagamento de forma parcelada, deixando R\$, 20,00, R\$ 40,00, R\$ 50,00 em cada reunião, até quitar, ou usavam um cheque pré-datado (próprio, de clientes ou emprestados) que era repassado para a empresa de das premiações.

Grande parte dos pagamentos era realizada nas reuniões da sede-bar, durante a fase classificatória, mas isso se estendia até as fases finais das competições. Os que entregavam o dinheiro ou cheque pegavam um recibo, elaborado pela Vera, mulher do presidente da liga⁹². Depois de um ano de participação na organização da liga, eu assumi essa tarefa de receber o dinheiro nas reuniões, emitir e até mesmo assinar o recibo. Nas primeiras competições

⁹² A Vera não participava das reuniões, pois se tratava de um ambiente masculino. Quando o presidente da liga necessitava de um recibo, pedia para um de seus filhos levar o bloco e trazer o recibo preenchido, que era, então, assinado e entregue ao pagador.

organizadas em 2011, que contava com mais de 40 times inscritos, numa das noites de reunião, cheguei a receber mais de R\$ 2.500,00, para a satisfação do Miranda, pois o valor equivalia a mais da metade das despesas com troféus e medalhas, cujo prazo de pagamento estava se esgotando. Até concluir o pagamento da premiação, os encontros tinham como assunto quase que obrigatório o levantamento de quem ainda devia. Aos devedores ou aqueles que, estrategicamente, deixavam para pagar mais para frente⁹³, eram direcionadas uma série de avisos e ameaças, denotando que “neste ano vai ser assim, quem não pagar não vai participar. Se não tiver dinheiro, consegue um cheque que vou colocar na premiação. Todo mundo tem um amigo para conseguir um cheque” (DC, 15/03/2011). Era importante pressionar para que os pagamentos fossem feitos. Se isso não acontecia, àqueles que ainda deviam, eram lançadas ameaças de impedir a continuação no campeonato. Notava-se o silêncio, com os olhares denunciando os que estavam devendo.

Em meio às dívidas e ameaças o campeonato seguia em frente. Se o presidente da liga simplesmente impedisse os devedores de jogar, certamente estragaria os campeonatos. Prejudicaria os times que pagaram, deixando-os sem jogar, pois começaria a existir *folgas* nos finais de semana e o número de partidas de cada equipe diminuiria. Então, o adequado era *saber levar*. Numa única ocasião, um time que não realizou o pagamento da inscrição foi excluído da competição. Tratou-se do Diamante da vila Machado, mas vários outros aspectos estavam somados: além do dinheiro da inscrição, o time estava devendo dinheiro de duas arbitragens, uma falha considerada mais grave; já tinha participado de 5 das 6 partidas da fase classificatória, só lhe faltava um jogo contra uma equipe já classificada; se o Diamante ganhasse na última rodada, desclassificaria o time do presidente da liga; o dirigente não tinha entregue nenhuma informação de seus jogadores, nem mesmo um rascunho de ficha de inscrição.

Quer dizer, não era comum uma equipe ficar fora diante da ausência do pagamento da inscrição. O melhor exemplo disso, certamente, foi o time do Dartel, amigo do presidente da liga e seu parceiro em jogos nos times de veteranos. O Dartel não conseguiu pagar a inscrição de seus dois *quadros*, que participaram do campeonato de verão de 2011, ficou devendo R\$ 400,00. Estava desempregado nesse período e os jogadores não contribuíram. Mas isso não o impediu de inscrever as equipes e participar em 2011, quando, novamente ficou devendo parte do valor. No caso do Dartel, ele procura retribuir, ajudando o Miranda de alguma forma, entre elas, levando jogadores para os times e ajudando nas festas da liga. Isto

⁹³ O Vargas do Cerro Azul, da vila Cambé, falava abertamente que somente pagava a inscrição depois, primeiro tinha que *ver se o campeonato era sério*.

é, a quitação do débito da inscrição não necessita ser feito em dinheiro, mas em outros tipos de trocas. Foi o caso do Costa, dono do Palmas da vila Ibema, que não conseguiu pagar a inscrição com dinheiro e o fez em frangos (*galeto*), que foram assados numa festa de encerramento do ano da liga, para *fazer renda*.

Questões, mais acertos e sorteios

Na última reunião antes de começar os campeonatos, mais ou menos acertados os times que participariam – estes listados no caderno colocado em cima da mesa sinuca –, iniciavam as conversas para a realização dos sorteios nas diversas categorias, numa ordem de competições por idade: amador, veterano 35, 40 e 50 anos. Era o dia de maior aglomeração de homens no bar-sede. Antes, durante ou até mesmo depois do sorteio, eram discutidas e definidas as características dos sistemas de disputa, que levavam em consideração algumas perguntas recorrentes e bastante significativas naquele encontro:

- ***Não vamos jogar dois jogos e cair fora?*** A competição deveria garantir um número razoável de jogos para os times, compensando o gasto com a inscrição. Normalmente, era realizada uma primeira fase classificatória com disputas em grupos, no sistema *todos-contra-todos*, abrindo a possibilidade de classificação da maioria na etapa seguinte, os jogos *mata-mata*. O principal motivo disso era evitar as desistências precoces por times que percebessem poucas chances de continuar depois de uma ou duas derrotas.
- ***Não vamos ficar folgando nos finais de semana?*** Na hora de compor os grupos era importante evitar, ao máximo, que times *folgassem* rodadas. Disso resultava a preocupação em fazer grupos com números pares e, se fossem 2 ou 4 grupos ímpares, preferiam realizar os confrontos de *chaves-contra-chaves*.
- ***Vamos jogar uma em casa e outra fora?*** Na fase classificatória era imprescindível a realização do primeiro e do segundo turno, em face da possibilidade de jogar *em casa* e *fora*. *Em casa* era o lugar para contar com a comunidade e onde havia a possibilidade de *fazer renda*. *Fora de casa*, significava a possibilidade de diversificação de campos, adversários, colocando a equipe a um teste mais severo.
- ***No mata-mata, o mais forte pega o mais fraco?*** Terminada a fase classificatória, nos jogos *mata-mata*, normalmente os times *melhores pontuados* enfrentavam aqueles que somaram menos pontos, independente da chave/grupos em que jogaram na fase classificatória.

- *No mata-mata é um jogo só, empatou é pênalti?* Apesar de ouvir muitas sugestões e pressões, o presidente da liga não aceitava dar a vantagem do empate para os times que pontuaram mais, da mesma forma que rejeitava as propostas de fazer duas partidas. Era feito um jogo, sendo o principal argumento o relato de que dois jogos geravam rivalidade e confusão, além de maior despesas com a arbitragem.

Estas não eram as únicas questões presentes na reunião de definição dos confrontos, mas representaram as preocupações mais recorrentes. Além delas, antes de iniciar os sorteios, o presidente da liga era inquirido sobre *se iria separar os times das mesmas vilas e se iria casar os grupos dos dois quadros?* Estas duas outras questões davam origem a uma alocação não aleatória dos times nos grupos. O objetivo era “[...] evitar problemas na primeira fase, o resto vai ser por sorteio” explicou-me o Miranda (DC, 16/03/2010). Primeiro, se for o caso de mais de um grupo, eram escolhidos os *cabeças-de-chave*. Quem definia, arbitrariamente, estes times era o presidente da liga, pesando alguns aspectos. O mais latente deles, sem dúvida, era separar os times que não podiam se enfrentar *em casa*, porque já se sabia, de ante mão, que levariam ao extremo a pressão para ganhar a qualquer custo. A preocupação maior, nesse sentido, sempre era com o Esperança e o São Pedro, ambos times da categoria livre e da vila Ibema, que consolidaram uma rivalidade de longa data e que contavam com membros de grupos diferentes de traficantes, havendo o receio de que pudessem “acertar contas” dentro ou no entorno do campo⁹⁴. Não eram todos os *cabeças-de-chave* definidos para evitar problemas, contudo tratava-se de um aspecto importante a considerar, até mesmo em relação aos times de uma mesma vila que não representassem problemas iminentes.

Entretanto, isso não era uma unanimidade, já que a alocação de times de uma mesma vila no mesmo grupo estava relacionada com a diminuição dos gastos e ao aumento da possibilidade de *fazer renda*. Os custos de deslocamento dos jogadores pesavam sobremaneira nos acertos que antecediam o sorteio, especialmente quando times inscreviam dois quadros nos campeonatos e se reconhecia a necessidade de que ambos jogassem no mesmo campo, para evitar maiores despesas. Nesses casos, realizava-se o “casamento” das chaves e das rodadas, como ocorreu no campeonato de verão de 2010, ilustrado na figura 4 (na próxima página), e descrito no excerto do diário de campo, em seguida.

⁹⁴ A rivalidade mais temida não é a que se estabeleceu entre os times, mas a rivalidade entre os jogadores, especialmente aqueles que *trabalham no tráfico*. Alguns deles já jogaram nos dois times.

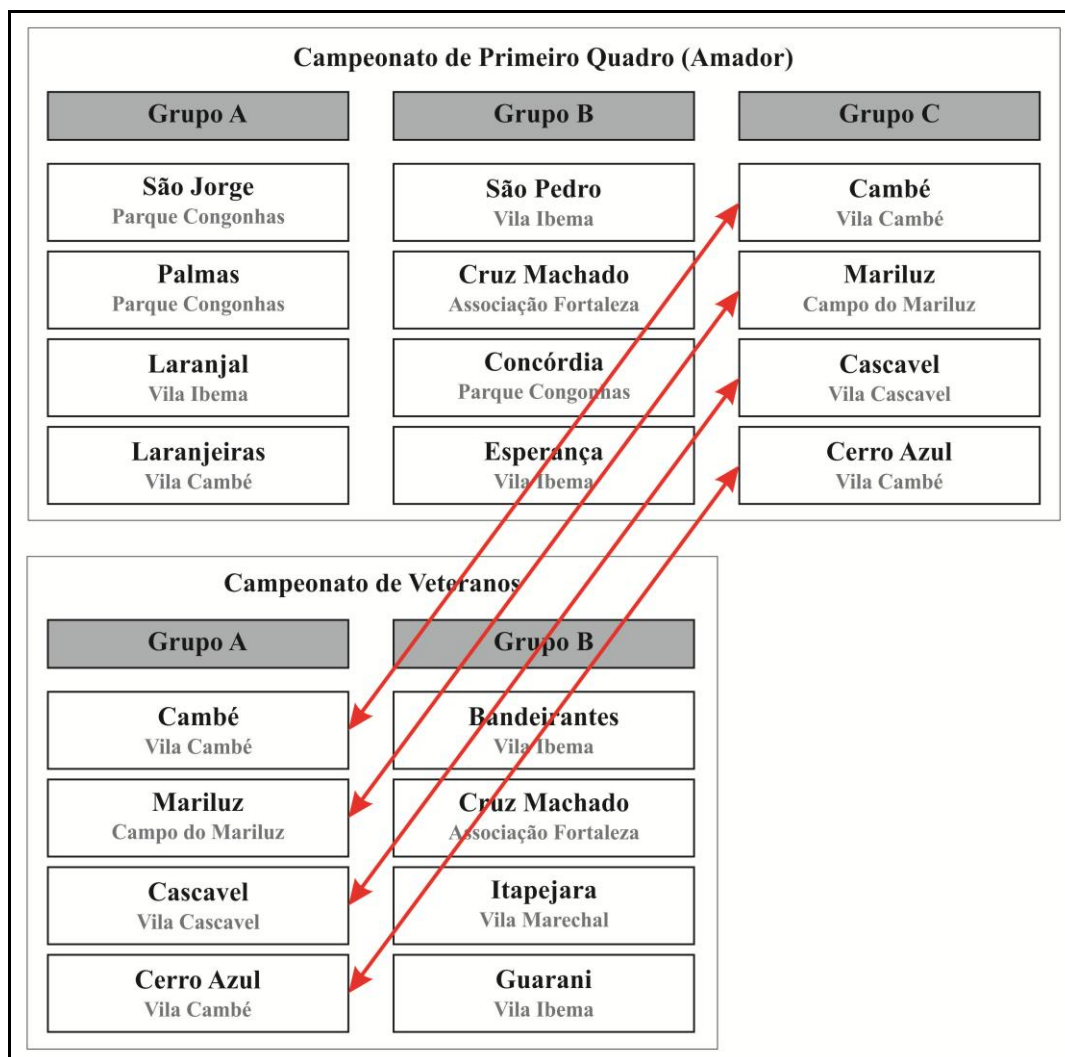


Figura 4 – Ilustração do casamento entre as chaves C do primeiro quadro e A do veterano. Abaixo dos nomes dos times está indicado, em cor cinza, o campo.

Sem a necessidade de sorteio, o presidente da liga, depois de acertar com os representantes dos times, explicou que tratava-se de um “casamento da rodada”: quando o Mariluz joga *em casa*, como na primeira rodada, tanto o veterano (pela manhã) como o livre (à tarde) receberá os adversários. Quando os dois times tiverem que *sair*, irão para o mesmo campo. É uma saída econômica e que também ajuda a reunir pessoas (familiares/amigos) num mesmo espaço, para *fazer renda* na copa. (DC, 10/08/2010)

Ao trazer estas questões e desdobramentos, procurei valorizar o quanto a elaboração de um “simples” sorteio precisava considerar as dinâmicas das comunidades dos times (não ficar parado, sem lazer no final de semana; os “problemas” entre membros dos times; as previsões de gastos e rendas). Por isso, somente depois de uma série de discussões eram realizados os sorteios com os nomes dos times ainda não alocados (pelos acertos e previsão de “problemas”) nos grupos. Isto, no entanto, não originava a elaboração de um *cartê* de jogos.

Tabela dirigida e campos neutros

Assim que me inseri na liga Paraná, com os grupos de times já distribuídos, fazendo os gostos do presidente, me encarreguei de elaborar a tabela, de digitá-la e imprimi-la, valendo-me do que tinha observado na Gerência de Futebol. Na semana seguinte, levava para a reunião, espalhava na mesa de sinuca, no balcão do bar e até mesmo nas paredes, sobre as propagandas de cerveja, para que todos soubessem antecipadamente contra quem, quando e onde jogariam durante toda a fase classificatória. Estranhava que tinha que explicar como as informações estavam organizadas, até mesmo para o presidente da liga, já que ele tinha solicitado. Logo notei o quão arbitrária era a tabela de jogos. Na mesma reunião que eu a apresentava, diante de um novo acerto, os meus papéis perdiam a validade prática, mas não a validade simbólica.

Os registros do *carnê* no papel e o seu cumprimento colocavam limites que inviabilizavam a continuidade da competição, por isso, o que valia, de fato, era a definição da rodada de jogos nas reuniões de terça-feira, com a presença dos representantes dos times, construindo o que chamavam de “tabela dirigida”. Sobretudo na fase classificatória, quando os times jogavam *em casa e fora de casa* , o *carnê* agregava uma série de contingências da vida urbana, refletindo mais o resultado de conversas e acertos entre os dirigentes do que do planejamento de alguém. Não foram poucas as vezes que ouvi o Miranda dizer, “se vocês acertaram é isso, se vocês concordam pode ser”, reafirmando o acerto entre os membros das equipes sobre onde e quando jogar⁹⁵. Assim, de modo geral, na fase classificatória, as rodadas eram tributárias de acertos entre os próprios times, a maioria com a participação do dirigente da liga.

Contudo, não desisti de digitar as tabelas e de espalhá-las na mesa de sinuca e pendurá-las nas paredes, mas fazia isso pelo seu valor simbólico. Acreditava-se que “o certo” era ter a tabela antecipadamente, mas simultaneamente se sabia que “não poderia ser assim”, já que isso atrapalharia uma intensa negociação, da qual dependia a continuidade dos times do campeonato. Diante disso, mais do que montar uma tabela, tive que olhar para como “dirigí-la”, num processo de autoridade distribuída, não centralizada no dono do campeonato/liga. Para tanto, passei a observar os fundamentos colocados nas conversas e nos acertos, a respeito

⁹⁵ Estes acertos ocorriam com mais frequência nas reuniões de terça-feira, mas foi possível observá-los em outros dias, feitos por telefone ou mesmo na hora do jogo, mediante a ausência (justificada) de um dos times.

dos quais produzi o quadro 4 (abaixo), que indica o quanto essa direção refletia uma construção dinâmica e polifônica.

Quadro 4 - Estratégias e contingências esportivas e da vida urbana implicadas na “direção” da tabela das rodadas.

Norteadores dos <i>acertos</i>		Descrição de estratégias e contingências
Compromissos anteriores	Amistosos e excursões já agendados	Nos começos de campeonatos, muitos times ainda estavam cumprindo uma agenda de amistosos e excursões já acertados. Por isso, solicitavam para não jogar em determinados dias e horários. Estes compromissos eram respeitados.
	Festas já marcadas, para <i>fazer renda</i>	Tanto os times, quando a liga promoviam festas para <i>fazer renda</i> e elas implicavam em cancelamentos de jogos ou mesmo de rodadas, para que os jogadores priorizem os eventos, comparecessem e ficassem até o final, não saíssem cedo para jogar no outro dia.
	Carnês de outras competições	Alguns times acertavam sua participação nos campeonatos da liga, mas ainda com compromissos em outras. Foi o caso do Maripá da vila Realeza que jogava, ainda, o campeonato da liga Beltrão e o torneio do América em Gravataí. No momento de elaborar a rodada estes compromissos anteriores do time foram respeitados.
	Horário do Grenal	Evitava-se marcar jogos da liga no horário de partidas entre o Grêmio e o Internacional, pois os membros dos times queriam assisti-la. No único caso de <i>WxO</i> da liga, o motivo da ausência do Faxinal da vila Paraná, equipe punida, foi justamente a coincidência do horário com o Grenal.
	Feriados de família e trabalho	Também se evitava marcar jogos em feriados relacionados à família (dia das mães, dos pais, das crianças); o mesmo acontece com o dia do trabalho, quando os jogadores tinham suas comemorações nas empresas. As partidas agendadas nestes feriados foram realizadas com os times <i>quebrados</i> pela ausência de muitos jogadores.
	Times sem mando de campo	Alguns times <i>mandavam seus jogos</i> em campos que não tinham o controle da agenda de horários. Era o caso do Itapejara, que <i>manda os jogos</i> no campo da vila Marechal, este aos cuidados do Gomes, presidente da liga local. Havia um acordo para o uso nos horários de domingo (os mais disputados). Num domingo o Itapejara tinha o <i>mando do campo</i> e noutro não. Quando o time tinha o <i>mando do jogo</i> (na liga Paraná), mas não tinha o <i>mando do campo</i> (na liga Marechal), era necessário remanejar.
Ajudar e retribuir	Fazer renda para os dirigentes e/ou times	Vários times que <i>acertam</i> a participação no campeonato da liga Paraná, <i>mandam</i> seus jogos em campos nos quais mantinham suas copas para <i>fazer renda</i> . Esperavam o máximo de jogos possíveis, de preferência rodadas com 3 partidas num dia. Por isso, no momento de convidar estes times <i>com copas</i> , o <i>carnê</i> era utilizado como argumento.
	Diminuir os gastos dos times com dois quadros	Aqueles times que inscrevem dois quadros nos campeonatos da liga (primeiro ou segundo quadro no amador; ou um time de amadores e um de veteranos), esperam a compreensão dos adversários e da liga para fazer os dois times <i>sáírem juntos</i> para o mesmo campo na rodada, diminuindo os custos de deslocamento. Se não for para o mesmo campo, preferem <i>sair com um time</i> apenas, pois levar os dois para campos diferentes implica numa despesa maior.
	Esperar os times terem condições de sair	Especialmente no começo de campeonatos, quando as equipes estavam em <i>montagem</i> , era preciso entender que algumas ainda não tinham condições de organização e financeiras para <i>jogar fora</i> . Nesse sentido, negociavam para cumprirem, primeiro, os compromissos <i>em casa</i> , com a possibilidade de arrematar os jogadores e arrecadar o dinheiro com eles.
Aumentar as chances de classificar e de	Preferência pelo segundo horário	Existia uma clara preferência por jogar no segundo horário, por volta das 15:30. Isto facilitava o comparecimento dos jogadores que podiam almoçar com seus familiares ou precisavam cumprir seus horários de

chegar à final		trabalho na jornada semanal. Os times que jogam no segundo horário, normalmente, estavam mais completos. Portanto, havia melhores chances de enfrentar e vencer seus adversários.
	Jogar em casa nas primeiras rodadas	Uma estratégia dos dirigentes de times que <i>caíram num grupo forte</i> era tentar um acerto para jogar, primeiro, <i>em casa</i> com os times mais fortes. Na lógica deles, as chances de vitória seriam maiores, já que nas primeiras rodadas, os times estavam em <i>montagem</i> .
	Acertar jogos e resultados	Na medida em que a fase classificatória se desenvolvia, os dirigentes passam a observar a pontuação das equipes. Preferiam jogar contra os times com menos pontos mais para o final, porque eles não teriam mais chances de classificar e, assim, aceitariam acertos de resultados. Um acerto deste tipo foi feito entre o Bandeirantes e o Guarani, quando o Guarani pagou duas caixas de cerveja e 15 kg de costela para o adversário perder.
	Deixar os clássicos para jogar em casa na volta	Os dirigentes de times considerados fortes não costumavam deixar passar as oportunidades de acerto para jogar com os principais rivais (também fortes) <i>em casa</i> , no segundo turno. Procuravam fazer isso, porque contariam com a <i>pressão da comunidade</i> .
	Cancelar os jogos fora de casa, quando não valem mais nada	Em várias situações os times que não tinham mais chances de se classificar acertavam para não jogarem <i>fora de casa</i> . Se o resultado era importante para o adversário, <i>davam os pontos</i> . Nestes casos, o objetivo era evitar os custos dos deslocamentos e a dificuldade de conseguir jogadores, pois estes já sabem que <i>o jogo não vale mais nada</i> . Se o jogo era <i>em casa</i> , era mantido, sobretudo quanto envolvia a <i>renda</i> da copa.
Não estragar o campeonato	Colocar os jogos de risco em <i>campo neutro</i>	Nos casos em que um time não “recebia bem” o adversário em sua <i>casa</i> , fazendo <i>pressão</i> para ganhar o jogo, logo se seguiam as <i>promessas</i> de devolver o tratamento fora, no <i>jogo de volta</i> . Nestas situações, as discussões nas reuniões eram acaloradas. Em duas delas, ficou acertado que as partidas <i>de volta</i> seriam realizadas em <i>campo neutro</i> . Noutras, o time que sofreu a pressão não aceitou e o adversário teve que comparecer, mas sem os <i>jogadores prometidos</i> .
	Tirar os jogos dos campos com muita <i>pressão</i>	Quando os times, para ganhar, costumam a <i>fazer pressão</i> sobre os árbitros, passa-se a cogitar em tirar os jogos destes espaços, em vista da continuidade da competição. Os árbitros não querem apitar lá.
	Não dar <i>WxO</i>	Evita-se a todo custo dar o <i>WxO</i> para não estragar o campeonato e a <i>renda</i> nos campos. Por isso, uma série de acertos foram rapidamente encaminhados assim que o dono do time percebia que não teria um time para levar ao campo ou que não teria condições financeiras para o deslocamento.
	Fazer os jogos atrasados em feriados ou dias da semana	Em face dos acertos tão comuns na fase classificatória, alguns jogos deixavam de ser realizados. Criava-se, então, a necessidade de realizá-los o mais rápido possível para os outros times não folgarem. Nestes casos, os feriados (mesmo aqueles relacionados à família e ao trabalho) eram oportunidades para acertar as rodadas. Outra maneira de ajustar foi a utilização de campos com iluminação no centro.
	Cancelar em caso de chuva e barro	Para não estragar o campeonato, também evitava-se, quando possível, jogar nos dias de chuva e barro. Isto atrapalhava tanto o comparecimento dos jogadores, quanto a própria realização da partida.

Observando este quadro, ficava mais fácil entender o quanto a própria “direção” da tabela era alvo de negociações, cabendo aos donos dos times estarem presentes nas reuniões das terças-feiras e dominarem o rol de argumentos e estratégias para melhorar as condições de seguir na competição ou mesmo para fazer renda e manter o time (certamente o que apresentei acima é apenas parte disso). Porém, isto se alterava substancialmente nas fases de jogos *mata-mata*, quando os locais, datas e horários dos jogos eram menos dependentes dos acertos. No

caso da liga da vila Paraná, não se tinha muita dúvida de que *os mata-mata* deveriam ocorrer em *campos neutros*, fora dos campos das vilas, preferencialmente na região centro da cidade. Isto não era uma unanimidade, pois simultaneamente se ouvia as reclamações dos dirigentes de times que tinham *copas* ou dos que reclamavam dos investimentos necessários para deslocar os jogadores.

Esta demanda por *campo neutro* estava relacionada, principalmente, com a categoria livre, sob a alegação de que a *gurizada* não sabia se controlar e não tinha disciplina. No caso dos veteranos de 40 e 50 de idade as partidas eram realizadas na vila, sem maiores receios. Mas, no caso da *gurizada* e dos veteranos 35 não se arriscava. Em vários campos das vilas, ninguém se atreveria a chamar a Brigada Militar, já que haveria uma repreensão do pessoal do tráfico depois. Outra alternativa, não absurda, seria o envolvimento dos próprios traficantes na segurança, não deixando nenhum “dos seus” envolverem-se em confusão na beira do campo, mas isso não era feito, como reclamava o presidente da liga, explicando, em reunião, por que os times teriam que jogar fora da vila: “Não dá para chamar os home [soldados da Brigada] e eles [os *patrões*] não dão segurança” (DC, 21/06/2011).

Não era sem motivos que os campos da região centro ou aqueles que ficavam dentro dos Centros Comunitários da Prefeitura eram os primeiros a serem lembrados. Por isso, assim que conseguíamos⁹⁶ reservar um destes campos, o próximo passo era entregar um ofício num Batalhão ou Posto da Brigada Militar, solicitando o policiamento. Para tentar garantir que a solicitação fosse atendida, os ofícios não se resumiam a um simples requerimento. Seus termos alertavam para a iminência da violência e da presença de armas, indicavam a origem dos times, cuja reputação dos bairros e vilas era transportada, assim como valorizavam a noção de proteção do lazer das comunidades. Fora das vilas, este argumento era bastante significativo⁹⁷. Abaixo está o conteúdo de um dos ofícios entregue num dos batalhões da Brigada Militar.

Prezado Comandante:

A **liga de futebol da vila Paraná** realizará no dia **14 de novembro de 2010 (domingo)**, no campo do **[nome do Centro Comunitário]**, no período **das 13:30 às 18:30 horas**, os jogos finais de seu Campeonato de Futebol, categoria Livre, envolvendo equipes do bairro Alto Piquiri e da vila Cambé. Os jogos serão realizados neste espaço por tratar-se de um “campo neutro”, num esforço da Liga em minimizar **problemas de violência e ameaças dentro e fora do campo de jogo, não raro, a presença de armas de fogo.**

Além deste esforço, para fomentar boas condições à prática do futebol e minimizar ocorrências que prejudiquem esta importante prática de lazer da população, venho respeitosamente **solicitar**

⁹⁶ Estou me referindo à experiência de colaborar com o presidente da liga Paraná, fazendo ofícios, requerimentos para os responsáveis pelos campos.

⁹⁷ No capítulo 4, aprofundo essa discussão.

que Vossa Senhoria disponibilize policiamento durante a realização dos jogos neste dia, para que, caso exista algum incidente, os soldados da Brigada Militar possam atuar preventivamente ou ostensivamente.

Estes termos, em boa medida, eram invenções, carregando uma noção da violência que não representavam exatamente aquilo que acontecia nas vilas, mas que serviam muito bem para chamar a atenção das autoridades. Era verossímil. O Miranda, após ler, demonstrava sua satisfação com os termos e assinava, sem problemas, o documento. Ao entregá-lo nos batalhões não verificava caras de surpresa, pelo contrário, em duas ocasiões, os próprios soldados elogiaram e reforçavam as preocupações com segurança. Um deles, em tom de orientação ao presidente da liga, chegou a dizer que: “não dá para fazer jogos com times de vilas diferentes, não dá para fazer jogo de times da vila Assis com times da vila Cascavel, vai dar problema, são de facções diferentes do tráfico, não os jogadores necessariamente, mas tem o pessoal de fora, que está acompanhando” (DC, 03/06/2011). Depois de entregues e carimbados, estes mesmos ofícios retornavam para as reuniões, ficando na mesa de sinuca, para que todos soubessem que iria ter *a brigada*.

Entretanto, conquanto a possibilidade de chamar a brigada fosse importante na hora de escolher o *campo neutro*, vários outros aspectos eram considerados, associados ou não a segurança, entre eles: a infra-estrutura do campo, sobretudo a existência de alambrado, de vestiários e de banheiro para as mulheres; a (in)existência de taxas para utilização do campo e dos vestiários; a possibilidade do dirigente da liga de levar a *copa* para a beira deste campo, com o objetivo de *fazer alguma renda*, não necessariamente para a liga; e uma oportunidade para reforçar os laços com um dirigente de time que cuida de um campo com *copa*, levando os jogos para lá em troca da participação das equipes nos campeonatos. Isto é, mesmo a escolha dos *campos neutros* não estava isenta de outros interesses, para além daqueles propriamente esportivos.

Súmula

A súmula do jogo, na liga Paraná, era mais um dos artefatos cujos sentidos não eram os mesmos observados nas *ligas exemplares* e *no municipal*. Em cada uma das reuniões da liga, durante e depois das conversas de definição da próxima rodada, os dirigentes de times que tinham acertado os jogos, recebiam as súmulas da partida, com as informações dos adversários (mandante e visitante), dia, horário e campo. Esta súmula era entregue ao

representante do time que *mandaria o jogo*, significando o fechamento do acerto – “está tudo certo, peguei a súmula”. O recebimento da súmula denotava a aceitação do compromisso de preparar o time, marcar o campo e providenciar um *mesário*. Este documento chegava a ser apresentado aos jogadores na sede-bar da equipe a fim de alertá-los do compromisso firmado em reunião.

Aos times que não estavam representados nas reuniões, mas que ficaram com os *mandos de jogos*, as súmulas eram encaminhadas através de pessoas da mesma vila ou durante a semana. Algumas vezes percorri os campos, entregando súmulas nas *copas* dos campos, chegando a levá-las nas casas de membros dos times. Fazia isso porque tinha aprendido que era este documento que selava o compromisso com o jogo. No dia, horário e local dos muitos campos e jogos das fases classificatórias – às vezes mais de 10 campos simultaneamente – lá estava a súmula sob a responsabilidade dos times *da casa*. Na beira do campo, a súmula já não denotava apenas o compromisso com o comparecimento ou com a marcação do campo. Uma partida que tinha súmula era diferente, tratava-se de um *jogo valendo* (pontos, campeonato). Aqueles que “*assinam sentem a responsabilidade*”, disse-me um treinador, se referindo tanto ao empenho dos jogadores, quanto ao cuidado com a disciplina.

Para assinar a súmula, em especial nas fases classificatórias, raramente era necessário apresentar documentos de identidade – aqueles “válidos”. A responsabilidade de conferir as identidades era dos *times mandantes*, mas foram poucas as vezes que notei membros de times exigirem essa conferência e, quando observei, a preocupação maior não era para saber se o jogador estava ou não inscrito na equipe, mas para ver se tinha a idade mínima definida para os veteranos. De modo geral, um membro da equipe (dirigente, jogador, treinador) ou familiar (filho, esposa) ficavam responsáveis por *pegar as assinaturas*, isto é, de passar a súmula para que todos os jogadores registrassem seus números das camisas, nomes e assinassem. O mais comum, no entanto, era a efetivação do registro do número e da assinatura. Muitas delas não me permitiam identificar o nome do jogador. Se inicialmente, eu ficava preocupado com o “problema da identificação” de quem *assinava*, depois eu tratava isso como mais uma evidência do quanto a súmula não tinha os mesmos significados.

Assim que comecei a observar jogos nos campos utilizados pelas *ligas de vilas*, rapidamente notei que *fazer súmula* me possibilitava um lugar naquele espaço-tempo da *várzea*. Iniciei deslizando as aprendizagens da Gerência de Futebol e da liga do parque Iguaçu. Como *mesário*, pensando na segurança proporcionada pela clara identificação e registro, uma das primeiras atitudes na hora de preencher a súmula na beira do campo, era a

de solicitar o nome completo do jogador, anotar este nome ao lado do número da camisa e, então, pedir para que assinassem. Todos os jogadores *fardados* eram abordados por mim e tinham que assinar, independente se *sairiam jogando* ou se *ficariam no banco*. Por mais que minha presença com a prancheta, cuidadoso com o preenchimento, tenha originado elogios à organização, como o fez um dos jogadores que assinava o documento, dizendo com ar de aprovação que “esse é o certo, é assim que tem que ser feito” (DC, 07/05/2010), eu logo descobriria que a não apresentação de documentos de identidade (*deixar isso passar*) e o registro apenas de assinaturas na súmula eram igualmente repletos de significado – fazia parte da montagem dos times e da circulação dos jogadores. A respeito disso, o modo como iniciei fazendo as súmulas, por um lado (o do jogador) atrapalhava essa montagem e, por outro (o do treinador), colaborava com ela. Lanço mãos de dois casos para ilustrar isso:

O lado do jogador – escolher o time

Num jogo do São Pedro da vila Ibema, fiz questão de fazer tudo certinho, como havia aprendido nas reuniões da Gerência de Futebol. *Peguei a assinatura* e identifiquei claramente todos os jogadores fardados daquela equipe. Um deles era o Crespo, que *assinou*, mas na hora da escalação, foi deixado *no banco* pelo Fogaça, treinador. Descontente com *o banco*, ainda durante a partida, o jogador *acertou* com o Casimiro para jogar no Esperança, como *titular*. O jogador se *desfardou* e não participou da partida e o Casimiro, dirigente do Esperança, veio conversar comigo sobre a troca de time pelo jogador. Conhecendo o regulamento – o campeonato valia vaga para o municipal de 2010 – disse imediatamente que não seria possível, pois o jogador já tinha assinado a súmula pela equipe São Pedro, que a orientação para todos assinarem era da Secretaria. Essa questão foi para a reunião da terça-feira e minha posição foi confirmada, apoiada pela *Secretaria*. O Crespo ficou no São Pedro. (DCs, 28 e 30/03/2010)

O lado do treinador – prender o jogador

Fui observar o jogo entre o Cruz Machado e o Horizonte da vila Cascavel, no campo do Cruz Machado. Tratava-se de um jogo da primeira rodada do primeiro turno. O Dartel, dirigente-treinador-jogador do Cruz Machado, estava conversando com “seus jogadores” dentro de uma pequena sala utilizada como vestiário, ao avistar-me faz questão que eu acompanhe a sua conversa. Ele dizia aos jogadores que “aqueles que assinassem a súmula hoje não poderiam mais jogar em outra equipe durante o ano, nem em outra liga. Quem assinasse com outro time seria punido e ficaria dois anos suspenso”. Depois de dizer isso, o Dartel olha para mim e diz, “não é isso Mauro!? Ele é da organização, sabe do regulamento, pode falar melhor”. Eu confirmei, é claro, a informação do Dartel, complementando que em se tratando do campeonato municipal era isso mesmo. Depois disso, fui encarregado de *fazer a súmula certinho*. O objetivo do dirigente era garantir os jogadores para todo o campeonato. (DC, 03/04/2011)

A partir de casos como estes – não foram os únicos – pude aprender que *fazer súmula* não era uma tarefa técnica, de registro de informações, mais que isso, fazê-la era interferir (ou participar) num jogo sobre a montagem das equipes, especialmente nas fases classificatórias. Foi exatamente por isso que, num jogo de veteranos com mais de 40 anos, antes da partida, atendi a solicitação de um dos jogadores, não registrando ele na súmula,

diante de um importante argumento naquela situação: “Não coloca meu nome aí não, daí posso jogar no Paranapanema, este time [o Esperança] é muito ruim”. Dias depois, lá estava ele, na outra equipe.

Esta participação na montagem dos times era mais frequente nas fases classificatórias. Nos jogos de *mata-mata*, o modo de fazer a súmula se aproximava da maneira como orientava a Gerência de Futebol. Era mais significativa a pressão para que todos mostrassem os documentos de identidade válidos, para que somente pudessem jogar aqueles que estivessem na ficha de inscritos e para que todos os jogadores *fardados* assinassem, como também os dirigentes, treinadores e massagistas. E essa pressão não era uma iniciativa minha. Os próprios membros dos times, inclusive torcedores fora dos limites da tela, ficavam atentos, demandando as “melhores práticas”, já que neste momento da competição eles tinham que objetivar a igualdade de condições, tentando impedir os *reforços*, procurando comunicar que todos aqueles que estavam “devidamente identificados” estariam sujeitos às punições por indisciplina. Uma súmula “bem feita”, em caso de briga, possibilitava o seu encaminhamento para a SME, solicitando a inclusão dos envolvidos na lista de punidos.

Quer dizer, na fase de *mata-mata*, o significado atribuído a este artefato era substancialmente diferente ao que ocorria na fase classificatória. Talvez por isso, na fase classificatória, a súmula ficava abandonada na copa ou nos cantos dos vestiários enquanto o jogo se desenrolava e o seu retorno nem sempre ocupava as preocupações dos *mandantes* das partidas, que deveriam levá-las nas reuniões das terças-feiras e entregá-las à liga. Não eram todos que o faziam regularmente, principalmente no caso dos *jogos normais*⁹⁸. Eram frequentes os casos em que apenas os resultados chegavam aos ouvidos do presidente da liga, forçando inúmeros pedidos para que trouxessem a súmula.

Apesar do resultado representar a informação mais importante da súmula, que mais justificava o seu retorno para a liga, a preocupação em tê-las se avultava no caso das competições que valiam vaga para *o municipal*, pois estes artefatos seguiam para a Gerência de Futebol, onde eram arquivados para que se pudesse, em caso de suspeita, conferir aqueles que *assinaram* por dois times/ligas. Porém, nem todas retornavam e nem todas as partidas contaram com o seu preenchimento, ou melhor, sua *assinatura*. Em vista desse tipo de “problema”, para não comprometer as vagas do municipal, cheguei a *fazer súmula* durante reuniões, com os dirigentes dos times procurando lembrar quais foram os jogadores, os que

⁹⁸ Os jogos são considerados *normais* quando tudo foi resolvido na hora do jogo ou que as condições foram aceitas pelas duas partes, ainda que momentaneamente, havendo a possibilidade de *devolver* depois.

fizeram os gols e os que *levaram cartões*. Também acompanhei acertos entre times em jogos que não valiam mais nada, só gerariam custos, dos quais foram somente feitos as súmulas.

Mas não comecei minha observação-participante na liga agindo assim. Nos meus primeiros passos, aventurei-me em comparar as fichas de inscrição com as assinaturas nas súmulas, porém não levei esse esforço muito adiante, passando a reconhecer o dinâmico processo de montagem dos times (completar e reforçar) e também enfrentando dificuldades para identificar os jogadores somente pela assinatura. Desisti efetivamente de produzir esse controle numa ocasião em que mostrava para um dirigente a ficha de inscrição de seu time. Depois de ter passado horas conferindo as assinaturas e fichas, ouvi ele dizer que “está tudo errado, esse não é o meu time”. Embora desanimado, não fiquei surpreso com a afirmação que colocava abaixo meu controle, nem mesmo com a explicação que foi apresentada: “alguns desses jogadores não vão jogar mais, só jogaram o primeiro e o segundo jogo para completar o time” (DC, 31/08/2010). O time estava em processo de montagem e meus controles é que se mostravam inadequados.

A mesma “dificuldade” – assim que percebia inicialmente – era notada no momento de elaborar um levantamento de gols para definir, no final das competições, os artilheiros e goleiros *menos vazados*. O não retorno de súmulas, a impossibilidade de saber os nomes de quem marcou ou sofreu os gols, fazia com que os levantamentos a partir das conversas com os membros das equipes fossem mais respeitados do que as minhas planilhas. Era nas conversas entre os membros dos times que essas informações eram melhor atualizadas. No campeonato de verão de 2010, por exemplo, quando se resolveu premiar os artilheiros e goleiros somente com base nas planilhas, não foram poucas as reclamações e até xingamentos, que denotavam os erros, pois todos sabiam que a premiação não tinha sido justa. Isto é, a súmula não era, efetivamente, a fonte de informação mais legítima para definição das premiações de artilheiros e goleiros *menos vazados*.

Outro tipo de controle baseado na súmula, no qual estive envolvido foi o de cartões, mas não o fazia com o objetivo de verificar se os jogadores deveriam cumprir suspensões ou se as tinham cumprido conforme o regulamento. Este controle servia fundamentalmente para *fazer renda*. Quando chegava com minhas listas de controles de cartões, o presidente da liga estava interessado no dinheiro que poderia arrecadar dos times na forma de multas por cartões amarelos e vermelhos. Nas mãos dos dirigentes das equipes, não era diferente. Solicitavam as folhas para levar e mostrar aos jogadores, comentando sobre as cobranças que fariam e, nem sempre, os valores cobrados eram destinados à liga. Alguns negociavam o valor das multas a

pagar em troca das despesas com cal para marcar o campo, outros simplesmente não repassavam o dinheiro.

Os relatórios e as punições

Aquelas súmulas que retornavam à liga com um *relatório do árbitro*, normalmente sobre “problemas de indisciplina”, tinham um valor diferente. Antes mesmo de serem entregues elas já permeavam as conversas dos membros das equipes. Foram poucas as vezes que súmulas vieram com relatórios. Os árbitros e os dirigentes das ligas sabiam muito bem que, nos campos das vilas, não era suficiente “saber escrever um relatório na súmula” – expressão utilizada com pleno sentido na *liga exemplar* – para garantir sua segurança. Se, por um lado, era plenamente reconhecida a lógica de que “se o árbitro colocou na súmula, tem que punir, aí não é comigo, não sou eu que vou punir [está no regulamento]”, como se referiu o Miranda, presidente da liga, sobre um relatório de agressão relatado por um árbitro (DC, 06/04/2011), como quem diz que esta é uma decisão tomada num outro espaço-tempo legítimo, não é uma decisão dele, por outro, era necessário reconhecer a possibilidade de continuar *trabalhando no apito* ou organizando campeonatos. Apresento dois casos importantes para explicar melhor essa tensão:

O caso do Ednilson do São Pedro

O Ednilson é um daqueles jogadores envolvido com o tráfico de drogas na vila, reconhecido por levar os *talheres*⁹⁹ consigo para o jogo. Joga como atacante e, numa partida, levou uma *chegada* do zagueiro. Depois do jogo *foi tirar satisfações*, tentando brigar com o zagueiro. Conseguiu acertar um soco. O árbitro, sem conhece a *história* do jogador, relatou na súmula o ocorrido. O presidente da liga praticamente ignorou este relatório. Para proteger-se, proteger o árbitro e o zagueiro *deu apenas um jogo de suspensão*, dizendo ao dirigente do time que o árbitro havia expulso o jogador, *mostrando o vermelho* depois do jogo. Este cartão foi anotado depois na súmula, pelo presidente da liga, para comprovar a punição, que foi aceita sem problemas (DC, 10/05/2011)

O caso do Miro que bateu no Menezes

O Miro é árbitro que *apita na liga e no municipal*, mas era também treinador de um time, que jogava uma partida *fora de casa*. Neste jogo, por não concordar com uma marcação do árbitro Menezes, lhe agrediu com um soco. Este fato foi relatado na súmula e ela seguiu para a reunião. O Menezes é compadre do presidente da liga, mas era comum ouvir nos encontros reclamações de que ele *apitava xingando* os jogadores e que já *estava merecendo* levar uns tapas para aprender a ficar quieto, só *apitar*. O Miro é um dos árbitros que constantemente *trabalha no apito* para a liga, chegou a coordenar a arbitragem em 2010. Diferente do que prevê o regulamento – 2 anos de suspensão para o agressor –, sem querer perder o árbitro, nem *ficar mal* com o compadre, a decisão do presidente foi de punir o Miro apenas até o final do campeonato, mas não foi enviada para a SME, afinal muitos concordavam que o Menezes merecia mesmo apanhar, que seria bom

⁹⁹ Armas de fogo.

para ele. Dessa forma, o Miro – “agressor” – poderia continuar trabalhando *no apito* no municipal (DC, 10/05/2011).

Estes dois fatos ocorreram em 2011 e, neste momento, já não achava tão estranha a atitude de *saber levar*, como diziam os meus interlocutores. *Deixar passar* tinha tanto significado quanto o de punir. Esse tipo de entendimento começou a ficar mais plausível na medida em que eu sabia ficar – quando necessário – mais distante (simbolicamente) da Secretaria e, portanto, mais próximo dos inúmeros acertos que possibilitavam a continuidade das competições, da montagem e manutenção dos times e do trabalho dos árbitros, atribuindo outros significados aos regulamentos, às tabelas, às súmulas, aos controles e aos relatórios.

* * * * *

A observação participante na liga do Miranda fez-me notar como estive submetido a um processo de socialização em distintos espaços-tempos *da várzea*, tendo que incorporar diferentes disposições implicadas “na organização”. De modo geral, quando iniciei a pesquisa nesta liga, passei a estranhar o impacto das minhas práticas (transferências, transposições ou deslizamentos), principalmente em relação a como os significados que eu atribuía ao regulamento, às tabelas, súmulas, fichas de inscrição, relatórios e punições eram tensionados por outras possibilidades de operá-los, mediados pelos acertos. As próprias reuniões de organização num bar faziam pulular uma série de interesses (*fazer votos, renda, informar-se, divertir-se nas conversas, tomar um gelo*) que, se destacados das práticas de gestão dos campeonatos, acabariam por inviabilizá-lo.

E foi justamente quando deixei de tentar planejar com muita antecedência, de registrar tudo em arquivos e papéis, de fiscalizar e controlar e, portanto, de pressionar os meus interlocutores, é que comecei a compreender que o *deixar passar* e o *saber levar* representava uma lógica tão significativa quanto o *fazer reconhecer* e *cumprir*. Tratava-se de uma maneira de organizar que necessitava reconhecer a polifonia de urgências da vida urbana nas regiões periféricas e trabalhar com elas, fazendo isso sem desconhecer a estrutura (de poder) do circuito *municipal*, ou, como diria Michel de Certeau (2002), operando procedimentos populares minúsculos e cotidianos que jogavam com os mecanismos da disciplina institucionalizada. A pluralidade dos acertos que inicialmente eu estranhava, mas que depois passei a entender e até mesmo a produzir, evidenciava de maneira muito clara essas invenções

cotidianas que procuravam organizar da melhor forma possível as competições ao mesmo tempo em que lidavam com as dinâmicas familiares e comunitárias.

Na experiência de imersão, de circulação com o Miranda da vila Paraná e com o Gomes da vila Marechal, também aprendi a “lidar” com outras dinâmicas que não as do circuito municipal de futebol *de várzea*, fazendo isso justamente para sustentá-lo enquanto tal. Porém, talvez diferente do que pensaria Michel de Certeau, assimilei que havia momentos em que “lidar” era mais adequado do que em outros. O *fazer reconhecer e cumprir* que parecia ser intensamente negociável nas fases classificatórias, nas fases eliminatórias em *campos neutros*, pelas mesmas pessoas e grupos, tornava-se menos negociável, impactando sobre a resignificação do regulamento e demais artefatos (fichas, súmulas, listas), agora, de controle e disciplinamento. A estrutura objetiva de poder institucionalizada, vivenciada e co-produzida pelas mesmas pessoas que “lidavam” com outras dinâmicas, tornava-se mais adequada do que a polifonia das invenções cotidianas.

Ao experimentar a organização em diversos tempos-espços *da várzea* (salas, gabinetes, bares, campos; regionais, municipal, classificatória, *mata-mata*, finais) seguindo e, em alguma medida, “ajudando” o Miranda, incorporei um sentimento de ambiguidade em relação a ela. Por um lado, reconhecia junto com meus interlocutores a existência um modo “correto” de se fazer uma súmula, uma ficha de inscrição, um controle de cartões, etc., o que dizia sobre o reconhecimento de um modelo legítimo dentro do circuito, sobre a existência de um grupo capaz de fazer acreditar, com autoridade, que havia formas adequadas e inadequadas – não era sem sentido que os jogos decisivos foram agendados para os *campos neutros* a fim de tornar menos negociáveis os termos do regulamento e das regras do jogo, de evitar a pressão; não é, também, sem sentido que *limpei* os “problemas” de fichas de inscrições, que produzi uma súmula fictícia para entregar na Gerência de Futebol. Por outro lado, e simultaneamente, as mesmas práticas de *limpar* os problemas e de produzir uma súmula fictícia, representavam estratégias de resistências (ainda que minúsculas e demarcadas no espaço-tempo *da várzea*) do modelo legítimo, como quem diz que isso “vale lá nos campos do centro da cidade e naquela fase, mas não aqui na vila e nesta fase do campeonato não vale”. O que pode parecer contraditório, “na verdade”, parece ser a maneira como se consubstancia a organização, com os dirigentes aprendendo e sabendo, mais ou menos, *o que, quando e onde* (não)vale.

2.4 AS COERÊNCIAS ENTRE FAZER CUMPRIR E SABER LEVAR

Antes de apontar algumas conclusões, cabe salientar que o propósito deste capítulo não foi descrever “uma” organização “da Gerência de Futebol-*ligas exemplares*” e “outra” “da *liga de vila* do Miranda” e compará-los para afirmar que uma é assim e outra não. Nestes lugares, o meu olhar foi para como os dirigentes constroem, disputam, significam e resignificam as práticas de organização dos campeonatos num grande circuito de futebol. Na Gerência de Futebol e nas *ligas exemplares*, minha inserção ocorreu de maneira estática, permanecendo nos lugares, observando as práticas dos dirigentes e participando em algumas tarefas pontuais. Já em relação a *liga de vila* do Miranda, a inserção esteve baseada na observação-participante e em circulação em diferentes espaços-tempos do circuito. Com essa explanação preliminar, quero dizer que tanto os espaços-tempos (urbanos/futebolísticos) como a situação em campo (estático/circulando) incidiram sobre a resposta da questão inicial, que colocava em pauta o significado dos intensos aplausos dos membros dos times à fala do presidente de liga depois dele ter afirmado que “a aplicação das regras do profissional mataria a várzea”.

Primeiro, tentando entender o que o presidente da liga estava dizendo quando falava (reclamava) das “regras do profissional”, passando pelas reuniões e artefatos da Gerência de Futebol e pelo esforço de institucionalização de produzido pelas *ligas exemplares*, concluí que as controvérsias tendiam a ser resolvidas – legitimamente naturalizadas – em direção ao *mais próximo do profissional*, pelo menos até a chegada do novo Gerente de Futebol. Um fluxo de ações era intensamente fundamentado na crença de que os campeonatos deveriam funcionar como um espaço em particular, distante das coisas que não eram “do futebol”, com destaque para a disciplina e para a autoridade do árbitro. Nesse caso, a credibilidade da competição estaria fundamentada na lógica do *fazer reconhecer e cumprir*, na crença de que as ligas de “elite” são aquelas que conseguiriam melhor legitimar o resultado do jogo a partir dos valores que lhes são próprios, refratando as coisas de fora, entre elas, o oportunismo dos jogadores que pulam de time em time para ganhar um dinheiro ou dos donos de *copa* que fazem campeonatos para reunir pessoas.

Mas, então, o que os aplausos significavam? Com certeza, uma reclamação. Circulando com o Miranda, dirigente de *liga de vila*, observando e participando, me foi possível supor a organização não como uma substância (objetivada e incorporada), mas como arranjos mais ou menos estáveis, que trabalham, não apenas reproduzem, com uma série de agências, dentre as quais o regulamento e os outros artefatos construídos – noutros espaços-

tempos – para o controle e disciplinamento. Eram produzidos esses arranjos, ou os acertos, numa dinâmica complexa, que cheguei a chamar de ambígua em face à minha experimentação, no sentido de que se reconhece a legitimidade de um modelo (o *mais próximo do profissional*), mas, ao mesmo tempo (ou melhor, em algumas fases), se desconhece a sua utilidade prática diante da polifonia da vida urbana, das relações cotidianas. Não se trata, portanto, apenas de uma boa vontade cultural, isto é de um reconhecimento sem conhecimento (ou estrutura objetivada e subjetivada), nos termos da teoria bourdieusiana. Foi-me fundamental compreender sobre a necessidade do desconhecimento oportuno (inventivo) de lógicas eu aprendi a reconhecer e que conhecia relativamente bem, tal como ocorreu na minha experiência de organização em circulação.

É nessa direção que interpretei a reclamação do Miro, dono de time e árbitro que, como muitos dos meus interlocutores, circula noutros espaços-tempos *da várzea*, ao dizer, em tom de reclamação, que “na liga do Miranda é ela que se adapta aos times e não os times que se adaptam à liga, **como deveria ser**” (DC, 16/07/2011). Se conhece (pelo menos em parte) e se reconhece um modelo “mais legítimo”, mas não se ignoram as condições objetivas e subjetivas da vida urbana na periferia. É essa dinâmica que me fez compreender os intensos aplausos dos dirigentes dos times e que me faz relutar em produzir classificações sobre “uma organização popular, *varzeana*”, localizando-a num ou noutro lugar (simbólico), já que ela parece ser resultado de uma construção que envolve, ou melhor, trabalha com as diferenças (mesmo nas periferias) das condições concretas da vida na cidade, das fases das competições e, é claro, da trajetória de circulação (em distintos regimes de valor) dos sujeitos envolvidos na organização.

Depois de todas as descrições (algumas mais densas do que outras) e destas reflexões, fica mais compreensível a participação do Miranda nas reuniões da Gerência de Futebol, ouvindo em silêncio, participando das discussões nos murmúrios, entre os conhecidos de ligas que diziam sobre a diferença da periferia, mas ainda assim apoiando (o que poderia parecer contraditório) as propostas de manter como está (em direção ao *mais próximo do profissional*) oriunda de dirigentes das *ligas exemplares*. **O Miranda ocupava exatamente o seu lugar na sala.** Não era apenas um agente social cooptado por um campo de funcionamento. De certa forma, experimentei essa posição depois de ter circulado e permanecido em diversos espaços-tempos da organização *varzeana*, isto é, ter passado por um processo de socialização heterogênea no sentido lahierano (LAHIRE, 2002; 2006). Ao transitar (e agir) nos múltiplos espaços-tempos, eu conhecia e reconhecia, mas também sabia deixar de lado quando necessitava. Talvez as minhas descrições acima possam ser tomadas

como um retrato¹⁰⁰ da minha pequena trajetória de vida dentro do circuito de futebol, tratando especificamente das práticas de organização de competições.

¹⁰⁰ A noção de retrato guarda proximidade com aquela apresentada por Lahire (2004) na obra *Retratos Sociológicos*, baseadas numa série de entrevistas com a mesma pessoa sobre diversos temas, a fim de olhar para a incorporação das disposições na trajetória de vida, suas consonâncias e dissonâncias. Porém, no caso do meu uso, o retrato é de uma experiência de pesquisa etnográfica.

CAPÍTULO III

O CLUBE HOJE É UM JOGO DE CAMISAS

Este capítulo representa um “passo” em direção ao interior dos campos de futebol, mas não, ainda, para dentro das *quatro linhas* e nem nos tempos destinados aos jogos, deixando “de fundo” – não de lado – as disputas em torno da organização das competições. Começo a tratar agora das práticas e dinâmicas de montagem e manutenção dos times, pois, ao longo do trabalho de campo, elas se mostraram importantes na compreensão dos significados do futebol no “cenário” urbano, colocando em questão a produção de um espaço em particular dentro das tramas da vida cotidiana na cidade. O meu interesse sobre a montagem foi inicialmente despertado pela reclamação do funcionário da SME, dizendo nostalgicamente que “o clube de hoje é um jogo de camisas [...], não tem aquele vínculo de clube” (DC, 03/08/2009). Diante dessa afirmação algumas questões começaram a emergir, tais como: **Por que a nostalgia dos clubes? Que vínculos que tem hoje? Seria o caso de pensar na desinstitucionalização propriamente esportiva dos times?**

Essas questões foram ganhando mais sentido ainda na medida em que eu saía das salas de reuniões e circulava pelos campos, primeiro, observando as partidas fora dos alambrados, depois, dentro de seus limites (onde existiam) e, por último, dentro de vilas da grande Porto Alegre. Imaginava grupos representando suas comunidades, vilas, ruas ou condomínios. Planejei escolher e seguir alguns times pela cidade enquanto disputavam campeonatos *da várzea*. E, efetivamente, escolhi, mas ao segui-los com a ambição de circunscrevê-los enquanto equipes e como elas estariam, então, relacionadas ou implicadas por dinâmicas da vida urbana, deparei-me com um desafio muito objetivo: os jogadores circulavam, mudavam de categorias, *quadros* ou times; os times faziam *parcerias*, mesclavam equipes, desapareciam e reapareciam. Isso desafiava a minha expectativa inicial de encontrar times como “organizações esportivas” mais ou menos estáveis, representativas deste ou daquele grupo, o que encontrava correspondência com a nostalgia do funcionário da SME. **Mas, então, o que diziam os meus interlocutores quando afirmavam que esse aqui é o “meu time” ou aquele é o “time da vila”? O que significava ter um time (no caso dos donos) ou ser parte de um time (no caso dos jogadores e treinadores)?**

Estas perguntas me encaminharam para um debate já em andamento nas discussões sobre o futebol, especificamente no que refere à relação pertencimento, coesão e identidade de grupos urbanos. Tinha em mente a tese de Eric Hobsbawm (1989; 1997), tratando o futebol enquanto uma tradição inventada, com ressonâncias políticas e sociais na segunda metade do século XIX, quando esta modalidade esportiva tornou-se um forte elemento de coesão e identidade (masculina) nas classes operárias. Nessa direção – não necessariamente em face a orientação teórica – chamava-me a atenção o trabalho de Luiz Carlos Rigo (2001) sobre o que ele denominou de “futebol infame”, dos sujeitos e times não famosos, cujas histórias não são as mais conhecidas e nem mesmo as mais (re)contadas pela população da cidade. Do mesmo modo que Rigo, ao investigar *a várzea*, estive de frente com grupos de pessoas ligados ao (pelo) futebol, conformando espaços de socialização e identificação não apenas marcados pelas invenções no cotidiano urbano, mas também deixando marcas nele. Ainda, fazia bastante sentido a descrição de Arlei Damo (2008) sobre a vida na vila Planetário em Porto Alegre, apresentando o time de futebol local como uma das modalidades de organização coletiva relativamente bem delineada dos moradores.

A ideia de formação de redes urbanas de sociabilidade em torno da prática do futebol era igualmente marcante na forma como eu passava a observar a montagem e a manutenção dos times e, nesse sentido, tinha como referências os estudos de dois antropólogos: José Guilherme Cantor Magnani (2003) e sua investigação a respeito de como determinadas redes de relações sociais em torno do lazer faziam do futebol *de várzea* de Três Corações um “pedaço” que se locomovia entre um campo e outro; e Simone Guedes (1997; 1998), ao empreender descrições e interpretações sobre as formas de apropriação do espaço urbano a partir da rede de sociabilidade masculina em torno do futebol. Mais recentemente Daniel Veloso Hirata (2006), a partir de um estudo que contempla a história de vida de trabalhadores, sem deixar de lado a dimensão da formação das redes de sociabilidade em torno de times da *várzea* da cidade de São Paulo, tratou de mostrar as trajetórias de suas montagens, traçando fios e conexões com outras dimensões da vida urbana (o trabalho, a família, a moradia, o tráfico e a política).

Estes autores e suas produções, sem dúvida, marcaram o modo como estive olhando e circulando, da mesma maneira que os estranhamentos derivados da experiência etnográfica. Disso resultou este capítulo, cujo objetivo é contribuir com as reflexões olhando atentamente para montagem e manutenção dos “times” de futebol como espaços simbólicos – redes de sociabilidade – imbricados à vida na cidade, especialmente de uma classe de trabalhadores. O que me proponho, então, é apresentar como esta trama de agenciamentos concretos da vida na

urbana constitui um jogo de montagem e de manutenção dos times. Procuo fazê-lo não no sentido de desenrolar fios a partir de histórias de vida (como fez Daniel Hirata), mas de descrever uma trajetória de aprendizagem e de transformações derivadas de muitas observações, conversas e participações do cotidiano do circuito de futebol, seguindo pessoas e grupos, seus deslocamentos e suas histórias. A unidade do texto, portanto, repousa numa costura possível de retratos sobre a experiência etnográfica. Seguir os jogadores, os grupos nas montagens e desmontagens dos times, fez-me notar como eles são resultado de múltiplos e simultâneos agenciamentos práticos da vida urbana, que tencionam a tradicional classificação times-competições quando ela é pensada na relação com as *redes de conhecidos*, os *grupos* e os *reforços*.

3.1 DE FORA DOS GRUPOS E DOS ALAMBRADOS

No primeiro ano da pesquisa (2009), quando estive circulando pelos campos da cidade, observando jogos nos campeonatos regionais das ligas e *no municipal*, já começava a notar que a montagem dos times envolvia algumas tensões possíveis de serem flagradas até mesmo por quem não pertencia a nenhum dos times. Neste momento da investigação, seguia para os campos a fim de observar, “de longe”, as práticas das pessoas envolvidas no circuito e de conhecer as praças. Embora, em alguns momentos, procurasse olhar a tabela e escolher os campos de acordo com as equipes que jogariam, ainda não tinha me aproximado de nenhuma delas. Normalmente chegava ao local do jogo, procurava um lugar para sentar e anotar, me aproximava de um ou de outro grupo de pessoas e, quando abordava alguém para conversar, procurava identificar-me, dizendo sobre a pesquisa.

Permanecendo na beira dos alambrados, mas fora dos seus limites, chamava minha atenção a participação daquelas pessoas que organizavam os times, que carregavam o fardamento e a bola¹⁰¹, que estavam preocupados com os cartões e suspensões dos jogadores, que gastavam seus *créditos de celular* para saber onde estavam os que ainda não tinham se apresentado para a partida. Entre estas pessoas, alguns eram somente organizadores, chamados de dirigentes ou diretores (ou da *diretoria*), mas também havia aqueles que ocupavam a função de treinador, escalando o time e decidindo sobre as substituições, aqueles que jogavam ou, ainda, aqueles que faziam tudo isso simultaneamente. A respeito destas

¹⁰¹ Nos campeonatos e amistosos, uma regra bastante evidente *na várzea*, é que cada time deve levar uma bola para o jogo.

peessoas, me interessava saber **como montavam seus times, isto é, como arregimentavam os jogadores e quais as estratégias para fazê-los comparecer às partidas, cumprindo os compromissos com os adversários, na expectativa de classificar para os matas-matas, chegar à final e conquistar o título(?)**.

A formulação desta questão resultou dessa primeira observação “de fora dos alambrados”, realizada nos primeiros 10 meses do estudo, sobretudo, nos parques e praças da região central da cidade de Porto Alegre, em decorrência do *carne* de jogos da fase municipal do campeonato *varzeano*. Neste espaço-tempo *da várzea*, ainda à margem dos grupos e dos alambrados, rapidamente fui levado a considerar que a montagem de um time para o municipal dependia de uma *diretoria*. Esta não era somente responsável pelo fardamento e pelas bolas, mas principalmente pela *contratação* dos jogadores e treinadores, assim como pela disponibilização das condições para que estes se deslocassem e comparecessem aos jogos.

Era sobre essa *diretoria* que pairavam as primeiras controvérsias percebidas, as quais apontavam para algumas relações. De um lado, aquelas *diretorias* que se autodenominavam de trabalhadores humildes, de times da comunidade, *de vila*, que se esforçam para arrecadar dinheiro com os próprios jogadores – “cada um coloca o quanto e quando pode” –, em festas, jantares, rifas ou em no comércio em seus bares-sedes. Estas se orgulhavam em dizer que ninguém ganhava para jogar, que era um grupo de amigos, discurso que era ainda mais sentido (valorizado, usado) quando tais times entendiam que estavam sendo roubados pelo árbitro, prejudicados pelos organizadores e, principalmente, quando enfrentavam times cuja seleção de jogadores envolvia algum tipo de investimento (pagamento em dinheiro, oferta de serviços, chuteiras, etc.).

Nessas situações, ouvi frequentemente gritos de que “eles [os organizadores] fazem isso [aplicam suspensões] com a gente, porque somos humildes, com os caras que tem dinheiro não fazem nada” (DC, 08/11/2009); “Nosso time é de comunidade, ninguém recebe, são tudo parceiros, se tem que pagar, cada um coloca um pouco. Esses aí [dois times adversários] são tudo pago, só tem jogador pago aí” (DC, 15/11/2010); “[...] nosso time é de pedreiro, da vila, o time deles tem grana” (DC, 27/11/2009). Estas reclamações normalmente denotavam um saudosismo de que não havia mais “aquele amor pela camisa, agora é só o dinheiro”. Na medida em que o municipal seguia para fases de *mata-mata* e finais, o tom dessas reclamações das *diretorias* humildes se avultava, justamente porque as seleções de jogadores se destacavam e eram reconhecidas como aquelas que iriam *chegar* e ganhar. A

reclamação não era, efetivamente, sobre a formação das seleções de jogadores para compor um “bom time”, mas a respeito de como este processo passou a ser mediado por dinheiro.

Sobre isso, assistindo os jogos finais do municipal de 2009, conversando com o Borges, presidente da liga do parque Rondon e do time São Matheus, ele me explicava que “há algum tempo não dava mais para fazer time *de chegada* da redondeza [do bairro], hoje tem que pegar um aqui, um ali, é assim que se faz” (DC, 27/11/2009). O modo como ele falou isso, não implicava nenhum problema do tipo de arregimentação dos jogadores (selecioneando um aqui, um ali). Tanto o Borges como vários outros dirigentes apontavam como problema o dinheiro, sobretudo aquele dos *patrões do tráfico*, já que este originou um inflacionamento dos custos que era resultado de uma lógica de oportunismo dos bons jogadores – aqueles que *tem bola*, ou os *bola boa*¹⁰² –, os quais passaram a escolher seus times pelo dinheiro, mesmo que ficassem *no banco*, sem jogar.

E, da mesma forma que o tipo de arregimentação, também a fonte do dinheiro – o tráfico de drogas – não representava, de todo, um problema. A reclamação era a de que a mediação do dinheiro determinava um desequilíbrio mais acentuado entre os times, já que os *bola boa* deixavam de estar distribuídos em muitas equipes. Aliás, quanto mais próximo dos jogos finais *do municipal*, mais eu ouvia, fora dos limites do alambrado, as expressões “já jogou no” – esta precedida do nome ou apelido do jogador e seguida do nome do time de futebol do circuito profissional – e “já jogou com” – esta sucedida do nome do jogador ou treinador de times do circuito profissional. Os profissionais sem contrato ou os ex-profissionais não passavam despercebidos e diziam muito sobre a qualidade dos times, servindo, muitas vezes, para justificar a derrota injusta pelo desequilíbrio.

Outra explicação recorrente era a de que o dinheiro investido originava a *pressão* pelos resultados em detrimento da diversão, com impacto direto sobre a arbitragem e os adversários, que estariam apitando/jogando sob ameaças. Nesse sentido a montagem dos times não estaria respeitando *a várzea* como um lugar de trabalhadores-jogadores nos seus períodos de descanso e diversão. Dizia-se que as *diretorias*, apoiadas pelas *comunidades*, ao contarem com os jogadores-trabalhadores em troca de dinheiro, passavam a pressionar para ganhar de qualquer jeito, “na pressão”. Quando se notava que o dinheiro era de um *patrão*, as ressonâncias eram claras nas manifestações e nos cuidados dos organizadores, pois eles

¹⁰² Os jogadores reconhecidos por sua habilidade futebolística são referidos como aqueles que *tem bola*, ou que são *bola boa*, denotando a idéia de que dominam com tanta proficiência este artefato que parece fazer parte do próprio corpo, quando se encontram, parecem ser uma coisa só, o que se reflete diretamente sua performance no jogo.

demonstravam claramente o receio de que os campos pudessem ser espaços de acertos de contas entre facções do tráfico que os times acabavam por representar ou mesmo incorporar.

Entretanto, apesar dessas explicações (e reclamações) sobre o dinheiro dos *patrões* estarem salientes no entorno dos campos – todos ao meu lado pareciam saber quais eram os times, ou melhor, as seleções dos *patrões* e de quais deles – também circulavam as conversas sobre o financiamento de empresários que pagavam jogadores ou os empregavam em seus empreendimentos em troca da participação nas suas equipes. Os nomes dos times, dos empresários e seus ramos de trabalho eram falas não incomuns quando dentro do campo estavam os times considerados melhores. A lógica que eu aprendia fora dos alambrados, era a de que as *diretorias* que contavam com o dinheiro de *patrões* ou de empresários detinham melhores condições para selecionar os jogadores e incentivá-los a comparecerem às partidas, formando times competitivos e não ficando *nas mãos* dos seus *contratados*. Junto com isso, aprendia também a identificar e apontar quais eram times que se enquadravam nestas condições (Capitão Marques, Morumbi, Olaria, Interlagos, Primavera, América). Certamente, uma meia dúzia deles. Daí a reclamação de que estragavam *a várzea*¹⁰³. A maior manifestação desse tipo de protesto, neste momento da pesquisa, foi a indignação do Mendes, presidente da liga da praça Catanduvás, dirigente e jogador do Esmeraldinha da vila Mercedes. Conversando com ele, depois de um jogo final do municipal, ocorrido num estádio de futebol de time do circuito profissional, ele se queixava dos organizadores que “colocaram os caras com a formação *no profissional* [de um time de empresário] e os com formação *na várzea* como eu [time de trabalhadores], aí não dá para jogar, não tem como comparar” (DC, 27/11/2009).

Mas, embora as controvérsias em torno das *diretorias* com dinheiro tivessem cooptado minha atenção com bastante força, olhando de fora dos alambrados, não passei despercebido aos churrascos, à cerveja nas caixas de isopor e ao dinheiro da passagem entregue aos jogadores. Não era estranho, nem incomum observar churrasqueiras instaladas nas proximidades dos campos, com uma pessoa encarregada de assar a carne enquanto o time estava em campo, como também a presença de caixas de isopor (colocadas no chão ou em porta-malas de carros) rodeadas de jogadores depois da partida. Logo assimilei que para montar as equipes para as partidas, contar com os jogadores, especialmente os melhores, a *diretoria* era levada a incentivá-los de alguma maneira.

¹⁰³ Não era sem motivos aquela restrição de circulação dos jogadores constante no regulamento do municipal (um jogador pode *assinar* com somente um time *no municipal*; se sua equipe não classificar *no regional*, pode reforçar outro time, desde que seja da mesma liga).

Essa necessidade, no entanto, também era fonte de críticas, como a que ouvi de um jogador-dirigente de um time, ao dizer enfaticamente, no intervalo da partida, que “se tivesse 3 caixas de cerveja eu tenho certeza que todo o time estava aqui” (DC, 11/10/2009). Naquela ocasião, seu time não tinha mais chances de classificar para a próxima fase e contava com apenas 9 jogadores em campo. O desafio era trazer os colegas de time para o campo, tendo eles que gastar para isso, sem que o resultado importasse – era só para cumprir tabela. Sem um incentivo adicional (a cerveja, nesse caso) não havia sentido sair de casa e gastar para jogar. É claro que eu não poderia resumir a ausência de jogadores à falta de incentivos. Observei muitos times iniciarem seus jogos *quebrados*¹⁰⁴, e, mesmo à margem dos grupos, escutava as alegações de que os membros ausentes tinham outros compromissos, principalmente com o trabalho e a família. Um deles, aliás, para valorizar seu esforço em estar com o time e não faltar num jogo decisivo, dizia ter conseguido um atestado médico para justificar sua ausência no trabalho (DC, 01/11/2009). O trabalho, a família e os custos para se jogar eram argumentos legítimos e eram os mesmos que sustentavam as críticas às formações de seleções de jogadores mediados pelo dinheiro de *patrões* e empresários.

Um aspecto, no entanto, parecia estar a salvo das críticas, mesmo das *diretorias* que se diziam de trabalhadores humildes: aqueles que viessem jogar nos campos do centro, nas praças, que participassem *do municipal* organizado pela SME, tinham que *ter bola*. Era substancial o discurso de que a montagem dos times baseada em laços de amizade, de parentesco, de coleguismos, esta se sobressaindo à performance em campo, era algo para as periferias ou para fases menos importantes das competições (*os regionais*), não para *o municipal*. Observando no entorno dos campos, junto aos torcedores, vez ou outra, escutava comentários sobre jogadores, apontando aqueles que “não tinham bola” para jogar no centro, ou para jogar *o municipal*. A situação mais exemplar dessa demanda foi a de um torcedor – de um time não considerado *de patrão* ou de empresário – que, depois de avaliar a performance de um *conhecido* seu numa partida no campo do parque Formosa, na região central da cidade, válida pelo *municipal*, disparou o seguinte comentário (que denotava uma reclamação): “Eu pensei que o Jamu tinha bola para jogar só lá na vila, porque era amigo, mas ele também joga aqui?” (DC, 29/08/2009).

Essa noção de *conhecidos*, aliás, começou a chamar minha atenção e depois se revelaria uma categoria de análise fundamental no entendimento da montagem e manutenção dos times. Porém, naquele momento da pesquisa, observando “de fora”, sua compreensão não

¹⁰⁴ Faltando jogadores para completar pelo menos 11, isto é, um time.

ia muito além de tratar-se de um grupo de amigos, tal como havia me explicado um presidente de liga, falando de um time da sua região: o “Olaria é formado por um **grupo que se conhece** há mais de 15 anos, que sempre jogam juntos” (DC, 10/10/2009).

* * * * *

Este tipo de explicação me instigava, mas eu não tinha condições de saber, olhando de fora dos alambrados e dos grupos, se os jogadores eram amigos, vizinhos, colegas de trabalho ou de estudo. O que tentava fazer neste tipo de situação em campo era mapear controvérsias, tal como fiz em relação ao dinheiro, cujos rastros me ajudaram a problematizar o lugar do dinheiro na montagem dos times, sobretudo para contar com os *boleiros*. Diante disso, algumas questões tornavam-se importantes: **O dinheiro precisava ser encarado como um incentivo (não um pagamento) para não subverter o lazer de trabalhadores?** De fora dos alambrados, já no final de 2009, eu sabia que não poderia responder essa questão e nem outras, como: **O que dizem as pessoas, quando se referem aos seus “grupos de conhecidos” do futebol?** Necessitava dar um passo a mais, estar mais perto e, e possível, dentro dos grupos.

3.2 CONVERSANDO DENTRO DOS ALAMBRADOS

O passo seguinte foi para dentro dos limites do alambrado, num parque da região centro da cidade, acompanhando o campeonato de verão na categoria livre, realizado pela liga do parque Iguazu, no período de janeiro a março de 2010. Autorizado pelos dirigentes da liga, procurando me apresentar aos membros das *diretorias* dos times com os quais conversava, estava atento aspectos sobre a montagem dos times, mas agora, ficando próximo da mesa de anotações e dos bancos de reserva das equipes, porém sem participar, apenas observando. Nesta mesma situação, estive entre janeiro e março de 2011, acompanhando o campeonato de verão de veteranos da liga do parque Rondon, também na região centro da cidade, quando fui, algumas vezes solicitado a colaborar *na mesa* e enviar os resultados das partidas para o Bolinha do Jornal A Voz do Amador.

Dentro dos alambrados, as conversas começaram a se destacar enquanto estratégia de pesquisa. Os próprios membros dos times desejavam saber qual o meu papel ali dentro e, por isso, minhas explicações sobre a investigação serviam como uma maneira de aproximação.

Assim, enquanto estive na liga do parque Iguazu (2010) e na liga do parque Rondon (2011), procurei conversar com interlocutores-chaves, membros ou ex-membros de *diretorias*. E, foi exatamente através destas interações que pude avançar, um pouco mais, sobre a montagem dos *quadros*, relacionando-as com as práticas que observava, agora na beira do campo. Isso teve impacto sobre o modo de descrição. Se na seção anterior minhas interpretações destacavam aquilo que eu havia escutado, agora conseguia dar mais voz aos interlocutores. Fiz isso, trazendo estratos das conversas, algumas bastante pontuais, outras continuadas, com foco nas montagens dos times.

Conversando com o Aurélio do Três Barras

No campeonato de verão da liga do parque Iguazu, uma das primeiras pessoas que se aproximou de mim, perguntando o que eu fazia ali foi o Aurélio, então membro *da diretoria* do Três Barras da vila Assis. Expliquei-lhe alguns aspectos da pesquisa e ele disse-me que também fazia um estudo das táticas e do número de times da *várzea* de Porto Alegre, comparando com a cidade de São Paulo. A partir disso, começamos a conversar e eu a observar com mais atenção o seu time.

O Aurélio não era o dono do Três Barras. Figurava como uma espécie de ajudante, se envolvendo em algumas oportunidades no aquecimento dos jogadores e como o *massagista*¹⁰⁵. Os *donos* do time eram o Profeta, um empreiteiro que trabalha no ramo da construção civil, e o Telmo, um microempresário, proprietário de uma vidraçaria na vila Assis. Eram eles que *colocavam dinheiro* no time e, portanto, que tinham o direito de mandar, como observei na reclamação do Aurélio após ter sido ignorado pelo Telmo, treinador: “só porque o cara coloca dinheiro, acha que pode fazer o que quer, é um turrão, cabeça dura” (DC, 08/02/2010). Isto ficou melhor evidenciado numa situação em que conversávamos sobre um ex-profissional de outro time, que “jogava *muita bola*” na nossa frente, como dizia meu interlocutor. Terminado a partida, o Aurélio resolveu fazer uma proposta ao jogador, para que jogasse *o municipal* pelo Três Barras, lançando a seguinte questão: “E aí, tu não quer jogar no Três Barras?”. O jogador, já sabendo quem manda, isto é, quem tem o dinheiro, respondeu “pede para o Telmo [treinador] me ligar” e o ignorou (DC, 28/01/2010).

Isso, de certa forma, confirmava aquelas impressões anteriores de fora do alambrado, sobre a relevância do dinheiro na montagem dos times. Numa das conversas, ao me explicar

¹⁰⁵ O massagista, normalmente, é o responsável pela água.

sobre essa sustentação financeira da equipe, o Aurélio franqueou-me a informação de que “o *patrão* da vila queria dar 2 mil para o time, eu fui contra, porque depois vem aquela *pressão*, os caras vem aí [no campo] e tu sabe né, querem mandar, ganhar na marra”. No fim, este interlocutor não disse se o dinheiro foi aceito ou não, preferindo comentar, em tom de desagrado, que “fiquei sabendo que o treinador do Dois Vizinhos [time da vila vizinha, que estava jogando na nossa frente naquela noite] aceitou dinheiro do *patrão*. Ele distribui entre os jogadores” (DC, 24/02/2010).

A posição contra o recebimento de dinheiro de *patrão* e a acusação do outro time, destacava sua contrariedade por ser o *dinheiro das drogas*, não necessariamente pela fonte, mas pelo direito que isso daria ao *patrão* de mandar no time, sendo um agente externo, de fora do grupo. Ele deixou claro isso, mas também tratou ironicamente as incursões do Pereira, pequeno empreendedor do ramo de salões de beleza, dono-treinador do Sertãozinho. Era comum observá-lo abordando membros de outros times, visando *contratá-los*. Não perdia a oportunidade de oferecer algo para ter um bom jogador no seu time e, por isso, não era bem visto. Nas conversas de bastidores, se insinuava que ele somente conseguia montar o time por causa do dinheiro, não tinha um grupo. Numa delas, a *mesária* Simone, contava-me que o Pereira somente tinha conseguido trazer o time para enfrentar o forte adversário por conta do churrasco e da cerveja, pois, segundo ela, “se ele não pagasse, ninguém viria contra o Capitão Marques” (DC, 22/01/2010)¹⁰⁶.

Novamente, portanto, estava na minha pauta aquela contradição envolvendo o uso do dinheiro, que servia para reforçar as equipes (algo desejado), mas que se feito em absoluta desconsideração das amizades, dos *parceiros* ou dos grupos, era tratado como algo negativo. Percebi isso noutra situação envolvendo o Aurélio, quando ele, ao encontrar o dirigente do Santo Antonio, pergunta: “E aí, como está a seleção?” Questionado, este dirigente, sem pensar, não aceita a classificação, respondendo “seleção não, o amarelinho [Três Barras] é que paga os jogadores, nós não pagamos!” Aurélio, vendo o constrangimento de sua pergunta, diz ironicamente que “É, eu sei, o Santo Antonio é time de família” (DC, 22/01/2010).

A rispidez e a ironia claras nesse encontro de membros do Três Barras (da vila Assis) e do Santo Antonio (da vila Realeza) não podia ser resumida ao dinheiro, embora isso estivesse envolvido. As duas vilas são separadas por uma grande avenida da cidade e boa parte dos jogadores *se conheciam* (isto ficou bem claro nos cumprimentos antes do jogo em

¹⁰⁶ Apenas uma vez conversei com o Pereira sobre a *montagem* do seu time, justamente depois de uma briga que determinou a eliminação de três de seus jogadores. Talvez por isso, o enfoque da conversa esteve no prejuízo financeiro das eliminações. O treinador-dono dizia-me que “gasto mais de mil reais por campeonato” e que “o que é diversão para os jogadores, é custo para mim” (DC, 28/01/2010).

que os dois times se enfrentaram – sorrisos, apertos de mãos, abraços e conversas amistosas), um deles, inclusive, mudou de lado de um ano para o outro, conforme relatou meu interlocutor. No ano passado, ele jogava para o Três Barras, mas o treinador lhe deixou *no banco*, o que o fez ir para o Santo Antonio neste ano. Mesmo participando de um campeonato fora das vilas, num parque na região central da cidade, o enfrentamento entre estas duas equipes gerava certa animosidade nas pessoas envolvidas. Perguntei ao Aurélio o por que dessa situação gerada pela iminência deste confronto e ele respondeu-me com as seguintes palavras: “Os times **se conhecem**, são todos vizinhos, o problema não é perder o jogo, mas ficar aguentando depois, lá na vila” (DC, 24/02/2010).

Conversando com o Alencar, um ex-dirigente

Alencar era o presidente da liga do parque Iguazu, contudo não cansava de dizer que já teve time, mas que parou de porque “gastava 250,00 [R\$] a cada final de semana, estava sempre sem dinheiro e não pegava ninguém [referindo-se a mulheres], estava sempre esgotado e sem tempo”. Depois que parou, destacou que “[...] chego no final de semana e ainda depois de ter saído e ter pegado, ainda tenho 200 pila na carteira” (DC, 28/01/2010). Ele não é um defensor da *várzea* como lugar de sustento financeiro dos jogadores, mas, apesar disso, não deixa de enfatizar a necessidade de organização dos times, de seriedade e de investimentos, que poderiam englobar o pagamento de alguns jogadores, a aquisição e manutenção de uniformes, o custeio de deslocamentos e o pagamento correto das taxas.

Para o Alencar, somente time organizado e que encarava a competição com seriedade é que poderia entrar no “seu” campeonato. Um time, para “jogar a liga”, segundo ele, tinha que *estar bem*, isto é, os jogadores não podiam “ficar *enchendo a cara* de cerveja antes da partida”, como fizeram dois deles e que levaram *um saco de gols*, tal como relatou-me. O *estar bem*, para o dirigente, também significava contar com jogadores que *tinham bola*. Notei melhor isso numa conversa em que ele avaliava os jogadores de uma equipe que disputava uma partida. Sobre ela, o Alencar apontava os jogadores que ele dizia servir somente para amistosos, para “jogar na pracinha” e que não podiam estar ali na sua liga, pois ali deveriam estar apenas aqueles que “tiveram treinamento”. Mas não era só isso. Dizia que apenas contar com profissionais ou ex-profissionais também tratava-se de um risco, já que “no primeiro jogo vai todo mundo, é um espetáculo, no segundo só vai a metade, depois dá *WxO*”, isto porque os que ficavam *no banco* começavam a avaliar e escolher as oportunidades diante dos

frequentes convites. Daí, segundo o dirigente, a necessidade de formar um time “pagando alguns melhores e ter outros mais ou menos, **do grupo**” (DC, 18/01/2010).

Comentando a respeito dos times que participavam da competição no parque Iguazu naquele verão, especificamente sobre o custeio das despesas, Alencar explicou-me que mais da metade (eram 10, no total) tinham como *donos* os próprios jogadores, apontando para eles em campo: “aquele é o dono do time, ele tem um mercado lá na vila” (DC, 24/02/2010); “os caras contribuem como podem e o Tião [em campo] é quem completa o dinheiro, o pai dele é dono de uma empresa de ônibus, [...] a maioria dos times é feito assim, uma padaria paga, um bar, um restaurante, um traficante e assim por diante” (25/101/2010). As *diretorias* de times que contavam com membros do tráfico eram mencionadas como as que mais *colocavam dinheiro*, como fazia o Pó, jogador-*patrão* do Capitão Marques, com o qual o Alencar preferia nem conversar, já que “o Pó é o traficante-chefe lá na vila dele, manda matar, saiu da cadeia esses dias [...]” (DC, 21/01/2010).

Quem olhava o time do Pó em campo, logo notava que era aquele que mais contava com *boleiros*, destacando-se ainda por ter bons reservas ao se comparar com os outros times, como avaliava o Alencar: “O esquema do Capitão Marques [time do Pó] é o banco, troca e o time se mantém ou até melhora, já outros times chegam com 14 caras, no segundo tempo tem que trocar, tem que colocar eles pra jogar, se não no outro [jogo] só vem 9 [os que não jogaram não voltam]. Chega nas finais, eles [o Capitão Marques] trazem os caras [exp-fissionais ou profissionais], você sabe, 4 caras bons mudam o jogo, enquanto os outros times, trocam e o time cai, essa é a diferença” (DC, 12/02/2010).

Conversando com o Claudio, do Capitão Marques (2010) e do Londrina (2011)

Em 2010, no parque Iguazu, tive a possibilidade de conversar um dos membros *da diretoria* do Capitão Marques, o “time do Pó”. Eu estava sentado próximo da mesa de anotações, quando o Claudio, dirigente da equipe se aproximou e perguntou-me a respeito das anotações que eu fazia num caderno. Ele achou que se tratava de uma reportagem. Falei sobre a pesquisa e, depois disso, ele passou a explicar-me de suas funções (DC, 02/02/2010). Disse que estava cursando Educação Física e que seu objetivo de vida era ser treinador de futebol do circuito profissional. Contou-me que tinha *treinado* o Capitão Marques durante quatro anos, mas por uma desavença com o *padrinho*¹⁰⁷, preferiu sair – “sabe como é, ele escolhe os

¹⁰⁷ Maneira como o *patrão da vila*, que coloca dinheiro no time, também é chamado.

jogadores, escala o time”. Nada estranho, já que ele *colocava o dinheiro* e, por isso, na lógica daquele universo, tinha o direito.

Para falar de sua condição em estar à frente o time – uma equipe que se podia dizer aspirante ao profissional –, na beira do campo, ele se comparava com o treinador atual, este já formado em Educação Física, afirmando que “ele é muito bom preparador físico, faz os caras [jogadores] correrem, pularem, grita, mas não leva jeito para treinador, os caras não respeitam ele, já eu, sou técnico, gosto de olhar o jogo, tenho um olhar para isso, os caras me respeitam, não quero ser preparador, meu sonho é ser treinador de futebol”. Porém, apesar do sonho, a função atual do Claudio era a de organizar o time, “nos bastidores”, como ele enfatizava: “Eu ligo para os jogadores, ajeito a água, dou esse suporte para o time. Esta vendo aquela água lá [apontou para o banco de reservas]. Eu tenho que cuidar, faltando 5 minutos para o final do jogo, tem que colocar gelo, deixar a água gelada para que os jogadores não tomem quente e tenham uma desidratação. Antes, quando era treinador, fazia isso tudo sozinho” (DC, 02/02/2010).

A preocupação com os jogadores e com a performance, que justificavam uma comissão técnica aos moldes do circuito profissional, não era descabida. Aquelas frases, “já jogou no”, “jogava com”, que eu tinha aprendido circulando fora dos limites do alambrado, valiam muito quando as pessoas olhavam para os jogadores do Capitão Marques. Boa parte já tinha passado por times do circuito profissional, estavam tentando entrar ou estavam temporariamente fora dele. Quando perguntei ao Claudio sobre os jogadores que faziam parte do time, a resposta foi a seguinte:

É um time montado com trabalhadores, tem um policial militar, tem motorista de ônibus, tem um jogador que agora, na semana que vem, vai para o Criciúma de Santa Catarina, jogar lá. Tem vários profissionais que jogam aqui nas férias, quando não tem contrato, eles jogam aqui, citando o caso de um jogador que foi jogar num time do interior do Estado, que disputa a segunda divisão do Campeonato Gaúcho. (DC, 02/02/2010)

Como se esperava, o time do Claudio foi campeão da competição. Naquele ano, não conversei mais com ele, voltando a encontrá-lo em 2011, no campeonato de verão do parque Rondon, quando foi treinador do Londrina, time de veteranos do Luiz Lima¹⁰⁸, mas com o investimento do *patrão-jogador* Pó, o mesmo que *colocava dinheiro* no Capitão Marques, no ano anterior. Nesta competição, conversamos em quatro oportunidades diferentes. Nelas, o

¹⁰⁸ O Luiz Lima é o dono do Londrina e um dos dirigentes da liga do parque Rondon, colaborando na organização do campeonato.

treinador reforçava seu conhecimento tático-técnico, contava seus projetos e aspirações para chegar a treinador profissional e também da esperança em seu filho de 8 anos que estava nas categorias de base do Grêmio – “ele sabe, é a salvação da família, já falei para ele” (DC, 18/01/2011). Da mesma forma, eu lhe explicava minhas aspirações e crenças como aluno do doutorado e dos propósitos da pesquisa que desenvolvia sobre o futebol *de várzea*.

Com o dinheiro do Pó, o Claudio montou uma verdadeira *seleção* – como se comentava – para representar o Londrina (time do Luiz Lima). Depois das partidas, inclusive num amistoso que acompanhei, pagava os *boleiros*, entregando-lhes, discretamente, as notas de dinheiro, como se aquela ação fosse algo a ser escondida, imprópria. Nestas condições, ele “tinha o time nas mãos” como gostava de dizer. Não sofria a *pressão* de ter que colocar para jogar todos os que foram para o campo, afinal estavam ganhando e não podiam reclamar por ficarem *no banco*. A exceção, é claro, era o Pó. Nas vezes em que ele colocou o fardamento, esteve jogando o tempo inteiro, mas não apenas pelo dinheiro – ele *tinha bola*. E, não por acaso, novamente, o time do Pó foi campeão da competição, agora de veteranos. E, ainda no final de 2011, acompanhei outra decisão de campeonato, na qual o Pó era mencionado como *patrão* do time, e fora novamente campeão. No mesmo time do Pó, estavam vários veteranos que eram do Londrina no início do ano. Quer dizer, tratava-se de **um grupo de boleiros conhecidos** e que jogavam para o Pó, independente do time.

Conversando com o Borges do São Matheus e com o Luiz Lima do Londrina

Conversando com Borges¹⁰⁹ sobre o Londrina ele afirmou claramente que “Londrina é só o nome, na verdade o time é do Pó¹¹⁰, treinado pelo Claudio. Tem dinheiro, o cara [jogador] tá ganhando R\$ 100,00 num time e ele [o Claudio] oferece R\$ 200,00, o cara vem” (DC, 16/03/2011). O Borges, ao comparar essa relação mediada pelo dinheiro e a formação de uma seleção, com o seu time, o São Matheus, explicou que “no máximo fazia um churrasco, pagava uma cerveja e uma passagem”. Não deixava de destacar a desproporcionalidade, pois “eles [jogadores do Londrina] treinam, fazem amistosos. Pagando é fácil exigir deles, deixar *no banco*. Difícil é o cara dar R\$ 5,00 no vestiário para a arbitragem e tu ter que colocar todo mundo para jogar”, como acontecia no caso do São Matheus (DC, 03/03/2011).

¹⁰⁹ O Borges era o presidente da liga do parque Rondon, organizador do campeonato de verão, e presidente do São Matheus, time que disputava a competição.

¹¹⁰ Falar em aluguel do nome (Londrina do Luiz Lima) por um *patrão*-jogador (o Pó), não seria uma incoerência.

Isso não significava que o Borges colocava no seu time quem estava disposto a colaborar com a arbitragem ou com outras despesas. Pelo contrário, seu time contava com bons jogadores, e ele era um crítico severo de algumas equipes que considerava muito fracas para estar no campeonato, mas que foram aceitas para arrecadar mais dinheiro “na liga” e para ter mais equipes disputando a competição. Por exemplo, depois que uma destas equipes considerada mais fraca, o Morumbi da vila Cascavel, perdeu de goleada para o Londrina, o Borges disse-me francamente que “eles não tem condições de jogar aqui [no parque Rondon], não tem bola pra isso” (DC, 18/01/2011). Esta afirmação reforçava aquela minha impressão de que os campos e as ligas das praças no centro da cidade eram espaços do que eu chamava de “lazer de *boleiros*”, isto é, espaços que reuniam jogadores e times melhores no que se refere às habilidades futebolísticas.

Essa mesma postura em favor da melhor qualidade do futebol eu notava facilmente nas conversas com o Luiz Lima, “dono”¹¹¹ do Londrina. Foi com ele com quem mais conversei, pois sua tarefa na organização da liga era *fazer a súmula* e eu normalmente sentava ao seu lado para observar as partidas. A respeito de “seu time” o Luiz Lima pouco comentava, às vezes até evitava dizer algo ou desconversava. Soube dele, apenas, que boa parte dos membros esteve disputando as finais do campeonato municipal no ano anterior (2010), mas por outras agremiações – “foram contratados para disputar o campeonato de verão pelo Londrina, estão jogando comigo, depois voltam” (DC, 25/01/2011). Isso estava de acordo com a explicação do Borges de que “no [campeonato de] verão é mais fácil fazer *seleção*, tem muito jogador disponível, muitas equipes não estão jogando. Tu pega um aqui, um ali, outro ali, faz um time bom, mas no campeonato que vale vaga para o municipal o jogador volta para o time dele” (DC, 10/01/2011).

* * * * *

Estar dentro dos limites dos alambrados, conversar com os membros das *diretorias* na beira dos campos já tinha me possibilitado aprofundar um pouco mais algumas das informações anteriores. Nestes campos do centro, onde o esforço para contar com *os boleiros* era grande, pareceu-me que o dinheiro poderia ser encarado, sem problemas, como um pagamento, não precisava ser apenas um incentivo, como eu havia, inicialmente, suposto.

¹¹¹ Dono entre aspas, porque ele somente tinha direito ao nome, porque as decisões sobre o time eram tomadas pelo Claudio (treinador) e pelo Pó (jogador-*patrão*). Não foi despropositada a afirmação de um jogador desta equipe ao dizer que “o Luiz Lima agora tá fazendo nome na cidade” (DC, 25/01/2011), se referindo aos investimentos do *patrão* e aos comentários positivos que circulavam sobre o time no circuito.

Contudo, ficou mais claro que este dinheiro deveria vir de alguém “do grupo” e não “de fora” da rede de sociabilidade constituída em torno da prática do futebol. Não representava uma heresia o dinheiro dos empresários (dono do mercado, da empresa de ônibus) e dos *patrões* (o caso do Pó), já que eles faziam parte dos times. Já, quando o dinheiro era externo, de um *patrão* que não era “do grupo”, a contrariedade era mais evidente, uma vez que fazia sentido a lógica de que aqueles que *colocavam dinheiro* poderia mandar.

A noção de fazer parte “do grupo”, noutra sentido, também apareceu como um contraponto ao dinheiro das *contratações*, que poderiam ser encaradas como “um risco” quando se pagava alguém “de fora”, pois estes, “sem fazer parte”, estariam mais suscetíveis a práticas oportunistas, escolhendo os times conforme o lucro, não importando se iriam jogar ou ficar *no banco*. Isto gerava reclamações daqueles que “no máximo faziam um churrasco, pagavam uma cerveja ou uma passagem” como incentivo, no sentido de que tinham dificuldade de manter as equipes diante das investidas dos treinadores “com dinheiro”. Mesmo quando conseguiam mantê-lo, tinham desvantagens no que se refere à escalação, pois necessitavam colocar “todo mundo para jogar”, principalmente se os jogadores *colocaram dinheiro* no time. Por outro lado, mesmo um time-*diretoria* “com dinheiro” precisaria estar fundamentado “num grupo”. Sem isto, estariam nas mãos das oportunidades do mercado *varzeano* de jogadores.

Até aqui, eu poderia dizer que “o grupo” como uma rede de sociabilidade implicava regras e valores compartilhados, a partir dos quais se avaliava o “valor” do dinheiro e dos *boleiros contratados*. Nesse mesmo sentido é que comecei a observar, com mais atenção, para a noção de ***grupos de conhecidos*** como uma categoria importante para se compreender a formação dos times. Porém, até então, minha noção de *conhecidos* estava baseada fundamentalmente no quanto uma pessoa era reconhecida pela *bola que jogava*, tornando-se parte dos times por este critério, fossem eles “do grupo” ou não. Estava mais ou menos claro que os *boleiros conhecidos* que não faziam parte “dos grupos” circulavam em face do dinheiro ou de outros incentivos, mas estes representavam a minoria dos jogadores. **E os outros, a maioria? E os conhecidos que faziam parte do grupo não apenas pela bola? O que, além do dinheiro e dos incentivos, sustentaria o pertencimento ao grupo? Como os grupos se formavam e se desfaziam?** Diante de interrogações como essas, logo soube que precisava sair do centro da cidade, já que grande parte dos times que jogavam ali vinham de outras regiões. Eu necessitava dar um novo passo e não atrás do dinheiro, mas dos ***grupos de conhecidos***.

3.3 SEGUINDO GRUPOS DE CONHECIDOS NOS CAMPOS E NAS VILAS

Nos primeiros meses de 2010 dei início à circulação numa grande região periférica da cidade de Porto Alegre. Porém, ao invés de entrar ainda mais no interior dos campos, fiz o contrário, escolhi alguns times e comecei a andar com seus membros – ou melhor, com os *grupos de conhecidos* – em face de seus compromissos nos campos (amistosos, campeonatos e excursões), nas reuniões e festas/comemorações. Assim, fui conhecendo diversas vilas – 15 delas para ser mais exato – e um emaranhado de times, conforme aponto no quadro 5, abaixo. Nas vilas, me aproximei mais de 3 campos e 5 times, focando minha atenção neles, mas sem deixar de olhar para outros. Desta forma, tive a possibilidade de observar quase 50 times e 100 jogos em diferentes categorias, conforme aponto na tabela 5 (na página seguinte).

Não observei os times ou os campos em momentos diferentes, primeiro um, depois outro. O fazia conforme era possível, de acordo com os compromissos e também da proximidade que eu havia construídos com os grupos. Pela proximidade com o Miranda presidente da liga, estive mais presente no cotidiano de montagem do Guarani e das dinâmicas da vila Paraná. Como este interlocutor-chave, até o final de 2010, administrava a *copa* do campo da vila Ibema, ali me aproximei de outros times, o Bandeirantes do Turco, o São Pedro do Edilson e o Esperança do Borracha (este, sócio do Miranda na *copa*). Igualmente através desse meu interlocutor-chave que conheci e passei a seguir com mais atenção o Cerro Azul do Vargas, este de outra vila, a vila Cambé.

Quadro 5 – Relação das vilas periféricas nas quais circulei durante a pesquisa e dos times que se dizem destes lugares.

Vilas/Bairro	Times
Vila Paraná*	Guarani** , Concórdia, Parana, Faxinal, Tarumã, Rio Branco
Vila Ibema*	São Pedro** , Esperança** , Bandeirantes** , Palmas, Colorado, Rio Azul, Iporã
Vila Cambé*	Cerro Azul** , Boa Vista, Cambé, Xavantes
Vila Marajó	Mariluz, Taquari, Cajati
Vila Guaporé	Mandaguri, Pioneiro, Ventania
Vila Marechal*	Toledo, Itapejara
Vila Cascavel	Morumbi, Horizonte, Santa Helena
Vila Machado	Diamante, São Jorge
Vila Marialva	Marialva, Ubiratã
Vila Paulista	Cruz Machado, Neva
Vila Barão	Centenário
Vila Tupãssi	Iguatú
Bairro Guarujá	Nova Aliança
Vila Guaíra	Guairacá
Vila Campo Bonito	Cajuru
Vila Tropical	Guarapuava

* 04 vilas em que mais estive circulando por mais tempo

** 05 times que segui por mais tempos-espacos *na várzea*.

Tabela 5 – Número de times e jogos observados nas vilas.

Categorias	Times	Jogos
Livre	23	48
Veterano 35 (jogadores de 38 anos ou mais, com exceção de 5 entre 35 e 37 anos)	13	37
Veterano 40 (jogadores de 40 anos ou mais, com exceção de 2 entre 38 e 39 anos)	9	12
Veterano 50 (jogadores de 50 anos ou mais, com exceção de 2 entre 36 e 37 e 2 entre 38 e 39 anos)	4	3
Total	49	100

Significativamente diferente do que eu tinha experimentado nos campos das praças no centro da cidade, as observações “em circulação” com os grupos mostraram uma montagem e manutenção dos times bastante polifônica, dinâmica, repleta de sobreposições que, de longe, não se esgotava no dinheiro, mas não o excluía. Para tratar disso, tendo como foco a apresentação da compreensão a respeito da **construção dos grupos de conhecidos** que compõem os times, organizei as informações em quatro seções: na primeira destaco os vínculos, os laços de sustentação dos grupos; na segunda a circulação dos jogadores-grupos; na terceira as trajetórias de montagens; e na quarta a manutenção dos times.

3.3.1 Dos conhecidos aos grupos

Olhando o esforço para “trazer umas *cabeças* para o grupo” – como diziam – a fim de montar um time, isto nos campos (dentro e fora dos limites do alambrado), nas ruas, nas casas, nos bares, nos salões (almoços, jantares e bailes), pude notar que os grupos geralmente não eram formados por um único tipo de *conhecimento*, como, por exemplo, somente por aqueles que *tinham bola*, que na sua trajetória de vida, estiveram envolvidos em etapas de treinamentos e, portanto, poderiam mostrar melhores rendimentos em campo. É claro que este tipo de *conhecimento* referia um importante valor no momento de formação de um time, mas, nas dinâmicas que observei, ele se misturava com outros tipos, que, não raro, até mesmo o antecediam, como: vizinhança (moradores próximos, de um mesmo bairro, vila ou condomínio); parentesco (filhos, sobrinhos, irmãos, tios, etc.); coleguismo (sobretudo, das relações de trabalho, do estudo e do tráfico); conterraneidade ou origem (migrantes de uma mesma cidade do interior do Estado); clientelismo (político, no sentido de trocas que resultem em votos, mas também clientelismo comercial, no sentido de determinados jogadores gastam

mais na copa do que outros); e contingência (quando um desconhecido é chamado para compor o time para não *dar WxO*, não deixar o adversário mal e não estragar o campeonato).

Assim como esta lista, mais ou menos diluída na arregimentação dos *conhecidos*, não se refere a categorias mutuamente exclusivas¹¹², atentei-me para o fato de que a montagem dos times não estava nas mãos *da diretoria* tal como eu havia pensado, pois era bastante comum, mais do que eu podia imaginar, a participação dos jogadores e dos treinadores que, ao incorporarem as equipes, tratavam de movimentar os seus próprios *conhecidos*, o que tornava a montagem dos *quadros* ainda mais polifônica e, por vezes, tensa. Um time, como o Boa Vista da vila Cambé, segundo explicava-me um dos membros *da diretoria*, num jantar-baile da liga (DC, 11/12/2010), começou com seu pai, a partir de um núcleo familiar, logo passou a contar com o vizinho de um dos filhos do dono, que, por sua vez, levou consigo um colega de trabalho. Depois da morte do pai, os dois filhos assumiram o time, o que revelava outra dinâmica – a de que algumas pessoas apreendem a lista de *conhecidos* e herdam *a diretoria*, passando a figurar como donos do time. Foi o caso do Gomes do Toledo, time da vila Marechal, que relatou-me ter entrado no time há mais de 30 anos, como jogador, depois passou a acumular a função de treinador e, quando parou de jogar, assumiu como *presidente*, função que ocupa até hoje, contando com seus *conhecidos* (DC, 11/03/2010).

Com esses dois exemplos, quero apenas enfatizar que a montagem dos times, tal como observei nas vilas, é bastante distribuída entre aqueles que “fazem parte” ou que foram convidados a fazê-lo, tornando bastante plurais e sobrepostos os laços de *conhecimentos* operados na arregimentação dos membros dos grupos (*boleiro*, amigo, pai, vizinho, colega, conterrâneo, eleitor). Contudo, a procura dos *diferenciados* está sempre em pauta.

A produção dos diferenciados

Os *diferenciados* são aqueles *conhecidos* aos quais se creditava a melhor performance futebolística em campo. A construção desses sujeitos era resultado de uma avaliação cuja objetividade era conseguida na base do consenso, não facilmente generalizável para outros espaços-tempos da *várzea*. Quer dizer, na vila, o jogador poderia ser *diferente*, mas fora dali, nos *campos neutros* do centro da cidade, poderia deixar de figurar nessa classificação, voltando para o reino dos iguais.

¹¹² Por exemplo, um jogador do qual se diz que *tem bola*, simultaneamente, pode ser vizinho e colega de trabalho daquele que o trouxe para o time.

Assistindo as partidas pelos campos das vilas, na companhia de muitos interlocutores, não demorou muito para que eu pudesse aprender quem eram (re)conhecidos como os melhores jogadores. Mais que isso, também me foi possível notar que essa classificação derivava, sobretudo, da observação sobre três tipos de relações: com a bola (quem *sabe bater na bola*, que *bate com os dois pés*, quem *conhece a bola*, quem *não apanha da bola*, a *firmeza com que pega*, no caso dos goleiros, ou até mesmo aquele que *é bola*, insinuando uma indivisão entre jogador-bola); com o adversário (quem sabe *chegar no adversário*, quem *sabem entrar na marcação*, quem *sabe dar o bote na hora certa*, quem *sabe se livrar do marcador*); e com o campo (quem *sabe se movimentar*, quem *sabe ocupar espaço no campo*, quem *sabe os atalhos do campo*, quem *sabe sair do gol*). Quanto mais se concordava que os jogadores sabiam “da bola”, “dos adversários” e “do campo”, melhor era possível enquadrá-los na categoria de *diferenciados*.

Entre os *diferenciados*, normalmente, estavam aqueles que passaram por etapas de treinamentos em escolinhas ou categorias de base de clubes e, principalmente, os que já tinham jogado profissionalmente em clubes de maior ou menor expressão. Isto é, esta dimensão de jogador *diferenciado*, resgatava a trajetória e o espaço de aprendizagem futebolística, colocando em planos diferentes, comparando os que passaram pelas escolinhas, pelos clubes profissionais, com as pessoas que aprenderam a jogar *na várzea*, nas praças e nos campos das vilas, nos seus momentos de lazer. Não quero dizer que somente aqueles que “receberam treinamento” eram tidos como *diferenciados*, mas que esta relação era muito mais fácil, consensual, alvo de menos discussões – uma crença. E, de certa forma, uma coisa levava a outra, pois os *guris* que, nos *campinhos*, começavam a se destacar (com a bola, com os adversários e com os espaços) eram rapidamente encaminhados para as *escolinhas*¹¹³ e categorias de base dos clubes, como no caso dos filhos do Chico, da vila Cambé, que descrevo abaixo sintetizando as informações dos diários:

João e Caio, filhos do Chico

João (16 anos) e Caio (14 anos) são filhos do Chico, residem numa das melhores casas da vila Cambé, um sobrado de alvenaria, resultado de um trabalho feito aos poucos, pelos próprios moradores, como denunciava o acabamento. Conversando com o Chico, ele disse-me que sempre jogou de atacante, mas que também já foi goleiro e zagueiro. Realmente, já tinha lhe visto jogando no gol em outra oportunidade. Nos campeonatos da liga da vila Paraná, ele jogou por dois times: no veterano do Cerro Azul, time da comunidade; e no Boa Vista, time de seus primos Gentil e Gerson.

¹¹³ Não são poucas as *escolinhas de futebol* que atraem os meninos na região das vilas em que circulava. Conheci 3 campos onde funcionam escolinhas vinculadas ao *Sport Club* Internacional, 1 campo com escolinha do Esporte Clube São José, 1 campo com escolinha do Cruzeiro Esporte Clube, 4 campos com escolinhas de projetos da SME (Social Esporte Clube e Em Cada Campo uma Escolinha).

Os dois *guris* do Chico são, como diziam, a “esperança da família”, “não largam a bola o dia inteiro, é a vida deles”, como explicou uma das irmãs. Aprenderam a jogar futebol no campo da vila, observando o pai e se destacaram. Atualmente treinam nas categorias de base de clubes de futebol profissional da cidade (São José Esporte Clube e *Sport Club* Internacional), participando frequentemente de competições no interior do Estado ou em outros Estados (Santa Catarina, São Paulo e Espírito Santo). As medalhas conquistadas, as fotografias dos times – não são poucas – estão espalhadas pela casa, as mais importantes colocadas na estante da sala, sobre a televisão.

Tanto o João como o Caio, além de frequentarem os treinamentos e viajarem com as categorias de base dos clubes profissionais, jogam *a várzea*, nos times da vila Cambé (Boa Vista, Xavantes, Cambé). São até mesmo disputados entre os times, tendo que escolher se jogam no time da família, junto com os colegas e vizinhos. Não ganham para jogar na vila. O João, mais velho, já tem contrato com o Internacional, cuja responsabilidade, numa oportunidade que presenciei, lhe fez ficar fora de uma partida importante *na várzea*, pois tinha que *se preservar*, mesmo sendo o principal jogador de sua equipe na vila.

Na beira dos campos, nas casas, nos bares, nas festas, quando se fala dos filhos do Chico, não se tem dúvida, que são *diferenciados*. O pai, a mãe e a irmã mais velha, quando falam dos *guris*, especialmente, dos vínculos deles com as categorias de base dos times profissionais, o fazem com muita satisfação, enfatizando os investimentos e os esforços feitos para que *dêem certo no futebol*. (DCs, 02/02/2011; 02/02/2011; 01/05/2011; 21/05/2011; 29/05/2011; 02/07/2011; 16/07/2011)

O João e o Caio são apenas dois exemplos dos muitos que passam ou passaram por lugares de treinamentos especializados e que são bastante lembrados e valorizados na montagem dos grupos. Não foram poucas as vezes que um membro de equipe, ao falar sobre seu time, logo tratava de dizer sobre os jogadores que “estão tentando a carreira”, os que “não deram certo no profissional” ou os que já “encerrarem a carreira”. Algumas equipes, aliás, eram reconhecidas por contarem com vários destes *diferenciados*. Era o caso do Centenário da vila Barão, da categoria livre, que, em 2011, não deu chances para nenhum outro time no campeonato da liga da vila Paraná, sendo campeão invicto. Desta equipe, especialmente quatro de seus jogadores eram constantemente referenciados pelas suas passagens pelo circuito profissional e isto denotava, efetivamente, uma flagrante *diferença*.

Aos que eram colocados na categoria de *diferenciados* se reconhecia a possibilidade de *investir* para *reforçar* o time, trazer “de fora” do grupo, o que gerava um mercado de jogadores e uma circulação baseada em distintos tipos de incentivos, sendo o pagamento em dinheiro um dos mais comuns. Nas vilas, conheci vários destes considerados *diferenciados* que ganhavam para jogar, cuja circulação pelos times da cidade de Porto Alegre, da região metropolitana e da Serra Gaúcha, eram mediadas por dinheiro. Os próprios jogadores faziam questão de dizer isso na vila, pois isso lhes colocava num lugar simbólico de destaque em relação aos que não ganhavam para jogar. Um exemplo disso observei numa das reuniões da liga da vila Paraná, quando o veterano Ribas disse abertamente que “ganhava para jogar, joguei muito na Serra” (DC, 01/03/2011). Naquela ocasião, ele estava comunicando sua capacidade de jogar, colocando-se como um *diferenciado*. Não menos significativo era dizer

que os donos dos times iam buscar em casa para jogar, o que igualmente anunciava a qualidade do jogador.

Porém a arregimentação de um (*des*)conhecido apenas pela *diferença*, não raramente, era motivo de discussões e reclamações, denunciando a sobreposição de outros laços de conhecimento (vizinhança, parentesco, coleguismo, etc.). Duas foram as situações que melhor ilustram esse tipo de reclamação: a primeira ocorreu na sede do Centenário, time de *diferenciados*, quando encontrei um rapaz daquela vila que reclamava ter começado o ano como jogador do time, mas acabou sendo substituído, franqueando-me que “eu *assinei* com o Centenário, mas não jogo mais. O Pardal [dirigente] quer trazer os *boleiros* de fora e deixa os daqui de fora” (DC, 16/05/2010); na segunda situação eu estava a *fazendo súmula* quando reconheci um jogador e perguntei porque ele não estava fardado para o jogo. Este rapaz, que é sobrinho do treinador e neto do dono do time, contou-me, então, em tom de reclamação, que ficou fora porque o treinador trouxe *cabeças de fora* e ele que acompanhava fielmente o grupo, acabara sobrando. Para solidificar ainda mais seu pertencimento, ele lembrava dos “maus momentos” que enfrentou com o grupo no ano anterior e juntos, concordávamos que a atitude do treinador não era a melhor (DC, 03/04/2011).

Em algumas situações estas reclamações tinham proporções ainda maiores, no sentido de que a *várzea* não era lugar dos *diferenciados* (que frequentemente ganhavam para jogar), mas dos trabalhadores-jogadores comuns, como a que eu ouvi do Ruben, veterano do Diamante e dono de uma mecânica de automóveis na vila Machado.

O Ruben pediu-me sobre possibilidade de jogar em mais de uma liga. Eu respondi que *no municipal* isso não era possível, porque o regulamento não permitia. Argumentei que isso foi colocado no regulamento para impedir que os *boleiros* ficassem pulando de um time para outro a fim de ganhar dinheiro, deixando os treinadores *na mão*. A partir dessa explicação, o Ruben começou a reclamar de ter que jogar com *seleções* de veteranos ex-profissionais, dizendo que “eles tem um treinamento que nós não temos, não é justo, a bola chega neles é diferente. Devia ter um campeonato só para eles, porque nós trabalhamos durante toda a semana e no fim dela gostamos de jogar uma *bolinha*”. Nesta conversa chegou a citar alguns ex-profissionais que jogam *na várzea*, contra os quais, ele reconhecia, “não tem como jogar”. (DC, 15/05/2011).

Embora a crítica do Ruben fosse mais ampla, válida para o circuito *varzeano* como um todo, eu tinha aprendido que o “problema” da arregimentação dos *diferenciados* estava mais fortemente localizado nas situações em que eles eram apenas (*re*)conhecido pela *bola que jogavam*, não sendo amigos, vizinhos e/ou parentes, ou se ocupavam o lugar de algum destes. E, quando as relações com estes *diferenciados* era mediada por dinheiro, as reclamações podiam assumir proporções ainda maiores. Mas, nesse caso, era preciso saber

quem colocava o dinheiro. Se, por um lado, estavam os argumentos do dirigente Pardal do Centenário, dizendo que “se tu não quer *colocar nada* [dinheiro], só faz time ruim, só jogador ruim paga para jogar”, e isso não era considerado negativo porque ele era presidente e jogador do time, de outro, estava o dinheiro da Tia Ana, líder comunitária que pagava chuteira a um jogador do Paraná e dava R\$ 100,00 para outro, mas este dinheiro não era “bem visto”, já que ela não era considerada do grupo, e, segundo o Miranda, fazia *investimento* com interesses eleitorais, pois “ela não tinha carisma, tinha que colocar dinheiro” (DC, 27/02/2011).

Os donos dos times e os próprios jogadores desejavam contar com *diferenciados* em seus times, desejavam ter dinheiro para *contratar reforços*. Não se tinha dúvidas disso. O problema estava no direito que os (*des*)*conhecidos* externos ao grupo passariam a deter, isto é no quanto a Tia Ana poderia querer mandar no time da vila Paraná sem fazer parte do grupo. **A questão a ser pensada, então, era como se produzia essa noção de “os de dentro” do grupo, que reclamavam dos “de fora”, ainda que estes fossem *diferenciados*?**

A produção do grupo

A grande maioria dos membros dos 5 times que acompanhei mais “de perto”, entre eles alguns *diferenciados*, era formada entre vizinhos, familiares, colegas de trabalho/ocupação (formal ou informal; lícito ou ilícito), conterrâneos, amigos de infância e outros *conhecidos* do próprio futebol, com quem se jogou/jogava junto. Quem circular pelos espaços-tempos *da várzea*, além de aprender a reconhecer os jogadores como/quando/onde são *diferenciados*, simultaneamente, aprenderá, tal como aconteceu comigo, que são filhos e pais desta ou daquela família, homens com esta ou com aquela mulher, trabalhadores nesta ou naquela empresa, frequentadores deste ou daquele tipo de festa, bar ou baile, moradores desta ou daquela rua/casa. Aos poucos, sobretudo nas conversas, ficava sabendo que determinados jogadores tinham laços de parentesco e, não raro, se tratavam de acordo com este tipo vínculo – pai, tio, primo –, inclusive dentro do campo, no decorrer das partidas. O time que mais chamou minha atenção, nesse sentido, foi, sem dúvidas, o do Mariluz, da vila Marajó, do Seu Olivio. Ele e sua esposa, na frente da *copa* que cuidavam, se orgulhavam em explicar-me que o time deles era composto pelos seus filhos, sobrinhos e netos¹¹⁴ (DC, 24/10/2010).

A diversidade dos laços de *conhecimento* entre os jogadores, que possibilitavam os convites distribuídos e os aproximavam na formação de um grupo, denotavam uma

¹¹⁴ Na ficha de inscrição do time da categoria livre do Seu Olivio, 10 jogadores tinham o mesmo sobrenome.

bricolagem e, em muitos casos, a sobreposição, já que uma mesma pessoa poderia ser familiar, vizinho e colega de trabalho. Porém, o simples fato de ser convidado, não tornava a pessoa um membro “do grupo”, mesmo sendo este um dos *diferenciados*. Era preciso comunicar o compromisso e isto se dava exatamente pela demonstração sobre o distanciamento da vida cotidiana em função do grupo. Alguns momentos e fatos que observei foram muito especiais nessa direção, entre eles:

- **O distanciamento do trabalho/ocupação:** se um membro do time chegava mais tarde ou saía mais cedo, dizendo que “tive que trabalhar” ou “tenho que trabalhar”, isso não causava nenhum estranhamento e discussão. Porém, se um jogador, por exemplo, procurou livrar-se do trabalho, com dispensas, trocas de turnos/folgas, compensação de carga horária ou atestados comprados, para não deixar o *grupo na mão*, isto era bastante reconhecido. Era nesse sentido que o jogador do Guarani, ao exigir mais compromisso dos seus colegas de time, afirmou: “ô meu, eu trabalhei a noite toda, até às 11 da manhã e estou aqui para jogar [às 15:30]” (DC, 30/05/2010).
- **O distanciamento da *nega véia* e dos filhos:** diferente do trabalho/ocupação, usar o argumento de que sairia antes ou que chegou depois por causa da esposa/mulher que demandou alguma coisa (fazer compras, arrumar/reformar a casa, cuidar dos filhos) era motivo para gozações que denotavam a falta de autoridade do homem em casa. Mas, ambigualmente, quando se queria comunicar o esforço e a vontade para estar no jogo, com o grupo, se utilizava tranquilamente frases como “deixei a *nega véia na baia* com as panelas no fogão para vir no jogo” (DC, 16/05/2010), “não podia deixar os caras [colegas] mau, o time estava quebrado, deixei a *nega véia brava na baia*” (DC, 10/10/2011), no sentido de que trocou a mulher e a família pela partida.
- **A disposição para o risco nas disputas:** principalmente no caso dos veteranos, eu observava um maior cuidado com o risco à integridade física. Uma lesão comprometeria as atividades laborais, como demonstrou a preocupação de um dono de time ao ver um de seus jogadores ser atingido bruscamente pelo oponente: “Ô meu, tu não sabe que o cara tem que trabalhar amanhã, aqui todo mundo é trabalhador?!” (DC, 22/08/2010). Mas, de modo contrário, mesmo no caso dos veteranos, frequentemente pude observar os jogadores que ignoravam o cuidado com o corpo-trabalhador, mostrando seu compromisso com o time nas disputas desprezadas.
- **Investir para jogar fora:** o fato de um jogador não morar nas proximidades onde fica o campo chamado de *a casa* do time, não é um indicador negativo no que se refere a “fazer

parte” do grupo. Pelo contrário, aqueles não vizinhos assíduos são reconhecidos por isso, já que investem tempo e dinheiro no deslocamento. Os jogadores vizinhos, por sua vez, podem ser inclusive um problema para o time, quando este tem que *jogar fora*, tal como reclamava o Seu Juca dono do Iguatu da vila Tupãssi, explicando porque estava com dificuldades para *juntar 11 cabeças*: “quando o jogo é aqui, tem 50 na beira do campo, quando é fora, não dá um time. [...] não querem gastar” (DC, 30/04/2011).

- **Colocar dinheiro no time e gastar na copa:** uma das maiores críticas às categorias livres, dos *guris*, era a de que só apareciam para jogar e não *colocavam dinheiro* para colaborar com as despesas, sobrando tudo para a *diretoria*. A acusação, como a que foi feita pelo Gomes, dono do Toledo da vila Marechal, dizendo “eles [os *guris* da categoria livre] só querem festar, fumar, beber e o dinheiro acaba não sendo suficiente” (DC, 15/03/2010). Já os grupos de veteranos mostravam uma coesão bastante distribuída, não motivada apenas pela *diretoria*. Facilmente eu os observava colocando a mão no bolso para pegar alguns trocados contribuir no custeio das despesas do time (arbitragem, taxa de inscrição, cerveja e carne), sabendo que disso dependia a manutenção daquele espaço-tempo de lazer. A possibilidade de ver os *guris* chegarem para o jogo pouco antes do horário, jogarem e, logo depois, irem embora era muito maior do que ocorre com os veteranos, que, seguidamente, chegavam antes para conversar, jogavam e, depois, permaneciam horas nas rodas de conversa.
- **Amanhecido mas pronto para o jogo:** chegar em casa de madrugada, vindo das festas, bailes e bares na comunidade e, ainda assim, seguir para o campo *amanhecido* como diziam, também demonstrava o compromisso com o grupo. Se percebia o orgulho em dizer, como o fez o Cebola, jogador veterano do São Pedro (naquele dia), que “dormi só duas horas, tive que ir jogar hoje cedo. [...] O meu, nem dormi, viemos direto para o jogo” (DC, 09/04/2011). Na avaliação comum entre os veteranos, esse também era um dos problemas dos times dos *guris* (categoria livre), insinuando que eles preferem as festas se comparados com eles: “no meu tempo, nós trabalhávamos, fazíamos festa e jogávamos futebol, hoje esses *guris* não querem mais, não fazem isso, só querem saber de festa”, disse-me um desses veteranos reclamando da falta de disposição, segundo ele, generalizada (DC, 21/03/2010). De fato, antes dos jogos da categoria livre era mais provável observar os donos dos times envolvidos em ligações para saberem onde estavam os seus jogadores, como também vê-los fazer *um churrasco* e pagar *um gelo* depois da partida, como forma de incentivo para que viessem.

- **Jogar no feriado do dia das mães:** em 2010 e 2011, na liga da vila Paraná, foram realizadas rodadas dos campeonatos no dia das mães. Nelas, boa parte dos times comparecia sem parte dos seus jogadores, alegando a preferência deles pelo almoço com as mães. As críticas eram bastante veementes àqueles que aceitaram jogar naquele dia. Por outro lado, os que deixaram suas mães para irem à campo, eram plenamente reconhecidos, como não cansava de elogiar o Camilo, dono-treinador do Concórdia, na sua *palestra* antes da partida. Os que tinham comparecido, na lógica do treinador, “mostravam o valor do grupo” (DC, 08/05/2011).
- **O mandado de prisão não é suficiente:** depois de alguns meses circulando pelos campos, já tinha liberdade para registrar algumas imagens de times e, nestes momentos, escutava frequentemente as brincadeiras do tipo “não vai colocar no jornal né!?” se referindo a preocupação com a polícia. Na maioria das vezes isso era brincadeira, mas em alguns jogos os jogadores com prisão decretada estavam em campo. Era o caso do Palito, que jogava no Esperança. Traficante na região, com condenação já definida, aparecia para disputar algumas partidas mais decisivas e comunicar que, apesar do mandado de prisão, continua fazendo parte “do grupo” de futebol da vila.

É claro que não esgotei as práticas, eventos e comportamentos capazes de comunicar o compromisso com o grupo, de dizer o valor que ele tem na vida de quem “faz parte”. Esta lista reflete aquilo que eu observei e anotei circulando com meus interlocutores no cotidiano *da várzea*, para dizer como um *conhecido* (familiar, amigo, vizinho, conterrâneo ou colega de trabalho) – seja ele um *diferenciado* ou não –, se tornava, aos poucos, um membro do grupo-time. Mais do que isso, esta lista, foi capaz de mostrar-me como a produção do compromisso com os grupos não se esgota, de forma alguma, na capacidade futebolística (seja como jogador ou treinador) de seus membros, pois tem a ver com a vida na cidade, com os deslocamentos nela, com o trabalho, com a família, com as festas e bares da comunidade, com os “problema na justiça”, cujas relações são capitalizadas implicitamente e de modo quase que imperceptível, demonstrando o quão dentro dos grupos estão as pessoas. Em muitos casos, a “transformação” dos conhecidos em “parte do grupo” é tão significativa que o seu reconhecimento nas ruas, nos bares e nas festas, entre os membros do time, passa a se dar a partir das funções/posições no jogo. Diante disso, não era nenhum pouco estranho, observar, fora dos campos, os integrantes dos times se cumprimentarem da seguinte forma: e aí “meu goleiro”, “meu zagueiro”, “meu lateral” ou “meu goleador”.

* * * * *

Se inicialmente eu acreditava que um time representava uma comunidade, uma vila, um bairro, uma família, um *patrão* ou uma facção do tráfico, ao longo da experiência etnográfica, seguindo os membros dos times em distintos campos e fora deles, notava que esta crença era muito vaga para explicar a montagem das equipes, no sentido de que desconsiderava as simultaneidades e sobreposições de laços que atravessam a arregimentação de jogadores. Numa partida *do municipal*, num campo do parque Iguazu (região centro da cidade), dizer que o Boa Vista era “da vila Cambe” seria suficiente para identificá-lo e, talvez, para supor, a reboque, quem eram os jogadores a partir da “origem” deles. Olhando “de longe” as sobreposições de laços podiam ser suprimidas em função da origem dos grupos-times, um exercício próximo ao que observou Geertz (1997) no seu estudo sobre o bazar marroquino, o de transformar um substantivo num adjetivo relativo, isto é em *nisbas*¹¹⁵.

De certo modo, também observei essa transformação no municipal *varzeano*, cuja organização me possibilitava tratá-lo como um bazar de times formando um grande mosaico heterogêneo. Nele, as classificações dependiam dessas “espécies de *nisbas*” que colocavam em pauta não a etnia, mas a origem das equipes quanto à **região da cidade** ou da grande Porto Alegre e da **fonte dos recursos** utilizada para sustentar os times. Abaixo seguem alguns exemplos:

- “*nisbas*” de origem na região/cidade: *de vilas* (o Guarani “da vila Paraná”, o São Pedro “da vila Ibema”); *de ligas* (o Londrina da “da liga parque Rondon”; o Toledo “da liga da vila Marechal”), *de parada de ônibus* (o Cruz Machado do “final da linha T9”); *de cidade* da região metropolitana (o Centenário “de Guaíba”; o Mercedes “de Canoas”).
- “*nisbas*” de origem de recursos: *de donos* (o Bandeirantes “do Turco”; o Concórdia “do Tio Camilo”); *do tráfico* (o Morumbi do “Marreta”, *patrão* da vila Cascavel; o Capitão Marques “do Luizão”, *patrão* da vila Santa Maria); e *de empresas* (o Porto Mendes da “vidraçaria Blindex”; o Guaratuba “da eletrônica Portão”).

A referência a essas “espécies de *nisbas*” para dizer sobre (ou classificar) os times aparecerá com bastante frequência (e até mesmo com redundância) nos próximos momentos deste capítulo, com o objetivo de destacar o quanto essa origem dos times e dos recursos é

¹¹⁵ Geertz, neste texto, trata de como os *nisbas* são “eticizados”, sendo mais provável, num exercício de identificação, que se ignore as atividades e o padrão econômico das pessoas do que suas *nisbas* (origens étnicas), o que não se resume num esquema de classificação de pessoas, mas igualmente num arcabouço de significados dentro do qual se organizam as trocas no bazar marroquino.

fundamental para identificá-los uns em relação aos outros, assim como para dar sentido aos próprios espaços urbanos – tal como já havia mencionado Simone Guedes (1998) em seu trabalho sobre o futebol num bairro de trabalhadores – e aos donos dos times. Fazer parte dos grupos, estar “dentro deles”, a partir desse olhar “de longe”, estaria relacionado ao local da moradia ou ao pertencimento ao conjunto de relações com aqueles que sustentam os times.

Porém, embora tais “*nisbas*” possam dizer algo sobre os times, quando me aproximava deles, observando-os mais “de perto” e, principalmente, quando o fazia dentro de “suas” próprias comunidades (ou *casas*), foi importante trazer a plano as relações paradoxais (de aproximação e distanciamento) com as questões do cotidiano da vida das pessoas na produção dos grupos a partir dos *conhecidos* arregimentados a partir de uma polifonia de laços. Assim, compreendi que fazer parte do grupo não se restringia a morar na vila ou conhecer o dono do time, sendo fundamental comunicar o compromisso. Sobre isso, procurei enfatizar o quanto a formação dos grupos é capitalizada pelos rastros dos distanciamentos das obrigações do trabalho e da família/mulher, das outras práticas de lazer (bares, bailes, jantares, etc.), do local de moradia (morar perto ou longe) e dos “problemas com a lei” (mandado de prisão).

3.3.2 A produção e a circulação nas redes de *conhecidos*

Em 2009, fora dos alambrados, e no início de 2010, dentro deles, eu já tinha registrado informações sobre a circulação de jogadores entre times, mas ainda assim fui levado a acreditar que os times eram formados a partir de grupos estáveis, imaginando que a circulação seria apenas uma situação típica dos *diferenciados* que se aproveitavam das oportunidades para ganhar algo. Essa imagem não se desfez por completo, mas precisou ser repensada na medida em que eu conhecia as pessoas e os grupos nas vilas, vendo-os trocar de times agilmente, sem que isso representasse, como eu poderia supor, um problema moral ou uma transgressão. Comecei a notar isso quando passei a estranhar o fato de que as recorrentes histórias de circulação dos jogadores pelos times, ao serem contadas, mostravam-se tão importante (ou mais) quanto os relatos de conquistas de títulos. Além disso, logo notava que a circulação pelos times, diferente das minhas expectativas, revelava-se uma estratégia bastante significativa construção da própria rede de conhecidos, esta diretamente relacionada às oportunidades de prática de futebol, onde as pessoas não somente eram avaliadas pela *bola que jogavam*, mas também como vizinhos, amigos, pais, colegas, etc.

Os usos dos amistosos

Ao passo em que me aproximava das equipes, repensava uma primeira noção de que o circuito *da várzea* era constituído apenas de competições. Isto ocorria, principalmente, em face à grande quantidade de jogos amistosos realizados entre os times – partidas que *não valem nada*, como diziam os meus interlocutores, se referindo ao fato de que não contavam pontos em campeonatos ou torneios. Acompanhei mais de 30 destes jogos, grande parte nos períodos que antecediam as competições e outros durante a realização de campeonatos. Presenciei e participei de muitos acertos destes confrontos, ocorridos nas reuniões da liga, na beira dos campos ou pelo telefone. Várias vezes fui requisitado pelos donos dos times para esta tarefa, porque tinha conseguido organizar uma lista com mais de 60 números de telefones, correspondentes a mais de 40 times da região em que estavam localizadas a maioria das vilas pelas quais eu circulava.

Olhando para os *acertos* e para as partidas amistosas, notava que elas representavam momentos fundamentais na montagem e preparação das equipes. Os donos dos times acertavam os jogos com os adversários e, então, acionavam a sua rede de *conhecidos*, que, por sua vez, acionavam as suas. Aliás, em muitos casos, boa parte das convocações não era feita diretamente pelos donos dos times; os próprios jogadores tratavam de dissipar os convites. No dia, horário e local da partida, se encontravam aqueles que aceitaram jogar no time daquele dono ou daquele jogador que convidou. Um árbitro era escolhido dentre aqueles que estavam na beira do campo e, não raro, acertava-se o pagamento dessa atividade em cerveja a ser consumida, depois, na *copa*.

Os jogadores aproveitavam as oportunidades de prática de futebol nos períodos sem competições, mesmo que não fossem nos grupos-times aos quais estiveram vinculados em competições/períodos anteriores, sendo igualmente um momento de experimentação de outros arranjos e lugares (por exemplo: poderiam notar se, neste time, seriam titulares ao invés de ficar *no banco* no outro time). Os donos e os treinadores encaravam a situação como forma de *chamar jogadores* para compor e reforçar as equipes. Não era incomum, entretanto, uma arregimentação de urgência, poucos minutos antes da partida, baseada na necessidade de ter um time para cumprir o compromisso, quando os donos e os jogadores tratavam de ligar e/ou passar nas casas dos colegas, convocando-os para as partidas, muitos sob os protestos das mulheres.

Quando se tratava de aceitar um convite para um amistoso, percebia que os vínculos – aqueles produzidos – com um determinado grupo eram mais frouxos. Seguramente, eram nestas partidas onde eu mais notava a circulação de jogadores. O exemplo mais significativo disso foi num amistoso de veteranos entre o time do Dartel, o Cruz Machado e o time Cerro Azul da vila Cambé, no campo desta vila. Ambos os times foram formados por jogadores que eu estava acostumado observar em outras equipes. No caso do time do Dartel, que jogava *fora de casa*, grande parte dos “seus” jogadores tinham sido *levados* pelo Miranda, um dos convidados que se incumbiu de arregimentar os seus *conhecidos*; no caso do time do Cerro Azul, os jogadores eram da vila, mas eram tratados e, alguns, se denominavam como membros de outras equipes locais, o que não os impedia de *jogar uma bolinha* no domingo pela manhã (DC, 27/02/2011).

Esta circulação mais frouxa era encarada, simultaneamente, como uma oportunidade (o de *trazer* jogadores para o time) e um problema (o de *perder* jogadores) para os donos e treinadores dos times. Nos campos, antes e durante os jogos amistosos, começava uma árdua tarefa para os donos e treinadores: a de manter os jogadores mais *identificados* com o grupo-time e de trazer novas *cabeças*, especialmente aquelas que estivessem mais próximas da categoria de *diferenciados* – os chamados *reforços*. Sabendo muito bem que a permanência dos jogadores dependia, consideravelmente, do quanto eles acreditassem que estariam em campo e, melhor ainda, de que *sairiam jogando*, os treinadores usavam os amistosos para comunicar isso ou, pelo menos, insinuar. O significado dos amistosos, portanto, não se restringia a um momento para observar um jogador e ver se ele *tinha* ou não *tinha bola*. Revelava-se como um momento para fazer a pessoa acreditar que iria jogar e ficar pouco tempo *no banco*. Nesse sentido, uma das principais estratégias dos treinadores era colocar as *cabeças novas* para jogar boa parte do tempo e deixar os *conhecidos do grupo no banco*, o que ocorria não sem os protestos destes.

A probabilidade de não jogar ou de jogar pouco nos *jogos valendo* estava *na cabeça* dos jogadores, donos e treinadores envolvidos nas partidas amistosas. Havia donos-treinadores, como o Almeida do Nova Aliança, que preferiam não fazer amistosos, alegando que ele determinava a perda de jogadores mais do que o reforço ou a preparação do time. Numa ocasião em que ele me explicava essa relação, justificava que “se coloco o cara *no banco*, não vem mais, vai para outro time” (DC, 12/04/2011). Porém, cabe dizer que o time do Almeida, de veteranos, era um daqueles considerados *time de boleiros*, formado por *diferenciados* que eram disputados no mercado *da várzea*, para os quais não faltava oportunidade de jogar (e até de ganho financeiro com essa prática). O que estes argumentos

do Almeida me ajudavam a entender é que, em se tratando de *times de boleiros*, a crença do quanto se iria participar do jogo em campo, refletia um dado bastante significativo ao *diferenciado* para “fazer parte” do grupo, especialmente se ele não era vizinho, amigo, familiar, etc.

Contudo, nem todas as partidas amistosas tinham o objetivo de montar os quadros, trazendo mais *conhecidos* (de alguém) para o grupo. Na medida em que os times estavam *se fechando*, isto é, definindo quem iria *assinar* com a equipe, começavam a ser realizados jogos que ainda não *valiam* nos campeonatos, mas que serviam para *testar* e *acertar* a equipe. Eram amistosos realizados em períodos próximos do início das competições, mais sérios, agendados com adversários que igualmente contavam com seus *quadros* mais *fechados*. Esta seriedade era notada na presença de súmulas e de árbitros contratados, na preocupação com a organização do transporte e deslocamento dos jogadores e no aumento de pessoas ao redor do campo.

Nestes momentos, além de comunicar aos jogadores que eles teriam a oportunidade de estar em campo, uma série de investimentos eram colocados em prática para dizer que *o time era sério*, que iria entrar na competição para *não fazer feio*. Produzir essa crença era também importante, afinal, ninguém desejaria tornar-se parte de um grupo que *só levaria de lavada*, porque isso, como explicavam os jogadores, sujava o nome deles na vila. Não foram raros os casos de jogadores que desistiram de seus times e procuravam outros ao notarem a falta de seriedade dos colegas e dos donos. É nesse sentido que, em momentos mais próximos das competições, os amistosos passavam a contemplar a dinâmica da seriedade, quando, os donos dos times empenhavam-se em mostrar os fardamentos novos, a ligar ou conversar pessoalmente com os jogadores, procurando organizar transporte, pagar churrasco e cerveja.

Não apenas os donos e treinadores deviam comunicar a seriedade. Os jogadores também eram levados a fazê-lo, mostrando seu empenho em campo, colaborando com dinheiro para pagar taxas e entregando fotocópias ou informações dos seus documentos de identificação. Na maioria dos times, os jogos amistosos que precediam as competições serviam para arrecadar o dinheiro da taxa e preencher a ficha de inscrição da equipe, quando aqueles que acreditavam que iriam jogar e que o time era sério – não se tratava de *uma barca furada* –, eram convocados a colaborar com dinheiro e apresentar as informações dos documentos. Conversando sobre um destes jogos, o Ribas, dono-treinador do Neva, dizia-me que no domingo (três semanas antes do início do campeonato da liga) “fiz um amistoso e já arrecadei R\$ 90,00, R\$ 10,00 por cabeça, mais R\$ 1,00 para o fardamento” (DC, 01/03/2011). Duas semanas depois, O Dartel, dono do Cruz Machado, circulava na reunião da liga com um

caderno contendo uma lista de jogadores que já havia colaborado no pagamento da inscrição da equipe (DC, 15/03/2011). Se até então, eu entendia que o *assinar com o time*, se referia à assinatura na súmula do jogo de campeonato, começava a perceber que o *assinar* começava ainda antes das competições, nos amistosos. Colaborar com dinheiro e que entregar as informações dos documentos, informavam que os jogadores estavam *assinando* com o time, que o vínculo era sério, acreditando igualmente que o time era sério.

Estas descrições sobre os amistosos e sua relação com a montagem dos times e a formação dos grupos, me ajudavam a compreender uma expressão bastante repetida no circuito: “time de amistoso”. Ficava mais claro que são times não dispostos a experimentar maiores investimentos em seriedade, no sentido de maior esforço de organização e compromisso na prática do futebol. Em algumas situações, isso era tratado de modo depreciativo, para dizer que o time era fraco, desorganizado, não levava a sério uma competição da qual participava. E em outras, era mencionado como positivo, referindo-se a times que procuravam não jogar *valendo*, com menos seriedade, sem compromissos e investimentos maiores. O Juventus do Seu Queirós, um dos 11 times que tinha como *sua casa* o campo da vila Ibema, por exemplo, era um dos que optava por ser um “time de amistoso” e não era considerado um time menor ou inferior por isso.

A circulação de jogadores (veteranos)

O olhar para os amistosos me fez considerar o afrouxamento dos vínculos nos grupos (em vista de outras oportunidades e experimentações), mas também a vê-los mais apertados, reforçados quando se aproximavam as competições. Mas, a circulação não se encerrava aí, nos amistosos. Segui acompanhando os jogadores e seus grupos ao longo de suas participações em diferentes competições. Assim, percebia que a circulação não era uma exclusividade dos amistosos. Os jogadores e os grupos circulavam entre times e isso não denotava a falta de caráter. Não foram poucos os *varzeanos* que me contaram sobre os times pelos quais já tinham *assinado*, os campeonatos que jogaram, os adversários mais ilustres e os campos de diferentes regiões da grande Porto Alegre nos quais estiveram. Circular pelos times, campos, campeonatos, falar sobre isso, relembrar, reviver, atualizar a lista de times, grupos, colegas, não era algo negativo, pelo contrário, era mencionado com certo orgulho, especialmente quando se tratavam de equipes que *tinham nome na várzea*, isto é, aquelas reconhecidas como *times de chegada*.

Numa dessas conversas, o Bola, que jogou o campeonato da liga da vila Paraná em 2010 pelo Esperança e reforçou o Guarani no *municipal* do mesmo ano, contava-me que “já joguei em quase todos os times da vila Realeza”, listando o nome das equipes (não menos do que 5), e continuou dizendo que “já joguei três anos com o São Pedro aqui da vila [estávamos na vila Ibema]” (DC, 17/10/2010). Tanto nesta, como noutras, ao reviverem a circulação nas conversas, parecia-me que estavam descrevendo o *currículo varzeano*. Os times mais citados, é claro, eram aqueles *com nome*, cujo vínculo servia para informar aos interlocutores do momento a qualidade de quem conversava ou de alguém a quem nos referíamos, tal como ouvi um jogador falar de seu colega de time (goleiro). Eu assistia a partida na companhia deste jogador, quando elogiei o goleiro pela sequência de defesas. A fim de confirmar minha avaliação, meu interlocutor disparou a seguinte resposta: “É, ele jogou no Capitão Marques da vila Cascavel” (DC, 13/03/2010). A grande maioria dos que participam do circuito *varzeano* sabe da qualidade dos jogadores do Capitão Marques, time de um grande traficante da região, que *coloca dinheiro* e costuma fazer seleções. O meu interlocutor não precisava dizer mais nada sobre seu goleiro. Aquelas palavras eram mais do que suficientes.

Depois de muito ouvir relatos e afirmações como estas, passei a considerar não absurda a ideia de que a lista de times fosse uma informação tão importante quanto a lista de títulos conquistados. Porém, ao enfatizar isso, não quero dizer que aqueles jogadores ou grupos bastante identificados com um time, a ponto de serem lembrados quase como propriedades das equipes (Edilson do São Pedro, o Turco do Bandeirantes, o Muçum do Itapejara, o Magno do Concórdia), sejam menos valorizados. Observando a circulação, aprendi que não se trata de uma relação de oposição e de impedimento (circulação-fidelidade). Até mesmo estes jogadores fortemente identificados com um time acabam por jogar noutros, como o Turco do Bandeirantes, que participou de competições pelo São Pedro e pelo Vila Paraná. Quando fez isso, tinha decidido não colocar seu time no campeonato e, por isso, procurou outros para “não ficar parado”. Nesse sentido também se manifestou o Calango, goleiro reconhecido na vila Cambé como “do Cerro Azul”, quando lhe convidaram para ir jogar noutra equipe: “posso ir jogar, mas antes pergunto para o Vargas [dono-treinador] se ele vai colocar [o Cerro Azul]” (DC, 27/02/2011).

Com este exemplo do goleiro Calango, quero enfatizar que não seria nenhum pouco estranho vê-lo, noutro campeonato, jogando por outra equipe, principalmente de sua vila ou da mesma região. Circulações deste tipo eram muito comuns e, por isso, me fizeram retomar as anotações nos diários de campo para fazer um levantamento dos times, competições e categorias pelos quais os jogadores tinham se vinculado no período de 22 meses em que

estive nas vilas. Encontrei anotações que me permitiram dizer sobre a circulação de 40 jogadores¹¹⁶, cujo resultado consta na tabela 6, abaixo. Não são resultados exatos – são aqueles que, por um motivo ou outro, anotei no diário –, mas servem muito bem para ilustrar a existência dessa dinâmica de circulação entre times/categorias de um campeonato para outro.

Tabela 6 – Levantamento da frequência anotada nos diários sobre o vínculo de jogadores com diferentes times, competições e categorias.

Jogadores* (idade**)	Times	Competições	Categorias
Cebola (43)	7	11	3
Adelar (38)	6	7	3
Coruja (39)	5	6	3
Miranda (45)	4	7	3
Amaral (40)	4	7	2
Alceu (40), Gabirú (40)	4	5	3
Tostão (46), Ramos (37) e Seu Vieira (43)	4	5	2
Denis (44) e Grilo (50)	4	4	2
Jesus (39)	3	5	3
Turco, Capitão, Pará (37) e Dartel (48)	3	5	2
Paulo (21)	3	5	1
Chico, Zequinha e Zezé (43)	3	4	2
Choco (32)	3	3	1
Rodrigo (40)	2	5	2
Matias (40) e Prego (38)	2	5	1
Mineiro (38)	2	4	2
Lucinar (40), Jorge (38), João (16) e Helinho (38)	2	4	1
Juarez (51), Viola (39)	2	3	2
Bola (32) e Batata (50)	2	3	1
Jairinho (40), Giba (28), Lipe (31), Celso (35) e Fiuza (41)	2	3	1

*Os jogadores da mesma linha foram agrupados em função da frequência de vínculos com times, competições e categorias. Portanto, não significa, necessariamente, que circularam juntos.

** Idade calculada com base em 31/12/2010.

Não tenho a pretensão de generalizar esses números, mas não posso deixar de enfatizar que as informações apresentadas na tabela 6 correspondem ao que aprendi na convivência com meus interlocutores, a maioria deles veteranos: estão sempre buscando uma oportunidade para *mostrar seu futebol* (alguns deles de obter algum tipo de ganho), não sendo um problema a mudança de time, pois, ao contrário do que eu podia imaginar, isso aumenta a *rede de conhecidos do futebol* e, conseqüentemente, a própria possibilidade de estar jogando. Nesse sentido, o fato de que entre 40 jogadores apenas 5 tinham menos de 35 anos não é

¹¹⁶ A maioria das anotações foram resultados de observações nos campos, dos jogadores atuando em diferentes times. Mas, algumas delas foram anotadas a partir de conversas com os jogadores, que franqueavam-se as informações sobre as equipes, categorias e campeonatos nos quais estavam.

gratuito. Era evidente que os mais jovens circulavam menos entre os times, em relação aos veteranos.

Ainda que seja prudente reconhecer que estive mais próximo dos veteranos – eles permaneciam mais tempo na beira dos campos, nas *copas*, nos bares e festas –, parece óbvia a conclusão de que estes tinham uma história de circulação mais longa e, portanto, tinham construído uma *rede de conhecidos do futebol* bastante ampla que lhes ampliavam as possibilidades de estar jogando. No topo da minha lista estão o Cebola (43 anos), o Adelar (38 anos) e o Coruja (39 anos), a respeito dos quais se podia dizer, sem problemas, que *tem bola*; o primeiro estava *pesado* e os outros dois continuavam *fininhos*¹¹⁷. A habilidade, a idade e a condição física, sem dúvida, eram fundamentais para lhes garantir a possibilidade de circular pelos times em diferentes *quadros*, campeonatos e categorias. Para ilustrar um pouco melhor essa dinâmica, apresento, na figura 5, abaixo, a trajetória da circulação destes três veteranos em busca da oportunidade de jogar.

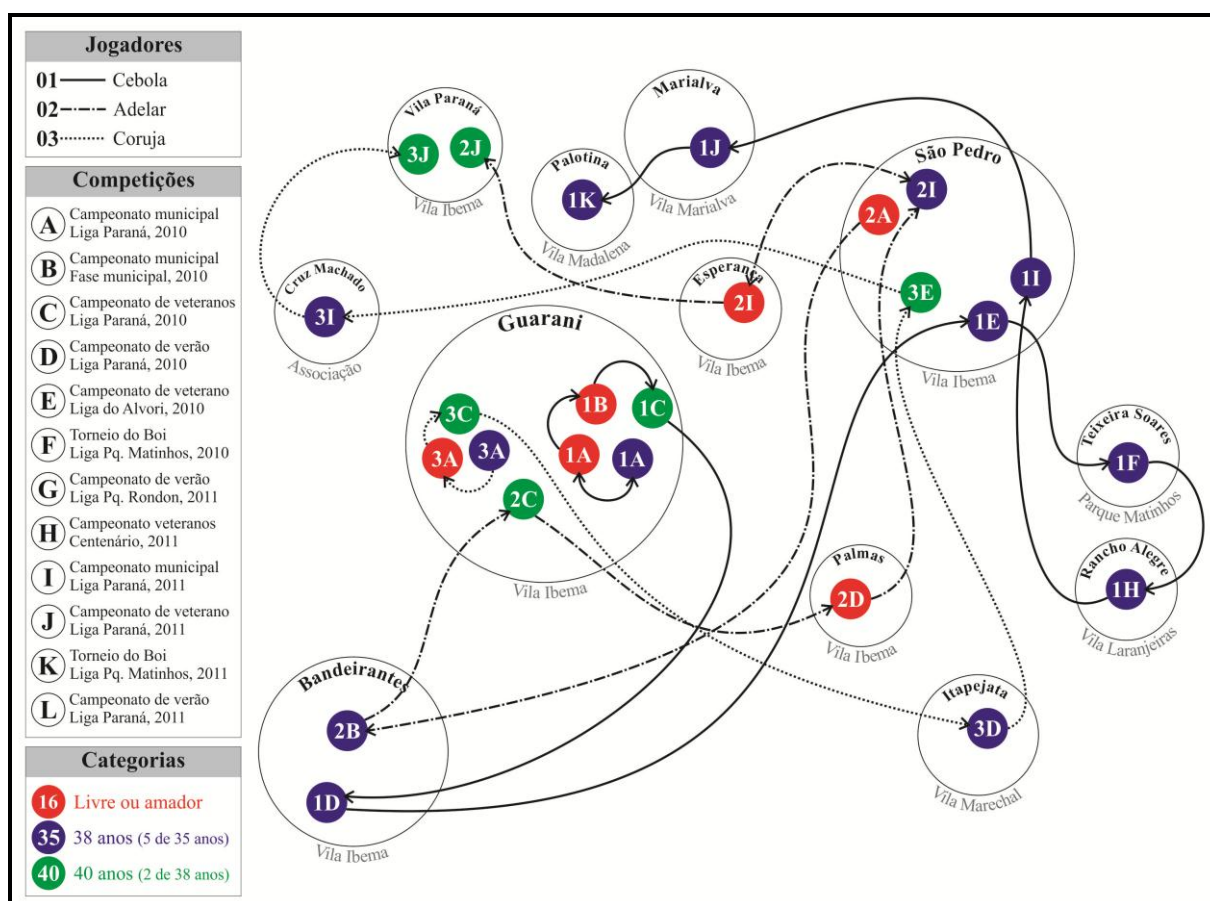


Figura 5 – Trajetória de circulação de três jogadores veteranos em distintos times, competições e categorias, durante 22 meses de observação.

¹¹⁷ Quando se dizia que um jogador estava pesado, referia-se ao fato de que estava “fora de forma”, que não conseguia correr da maneira que se julgava adequado para o jogo. Já, quando se falava que um jogador estava *fininho*, significava que estava “em forma”.

A fim de aprofundar um pouco mais sobre essa dinâmica e, principalmente, mostrar que a construção da *rede de conhecidos* não envolve somente saber futebol, “estar em forma”, mas simultaneamente uma trama de agenciamentos concretos da vida cotidiana, lanço mão de alguns retratos da minha circulação com alguns jogadores e grupos, entre eles o Cebola e o Adelar, cuja circulação está ilustrada na figura 5, com os quais eu pude estar em vários espaços-tempos *da várzea*.

Cebola, um boleiro com uma extensa rede de conhecidos

O primeiro registro meu a respeito do Cebola foi de sua participação em um jogo no campo do Diamante, da vila Machado. Naquela manhã de domingo, ele defendeu o Guarani da vila Paraná, equipe de seu *parceiro de futebol*, o Miranda, presidente da liga, dono e jogador do time. Depois da partida, grande parte dos jogadores seguiu para o campo da vila Ibema, onde se reuniram nas proximidades da *copa*¹¹⁸, encontrando membros do Bandeirantes, que disputara o jogo naquele local. Ficaram horas e horas conversando, bebendo cerveja, repassando, revivendo os lances das partidas. Nas rodas, em meio a muitas brincadeiras, *jocosidades*, risadas, cada um pagava uma cerveja e alguns, entre eles o Cebola, dividiam um *baseado* (DC, 11/04/2010). Três semanas depois, noutro domingo, fui com os membros do Guarani do Miranda até o campo da vila Marajó, onde eles enfrentaram o Taquari do Seu Vito, time da casa. Antes do jogo ouvia a reclamação sobre a ausência de várias *cabeças*, pois somente 9 tinham chegado. Entre os ausentes estava o Cebola, que logo chegou, justificando o atraso porque teve que levar a mulher no mercado. Sua chegada foi festejada pelos colegas de time que reconheciam a qualidade do *centrovante matador*. Terminada a partida, novamente, a maioria seguiu para a copa do campo da vila Ibema. Eu e mais três membros do time fomos de carona no carro do Cebola (DC, 02/05/2010), que, frequentemente, levava e trazia o pessoal do futebol (jogadores, amigos, árbitros).

Trouxe essas duas rápidas descrições para dizer que fui conhecendo o centrovante circulando junto com times nos quais ele jogava, especificamente no Guarani (no veterano 35 anos, campeonato da liga em 2010; no amador, fase municipal de 2010; no veterano 40 anos, campeonato de veterano da liga, em 2010), no Bandeirantes (no veterano 35 anos, campeonato de verão da liga, 2010) e no São Pedro (no veterano 40 anos, campeonato da liga

¹¹⁸ Não por acaso, os jogadores seguiram para o campo da vila Ibema. Naquela época a copa era, também, do Miranda, em parceria com o Borracha do Esperança.

do Alvori, 2010; no veterano 35 anos, campeonato da liga, 2011). Mas também o observei jogar no Marialva (campeonato de veteranos 40 anos, da liga). Quanto às categorias, ele jogou no amador pelo Guarani somente porque o Miranda tinha que completar o time para não dar *WxO*. Na parceria, aceitou, pois estava sempre dizendo não era mais *guri*. Era nítido o seu gosto pela categoria veteranos, especialmente a de 40 anos, onde se destacava mais, já que no veterano 35 ele mesmo entendia que não conseguia correr igual aos mais novos, como constatou sobre si no final de uma partida semi-final em que saíram do campeonato, comunicando a todos que “Não tenho mais perna, meu joelho tá estourado, só vou jogar no sábado [veteranos de 40 e 50 anos]” (DC, 07/06/2011).

Mas, não foi somente nos campos das vilas e da região centro da cidade em que estive com o Cebola. Participei com ele em reuniões do futebol no bar-sede da liga, em festas de aniversário, em jantares-bailes e galletos promovidos pela liga e por alguns times da região, nos quais ele tinha *passado*. Uma das festas de aniversário foi a de 15 anos da filha do atacante. Com a colaboração do Miranda¹¹⁹, o jogador realizou a festa, para a qual eu fui convidado como *conhecido*, mas também como fotógrafo. Participando deste momento da vida do centrovante, não pude deixar de notar a importância da *rede de amigos do futebol*: estavam presentes 15 *conhecidos* dos campos de futebol, acompanhados de outras 18 pessoas (mulheres e crianças), perfazendo aproximadamente um terço do total de participantes da festa (DC,14/05/2011).

Conversando com o Cebola e com outras pessoas sobre ele fui aprendendo – como acontece com aqueles que entram no circuito¹²⁰ – sobre esse reconhecido centrovante na região das vilas. Ele reside numa vila periférica de uma cidade da grande Porto Alegre, mas que é contígua a região que eu circulava. É casado, pai de dois filhos (uma adolescente de 15 anos e um menino de 4 anos). Trabalha como prestador de serviços técnicos numa empresa de telefonia e TV por assinatura. Aqueles que olham o seu carro, um modelo do início da década de 1990, logo identificam seu ramo de trabalho, em vista dos adesivos da empresa e dos equipamentos sobre o veículo. Afirmava que desligava o celular quando queria jogar, para que a empresa não lhe encontrasse e repassasse algum serviço. Contou-me que está “encostado no INSS” (DC, 19/09/2010), dizendo sobre seu problema na perna, o qual já não o

¹¹⁹ Que retribuía as tantas vezes que o Cebola lhe ajudou, levando e trazendo pessoas com seu carro, mas também aproveitava para iniciar sua campanha para vereador de Porto Alegre, dando 80 kg de galeto e montando uma equipe com familiares e amigos para assar e servir a bebida.

¹²⁰ Da mesma forma, o Cebola foi aprendendo sobre mim. Ao final ele também já sabia muitas coisas a meu respeito.

impedia de trabalhar *fora do sistema* e de jogar futebol¹²¹. A cada conversa, em cada lugar, eu aprendia algo sobre o Cebola. Os lugares, as pessoas, lhe faziam evocar, reviver, refazer as memórias dos jogos e dos acontecimentos. Numa ocasião, quando chegamos ao campo da vila Madalena, ele lembrou que ali o goleiro adversário tinha lhe quebrado a perna, mas que tinha sido *coisa do jogo*, não foi maldade (DC, 26/09/2010).

Num jantar-baile da liga, noutra roda de conversas em torno de um *litirão* de cerveja, o centrovante contou-nos, orgulhosamente, que “já joguei profissional”, descrevendo a passagem por um clube do interior de São Paulo, mas que desistiu da carreira ao notar que “tinha muita *trairagem* do treinador” ao escalar o time, colocando “os jogadores dele”, mesmo vendo que ele era *mais matador*. Depois de valorizar isso, dizia-nos como o *seu passe* era valorizado *na várzea*, explicando que, quando era mais novo, “ficava sentado em casa, vinha um taxi com um envelope com cento e cinquenta, duzentos reais, tinha *copa* livre depois dos jogos, no praiano ganhava setenta reais e mais a *copa*” (DC, 11/12/2010). De fato, o Cebola, nas conversas comigo ou com outras pessoas, não perdia a oportunidade de colocar-se como um dos melhores atacantes *da várzea*, um daqueles *diferenciados* que merecia ganhar para jogar, que merecia ser buscado em casa e ter a *copa* livre. Aliás, a impressão de que ele conhecia quase todos os veteranos era muito forte. Tinha muitos *conhecidos*. Em cada lugar que o observava, percebia muitos apertos de mãos, muitos abraços e muitas lembranças de gols feitos e perdidos, de vitórias, derrotas, dores de lesões e brigas.

O Cebola sempre tinha com quem conversar, algo para lembrar e contar e, na maioria das vezes, no sentido de se auto-promover. Muitos o consideravam *um chato*, porém reconheciam que ele tinha razão, *se o deixassem sem marcação fazia mesmo*, ainda que estivesse *amanhecido*, *molhado*, *chapado* ou *cheirado* como constantemente lhe descreviam. Fora do jogo, não vê-lo com um copo ou uma lata de cerveja, encostado na *copa*, numa roda de conversa era algo raro, até mesmo na companhia de seu filho de 4 anos de idade, que o jogador fazia questão de apresentar às pessoas dizendo “vai ser centrovante, né filho, igual ao pai” (DC, 21/05/2011). Quem conhecia o Cebola há muitos anos, como o Miranda do Guarani, não hesitava em dizer que jogava em troca de alguma coisinha, de *uma moeda*, de gasolina, de cerveja ou de *pozinho* (cocaína). Para jogar o campeonato de 40 anos no Marialva, em 2011, por exemplo, o centrovante ganhava R\$ 50,00 por jogo, a gasolina e *um gelo*.

¹²¹ Decidiu contar isso ao ver que eu havia registrado uma imagem do time (Bandeirantes), quando pediu-me, então, para que não enviasse a imagem para nenhum jornal.

Adelar, boleiro, vizinho, irmão

Da mesma maneira que fui conhecendo o Cebola, também aprendi um pouco sobre o Adelar, circulando com o São Pedro (amador e veterano 35 anos), com o Bandeirantes (veterano 35 anos), com o Guarani (veterano 40 anos) e com o Esperança (amadores). Ainda, observei alguns jogos dele no Palmas (amador) e no Vila Paraná (veterano 40 anos). O fato de *ter bola*, de estar *fininho* e de *correr* com a *gurizada*, lhe permitia transitar pelas três categorias¹²², podendo ser dito que se tratava de um *veterano* que ainda não havia deixado de ser *guri* no aspecto da mobilidade corporal. Mas, numa conversa sobre suas preferências de categorias, afirmou que, apesar da insistência dos colegas, iria jogar apenas no veterano, dizendo que “parei com o livre, até consegui uma lesão” (DC, 10/08/2010). Alguns meses depois, curado da lesão, o vi *correndo no livre* do São Pedro, junto com seu irmão Alceu e um grupo de amigos da vila, com os quais joga há muitos anos. Embora transite por outras equipes, é bastante ligado ao São Pedro, auxiliando nas tarefas de organização, de treinador e de representante do time em reuniões da liga.

A maioria dos times nos quais observei o Adelar jogar era do bairro Alto Piquiri, alguns de diferentes vilas (o Guarani e o Vila Paraná são da vila Paraná; o São Pedro, o Esperança e o Palmas são da vila Ibema). Apenas o Bandeirantes era referido como de outro bairro contíguo, mas este *manda seus jogos*, com os outros 10 times, no campo da vila Ibema, que fica no bairro Alto Piquiri. Quero dizer, com isso, que o Adelar circulava em equipes que consideravam o campo da vila Ibema como sua *casa*, articulado com um grupo local de *conhecidos* (seu irmão, vizinhos e colegas de infância). Isso não quer dizer, no entanto, que a performance das equipes nas quais ele joga seja colocada de lado em vista da oportunidade de estar em campo com seu grupo, como ficou demonstrado no seu descontentamento ao dizer-me que estava pensando em jogar, no próximo ano, na vila Cascavel (mais distante, em outra região da cidade). “Tenho um colega lá e ele me convidou, não vou ficar aqui [nos times da casa] *levando bucha*” (DC, 10/10/2010). O descontentamento era com os dois times nos quais estava vinculado no segundo semestre de 2010. Ambos, o Bandeirantes (no municipal de veteranos) e o Palmas (no campeonato de verão da liga) só estavam perdendo. Este último, aliás, acabou saindo da competição antes de seu término, na medida em que os jogadores foram desistindo de seguir na *barca furada*, até que *deram WxO*. Este fato gerou uma grande

¹²² No veterano de 40 anos ele joga como uma das exceções. Ser uma dessas exceções não é pouca coisa, pois os times não *gastam* estas vagas com jogadores que não *tem bola* ou não consigam mais *correr* (no caso dos veteranos).

preocupação do Adelar, pois sabia que se a punição fosse encaminhada para a SME, seu nome iria para a lista de punidos, podendo privá-lo de participar de algumas competições. Por isso, insistia em dizer que “eu não quero ficar o ano que vem fora, quero jogar, é duro ficar um ano sem jogar” (DC, 31/10/2010). Ficar *levando bucha* e ficar fora das competições da SME eram aspectos que o preocupavam.

Como jogador, observei o Adelar *atuando* mais vezes no meio do campo, mas também *atrás* e *na lateral*, como se costuma referir-se às posições/funções na partida. Ouvia as pessoas classificá-lo como *corredor*, *marcador*, aquele que *distribui bem a bola*. Numa conversa ele franqueou-me a informação de que há alguns anos atrás “ganhava dinheiro jogando, jogava na Serra [Gaúcha] e em times de empresas, com o Edilson [colega e treinador do São Pedro]” (DC, 23/10/2010). Atualmente raramente ganha alguma coisa, pelo contrário, contribui quando necessário, ajudando nas despesas com deslocamentos, taxas de arbitragem e de inscrição. Quando as pessoas se referiam a ele, não eram somente as suas qualidades de jogador que apareciam. Ouvia que se tratava de um trabalhador – era garçom no restaurante da irmã, num *shopping* da cidade –, era da igreja, não bebia, não fumava, não *cheirava*, só jogava futebol, “não tem boca pra nada”, como qualificou o Miranda ao elogiar seu comportamento disciplinado dentro e fora do campo. Realmente, o que aprendi sobre o Adelar era resultado, sobretudo, de observações e de conversas com outras pessoas sobre ele. Ele não era de muita conversa.

O jogador morava na vila Paraná, com a esposa, há cerca de 500 metros do campo da vila Ibema. Nas tardes de sábado e nos domingos sempre podia vê-lo por lá, mas não era algo aprovado por sua mulher (aquele ambiente masculino regado a discussões, cerveja e, não raro, por drogas), que lhe proibia de levar as coisas do futebol para casa. Ele deixava as chuteiras na casa do seu irmão ou na *copa* do campo da vila Ibema. Em duas ocasiões que fez isso, sentiu a necessidade de explicar-me, dizendo “se deixar em casa a mulher complica” (DC, 02/11/2010) ou “se eu apareço com a chuteira em casa, dá confusão” (DC, 09/07/2011).

Jogadores ou grupos em circulação?

A afirmação do Adelar, apresentada acima, de que “tenho um colega [eu poderia colocar, sem problema, aqui *um conhecido*] lá que me convidou” mostra-se muito importante, tratando-se de uma orientação fundamental na dinâmica de circulação dos jogadores pelos times/campeonatos/categorias. O Adelar não foi jogar na outra região da cidade, mas no período da pesquisa e, de acordo com minhas anotações, quanto trocou de time, o fez junto

com seu irmão, o Alceu. Isto era algo que passou a chamar minha atenção. A circulação dos jogadores entre os times não se dava apenas individualmente, ocorria com os seus grupos (maiores ou menores). Para evidenciar um pouco melhor isso, com base nas anotações constantes nos diários de campo sobre 18 pessoas, elaborei uma ilustração dessa circulação baseada em *grupos de conhecidos* (figura 6).

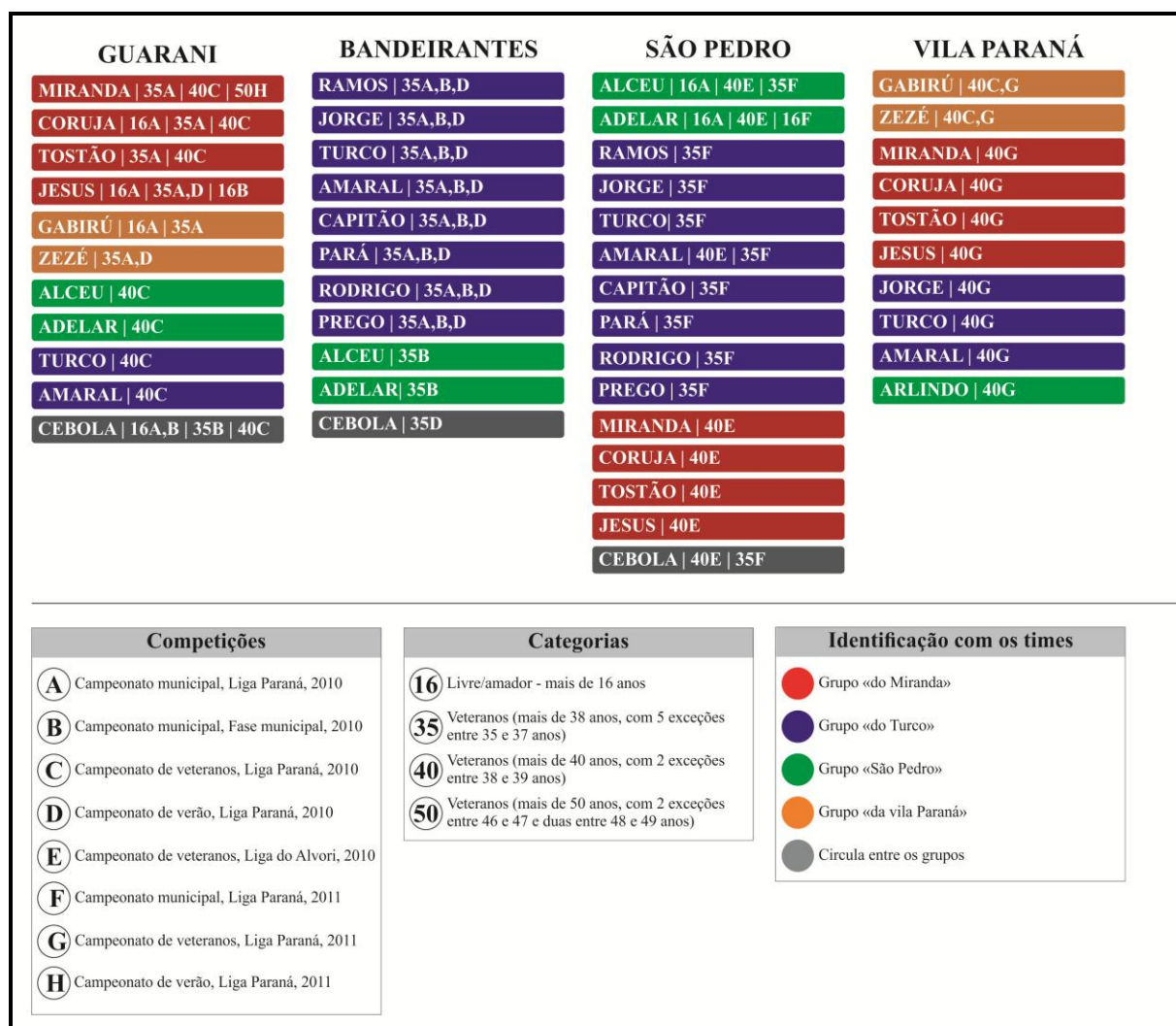


Figura 6 – Ilustração da circulação de jogadores-grupos entre diferentes times que mandam seus jogos no mesmo campo (o campo da vila Ibema).

Os dois maiores grupos que observei foram compostos pelos jogadores do Bandeirantes “do Turco” e do Guarani “do Miranda”. Nestes dois casos, quando se diz que o time é “de” alguém, significa que eles são os “donos”, mas isso não os impede de participar de competições por outras equipes, levando consigo algumas *cabeças*. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o Turco, que mobilizou “seu grupo” e disputou, com o Bandeirantes, 4 campeonatos no período de março de 2010 a março de 2011: o municipal, fase da liga da vila

Paraná, no primeiro semestre, no qual classificou-se e jogou a fase municipal, no segundo semestre; simultaneamente à fase municipal, colocou o time no campeonato de verão da liga; no início de 2011, disputou o *Torneio do Boi* da liga do parque Matinhos. Nesta última competição, ficou desanimado com o seu time, pois mal conseguia levar 11 jogadores para o campo, perdendo uma série de jogos, o que se agravava em função de ter que tirar dinheiro do bolso sozinho, uma vez que poucos tinham colaborado para pagar os R\$ 250,00 de inscrição¹²³.

Nestas condições, o Turco decidiu *dar um tempo no time*. Resolveu não inscrever o Bandeirantes no campeonato municipal de 2011, fase da liga. Foi, então, convidado pelo Edilson do São Pedro para fazer uma *parceria*, que se resumia em levar o “seu grupo” para este time, no qual disputariam a fase da liga. Isto foi feito e praticamente metade da equipe de veteranos do São Pedro foi composto pelas *cabeças* que o Turco *levou* consigo. Isso não é tudo. Simultaneamente a essas competições do Bandeirantes-São Pedro, observei o Turco e alguns de seus colegas de grupo (o Amaral e o Jorge) participando de outras equipes (no Guarani e no Vila Paraná) e categorias (as de 40 anos), nos jogos do sábado à tarde. Essas constatações serviam para reforçar o que havia percebido nos amistosos – o fato de que os convites para os jogos se difundiam entre os jogadores. Acompanhando, principalmente o Turco do Bandeirantes, o Miranda do Guarani, o Adelar do São Pedro, não restava dúvida que a montagem dos times para as competições também era tributária dessa lógica, isto é, de que as pessoas entram nos times através de grupos e, alguns mais outros menos, tinham condições de levar um *conhecido*. Ouvi isso claramente do Saulo, veterano do Centenário, depois que elogiei sua equipe, tratando-a como uma das melhores do municipal. Para concordar com meu elogio, ele disse o seguinte: “É, sempre tem um que puxa o outro, vamos jogar lá? Mas, tem cabeças que estão com a gente desde o começo” (DC, 18/09/2010).

O Miranda e sua rede de *conhecidos* (os parentes)

Uma destas pessoas que *levava* jogadores para seus times ou que os *levava* consigo para outras equipes era o Miranda, dono do Guarani da vila Paraná. Ele assumiu o time há pouco mais de 10 anos, mas sua formação tem mais de 20 anos, originada com a vinda de outros conterrâneos, que decidiram montar a equipe homenageando a cidade de origem.

¹²³ Quem falou-me isso foi o Capitão, goleiro do time, mas que também *dá uma mão* na organização do time (DC, 12/03/2011).

[...] a gente que migrou para Porto Alegre, [e decidimos] vamos fundar o Guarani, assim é que é, com os outros “ah, somos do Guarani”. Antigamente os times eram só Guaranizenses, chegava um Guaranizense a gente dizia: “o fulano ta aí, joga uma bola, vamos arrastar”. Então a gente ganhou campeonatos aí só com pessoas de Guarani e depois jogava em outros clubes. Veio parar na minha mão, daí eu fui diferenciando. Olha hoje não tem só de Guarani, acho que um ou dois jogadores que são de Guarani, mas se tornou cada um de cada lugar, mas é um orgulho muito grande a gente ser reconhecido [...]. (MIRANDA, 2011)

Conheci o Miranda em função da liga local, da qual ele é presidente, mas, aos poucos, comecei a acompanhá-lo nas vilas em função dos compromissos das suas equipes, o que se misturava, em alguns períodos, com seus trabalhos como: operário na construção civil (pedreiro, pintor, construtor); dono da *copa* no campo da vila Ibema, em 2010, em parceria com o Borracha do Esperança; cabo eleitoral na eleição para deputados e senadores em 2010; sua campanha como pré-candidato para vereador nas eleições de 2012; organização de festas e excursões relacionadas ao futebol.

Em meados da década de 1980, com 18 anos de idade, o Miranda mudou-se para Porto Alegre, vindo da cidade de Guarani, interior do Estado. Lá aprendeu a gostar de futebol, acompanhando famosos jogadores profissionais da década de 1970 e 1980, vendo-os treinar e jogar no estádio municipal, cujas imagens permanecem vivas nas suas memórias, sendo frequentemente trazidas à tona em reminiscências nostálgicas daquela época. Jogou na categoria de juniores do time da cidade, mas *não deu certo no futebol*. Assim que chegou em Porto Alegre se entrosou com o time da vila Assis, no qual jogou por cerca de 20 anos. Nesta vila, contou-me, “fiz um círculo de amizade muito grande e, depois, fui migrando para os outros clubes”, chegando a ser buscado em casa para jogar nos campeonatos do parque Rondon, quando “ganhava um troco e a bebida livre na *copa*”, juntamente com seu *parceiro*, o Coruja – o terceiro da minha lista de circulação –, com o qual fazia dupla de zaga – “ele dava o primeiro combate e eu o segundo” (DC, 28/11/2010).

Morando há mais de 25 anos na capital, jogando nos times das vilas Assis, Machado e Paraná, o Miranda constituiu uma extensa *rede de conhecidos do futebol*, que ele relaciona diretamente ao número de amigos e à experiência divertida dos finais de semana e feriados. Quando perguntei sobre o que lhe faz ir ao campo para jogar, sua resposta foi enfática nesse sentido:

O futebol para mim é um dos melhores círculos de amizade. Eu acho que se não existisse futebol, não existiria tanta amizade. Então eu não consigo me achar aos domingos se eu não estiver em um campo de futebol, para mim é meio triste. Porque em cada canto que a gente vai, em cada lugar que a gente vai, ali tem um [amigo], a gente cultiva aquela amizade, [...] faz novas amizades, é uma amizade sadia [...]. (MIRANDA, 2011)

Ao ouvir essa resposta concordei imediatamente. Disse, naquela ocasião, que nos quase dois anos da pesquisa, mesmo sem entrar em campo para jogar, tinha *feito* novos amigos, o que me fazia, algumas vezes, ir para os campos somente para assistir um jogo, dar uma olhada, conversar. O Miranda, depois de escutar-me, complementou, argumentando que conforme a pessoa vai jogando ela “vai abrindo o círculo de amizades, então se torna bem *conhecido* no meio do futebol, por mais velho que ele esteja, mesmo que vá lá só para olhar, às vezes é convidado para jogar [...]”. Em conversas como esta, pude aprender que ser jogador *conhecido na várzea* revela um personagem implicado pela maior ou menor habilidade nas tarefas do jogo de futebol, porém, sem desconsiderar vínculos de amizade *fora da bola*. Se, de um lado, não é estranho que a *rede de conhecidos* daqueles que se pode chamar de *boleiros* seja bastante extensa, o que lhes amplia a possibilidade de circulação e, portanto, de prática, de outro, os *boleiros* são vistos com desconfiança, na medida em que estão propensos a desconsiderar os vínculos *fora da bola*.

Uma controvérsia envolvendo a montagem do time de veteranos com mais de 40 anos do Guarani, mostrou com bastante nitidez como a noção de *conhecidos* nem sempre pode desprezar os vínculos não baseados na habilidade esportiva, principalmente nas fases iniciais das competições e quando não se tem dinheiro para manter os *boleiros*. Nos primeiros meses de 2011, se notava que o Miranda estava montando uma seleção de jogadores com 40 anos, fazendo vários amistosos para arregimentá-los. Ele *enchia o peito* para dizer que “não é um time de amigo” (DC, 12/03/2011), se referindo à qualidade *futebolística* dos jogadores *diferenciados* que havia selecionado entre os seus *conhecidos*. Contudo, na primeira rodada do campeonato, o Miranda não teve 11 para ir até o local do jogo e, então, decidiu acabar com a equipe. Apareceram apenas aqueles que eram “do grupo” do Miranda, que tinham amizade *fora do futebol*, os quais imediatamente buscaram outras equipes. Boa parte foi com o Miranda para o Vila Paraná, outro time da vila.

Para não ficar *na mão*, sem conseguir levar os times na hora do jogo, o Miranda, além de contar com o “seu grupo”, procurava trazer seus familiares. Isso se manifestou, especialmente no Guarani da categoria livre, em 2010, cujo grupo era composto por familiares que residiam numa cidade da região metropolitana. Naquele ano, um dos seus sobrinhos ficou encarregado de mobilizar os demais familiares (6 deles) que, por sua vez, trouxeram outros dois *conhecidos*. Além destes 8, estavam o Cesar e o Macarrão, vizinhos do Miranda. Já no ano de 2011, os familiares não optaram por jogar no Guarani. Acompanhei dois amistosos antes do campeonato, cujo objetivo era “formar o grupo”, mas ao ver que, sem os familiares, o time ficaria fraco, o Miranda decidiu não colocar o Guarani na competição, mas não ficou

de fora. Fez uma *parceria* com o Rio Branco do Vieira¹²⁴, morador do bairro, levando três de “seus jogadores”, assumindo também a responsabilidade de *treinar*. O restante desta equipe fora arregimentado a partir do Cassiano, um rapaz que passou pelas categorias de base de times profissionais da cidade e liderava um grupo de colegas, entre eles seu irmão mais novo, do qual se dizia que era uma *revelação*.

Procuro enfatizar, com estas informações, o fato de que a circulação entre times, tal como observei, se estabelece a partir (ou através) dos grupos de *conhecidos*, sejam eles parentes, vizinhos, colegas de trabalho, frequentadores de um mesmo campo ou competição. Quando circulam sozinhos, fora dos grupos de *conhecidos*, ampliam-se as chances de que isso ocorra em face de outros ganhos. Em 2011, por exemplo, o Miranda, *assinou* com o Itapejara, time da vila Marechal, localizada a 6 km distante de sua residência. A respeito disso, durante a entrevista, lhe perguntei sobre por que *vestir a camisa* de uma equipe cujo grupo de *conhecidos* era tão distante? A resposta do Miranda denotava uma busca de reconhecimento *futebolístico* que ele acreditava não ter *em casa*: “[...] quando tu muda de time, tu quer reconhecimento a mais, entendeu? [...] então isso para mim é importante, essa mudança de clube, de migrar para outro clube, tu ter um reconhecimento a mais e tu passar e deixar uma boa impressão [...]. Porém, o que este jogador não disse é que estava procurando ampliar a sua *rede de conhecidos* porque era pré-candidato a vereador nas eleições de 2012. Jogar na vila Marechal, estar presente entre as pessoas naquele local, fazer parte daquela comunidade (do futebol), não deixava de ser uma estratégia¹²⁵, que se misturava com a dinâmica das amizades e do reconhecimento *futebolístico*. Além disso, jogando com o Itapejara ele teve a oportunidade de se aproximar mais do Cleiton, atacante veterano com mais de 50 anos, *fininho, bola boa* e que *corre muito ainda*, que foi, então, levado para jogar o campeonato de 50 anos no Guarani. Quer dizer, ser jogador-*conhecido*, candidato a vereador e dono de time eram dimensões que não podiam ser dissociadas na circulação do Miranda.

Jairinho, amizade, dinheiro e bom futebol

As primeiras vezes nas quais vi o Jairinho foram em partidas do veterano 35 do Guarani, do Miranda, pelo campeonato de verão da liga, nas vilas, no segundo semestre de 2010. Jogava no meio campo, com *a 10*, considerado um *motorzinho*, corria como um *guri* e

¹²⁴ Não era a primeira parceria do Guarani. Em 2009, aliou-se com o Cerro Azul da vila Cambé.

¹²⁵ Durante a pesquisa, em vários momentos, o Miranda falou-me de suas expectativas de circulação por outras vilas além daquelas mais próximas, acreditando que ela representa ganhos na campanha para vereador.

estava *fininho*. Mas não era somente por isso que se destacava entre os veteranos, pois no meio destes, era possível dizer, sem problemas, *o Jairinho era diferenciado*. Era consenso. Conheci este jogador um pouco mais numa excursão do Guarani para a cidade de Rolante, quando ele foi acompanhado pela namorada Angela, que é irmã do Macarrão e do Cesar, dois jogadores que sempre estavam jogando com o Miranda. Foram eles que *arrastaram* o Jairinho para o time, onde ele joga como disse-me, depois, “pela amizade” (DC, 20/03/2011).

No final de janeiro, quando eu estava observando os jogos do parque Rondon, na região centro de Porto Alegre, para minha surpresa, entra em campo o Jairinho, vestindo o fardamento do Floresta, time patrocinado por um empresário. Como já lhe conhecia, ficamos conversando alguns minutos antes da partida, quando ele informou-me que “sempre jogo aqui, mas também jogo lá na vila, domingo fui jogar com o time do Miranda e dos parentes dele” (DC, 27/01/2011). Algum tempo depois, no bar-sede da liga, numa conversa com o Macarrão, ele, para elogiar o namorado de sua irmã como *diferenciado*, dizia-me que “estava ganhando R\$ 80,00 por jogo no Floresta” (DC, 01/03/2011), informação esta que me foi apresentada, mais tarde, pelo próprio Jairinho, ao explicar-me que no time que estava no campeonato do centro tinha bons jogadores: “Eu ganhava R\$ 80,00 deles por jogo, tinha um que ganhava R\$ 50,00, outro R\$ 40,00, o resto não” (DC, 20/03/2011).

A partir de informações como estas foi fácil fazer a relação de que nas vilas o Jairinho jogava mediado pela amizade e parentesco, e no centro mediado pelo dinheiro. Isso ficou ainda mais forte quando, numa conversa de bar, este jogador demonstrava a mim sua indignação com um funcionário da Gerência de Futebol da SME, dizendo “é um baita *filho da puta*, sem vergonha. Eu podia estar jogando aqui, jogando ali, ganhando uns trocos. Colocou essa regra aí [que só pode jogar num time/liga]”. Na ocasião, eu tentava lhe explicar “o lado” das *diretorias* dos times que não tinham dinheiro e que estavam ficando *nas mãos* dos jogadores, que se comprometiam e, depois, escolhiam o jogo mais rentável. O Jairinho concordou comigo, dizendo que não era o caso dele (DC, 29/03/2011). E, realmente, revisitando as anotações sobre minhas conversas com o Jairinho, percebia que a explicação do dinheiro não era suficiente para explicar sua participação em competições das ligas do centro. Em algumas oportunidades lhe ouvi relatar que era diferente jogar no centro (no parque Rondon, naquele momento) em relação às vilas:

Antes de iniciar o jogo conversei com o Jairinho sobre os jogadores que estavam presentes no time do Floresta, para o qual jogaria em seguida. Perguntei se “é bom jogar aqui?” e o Jairinho respondeu positivamente, “aqui é bom jogar, só dá jogo bom”. Concordei com a afirmação dele e complementei dizendo “tem umas *bolas boas* no teu time, não é!?”. O Jairinho concordou e citou

os dois ex-profissionais para corroborar aquilo que eu tinha dito: “tem o 5 que jogou no Inter e no Grêmio, tem o 8 que jogou no Grêmio”. (DC, 27/01/2011)

Na frente do vestiário do parque Rondon, conversamos sobre os motivos do Miranda ter decidido não colocar o Guarani no campeonato da vila, neste ano [2011]. Concordávamos que o time tinha ficado muito fraco sem os sobrinhos dele. Nesse momento, o Jairinho também aproveitou para comparar os jogadores daqui com os de lá [das vilas]. “Aqui é outro nível, só tem jogador bom. Lá na vila tem um ou dois bons, o resto é aquele que vai no tranco [fazendo gestos de como eles jogam puxando e empurrando]” (DC, 16/03/2011).

Entretanto, se no centro, o Jairinho gostava de jogar porque “só dava jogo bom”, “tinha com quem jogar o bom futebol” – o que me ajudava a relativizar a dimensão do dinheiro –, não pude deixar de notar que neste espaço já não podia dizer, tranquilamente, que tratava-se de um jogador *diferenciado*, tal como ocorria nas vilas, espaços no quais ele era festejado pelos colegas. Isso não era pouca coisa – ser reconhecido e valorizado, ocupar o lugar de *diferenciado*.

* * * * *

Andando pelas vilas, não restou dúvida de que a montagem dos times é tributária da circulação dos jogadores-grupos pelos times, campos e competições. Seria, com certeza, muito difícil falar da experiência etnográfica na *várzea* sem mencionar essa dinâmica e de como ela envolvia: os jogadores nos amistosos, experimentando, avaliando as possibilidades de (não) estarem em campo antes de *assinarem* (escolherem a *barca melhor*); as mudanças de time pelas pessoas (e seus grupos) entre uma competição e outra, deixando rastros relacionados com a constituição de uma *rede de conhecidos do futebol* e, portanto, de oportunidades de prática; vendo como isso não estava baseado, exclusivamente, na qualidade futebolística, mas também nas reciprocidades cotidianas (de vizinhança, parentesco, dinheiro, políticas, entre outras).

Nessa dinâmica, sobretudo entre os veteranos e suas (extensas) *redes de conhecidos*, a noção de companheiro-adversário apontada por Stigger (2002) para dizer sobre o funcionamento de um grupo (de que se joga com amigos e não contra eles, cabendo aos envolvidos na contenda avaliar o esforço), poderia ser pensada na lógica do circuito *da várzea* e das reciprocidades imbricadas, pelo menos dentro de uma região de circulação dos jogadores-grupos. Isto porque, a história da circulação – diretamente relacionada com o círculo de amizades – parecia ter implicações bastante objetivas sobre a maneira como os

jogadores se reconheciam e eram reconhecidos, assim como ressoavam sobre suas oportunidades de prática (e de alguns “ganhos”, para alguns). Apesar da amplitude,

3.3.3 A movimentação do grupo-times para os jogos

Até aqui tratei da montagem dos times de um modo mais amplo, mas andando pela *várzea*, nas vilas, aprendi a separar as coisas: uma é acertar com os jogadores e outra, às vezes bem diferente, é levá-los ou contar com eles para o jogo. Olhando este segundo momento – montar o time para o jogo – notei que em nenhum dos times que estive observando (Guarani, Bandeirantes, São Pedro, Esperança, Cerro Azul), em nenhuma das competições que acompanhei, os grupos de jogadores estiveram fechados desde o início. Intrigado com estas mudanças – várias a revelia dos prazos documentais –, procurei mapear algumas questões que me pareceram chaves neste momento, com base nas quais passo a considerar, a seguir, a montagem dos times como trajetórias possíveis (não apenas como instituições esportivas), algumas mais estáveis do que outras. Faço isso a partir de dois casos.

Futebol é só futebol?

Nos primeiros meses do trabalho de campo, algumas vezes, cheguei a optar por seguir sozinho para os locais das partidas do que seguir junto com os grupos-times, como maneira de esquivar-me das experiências de atrasos nos horários, especialmente, dos improvisos na organização dos times, que me levavam a pensar (e classificar) os grupos como despreocupados e desorganizados. Eu não conseguia esconder a minha ansiedade diante destes atrasos. Estava claro que eu tinha que aprender mais coisas sobre a montagem dos times que seguiam para os jogos e isto foi ocorrendo conforme participava ou ficava à par não só dos times, mas também das dinâmicas das comunidades e famílias.

Permanecer em bailes até de madrugada e, depois, acordar cedo para ir até o local dos jogos, meio atrasado (e *amanhecido*), foram experiências que me possibilitaram compreender que a montagem dos times não estava imune a outros compromissos sociais (trabalho, família e lazer) e que estes implicavam noutros significados sobre o tempo, que eu insistia em qualificar como atrasos¹²⁶. Sobretudo nas fases iniciais dos campeonatos – nas classificatórias – abundavam as conversas e brincadeiras antes das partidas. E, depois de

¹²⁶ No próximo capítulo, quando trato do lugar simbólico dos campos na vida dos seus frequentadores, aprofundo mais essa problematização dos atrasos.

vários meses de convivência, meus interlocutores esperavam que eu estivesse envolvido nelas, que eu dissesse algo quando chegava atrasado ou saía mais cedo. Para estas ocasiões, aprendi (sem perceber) a dizer que precisava trabalhar, argumento praticamente inquestionável em jogos amistosos e da fase classificatória. A montagem dos times e a circulação dos jogadores não desconheciam outras agendas (ou agências) da vida cotidiana, como pude notar na explicação do goleiro veterano do Guarani do Miranda, ao dizer-me sobre sua preferência em jogar no sábado, com *o 40*, do que com *o 35* no domingo:

O goleiro disse que já faz uns dois anos que parou de jogar futebol no domingo. Desde que seus pais faleceram, começou a ficar mais com a família e os amigos no domingo, fazer um churrasquinho. Segundo o goleiro, os jogos no sábado (*do 40*) são melhores porque dá para ficar no domingo com a família e com os amigos. Disse que até jogou algumas partidas para o Miranda no domingo (*no 35*), mas que fica difícil porque os jogos não começam no horário. “Tá marcado para as 10 horas, mas o jogo só começa depois das 11, termina às 01 da tarde, daí não dá. A mulher fica reclamando”. (DC, 12/06/2011)

Conversas, observações e participações e relatos como este do goleiro veterano foram desmontando aquela minha imagem de que a chegada dos jogadores, aos poucos, nos campos, de que as inúmeras conversas e brincadeiras enquanto se esperava para *fechar um time*, refletiam uma completa despreocupação com o horário e até a desorganização. Primeiro, ainda concebendo o futebol como uma esfera em particular, tentava compreender os atrasos e as conversas a partir da noção da permeabilidade dessa esfera diante de outras, entre as quais a do trabalho e da família. Contudo, não demorou muito para notar que esta tese da permeabilidade era uma construção analítica minha, que perdia sentido ao passo em que observava mais e participava na montagem dos *quadros*. Precisei problematizar isso e o fiz observando que em alguns momentos “outras agendas” impactavam sobre a montagem dos times para os jogos, e noutros, o futebol parecia ganhar prioridade.

Nos jogos *mata-mata* ou finais das competições, por exemplo, a montagem dos times começava muito antes da partida, ainda durante a semana, ficando fácil identificar a existência de uma programação bastante específica sobre a participação das pessoas, considerando amplamente o jogo¹²⁷. Mas, em outras ocasiões, ainda que em campeonatos *valendo*, os jogadores residentes nos arredores dos campos começavam a ser arregimentados a partir da chegada do time adversário que *se fardava* e ficava, então, aguardando o pessoal *da casa*

¹²⁷ Acompanhando o Cebola, observei situações em que ele se cuidava, não aparecia *amanhecido* ou evitava cansar-se demais no sábado, jogando no veterano 40, como num mata-mata disputado pelo Bandeirantes no campo do Mariluz (DC, 24/10/2010) e noutro pelo São Pedro no campo do parque Rondon (04/06/2011).

juntar as cabeças para compor pelo menos *um time*¹²⁸. Em situações como estas, não era estranho ouvir reclamações que poderiam, à primeira vista, parecer contraditórias, dizendo que montar o time para jogar *em casa* é mais difícil do que *fora*, porque tem que fazer compras, cuidar dos filhos, acabar de construir as casas, etc.

Embora possa dizer que a montagem dos times tenda a ser vivenciada como uma esfera específica quanto mais se aproxima das fases finais das competições, seria precipitado afirmar uma direção irrevogável. Algumas situações me fizeram tratar a tendência como um trajeto mais estável, porém não livre de desvios. Os confrontos de times entre os quais se dizia que existia rivalidade, sem dúvida, eram os mais significativos, uma vez que a preocupação com a montagem das equipes fazia parte do cotidiano das vilas dias antes da partida, mesmo que se tratasse do primeiro jogo do campeonato. Observando isso, notava que a noção de rivalidade era constituída a partir das ressonâncias do jogo para além do local-tempo da partida. Ganhar ou perder, fazer gol ou levar gol, driblar ou ser driblado, por exemplo, eram informações que permaneciam “vivas” nas memórias daqueles que participavam ou assistiam, nas conversas, brincadeiras e provocações em outros espaços e tempos das comunidades e do próprio circuito de futebol, conferindo sentido aos confrontos que viriam. Disso, em parte, derivava o “gosto” pela circulação em lugares estranhos, de enfrentar times não *conhecidos*, sob a justificativa (nativa) que nestas partidas não há ressonâncias e, por isso, “só se jogava futebol”, pois encerrado o jogo, ele não continua noutros espaços-tempos das comunidades.

Mas não só o enfrentamento de *desconhecidos* ou entre rivais que incidiam sobre a montagem dos times. Os cálculos dos *pontos na tabela* também alteravam o modo como os grupos se organizavam. Nas fases iniciais das competições, eram bastante comuns as alocações das caronas arranjadas na hora, lotando um ou dois veículos, ainda que diante do desagrado dos seus proprietários. Em fases como estas, escutei com naturalidade o Seu Juca, dono do Iguatu, dizer que “vou começar a montar o time com jogadores que tem carro, quando for participar de campeonato *fora*, só vou chamar quem tem carro” (DC, 30/04/2011), não interessando se ele *tem* ou não *tem bola*. Entretanto, conforme se avultava a importância dos pontos para a continuidade na competição, era possível notar os deslocamentos planejados com antecedência, todos juntos (em *kombis*, *vans* e ônibus) para evitar “problemas”. Porém, não podia afirmar que esse planejamento “mais específico” ocorresse em detrimento da comunidade e da família, já que, justamente nestas fases das competições, mulheres, filhos,

¹²⁸ Observei situações como essas em relação ao Cerro Azul da vila Cambé e ao São Pedro da vila Ibema. Ambos são formados por vários jogadores que residem nas proximidades e que saem de casa depois da chegada dos adversários. Alguns, não raro, estavam dormindo e são despertados para compor o time.

pais, vizinhos e colegas passavam a circular junto com os times, em muitos casos, nos mesmos ônibus, *kombis* e *vans*. Os jogos entre times rivais eram, igualmente, boas oportunidades para observar os times montados com aqueles que *tinham mais bola*, mas também para ver as pessoas da comunidade no entorno dos campos.

Quem vai quebrado desrespeita e quem vai completo respeita?

O que estou procurando argumentar é que, embora o compromisso com o resultado do jogo (vitórias/pontos) seja importante, a montagem dos times para a partida não se esgota nisso. Acima mencionei como a montagem pode estar implicada por uma negociação com outras agendas cotidianas, assim como da presunção a cerca das ressonâncias dos jogos entre rivais. Além disso, outro aspecto que observei estar nos cálculos das movimentações dos *conhecidos* para os jogos, era o “respeito ao adversário”. Não foram raras as vezes que o fui para campos acompanhando times *quebrados*, escutando as reclamações dos seus próprios membros sobre a falta de compromisso. Elas eram encorpadas pelas severas críticas dos adversários indignados com a situação de terem investido tempo e dinheiro e não ter encontrado reciprocidade na atitude dos oponentes.

Os times *quebrados*, em meio às reclamações, críticas e lembranças do regulamento – muitas vezes desconsiderando este documento no que se refere ao período de inscrições ou os impedimentos da circulação de jogadores entre times –, depois de um *acerto*, tratavam de completar seus *quadros* com quem estava disponível nos arredores do campo, desde que tivessem idade correspondente à categoria e chuteiras¹²⁹. Incursões em regime de urgência em casas de colegas, vizinhos eram providenciadas pelos donos dos times, pelos adversários ou mesmo por algum espectador que, na expectativa de colaborar, vai até a casa de um colega, *arrastando-o* para o campo¹³⁰. Observei até mesmo o “empréstimo” de jogadores pelo adversário, ainda que se tratasse de um jogo de campeonato, *valendo vaga para o municipal* (DC, 03/06/2010). Estes arranjos encontravam sentido no respeito aos que apareceram para *correr um pouco*, mesmo que significasse jogar 30, 35 minutos em cada tempo, como propôs o Cerro Azul da Vila Cambé que compareceu *quebrado* porque no horário da partida

¹²⁹ Os empréstimos de chuteiras eram frequentes. Aqueles que não as tinham abordavam um *conhecido* pedindo. Os que não queriam emprestar rapidamente arranjavam desculpas das mais diversas. Algumas *copas*, como a da vila Ibema, já reservam alguns pares de chuteiras velhas que são emprestadas àqueles que não as tem ou esqueceram.

¹³⁰ Caso do Coruja que, observando a dificuldade do Guarani 40 em completar o time, se apresenta para ir até a casa do Jandir, que mora ao lado do campo da vila Ibema. Minutos depois retorna com o colega, este trazendo seu par de chuteiras nas mãos (DC, 05/09/2010).

acontecia um Grenal e seus membros optaram por assisti-lo pela TV ao invés seguir para o campo do adversário no campeonato da liga da vila Paraná (DC, 02/05/2010).

Aos times que não conseguiam *trazer (em casa)* ou *levar (fora de casa)* pelo menos 7 *cabeças* para o campo cabia rapidamente *acertar* com o adversário a entrega dos pontos ou outro dia para o confronto. Depois disso, para “não fazer desfeita” ao oponente que compareceu, arranjava-se um amistoso, montando uma equipe com jogadores *arrastados* para o campo. Este cenário era comum quando os jogos já não valiam mais nada na competição, como, por exemplo, na disputa do 3º lugar que não dava direito à vaga e nas partidas cujos resultados já não influenciam na continuidade do *quadro* na competição. Estes eram duas situações bastante típicas em que as partidas careciam de “seriedade” e, portanto, dificultavam a arregimentação dos jogadores para o cumprimento dos compromissos.

Em que pese essa análise nativa da “seriedade”, eu a verificava claramente em relação àquelas equipes que perdiam de forma recorrente e começavam a ter dificuldades montar os times para os jogos, afinal não se desejava ficar com *o nome manchado* na vila. Os casos mais exemplares, nesse sentido, no período da pesquisa, foram os dois quadros (amador e veterano 35) do Cruz Machado, do Dartel. Em 2010 e 2011, seguidamente compareceram *quebrados*, inclusive nos jogos *em casa*. Esta situação gerou uma severa reclamação do presidente da liga, que apontava como saída a busca de *parceria* com outro time-grupo, para “se levantar”, argumentando que “time em baixa, *quebrado* não chama jogadores” e, assim, a equipe ficaria cada vez mais fraca (DC, 10/10/2010)¹³¹.

Ao contrário dos *quebrados*, os times que apareciam *completinhos* – que enchiam os bancos de reservas, onde estes existiam, que usavam todos os fardamentos e que traziam seus melhores jogadores – comunicavam o respeito ao adversário e agregavam valor ao confronto. Isto é, jogar contra um time *completinho* era diferente não somente pelo resultado, mas pelo respeito. Uma das ocasiões em que mais ficou-me evidente esse simbolismo do *completinho* foi na última rodada da fase classificatória num campeonato da liga da vila Paraná de 2011, quando os pontos em disputa estavam bastante vivos nas memórias e nas conversas entre os envolvidos. Depois do confronto, conversando com o Cebola, um dos jogadores do time vencedor, o São Pedro, que jogara *em casa*, o ouvi deleitar-se com a vitória sobre do Cerro Azul da Vila Cambé, não somente pelo resultado final (03 a 01), mas também pelo fato de que

¹³¹ Meses antes eu havia escutado um jogador dizer que não iria mais com seu time, mencionando várias derrotas, especialmente, uma goleada: “Não dá, depois os caras vão falar que é o *negãozinho* do time que levou 6. Cheguei e disse, não vou mais” (DC, 25/06/2010). O contrário disso é verossímil, isto é, diz-se daqueles times frequentemente estão vencendo e que chegam nas fases finais, que estão *pegando nome na várzea*.

“eles vieram completinhos, chegaram até de ônibus” (DC, 15/05/2011). Isto é, era diferente ganhar de uma equipe que se preparou para a partida, que apareceu *completinha* e de ônibus.

Em algumas situações, no entanto, comparecer *completinho* poderia significar desprezo ao adversário, no que se refere à sua capacidade de vencer e também um problema para o treinador. Estive em situações nas quais se considerava possível levar/trazer muitos jogadores para a partida e colocar todos para *correr um pouco*, mesmo sabendo que as substituições acarretariam numa diminuição na capacidade para vencer o oponente. Isto se tornava ainda mais obrigatório quando aqueles que foram para o campo eram os que colaboravam, de alguma forma, na sustentação do time. Levar/trazer um jogador e não colocá-lo para *correr* era menos discutível em poucos momentos das competições, especialmente nas partidas finais ou naquelas em que a rivalidade era marcante. Por isso, tal como observei no jogo entre o Guarani da vila Paraná e o Itapejara da vila Marechal (equipes que se tratavam como rivais na região), o fato do Itapejara ter levado mais de 20 membros para o campo foi interpretado pelos membros do Guarani como um desprezo, como quem dizia que venceria facilmente a partida independente de quem estivesse em campo, se permitindo colocar todos para *correr* (DC, 11/04/2010).

Quem vai para o jogo tem que correr um pouco ou receber?

Na maioria dos jogos que observei nas vilas, os *treinadores* procuravam colocar todos os que *se fardaram*, pois sabiam muito bem que se não os colocassem, aumentaria a probabilidade de não retornarem. E, se estes já tivessem *assinado* estariam *queimando as vagas* na ficha de inscrição. Nesse sentido, a perspicácia dos *treinadores* tornava-se fundamental na montagem dos times para os jogos, cabendo a eles avaliarem as substituições não somente pela qualidade futebolística (tática-técnica), mas também para “manter o grupo”. Exatamente nessa condição que vi o treinador do Esperança tirar um de seus melhores jogadores e colocar outro considerado ruim, explicando ao que saiu de campo com as seguintes palavras “tu tava bem, mas todo mundo tem que jogar, tu sabe”. A situação parecia ser ainda mais crítica porque a equipe estava perdendo *em casa* no momento desta substituição, mas nem por isso o bom jogador reclamou. Sabia que era *pelo grupo* (DC, 28/03/2010).

É claro, nem todos eram tão compreensíveis. Havia aqueles que reclamavam da substituição em qualquer jogo. A respeito destes, cabia aos *donos-treinadores* conhecê-los e decidir se fariam parte ou não de seus quadros. Dentre os jogadores que estive

acompanhando, o mais citado nessa condição de *problemático*, era o veterano Gordo, que vi jogando no Colorado do Seu Queirós, no Vila Paraná do Gabirú e no Guarani do Miranda. Estes donos-treinadores sabiam que se deixassem o Gordo no banco ou o substituísse, ele tiraria o fardamento, não aceitava. “É um baita cara fora de campo, mas no time só dá problema”, disse-me o Miranda ao conversarmos sobre a *contratação* ou não do Gordo para seu *veterano 40* (DC, 12/03/2011). Eram situações como essas que fizeram o Seu Queirós desistir de colocar o Colorado em campeonatos e até mesmo de abandonar sua equipe num amistoso, argumentando “[eles] não sabem, só 11 jogam. [...] Tá cada vez pior, tu tira o cara do jogo ele tira o fardamento e vai embora. Antes vem com aquele discurso de união, pelo grupo, mas no jogo, se não sai jogando, vai embora” (DC, 29/05/2011).

Os argumentos para não ficar no banco eram muito diversos e nem todos envolviam as comparações da habilidade, do tipo “eu jogo melhor”. Para além destes, as reclamações mais comuns diziam sobre o distanciamento da família nos dias de folga do trabalho, como a que observei no caso do Gabirú, vizinho do Miranda, que foi convidado para um amistoso e, antes do início do jogo, notou não tinha sido chamado para *sair jogando*. Não pensou duas vezes. Tirou o fardamento e disse: “Não deixei de comer uma *carninha* com a *nega véia* para vir aqui ficar olhando” (DC, 27/02/2011).

Se os reclamantes são os que *colocam dinheiro* no time a situação do treinador parecia mais complicada, sendo forçado a “colocar o não tão bom e deixar outro melhor fora”, como me explicou o Messias, treinador do Diamante da vila Machado (DC, 29/03/2011), quando conversávamos sobre este assunto. Mas os donos-treinadores não ficavam, necessariamente, reféns destes jogadores, sabiam lidar com eles, criavam estratégias para convencê-los a *ficar fora*. Uma dessas estratégias, bem articulada, foi engendrada pelo Pardal dono do Centenário. Um dos membros de sua equipe era o Dalton, zagueiro não considerado bom, mas que gastava bastante com o time e, por isso, frequentemente *saía jogando*. No entanto, numa partida em que o resultado era fundamental, o Pardal combinou com o presidente da liga para que este dissesse que havia uma suspensão do Dalton. Inventaram esta punição porque ele *não tinha bola* para atuar naquele confronto, quando precisavam estar mais reforçados, sem, contudo, perder o *parceiro-investidor* (DC, 21/05/2011).

Esta lógica dos *reforços* que se sobrepõe aos *parceiros* “do grupo” era mais evidente nas rivalidades, nos *mata-mata* e fases finais das competições. Nestes momentos, emergiam as tensões em torno da inobservância dos “grupos” em prol do resultado. Os que ficavam *no*

banco tratavam de dizer que os *boleiros* só apareciam para jogar *nas boas, nas ruins*¹³² eles não estavam. Novamente, cabia aos treinadores administrar a situação a fim de montar o time para os próximos jogos e campeonatos, tal como fez o Seu Vito, dono-treinador do Taquari, numa semi-final de campeonato:

A partida já se encaminhava para o final, restavam poucos minutos. O Taquari tinha uma vantagem de 2 a 0 no placar. Diante dessa situação, o Seu Vito, treinador, *pediu* a substituição do jogador nº 18, um dos *reforços* do seu time. Este jogador, quando soube que iria ser substituído demorou a responder, não queria sair da partida. Após ter sido substituído e ao chegar no banco de reservas começou a reclamar, dizendo (ou melhor gritando) que seu substituto **“não tem bola pra jogar nas boas”**, isto é, para jogar aquela partida decisiva. “Eu não jogo mais” se referindo a não querer entrar novamente na partida. O Seu Vito grita no mesmo tom que **“ele tem que correr um pouco também, o cara está em todas”**. (DC, 06/06/2010)

Além do “colocar para correr um pouco”, na medida em que os *reforços* começavam a ser recrutados e que se demandava uma equipe *completinha*, eu passava a notar uma série de práticas de incentivos para que os membros das equipes não se ausentassem, especialmente os *boleiros*. Ao convite para a partida já se anunciava que, depois, iria ter churrasco, *galetto*, cerveja e refrigerante. Isto acontecia no entorno do campo (enquanto se desenvolvia o confronto, era fácil observar o movimento das churrasqueiras e das caixas de isopor) ou nas sedes-bares dos times. O dinheiro dos donos, *patrões* e *padrinhos* aparecia, em maior ou menor valor, de acordo com a ressonância das vitórias nas vilas. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o Seu Flores, dono de um mercadinho na vila Paraná e *padrinho*-jogador do time. Não escondendo a felicidade com a classificação para a final do campeonato de 40 anos, *em cima* do principal rival, “[...] abriu a mão, pagou um monte de carne ontem”. Quem contou-me isso foi o Coruja, jogador da equipe que participou do churrasco depois da partida, mostrando-se surpreso, pois o Seu Flores não era de “abrir a mão” (DC, 09/07/2011).

Além disso, em vários casos, notei que o incentivo para os *diferenciados* era o pagamento em dinheiro, R\$ 50,00, R\$ 70,00 ou R\$ 100,00, dependendo da reputação do jogador e da importância da partida. Em algumas situações, no entanto, não era somente com dinheiro que movimentava ou mantinha os jogadores (*reforços/grupo*). O Mano, *patrão* na sua vila, mas também dono-jogador do Morumbi, da categoria veterano 35, colocava *na roda* alguma quantidade de maconha, *crack* ou cocaína. Nas conversas com os *varzeanos*, em

¹³² Jogar *nas boas* é uma expressão utilizada para indicar aquelas partidas que tem ressonância, sobre as quais se fala a semana inteira, antes e depois. Também é utilizada para se referir ao lugar do jogo, quando, por exemplo, se jogava na região centro da cidade, nas praças com mais estrutura, ou *em casa*, diante da comunidade. *Nas ruins* é o contraponto disso.

pouco tempo já sabia quais eram os *patrões*-times que incentivavam dessa forma, mas somente observei tal situação numa oportunidade, numa partida ocorrida na vila Cambé, bastante periférica (DC, 29/05/2011). Os próprios jogadores-usuários de drogas ou que gostavam de churrasco e cerveja estavam atentos para quais times pagavam desta forma. Entre eles, o Nego Zé do Horizonte, que “joga pela *criptonita* [pedra de *crack*]”, como disseram alguns de seus colegas (DC, 17/04/2011) e o Fabinho do Centenário, que, junto com outros dois colegas de time, ficava no entorno do *patrão* Pardal, pedindo para pagar cerveja. Eu observava isso na companhia do Miranda que, na ocasião, disparou o seguinte comentário: “são uns alicates, vivem beliscando o Pardal [*patrão*]” (DC, 19/02/2011).

Fazer parte “do grupo” ou “do time”?

Ainda, para dizer um pouco mais sobre a movimentação dos grupos, vale a referência sobre como vivenciei a trajetória dessa montagem junto com duas equipes: o Bandeirantes do Turco e o Guarani do Miranda. Observando-os não somente entre uma competição e outra, mas também seus deslocamentos “dentro” delas, fez-me a escapar de dizer – como, antes, estava propenso a fazê-lo – que este time era resultado de um grupo aberto e aquele era fechado. Seguindo-os em diferentes espaços-tempos de uma mesma competição, aprendi a tratar a montagem de modo mais dinâmico, impossibilitando-me de classificá-los precipitadamente. Nesse sentido, estar junto com o Bandeirantes¹³³ possibilitou-me perceber uma versão de como a trajetória de montagem de um time se dava a partir de vínculos mais duráveis, estes caracterizados pela presença de jogadores que se diziam “do Bandeirantes” – aqueles que estariam no “grupo do Turco” –, mas também com base em vínculos temporários, denominados de *contratação* ou *reforços*, trazidos/levados para *fazer a diferença* em determinados jogos/campos/fases e/ou diante de determinados adversários. No quadro 6, na próxima página, apresento esses dois grupos, cuja classificação que me foi possível na medida em que convivia com estas pessoas, nos campos¹³⁴, nas festas e bares.

Seguindo este time, logo incorporei a imagem de um grupo estável, relativamente tranquilo de *trazer/levar* para os campos. Esta representação estava na base da afirmação do

¹³³ Em relação a este time, envolvi-me como observador (não participante) do seu único quadro (o veterano 35), procurando estar nos campos e, se possível, acompanhá-los nos deslocamentos pela cidade. Desta forma, pude observar 18 jogos entre março e novembro de 2010, vinculados a 3 campeonatos (municipal, fase da liga; municipal, fase municipal; de verão da liga). Foram 14 confrontos em fases classificatórias, 02 em *mata-mata* e 02 em finais. Destes 07 ocorreram no campo da vila Ibema (*a casa*) e 11 *fora* (noutros 7 campos).

¹³⁴ Nos jogos, seguindo o Bandeirantes, uma de minhas tarefas era a de fazer a súmula do jogo. Ao mesmo tempo em que ajudava a equipe *mandante* e a liga com o preenchimento do documento, isso me possibilitava (re)conhecer com mais precisão quem eram os jogadores.

Miranda, ao dizer-me que o Bandeirantes era “o time mais organizado” entre aqueles que participavam nas suas competições (DC, 17/10/2010). Menos de dois meses antes, numa reunião da liga, o Capitão, goleiro e uma das pessoas que é considerada da *diretoria* do time, que ajuda o Turco, sobretudo, na organização e limpeza dos fardamentos, contava-me que eles cobravam uma mensalidade de R\$ 20,00 dos jogadores – “[...] se quer jogar, tem que pagar no início do mês, o Pará [lateral] faz o controle do dinheiro” (DC, 24/08/2010). Esta organização e colaboração ofertavam contornos mais nítidos a quem pertencia “ao grupo”. E, nas situações em que o Turco recorria aos *reforços*, trazidos para fazer *a diferença*, as tensões com os “do grupo” eram claras.

Quadro 6 – Grupos de jogadores considerados “do Turco” e “reforços”, que formavam o Bandeirantes

“Do Turco” (15 jogadores) Os parceiros que colaboravam	“Reforços” (10 jogadores) Trazidos para fazer diferença
Turco, Capitão, Pará, Rodrigo, Ramos, Prego, Amaral, Santos, Denilson, Cigano, Herton, Casemiro, Pedro, Matias, Willian	Cebola, Adelar, Alceu, Mineiro, Choco, Costa, Lucinar, Denis, Leão, Viola

Em 2010, o Bandeirantes classificou-se para disputar o *municipal* e reforçou o time¹³⁵. Na primeira partida desta competição, o time foi *completinho* (e empatou), na segunda foi só com 12 jogadores (perdeu de 5 a 3) e na terceira chegou bem *quebrada*, com apenas 8 para iniciar. No segundo tempo tinha 13 *cabeças*, mas não adiantou, perdeu de 9 a 1. Nestas condições, um dos jogadores mais identificados com “o grupo”, o goleiro Capitão, membro da *diretoria*, abandona a equipe durante a partida. Abaixo trago um trecho do diário no qual registrei esse abandono.

Fui direto para o campo do parque Formosa, onde o Bandeirantes enfrentaria o time considerado o mais forte do grupo. Assim que cheguei, vi o Borracha (dono da kombi fretada para levar os jogadores; R\$ 5,00 por pessoa) na arquibancada e me dirigi ao seu encontro. A primeira frase que o Borracha disse quando me viu foi “hoje estamos *quebrados*, só vieram 8”. Ao lado do Borracha, estava o Amaral, membro do time, mas que não podia jogar porque estava suspenso (expulsão). Vendo o time *quebrado* este jogador disparou a seguinte explicação: “trazer jogador de fora dá nisso”, se referindo ao fato de que os *de fora* não tem compromisso com o grupo e acabam por afastar aqueles que tem/tinham, pois estes já antecipavam que vão ficar no banco. No primeiro tempo da partida o Bandeirantes já estava perdendo por 6 a 0. O time *quebrado* era motivo de desânimo para todos, especialmente para o Capitão, goleiro, mas que colabora bastante com o time, lavando os fardamentos. Desanimado, depois de levar alguns gols, o Capitão já não demonstrava o mesmo esforço nas defesas. Mas a situação ficou ainda pior quando um dos

¹³⁵ Os reforços foram ainda mais necessários porque o Bandeirantes disputava duas competições simultâneas. Cumpriam o *camê* do municipal nas tardes de sábado, em regiões nem sempre próximas, e cumpriam o *camê* do campeonato de verão da liga da vila Paraná, nas manhãs dos domingos. Já no primeiro final de semana dessa matarona de jogos, o Turco reconheceu que “tenho que contratar”. Naquele dia, já trouxe o Adelar (do São Pedro) e o Mineiro (do Itapejara), como *reforços* (DC, 19/09/2010).

reforços de seu time lhe acusou de desviar da bola numa cobrança de pênalti. Isto ocorreu no final do primeiro tempo e foi a *gota d'água*. Assim que o árbitro apitou o final deste período, o Capitão saiu de campo e entregou seu uniforme. Ao seguir para o vestiário, passou por mim e pelo Borracha, reclamando “eu faço tudo, depois do trabalho pego os fardamentos, deixo prontinho para o jogo e os caras fazem isso. Tão falando que a culpa é minha [do 6 a 0]”. Na frente do vestiário, o Capitão encontra o Turco, que tinha ido buscar o Grilo em casa – um dos *reforços* contratados. O Turco tentou, mas não conseguiu convencer o Capitão a ficar. (DC, 02/10/2010)

Nos jogos seguintes a este, observei que o Capitão não foi jogar pelo time nas partidas *do municipal*, mas permaneceu com “o grupo” no campeonato de verão da liga. Questionei colegas de grupo do goleiro sobre a ausência e eles disseram que era por causa das “*contratações do Turco*” para *o municipal* (DC, 23/10/2010). Assim como o goleiro, era visível a preferência de outros jogadores em jogar o campeonato de verão (da liga, nas vilas), do que participar *do municipal*. Esse descontentamento com os *boleiros* não era exclusividade do Capitão. O lateral Casemiro, ao demonstrá-lo disse que “só joguei 10 minutos ontem, gasto gasolina para carregar homem e só jogo 10 minutos?!” (DC, 19/09/2010). O próprio Pará, da *diretoria* (tesoureiro), que *saiu jogando* em todos os compromissos da fase classificatória, *foi para o banco* nas fases mais decisivas, diante da escalação dos *reforços*. Ele também demonstrava seu descontentamento por jogar pouco, mas aceitava a explicação do Turco (dono-treinador-jogador): “vamos sair com o que temos de melhor, amizade é amizade, competição é competição”. Esta frase foi proferida durante a *escalação* do time para a final do campeonato de verão, quando o Pará foi, mais uma vez, *para o banco* (DC, 02/11/2010), mesmo sendo “do grupo”, dando lugar para aqueles que *tinham mais bola*.

Esta frase e o momento em que ela foi dita significavam muito. A produção do compromisso para fazer parte “do grupo” pode envolver diferentes laços de conhecimento, como, por exemplo, amizade, parentesco, vizinhança e conterraneidade. Porém, a produção do compromisso com “o time” parece estar mais vinculada com a *diferença* que se faz em campo, jogando futebol. Seguindo o Bandeirantes na sua **trajetória dos jogos** pude observar essa relação se alterando “do grupo” em direção “ao time”, acentuando, em certa medida, a instabilidade dos mais identificados com “o grupo”. Contudo, embora esta fosse uma lógica bastante recorrente, não poderia dizer que se tratava de uma direção facilmente generalizável, para explicar outros times, no mesmo circuito. Afirmo isso, porque, ao observar a trajetória do Guarani do Miranda, em diversas categorias, especialmente nas categorias livre e veterano 35 anos¹³⁶, notava uma lógica quase que oposta: suas equipes começaram sem “um grupo” bem

¹³⁶ Em relação ao Guarani, inicialmente, estive envolvido como observador, mas, em alguns momentos, estive participando enquanto ajudante do Miranda. Desses modos, acompanhei 24 partidas, entre março de 2010 e maio de 2011 (10 da categoria livre; 09 de veteranos 35; 04 de veteranos 40; e 01 de veteranos 50 anos), a maioria

definido e, nos jogos com rivalidades ou de fases decisivas, recorria-se a um arranjo de pessoas que se podia denominar, mais claramente, como “do grupo”, ainda não fosse o “seu grupo”.

Ao seguir o Miranda e o Guarani pelos campos da cidade, confesso que ficava bastante ansioso com a forma como se *traziam/levava as cabeças*, quase sempre com dificuldade para *fechar 11*. Normalmente alguns jogadores eram comunicados e estes, então, repassavam a informação aos seus *conhecidos*. Depois de alguns meses, já não me surpreendia com a rotatividade de pessoas¹³⁷, pois o Miranda estava, a qualquer momento *contratando*, misturando a necessidade de *completar os quadros* e de *reforçá-los*. Em várias ocasiões, antes das partidas, estava o Miranda preocupado em conseguir 11 pelo menos, ligando para alguém, correndo até casas de moradores vizinhos, conversando com quem estava nos arredores, perguntando se queria *correr um pouco*. Bem diferente da estabilidade do grupo do Bandeirantes, junto com meus interlocutores, já reconhecia o Guarani pela instabilidade e pela quase constante necessidade de *completar* antes do jogo.

Porém, quando a partida implicava alguma rivalidade ou a imperiosidade da vitória para continuar na competição, o Miranda tratava de tornar os *quadros* mais coesos, competitivos e compromissados, de modos diferentes:

1. **Escolhendo “bem” os locais da partida:** no caso do time de veteranos com mais de 40 anos, optava por *mandar* os jogos em campos distantes de sua vila. Fazia isso porque grande parte dos membros chamados para a partida – o que não significava que estavam inscritos – residia nas vilas no entorno dos campos escolhidos, sendo a proximidade, o deslocamento e o envolvimento da comunidade elementos fundamentais para garantir a presença de um time mais competitivo. Com muita perspicácia, o dirigente aproveitava o “grupo” próximo do campo. Este era um dos aspectos que fez o Guarani optar *mandar* suas partidas em *casas* diferentes, algumas bem distantes.
2. **Trazer e incentivar “os sobrinhos” de Canoas:** no *primeiro quadro* a coesão, competitividade e compromisso passavam pela convocação dos seus sobrinhos da cidade de Canoas (região metropolitana de Porto Alegre). Durante a semana o Miranda ligava para o Tonho e para o Jesus, acertando as condições para que seus familiares estivessem em campo no final de semana. Pagava gasolina, cerveja, refrigerante e, algumas vezes,

deles em competições realizadas pela liga da vila Paraná. Para além da liga, somente acompanhei o primeiro quadro no campeonato municipal – fase organizada pela Gerência de Futebol –, no segundo semestre de 2010.

¹³⁷ O limite de 25 inscritos, estipulado pelos regulamentos rapidamente era ultrapassado, chegando facilmente a 35 membros. Quando tinha que apresentar a ficha de inscrição, o Miranda escolhia quais deixar. Apagávamos o restante, aqueles com os quais não podia contar.

providenciava um *galeto* ou um churrasco antes ou depois da partida. Para três jogos que disputou no municipal de 2010, quando necessitou da coesão de seus familiares, contou-me que “gastei R\$ 320,00 do bolso, faz falta no orçamento da obra lá em casa” (DC, 31/10/2010).

3. **Contar com os veteranos “parceiros” de longa data:** em algumas partidas, quando percebia que não conseguiria levar um time, o Miranda recorria aos seus *parceiros* de longa data, sabendo que estes não lhe deixariam *na mão* na hora do jogo. Em face a isso é que o seu *primeiro quadro*, mesmo em fases decisivas ou nos jogos *do municipal*¹³⁸, contava com um grupo de veteranos com mais de 40 anos de idade (Cebola, Coruja, Zezé, Magrão e o Jesus), no qual podia confiar. Muitos diziam que o Guarani somente estava jogando vaga fora, pois poderia contar com jogadores mais jovens, mas o que estava colocado não era somente o resultado da partida e sim a necessidade de “um grupo”.
4. **Contratação de jogador e “pagamento” em dinheiro:** em 2010, depois de ter conquistado o título da fase regional com o primeiro quadro, o Miranda anunciou que somente iria disputar o municipal porque um empresário do ramo da construção civil, conhecido do Jesus, um dos jogadores, disse que iria *colocar dinheiro* no time. Este empresário chegou a pagar um jogo de fardamentos, mas depois desapareceu. Nisso, o Miranda já havia confirmado a presença na SME e tinha *contratado* o Paulo, jovem jogador sem contrato no circuito profissional, para *reforçar* o Guarani nas partidas *do municipal*. O Paulo jogou duas partidas, recebendo R\$ 50,00 em cada uma delas.

O que estas estratégias postas em operação pelo Miranda mostravam é que a montagem dos times, apesar de não excluir, não estava somente implicada numa direção única, em favor dos *diferenciados*. As trajetórias de montagem podiam ser diferentes e plurais, como mostra a perspicácia do dirigente do Guarani. Sem ignorar, é claro, o fato de que os jogadores chamados *conheciam a bola*, o local de moradia, as relações de parentesco e o grupo de amigos mais próximos estavam nos cálculos de como levar/trazer as *cabeças*. Isso, somado às constantes complementações de urgência, na beira do campo, rendia um coro de reclamações dos adversários, acusando o Miranda de começar o campeonato com uma equipe e terminar com outra¹³⁹, o que não era o caso para o requerimento de punições, como

¹³⁸ Em geral, considera-se que os adversários *no municipal* são os melhores, já que passaram pelos crivos nas suas regiões.

¹³⁹ Como o Miranda era o presidente da liga, ele é quem cuidaria dos limites das inscrições, mas não o fazia nem em relação aos seus times, nem em relação aos outros. Acabei assumindo essa tarefa no período da pesquisa nas

suspensões e exclusões. O esforço de levar o melhor time possível para o jogo e o “respeito” nisso implicado suprimia aquilo que, em outros espaços do circuito, seria considerado um problema grave.

* * * * *

Nesta seção procurei tratar de como a montagem dos grupos-times não ocorria apenas previamente às competições, se desenvolvendo em **trajetórias possíveis** no decorrer delas, **não somente em uma única direção**. Se antes, nos campos do centro, observando os times “de longe”, eu tendia a dizer que eles seguiam “fechados” para os jogos durante a competição – no sentido descrito por Alana Gonçalves (2002) a respeito do futebol amador na cidade de Juazeiro do Norte¹⁴⁰ –, ao seguir os 5 times das vilas, esta minha classificação se mostrava por demais arbitrária. Isto ficou bastante claro na medida em que eu acompanhava essas trajetórias de montagens e as disputas simbólicas que as perpassavam. Tentei expor algumas destas disputas, as mais recorrentes, representadas pelas seguintes questões, que serviram de sub-títulos: Futebol é futebol? Quem vai tem que jogar/ganhar? Time quebrado é desrespeito? Faz parte “do grupo” ou “do time”? Permearam estas questões algumas reflexões sobre como outras agendas do cotidiano e as ressonâncias presumidas dos confrontos entre os rivais atuam na organização e movimentação dos jogadores. Também procurei destacar as noções de *respeito ao adversário* e *respeito aos que se fardaram* e suas relações com a perspicácia dos donos-treinadores em lidar com um jogo de reciprocidades que está no cerne da manutenção do time.

No entanto, creio que um dos achados desse olhar para as trajetórias deva ser destacado, especificamente, a possibilidade de olhar um “time” de futebol em duas dimensões simbólicas, mais ou menos imbricadas: “os grupos” e os “reforços”. Enquanto “os grupos” ocupariam um lugar de mediação com as tramas urbanas (amizade, parentesco, vizinhança, etc.), “os reforços” teriam seu lugar na mediação com a competição (fazer *a diferença* no

vilas, mas, se no início era intolerante quanto a estes limites, logo notava que a montagem dos times precisava ser mais dinâmica, implicando outras lógicas de coesão e comprometimento.

¹⁴⁰ Em seu estudo sobre o futebol, Alana Gonçalves (0000) identificou o que chamou de “diferenças internas” (p. 43), estas relacionadas a dois tipos distintos de futebol amador: os jogos “abertos” e os “fechados”. Entre as diferenças internas, a autora destacou que os jogos abertos não tinham uma definição a priori dos times e da arbitragem, os horários não se limitavam aos longos períodos de descanso de sábados e domingos, a diferenciação das equipes não passava pela utilização de uniformes, não havia uma diferenciação mais clara entre jogadores e torcedores. No futebol fechado, os times eram definidos previamente, assim como a arbitragem, o uso de uniformes e equipamentos específicos era visível, os horários das partidas ocupavam longos períodos de sábados e domingos e havia uma divisão mais clara entre aqueles que jogavam e os que torciam.

futebol). Não se trata de uma divisão clara na prática, mas categorias nativas verossimilhantes que me possibilitaram compreender um pouco mais sobre a montagem dos “times” para os seus compromissos. Não desconsidere a possibilidade acompanhar trajetórias de “grupos-reforçados”, mas o que observei circulando nas vilas – creio que bem ilustrado no caso do Bandeirantes do Turco –, sem dúvida, destacavam o quanto a “entrada nos times” era menos suscetível à discussões e tensões quando isso acontecia através dos “grupos”. Disputa semelhante foi descrita por Rigo (2007, p. 89), ao tratar das memórias da Sociedade Recreativa Arealense, citando os transtornos causados pelos “estrangeiros” que reforçavam a equipe de um bairro de classe popular da cidade de Pelotas, deixando fora um “prata da casa”.

3.3.4 O valor da *rede de conhecidos*

No início deste capítulo descrevi o quanto as pessoas que se denominavam *da diretoria* chamavam minha atenção. Naquele momento, não conseguia vê-los para além de suas ligações ao celular, da preocupação com a bola e com os fardamentos. Mas, agora volto a colocar em destaque estas pessoas, no sentido de descrever como fui compreendendo o trabalho delas na sustentação dos grupos-times e, simultaneamente, em vários casos, no próprio-sustento. Essas diretorias, tal como as observei, normalmente, são lideradas por uma pessoa que responde pelo time, em relação a qual utilizava, sem problemas, a indicação de posse, como, por exemplo, o Guarani “do” Miranda. Nos 05 times que acompanhei mais de perto, estes “donos” não estavam sozinhos *na diretoria*. Contavam com a colaboração mais ativa de outras pessoas, porém não muitas, conforme aponto no quadro 7, abaixo.

Quadro 7 – Donos e colaboradores das *diretorias* dos 5 times observados.

Time e “dono”	Colaborador e vínculo
Bandeirantes do Turco	Capitão (goleiro) e Pará (joga na lateral)
Esperança do Borracha	Everton (filho)
São Pedro do Fogaça	Edilson (sobrinho, treinador do veterano 35 e jogador do livre)
Cerro Azul do Vargas	Lauto (irmão) e Duda (vizinho e treinador do veterano 35)
Guarani do Miranda	Jesus (sobrinho) e eu (acabei assumindo algumas tarefas)

Outras pessoas colaboravam, mas estas listadas no quadro eram as que frequentemente estavam envolvidas em montar e manter os times. Não seria descabida a afirmação de que são *da diretoria* os que estão dispostos a colaborar com o time de alguma maneira (organizando fardamentos, fichas, *colocando* dinheiro ou outros incentivos, pagando churrasco e cerveja, etc.). Acompanhando-as (e ajudando o Miranda) em jogos, reuniões e

festas, notava que lhes pesava uma lista de preocupações e tarefas, que não se resumia a conseguir/ter um fardamento. Esta pode ser a primeira delas, mas sem dúvida, não era a única:

- **Ter fardamentos:** em jogos *valendo* era impreterível o uso de fardamentos¹⁴¹. Era preciso ter pelo menos um jogo de camisas, calções e meias e alguém que assumisse a responsabilidade pela sua lavagem, reparos, organização e controle. O fardamento era, certamente, um indicador da seriedade do time, comunicando aos jogadores se *a barca era boa ou não*. Equipes que jogavam com fardamentos em melhores condições e contavam com mais de um modelo não passavam despercebidas.
- **Ter campo e bola:** nas ligas das vilas, os times apontavam o campo no qual *mandavam* seus jogos e se apresentavam em todas as partidas com uma bola em condições de uso. Ter um campo não significa a propriedade deste, mas a disponibilidade ou garantia de utilização nos horários acertados com os outros times *da casa*, com os adversários e com a liga. Por exemplo, no campo da vila Ibema, no domingo à tarde, 04 times alternavam os dois horários (das 13:30 e das 15:30). Enquanto dois jogavam *em casa*, dois jogavam *fora*. Aqueles que jogam *em casa* eram responsáveis pela marcação do campo.
- **Pagar taxas:** antes ainda das competições ou durante as primeiras rodadas os representantes eram chamados a pagar as taxas de inscrições e, por ocasião de cada jogo (de preferência antes do início), deviam entregar ao árbitro a sua parte da taxa de arbitragem (cada time pagava metade dela). Em 2011, como mencionei no capítulo anterior, a liga da vila Paraná vinculou a venda de ingressos do Jantar-Baile de Escolha da Rainha da liga ao pagamento da arbitragem. As equipes que venderam 20 ingressos foram dispensadas de pagar o árbitro na beira do campo.
- **Organizar o transporte:** outra tarefa mais ou menos compartilhada entre os membros das equipes era o deslocamento até os locais das partidas. A maioria era organizada a partir dos veículos particulares, mas ao passo que se precisava garantir um time competitivo e *completo*, tornava-se importante contratar uma *kombi* ou um ônibus. Os custos com o transporte fizeram alguns times desistirem de participarem *do municipal* (no qual não se paga inscrição e nem arbitragem), porque os deslocamentos são maiores e os membros da equipe já não querem usar seus carros e gastar sua gasolina.
- **Garantir pelo menos um time:** uma vez acertado, o compromisso com o adversário devia ser respeitado. No caso *do municipal*, esse compromisso era acentuado, porque não

¹⁴¹ No caso dos times que somente tem um fardamento e enfrentam um adversário (visitante) que se apresentou com um da mesma cor, não era nenhum problema jogar com o uniforme do lado avesso, tal como ocorreu com o Tarumã do Seu Pires, ao enfrentar o Marialva do Gil (DC, 07/08/2010).

havia a possibilidade de *acertos*. O não comparecimento determinava suspensões sumárias que implicavam limitações na participação em campeonatos vinculados à SME. Alguns times que se classificaram para o *municipal* abdicaram de suas vagas porque não estavam seguros da coesão do grupo e não tinham como incentivá-los de alguma forma (cerveja, galletos, churrasco, dinheiro, etc.).

- **Participar de reuniões da liga:** semanalmente eram realizadas reuniões para definição das rodadas seguintes. Nelas eram fechados os *acertos* de datas, locais e horários das partidas, seguido da entrega da súmula. Também eram momentos de: entregar/receber documentos e fichas; entregar as súmulas dos jogos realizados; ficar sabendo dos resultados, da pontuação, das suspensões. Não raro, uma pessoa representava o seu time e outros da mesma vila, porque estes não puderam vir ou porque acertaram um rodízio de participação.

Trouxe essa lista de preocupações e compromissos não com o objetivo de afirmá-la como única, mas para dizer que a *diretoria* agregava responsabilidades e, para atendê-las engendrava uma série de estratégias que impactavam sobre a manutenção dos grupos-times. No período de trabalho de campo nas vilas, pude acompanhar algumas dessas estratégias. Apresento a seguir aquelas que mais se destacaram, porém ao fazer isso, o principal enfoque em como tais estratégias imbricam a “vida dos times” com a “vida dos membros da *diretoria*” que procuram mantê-los.

Arrecadação de dinheiro com os jogadores

A dificuldade é financeira, o cara [jogador] que chega eu cobro 2 pilas pela vaga. Despesa do Toledo, 3 reais eles tem que pagar, 2 da arbitragem, 1 para minha mulher lavar o fardamento. [...] eu controlo o fardamento, boto [no caderno] do 1 até o 20, [...] então ali vai do 1 até o 20, aí o jogador bota a camiseta com a numeração e o do lado se deu os 3 pilas ou não, aí se faltar se eu pagar 20 dá 60 conto [R\$ 40,00 da arbitragem e R\$ 20,00 do fardamento]. E se não dão 60, dão 50, 55 o Gomes [dirigente] toca, né. Eu tenho que completar. (GOMES, 2011)

Iniciei com este relato do Gomes, presidente do Toledo da vila Marechal e treinador do *primeiro quadro*, porque ele ilustra bem o esforço de arrecadação de dinheiro com os membros do time, que foi, sem dúvida, a maneira mais recorrente nos meus diários de campo. Este “pagamento da vaga” ocorria não somente em relação às despesas de arbitragem e fardamento, mas também para o pagamento das taxas de inscrição. O pagamento, vale ressaltar, não significa uma “compra de vaga”. Esse dinheiro era retraduzido na lógica da

comunicação de pertencimento, isto é, de alguém que estava colaborando, afinal esse pagamento deixava os rastros de seu compromisso com “o grupo”, algo que antecedia ao compromisso com “o time”.

Mas, por outro lado, os jogadores não *colocavam dinheiro* sem conhecer, sem antes avaliar se “o time” era sério, sem notar que tinha um campeonato e que o dinheiro era realmente para o time. Em face disso o dirigente do Boa Vista da vila Cambé deixava para arrecadar o dinheiro da taxa de inscrição nas primeiras rodadas do campeonato, argumentando na reunião da liga que “eles [os jogadores] tem que ver que o negócio é sério, participar de um ou dois jogos, aí eles pagam” (DC, 24/08/2010). O mesmo acontecia com a taxa de arbitragem. Por mais que se orientasse e exigisse que o dinheiro do árbitro fosse entregue antes da partida, para evitar problemas – alguém recusar-se a pagar em face da avaliação negativa do trabalho –, o que ocorria comumente era o pagamento depois do término do confronto. Era mais difícil *pegar dinheiro* dos jogadores antes, já que eles não sabiam se iam *correr um pouco* ou não. Depois da partida, essa tarefa se tornava consideravelmente mais tranquila. Rapidamente colocavam a mão no bolso para contribuir como podiam, sem prejudicar, é claro, o dinheiro da cerveja. Aliás, as reclamações das *diretorias* de que os jogadores tinham dinheiro para a cerveja e não tinham para o time eram bastante recorrentes.

Os jogadores não eram ingênuos, sabiam que nesta arrecadação a *diretoria* poderia lucrar, conseguindo mais dinheiro do que o suficiente para pagar a taxa de inscrição e arbitragem. Esse era o caso, como muitos sabiam, do Seu Pires do Tarumã, que disputava os campeonatos de 40 e 50 anos na liga da vila Paraná. Para participar dos campeonatos de 2011, o Seu Pires pagou a inscrição com um cheque de R\$ 500,00, pré-datado para 73 dias depois da data de efetivação do pagamento da taxa. O presidente liga aceitou, e repassou o cheque para a empresa de troféus. O que me deixou surpreso no momento do pagamento foi que o Seu Pires pediu uma fotocópia do cheque, pois ela serviria de prova para arrecadar o dinheiro com os seus jogadores. Mas não era só isso, como contou-me o presidente da liga: “esse aí é muito esperto, deu o cheque para junho e vai lucrar com dinheiro à vista” (DC, 29/03/2011). Outro dirigente com *fama de ligeiro* era o Seu Juca do Iguatu. Durante uma conversa no bar-sede do time, um de seus jogadores franqueou-me que “[...] esse é o único [dirigente] que sai *pelado* [sem dinheiro], volta *molhado* [embriagado] e com alguma moeda no bolso” (DC, 26/03/2011).

Esta situação era mais comum entre os veteranos, reconhecidos por colaborarem mais na manutenção dos times e, portanto, do próprio espaço-tempo de lazer. Vi isso na felicidade do Miranda do Guarani de 50 anos, relatando que “é primeira vez que não tinha

colocado nada para levar o time, todos contribuíram para pagar a *kombi*, a arbitragem e até o sabão em pó” (DC, 03/04/2011). Já, no caso dos amadores não faltavam reclamações de que a *gurizada* não tinha dinheiro e quando tinham, não colaboravam nas despesas. Aqueles que inscreviam times nas categorias livres já antecipavam que se quisessem manter a equipe competitiva não poderiam cobrar dos *guris*. Foi essa explicação apresentada pelo Vargas do Cerro Azul, quando o presidente da liga lhe cobrou a quitação da inscrição, dizendo para que arrecadasse com seus jogadores. Em resposta, o dono do time disse que “se cobro um real dos meus jogadores, fico sem time” (DC, 16/03/2010), se referindo ao fato de que somente pagariam os ruins, os bons iriam para outras equipes da vila.

Sobretudo no amador, a noção de que os que pagam são os *ruins* era muito forte. Foi por este motivo que o Messias, treinador do Diamante da vila Machado demonstrava sua satisfação na vinculação da taxa de arbitragem com a venda de ingressos do Jantar-Baile. Com a taxa de arbitragem já quitada antecipadamente, ele não teria o problema de deixar fora os *bons* – sem dinheiro – e colocar os *ruins* no jogo somente porque estes é que sustentavam a equipe. Foi por isso também que o Borracha do Esperança da categoria livre dizia, com orgulho, que “tirei *as estrelas* do time e está melhor do que no ano passado”, mas ao falar sobre a melhora, junto com a vitória num amistoso, se referia a colaboração dos membros: “Os *guris* até estão me surpreendendo. No vestiário, cada um dá R\$ 2,00 pelo fardamento. Fiz uma rifa de 20 Kg de carne e uma caixa de cerveja a R\$ 1,00. Cada jogador ficou com 20 números para vender” (DC, 12/03/2011). Entretanto, quase dois meses depois, o Esperança perdia o seu principal jogador, o Paulo, que atuava no circuito profissional, mas estava *sem contrato*, para o Rio Branco do Vieira e do Miranda, que ofereceram R\$ 50,00 por partida (DC, 08/05/2011).

Copa, bar, excursão para fazer renda

Não seria estranho dizer que os veteranos de 40 e 50 anos sustentam as suas equipes a partir das arrecadações entre seus membros (um auto-financiamento). Já, no caso do amador e do veterano 35, era mais clara a necessidade da *diretoria* em *fazer renda*, isto é, criar maneiras (complementares/alternativas) para manter o time com condições de *chegar*, isentando ao máximo os jogadores de arrecadações, oferecendo incentivos e providenciando transportes. Dentre as práticas para *fazer renda*, pude acompanhar de perto o funcionamento de *copas*, de bares-sedes e de excursões. E, ao fazê-lo, percebia o quanto a minha expectativa

de encontrar uma divisão entre as coisas do time e as coisas do dono do time não encontrava sentido.

Nas minhas primeiras incursões em campo, rapidamente soube que as *copas* tinham seus lugares na manutenção dos times. Nas reuniões da liga, presenciava acertos para fazer os jogos num ou noutro campo, porque um determinado time precisava *fazer renda*. E, uma vez acertado isto, a partida (e a renda) ocorria com a anuência dos adversários e do presidente da liga. O próprio fato dos jogos serem *em casa* e *fora de casa*, na primeira fase, adquiria sentido nessa lógica de manutenção do time, tanto é que apareciam as reclamações de que alguns só queriam fazer jogos *em casa*, não queriam *sair*. O principal alvo desse tipo de reclamação era, sem dúvida, o Seu Olívio do Mariluz, que administrava uma *copa* no seu campo, cujo empreendimento não podia ser dito como do time, era simultaneamente uma fonte de renda para sua família. As próprias tarefas da *copa* eram executadas pelos familiares do Seu Olívio, principalmente por sua esposa e filhos. A venda de bebidas, especialmente cerveja, e de salgadinhos era intensa (DCs, 24 e 31/10/2010).

Se, por um lado, eu poderia pensar que as *copas* eram montadas para sustentar os times, o inverso também ocorria, isto é, que os times (e seus diversos *quadros*) eram montados para sustentar as *copas* e, não raro, seus donos (e família). Nesse sentido, não foi surpresa ouvir a afirmação do Pardal do Centenário de que procuravam manter dois ou três *quadros* em funcionamento porque “não dá para manter a *copa* com um time só” (DC, 16/05/2010). No caso do Pardal, a *copa* não tinha o objetivo de arrecadar dinheiro para sua família, pois se tratava de um bar terceirizado dentro da estrutura que pertencia a associação e que precisava de *movimento*. Porém, nos casos do Borracha do Esperança e do Miranda do Guarani, que, em 2010, eram sócios na *copa* do campo da vila Ibema a finalidade de *fazer renda* para a sustentação da família era mais explícita, se misturando com o dinheiro *investido* nos seus times. Não era o caso, portanto, de descartar um dos lados. Em entrevista, quando questionei o Miranda a respeito dessa relação (trabalho-lazer), a sua resposta foi a seguinte:

[...] o futebol ele tem duas formas né, ele **ao mesmo tempo** que tu faz o futebol ele também tem a geração de renda, ele se torna geração de renda. Não só para mim, mas para muitos que têm uma *sede*, que têm os times, que têm as *copas*, eles fazem os bailes, as festas. Então o futebol ele é um gerador de renda, ele gera uma renda, depende de que forma o cidadão está estruturado. Mas eu já vejo ele para mim com dois sentidos, **além de ele ser um lazer, ele também em outro momento gera renda.** (MIRANDA, entrevista, 2011)

Esta resposta não podia ser mais ilustrativa do que eu estava apreendendo – diluir as fronteiras entre trabalho-lazer, renda familiar-time. Vivenciei essa diluição numa excursão¹⁴² organizada pelo Miranda, sob o título de uma atividade do futebol – “Excursão do Guarani para Rolante”. Para encorpar a excursão (e os rendimentos), o organizador convidou o Manchester do Tio Camilo (time da mesma vila) e o Cerro Azul do Vargas (de outra vila). Foram fretados dois ônibus e um micro-ônibus, utilizados para levar 138 pessoas até o Greminho de Rolante, local especializado nessa atividade, que oferece um campo (e times para jogar contra), estrutura para almoço (que elabora e serve), parque infantil e um balneário de rio. Cada adulto/adolescente pagou R\$ 25,00, valor equivalente ao transporte e ao almoço, sem as bebidas. No final, subtraindo as despesas de ônibus e de almoço, sobraram R\$ 970,00 para o Miranda, mas este valor não representava uma conta exata, porque seus familiares (esposa, filhos, cunhado e irmã) e alguns *parceiros* mais próximos (dois jogadores de seus times e esposas) foram dispensados de pagar. A excursão era “do futebol” e efetivamente foram realizados jogos contra os times *da casa* (do Greminho), porém, além disso, aquele espaço-tempo denotava que se tratava de uma forma de lazer em família e amigos-vizinhos. A maioria dos que foram não jogaram futebol, mas, junto com os que jogaram, aproveitaram o almoço (muito elogiado pela organização, qualidade e quantidade servida), as muitas rodas de cerveja, o jogo de baralho, os banhos no balneário e as brincadeiras nos parquinhos. O Miranda, quem organizou em nome do Guarani e *gerou renda*, não vivenciou de forma diferente dos demais (jogando, conversando, comendo, bebendo, brincando), embora, vez ou outra, estivesse resolvendo alguma pendência.

Essa mesma lógica de fazer algo que *levava o nome* do time, mas obter *renda* sem, no entanto, deixar de vivê-lo como algo divertido, também pude notar nos bares que eram indicados ou denominados como *sedes*, estando aos cuidados de um membro da *diretoria*¹⁴³. Alguns deles eram, inclusive, extensões da própria residência do membro da *diretoria*, dentro da vila, não muito próximos do campo denominado de *a casa* do time. E, embora elas fossem pintadas nas cores dos times, que suas paredes referissem suas histórias (por meio de brasões, bandeiras, quadros e fotografias dispostos em meio às propagandas de cerveja, aos avisos típicos como “não fazemos fiado” e aos troféus e medalhas colocados em locais privilegiados), funcionavam enquanto negócios particulares, ainda que se fossem pontos de

¹⁴² As excursões “dos times” eram freqüentes, principalmente nos períodos de férias e quando não estão sendo realizados campeonatos. Caminhando pelas vilas, nas paredes das sedes-bares dos times não era difícil observar um cartaz com a agenda das excursões.

¹⁴³ Os lugares como estes que conheci foram: o do Martinez do Mandaguari, vila Guaporé; o do Canhoto do Toledo, vila Marechal; o do Seu Vito do Taquari, vila Marajó; o do Guerra do Diamante, vila Machado; e o do Geraldo do Rio Azul, vila Ibema.

encontro e de sociabilidade de jogadores (depois dos expedientes de trabalho, antes de depois das partidas). Um dos exemplos era o do bar-*sede* do Toledo da vila Marechal, administrado pelo Canhoto, que o Gomes (presidente do time), chama de “meu vice [da liga]” e “meu zagueiro [do time]”. Observando o Canhoto, que mora *nos fundos* com a família, e seu envolvimento com o time, aprendi que não é o caso de operar separações ou acusações, dizendo que o bar-*sede* exista para atender as demandas de *renda do time* ou que o Canhoto faça parte da *diretoria* para obter lucros financeiros disso. As duas coisas estavam imbricadas e as fronteiras embaçadas.

Conseguir um empresário, um candidato ou um patrão

Outra maneira de sustentar(-se) envolvia a colaboração de uma pessoa “com recursos”, disposta a colaborar de alguma forma na manutenção do time. Os períodos pré-competições eram aqueles em que mais se avultavam as conversas sobre *conseguir um empresário* (empreendedor do ramo de comércio, serviço ou indústria) ou um *patrão* (chefe ou membro de facções ou quadrilhas do tráfico de drogas). Já em períodos que antecediam eleições para cargos eletivos do poder público, aumentavam os rumores sobre *conseguir um candidato* para apoiar um time ou um campo.

Acompanhei alguns desses vínculos. Em que pese os empresários, um dos principais exemplos era o time de veteranos com mais de 40 anos do Marialva. Sobre ele, era possível dizer tranquilamente nas conversas que tratava-se de um time que tinha um empresário, pois se sabia que o Gil (jogador-capitão do time) era proprietário de uma empresa da área de segurança e *colocava dinheiro* no time, colaborando no pagamento das inscrições, arbitragem e até mesmo de alguns jogadores, como o dinheiro, a cerveja e a gasolina que dava para o Cebola – *centrovante matador*. O caso do Gil do Marialva era o mais desvelado nas vilas, em relação ao dinheiro. Mas, outros pequenos empresários também o faziam em pequenas colaborações, como o Borracha do Esperança que, em 2010, ainda tinha um *mercadinho* na vila Ibema e deixou um jogador fazer compras em troca de seu comparecimento na partida, ou como o Seu Flores, proprietário de um *mercadinho* e de um bar na vila Paraná e *colocava dinheiro* no time local, ajudando, vez ou outra, a custear algumas despesas (inscrição, arbitragem, carne, cerveja). Contudo, tanto Borracha como o Seu Flores, pode-se dizer, faziam parte das diretorias dos times nos quais *colocam dinheiro*.

De modo diferente, envolvendo pessoas de fora “do grupo”, acompanhei somente o caso do empresário que o Miranda do Guarani conseguiu através do Jesus, um de seus

jogadores (e parente). Este empresário assistiu ao jogo que resultou na conquista do título da liga em 2010 e, sentindo-se parte do grupo pela relação de trabalho e amizade com o Jesus, pagou o churrasco de comemoração na vila. Neste momento, o Miranda e o Jesus lhe convenceram a colaborar com o time nas despesas da fase municipal¹⁴⁴ e na aquisição de dois fardamentos, no qual estaria estampada a logomarca da empresa. O empresário chegou a pagar um fardamento (R\$ 700,00), mas durante *o municipal*, acabou abandonando o Miranda e o Jesus no que se refere ao custeio das despesas do time (gasolina, cerveja, refrigerante e o pagamento do Paulo, jogador *contratado* para fazer *diferença*), fato que gerou muitas reclamações do Miranda que, então, tinha que tirar dinheiro do bolso para não *sujar o nome* da equipe. Sem o dinheiro do empresário, o objetivo no municipal passou a ser não classificar para a próxima fase, mas também não *dar WxO* e não prejudicar os jogadores.

Porém, antes ainda de *ter um empresário*, o Miranda já administrava possibilidades de *conseguir um candidato* que pudesse *trazer recursos* para o Guarani. Em três oportunidades, estive presente com ele em gabinetes da prefeitura municipal, onde trabalhavam funcionários envolvidos na coordenação da campanha de um candidato a deputado estadual, nas eleições de 2010. Aproveitando-se do interesse manifesto sobre sua extensa *rede de conhecidos do futebol*, o Miranda insinuava que iria *trabalhar para o candidato* – no sentido de *trazer votos*. Em contrapartida, solicitava algumas colaborações para o time e foi, efetivamente, beneficiado com ônibus¹⁴⁵ e *galeto*¹⁴⁶. Por fim, mesmo tendo recebido “benefícios” da prefeitura (“em nome” do candidato a deputado estadual), o dirigente decidiu *trabalhar* para outro candidato, que lhe pagou um fardamento.

O fato de ter decidido não trabalhar com o candidato “da prefeitura”, limitou a circulação do Miranda por estes espaços. Se antes, vez ou outra estava nos gabinetes para reuniões e entregas de documentos, começou a pedir para que eu o fizesse, pois sabia das represálias que viriam. Andando com o Miranda pelos campos, bares e festas, cheguei colaborar na afixação de cartazes do *seu candidato* (empregador, naquele momento). Mas esse envolvimento com a campanha ficou ainda mais explícito nas semanas anteriores à

¹⁴⁴ Antes da final, com a vaga para *o municipal* já garantida, o Miranda tinha anunciado que abriria mão da vaga, porque não teria condições para custear as despesas. Mas, após *conseguir um empresário*, voltou atrás na decisão e confirmou o Guarani na fase municipal.

¹⁴⁵ Para transportar seus jogadores e a comunidade da vila até um campo no centro, onde seriam realizados jogos finais de um campeonato. Entretanto, apesar de ter conseguido o ônibus – o que fora utilizado era de uma das empresas que fazem o transporte urbano da cidade – o Miranda cobrou R\$ 3,00 das pessoas da comunidade. Parte desse dinheiro foi direcionado para o pagamento da taxa de arbitragem e do churrasco oferecido aos membros do time depois do jogo (DC, 02/05/2010).

¹⁴⁶ O *galeto* foi assado numa excursão “de futebol” organizada pelo Miranda, trazendo pessoas de sua cidade de origem, que vinham com suas famílias para jogar, mas também para visitar os familiares na capital. Essa movimentação de pessoas, é claro, permitiu a *geração de renda*. (DC, 05/09/2010)

eleição. O que mais marcou-me nesse sentido, foi o *pedido de voto* dentro de campo, que descrevi no meu diário de campo da seguinte forma:

Dentro de campo, mais uma “roda de conversas” entre os jogadores. Todos os jogadores, juntamente com o Miranda, reuniram-se no “seu campo” para uma última conversa antes do jogo. O tom era o mesmo, o de “organização” da equipe e o de “motivação” dos jogadores. Mas, neste momento, fui surpreendido com um conteúdo diferente. O Miranda começou a *pedir votos* para *seus candidatos* (aqueles para os quais ele trabalha). Depois que lhe informei que não teria jogo no próximo domingo (dia de eleições), ele começou a falar de sua situação e a *pedir* os votos: “Eu estou desempregado e quem me ajuda são eles, o Bezerra (candidato a deputado estadual) e o Ricardo Cruz (candidato a deputado federal)”; “Este fardamento que vou dar para vocês, foram eles que pagaram”. Por fim, faz o pedido: “Votem [número do candidato] para estadual e [número do candidato] para federal”. Os jogadores ouviram o pedido, alguns com displicência, e depois de encerrada a fala, foram para suas posições no campo. (DC, 26/09/2010)

Este foi um dos exemplos mais significativos de como a montagem dos times misturavam à vida do dono do time em nome do futebol (principalmente de uma *extensa rede de conhecidos*, no caso). Entretanto, não era o caso de reduzir a uma afirmação de que, naquele momento, o Miranda mantinha o time para *conseguir votos* para seus candidatos¹⁴⁷, mas que isso não poderia ser descartado, como também não era possível desconsiderar, invertidamente, que o time obtinha melhores condições porque possibilitavam um trabalho e renda para o seu dono. No caso Guarani do Miranda essa relação era sazonal (vivenciada no período de pré-eleições), mas acompanhei outros times cuja relação era mais, poderia dizer, orgânica, na medida em que os candidatos (já eleitos ou disputando algum pleito) se diziam pertencer “aos grupos”, como o Moacir *deputado do Ubiratã*¹⁴⁸ ou o Baiano *vereador do Centenário*¹⁴⁹. Foi observando envolvimento com estes que, aos poucos, deixava de estranhar conversas como a que descrevo abaixo, travada entre dois donos de times, no meio do campo, antes do jogo, ocorrido uma semana antes das eleições:

Quando o time do Cerro Azul entra em campo, o Turco do Bandeirantes vai até a área do goleiro desta equipe e grita para o Vargas [dono do Cerro Azul], que estava quase no meio do campo: “O que que é ter um candidato hein! Fardamento novo! Não joguei contra este verdinho aí!”. Esta informação foi confirmada pelo Vargas que respondeu da seguinte forma: “É, mas tu também tem

¹⁴⁷ Em 2011, um novo time foi montado na região em que eu circulava. O líder comunitário Netinho da Vila, montou um time que levava seu nome. Fez isso, interessado somente na sua campanha para vereador em 2012, disse-me o Miranda do Guarani, também pré-candidato nesse pleito. A maneira como isso fora feito era carregado de desgosto com o uso do futebol.

¹⁴⁸ O Moacir e como boa parte do time, especialmente a *diretoria*, são conterrâneos de Guarani e isso está na base do vínculo permanente do deputado.

¹⁴⁹ O Baiano acompanha o seu time, o Centenário, circulando pelos campos junto com os jogadores. É mencionado como responsável pela reforma da sede da agremiação como também pela colocação da tela no entorno do campo, com recursos da prefeitura municipal.

o teu [candidato]!”. Eram afirmações e respostas feitas com um tom de astúcia e de diversão, não como resultado de ilicitude, como eu imediatamente encarei. (DC, 26/09/2010)

Aquilo que, em outros espaços, poderia ser classificado imediatamente como clientelismo, no interior dos times (e, talvez, no interior do circuito *da várzea*) se diluía na “vida dos times”. *Conseguir um candidato* era, sim, contar com alguém que está pleiteando um cargo público, ou que já esteja eleito, para apoiar o time (portanto, um grupo ou uma vila e, por isso, poderá merecer seus votos), talvez apenas aproveitar-se astutamente enquanto está aberto a colaborações imediatas ou futuras (com bolas, fardamentos, empregos temporários ou permanentes, galletos, cerveja, etc.), mas poderia representar trazer mais uma pessoa para “o grupo”, um vizinho, um colega, um conterrâneo, para ser membro da diretoria, um treinador, um goleiro ou um zagueiro. É a sobreposição de tudo isso que estive na minha frente quando observei o Ciro Neto, vereador da cidade de Porto Alegre, morador da região na qual eu circulava, jogando *na zaga* do Guairacá da vila Guairá, entre seus vizinhos e amigos (DC, 19/02/2011).

Essa também era a lógica a partir da qual aprendi a olhar os *patrões do tráfico* que colaboravam com a manutenção das equipes. Se alguns donos de times diziam que não queriam colaborações de *patrões*, não por causa da atividade, mas pelos problemas que poderiam gerar nos jogos, levando seus *soldados* e armas para a beira dos campos, outros não tinham problemas em dizer que *conseguiram um patrão* para custear as despesas. O Cerro Azul do Vargas, por exemplo, tinha como membro do *primeiro quadro* o Farinha, um *patrãozinho da vila*, que “dá um dinheiro e leva mais alguns de seus colegas”, tal como contou-me o Chico, jogador deste time, no veterano, reclamando que isto enfraquecia a equipe e ainda gerava problema fora do campo (DC, 02/07/2011). Mas não era somente por causa do dinheiro que o Vargas trouxe o Farinha para seu time. Não se podia deixar de dizer que ele era *da vila* e que sabia jogar bola.

Neste caso do Cerro Azul e de vários outros, não era o caso de denominá-los de *times de patrão*. Essa era uma expressão mais utilizada para times como o do Centenário, cujo presidente era o Pardal, um *patrão* “grandão”, como disse-me o Miranda, se referindo a sua localização hierarquia na organização – “Antes ele carregava os pacotes, hoje ele só comanda” (DC, 19/02/2011). Não foram poucos os momentos em que estive com o Pardal (em reuniões, jogos e festas), a respeito de quem logo notei “que sabe separar as coisas” e gosta de futebol (joga como zagueiro no veterano, quando o jogo não é decisivo), colocando dinheiro, mas simultaneamente administrando a *sede* (que conta com *copa* e um salão no qual

promovia *bailes funk*), tendo o apoio do Baiano, vereador da cidade, e do Dalton, empresário-zagueiro do veterano. *Na várzea*, ninguém podia falar nada (de ruim) do Pardal, não porque era um *patrão* e se temia isso, mas pela sua discrição (separação) e dedicação facilmente observadas em montar e manter o Centenário, um dos times mais competitivo das vilas e que não dava problema fora dos campos¹⁵⁰.

Embora se acusasse os *times de patrões* de inflacionarem *a várzea*, fazendo com que os times *sem renda* tivessem dificuldade de manter *os diferenciados* em seus *quadros*, em certa medida, se esperava que eles colaborassem, uma vez que o futebol levava/trazia gente para os campos e, alguns deles, eram *bocas do tráfico*. Era nesse sentido que o presidente da liga, numa reunião com os representantes dos times, reclamava dos *patrões* da vila Machado, que utilizavam o campo como *boca* e não davam nenhum retorno para o Diamante, time local que demonstrava dificuldade para pagar as taxas de inscrição e de arbitragem (DC, 17/05/2011). Mais uma vez, vale enfatizar: conquanto não se possa afirmar que os times são montados para *movimentar as bocas*, em alguma medida isso não pode ser desconsiderado, da mesma forma que tem que se levar em conta o fato de que Pardal (*patrão* do Centenário) e o Mano (*patrão* do Morumbi) são jogadores de seus times, vizinhos e amigos de outros membros.

Contar com familiares, amigos e vizinhos

A manutenção dos times, em maior ou menor medida, era devedora do envolvimento dos familiares, amigos e vizinhos dos membros das *diretorias* que, embora não fossem parte do “time”, eram chamados a colaborar na limpeza e conservação dos fardamentos, na realização de almoços, jantares e festas, na administração de *copas* na beira dos campos e na *mesa, fazendo súmula* das partidas. Na praça Benjamin Constant, quando o Mandaguari do Martinez estava jogando, lá estava a sua esposa, cuidando da *copa*. A esposa do Gomes do Toledo A da vila Marechal, por sua vez, lavava o fardamento, cobrando R\$ 1,00 por uniforme.

No caso do Miranda, do Guarani, com quem eu circulava na sua residência, no bar, nas festas e nos campos, notava que o envolvimento da Vera (esposa) não se limitava a limpeza dos fardamentos. Fazia isso, mas também ajudava nas festas, junto com sua amiga e vizinha, a Jessica, especificamente na preparação do arroz, do feijão e da salada, não da carne. As tarefas de colaboração com os times eram bem marcadas pela dimensão de gênero. O

¹⁵⁰ Este aspecto será melhor aprofundado no próximo capítulo.

cuidado com o acondicionamento das bebidas e com a preparação do churrasco ou do *galeto* era dos homens, normalmente *conhecidos* do Miranda, que ele chamava para esta função, entre eles o Luisão (vizinho) e o Charuto (conterrâneo). Assim como eu, todos estes colaboradores do Miranda sabiam que as festa, jantares/almoços-dançantes tratavam-se de um “movimento do futebol/time”, mas que representava, simultaneamente, a *geração de renda* para a família. Para o Miranda e para a Vera ficava o saldo do *movimento*. Com a Jéssica, o Luisão e com o Charuto era acertado um valor a ser pago depois do serviço, ou pelo consumo livre de cerveja.

Os familiares, amigos, vizinhos, conterrâneos, em maior ou menor grau, acabavam por experimentar junto com as *diretorias*, ainda que indiretamente, aquela lista de preocupações e compromissos na manutenção dos times, por vezes, envolvidos nas arrecadações, *copas*, bares, excursões, no convencimento de eleitores, etc. Entretanto, isso não significava que a vivência destes espaços do futebol, pelos colaboradores fosse apenas uma experiência de trabalho e renda – isso também –, mas seguramente se tratavam de espaços-tempos de diversão experimentados durante as tarefas ou depois destas, numa *rede de conhecidos*. As esposas dos jogadores acabavam se conhecendo nas conversas de beira de campo ou nos bailes e jantares; os filhos, normalmente os mais novos, arrumam bolas para jogar num canto ou mesmo dentro do campo ou organizam rapidamente uma brincadeira.

* * * * *

Este olhar para as atividades das *diretorias* me possibilitaram conjecturar que os times conseguiam se manter justamente a partir do valor das *redes de conhecidos* e dos grupos a eles associados. As *diretorias* observadas “em trajetória” habilmente (e performaticamente) arregimentavam “recursos” a seu favor, cujos interesses e resultados frequentemente eram difíceis de serem destacados da vida cotidiana, no sentido de tomá-los como práticas “do futebol”. Contudo, era exatamente esse imbricamento com a vida das comunidades e de seus moradores que fazia viver os times, tendo os dirigentes um papel de deslizamento entre fontes de recursos possíveis (em aberto), com o intuito de arregimentá-los, tornando bastante forte a imagem dos times como arranjos que não se fazem somente em função das práticas de futebol, mas são simultaneamente dissipados nas dinâmicas familiares, comunitárias e políticas.

O maior exemplo desse imbricamento, sem dúvida, foi aquele que observei seguindo o Miranda, dono do Guarani, movimentando-se na sua rede de conhecidos, no seu grupo,

entre empresários, donos de mercadinhos e candidatos. Trata-se de uma maneira de movimentação descrita por Daniel Hirata (2006) em relação a outro Miranda (o feirante da cidade de São Paulo), retratando sua história de vida, acostumado aos meandros da vida urbana, onde as regras formais e informais se misturam e os trambiques, o lícito e o ilícito são constantes. Este Miranda, também em face ao seu trabalho, aprendera a lidar com todo o tipo de gente, a movimentar-se entre favores e acertos, competências estas que lhe conferiam vantagens no universo do futebol de *várzea*. Sabendo deslocar-se pela cidade, conversar, foi capaz de articular uma nebulosa rede de relações e de influências, algumas delas “inconfessáveis” (p. 259), que impulsionara o Ventania, time de futebol no circuito *varzeano* e também na disputa por espaços para jogos.

Em trabalhos posteriores, Telles e Hirata (2007) e Hirata (2010) tratam da leitura do trabalho urbano a partir da idéia da “cidade como um bazar” (metáfora sugerida por Ruggiero e South), na qual o moderno trabalhador urbano vivenciaria um bazar metropolitano, isto é, um “[...] embaralhamento do legal e do ilegal, esse permanente deslocamento de suas fronteiras sob a lógica de uma forma de mobilidade urbana, “mobilidades laterais”, de trabalhadores que transitam entre o legal, o informal e o ilícito, sem que por isso cheguem a se engajar em ‘carreiras delinquentes’” (TELLES; HIRATA, 2007, p. 174). Este tipo de leitura guarda muita correspondência em relação aquilo que pude observar e, em alguma medida, vivenciar seguindo *as diretorias* dos cinco times das vilas.

3.4 ENTRE CONHECIDOS, GRUPOS, REFORÇOS E TIMES

Este capítulo trouxe o desenvolvimento de uma trajetória de olhar para os times, tendo como questão norteadora inicial o saudosismo e o pessimismo do funcionário da SME sobre o desaparecimento dos clubes e a preponderância dos “times de camisa” *na várzea*. Estranhando esse pessimismo, me propus a observar diferentes arranjos espaços-temporais, com destaque para a imersão na liga da vila Paraná, seguindo 5 times. O objetivo não foi apenas apontar as diferenças. Mais que isso, estive interessado na produção dessas diferenças e, ao fazê-lo, deparei-me com uma construção que envolvia a interação entre distintos espaços simbólicos pelos quais as pessoas circulavam e experimentavam (ver figura 7, na próxima página). Quando, lá nos primeiros meses da pesquisa, um presidente de liga disse-me que o “Olaria [time] é formado por um **grupo** que se **conhece**” (DC, 10/10/2009) eu mal sabia o

quanto este enunciado tratava de fazer desaparecer uma lógica. Um pouco dessa lógica é que estive tentando compreender.

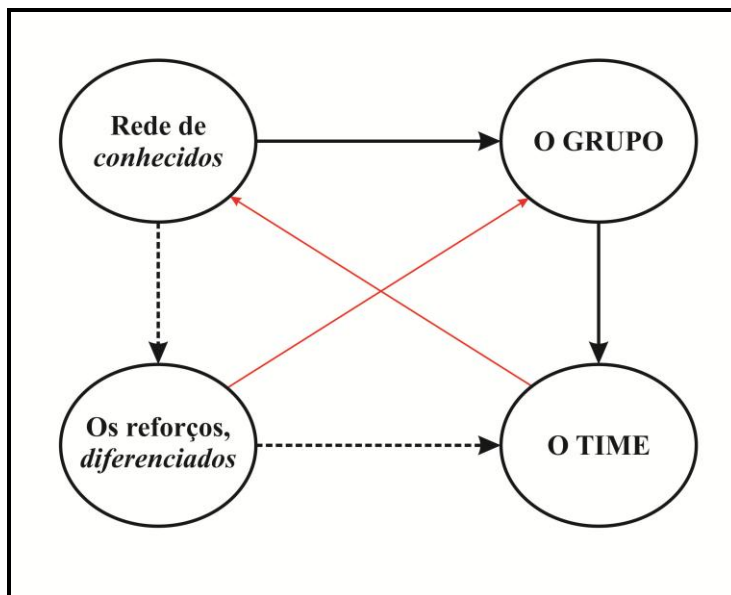


Figura 7 – Ilustração de diferentes de distintos espaços simbólicos implicados na montagem e manutenção dos times de futebol.

Os *conhecidos* resultam do reconhecimento das pessoas por algum tipo de laço (parentesco, amizade, vizinhança, coleguismo, clientelismo, conterraneidade, parceiros de futebol). Este reconhecimento não precisa estar centralizado na figura dos donos ou treinadores. A arregimentação deles (ou o *ajuntamento*, como disse-me o Gomes) comumente é distribuída, do tipo uma *cabeça* que *traz/leva* outra, consubstanciando uma rede de relações que a princípio poderia dar menos destaque ao futebol, mas que sua construção parecia derivar significativamente da circulação nos espaços futebolísticos, não necessariamente nos campos e para jogar, já que englobam as residências, os locais de trabalho, os bares e as festas como espaços-tempos de sua formação. E é exatamente esta rede e sua extensão que estava na base da sustentação dos times-donos, tendo um importante valor, quando articulada de modo mais deliberado na *geração de renda* ou para *fazer votos*.

Na lógica do que vim descrevendo, a formação dos *times* é tributária dessa *rede de conhecidos* e, simultaneamente, a extensão desta é tributária da circulação pelos *times*. Os *conhecidos*, tendo *mais ou menos bola*, são convidados a fazer parte do *time* e, ao fazê-lo na circulação pelos campos da cidade, passam por um processo de construção do compromisso com o *grupo*, que paradoxalmente envolve o distanciamento de outros compromissos cotidianos, os quais estão igualmente na base do sentimento de pertencimento. Outro

paradoxo dos *grupos* é que eles são formados na expectativa da montagem dos *times*, mas acabam por extrapolá-los, como o *grupo* “do Turco”, “do Bandeirantes”, que circulava noutros times em vista das oportunidades de prática do futebol, estas derivadas de suas *redes de conhecidos*. Esse deslocamento dos *grupos* do que seriam os seus *times*, fez-me pensá-los como espaços intermediários¹⁵¹ entre a *rede de conhecidos* – mais ampla e plural no que se refere aos modos de viver o futebol – e os *times* – cujos investimentos se focam nos adversários e nas competições.

Os *grupos*, tal como denunciam os seus paradoxos, ocupam um lugar de mediação entre a “vida cotidiana” e a “vida dos times”. São instituições fluídas, deslizantes e polifônicas. Se pertencer ao *grupo* significa o reconhecimento das pessoas pela maneira como lidam com os compromissos, normas e símbolos compartilhados (fardamentos, carnês, adversários, rivais, posições/funções táticas e técnicas, etc.), expressa também o reconhecimento das outras tantas agendas cotidianas, da necessidade de ficar com a família, de ter que trabalhar no final de semana, etc. Isto esteve bastante claro *nas diretorias* e suas responsabilidades, especificamente na maneira como elas articulavam (ou negociavam com) as *redes de conhecidos* de seus *grupos* em prol do *time* e, não raro, de si mesmas, arrecadando recursos com os jogadores, os empresários, os *patrões* e/ou os candidatos. A identidade coletiva dos *times* e a identificação dos seus membros, nesse sentido, estão fortemente vinculadas à construção dos *grupos*. Quando se diz, por exemplo, que aquele é um *time de vila*, *time de burguês*, *time de família*, *time de patrão*, isto parecia estar relacionado ao modo como os *grupos* (e suas *diretorias*) desenvolviam a mediação entre suas *redes de conhecidos* e o *time*. O mesmo raciocínio se pode utilizar para compreender o que significava para uma pessoa dizer que *esse é o meu time* ou esse aqui é o *time da vila*.

A noção de *grupo de conhecidos*, portanto, não era gratuita. E ela ficava ainda mais evidente nas tantas discussões em torno do “problema” do dinheiro e dos jogadores “de fora” do *grupo*, me levaram a pensar a entrada no *time* “através dos *grupos*” como aquela que está dentro das expectativas, a “mais adequada”. Contudo, não pude deixar de notar que na *rede de conhecidos* estão aqueles que são colocados (de modo mais ou menos durável) no lugar de *diferenciados* e que, portanto, poderiam desviar dos *grupos* para fazer parte do *time*. Na ilustração da figura 7 (acima), representei esse caminho com uma linha pontilhada justamente para dar a idéia da tensão que esse desvio gerava. A classificação e a desclassificação dos *diferenciados* e seus desvios não era única, dependendo de como os *grupos*, em suas lógicas,

¹⁵¹ Um exercício analítico similar ao de Magnani (2003) na descrição da categoria “pedaço”, como um espaço simbólico intermediário entre a casa e a rua, reconhecido pelos que pertencem a ele.

retraduzia isso nos diferentes espaços-tempos do circuito. Nos campos da região central da cidade, por exemplo, pude senti menos essa tensão, quando pensada na relação com os times da periferia¹⁵². É claro que existem muitos *diferenciados* que fazem parte dos *grupos* e isto parece representar a crença do ideal *na várzea*, quando se trata da montagem e manutenção dos *times*.

Por fim, vale destacar que as práticas de montagem dos times não guardam estrita relação com as competições e com os amistosos. Tentei explorar e problematizar um pouco disso, tratando das diferenças de pertencimento a três espaços simbólicos em constante construção (*as redes de conhecidos, os grupos, e os diferenciados*).

¹⁵² Vale ressaltar aqui a diferença do modo de observação entre um e outro espaço do circuito.

CAPÍTULO IV

O QUE INCOMODA É A *PRESSÃO* QUE VEM DE FORA

Mais um “passo” para dentro do campo. No capítulo anterior tratei da montagem e da manutenção dos times e de como isso se vinculava ao cotidiano da vida na cidade. Agora me proponho a analisar e interpretar as partidas de futebol com destaque para aqueles que até a realização deste trabalho eu chamaria tranquilamente de torcedores, isto é, das pessoas que não seriam parte do time, mas que estariam juntos com os jogadores e ficariam no entorno do campo para apoiá-los. A respeito destas pessoas do entorno da partida, comecei a estranhar a aversão que elas causavam aos organizadores das competições. Um deles, da região centro da cidade, olhando para uma equipe descendo do ônibus com a sua torcida – *a comunidade*, nos termos nativos –, não menos do que 50 pessoas oriundas de uma vila da cidade, disse claramente que tinha “pavor de time com torcida” (DC, 31/05/2010). Essa impressão me foi reforçada meses depois, numa entrevista com o Madureira, então Gerente de Futebol da SME, que, no mesmo tom, reclamava do que ele denominou de “uma *cultura da pressão*, uma cultura própria que *a comunidade* tem”.

Essa referência à torcida como algo ruim para o jogo não era exclusividade destes dirigentes. Vários outros com os quais conversei e convivi mencionavam da mesma forma o temor da *pressão* e o quanto ela implicava problemas no desenvolvimento dos confrontos futebolísticos. O comportamento daqueles que se diziam torcedores assumia proporções negativas quando relacionado com aquilo que se chamava de *pressão*, daí as frases tão comuns e que fui assimilando, como “a *pressão* de fora” (DC, 14/11/2010), “a *pressão* da torcida” (DC, 30/05/2010), “o *peçoal* da *pressão*” (DC, 14/01/2010), “evitar a *pressão*” (DC, 02/03/2010) e “fugir da *pressão*” (DC, 31/08/2010). Diante do tom de reclamação que frases como essas carregavam, algumas questões foram ocupando destaque nas minhas observações e anotações, entre elas: **Quem e como (se) faz *pressão*? Qual o sentido dela no âmbito das partidas? O que essa *pressão* coloca em risco? Por que a torcida incomodava tanto os organizadores? O que significava dizer “de fora”?**

Com questionamentos como estes em mente, nas vezes que estive observando jogos, circulando pela cidade, quase sempre partes dos meus diários eram destinadas às anotações sobre os torcedores, fundamentalmente a respeito do lugar simbólico deles nas partidas.

Comecei prestando atenção na chegada das pessoas nos campos e na “separação” que se estabelecia entre aqueles que iriam participar diretamente do jogo *na bola* e os que não poderiam fazê-lo e, portanto, deveriam ficar fora dos limites dos alambrados. Mas, o **fato de estarem “fora” dos alambrados significava que eles estavam “fora” do jogo? Seria a pressão uma maneira de estar “dentro” do jogo, ainda que “fora” dos campos?** Pouco a pouco, tentando compreender mais sobre o “problema da *cultura da pressão da comunidade*”, tais indagações passaram a ser chaves nos meus deslocamentos pela cidade. Pude aprender sobre elas em regiões (no centro e nas periferias) e maneiras distintas (primeiro, no entorno dos campos, observando pessoas, e, depois, com as pessoas no entorno dos campos), experimentando, com meus interlocutores, sobre como as noções de “dentro” e “fora” eram dinâmicas.

De maneira semelhante a Christian Bromberger (1995)¹⁵³, neste exercício de análise motivado pelas questões acima, tratei dos campos de futebol do circuito *varzeano* como espécies de territórios simbólicos que colocam em questão o comportamento dos torcedores, não para reduzi-las à massas absorvidas e hipnotizadas, nem tampouco para afirmá-las como resultado puro de rituais ou dramas cotidianos. Nesse sentido, iniciei a análise simbólica dos torcedores justamente descrevendo uma lista de práticas – um rito de passagem – engendradas por aqueles que necessitavam destacar-se legitimamente deles, para *entrar em campo* – os jogadores e árbitros. Fazendo isso nos campos das praças, parques e estádios, olhando para as pessoas como agentes dentro de um espaço simbólico, logo pude cogitar alguns “lugares” próprios daqueles a quem caberia torcer, orientado, sobretudo, para os significados da “*pressão que viria de fora*”. Em outros termos, trabalhava com foco nos sentidos das práticas dos sujeitos torcedores – quase que anônimos – num espaço simbólico particular de funcionamento (um *campo* como suporia uma análise bourdieusiana, uma *configuração* como expressaria um olhar elisiano). Nessa análise eu já notava o caráter dramático da *pressão* dos torcedores, conseguindo descrever com certa clareza as práticas correlatas da separação instituída no momento ritual dos jogos ou das rodadas.

Contudo, assim que passei a olhar os diários, os documentos e as entrevistas produzidos ou arregimentados a partir da experiência etnográfica em circulação, que predominava nas vilas periféricas da cidade, conhecendo um pouco mais os meus

¹⁵³ No capítulo 3 da obra *Le Match de Football*, onde analisa o público dos estádios de futebol da Europa (intitulado “multidões esportivas: nem anjos, nem bestas”), Bromberger (1995) explica que o faz entre dois extremos, pois segundo o autor, a multidão ostenta um duplo estatuto, um corpo híbrido que balança entre a reprodução de normas e convenções sociais, cotidianas e de formas arranjadas pelos indivíduos e multidões para libertarem-se dos padrões habituais.

interlocutores e suas vidas cotidianas, estive diante de uma espécie de embaçamento daquela clareza dos lugares dos torcedores nos campos. Nas vilas, imerso em situações ou configurações bastante distintas ao que eu tinha observado nas *ligas exemplares* e nos jogos *do municipal*, talvez de modo semelhante à preocupação (não ao objeto) que observei no trabalho de Luiz Henrique de Toledo (2002), sobre as lógicas do futebol¹⁵⁴, fui levado a problematizar com mais afinco uma análise baseada numa segregação entre o que chamaria de ritual, campo ou configuração particular e o cotidiano, agora com destaque para esta segunda dimensão.

Tal como os dois capítulos anteriores, neste também escrevo a partir das diferentes maneiras de imersão em campo. Porém, neste que inicio agora há uma importante diferença: uma aproximação gradual dos torcedores e das comunidades e o enfoque nas práticas do/no entorno dos campos.

4.1 OS CAMPOS COMO ESPAÇOS DO FUTEBOL

O primeiro exercício de compreensão sobre a *pressão que vem de fora* que vou apresentar, se refere a um tipo de observação baseado nos campos onde ocorriam jogos entre times *da várzea*. Para essa análise, portanto, trabalharei com os diários referentes aos locais nos quais eu chegava um pouco antes, escolhia um lugar para observar e permanecia um pouco além do final da rodada. Minha circulação pela cidade, nesse sentido, era realizada mais em vista dos campos do que dos times que neles jogavam. Isto ocorreu nos jogos *dos regionais* em 2009, das ligas da praça Catanduvás (04 partidas), do parque Formosa (06 partidas) e do parque Iguazu (02 partidas); nos jogos *do municipal* de 2009 (35 partidas), de 2010 (04 partidas); e nos campeonatos independentes de verão do parque Iguazu em 2010 (23 partidas) e do parque Rondon em 2011 (17 partidas). Estas 91 partidas observadas, cabe ressaltar, foram realizadas em parques, praças, centros comunitários da Prefeitura e estádios de futebol, cujos campos contavam com alambrados, vestiários¹⁵⁵ e, alguns deles, com iluminação.

¹⁵⁴ A partir de alguns agentes típico-ideais dos momentos rituais do futebol profissional (os *profissionais*, os *especialistas* e os *torcedores*), Luiz Henrique de Toledo (2002) desenvolve uma análise da dimensão cotidiana de produção desses atores, a partir de alguns contextos particulares (cursos para treinadores, *botecos* e programas de televisão). Entre as suas preocupações centrais, estava a segregação entre ritual e cotidiano.

¹⁵⁵ Uma exceção era a praça Catanduvás que, na época (2009) ainda não contava com os vestiários e utilizava as salas de um módulo esportivo da SME.

Os meus registros sobre esse olhar “de fora” dos times, isto é, sem conhecê-los um pouco mais, logo me possibilitaram dar substância à noção de circuito como um campo (no sentido bourdieusiano), onde se instituía, por algum tempo (o da rodada), um espaço simbólico particular, relativamente autônomo em relação a outras esferas sociais, funcionando de acordo com lógicas, códigos, instituições, agentes e interesses específicos. A partir daí rapidamente pude identificar, nos meus diários, o que eu passei a encarar como ritos de instituição¹⁵⁶ da separação e da coesão, isto é, agentes e, sobretudo, práticas capazes de reposicionar as pessoas que chegavam nos campos e eram cooptadas pelas lógicas deste outro espaço simbólico, estruturado e estruturante.

Ritos de separação e coesão

Olhando para a chegada das pessoas ou dos grupos nos campos, ainda distante deles no sentido simbólico, estive interessado em anotar as práticas de separação e de coesão dos times. A separação a que me refiro era a consagração da diferença entre aqueles que entrariam nos limites dos campos e poderiam intervir diretamente no jogo (homens: jogadores e árbitros) e aqueles a quem não caberia intervir de modo direto (treinadores, massagistas, organizadores e, é claro, os torcedores), mas se o desejassem deveriam fazê-lo mediados pelos primeiros¹⁵⁷. Já a coesão, tal como observei, estava vinculada ao pertencimento, ao sacrifício, ao esforço coletivo em benefício de um dos times, pelo menos durante o tempo do confronto. Mapeando meus registros sobre essa dinâmica de instituição da separação e da coesão nos campos, identifiquei um conjunto de 12 práticas (envolvendo agentes reconhecidos)¹⁵⁸, sendo as 04 primeiras as mais recorrentes e, poderia dizer, obrigatórias:

- **A chegada e o chamado dos homens:** algum tempo antes do jogo, com suas mochilas, chuteiras, caneleiras e outros materiais de proteção (bandagens, tornozeleiras, etc.),

¹⁵⁶ Bourdieu (2008), problematizando a noção de *ritos de passagem*, propõe a utilização de outros termos, como ritos de consagração, de legitimação ou, simplesmente, de *instituição*. Os ritos, para o autor, são práticas de consagração das diferenças num espaço simbólico (ou *campo*) realizadas por alguém que acumula um capital simbólico valorizado nesse espaço e, portanto, faz conhecer e reconhecer, isto é, consagra as diferenças. Nos termos bourdieusianos, o rito [...] tende a consagrar ou a legitimar, isto é, a fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural *um limite arbitrário*, ou melhor, a operar solenemente como uma maneira lícita e extraordinária, uma transgressão dos limites constitutivos da ordem social e da ordem mental a serem salvaguardadas a qualquer preço [...]” (p. 98)

¹⁵⁷ Uma referência clássica nesse sentido é a comparação feita por Lévi-Straus (2011, p. 48) entre *jogo* e *ritual*. No caso do *jogo*, a **assimetria inicial é estrutural** e as suas práticas determinam um movimento **disjuntivo**, decorrente das assimetrias a partir das contingências dos fatos. Já no *ritual* a **assimetria final é estrutural** e as suas práticas desenvolvem um processo **conjuntivo**, como maneira de resolver a assimetria pré-concebida.

¹⁵⁸ Esta lista não representa uma sequência de práticas, pelo contrário, o momento como as pessoas e grupos as experimentavam variava.

começavam a chegar nas proximidades dos vestiários os membros das equipes, frequentemente acompanhados de familiares, namoradas e amigos. Em algumas ocasiões chegavam com *a comunidade*. Formavam grupos, envolviam-se em conversas, brincadeiras, jocosidades, debatiam assuntos de trabalho, lazer, família, comunidade e, é claro, de futebol. Aproveitavam as *copas* para consumir pastéis, refrigerantes, cafés, sanduíches e cerveja, fazendo isso, por vezes, ao som de pagode de um veículo estacionado nas proximidades. No caso dos *guris* da categoria livre, já na chegada e na reunião dos grupos ficava evidente uma separação entre os membros das equipes, já que rapidamente formavam grupos relacionados a estas. Porém, no caso dos veteranos tal separação na chegada era mais embaçada, pois assim que se encontravam, estabeleciam conversas e brincadeiras menos delimitadas pela relação com os times – eram *conhecidos*, independentemente do time ou da tarefa. Até mesmo os árbitros envolviam-se igualmente nas brincadeiras. Nesse cenário, não raro, se observava um dirigente ao celular, preocupado com as ausências de jogadores, de bola, de fardamentos ou de documentos de identidade. Poucos minutos antes do jogo, ouvia um chamado para que os jogadores deixassem os amigos, namoradas e familiares e seguissem para os vestiários, tarefa que nem sempre era fácil, tamanha a absorção nas conversas, sobretudo no caso dos veteranos. Nesta ocasião, começava a ser instituída uma importante separação: a de quem ficaria fora dos alambrados e a de quem iria entrar e participar do jogo, notadamente os homens. Dentro de campo, a presença do feminino era simbolizada em dois artefatos: a bola e a chuteira. Não foram poucas as ocasiões em que ouvi os jogadores referirem-se a estes artefatos no sentido de representação das mulheres, comumente denominadas de “negas”. No caso das chuteiras, por exemplo, diziam que tinham que “cuidar da nega”, “saber usar a nega” e, no caso da bola, afirmavam que era necessário “saber bater na nega”, “tratar a nega com carinho”.

- **O vestiário e o fardamento:** os jogadores recebiam ou pegavam os fardamentos (camisas, calções e meias). Dentro dos vestiários, um-a-um ou todos juntos, substituíam suas roupas pelo uniforme do time, a fim de destacá-los como deste ou daquele lado, ressaltando ainda mais a separação em relação aos que ficariam de fora, mas também operando outra disjunção: entre times e entre quem joga e quem trabalha na arbitragem. A equipe de arbitragem, depois de observar as cores dos fardamentos dos times, escolhia um uniforme de cor distinta a fim de se diferenciar. As conversas e as brincadeiras não se encerravam, mas os assuntos relacionados à partida que se iniciaria em seguida começavam a pautá-las. Os dirigentes continuavam preocupados com as identidades, com

a bola e com a arrecadação da taxa de arbitragem, se fosse o caso. Já fardados, se não pudessem deixar as roupas nos vestiários, os jogadores retornavam até aqueles que ficariam de fora, para deixar suas coisas ou para se “despedir”. Não eram incomuns, nessa ocasião, os beijos nas namoradas ou esposas ou o cuidado em orientar os filhos para que ficassem junto com o grupo de torcedores. Devidamente (de)marcados pelos trajes como desta ou daquela equipe (adversário ou arbitragem), entravam em campo aqueles que gozariam de legitimidade para interferir diretamente, de alguma forma, no jogo com a bola. Não sem motivos, portanto, aqueles que tiravam os uniformes dentro de campo, logo eram repreendidos e alertados da punição decorrente disso: a expulsão.

- **A escalção:** dentro ou fora dos vestiários, cabia a uma pessoa assumir a posição de treinador, ao qual, por sua vez, caberia instituir duas novas separações, isto é, de *dar a escalção*: primeiro, diziam quais os jogadores que *sairiam jogando* e quais *ficariam no banco* de reservas; depois, entre aqueles que entravam em campo, denominava em qual posição atuariam. Quanto a este ajustamento espacial que corresponde a funções dentro de campo, não era tão significativo transformá-lo em números (4-4-2, 3-5-2, etc.), mas dizer que iria jogar: atrás (pela direita ou esquerda), no meio (mais atrás, na frente da área, mais na frente, mais na direita, mais na esquerda), na frente (mais fixo na área, mais saindo) e na lateral (mais fixo ou chegando na frente, na direita, na esquerda). Embora, os jogadores colocassem os fardamentos, normalmente esperavam o treinador *dar a escalção* para terminar sua preparação (bandagens, protetores, *sprays*, pomadas, etc.), somente concluindo ao saberem, definitivamente, que iriam *entrar*, o que refletia o reconhecimento da autoridade do treinador na definição do lugar naquele espaço social.
- **A entrega de documentos e a assinatura da súmula:** antes do jogo um procedimento obrigatório: apresentar ao *mesário* um documento de identidade válido a fim de comprovar que eram aqueles devidamente inscritos pelos times, que tinham a idade adequada e que não estavam na lista de punidos da SME. Aqueles jogadores aprovados neste crivo, e que *sairiam jogando*, após assinarem a súmula da partida, estavam autorizados pelo mesário a participar do confronto em campo. Os que ficaram *no banco* esperavam a partida começar para passar pelo crivo e, dentre todos, aqueles reprovados (por não estarem inscritos, não apresentarem documentos ou estarem punidos) voltavam para a companhia dos seus familiares e amigos, fora dos alambrados. Já os que assinavam a súmula “deixam sua identidade” na mesa, ocupando outro lugar naquele espaço simbólico. Enquanto esperavam a vez para passar pela avaliação do mesário e assinar a súmula, se acentuava a preocupação com o jogo, mas não necessariamente em detrimento

das brincadeiras e conversas, inclusive entre adversários ou com os árbitros e organizadores. Ganhavam destaque as brincadeiras sobre os nomes e sobrenomes que substituem, momentaneamente, os apelidos.

- **Palestras e (rodas de) conversas:** os donos dos times e os treinadores, em algum momento antes das partidas, quando possível ou assim que julgassem relevante, *faziam palestras*, isto é, reuniam os seus jogadores a fim de motivá-los a *dar o máximo*, a *entregarem-se* para o time. Em grande medida, eram manifestações carregadas de justificativas para separação dos familiares e amigos ou entre um time e outro, como quem procura fundamentar um sentido plausível para enfrentar com empenho o adversário. Os assuntos mais comuns nesses momentos de significação-motivação, proferidos ao estilo falar-gritando, eram: a pontuação, a relevância da vitória, as ressonâncias da rivalidade, a separação da família e da casa (mulher e filhos), a honra do grupo e da comunidade e a qualidade do adversário. Estes assuntos se misturavam com as orientações táticas, técnicas e disciplinares, a respeito do que cada um deveria fazer ou deixar de fazer dentro de campo. Estas manifestações se dissipavam em conversas entre jogadores, enquanto esperavam. Pouco antes da partida, uma nova reunião, desta vez todos abraçados numa roda de conversa, na qual retomavam os assuntos para que estivessem absorvidos num fluxo comum de ações e interesses. Neste momento, os próprios jogadores, não todos, tratavam de participar, especialmente aquele a que todos chamavam e reconheciam como o *capitão*.
- **O pai-nosso:** com mais frequência depois das palestras ou rodas de conversas, emendavam uma oração coletiva, o *pai-nosso*, na grande maioria das vezes também ao estilo *falar-gritando*. O sentido dessa oração era menos religioso e mais de enquadramento de um mesmo fluxo de ações e pensamentos, e, em alguns casos, até mesmo de intimidação do adversário, quando se tratava de comunicar a vontade e a seriedade do envolvimento, da *doação* dos jogadores, como indicou a avaliação de um treinador ao comparar a preparação de sua equipe e do adversário: “Nós aqui tudo *atirado* [relaxados], eles estão lá concentrados, fizeram até oração [pai-nosso abraçados]” (DC, 28/01/2011). O tom da voz coletiva (alto e forte) parecia ser muito mais carregado de significados do que o conteúdo da oração, servindo para destacar a disjunção entre os times e a coesão entre os jogadores.
- **O grito-de-guerra:** outra dessas práticas capaz de levar as pessoas a reconhecerem-se como parte de um lugar (dentro do alambrado/campo, de um time) e encorajá-lo a agir adequadamente, a exigir-se produzir o que o grupo designa, era o grito-de-guerra. Na

sequência das orações ou das rodas de conversas, frequentemente, os membros dos times (entre eles algumas crianças e torcedores que logo seriam retirados) uniam as mãos no centro de um círculo e, após contarem 1, 2, 3, proferiam alto e forte o nome da equipe, ou alguma frase/palavra que designava o tipo de investimento (a mais recorrente era, sem dúvida, “raça”). Não era incomum observar estes gritos-de-guerra se repetirem antes do início do segundo tempo da partida, para reavivar a coesão e a separação.

- **As técnicas de preparação corporal:** quando os jogadores entravam em campo, envolviam-se em atividades de preparação corporal para as corridas e disputas de bola e espaços nas quais logo estariam empenhados. Esta preparação era objetivada nas pequenas corridas, deslocamentos laterais, num *bate-bola* em duplas, cruzamentos, lançamentos, chutes a gol, brincadeiras (o *bobinho* era a mais recorrente), mas também na realização de exercícios sincronizados, mimetizados sob a coordenação e o comando de um preparador físico com formação acadêmica em Educação Física, cujo propósito era potencializar o uso do corpo e a performance nas situações do jogo, assim como diminuir os riscos de lesões derivadas do esforço. Contudo, mais do que resultados biodinâmicos, os aquecimentos também tinham a função (simbólica) de comunicar o investimento, a organização, a seriedade com que se envolveriam os membros das equipes no jogo e na competição. Olhar para o campo e notar que um time se preparava sob a coordenação de um preparador físico dizia muita coisa sobre a separação e a coesão.
- **O cumprimento ao adversário e à torcida:** para comunicar o reconhecimento aos adversários os jogadores se agrupavam na lateral do campo e seguiam enfileirados até o centro, onde gritavam o nome time oponente e, por isso, eram aplaudidos por seus membros em tom de agradecimento. No caso do cumprimento aos torcedores, seguiam até o meio do campo e levantavam os braços em direção ao local onde eles estavam agrupados. Da mesma forma, em reconhecimento, os jogadores recebiam os aplausos dos que ficaram fora.
- **As fotografias e as entrevistas:** antes da partida, além dos jogadores, árbitros e organizadores, poderiam ser encontrados dentro dos limites dos alambrados os jornalistas. Eles não interferiam no resultado da partida, mas a simples presença colaborava para sacramentar as separações entre as partes e a coesão das equipes, já que as ressonâncias do jogo não se limitariam aquele momento. A presença, por exemplo, do Bolinha, jornalista do Jornal/Blog A Voz do Amador, com sua máquina fotográfica e caderneta de anotações indicava que aquele jogo teria espaço num veículo de comunicação (impresso e on-line) bastante acessado pelos membros do circuito *varzeano*. Mas, quando se encontravam na

beira do campo os repórteres e fotógrafos do Diário Gaúcho – meio de comunicação impresso do Grupo RBS – as ressonâncias eram ainda maiores, pois o número de pessoas que acessariam imagens e informações da partida ampliaria significativamente, não ficando restrito ao circuito de futebol.

- **Orientações e apito do árbitro:** assim que o mesário comunicasse que os jogadores que *sairiam jogando* já tinham assinado a súmula e o árbitro notasse que eles estavam ocupando suas posições em campo, era o momento de iniciar o jogo. Antes disso, no entanto, eram chamados *os capitães* dos times para que estes participassem do sorteio relativo ao lado do campo ou à posse da bola, mas fundamentalmente para que fossem lembrados de que ali “a regra era igual para todos”, que somente valiam as “do futebol”. Quem estava dentro dos limites do alambrado estava submetido a este conjunto particular de normas.
- **A retirada dos “estranhos” ao jogo:** os “estranhos” eram aqueles que, de acordo com o regulamento das competições, não poderiam ficar dentro dos limites do alambrado, pois não dispunham de legitimidade institucionalizada para interferir diretamente no resultado¹⁵⁹. Era fácil notar a preocupação com a vigilância produzida pelos organizadores, árbitros, mesários e pelos próprios membros das equipes em relação aos “estranhos”. Não foram poucas as vezes nas quais o início da partida foi retardado até que todos eles fossem colocados “para fora”. Até mesmo as crianças que brincavam com bolas no campo antes da partida estavam sujeitas a essa categorização (como “estranhos”), o que não acontecia com o jornalista Bolinha ou com o fotógrafo Didi¹⁶⁰, que podiam circular tranquilamente no entorno, conversar com as pessoas sem problemas. Ao contrário das crianças, os jornalistas e fotógrafos reforçavam a separação.

Trouxe essa lista de práticas para salientar um “movimento de entrada” das pessoas num espaço simbólico singular, cujo lugar mais interno e visível (dentro *das quatro linhas* do campo) era reservado ao masculino. Estas práticas e seus agentes, numa leitura bourdieusiana, consagrariam e legitimariam a passagem dos homens (jogadores e árbitros) para o interior dos campos, posicionando-os num ou noutro lado, numa ou noutra função. Contudo, ainda que a constatação dessa lista de práticas fosse relativamente fácil nas *ligas exemplares* ou no

¹⁵⁹ Ouvi essa definição de “estranhos do jogo” numa reunião na Gerência de Futebol, quando o coordenador do encontro falava da necessidade de cumprir o regulamento e, por isso, “não deixar **pessoas estranhas** no banco”, se referindo àqueles que não eram jogadores (devidamente fardados), dirigentes, treinadores, massagistas ou médicos, todos formalmente identificados. (DC, 05/03/2009)

¹⁶⁰ O Didi é um daqueles fotógrafos da *várzea* que registra as imagens e já procura comercializá-las com os membros das equipes, o que ocorre com mais frequência nas fases finais das competições.

municipal, nem sempre todas eram objetivadas em todos os confrontos, assim como nem sempre eram experimentadas por todos os membros dos times ou da arbitragem simultaneamente.

Ao longo das competições, notava que havia situações nas quais elas apareciam em maior número e com mais destaque – quando os abraços eram mais fortes, as falas-gritos eram mais altos, o silêncio da concentração suprimia as conversas e as brincadeiras, as práticas eram vivenciadas coletivamente –, revelando que a exigência e a urgência da separação e da coesão do grupo em torno de um interesse específico era ainda mais imperiosa, porém não necessariamente oriunda dos dois lados. Por exemplo, naqueles confrontos denominados de *decisivos*, eu notava o maior esforço em instituir diferenças e coesão, quer dizer assumir responsabilidades de um espaço simbólico particular. O mesmo também ocorria nos confrontos entre equipes que se denominavam rivais ou nas partidas contra times reconhecidos como uma *seleção*, contra os quais os adversários maximizavam as práticas de separação e a vivência coletiva delas. Ainda, notava que a presença *da comunidade* no entorno, isto é, quando 50, 100 ou mais pessoas das regiões das equipes se deslocavam para os campos, trazendo bandeiras, faixas, instrumentos de percussão, fogos de artifício, também uniformizados com as cores do time, ajudava a ressaltar um lado e o outro, implicando sobremaneira o modo como se experimentava o movimento de separação e da coesão.

Com isso, ficou mais ou menos claro que estes ritos de instituição se renovam a cada rodada de jogos e se reestruturam de acordo com as condições objetivas e subjetivas arranjadas para objetivar o espaço simbólico, que não pode ser compreendido simplesmente como um lugar fora da sociedade, do cotidiano ou, ainda, em oposição a eles.

Os “estranhos” ficaram “fora” do jogo?

Se, por um lado, pude trazer uma lista de práticas a partir das quais notava um movimento de passagem de um grupo de pessoas para um lugar (simbólico, interno, masculino) particular, de outro, olhando para fora dos limites do alambrado, percebia que muitos daqueles que vieram até os campos estavam – mais ou menos, por um período prolongado ou momentaneamente – cooptados pelas lógicas particulares, ainda que num lugar distinto – o de “estranhos”, quer dizer, daqueles que não poderiam interferir diretamente no resultado. Justamente observando estes “estranhos” em algumas situações bastante típicas no entorno dos campos, que me foi possível conjecturar que a separação experimentada, embora

física (fora do alambrado ou *das quatro linhas*) não era, necessariamente, simbólica. Comecei, então, a problematizar a noção dos torcedores como sujeitos que estariam “fora”.

Aqueles que assistem um jogo *na várzea*, logo iriam perceber um grande número de pessoas, boa parte deles homens, em pé, enganchados na tela, simplesmente assistindo, conversando ou tentando fazer-se ouvir por aqueles que estão dentro do alambrado/campo. Esta é uma das situações mais ilustrativas de como, mesmo estando fora do alambrado, as pessoas demonstram estarem atentas ao jogo, no sentido de estarem cooptados por aquilo que acontece na ou em relação à partida, compartilhando, portanto, de um mesmo conjunto de esquemas valorativos. E, embora em menor número, as mulheres também iam para “a tela” e, por si, o fato de estarem nesta condição não causava nenhuma surpresa.

Ainda que fora dos alambrados, os espaços mais próximos dos jogadores reservas, dos treinadores, dirigentes e árbitros se revelavam locais bastante significativos para os “estranhos”, sobretudo para os homens mais absorvidos pela partida, entre eles os que estavam *cumprindo punição* (impostas pelo árbitro e/ou pela comissão disciplinar). Não pude deixar de notar como a tela, nas proximidades dos jogadores reservas ou *dos bandeiras* era um espaço disputado durante as partidas. Nessa lógica de aproximação, por vezes, ainda que os organizadores e árbitros estivessem atentos, alguns “estranhos” (mulheres, crianças, homens sem fardamento) se esquivavam da vigilância e podiam ser vistos nos bancos de reservas, junto com os jogadores e treinadores. Porém, o fato de estarem dentro, com os jogadores, implicava uma regra: não deveriam tentar interferir. Os “estranhos” que estavam “dentro” não incomodavam enquanto permaneciam nos bancos em função da companhia e das conversas travadas com os membros das equipes. Quer dizer, nesse tipo de situação, poderia afirmar que os “estranhos” estavam dentro do espaço físico, mas relativamente fora de um espaço de disputas e lógicas próprias do jogo de futebol que se realizava.

Estar no espaço físico, mas fora do simbólico era também uma situação bastante comum entre aqueles que estavam fora das telas, ainda mais recorrente em relação às mulheres e às crianças que acompanhavam os jogadores. Uma cena muito frequente nesse sentido era a das mulheres (esposas ou namoradas) chegando com os jogadores, trazendo suas cadeiras, bancos ou almofadas, chimarrão, e, ao passo que eles “se separavam”, elas procuravam espaços às sombras, nas arquibancadas, com mais conforto e ficavam cuidando das roupas e calçados deixados pelos seus companheiros, ao mesmo tempo em que conversavam sobre assuntos do seu cotidiano, tendo literalmente o jogo de futebol como “pano de fundo” ao qual elas acessavam com mais foco em algum momento ou outro. Vez ou outra, os homens também participavam dessas práticas de cuidado das coisas dos jogadores e

das conversas com as mulheres, mais ou menos “distantes” da partida, contudo o mais comum era observá-los impregnados em conversas com seus copos, latas ou garrafas de cerveja, nas proximidades das *copas*, ou um grupo de rapazes dividindo *baseados* mais ao canto, sem perder, no entanto, a visão do jogo.

Outro tipo de condição objetiva que determinava um “distanciamento” da partida ou das próprias conversas sobre o cotidiano, especialmente no caso das mães (mas também de irmãos mais velhos e amigos de jogadores), era o cuidado com as crianças envolvidas nas suas brincadeiras no entorno dos campos, algumas delas classificadas pelos seus responsáveis como um tipo de incômodo ou de desinteressadas quanto ao jogo, tal como observei nas situações descritas abaixo:

Muitas crianças acompanhavam os torcedores do Entre Rios (várias uniformizadas). Assim que chegaram, passaram a brincar nos espaços (pátio e quadras) próximos do campo de futebol. Corriam, jogavam futebol. De vez enquanto as mães saíam à procura dos filhos. Uma delas, reconhecendo que seu filho “não era fácil” ficava sempre atenta para saber onde ele estava: “Cadê o Kevin?” “Está ali, jogando bola”, disse uma colega que ajudava na monitoração. “A gente não traz, acha que é ruim, **a gente traz, se incomoda**”, diz a mãe ao procurar pelo filho que havia desaparecido do seu “campo de visão”. (DC, 25/10/2009)

Um grande número de crianças chegou com os torcedores. Entre elas um grupo de meninos que logo se dirigiu até a “quadrinha” que fica nas proximidades do campo. Vendo isso, um dos dirigentes do time com o qual as crianças vieram, foi até a quadra e exigiu que elas ficassem assistindo ao jogo dos adultos e torcendo. Ao fazer essa exigência, disparou o seguinte questionamento: “Vocês vieram aqui para jogar bola ou para assistir? Quero todo mundo lá na arquibancada!” (DC, 21/11/2010).

Os meninos, especialmente, enquanto os pais jogavam ou acompanhavam as partidas, envolviam-se em brincadeiras, a maioria delas com bola, deixando claro que o interesse principal não era o futebol dos adultos. Talvez por isso, não era difícil observá-los cruzando os alambrados, nos vestiários e até mesmo nos bancos de reservas com os jogadores (homens, adultos), mas raramente eram considerados “estranhos do jogo” – todos sabiam que não desejavam interferir diretamente no resultado da partida. Em algumas poucas ocasiões observei meninas participando nas brincadeiras com bola (no entorno do campo) ou junto com os membros do time (dentro dos limites das telas), mas em número significativamente menor em relação aos meninos. O mais comum, sem dúvidas, era observá-las nas proximidades das mães ou de grupos de mulheres que assistiam às partidas. Por isso, não era estranho notar que a localização – para assistir ao jogo – das mães ou dos responsáveis pelas crianças, muitas vezes, estava justamente ligada às possibilidades de brincadeiras das crianças, com segurança,

isto é, em lugares próximos de parquinhos, “campinhos”, “quadrinhas”, iluminados, à sombra, etc.

Embora possa parecer, o que estou tentando fazer não é apenas um mapeamento de espaços físicos regularmente ocupados por homens/pais/meninos ou mulheres/mães/meninas, com o objetivo de afirmar que a categoria gênero opera classificações, papéis e ocupações fixas. Além disso, estou procurando descrever os locais daqueles que estavam mais ou menos cooptados pelas lógicas, valores e ações da partida. Ao fazer isso, percebi um maior “envolvimento” dos homens no espaço simbólico em relação às mulheres, o não significa que elas não ficassem “na tela”, atrás dos bancos de reservas ou acompanhando um *bandeira* na linha lateral, gritando, xingando com o objetivo de fazê-lo marcar ou deixar de marcar um impedimento. Não seria estranho observar isso, mas igualmente não seria excêntrico pensar que as mulheres cooptadas pelo jogo – cujas ações “fora” do alambrado correspondiam exatamente aos acontecimentos “dentro” da partida – estariam agindo de acordo com comportamentos que se esperaria mais dos homens.

Em outras palavras, tal como fez Christian Bromberger (1995)¹⁶¹, procuro enfatizar que a manifestação dos torcedores – aqui, dos “estranhos do jogo” – engendra, simultaneamente, princípios de divisão e de classificação cotidianas (destaque para a dimensão de gênero), mas também princípios do espaço simbólico em particular (os melhores lugares para conversar, xingar, ameaçar, reclamar, orientar, exigir, etc.). Mas isso não ocorria sem tensão ou sem disputas, como a que observei em relação à presença de meninos nos bancos de reservas:

O jogo iniciou e, junto com os jogadores reservas das duas equipes, estavam cerca de 10 crianças (9 meninos e 1 menina). A partida seguia tranquilamente em campo e fora dele, mas quando chegou no local um dos funcionários da Gerência de Futebol – especificamente aquele que cobra duramente o cumprimento do regulamento, que tem uma longa trajetória junto ao futebol profissional e é reconhecido por isso –, o significado atribuído a estas crianças mudou consideravelmente. Antes da chegada do funcionário elas eram “parte do jogo”, ainda que se escutassem brincadeiras, como “o banco parece uma creche”. Porém, depois que o funcionário da Gerência chegou, elas foram rapidamente enquadradas como “estranhos do jogo”. Tanto o mesário como os dirigentes das equipes demonstravam preocupação e solicitavam para que meninos saíssem dos limites do alambrado, porque o regulamento não permitia: “fora os jogadores, só pode ficar 3, o dirigente, o treinador, o massagista, o resto tem que sair” (DC, 21/11/2009).

¹⁶¹ Bromberger (1995) ao tratar da distribuição dos espectadores nos estádios de futebol para além do preço dos bilhetes e dos territórios demarcados, desenvolve o argumento de que a agregação das pessoas combina as hierarquias sociais e as ordens específicas do futebol.

O que essa mudança de estatuto das crianças ilustrava com bastante precisão era justamente a disputa entre as classificações cotidianas (são apenas crianças brincando, podem permanecer ali) e as classificações próprias do circuito *varzeano* (são “estranhos do jogo”, portanto, devem ficar fora). Se, sem a presença do funcionário da Gerência de Futebol da SME, as duas classificações poderiam conviver sobrepostas, ainda que as crianças estivessem num espaço reservado aos homens fardados – o banco de reservas –, na presença dele, essa sobreposição passou a representar um incômodo, um problema aos membros das equipes e ao mesário, daí a necessidade de retirá-las do local, apesar não estarem absorvidas pelas disputas específicas da partida.

“Estranhos” por que “fora”, mas “dentro” porque “absorvidos”

A idéia de jogos absorventes não é uma novidade. O trabalho de Clifford Geertz (2008), a respeito do significado das brigas de galo balinesas, trata disso, especificamente quando descreve o envolvimento das pessoas nas brigas, diferenciando aquelas absorventes das frívolas. No entendimento de Geertz, as pessoas estariam absorvidas quando participavam de um fluxo comum de atividades e reações frente ao que acontecia nas brigas¹⁶². Comecei a pensar mais intensamente nessa noção de absorção e de como ela fazia sentido no entorno dos campos de futebol, quando, num jogo final de competição, flagrei-me torcendo por uma equipe *de comunidade* que enfrentava uma *seleção de patrão* – esta favorita ao título. Passei a estranhar a forma como eu (re)agia, contagiado pelos acontecimentos do confronto esportivo, juntamente com muitas outras pessoas numa arquibancada, chegando a projetar os braços e as pernas como se estivesse no lugar do jogador, ainda que de forma comedida ou travada pela “necessidade” de não demonstrar o pertencimento (DC, 28/11/2009).

O que eu experimentava naquela situação era a emoção de estar absorvido, isto é, contagiado (ou, poderia dizer, hipnotizado) pelo jogo, algo vivenciado num fluxo coletivo, junto com os membros das equipes, mas num lugar distinto – a de “estranho”. Continuei a observar estas situações, sobretudo, para como os acontecimentos do jogo incidiam sobre os comportamentos dos torcedores. Retraturei nos diários de campo muitas dessas incidências e, abaixo, apresento um deles, bastante representativo:

¹⁶² Os galos, para Geertz (2008), são um disfarce, uma máscara que revela muito mais do que esconde as diferenças sociais. A matança na rinha de galos não era um retrato da violência entre os homens, mas um ângulo em particular, a partir do qual se fornece “[...] um comentário metassocial sobre todo o tema de distribuir os seres humanos em categorias hierárquicas fixas e depois organizar a maior parte da existência coletiva em torno dessa distribuição.” (p. 209)

No primeiro tempo da partida, com o jogo 0 a 0 e poucas chances para ambos os lados (o empate estava bom para o Entre Rios), os torcedores desta equipe, todos homens, “na tela”, estavam conversando enquanto assistiam. Bebiam suas cervejas, comiam os espetinhos de carne, os sanduíches de salsichão assados na chapa improvisada na *kombi* do Divino. No entanto, quando o atacante do Barbosa fez o primeiro gol – resultado que desclassificaria o Entre Rios e classificaria o Ipiranga – a partida ficou mais intensa, os torcedores literalmente “se desligaram” das conversas, comiam menos, bebiam menos e ficaram mais absorvidos pela partida. (DC, 24/02/2011)

Como era de se esperar, o placar da partida, o equilíbrio entre os oponentes (não somente em termos de habilidade futebolística, mas também de disposição para as disputas – a *doação*), portanto, os riscos à integridade física, a incerteza dos resultados e a interpretação-aplicação das regras pelos árbitros, eram, sem dúvida, os aspectos mais implicados na configuração de um fluxo coletivo de ações dos torcedores. Seguramente, a possibilidade de observar práticas alternativas¹⁶³ e conversas sobre assuntos paralelos à partida aumentava com a discrepância no placar da partida ou diante da avaliação de falta de disposição dos jogadores nas disputas. Mas, ainda assim, nos minutos seguintes, diante de um lance mais ríspido de um adversário ou de um “erro” do *bandeira*, o fluxo comum das ações dos torcedores voltava a ser instaurado coletivamente, quando os “estranhos” tornavam a ser cooptados pelas lógicas imanescentes do jogo, ainda que momentaneamente.

Para além disso, eu observava que para alguns – não os “do centro”, mas os “da tela” – a absorção era ainda mais intensa, pois, mesmo estando “fora” viviam o jogo como se estivessem “dentro” de campo. Nestes casos restava claro que o contágio pela partida envolvia a “necessidade” de impactar, de alguma maneira, sobre os comportamentos daqueles que estavam dentro do campo (membros do time, adversários e árbitros), isto é, de implicar no resultado das ações técnicas/táticas, na *doação* individual e coletiva, na intimidação dos adversários e na aplicação-interpretação das regras pelos árbitros. Nesse sentido, pude notar pessoas que não somente permaneciam enganchadas na tela, mas a atacavam com as mãos e com os pés (chutavam, balançavam, subiam), para comunicar os que estavam “dentro” do campo que eles estavam sendo observados e que suas ações tinham ressonâncias “fora”.

Alguns destes “estranhos” que, absorvidos pelo jogo, tentavam impactar sobre o que acontecia na partida, eu passei a denominar de “treinadores ou jogadores *de fora*”. Não foram poucas as vezes que percebi pessoas caminhando na lateral ou mesmo no entorno do campo,

¹⁶³ Alternativas no sentido de que o jogo não era absorvente. Nessas situações, facilmente observava práticas como: as conversas sobre outros assuntos, a caminhada na pista de atletismo, a leitura de jornal, a manipulação de celulares, o preenchimento de palavras-cruzadas, o cigarro de maconha mais ao canto, a preparação do churrasco na beira da tela e as brincadeiras das crianças.

seguindo determinados jogadores, árbitros ou lances, gritando e, efetivamente, interagindo com os membros das equipes, alguns deles na expectativa de narrar, em tom de prescrição, cada ação que deveria ser deflagrada em campo. Era deles que se podia escutar, com mais frequência, a manifestação de pertencimento ao interior do jogo, ainda que estivessem “fora”, como, por exemplo, “a bola é **nossa**, escanteio” (DC, 01/02/2010) ou “ô **meu** lateral, parou **meu** lateral!?” (DC, 15/02/2011). Estes torcedores não foram para a beira do campo simplesmente para “olhar o jogo” enquanto conversavam, bebiam sua cerveja e/ou cuidavam dos seus filhos e, num lance ou outro, contagiarem-se, reagindo, então, num fluxo coletivo. Mais que isso, quase que integralmente absorvidos, estavam lá para *pressionar*.

A pressão normal, “do jogo”

Tomando o campo de futebol e seus arredores como um território simbólico e a partida como um momento ritual – tal como estou trazendo nesse exercício de análise –, passei a compreender o conceito (nativo) de *pressão* como ações – extremamente performáticas quanto aos exageros no tom de voz e gesticulações – dos “estranhos ao jogo” que carregam a expectativa de implicar no comportamento daqueles que estão diretamente envolvidos na partida. A grande maioria dessas ações – ou da *pressão* – é compreendida como “parte do jogo”, servindo, inclusive, para solidificar e reforçar incessantemente as separações instituídas e a coesão da equipe. Alguns exemplos me ajudarão a explicar melhor. Quando a *comunidade* se dirigia para o campo com o time, organizada, com suas faixas, bandeiras, balões, fogos de artifício, uniformes nas cores dos times, instrumentos de percussão e passavam a cantar palavras ou frases que denotavam o pertencimento, a motivação e o insulto aos torcedores do oponente (conforme os fragmentos de diário abaixo), a diferenciação entre um time e outro ficava ainda mais ressaltada, sem que aquilo fosse considerado algo “de fora”.

Vamo, vamo. Vamo Prudente; Prudente querido, Prudente querido, Prudente querido... estamos contigo; Dá-lhe, dá-lhe, dá-lhe, dá-lhe, dá-lhe, dá-lhe ôô, dá-lhe, dá-lhe ôô, Prudente eu sou!. (DC, 14/06/2009)

Ôôôô, vamo, vamo, Assis, vamo, vamo, Assis; Assis é minha vida, Assis é minha história, unidos é o meu amor” (DC, 28/11/2009)

Morumbi vai tomar no cú! Se fudeu, o Entre Rios apareceu! Eu sou Entre Rios, com muito orgulho, com muito amor. Olé, olê, olê, Rios, Rios (DC, 28/11/2009)

Não incomodava, igualmente, essa *pressão* dos torcedores, homens, mulheres, meninos e meninas¹⁶⁴, normalmente daqueles mais absorvidos, gritando, em performances carregadas de gestualidades, palavras de ordem para que os jogadores se *doassem* mais, para que disputassem a bola e os espaços com mais virilidade e até mesmo com violência, aplaudindo os que estavam dispostos a se exporem, a jogar sem medo dos riscos de lesões. Abaixo apresento algumas das frases que representam bem essa *pressão* normal do jogo, com o sentido de incitação dos jogadores, normalmente tocando na masculinidade:

Eu não quero frescura aí, viu o que aconteceu aí! [...] Rasga, rasga! (DC, 31/10/2009)

Tem que dar uma chegada nesse cara, tem que rachar também. (DC, 22/11/2009)

“Esses *guris* são tudo *puto*, encostou eles caem” (DC, 14/01/2010)

Dá uma quebrada nele, vamo quebrar. Tem que dar no nariz, pra não levantar mais. Se esforça pra chegar! [Mulher para os jogadores de “seu” time] (DC, 12/02/2010)

Tem que chegar nesse macio aí [Macio, em sentido de jogador que não joga firme, tira o pé] (DC, 15/02/2011)

Por que não vai jogar vôlei, meu?! Não pode ter uma sombra que se livra dela [da bola]!? Ele não chega [com vontade, virilidade]. Tira ele [do jogo], tirou o pé 3 vezes” (DC, 24/02/2011)

Os árbitros, da mesma forma, deveriam saber que, além de conhecer as regras do jogo, tinham que saber lidar com a *pressão* de “fora”, produzida pelos torcedores. Principalmente quando contagiados, eles demonstram-se ávidos por uma decisão favorável, sempre dispostos a apresentar informações ou, na maioria das vezes, questões capazes de destituir as certezas de quem iria apitar, mostrar um cartão ou levantar a bandeira, como: “O lance é da bandeira, o que é que tu tem que marcar?” (DC, 31/10/2009); “Ele já tem amarelo, professor” (DC, 15/11/2009); “Só pra eles professor?! Já é a terceira [falta]” (DC, 16/03/2011). Não era por acaso que, de dentro do campo emergiam ordens para que os torcedores *fizessem pressão* sobre os árbitros, como ilustro nos dois excertos de diários de campo:

Como o árbitro estava sendo bastante rigoroso em relação às reclamações, um jogador (capitão da equipe) chamava a atenção dos colegas do banco e da torcida, solicitando para que eles pedissem cartão, para que *pressionassem* a arbitragem. Os torcedores atenderam prontamente a esta solicitação e, aos gritos, exigiam do árbitro as marcações favoráveis. (DC, 30/08/2009)

Passados alguns lances do episódio no primeiro tempo, depois de ter acompanhado aquela *pressão* que o jogador do Ipiranga fazia sobre o Menezes (bandeira), um dos treinadores do Floresta vai até a tela e chama um torcedor (um senhor de “meia idade” com uma lata de cerveja na mão). Quando

¹⁶⁴ Vale destacar que o envolvimento na pressão tem o predomínio dos homens.

este se aproximou da tela, o treinador disse o seguinte: “Vai lá e faz uma *pressão* no bandeira. Eles gritaram com ele e ele tá invertendo tudo. Vai lá, ta aí só bebendo!”. Eram ordens para “equilibrar a *pressão*” sobre o Menezes, com a finalidade de que ele não “desse somente para um dos lados”. (DC, 23/02/2011)

Esses tipos de *pressão*, ainda que feita aos gritos e gesticulações, não eram consideradas estranhas ao jogo. Mas não era somente isso. A *pressão* feita pelos “estranhos” revelava-se – como afirmou Geertz a respeito da briga de galos balinesa – um comentário metasocial sobre modos de organização coletiva da sociedade e de educação sentimental. Com muita frequência, a fim de impactar nos comportamentos de quem estava efetivamente na partida, os torcedores acionavam estereótipos como o do *viado* (*biba*, *menina*, *boneca*, *boiola*, *puto*), da *puta* e do *ladrão* (*sem vergonha*). Num olhar rápido poderia dizer que eram apenas xingamentos, depreciações ou insultos que tinham por objetivo motivar ou desestabilizar alguém, mas, além disso, eles implicavam exigências: o *viado* claramente se relacionava com a falta de coragem de virilidade (do homem, do masculino); o *ladrão* vinculava-se à honestidade (do trabalhador), de quem não burlava as regras; e a *puta* guardava proximidade com a ausência de fidelidade com o grupo. A virilidade, a honestidade e a fidelidade eram princípios estéticos caros ao futebol e davam sentido a frases muito recorrentes, grande parte em tom de acusação, depreciações ou desafios plenamente significativos, como as listadas abaixo.

O gordo, vai marcar cara, seu otário, **ladrão!** (menino, DC, 30/08/2009)

Esse time é de **menina**, esse time é de vidro, não pode bater (homem, DC, 15/11/2009)

Que chutinho **querida**, parece uma **menina!** Está com medo das **bonequinhas!** **Viado**, pau-no-cú, **boiola!** (mulheres, DC, 22/11/2009)

Tira esse ruim daí, tira essa **biba** daí! (homem, DC, 27/11/2009)

Essas bolhas que só ficam caindo! Essas **bichinhas!** Levanta do chão **margarida!** Nossa, ela teve um *petit!* (grupo de mulheres, DC, 04/02/2010)

Tá com medo?! **Roba**, vai! Seu palhaço! Filho-da-**puta**, **Ladrão!** Tu tá dando tudo que não existe! Agora você viu, filho-da-**puta!** Tua mulher tá com quem pra tu tá fazendo isso? (grupo de mulheres, para o árbitro, DC, 12/02/2010)

Sai daí **bichinha!** Ele tá como uma **guria** no campo! (meninas, junto com as mulheres, para jogadores, DC, 12/02/2010)

Não está vendo não, filho-da-**puta!** Só pra eles, **sem vergonha!** Tá olhando com o olho do cú filha-da-**puta!** Não levanta mais esta bandeira **ladrão!** Para eles tu não dava, para nós tu dá, **sem vergonha.** (homens *pressionando o bandeira*, na tela, DC, 15/11/2010)

É uma gritaria!! Encosta ele grita!! Dá uma nele que daí ele vai gritar mesmo!! É muito ai ai ai esse time. Time de **vedete** (grupo de homens “na tela”, DC, 26/01/2011)

Quando se tratava dessa *pressão* (pela virilidade, honestidade e fidelidade) objetivada nos xingamentos, insultos e desafios, as mulheres pareciam encontrar um lugar “dentro” do espaço simbólico do jogo. Elas também seguiam para a tela, deixavam as conversas paralelas de lado e encorpavam o fluxo de ações coletivas, mesmo com recém nascidos no colo (DC, 04/10/2009), gritavam, gesticulavam e batiam fervorosamente no alambrado. Tal como percebi, eram justamente as mulheres que mais atacavam, duvidavam, desafiavam a masculinidade daqueles que estavam “dentro” de campo, para exigir mais disposição e coragem dos jogadores e árbitros. A presença de um grupo delas, absorvidas no jogo, acentuava significativamente a noção de que os que estavam “dentro” deveriam se interpor nas disputas com força, vontade e coragem. Porém, a participação das mulheres nessa *pressão* não se esgotava nisso. A maioria delas, enquanto agia desta maneira ou depois disso, tratava de rir das atitudes empreendidas (das próprias ou das outras), comunicando que aquilo era apenas uma performance de quem “entrava” num lugar (masculino) e, depois, sabia sair dele, caso contrário, correria o risco de ser desaprovada tanto pelas colegas como pelos homens. Observei isso muito claramente em duas situações:

Percebi que algumas mulheres estavam apoiando a atitude do dono do time, na arquibancada, exaltado e, em menor grau/ênfase, também dirigiam xingamentos e reclamações em direção ao campo. Uma dessas mulheres, ao ver o jogador expulso sair pelo portão, tentar entrar em campo para reclamar e é impedida. Ao retornar para seu lugar, diz: **“mulher de jogador de várzea é foda!”** [risos]. Essa mesma torcedora e mais duas colegas foram até a torcida adversária provocar e ameaçar as mulheres que lá se encontravam. **Voltam ao seu local na arquibancada se divertindo e rindo daquilo que tinham acabado de fazer.** (DC, 21/06/2009)

Durante o segundo tempo, notei uma mulher que ficava “na tela”. Ela tem o que eu denominei de disposições adequadas para estar ali, “conhece de futebol” (posições, funções, ações), sabe gritar, orientar, o que falar, como reagir, de maneira muito semelhante aos homens. Numa dessas manifestações, direcionada ao árbitro, ela proferiu as seguintes palavras que entendi, inicialmente, como ameaçadoras: **“vou te dar depois do jogo, tu vai ver seu safado, sem vergonha”** [risos]. Depois do jogo, quando eu estava em frente ao vestiário dos árbitros, próximo deles, vi aquela mulher se aproximar. Me surpreendeu, nesta ocasião, o comportamento dela: **se aproxima do árbitro e dá três beijos no rosto, dizendo “Eu falei que ia te dar”** (risos). Não passava de uma performance. A minha impressão da ameaça tinha ido totalmente por “água abaixo” (DC, 02/02/2011)

Este último excerto de campo, além de ajudar a evidenciar a noção de que as mulheres pareciam ter a necessidade de rir de suas performances de *pressão*, mostrava que algumas delas – poucas – também dominavam os códigos técnicos e táticos do jogo de futebol, de modo semelhante aos homens e, tal como eles, seguiam para a tela igualmente absorvidas. Mas, ali, elas eram avaliadas e, não raro, escutei reclamações de homens sobre a

gritaria exagerada delas ou dos deslizes no que se refere às lógicas do jogo. Numa dessas situações, um torcedor, ao lado de um grupo de mulheres impregnadas nos seus xingamentos e insultos, olha para mim e diz: “não sabem o que estão falando, em vez de sentar e ver o jogo” (DC, 27/11/2009). Quer dizer, entre os “estranhos” havia uma disputa simbólica pelo lugar, sobretudo o “da tela”. No entanto, não se trata de afirmar que as mulheres tenham um papel secundário simplesmente porque são mulheres, mas que para “estar dentro” e participar legitimamente da *pressão* elas precisavam saber o seu “lugar” e que isto implicava o domínio de certos códigos e etiquetas e um certo tempo de permanência que, quando extrapolado, as colocava em risco.

Elas também participavam com os homens de um outro tipo de *pressão*, que preocupava mais os jogadores, árbitros e, sobretudo os organizadores, mas que, na maioria das vezes, era considerada como coisa “do jogo”. Tratava-se das ameaças e intimidações que tensionavam as separações instituídas entre os que “eram do jogo” e os “estranhos” ou entre o “momento ritual” e o “cotidiano”. Algumas dessas performances, na tentativa de serem convincentes, era carregadas de agressividade, como a de um homem em torno de 60 anos de idade que, convencido de um erro do *bandeira*, o ameaça gritando “eu vou entrar, pular o alambrado e vou te quebrar!!!” Na sequência dessa ameaça, ele corre até o alambrado, dá um forte chute na tela, numa região bem próxima do *bandeira* e grita: “seu ladrão!” O *bandeira*, por seu turno, agia como se o torcedor não existisse, procurando ignorar a *pressão* (DC, 30/08/2009). Essa, sem dúvida, era uma das *pressões* que mais incomodava, porque a ameaça não se dava, como já disse, tão somente ao *bandeira*, mas às separações instituídas.

Outra lógica dessa *pressão* baseada em ameaças se referia a levar as disputas do jogo para o cotidiano. Não sendo lícito agredir no contexto da partida, fora do momento ritual, com os envolvidos mais “desprotegidos” daquelas normas, tornava-se possível. Nesse sentido, frequentemente escutava frases intimidatórias, tais como “você vai ver na rua, depois” (DC, 22/11/2009), “vai apanhar na saída” (DC, 12/02/2010) ou “o que é dele não está aqui [se referindo a agressão]” (DC, 01/11/2009). Essas ameaças estavam contempladas, inclusive, em muitos dos cantos das torcidas, em frases como “santa paciência, é no final que rola a violência” (DC, 21/06/2009)¹⁶⁵. Embora, se soubesse que, na grande maioria das vezes, isto não passava de uma performance para comunicar os jogadores, treinadores e árbitros de que eles estavam sob os cuidados de outros e para dizer sobre o pertencimento de quem está

¹⁶⁵ Cabe lembrar aqui a reflexão realizada por Luiz Henrique de Toledo sobre os xingamentos proferidos pelas torcidas. Para ele, [...] a utilização dos palavrões em boa parte dos cantos e gritos de guerra não pode ser pensada apenas como agressividade gratuita e destituída de sentido. Ao contrário, eles fazem parte de padrões de conduta e comunicação na expressão dos conflitos, negociações e protestos. (TOLEDO, 1993, p. 27)

absorvido, este tipo de *pressão* lidava com a dimensão do “fora” do campo simbólico. Portanto, começava a incomodar.

A pressão que vem “de fora” é que incomoda

Conversando com os organizadores dos campeonatos e árbitros das partidas, eu escutava constantemente que aquilo que os incomodava sobremaneira era a *pressão que vinha de fora*. A primeira coisa que imaginei, obviamente, era a de que este “fora” dizia somente sobre aqueles não considerados membros do time, os “estranhos” e que, portanto, deveriam ficar do outro lado do alambrado. Porém, como eu acabei de descrever, logo compreendi que a *pressão* que vinha de “fora” do alambrado poderia ser de dois tipos: a que “fazia parte” do jogo, refletindo um modo de participação de torcedores absorvidos no jogo; a que “incomoda”, pois justamente colocava em risco a separação e a coesão instituídas.

A fim de avançar nessa análise, descrevo uma sequência de acontecimentos no campeonato de verão da liga do Parque Iguazu, em 2010. Os 6 primeiros jogos foram realizados com os portões abertos, até porque havia muitos usuários da pista de atletismo envolvidos nas suas caminhadas e corridas. “É complicado. Temos que deixar o pessoal do atletismo fazer suas atividades” disse-me o presidente da liga (DC, 20/01/2010). O fato de deixar os portões abertos fazia com que as pessoas que acompanhavam os jogadores logo ultrapassassem os limites do alambrado e se aproximassem da beira do campo, entre a linha lateral e a borda interna da pista de atletismo, ficando junto com os jogadores reservas, dirigentes e treinadores. Homens, mulheres e crianças, “estranhos ao jogo”, se misturavam aos membros das equipes. Esta presença de torcedores e a *pressão* que alguns deles – principalmente os homens¹⁶⁶ –, faziam na beira do campo incomodava os dirigentes da liga e os árbitros, mas ainda era considerada normal, coisa “do jogo”.

Na sexta rodada da competição, no entanto, essa *pressão* de “dentro do alambrado” e de “dentro do jogo” mudou de estatuto. Passou a ser vista como algo “fora”. Na lateral do campo, com os membros de um dos times, estavam mais de 30 pessoas e isso preocupava os dirigentes da liga, não simplesmente pela presença naquele local, mas pelo fato de que muitas delas, contagiadas pelas disputas, começaram a *pressionar* na expectativa de interferir. Diante disso, o presidente da liga anunciou que na semana seguinte iria fechar os portões e permitir

¹⁶⁶ A maioria das mulheres, apesar de estarem na beira do campo, estava envolvida nas suas conversas. Algumas delas aproveitavam a oportunidade para caminhar na pista de atletismo. As crianças, principalmente os meninos, logo ocupavam um lugar para jogar bola.

somente a entrada dos membros das equipes¹⁶⁷. Porém, minutos depois desse anúncio, um dos jogadores foi derrubado pelo adversário e começou a se contorcer no campo, num local bem próximo daquele grupo de torcedores. O árbitro decidiu não *apitar* falta e isso gerou uma “*pressão coletiva*”, com alguns dos torcedores dentro dos limites do campo. Neste momento, o presidente da liga decidiu que não era possível continuar o jogo, dizendo “você estão interferindo no jogo, vão ter que sair!” (DC, 20/01/2010). Ameaçou punir a equipe com a exclusão do campeonato, ameaçou chamar a brigada militar e, efetivamente, conseguiu que a maioria dos “estranhos” ficasse fora dos limites do alambrado, fechando os portões de acesso com correntes e cadeados. Não foi uma tarefa fácil, mas, depois de alguns minutos de discussão, permaneceram na beira de campo somente os que “eram do jogo”. Um dos torcedores foi mais teimoso e disse que ficaria mais distante, na pista de atletismo. O presidente da liga, irredutível, não permitiu, dizendo: “quer ficar aí, coloca o tênis e começa a caminhar”.

Na noite/rodada seguinte, ainda antes de começar a partida, os portões começaram a ser trancados com correntes e cadeados. Uma pessoa “da liga” ficava no portão principal, organizando a entrada dos usuários da pista de atletismo e controlando a entrada dos membros dos times que se enfrentariam. Um dos times – reconhecido como *de patrão* da vila, uma seleção – chegou de ônibus, trazendo *a comunidade*. Ao ver isso, eu perguntei ao presidente da liga sobre o aumento do número de torcedores e a resposta foi a seguinte: “times como esses [*seleções dos patrões*], o pessoal vem assistir [...], esses são times de vilas, a *comunidade* vem junto. Eu, particularmente, tenho pavor disso” (DC, 21/01/2010). Este pavor da torcida, naquele momento da pesquisa, já não era algo estranho. Eu já tinha escutado outros dirigentes de ligas e árbitros mencionarem isso, se referindo à insegurança, principalmente à noção de que não tem como impedi-los de entrar, caso eles o façam coletivamente.

Com *a comunidade* distante, fora dos limites do alambrado, a *pressão* sobre os jogadores, sobre a arbitragem e sobre os organizadores era menos sentida e as disputas eram decididas “dentro” de campo, entre os jogadores, como se esperava que ocorresse. Por isso, a partir da sétima rodada, até o final do campeonato de verão daquele ano, os portões foram controlados e uma fiscalização era empreendida com o intuito de fazer com que “os estranhos” permanecessem fora, tentando diferenciá-los dos que efetivamente eram usuários

¹⁶⁷ Dias antes, este presidente de liga tinha me explicado que “os portões somente são fechados nas fases finais, nos mata-mata. Pedimos autorização para a direção do Parque e fazemos isso, porque o bicho pega, os ânimos estão mais exaltados” (DC, 12/01/2010).

da pista de atletismo. Apesar do discurso recorrente dos fiscais de que “aqui todo mundo é igual, vai ter que sair” (DC, 26/01/2010), as crianças, na maioria das vezes, eram poupadas, já que o interesse delas nada tinha a ver com o futebol dos adultos.

A relevância dos portões fechados e do controle de acessos mostrou-se bastante significativa numa partida em que houve uma briga entre jogadores oponentes. Depois da confusão, aliviado, o presidente da liga comentou que “o que segurou [os de fora] é que aqui dentro só tem jogador” (DC, 27/01/2010). Assim, as diferenças foram resolvidas, ainda que com socos e pontapés, “dentro”, como se julga adequado, sem a interferência daqueles que estavam “fora”. Os dirigentes faziam um grande esforço para que as “coisas de fora” (aqui no duplo sentido: físico e simbólico) não interferissem “dentro”. Essa preocupação era ainda mais significativa, quando entre os times estavam os considerados *de patrões*. A respeito destes times, o dirigente da liga explicou que não se preocupa com o que fazem dentro de campo. Segundo ele, “o problema não é dentro de campo, mas fora”, pois “não se sabe o que tem ali [apontando para um grupo de torcedores]” se referindo a *pressão* que vem de “fora”, mas sobretudo, à presença de armas (DC, 24/02/2010). Este era um argumento bastante comum também no discurso dos árbitros. O Nestor, por exemplo, depois de apitar um jogo de time de *patrão*, nesse campeonato de verão, disse-me que “o problema de apitar esses jogos [de time de *patrão*] é o fora, tu não sabe o que tem ali” (DC, 05/03/2010).

Tais anúncios de que “ali fora” teria armas se confirmou no jogo final do campeonato de verão da liga do parque Iguazu daquele ano de 2010, entre dois times *do tráfico*, isto é, *de patrões*, com as duas *comunidades* presentes no entorno. Eu assistia a partida junto com aproximadamente 200 pessoas, quando fomos surpreendidos com uma “operação” da Brigada Militar, que eu registrei nos seguintes termos:

O jogo já estava na metade e eu me encontrava junto com um grupo de torcedores, quando notei duas motocicletas da Brigada Militar. Um minuto depois, estavam ao meu lado quatro soldados da Brigada, um deles com uma escopeta carregada de forma que pudesse ser imediatamente utilizada e os outros com pistolas. Olhavam os cantos, as árvores. Pensei que buscavam drogas. Mais um minuto e muitos outros soldados apareceram, não menos armados. Uma mulher estava com uma submetralhadora. Começaram a “revistar” todos os que estavam na torcida, inclusive eu. Ordenaram para que fossemos para “a tela”, lugar mais claro. O modo como isso acontecia estava longe de ser “educado”. Havia uma grande tensão na maneira como os soldados se manifestavam. Estavam muito focados. Enquanto alguns “revistavam” com lanternas, outros “faziam cobertura”, estes com armas em punho. A postura tensa, séria e, por vezes agressiva, revelava a certeza de encontrar algo. Um motociclista reclamou de ter sido revistado três vezes e foi duramente repreendido, aos gritos: “cala-boca, quer ir pra cadeia. Fica quieto, vai ser pior!”. Eu fui revistado por um soldado que perguntou-me sobre o que eu tinha na bolsa que carregava. Não respondi. Deixei que ele mesmo verificasse. O soldado apenas apertou a bolsa, não a abriu. Soube, nesse instante, que estavam procurando armas, não drogas. Depois que fui “revistado” comeci a olhar no entorno e

observei que havia pelo menos 30 viaturas da Brigada no entorno do campo e não menos do que 80 membros dessa corporação.

O jogo acabou. Os portões foram abertos. Os soldados da continuavam o trabalho de “revista” e eu entrei para acompanhar a premiação, junto com muitas outras pessoas (homens, mulheres e crianças) que não pareciam se surpreender com a ação policial. Novamente fui “revistado”. Ali dentro, na beira do campo, acompanhei uma série de discussões e reclamações sobre “quem chamou a Brigada”, sobre “a agressividade dos soldados” e sobre a “discriminação, porque era time de vila”. O *patrão* de um dos times perguntava (insinuando) ao presidente da liga sobre quem ligou para a Brigada: “não fui eu, tanto é que quando peço pros caras virem, eles demoram. Não fui eu!”, rapidamente respondeu o presidente da liga. O *patrão* também pediu para ele intervir junto à Brigada, argumentando que “eles [os soldados] não vão achar nada” e, novamente, ouviu uma resposta pouco satisfatória: “eles não vão me ouvir”. Encerrada a premiação, ao sair do Parque, é que vi a verdadeira dimensão da operação. Os carros e motocicletas (capacetes) foram, todos, cuidadosamente “revistados”. Seguindo até uma avenida, passei entre, pelo menos, 50 soldados e 30 viaturas da Brigada Militar. Não fui abordado desta vez, porém muitas outras pessoas estavam sendo revistadas. No dia seguinte, pela manhã, através de dois grandes jornais da cidade, soube que esta “operação” da Brigada fora deflagrada a partir da denúncia de que havia armas entre os torcedores. O resultado foi a prisão de duas pessoas e apreensão de uma pistola 9mm. Esta informação reforçava a afirmação constante dos dirigentes de que “o problema não é dentro de campo, mas fora dele”. (DC, 10/03/2010)

O “fora”, portanto, tinha uma dimensão objetiva (do outro lado do alambrado) e uma simbólica (do que não pertence às lógicas do jogo). Ele incomodava justamente porque tensionava as separações instituídas, ameaçando romper com os valores, com os esquemas de avaliação e de ação próprios (reconhecidos como adequados) do momento ritual. Entretanto, nem sempre esta *pressão* “de fora” era coletiva. Naquele campeonato de verão de 2010, uma pessoa em especial era mencionada pelos organizadores e árbitros como alguém que fazia esse tipo de *pressão*, da qual todos tinham receio, pois não se sabia “o que ele tem ali” com ele. Tratava-se do Profeta, dirigente do Três Barras, time da vila Assis, com punição a cumprir e, por isso, ficava fora do alambrado. Seu comportamento, não raro, era exaltado e repleto de ameaças. O presidente da liga reclamava que não encontrava árbitros dispostos a *apitar* os jogos do time do Profeta, justamente porque sabiam do tipo de *pressão* que ele produzia (a que incomodava). Numa delas, dentre as várias que registrei, este dirigente de time, logo depois do *apito* final do jogo, correu até o árbitro e lhe disse: “tu é sem vergonha, tu vai ver lá no parque Rondon! [tom de ameaça]”. “Tá me ameaçando? Cumpre aqui então!”, respondeu o árbitro imediatamente, mudando a expressão corporal, como quem se preparava para uma briga. Frente a essa resposta, o Profeta chama outra pessoa “de fora”, fazendo um gesto para que lhe trouxesse algo e dizendo “espera aqui então!”. Enquanto o dirigente foi até o portão buscar este “algo”, o árbitro retirou-se do campo pelo outro lado. Não esperou para ver “o que tinha ali” (DC, 05/03/2010). Em pouco mais de um ano de circulação pelos campos da cidade, não era a primeira vez que eu tinha visto esse tipo de atitude do Profeta e o receio que se tinha em relação a ele e suas ameaças (elas sim incomodavam). As reclamações

de que “ele vinha para o campo **não sabia separar**” eram constantes. Os jogos de suas equipes normalmente ocorriam com os portões fechados com cadeados e correntes.

Cadeados, correntes e estádios

Aqueles que estava envolvidos na coordenação das competições sabiam muito bem quando esta *pressão* que vem “de fora” começava ou deixava de incomodar. E, nesse sentido, os cadeados e correntes nos portões revelam-se operadores importantes das separações simbólicas implicadas no momento ritual. Foi exatamente observando a presença e a ausência deles que pude perceber como se avaliava os “perigos da desseparação” – se me permitem o neologismo – para a continuidade da partida e, sobretudo, para a legitimação do seu resultado a partir das normas que lhes eram próprias. Dois casos me ajudam a explicar melhor isso. No primeiro, um jogo começou com correntes e cadeados, sem a presença de “estranhos” no banco, mas, no segundo tempo, com o placar já definido em favor de uma das equipes (4 x 0), fez com que o responsável pelo portão deixasse de cuidá-lo com o afincamento inicialmente demonstrado. Ele já sabia que, nestas condições, poucos estariam interessados em *pressionar*, permitindo, até mesmo, que mulheres e crianças fossem até os bancos de reservas, conversar com os jogadores (DC, 26/09/2009). Ao contrário disso, noutra partida, seu início ocorreu com os portões abertos. Entretanto, depois de um gol e uma discussão em torno da arbitragem, na qual estava envolvido um “estranho” que procurava interferir diretamente (desconsiderando a separação), os árbitros, o *mesário* e o responsável pelo controle do portão passaram a exigir a retiradas de todos aqueles que “não eram do jogo” e que os portões fossem trancados. Somente depois do cadeado e da corrente é que a partida reiniciou (DC, 04/10/2009).

Isto é, os portões abertos ou trancados diziam muito sobre a *pressão que vinha de fora*, assim como sobre a absorção dos torcedores. E, quanto a isso, as diferenças podiam ser facilmente observadas entre jogos de *gurus do livre* e dos *veteranos* (os dos veteranos tinham mais portões abertos), entre times desconhecidos e rivais, normalmente, dos mesmos bairros/vilas (os cuidados entre os rivais eram maiores) e entre as fases iniciais e finais das competições (nas finais o “perigo da desseparação” pautava com mais ênfase o trabalho dos organizadores e árbitros). Não era despropositada a realização dos jogos finais do municipal em estádios do “circuito profissional de futebol”, onde as separações eram bastante visíveis (objetiva e simbolicamente). Assim, se inicialmente eu entendia que o encerramento das competições era realizado em estádios como uma homenagem – ou reificação – de um

modelo legítimo de organização, agora, em vista dessa reflexão a respeito do momento ritual, cabe-me repensar a compreensão a partir da necessidade de lidar com *pressão* e com um grande número de pessoas absorvidas, justamente no momento em que isso se maximiza. Tal como os cadeados e correntes, os altos alambrados; a presença mais intensa de soldados da Brigada Militar, inclusive de seus “batalhões de choque”, as “revistas” dos torcedores antes de ocuparem seus espaços, separados da mesma forma que os times, e o grande número de *staffs* para organizar as pessoas, diferenciando-as entre as que “são do jogo” (aqui, entram os fotógrafos, jornalistas, políticos, organizadores) e os “estranhos”, comunicavam, ou melhor, significavam o esforço de separação, não somente objetiva, mas fundamentalmente simbólica. Em síntese, parecia que a *pressão* que vinha “de fora”, ao tensionar as separações, fazia com que elas (as separações) fossem ainda mais sentidas, vividas coletiva e intensamente pelos torcedores, pelos jogadores, árbitros e organizadores.

Dissolução das separações(?)

Em que pese a dissolução, os intervalos dos jogos e os seus finais mostraram-se bons momentos para observação de como a distinção mais ou menos marcada entre os “do jogo” e os “estranhos” começava a se desfazer. A forma como isso ocorria se relacionava com o “clima de *pressão*” durante o jogo. Ora, se os torcedores, por uma razão ou outra, não se mostravam absorvidos, isto é, se o fluxo de ações coletivas dos “estranhos” não estivesse extremamente vinculado aos acontecimentos do interior do alambrado, denotando que aquele era um jogo desinteressante (na lógica bourdieusiana) ou frívolo (nos termos de Geertz), a diferenciação entre “ser jogador” e ser “pai, marido ou amigo vizinho” era menos sentida, apesar do uso do fardamento. Não se trata, contudo, de generalizar, mas de afirmar que, em situações como estas, nos intervalos, por exemplo, pude observar mais facilmente os jogadores fora dos limites do alambrado com seus filhos, esposas, namoradas, conversando sobre o jogo e outros assuntos, esperando o árbitro chamar para o segundo tempo. Nestas situações (de desinteresse ou fivolidade), nos finais das partidas, percebia a facilidade com que a separação “se apagava”, quase não fazendo parte dos comentários, das discussões e tensões pós-jogo. Parecia que, ao resgatar¹⁶⁸ o documento de identidade que estava *na mesa*, os limites simbólicos deixavam de existir quase que simultaneamente. Os jogadores saíam do

¹⁶⁸ Estou, obviamente, exagerando ao reduzir a dissolução a esse momento. Mas o sentido do “resgate da identidade” sempre me fez pensar a respeito da noção da retomada de um lugar no cotidiano (pai, marido, empregado, amigo, vizinho).

campo, seguiam em direção aos vestiários, por vezes junto com os árbitros, e encontravam seus familiares, amigos e vizinhos.

Quando afirmei que não era o caso de generalizar (ou, ainda, de traçar uma direção), tinha em mente as situações nas quais os torcedores (sozinhos ou em grupos), durante a partida, produziam intensamente as *pressões*, mas, diante do *apito* final, parecia que as separações deixassem de ter importância – era “coisa do jogo”. Foi justamente a partir desses casos que deixei de pensar o “papel” dos torcedores apenas numa lógica utilitarista, especificamente, a de que a “função” da torcida seria a de fazer *pressão* para que os jogadores e árbitros correspondessem às suas expectativas. Observando e refletindo sobre “os estranhos” (homens ou mulheres, adultos ou crianças), principalmente aqueles mais impregnados pelo jogo, passei a considerar isso não somente como uma atitude funcional¹⁶⁹, mas como modo de pertencer ao jogo, às disputas daquele espaço simbólico ritual. Foi assim que pude olhar de modo diferente para situações como a de um grupo de torcedores que, no decorrer da partida, ameaçava o árbitro com uma performance de agressão muito convincente, que me fazia pensar em ligar para a Brigada Militar, mas que com o *apito* final aquele cenário, para minha surpresa, “simplesmente” se dissipou. Depois do jogo, o árbitro, ao passar por esse grupo de torcedores, é cumprimentado num certo clima de amizade e de satisfação. Soube, então, que era “coisa do jogo” (DC, 21/06/2009).

A dissolução, entretanto, se dava mais em relação às oposições dos “lugares” próprios do momento ritual (“estranhos” e “do jogo”; “um time” e “outro”; “jogadores” e “árbitros”) do que aos acontecimentos do jogo, que continuavam vivos nas conversas, discussões e brincadeiras. Eu parecia estar diante de um efeito contrário: se o jogo que, inicialmente, era motivo de separação, depois de seu término, justificava a conjunção das pessoas, consolidando o que poderia ser uma extensão do momento ritual, porém noutras configurações – conversas; churrasco; rodas de cerveja – nas quais prevalecia a emergência de reminiscências a respeito do que acabara de acontecer e suas relações com outros tantos embates que ficaram no tempo, mas não morreram na memória daqueles que vivenciaram numa ou noutra “posição”, como retratam os seguintes fragmentos de diário de campo:

[...] “o que foi aquele chapéu”, disse um torcedor a um jogador; “eu não aguento correr mais, tenho 42 anos”, argumentou um jogador quando questionado sobre estar muito parado; “só nos atalhos do campo”, afirmou um torcedor para um jogador. (DC, 26/09/2009)

¹⁶⁹ Não posso deixar, no entanto, essa dimensão funcional, na medida em que a *pressão* carrega uma expectativa de interferência no jogo.

“Se for assim, se for para sofrer desse jeito, eu não venho mais!”, brincou um torcedor com os jogadores, se referindo ao seu “sofrimento” no decorrer da partida (DC, 03/10/2009)

Na saída do campo o Pelé era festejado pelos colegas e pelos torcedores que lhe cumprimentavam pelo bonito gol (de longe, encoberto o goleiro). “Esse foi o gol do Pelé que o Pelé não fez” brincou um torcedor [...]. No trajeto até o vestiário e depois de ter saído deste, o jogador era constantemente elogiado. (DC, 06/02/2011)

Depois de cerca de meia hora conversando sobre o jogo, dentro e fora dos vestiários, sobre a vitória, ouvi o zagueiro da equipe chamar os colegas para irem embora: “O meu, vamos largar” (DC, 16/02/2011).

Eu poderia supor que as disputas em torno do jogo não acabam com seu fim, apenas as separações até então instituídas tornam-se mais ou menos diluídas com o tempo, inclusive aquela entre os adversários, já que com alguma frequência os oponentes se encontravam, depois, para conversar, beber, divertirem-se com aquilo que se sucedeu. De certa forma comemoravam. Por isso, talvez, fosse tão significativo experimentar as rodas de conversas, as disputas jocosas que colocavam em causa a masculinidade, a cerveja no entorno das *copas* ou das caixas de isopor, tendo como *desculpa*, o jogo. Falar sobre o jogo significava falar de si mesmo, da coragem, da honestidade e da lealdade experimentava publicamente, em muitas situações, *sob pressão*.

Até aqui enfatizei dissoluções mais claras, melhor demarcadas, das distinções de lugares simbólicos específicos do momento ritual. No entanto, vale destacar que, não raramente, apesar do *apito* final, jogadores, treinadores ou torcedores, por exemplo, continuavam dentro do fluxo de ações relacionadas ao jogo, mesmo sabendo que as suas ações não mais impactariam sobre o resultado. Estavam tão impregnados pelo jogo e pelas disputas que lhes são próprias que o *apito* do árbitro não era suficiente para fazê-los distanciarem-se dos seus “lugares” – era preciso mais tempo para que se dessem conta disso. Dentre outros, os exemplos mais comuns nesse sentido eram, sem dúvida, aqueles que tratavam da relação entre os jogadores/torcedores com os árbitros: assim que *apitavam* o final, eram cercados por membros das equipes e/ou torcedores que procuravam, aos gritos e gesticulações pretensamente intimidatórias, convencer o árbitro de seus erros e de sua influência no resultado, o que não deveria ter acontecido, já que o lugar do árbitro era o da neutralidade.

Por fim, vale destacar uma diferença significativa na dissolução em jogos finais das competições, quando/onde frequentemente o “clima de *pressão* e de separação” podia ser melhor observado e sentido. Em vários dessas partidas, pude notar aquelas mesmas práticas

que serviram para instituir as separações (especificamente, a oração, o grito-de-guerra e o cumprimentos aos torcedores), que tem um efeito de consagração da distinção, ou melhor, dos distintos. No caso *das finais*, este efeito era ainda mais reforçado por uma inversão: se antes eram os jogadores eram os que saíam do campo para encontrar os “estranhos”, *nas finais*, deparava-me com boa parte dos torcedores entrando (até mesmo invadindo, pulando o alambrado se necessário) em campo, cujo espaço tornava-se, então, um lugar de encontro entre pais e filhos, maridos e esposas, vizinhos e amigos. Tratava-se, aliás, do momento em que mais observei as mulheres dentro dos campos.

* * * * *

Até aqui estive tratando de um tipo de imersão, baseada na circulação pelos campos de praças e parques, a maioria da região central da cidade de Porto Alegre, observando partidas de competições de ligas *exemplares* e do *municipal*. Nesta circulação, estive mais próximo dos dirigentes das ligas, olhando “de longe” os times e suas torcidas (amigos, vizinhos, familiares ou *comunidades*, em alguns momentos). Ao fazer isso, comecei a mapear uma série de práticas e agentes que me possibilitavam consolidar a noção do circuito enquanto um espaço social particular, cujas rodadas de jogos objetivavam momentos rituais que as pessoas experimentavam, entrando, ocupando distintas posições e, depois, saindo. Ao entrarem nesse espaço simbólico instituído, essas pessoas seriam levadas a se distanciar – por algum tempo e segundo algum grau de envolvimento – de outras lógicas cotidianas em vista lógicas específicas, “algo” semelhante àquela rede de sociabilidade que Magnani (2003) denominou de *pedaço*, cuja manifestação de pertencimento “[...] significa ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que até mesmo os bandidos da vila, de alguma forma, acatam” (p. 116).

Não creio que o envolvimento neste momento ritual *varzeano* seja (apenas) um espaço intermediário entre a rua e a casa, mas acredito sim que o envolvimento nele implica na atribuição de identidades sociais no interior desta rede de competições (e de relações em circulação) que configura o circuito. Embora eu não tenha assumido como aspecto central essa dimensão da identidade e também não tivesse a preocupação (ou pretensão) de compreender uma sociedade a partir da análise desse momento ritual (tal como trabalharam Da Matta¹⁷⁰ e Geertz¹⁷¹, por exemplo), foi possível notar que este espaço simbólico é um

¹⁷⁰ Para Da Matta (1982a; 1982b), o drama coloca em causa os “obstáculos às vontades” de grupos, categorias ou pessoas (p. 55). Para ele, o futebol – que não pode ser analisado como algo separado ou “em oposição” à

lugar de afirmação da masculinidade, fundamentados na virilidade, na honestidade e na fidelidade, um lugar, como descreveu Simoni Guedes (1997) organizado por homens e para homens, por trabalhadores para trabalhadores, mas que ajuda a pensar segregações sociais de diferenciação homem-mulher e trabalhador-ladrão. Não era sem motivos que justamente na presença das mulheres essas segregações apareciam com mais ênfase, tal como a urgência de comportamentos adequados aos homens expostos entre as *quatro linhas*.

Contudo, creio que restou bastante claro que o foco das descrições não esteve direcionado à noção de identidade, mas sim a uma espécie de drama da “*pressão de fora* que incomodava” sobretudo os dirigentes com os quais eu circulava e conversava. Procurando compreender essa dramatização comecei a notar e descrever práticas e agentes vinculados a um rito de passagem no qual as pessoas que chegavam nos campos para os jogos eram (re)posicionadas segundo as lógicas próprias do circuito *varzeano* de futebol. Nisso, percebi que o rito não era estanque, mas dinâmico, se renovando (com implicações no posicionamento) a cada rodada segundo as condições objetivas e subjetivas presentes ou coerentes. O exemplo das crianças no banco de reservas e que foram reposicionadas a partir da chegada de um funcionário da Gerência de Futebol da SME talvez seja o mais ilustrativo dessa dinâmica do rito.

Avançando um pouco mais e, para dar conta de entender o incômodo da *pressão de fora*, trabalhei principalmente com dois grupos de pessoas (ou posições) neste espaço: os que “eram do jogo” e os “estranhos ao jogo”. Nesse exercício analítico sempre estive em pauta a relação com as noções de **separação**. Concluí, que a *pressão* “de fora”, isto é, “dos estranhos” que deveriam ficar fora dos limites dos alambrados não era “em si” um problema. O “fora” que incomodava se referia justamente àquelas práticas que colocavam em risco a separação instituída, ameaçando misturar lógicas de outros espaços sociais (os *padrões* do tráfico, eram os mais temidos) com as que orientavam o circuito, instalando uma crise de legitimação dos resultados. Entretanto, cabe destacar que a *pressão* não significava apenas a ruptura. Tal como

sociedade – dramatizaria uma experiência de igualdade e democracia, de mudança de destino, uma vez que implica regras universais e desempenho individual, algo que não poderia ser experimentado “fora” na vida do brasileiro, onde as regras são manipuladas por aqueles que dispõem de condições (biografia) para evitar ou contornar a derrota.

¹⁷¹ O estudo da briga de galos balinesa, segundo Geertz (2008, p. 188), “[...] possibilitou aprender um aspecto introspectivo da ‘mentalidade camponesa’”. Tomando esta prática como um drama social a ser interpretado para entender aquela sociedade, o autor afirma que “[...] grande parte de Bali se revela numa briga de galos. É apenas na aparência que os galos brigam ali – na verdade, são os homens que se defrontam” (p. 188), colocando em jogo aspectos da masculinidade (galos como pênis ambulante, separados), relações sociais (famílias, grupos, alianças, rivalidades) e, sobretudo, *status* social (valor social, representatividade, relevância, descendência, pertencimento). A briga de galos é, portanto, uma ampliação da personalidade do proprietário. Mas, sobretudo, esta atividade significa o drama dos balineses ao lidarem com algo que abominam: a animalidade.

observei e compreendi, ela era vivida de maneira ambígua, pois, de um lado ganhava sentido justamente na consolidação e na retroalimentação das separações instituídas (nesse caso ela era “do jogo”), mas, de outro, sobretudo quando ganhava contornos de desconhecimento das regras específicas daquele espaço simbólico, tornava-se um problema (neste cenário, passava a ser “de fora”).

Outra dimensão do sentido da *pressão de fora*, produzida pelos “estranhos”, era o de que não podiam ser compreendidas como práticas gratuitas ou utilitárias. É claro que os torcedores e suas práticas operavam esforços (ou *pressão*) para, por exemplo, fazer com que os jogadores de “seus” times se *doassem* adequadamente, para intimidar os adversários a fim de que não produzissem resultados inesperados ou para influenciar as decisões dos árbitros. Porém, talvez anterior a isso, muito embora a *pressão* fosse objetivada por uma ameaça de agressão, eu não podia deixar de compreendê-la como uma maneira de pertencimento que não encerra o em si, conferindo um sentido dramático ao jogo¹⁷². Os gritos, as gesticulações, os socos e chutes nas telas, as caminhadas seguindo jogadores, bandeiras ou lances do jogo, retratavam não apenas um comportamento funcional, mas a emoção da absorção ao jogo que se desenvolve dentro de campo, isto é, da vivência coletiva de reações equivalentes ao fluxo de acontecimentos que ocorrem dentro do campo. Se “jogar é deixar-se ver”, como afirmaram Toledo e Costa (2009, p. 13), com base naquilo que observei no entorno dos campos *da várzea*, posso dizer que, inversamente, **ver é também deixar-se jogar**, especialmente quando absorvido.

Esse entendimento sobre a *pressão de fora*, no entanto, refletia uma análise de espaços nos quais ela, em certa medida, controlada ou dissipada pelo uso de cadeados, portões e estádios de futebol. **Mas em outros campos – a maioria deles e em regiões periféricas da cidade – que não contavam com essa estrutura? Seria o caso, então, de concordar com o dirigente da SME e dizer que nas comunidades existe uma *cultura da pressão*?** Indagações como essas também estiveram relacionadas com minha decisão de seguir pessoas-grupos-times no cumprimento de seus compromissos, fossem eles nos campos das vilas ou do centro.

¹⁷² Uma análise nessa direção foi realizada por Bromberger (1995, p. 229-230), ao estudar o comportamento dos torcedores ativistas, militantes e a formação de associações, sustentando que a **emoção do pertencimento** não se esgota na assistência ao jogo, mas vem da fidelidade, do compromisso, do sacrifício. Sem essa emoção partidária, o jogo perde o seu poder dramático e a pimenta emocional.

4.2 OS CAMPOS COMO ESPAÇOS DAS COMUNIDADES

Assim que comecei a circular nos campos de regiões periféricas, desta vez seguindo 5 times (o Bandeirantes, o Guarani, o São Pedro, o Esperança e o Cerro Azul) no cumprimento de seus compromissos (em jogos *valendo*, *amistosos* e *excursões* – um total de 97 partidas), ao mesmo tempo em que ajudava o Miranda na liga da vila Paraná (fazendo súmula e fichas de inscrições), passei a notar – circulando não apenas com os dirigentes, mas também junto com os jogadores-grupos e, por vezes, dentro dos vestiários – que a separação e a *pressão* que eu havia observado nos campos das praças, parques e estádios não era a mesma, sobretudo nos momentos em que os confrontos eram de ida-e-volta (“em casa” e “fora de casa”).

Nestes momentos, aquela lista de práticas que denotavam um rito de instituição, em geral, eram menos marcantes. A frequência com que aquelas práticas apareciam nos meus diários declinou de modo bastante perceptível, não porque deixei de registrar, mas em face da menor preocupação com elas. Não se investia o mesmo tempo e envolvimento coletivo nessas práticas que objetivavam as separações. É claro que os jogadores chegavam aos poucos, eram chamados para colocar o fardamento (nem sempre num vestiário, por vezes num matagal ou dentro de carros), começavam a orientar suas conversas para a partida, assinavam a súmula que era passada por alguém do time (raramente por um *mesário*), ouviam o treinador *dar a escalação*, dizendo quem *sairia jogando* e em qual lugar do campo (atrás, no meio, na lateral e na frente). Entretanto, o modo como faziam isso não era bem demarcado como tinha notado antes (uma coisa, depois outra). Normalmente enquanto se fardavam, conversavam, escalavam, assinavam a súmula e, então, entravam em campo. Os gritos-de-guerra, as orações, as palestras, os cumprimentos aos adversários, a apresentação de documentos, as técnicas de aquecimento/alongamento, as fotografias, a retirada dos *estranhos do jogo*, não desapareciam completamente, mas eram mais observados nos jogos entre times rivais e nas fases finais das competições, principalmente nos *campos neutros*, quando a distinção entre “estar de um lado” ou “do outro” necessitava ser bem definida.

Quando tentei olhar para as pessoas que, até então, eu identificava mais facilmente como os “estranhos do jogo”, igualmente sentia dificuldades em dizer quem fazia parte do time e quem não. E, se eram parte, tinha a dificuldade era definir a função ou a posição em campo. Ainda que o campo fosse *fechadinho* não era incomum a presença de muitas pessoas na beira ou até mesmo dentro dos limites das linhas laterais do campo, se é que elas estavam

presentes. Uma “cena típica”, nesse sentido foi a seguinte, ocorrida no campo da vila Marechal, num jogo da fase classificatória do campeonato de veterano 35:

Domingo de manhã, 10:30, vim acompanhar o time de veteranos do São Pedro da vila Ibema. [...] Embora o campo fosse todo cercado e houvesse portões, várias pessoas dentro dos limites do alambrado. Os portões estavam abertos. Alguns homens estavam atrás de uma das goleiras, mas a maioria, moradores da vila, ficavam próximos aos jogadores reservas e treinadores do Itapejara (time da casa). Um destes homens que entrou em campo e ficou próximo dos jogadores reservas o fez com uma garrafa de cerveja numa das mãos e um copo de plástico na outra. Dividia a cerveja com outro homem que estava fora do alambrado. [...] Entre as pessoas que se encontravam nas laterais do campo, dentro dos limites das telas, estavam muitas crianças. Conteí, num determinado momento, 20 crianças (todos meninos) que brincavam e assistiam os jogos. Um grupo brincava com a bola reserva do jogo, outros estavam perto dos homens assistindo a partida e atuando “no mesmo estilo” destes. Uma criança brincava chutando um copo de cerveja vazio. O filho do Lulinha (joga na lateral do Itapejara e que estava na reserva) estava pedindo dinheiro para o pai, para o sorvete. [...] Havia algumas meninas no local, mas todas elas do lado de fora da tela, onde estavam algumas mulheres. O espaço interior, naquele jogo, era um espaço masculino. Duas vezes observei mulheres passar dentro dos limites do alambrado, por um caminho que fica atrás de uma das goleiras, trajeto que é utilizado para “cortar caminho” dentro da vila. (DC, 22/08/2010)

Destes que estavam na beira do campo, grande parte ocupavam o mesmo lugar simbólico daquele que tinha *dado a escalação*, isto é, do treinador. Orientavam, reclamavam, xingavam, ameaçavam, intimidavam. Alguns o faziam acompanhando os lances, correndo com os jogadores e árbitros. Os que estavam dentro de campo não ignoravam essas falas, reagiam a elas seja para aceitá-las ou para refutá-las, aos gritos, igualmente. De repente, alguém que eu classificava, arbitrariamente, como torcedor ou treinador do Itapejara, colocou o *fardamento* e entrou no jogo. O que saiu do campo pegou uma cerveja e ocupou o lugar de treinador-torcedor. Estas situações que, em boa medida, desmontavam ou, pelo menos, embaçavam, aquele meu exercício analítico de compreensão do jogo – observando fora dos grupos e das comunidades – como um momento ritual nos quais o “dentro” e o “fora” estavam mais ou menos claros, começaram a se repetir de tal forma, não exatamente nos mesmos termos¹⁷³, que fui levado a questioná-los da seguinte maneira: **O que havia de diferente para que a instituição da separação simbólica, de certa forma, perdesse seus contornos? Por que aquela lidas de práticas que eu havia descrito como um rito de passagem, de certa forma, perdia sentido?**

¹⁷³ Outro exemplo que me foi significativo nesse sentido ocorreu num campo que não era numa vila. Durante a partida, passou um ônibus de uma empresa de transporte urbano da cidade e o goleiro de um dos times reconheceu o motorista. Neste momento, ele desligou-se do jogo, acompanhando o trajeto do veículo para cumprimenta o seu conhecido que acionou a buzina. (DC, 19/09/2010)

Condições objetivas *próprias*?

Minha primeira tentativa de responder a essas perguntas, de modo mais óbvio e imediato, foi olhando para as condições objetivas dos campos. Uma primeira característica que sempre chamou minha atenção era a de que a maioria deles estava rodeado por casas ou barracos. Em três vilas, o campo era efetivamente o pátio das casas. Nestes e noutros casos, configuravam lugares de passagem, por onde se cortava caminho, evitando as ruas. Nem mesmo as partidas impediam alguns moradores de atravessar com suas sacolas de mercado, desviando dos jogadores, parando para olhar ou conversar com alguém que estava assistindo. Esta proximidade com as casas, não se podia negar, também aproximava a relação dos moradores com os campos, seja para apropriarem-se de seus espaços ou para esquivarem-se deles, reclamando do barulho, do perigo, das brigas, da *bebedeira* e das drogas como ouvi em algumas oportunidades.

Nesse cenário, eu sentia a falta de condições específicas e legítimas do futebol, como das marcações dos campos, dos alambrados, dos vestiários, do número de árbitros e dos *mesários*. Eu podia dizer que, em comparação com as praças, parques e estádios nos quais estive circulando, os campos periféricos eram destituídos e essa avaliação estava impregnada pelo reconhecimento de que aqueles eram “melhores”. Esse entendimento não era exclusivamente uma formulação minha. Eu havia aprendido convivendo com constantes as reclamações e demandas dos responsáveis pelos campos e pelos times por “melhores” condições (terraplanagem, grama, alambrados, vestiários, iluminação, cal, etc.). Nem todas eram reclamações pontuais, já que se desenrolavam em longos períodos de tempo. Duas delas, aliás, eu acompanhei durante quase todo o tempo da pesquisa. Abaixo está um resumo da “luta” e da “conquista” por vestiários de dois responsáveis por campos em regiões periféricas da cidade:

Em 2009, o campo da vila Marechal, aos cuidados do Gomes começou a ser construído e não foi terminado. Apenas levantaram as paredes e cobriram. Deixaram sem as portas e o local estava sendo utilizado pelo “pessoal do tráfico” na vila. A comunidade estava reclamando. Em três oportunidades acompanhei as incursões do Gomes junto a funcionários da SME para conseguir o término da obra. A última delas e que resolveu a situação, mobilizou uma líder comunitária com acesso direto a membros do alto escalão da Prefeitura. Depois de quase dois anos, foram colocadas as portas, bancos, pias, sanitários e o forro.

Noutra região da cidade, também em 2009, o Mendes presidente da liga da praça Catanduvas, que mobilizou um vereador do bairro, mas da oposição em relação aos dirigentes da SME, para conseguir uma emenda no orçamento municipal a fim de construir o vestiário na praça onde funciona a sua liga. Conseguiu a aprovação, mas na hora de executar a obra, um membro da SME reclamou, já que este caminho fortalecia a oposição dentro da prefeitura (DC, 13/10/2009).

Passados 11 meses e, depois de muita conversa, o Mendes festejava e se alegrava de ter os vestiários novos, mas ainda sem energia elétrica (DC, 25/09/2010).

Dos 17 campos periféricos que conheci, nos quais os times *mandaram* seus jogos em campeonatos da liga da vila Paraná, como apontei na tabela 3 (página 86), a maioria eu considerava, junto com meus interlocutores, como *campos abertos* (04 sem alambrados e 05 com, mas estes com buracos e falta de tela em alguns trechos). Apenas um dos campos, numa praça da SME, contava com vestiários completos (com bancos, sanitários e chuveiros), os demais, maior parte deles (10), se resumia a salas com bancos (alguns com sanitários). Contudo, essa minha avaliação de “precariedade” não se esgotava nos vestiários. As marcações das linhas dos campos, em função dos custos financeiros implicados, priorizavam as linhas de fundo e as áreas nas quais as faltas eram transformadas em penalidades. Normalmente, contratava-se um árbitro para *apitar a pé*, também em face dos custos que incidiriam na escalação de duplas ou trios de arbitragem.

No entanto, ao passo em que as competições seguiam para suas fases de *mata-mata* e finais ou mesmo numa partida envolvendo rivais – não necessariamente “do futebol”, mas de outras disputas, entre elas a mais temida eram as do tráfico de drogas – a preocupação com separação objetiva e simbólica aumentava significativamente. Nesses casos, uma das principais ações para que o jogo fosse decidido *apenas dentro de campo*, era arregimentar mais dessas condições, principalmente aquelas que garantissem maior segurança, englobando a garantia de que pudessem valer somente as lógicas próprias do jogo. Definitivamente, não era a qualidade do campo ou do gramado o principal critério para a escolha do lugar das partidas decisivas, ou mais importantes, como também não era o conhecimento das regras e dos regulamentos o fator decisivo para a definição dos árbitros.

Nestas situações, a primeira atitude dos organizadores – fazendo os gostos dos próprios donos de times, ainda que fossem donos de copas e que isso gerasse prejuízos nas vendas – era a de *levar o jogo para fora das vilas*, espaços nos quais nem sempre a presença da Brigada Militar era desejada (ou bem vista). Aqueles que acionassem essa corporação poderiam sofrer penalidades locais igualmente objetivas dos que trabalham em práticas consideradas ilícitas. Assim, os campos das praças, parques e centros comunitários da Prefeitura ou do Estado, sobretudo aqueles com funcionários eram logo considerados “bons lugares” para a realização dos jogos, mesmo que as condições dos alambrados, dos portões e dos vestiários não fossem as melhores.

Portanto, foi justamente observando o agendamento de jogos de acordo com a suposição ou antecipação da *pressão de fora* que rapidamente formulei a conjectura de que quanto melhores as condições objetivas próprias do futebol, mais perceptível seria o reconhecimento do campo como um lugar “somente do futebol”, isto é, mais consolidado seria o destaque de que ali valeriam, por um determinado tempo, as normas, valores e classificações próprias “do jogo”. A contratação de mais árbitros (*paulistinha* ou *trios*), a marcação do campo com as linhas laterais e centrais, o gosto de minha presença com uma prancheta, circulando com a súmula, identificando e solicitando para aqueles que eram das equipes assinassem o documento, certamente serviam para destacar este reconhecimento.

Esta não se tratava de uma crença sem sentido. Fiquei feliz junto com o Turco, dono do Bandeirantes, quando passamos pelo campo do parque Martinhos, rodeado por *vilas de ocupação*, e vimos que as obras do seu *fechamento* – instalação de altos alambrados, com portões – estavam finalizadas. O meu interlocutor, mostrando seu contentamento, disse-me, naquele momento, que “será um campo de final de campeonato” (DC, 02/05/2010), referindo-se à segurança e a separação entre os “estranhos” e os “do jogo”. Contudo, embora minha conjectura fosse verossimilhante, ela certamente não estava completa. Um ano e meio depois dessa alegria compartilhada, estava eu incomodado, triste, junto com o Gomes, presidente da liga da vila Marechal, quando ele contou-me que o Santana, árbitro considerado *experiente na várzea*, estava *apitando* neste campo fechado do parque Martinhos e foi agredido por um *patrão* local do tráfico de uma facção bastante conhecida e temida na região metropolitana (os *Bala na Cara*). Segundo explicou-me o Gomes, o árbitro havia expulsado um dos jogadores de um time e isso gerou uma confusão no seu entorno. Alguém lhe passou o celular para falar com o presidente da liga e o *patrão* entendeu que estava chamando a Brigada Militar, o que justificou um golpe com uma pistola na cabeça. A “ocorrência” não foi registrada na polícia, pois isso poderia implicar em restrições no trabalho do árbitro e problemas na sua circulação nas vilas, como concluímos na nossa conversa. (DC, 11/04/2012)

Não quero, aqui, estigmatizar os campos das *vilas de ocupação* como lugares de agressão. Estou apenas procurando argumentar (e problematizar) que embora os alambrados, os vestiários, as marcações das linhas dos campos sirvam para demarcar mais claramente o espaço simbólico do jogo, a simples presença deles não explicava minha observação – um tanto carregada de sentimento de falta, de pessimismo, mas nem por isso equivocada – de que a instituição das separações entre o que é e o que não é do jogo carece de contornos. Eu não podia ignorar o fato de que a grande maioria dos jogos que observei *nas vilas*, ocorreram em *campos abertos*, sem vestiários, com um árbitro *apitando a pé*, sem qualquer pessoa para

fiscalizar documentos, em alguns casos com várias pessoas sem *fardamento* efetivamente dentro dos campos, mas sem encostarem na bola, nos jogadores ou no árbitro. Apesar da falta das condições objetivas, as dimensões simbólicas da separação eram respeitadas e não se convivia com um sentimento de incômodo. Nesse sentido, por exemplo, eu também não podia esquecer que o campo do Dartel – dono do Cruz Machado –, não era cercado por alambrados, era repletos de buracos e *morrinhos*, tinha uma inclinação visível entre uma trave e outra, o vestiário se resumia a uma pequena sala com dois bancos e não tinha *copa*. Apesar de não dispor das tais condições objetivas, era reconhecidamente um lugar *só para jogar futebol*. Ali foram realizados, sem problemas, vários jogos a respeito dos quais se antecipava a *pressão* “de fora”.

Quer dizer, minha conjectura que da ausência das condições objetivas derivava a precariedade na instituição das separações, embora ajudasse a explicar a ideia da *cultura da pressão* nas comunidades, tinha seus limites. Foi envolvido nesse tipo de análise que percebi o quanto minhas interpretações estavam baseadas naquilo que observara nos campos das praças, dos parques, centros comunitários e estádios e, por isso, alimentava uma dimensão de perda. Volto a ressaltar que não era uma construção minha isso. Essa crença existia *na várzea*, e justificava as inúmeras reclamações nas salas de reuniões da SME para conseguir melhores condições. As inúmeras referências de que “a gente faz o que pode para jogar *uma bolinha*” carrega essa crença da falta e, portanto, serviam para sustentar os requerimentos de melhores condições legítimas. Porém, se eu quisesse avançar, precisava considerar que não eram somente os espaços que guardavam diferenças, mas a minha própria imersão em campo tinha mudado. Eu circulava pelos campos junto com as pessoas *da várzea* (jogadores e dirigentes, árbitros), não mais sozinho; eu andava pelas ruas das comunidades, participava de outras atividades destas pessoas, conhecendo-os para além dos campos (casas, bares, festas, excursões).

Procurando não limitar-me a compreender o embaçamento percebido das separações simbólicas ao sentimento de “falta” das condições objetivas próprias do futebol, comecei a cogitar (ou problematizar) que essa mudança da percepção estaria relacionada a maneira como eu produzia minha imersão no circuito de futebol nas vilas. Diferente do que eu fazia antes – permanecia nos campos com os dirigentes e apenas observava as pessoas vinculadas aos times –, eu passei a “estar com” as pessoas, a circular com elas pelos campos e pelas comunidades. No processo de análise das informações que produzi ou arregimentei (diários, entrevistas e documentos), uma das questões que essa maneira de imersão me colocava era a seguinte: **Será que a minha percepção sobre aquilo que seu chamava de separação**

simbólica mudou mais em face da maneira como eu passei a interagir com meus interlocutores e menos da existência ou inexistência das condições esportivas próprias?

Diante de uma questão como esta não tive muita escolha. Deixei de insistir na descrição das condições dos campos e das separações entre os que eram do jogo e os que não eram, optando por seguir um caminho de análise diferente do que eu havia feito até agora. Considerando os locais (grande parte da periferia) e as formas de circulação (“com” as pessoas-grupos), ao invés de tentar entender os campos **como espaços simbólicos**, tinha mais sentido compreender o *incômodo da pressão de fora* pela análise do **lugar simbólico dos campos** nas comunidades. Nessa direção é que passo a descrever e analisar aspectos sobre 03 campos das vilas nos quais eu mais estive¹⁷⁴, como também dos *campos neutros* utilizados nos campeonatos da liga da vila Paraná. Somadas, nestes campos, observei mais de 40 rodadas de partidas.

4.2.1 A comunidade nos campos das vilas: compromissos e trajetórias cotidianos

O fato de nominar os campos como “das” vilas ou “dos times”, pouco a pouco, deixou de ser apenas uma maneira a partir da qual eles eram identificados. Essas formas de denominações diziam mais sobre o significado deles. Um destes campos era o “do Apucarana”, time “do Seu Túlio”, mas que também podia ser mencionado, sem prejuízo algum, como “o campo do Seu Túlio do Apucarana”. Este senhor, um ancião com 66 anos de idade (em 2010), cuidava do espaço, localizado numa propriedade privada, com a ajuda da sua numerosa família, mantendo uma *copa* para *fazer renda*. Nos dias dos jogos, mesmo que seus *quadros* não estivessem jogando, muitos membros da família do Seu Túlio estavam presentes, seja para ajudá-lo com as tarefas da *copa*, para brincar (no caso das crianças) ou para assistir os embates, tomar cerveja e conversar (no caso dos adultos). Os cuidados com o campo correspondiam aos esforços de um grupo-time baseado (não limitado) numa família, daí a naturalidade com que se afirmava que o campo era “do Apucarana”.

Não havendo alambrados, os *visitantes* que chegavam *motorizados* no campo do Apucarana estacionavam seus carros ou motocicletas bem próximos das linhas limítrofes da área do jogo, da mesma forma que o faziam os ônibus fretados para levar os jogadores,

¹⁷⁴ Neste momento da análise, optei por não identificar com maior precisão as denominações dos campos e das vilas, trazendo as descrições e interpretações conjugadas em categorias que perpassam os 03 espaços. Esta decisão tem como fundamento o resguardo da identificação dos locais da pesquisa e das pessoas envolvidas, para que as informações não sejam, posteriormente, utilizadas para prejudicá-las.

familiares, colegas e vizinhos – a *comunidade* dos *visitantes*. As sombras das vegetações que cercavam o campo logo eram ocupadas pelas mulheres com suas cadeiras; o amplo gramado (para além da área de jogo) logo servia de espaço para as brincadeiras das crianças; os homens que não jogavam logo formavam uma fileira na beira do campo (ou dentro dele), o que ocorria, com mais frequência, na frente da *copa*. Depois das rodadas, a quantidade de latinhas de cerveja no chão neste espaço indicava o intenso consumo, para a felicidade da família do Seu Túlio que não escondia sua afeição em *levar* jogos para o seu campo.

Diferente do campo do Seu Túlio, no qual somente o Apucarana *mandava* seus jogos, os outros dois nos quais estive por mais tempo, não eram citados como “de um” time ou dono, mas “de vilas”, isto porque num deles 4 equipes locais *mandavam* seus jogos e noutro 11 times chegaram a ser mencionados nesse sentido, seja para partidas *valendo* em competições ou para amistosos. Havia, no entanto, algumas diferenças entre estes dois “campos de vilas”: um deles estava localizado fora dos limites da vila, há cerca de 50 metros, separado por um *valão* (pequeno córrego artificial repleto de lixo e entulhos), num terreno de propriedade privada cedido pelo dono numa relação de “boa vizinhança”; o outro ficava quase que completamente rodeado por casas de uma vila (algumas delas há cerca de 1 metro da linha lateral)¹⁷⁵, num terreno de propriedade da Prefeitura Municipal, servindo como pátio das residências e como caminho de passagem dos moradores. Tais configurações possibilitaram-me ampliar uma noção que tinha construído observando os campos das praças e parques da região central, a de que os campos eram lugares para os quais se dirigia a fim de jogar, assistir ou brincar. Observando os dois campos “das vilas”, ficou-me bastante clara a ideia de que não se tratava de um espaço simbólico externo à vila, embora um deles estivesse objetivamente há cerca de 50 metros fora. O envolvimento, as disputas e os acertos dos grupos-times¹⁷⁶ quanto ao uso e a manutenção destes espaços acabavam por fazê-los parte das dinâmicas comunitárias.

Num deles essa dimensão era ainda mais evidente em face a alguns aspectos, entre eles o fato de ser considerado *aberto* – alguns trechos da tela não existiam e não havia portões – e de ficar bastante próximo das casas da vila, fazendo do campo o pátio das casas e a rota de

¹⁷⁵ Nesse “cenário”, a preocupação com as bolas era significativa, especialmente quando elas caíam sobre as casas. Logo se notava a preocupação em recuperá-la rápido, através de um morador, ao mesmo tempo em que alguém dizia “não volta mais, pode esquecer” (DC, 07/08/2010). Entre os *visitantes*, a reclamação da perda de bolas ali era comum.

¹⁷⁶ Estes grupos-times que se envolviam nos cuidados dos campos eram liderados por algumas pessoas. Um deles, por exemplo, era o Chico, morador da vila, jogador veterano que atuou em três times locais no período em que eu desenvolvia a pesquisa. Segundo ele, atualmente não era uma tarefa fácil manter o campo em condições de jogo. Antes, disse o Chico, “contava com amigo da Prefeitura, que conseguia uma requisição para cortar a grama. No ano passado, já paguei R\$ 250,00 para cortar” (DC, 27/02/2011).

passagem dos moradores. Definitivamente, não podia se reduzir aquele espaço a um campo de futebol, o que pude perceber a partir de algumas situações: ninguém ousava a questionar as pessoas que passavam no campo com suas sacolas de compras durante uma partida; um monte de areia da reforma de uma das casas, deixado dentro do campo somente incomodou um árbitro parecia desconhecer a lógica local, o qual foi repreendido pelo incômodo; conforme a avaliação da importância do confronto agendado, os moradores da vila saíam de suas casas para a beira do campo; os espaços nas proximidades da *copa* e dos vestiários serviam para moradores-jogadores-vizinhos instalarem suas churrasqueiras e assarem carne nos domingos e feriados.

Além disso, os jogos de futebol nos campos “das vilas” revelavam-se um convite para que os moradores saíssem de suas casas para dar uma olhada no *movimento*, consubstanciando um importante espaço de sociabilidade. Entretanto, estes locais, sem dúvidas, não eram espaços restritos de sociabilidade masculina, muito embora grande parte dos que ocupavam centralidade fossem os homens. Nos dias-horários de jogos, fossem eles *valendo* ou amistosos, em maior ou menor quantidade, *a comunidade* seguia para a beira do campo, o que ocorria com mais intensidade nas partidas das tardes de domingo e feriados, quando os moradores traziam cadeiras, carrinhos de bebês, chimarrão, encontravam seus lugares, formavam grupos de *conhecidos* para jogar, assistir, conversar e brincar.

Lugar(es) de homens-trabalhadores-jogadores

Em grande parte das rodadas eu procurava chegar um pouco mais cedo para acompanhar a reunião das pessoas no entorno dos campos. Ocupando o “meu lugar”, inicialmente passava a me preocupar com as súmulas, ao mesmo tempo em que observava os *donos* das *copas* no acondicionamento e refrigeração da cerveja que seria comercializada. Não demorava muito para a intensificação do *movimento* de homens, mas não apenas dos que iriam jogar. Vários outros, ao observarem a preparação para a partida, tratavam de se apresentar para uma conversa, que não se encerraria com o início do embate. Aquele espaço era referido e vivido pelos homens como um lugar de despreocupação das coisas do cotidiano, como me franqueou exemplarmente um espectador-jogador (já que era membro de outro time que não havia classificado para a fase seguinte), dizendo “isso aqui é uma fuga para mim”, se referindo a sua vivência do futebol nos campos. Esta afirmação, vale destacar, ocorreu quando assistíamos um jogo, estando meu interlocutor com uma latinha de cerveja na mão (DC, 24/10/2010).

A existência do futebol no campo da vila era motivo para sair de casa nos tempos de descanso ou de recuperação para o trabalho. “Não vou ficar em casa, venho para a beira do campo”, disse-me um rapaz, morador da vila, impossibilitado de jogar por um acidente de trabalho na construção civil, reclamando do tempo parado sem ganhar nada, já que não tinha carteira assinada (DC, 27/02/2011). Eu conversava com este rapaz em pé, olhando o jogo junto com muitos outros, não menos que 15 deles. Todos juntos, enfileirados, formávamos um “muro de pessoas” que servia para delimitar a lateral do campo, já que não havia outro tipo de marcação para além do limite onde a grama fora cortada. Vez ou outra, o rapaz se desligava das conversas para, junto com outros, reclamar, xingar, exigir algo dos jogadores ou dos árbitros que apitavam *paulistinha*, isto é, para *fazer pressão*.

Ao invés de torcedores, eu poderia dizer a maioria dos homens na beira dos campos eram treinadores, pois atuavam na orientação, no posicionamento, na motivação dos jogadores que estavam *correndo atrás da bola*; interagiam com eles e não eram ignorados como figuras “estranhas”, tal como eu descrevi na primeira parte deste capítulo. Os que estavam dentro conversavam (e gritavam) com os que cercavam e, de certa forma, estes olhares e gritos delimitavam a área do jogo, talvez mais do que as próprias marcações no solo. Ver alguém não *fardado* dentro do campo, até 10 metros, como cheguei a notar, não era incomum, nem “estranho”, “fazia parte” diria rapidamente alguém. Em várias situações, o único aspecto que parecia diferenciar mais claramente os que “eram do jogo” referia-se ao direito que os jogadores tinham de disputar a bola com os adversários. Para se diferenciarem dos muitos torcedores-treinadores, os responsáveis pelas substituições, isto é, os “verdadeiros treinadores”, buscavam lugares distantes dos maiores agrupamentos de pessoas, mas não escapavam das crianças que espertamente notavam a importância do lugar.

Os homens ao gritarem enfatizavam dimensões táticas e técnicas do futebol, os “erros” da arbitragem e as ameaças à integridade física dos árbitros e dos adversários. Estas ameaças e intimidações não partiam somente da torcida estavam generalizadas nas performances dos jogadores em campo (a *pressão* “de fora” era produzida ou derivada de “dentro” do campo). Às vezes parecia que o jogo não se dava contra o time adversário, mas contra os árbitros. Tornava-se, em alguns momentos, um jogo de gritos, xingamentos, ameaças e contra-ameaças, intimidações e contra-intimidações. Os árbitros, por seu turno, não podiam se intimidar e participavam de maneira semelhante. Num dos momentos em que isso ocorria, um veterano que assistia, ao meu lado, os embates barulhentos e repletos de ameaças, notou minha preocupação com o árbitro que, naquela situação, eu julgava desamparado. Para

tranquilizar-me o veterano disse o seguinte: “se vocês querem organizar um campeonato e não querem ver isso aí, podem parar, **isso aí faz parte**” [risos] (DC, 31/10/2010).

Os risos denunciavam o quanto a *pressão de fora* conferia um sentido dramático ao jogo. Eu estava diante da *cultura da pressão* e, aos poucos também passei a considerá-la normal, desde que se configurasse dentro de um jogo de reciprocidades e equidades, do qual participavam, evidentemente, não somente os jogadores. Se um jogador *da casa*, em campo, fazia uma ameaça a um adversário, do tipo “tu vai apanhar aqui”, logo ele escutava “posso apanhar, mas vocês vão jogar lá na vila ainda”. Estas disputas inflamavam a *comunidade* no entorno, que reagia com a *pressão* no mesmo fluxo de acontecimentos. Contudo, de maneira significativamente diferente do que eu consegui notar nos campos dos parques e praças e *no municipal*, percebia que, nos campos “do time” e “das vilas”, os homens embora *fardados* ou absorvidos pelo jogo, não eram anônimos. Não deixavam de ser mencionados como irmãos, pais, filhos, vizinhos, amigos ou desafetos. Ainda que separados pelo direito de *pegar na bola*, outros vínculos transpareciam, não apenas aqueles derivados das “separações” das configurações do futebol.

Foi exatamente prestando atenção neste não anonimato – que, pouco a pouco, na convivência, eu também assimilava – que passei a encarar os 03 campos como um “ponto de encontro” no qual aqueles que adentravam não estavam livres de sustentar sua identidade. Eram territórios simbolicamente marcados pelas negociações, desafios e afirmações da identidade masculina, o que se dava, quase que invariavelmente, na relação com outros compromissos da vida cotidiana imbricados (e implicados) com a prática do futebol, conforme procurei sintetizar no quadro 8, na próxima página. Este quadro é resultado da observação de como esses compromissos cotidianos ocupavam a preocupação-performance dos homens, sobretudo no entorno dos campos e nas suas conversas. O campo ganhava sentido como constituição de um espaço urbano distante dos compromissos da família-mulher, do trabalho-renda e dos outros grupos-rivais, mas paradoxalmente, era a ostentação desses compromissos que oferecia contornos às identidades dos sujeitos que ali permanecem.

O “ponto encontro”, portanto, não se esgotava na “presença dos homens” e nas interações futebolísticas. Contemplava suas trajetórias de vida, seus interesses e suas crenças, o que me deixava muito desconfortável para dizer que se tratava de um “espaço em particular” ou um ritual esportivo, distanciado da vida cotidiana dos seus *habitués*. Obviamente, este território, como parte de um circuito de futebol, era dotado de valores, regras e lógicas do esporte. Não era possível deixar de lado o fato de que o domínio da bola, dos espaços do campo, do corpo, dos gestos, das maneiras de se comunicar, “próprios” do

futebol, ofertavam contornos à identidade dos que estavam presentes, principalmente daqueles que jogavam e eram colocados na categoria de *diferenciados* ou de *boleiros*. Porém, tão importante quanto isso, era o fato de que aqueles que estavam dentro ou no entorno do campo, nos bancos na frente da *copa*, eram amigos, vizinhos, parentes, trabalhadores, membros desta ou daquela família, rivais no controle do tráfico, etc. A lembrança de um gol errado *em baixo da trave* e as reclamações, gozações e brincadeiras que derivavam disso estavam fundamentalmente relacionadas à pessoa que errou e não a um “agente anônimo”.

Quadro 8 – Mapeamento de compromissos, assuntos, negociações, desafios e indicadores que ofertavam contornos à(s) identidade(s) dos homens que se encontravam no entorno dos campos.

COMPROMISSOS COTIDIANOS		ASSUNTOS, NEGOCIAÇÕES, DESAFIOS E INDICADORES
MULHER-FAMÍLIA	O compromisso com as mulheres (satisfazê-las sexualmente), com o sustento e proteção da família (esposa, filhos, netos, pais, etc.).	A quantidade de mulheres, a idade delas (as mais novas são mais valorizadas); o número de filhos; a ereção e a virilidade (anunciadas na frequência de sexo); o uso de remédios para (in)potência; o horário do almoço com a família; as compras no mercado com a mulher; o comprometimento da renda familiar com a cerveja.
TRABALHO-RENDA	Compromisso com os tempos do trabalho e com a qualidade dos serviços, em vista da renda (lícita ou ilícita, formal ou informal).	A quantidade de cerveja consumida; o uso de drogas; o tempo de diversão; o tempo e a intensidade do esforço; o risco das lesões nas disputas do jogo.
GRUPOS-RIVAIS	Compromissos com os grupos de amigos, vizinhos, parentes ou conhecidos, em relação aos seus rivais na cidade (vilas/bairros).	O jogar <i>em casa</i> e jogar <i>fora de casa</i> ; jogar os <i>clássicos</i> contra os principais rivais; enfrentar e dominar a <i>pressão</i> de dentro e de fora; divertir-se ou sofrer com as vitórias e derrotas.

Sem correr muitos riscos, poderia afirmar que o campo e o futebol gozava de mais sentido se aproximando dessas dimensões apresentadas no quadro acima, do que se distanciando ou se separando delas. Esse entendimento me ficou claro de uma maneira muito simples: conhecendo um pouco mais as pessoas. Dentre os vários homens que pude seguir com mais frequência durante o período de pesquisa em circulação pelas vilas, dois deles me ajudaram sobremaneira na fundamentação dessa interpretação, justamente pela distância simbólica entre eles: o primeiro (o Sarrafo) pelo fato de ocupar um lugar um lugar legítimo (jogador/árbitro, trabalhador, casado/separado, pai); o segundo (o Pocotó), por estar nos campos e fazer parte de grupos-times, mas simultaneamente figurar como alvo de gozações e jocosidades que denunciavam sua falta de adequação, não em que pese ao futebol, mas no que se refere a sua vida cotidiana. Abaixo, apresento rápidos retratos disso para ilustrar melhor o argumento.

O Sarrafo: um exemplo de adequação

O Sarrafo era um goleiro veterano (38 anos em 2010). Não era descrito ou mencionado como um *diferenciado*, mas era valorizado *na várzea*. Era conhecido somente pelo apelido. Ele mesmo dizia que se alguém na vila lhe chamasse pelo nome, ninguém iria saber de quem se tratava. Foi um dos jogadores que eu mais acompanhei e conversei pelos campos, pois estive circulando com o time no qual ele mais jogou no período em que realizei a pesquisa. Numa das conversas, ele contou-me que, no final da sua adolescência, chegou a treinar numa categoria de base de um time de futebol do circuito profissional, mas que não aguentou a rotina de treinamentos junto com a jornada de trabalho. Reclamava também do custo das passagens e de ficar sempre fora do time, explicando-me que “só treinava e não jogava” (DC, 29/05/2011). Então, decidiu parar e passou a jogar na *várzea*, por diversão. Morava na vila, próximo do campo, ponto obrigatório dos seus finais de semana e feriados.

Fazia parte de um grupo-time, mas também jogava e noutros, conforme as oportunidades na sua *rede de conhecidos do futebol*. Dada a escassez de goleiros veteranos *na várzea*, não lhe faltavam convites. No seu grupo-time, ele era da *diretoria*, responsável pela limpeza do fardamento que providenciava numa lavanderia na qual ele trabalhava. Antes dos jogos, ajudava a marcar o campo nos jogos *em casa*, trazia a sacola de *fardamentos* e, não raramente, assumia a função de *pegar as assinaturas* dos seus colegas na súmula. Quando o dono do time não podia, representava a equipe nas reuniões da liga, nas noites de terças-feiras. Mas ele não fazia isso somente apenas em favor do time. Para complementar sua renda, *trabalhava no apito* nos jogos da liga da vila Paraná. Estava sempre atento na escala de arbitragem, preferindo, como a maioria dos árbitros, os *jogos casados* e *a pé*, isto é, ir para um campo e apitar dois jogos sozinho num período, o que poderia render até R\$ 160,00. Respeitado pelas amizades, era um dos árbitros que se escalava para os *jogos fumaceira*, entre rivais e com jogadores membros do tráfico, mas que também eram seus amigos e vizinhos.

O Sarrafo era pai de duas meninas que, raramente iam ao campo. Quando isso acontecia, estavam com a mãe. Em 2010, ainda casado, nos domingos ao meio dia, demonstrava sua preocupação de provedor em “passar na baía”, levar a carne e almoçar com as crianças e com a *nega véia*, antes de voltar para os campos, normalmente para *apitar* jogos da categoria livre. Em 2011, separou-se da mulher, para “fazer as coisas que deseja” como nos explicava num almoço noutra vila (não a sua), onde apitaria uma partida à tarde. Agora, contava-nos, tinha 3 namoradas e estava usando meio comprimido de Viagra “para não fazer feio”, mas estava pensando em parar de tomar, para “não ficar dependente” (DC, 29/05/2011).

Dois meses antes a este relato, em outro campo, já tinha lhe visto mostrar os remédios, justificando que “tinha que comparecer todos os dias [risos]”. Nas suas conversas com os conhecidos, o tema sexualidade rapidamente emergia na lógica do compromisso com as mulheres.

Como jogador, o Sarrafo levava a sério sua função e exigia o mesmo de seus colegas, mesmo nos amistosos. Não entrava em campo para perder e não era desleal. Seguiu o grupo-time independente das *promessas* que escutava dos futuros adversários, como relatou-me numa oportunidade: “jogamos um amistoso aqui [no campo da sua vila, *em casa*] contra o Itapejara e eles nos prometeram, vocês vão ver quando forem lá”. Dias depois, em cumprimento ao *carne* do campeonato, o próximo jogo do time do Sarrafo seria justamente contra o Itapejara, *na casa deles*. Apesar do receio, o goleiro não tinha dúvidas: “nós vamos lá, eu posso até levar uns [tapas, socos, pontapés], mas vou me defender” (DC, 14/08/2010). Porém, ele abandonou seu grupo-time numa competição, por causa dos *reforços* “de fora”.

Quando levava um gol num lance avaliado como uma *falha*, era mais fácil notar gozações do que reclamações diante do ocorrido. Fora do jogo, nas conversas com cerveja, o Sarrafo era um dos mais jocosos. Estava constantemente mergulhado em brincadeiras, zombarias, provocações e desafios com seus colegas e isso lhe era possível porque permitia que os outros o tratassem da mesma maneira. Seu principal parceiro de jocosidades era, sem dúvida, o Chimia, dono da *copa* do campo de sua vila e dono do Araruna, equipe na qual chegou a jogar amistosos, no período da pesquisa. As zombarias entre os dois eram frequentes, muitas vezes, independente se um deles ou ambos estavam jogando alguma partida. Quem observava o comportamento do Sarrafo *em casa* – no campo da sua vila – não teria dúvida em perceber o quanto aquele espaço lhe era prazeroso.

O Pocotó: o alvo predileto das gozações

O Pocotó, com 43 anos (em 2010), ocupava um lugar bastante diferente do Sarrafo nos campo da mesma vila. Não jogava, era solteiro e não tinha namorada, vivia de *bicos*, morava com a mãe, não tinha filhos, era alcoólatra assumido, nem sempre tinha dinheiro para dividir um *litirão* na *copa*. Num jantar-baile da liga, ele contou-me que “tirei o segundo grau, fiz dois anos de [graduação em] história, mas sou *bebum*” (DC, 11/12/2010). Já trabalhou em restaurantes da cidade, como garçom, mas abandonou por causa do vício. Há cerca de 20 anos, foi um dos primeiros moradores (ocupantes) da vila. “Peguei dois lotes” disse ele, onde construíram a casa em que reside com sua mãe (DC, 02/02/2011).

O Russo dono de um time da vila e outros vizinhos, quando contratados para alguma obra e necessitavam de mais pessoas, chamavam o Pocotó para o serviço, mas pareciam fazê-lo mais pela *parceria* do que pela disposição para o trabalho. Sempre estavam reclamando da falta de vontade ou das ausências para um *trago*. Em duas festas de aniversário nas quais estive, em diferentes vilas, o Pocotó fora *contratado* para trabalhar de garçom. Começou bem, mas na metade do evento, já lhe observava visivelmente embriagado. Nos dias seguintes, escutava os comentários de como o garçom acabara caído na rua, bêbado, sem conseguir chegar em casa. Na primeira vez em que o vi, na beira de um campo, ele era referido como treinador de um time da sua vila. Já naquela ocasião, conversando com a presidente da Associação de Moradores da vila, ela contava-me sobre a condição do treinador, explicando que “ele chega bom para o jogo e sai bêbado, toma o álcool da massagem, não dá para deixar perto” (DC, 03/05/2009).

Noutros jogos, quando ele tinha dinheiro ou crédito, assim que o jogo começava, abandonava sua função de treinador e ia até a *copa* comprar um *litrão* que, às vezes, era levado para a beira do campo, onde permanecia meio escondido. Entre uma instrução e outra, um gole. Seu lugar como treinador dos times de veteranos da vila não estava relacionado ao seu conhecimento sobre futebol, mas aos laços de amizade e de vizinhança. Os *conhecidos do futebol* sabiam da importância daquele momento para o Pocotó. Apesar indicar quem *sairia jogando* ou quem seria substituído, na maioria das vezes essas decisões comunicadas por este treinador eram imposições, solicitações ou sugestões de outras pessoas, jogadores, dono da *copa* ou até mesmo um colega que assistia a partida e fazia um comentário sobre quem trocar ou colocar no time. Na medida em que o campeonato seguia para as fases decisivas, o Pocotó perdia seu lugar, outros treinadores assumiam e ele se tornava massagista, mas não deixava de acompanhar os “seus times” e nem de criticar, reclamar, instruir e motivar. Apenas não tinha a “autoridade” de escalar e substituir.

Ele, em anos anteriores, já tinha montado o “seu time”, colocando o nome da sua cidade natal no interior do Estado. Sobre esta equipe, o filho mais velho do Russo (14 anos), para provocar e zombar, lembrou que “durou três dias, inscreveu e dois dias depois não tinha mais time. Ninguém quer ir nessa *barca furada*” (DC, 12/03/2011). O dono não tinha um grupo. Sabia-se, antecipadamente, que ele não tinha condições de colocar dinheiro no time e se desconfiava do destino das arrecadações. Entretanto, embora se pudesse cogitar a montagem do time para *fazer renda*, o esforço do Pocotó comunicava sua vontade de fazer parte do universo do futebol, de ocupar um lugar nele.

O seu gosto pelo futebol, sobretudo pelos momentos vividos nos campos, nos finais de semana e feriados, era bastante evidente. Nas nossas conversas, várias vezes mencionou a informação de que tinha treinado nas categorias de base de um time do interior do Estado, assim como falava habilmente do futebol jogado no circuito profissional, lembrando das décadas de 1970 e 1980. Na beira do campo, não escondia sua satisfação, dizendo “eu gosto é disso, *a várzea* é isso”, olhando para os jogadores em campo e para o *movimento de pessoas* no entorno (DC, 11/04/2010). Além disso, esse universo era apontado por ele como a única alternativa às relações/compromissos familiares e de trabalho, que me eram justificadas com frases como “eu não vou ficar em casa assistindo TV, venho pra cá [campo]” (DC, 11/04/2010) e “não tem outra opção, nós que gostamos de futebol tempos que vir e olhar isso [olhando para o campo]” (DC, 27/11/2010).

Nos campos e em outros espaços do futebol nas vilas, justamente em face da maneira como os seus colegas percebiam sua relação com o trabalho (acusado de pouca disposição, fazendo *bicos* para sustentar o vício) e com a família (morava com a mãe, não tinha namorada e filhos), ele era o alvo preferido de brincadeiras que tratavam de desafiá-lo, do tipo “eu não coloco esse aí no meu carro” (DC, 02/02/2011), “não aceito quem não trabalha, quem não leva nada para casa” (DC, 02/02/2011) e “pelo menos eu tenho mulher” (DC, 12/03/2011). Não era o conhecimento de futebol que colocava o Pocotó numa condição bastante vulnerável e desproporcional em relação aos outros nos espaços-tempos *da várzea*. Se, num primeiro momento, minha interpretação era a de que as pessoas queriam afastá-lo, depois, convivendo na vila, notava que as brincadeiras e jocosidades (simbolicamente bastante violentas) ganhavam mais sentido num movimento de fazê-lo adequar-se (largar a bebida, trabalhar direito, arrumar uma namorada, levar dinheiro para casa). Refletiam mais preocupação dos amigos e vizinhos do que abandono. E ele parecia saber disso, daí a seguinte frase de um dos vizinhos-amigos: “Quanto mais bate, mais ele gruda, parece mulher de brigadiano” (DC, 03/06/2010).

O Pocotó não somente aceitava as brincadeiras (ainda que violentas e irreconhecidas enquanto tal), como participava delas, (re)produzindo as gozações sobre ele ou direcionando-as àqueles que a fizeram, conformando um jogo de jocosidades bastante divertido, mas absolutamente carregado de arbitrariedades. Numa dessas ocasiões, sendo alvo e participando das brincadeiras, o ele concluiu: “Isso aqui que é diversão, não é aqueles *burgueses* que entram no restaurante e ficam aqui [gestos dos garfos e facas]. Nem conversam” (DC, 12/03/2011).

Lugar(es) das mulheres: “com os homens” e/ou “com os times”?

Os homens que iam ao campo nem sempre seguiam sozinhos. Olhando no entorno notava que lá estavam as mulheres. Junto ou depois deles, elas começavam a chegar. O número delas tendia a aumentar nas tardes dos domingos e feriados e nas partidas consideradas decisivas para o time dos homens que elas acompanhavam. A maioria tratava de vir acompanhada por colegas, formando duplas, trios ou grupos de conversas, enquanto cuidavam das roupas e dos calçados dos jogadores, bem como dos filhos. Em alguns casos, aquelas que estavam sozinhas aproveitavam para fazer outras coisas, como uma que “corrigia provas” sentada numa cadeira trazida de casa, colocada à sombra, enquanto a partida se desenvolvia na sua frente (DC, 27/11/2010). Entretanto, a presença de mulheres sozinhas nas situações em que isso “forçava” o homem a ficar com ela poderia ser apontado como um problema – não era bem visto pelos homens, especialmente pelos veteranos. Creio que por isso era frequente observá-las em duplas ou em pequenos grupos, de modo que suas práticas no entorno do campo fossem relativamente autônomas daquelas produzidas pelos homens, não “forçando” estes a cotejá-las em detrimento dos compromissos masculinos.

Contudo, embora os grupos de mulheres fossem levadas a se colocarem numa situação que comunicava certa autonomia, isso não significava que elas ficassem, necessariamente, distantes das disputas do jogo de futebol. Alguns grupos delas me faziam, pelo menos, problematizar a primeira ideia de que elas apenas “acompanhavam os homens” que jogariam ou assistiriam. Era o caso de algumas que seguidamente comunicavam que estavam “com os times” (não apenas “com os homens”). Para comunicar isso, duas ou três abandonavam algumas colegas que ficavam sentadas mais a distância, conversando, e seguiam para a *tela* ou para a beira do campo, se misturando aos homens na *pressão*, fazendo parte da demarcação da área do jogo com seus gritos, gestos e olhares.

Um grupo de mulheres de uma das vilas pela qual eu circulava, aliás, eram igualmente temidas pelos jogadores *visitantes*, pois elas participavam objetivamente da *pressão*. Algumas vezes ouvi relatos desse envolvimento, entre eles, o mais significativo foi o proferido pelo Dartel do Cruz Machado, lembrando da *surra* que elas deram no seu time inteiro, sendo necessária a escolta de membros da comunidade até fora dos limites da vila. Outro desses relatos, indicando a temerosidade das mulheres da mesma vila, foi feito pelo Pocotó a respeito de um jogo. Ao contar-me os fatos, o Pocotó mostrava-me que “do lado de lá [apontando em direção as casas da vila] estava cheio de mulheres e tu sabe como elas são! Do lado de cá [apontando o canto] estavam os *guris*, mostrando as armas. Perdemos de 1 a 0 e

saímos quietinhos” (DC, 27/02/2011). Porém, apesar de fazerem isso na companhia dos homens, a maneira delas participarem da *pressão* revelava um lugar simbólico distinto. Nos seus gritos, reclamações e xingamentos, em comparação com eles, elas tratavam menos do jogo (táticas, técnicas, regras) e mais das (des)qualificações das pessoas, destacadamente com ataques e desafios à masculinidade dos árbitros e jogadores adversários, através sexualidade, se referindo a eles como *putonas*, *bichonas*, *viados*, *boiolas*, etc. A presença destas mulheres *na tela* e na beira do campo, sem dúvida, destacava o significado daquele espaço social enquanto lugar de negociação e afirmação da identidade masculina.

A maioria delas, no entanto, não precisava gritar ou xingar, permanecer com os homens *na tela* ou na beira do campo para impactar sobre esse destaque da masculinidade. O fato de estarem ali nas proximidades, conversando e olhando, já dizia sobre a seriedade da disputa e das ressonâncias sobre a identidade dos que ocupavam a centralidade e delas mesmas. Era o caso da Silvia, esposa do Russo, que seguia para os campos “com o marido”, comportando-se de maneira comedida, muito diferente de outra mulher em relação a qual podia-se dizer que circulava “com o Andirá”, time de sua vila. Dentre as mulheres que estive observando em circulação, a Silvia e a “mulher do Andirá” foram as que me possibilitaram iconizar com maior clareza posições distintas nos campos das vilas, o que procuro descrever abaixo em rápidos retratos e repercussões nas conversas.

A “autonomia” da Silvia: circulando nos campos “com o marido”

A Silvia era a mulher do Russo, mãe de dois filhos. Em 2010, quando o marido ainda era sócio da *copa* de um dos campos, observava ela ajudando nas vendas, principalmente nas tardes dos domingos e dos feriados. Durante as manhãs, ela cuidava da casa. Normalmente chegava com a sua amiga Jéssica, vizinha com a qual ficava conversando enquanto trabalhava. Em 2011, continuei a vê-la no entorno dos campos, sempre acompanhando o Russo¹⁷⁷ (jogador, treinador, dirigente), mas também com sua amiga/vizinha. Cheguei a entrevistá-la, perguntando sobre suas idas aos campos. Ela respondeu-me que, com suas amigas, iam junto para fazer torcida, para fugir na monotonia de ficar em casa somente assistindo televisão. “A gente sai, espairece um pouco, vê outras pessoas, conhece e faz novas amizades”, asseverou a Silvia, denotando justamente aquela autonomia em relação às práticas do marido, apesar de acompanhá-lo e até mesmo ajudá-lo na *copa*. Perguntei-lhe também

¹⁷⁷ Observei ela em cinco campos, três em vilas e dois na região centro de Porto Alegre.

sobre seu gosto pelo futebol e se o envolvimento do Russo em quase todos os finais de semana e feriados representava um problema. Sua resposta foi a seguinte:

Logo no início eu reclamava muito, eu cobrava muito dele, que ele ligava mais para o futebol do que para mim, não me dava atenção né. Hoje não, hoje eu gosto e quando eu posso eu acompanho ele, aí as crianças também [...]. Então é uma coisa, o futebol muda bastante a nossa vida. Eu era bastante caseira, não saía para lugar nenhum, agora não, agora eu saio, gosto mesmo de futebol, aprendi a gostar do futebol através dele. Para mim o futebol aos domingos é ótimo. (SILVIA, 2011)

A Silvia, quando não estava atendendo na *copa*, procurava um bom lugar para acompanhar o jogo (à sombra em dias de calor, ao sol em dias frios), tomava chimarrão, quentão e, é claro, conversava com quem estava próximo. O confronto em campo lhe parecia secundário. Entre as conversas, demonstrava estar atenta aos filhos, principalmente ao mais novo, que circulava habilmente entre os homens, dentro e fora do campo. O mais velho nem sempre estava junto, preferia ficar em casa. Já o “[...] menorzinho vive dentro do campo com o pai dele. Até nas reuniões [da liga] à noite [...], ele é o primeiro a estar lá do lado do pai”, enfatizou a mãe. Realmente, foram poucas as vezes que vi o Russo em campo sem a companhia do “menorzinho” que, ao chegar, arrumava algum colega para uma brincadeira com bola, seja nos campos, na rua ou em algum outro espaço.

Diferente filho, a circulação da Silvia era bastante restrita e não em função do jogo ou dos jogadores. No entorno dos campos, o seu comportamento era bastante comedido. Poucas vezes a observei *na tela* com os homens. Não se envolvia nos xingamentos, ameaças, *palavrões*, insultos às pessoas que estavam em campo. Não arriscava orientações táticas, técnicas ou avaliações das decisões dos árbitros. Ocupava um lugar, que na ótica de dos homens, era o mais “adequado”, em contraponto àquelas que ficavam gritando *na tela*, tal como ficou numa situação em que algumas mulheres trocavam ofensas com um treinador:

[...] próximo do final do primeiro tempo, houve uma discussão entre o treinador (Fogaça) do São Pedro e estas torcedoras. O Fogaça, em reação às manifestações delas, se dirigiu a uma delas dizendo: “vou colocar meu pinto na tua boca”. As mulheres, em resposta, ampliaram o seu repertório de xingamentos, em ataque à sexualidade do treinador. Neste momento, o Moicano, treinador do outro time, observando a situação, ao passar por mim diz: “Se é a minha mulher eu não vou ficar ouvindo quieto, nem que leve um tiro”. [...] A mulher e várias outras que a apoiavam começaram a incitar o marido que estava jogando a “pegar” o Fogaça e esse pegar tinha a conotação sexual: “Vai te pegar de jeito, você vai sentir” gritavam. O Moicano complementa, então, seu comentário: “**são vileiras mesmo! Por isso não trago minha mulher**” (DC, 13/06/2010)

Neste jogo, a Silvia não estava na beira do campo, mas a mesma observação negativa do Moicano eu a vi fazer em relação a outra mulher (igualmente descrita como *vileira*) que se comportava de maneira semelhante noutra partida. Ao entrevistá-la, lembrei dessa avaliação e a questioneei sobre porque via o comportamento como este que foi descrito acima como algo negativo para uma mulher. Sua resposta foi taxativa:

Eu acho ridículo! Eu acho ridículo para mulher esses tipos de *palavrões* que elas falam em campo, elas não respeitam nem o marido que está jogando, nem os colegas, os outros companheiros que estão ali jogando, como também os filhos, tu vê, elas sempre estão com crianças. Então, qual é a moral que ela tem para depois repreender os filhos dela se o filho dela que está em campo chama um colega, um amigo do pai dele de “cornio”, “filho da puta”, que elas falam lá em campo, entendeu? Então eu acho assim, uma falta de respeito. Porque não é só ela que está lá, tem outras mulheres, tem crianças, entendeu? E o futebol não é isso, futebol é tu ir para campo se divertir, torcer e não agredir com palavras o companheiro, o juiz que está também trabalhando [...]. Então eu acho isso horrível! (SILVIA, 2011)

O que essa resposta destaca é que o comportamento delas tem implicações não apenas sobre a sua representação (de mãe e de esposa), mas (ou fundamentalmente) sobre a identidade do marido que está *ali dentro*. Não era, portanto, despropositada a afirmação do Moicano de que “por isso não trago minha mulher”, como não era estranha a indignação da Sílvia que, como a grande maioria das mulheres que seguiam para os campos o faziam com suas *conhecidas*, formando divertidos grupos de conversas – como denunciavam os risos frequentes –, enquanto assistiam ao confronto em campo e olhavam os seus filhos brincando.

A “mulher do Andirá”: uma vileira que vai “com o time”

O lugar simbólico semelhante ao Silvia não era o único na beira dos campos. Num outro extremo, poderia dizer, observei uma que, baseado na classificação do Moicano, eu poderia classificar como um bom exemplo de *vileira*. Tratava-se da esposa de um jogador veterano do Andirá, time daquela mesma vila em que o Dartel do Cruz Machado havia relatado ter *levado uma surra* das mulheres. Encontrei-a em cinco partidas do Andirá, não apenas do *quadro* de veteranos, porém não cheguei a perguntar por seu nome, por isso me referia a ela como “a mulher do Andirá”. Aprendi a chamá-la dessa maneira escutando outros jogadores fazê-lo dessa mesma forma, o que me ajudava a consolidar a ideia de que ela seguia “o time”. Seu comportamento, aliás, se destacava das demais, justamente porque era muito semelhante ao dos homens. A primeira vez que a vi na beira de um campo, registrei nos seguintes termos:

Fora do campo, posicionado atrás de uma das linhas de fundo, está uma mulher acompanhada de duas crianças (meninos). Eles estão com o time do Andirá e cuidam das roupas e calçados dos jogadores que estão em campo. Observei uma característica diferente na postura desta mulher em relação ao jogo. Ela está bastante envolvida com a partida, “não perde um lance”, atuando também na orientação dos jogadores e na motivação destes. Poderia, no cenário *da várzea*, tranquilamente ser tomada como “treinadora”. Suas instruções, manifestadas aos gritos, são do tipo: “marca ali”, “olha as costas”, entre outras frases prontas muito conhecidas e recorrentes. As crianças que estão com esta mulher, também assistem ao jogo, mas não deixam de brincar com uma bola. (DC, 30/05/2010)

Na segunda partida que a observei, voltei a notar seu conhecimento semelhante ao dos homens, nas suas instruções, cobranças e reclamações, entre elas “já que o juiz não dá, apresenta as travas da tua chuteira”, “jogar mal e perder tudo bem, mas jogar bem e perder, eu não aceito”. Não era somente isso. Em torno do meio-dia de domingo, *na tela*, ela explicava a regra de impedimento para algumas crianças, a fim de ganhar apoio na sua reclamação do suposto erro do árbitro. Entre uma manifestação e outra, um ofensiva à masculinidade do árbitro, baseada no comprimento do cabelo: “e essa menina aí, de cabelo comprido”. Ela deslizava entre o que seria o um lugar masculino e o feminino. Ao mesmo tempo em que se comportava de um modo mais comum aos homens, não deixava de cuidar dos filhos e de conversar com outra mulher que estava ao seu lado, dizendo que “não iria comprar mais bola para seus filhos que reclamavam, pois era a terceira neste ano” (DC, 26/09/2010).

Entre a cinco vezes que observei a “mulher do Andirá”, duas foram na vila onde ela reside com o marido e seus dois filhos. Mesmo em partidas no período da manhã dos domingos, lá estava ela acompanhando o time, na companhia dos filhos, entre os demais jogadores que *se fardavam* na beira do campo. Nestas duas situações ela pegou a bola do jogo e ensaiava sem muito sucesso algumas *embaixadinhas*, dizendo “faz tempo que não faço isso” (DC, 01/05/2011) ou “nem quando eu jogava conseguia fazer isso” (DC, 29/05/2011). Essas explicações revelavam a sua experiência futebolística, me ajudando a explicar o seu conhecimento sobre esta prática esportiva e a sua posição no campo. Isto é, no caso dela, não se tratava de afirmar que iria para o campo apenas para acompanhar o marido, mas também o futebol. Nos jogos *em casa* do Andirá, ela se posicionava na beira do campo e ficava absorvida pelo jogo, reagindo no fluxo dos acontecimentos dentro do campo. Numa dessas ocasiões, o Russo, ao vê-la reclamando e xingando, lembrou e contou-me que “ela junto com outras 10 bateram a pauladas no time do Dartel, num jogo aqui, há alguns anos” (DC, 29/05/2011). Falou isso em tom depreciativo.

De modo geral, os comentários dos homens com os quais eu conversava tratavam de dizer sobre o lugar inadequado que a “mulher do Andirá” ocupava, como ficou claro na manifestação do torcedor de um time adversário que, ao vê-la gritando, disse “se não fosse mulher, ia dar um soco nela!”, sendo complementado por um colega que, por sua vez, afirmou “não dá pra reclamar, tem que ouvir e ficar quieto” (DC, 05/06/2011). Inicialmente, interpretei que não era possível reclamar dela pelo simples fato de ser mulher, por mais que ocupasse um lugar semelhante ao dos homens no que se refere à relação absorvida com o jogo. Contudo, logo notei que não era apenas isso. Na partida seguinte, lá estava ela (*na tela*) discutindo com um jogador reserva (dentro dos alambrados) do time adversário ao da sua vila. O jogador para insultá-la, aproveitava-se do seu tipo corporal (“baixinha” e “gordinha”): “seu marido tem que ter um grande para chegar até lá”. Ela, sem pestanejar respondia no mesmo nível e com a mesma conotação, gritando que “não tenho culpa se tu é pouquinho mesmo”. A criatividade com que atacavam um ao outro tendo como parâmetro a sexualidade era notável. Observando essa discussão a poucos metros dela, já sabendo que a mulher não iria “perder”, pois lembrava dos outros campos, disparei, “naturalmente”, um comentário ao Russo que estava ao meu lado: “não dá para discutir com ela”. Ele concordou comigo: “é, com essa aí, não dá” (DC, 19/06/2011). Quer dizer, não era somente porque era mulher que “tinha que ouvir e ficar quieto”, mas também porque seria difícil discutir no mesmo nível.

Esta não era a única mulher que observei na beira dos campos e *nas telas*, absorvida pelo jogo e participando nas discussões de maneira bastante semelhante aos homens. Outras acompanhavam os “seus times” e, tal como a “mulher do Andirá”, com os seus gritos cooptavam algumas colegas que encorpavam grupos bastante barulhentos e que chegavam a incomodar os homens. Enquanto aquelas (absorvidas pelo jogo) demonstravam a seriedade das suas manifestações (para motivar, incentivar, intimidar, ameaçar ou reclamar), estas (as colegas) tratavam de rir de seus comportamentos depois que os produziam. Como eu já tinha notado, rir das próprias manifestações era importante para definir-se enquanto mulheres naquele espaço masculino.

Lugar(es) dos meninos e meninas

Junto com as mulheres e com os homens, dentro e fora do campo, estavam as crianças. Em um dos campos fazia bastante sentido dividir a descrição entre meninos e meninas, mas em dois deles essa divisão parecia desnecessária, pois as meninas organizavam brincadeiras “de bola”, exibiam sua habilidade nas *embaixadinhas*, ocupavam o campo nos

intervalos dos jogos ou durante estes, nos cantos. Os campos eram ocupados de maneira muito parecida por meninos e meninas, mas nem sempre o faziam em brincadeiras mistas, apesar ser o principal atrativo para ambos. Nestes dois casos, soube que membros das comunidades – estes vinculados aos times locais – mantinham *escolinhas* de futebol tanto para os meninos como para as meninas. Entre um jogo e outro, meninas e meninos entravam em campo para brincar com a bola. Nas conversas delas e deles eu escutava os relatos sobre os gols que marcaram ou deixaram de marcar nos treinos e brincadeiras.

Em um desses campos em que funcionava uma *escolinha*, o Seu Túlio, um dos principais responsáveis pela manutenção das práticas das crianças, fazia questão de enfatizar o seu gosto pelo envolvimento delas no “projeto”, relatando orgulhosamente que boa parte de sua família “[...] cresceu no campo. Já vi jogador do meu veterano brincando e correndo aqui [apontando para um jogador na lateral]” (DC, 31/10/2010). Este senhor, mais de uma vez contou-me que já fez parte do projeto Em Cada Campo uma Escolinha (ECCE) da SME, mas acabou se desvinculando porque deixaram de ganhar bola, apito e coletes. Em função dos gastos, não participa mais do *varzinha* com a *gurizada*, entretanto, faz questão de continuar com a *escolinha*, contando com a colaboração de outras pessoas da família, realizando treinos semanais, para os meninos e para as meninas.

Já no campo de outra vila, onde somente havia a *escolinha* para os meninos, nos dias de jogos dos adultos a presença e a circulação das crianças era significativamente melhor marcada pela distinção de gênero. Mesmo parecendo arriscado bastante estabelecer uma relação diretiva e com poucas informações, não pude deixar de notar que neste local, era mais frequente observar os meninos chegarem somente com os homens do que as meninas. Estas, comumente chegavam e permaneciam junto com as mulheres e, em termos de normalidade, se envolviam em brincadeiras próximas a elas. Já os meninos se distanciavam rapidamente dos adultos para organizarem suas brincadeiras, sendo a mais comum a “de bola”, ocupando um canto do campo enquanto a jogada não estava ocorrendo ali, não sendo um problema se este espaço fosse próximo do banco de reservas, ainda que este local fosse destinado ao consumo de maconha.

Do meu lugar “no futebol” ao meu lugar “nos campos”

Na medida em que eu circulava com pessoas, permanecendo com elas no entorno dos campos das vilas e dos times (seja nas *casas* ou *fora* delas), passei a notá-los como espaços híbridos. Aquelas separações simbólicas entre o que/quem era “do jogo” e o que/quem “não

era” ao invés de colaborar no meu entendimento, me faziam sofrer com ansiedades, exatamente porque o modo como se vivia aquele espaço desafiava minhas categorias. Ao resgatar nos meus diários as primeiras impressões sobre as práticas dos times nas/das vilas, não passou despercebida minha ansiedade a respeito do que eu denominava de “atrasos dos jogos” e como aquilo desafiava minha necessidade de uma tabela com horário a ser cumprido. Eu chegava no local do confronto, aguardava o horário previsto, pegava uma súmula com a prancheta e logo começava a apressar os membros das equipes impregnados nas suas conversas, porém sem muito sucesso. Eu não conseguia perceber, naquele momento da pesquisa, o quanto aquelas conversas – que não ocorriam somente antes das partidas, mas durante, nos intervalos e depois delas – davam sentido ao futebol e ao campo.

Aos poucos alguns homens chegavam, um depois do outro ou em duplas e trios, caminhando, de bicicleta ou com seus carros e motocicletas. Os moradores do entorno, olhando o *movimento* no campo, saíam de suas casas. Nos dias “comuns”¹⁷⁸, 20, 30 homens se distribuía entre a *copa* e a beira do campo, boa parte destas, dentro dos alambrados. Nos *clássicos das vilas* e jogos decisivos, pelo menos o dobro deles. Assim que a *copa* abria, alguém já combinava *dividir um litrão* (de cerveja), não sendo um problema o fato de que estaria na partida de logo mais. Formavam-se círculos e grupos de conversa que misturavam jogadores dos times, a não ser quando se tratava de uma equipe visitante nova, ainda desconhecida. Mais cerveja era requisitada, mais conversas, até que alguém preocupado com o horário de almoço junto à família ou com o anoitecer e a falta de luz – não apenas com uma tabela como eu – chamava os jogadores para os vestiários. As conversas não encerravam com os *fardamentos*, mudavam os grupos, os assuntos, até que o árbitro iniciasse a partida. Os que não *saíram jogando* continuavam conversando entre eles ou com os que não colocavam *fardamento* que, para minha surpresa, grande parte, eram membros de outros grupos-times locais.

Atrasos? Seriam as conversas e a cerveja uma espécie de ritual de entrada no campo, o que não significava apenas no jogo? Comecei a questionar-me, a estranhar-me. Depois de algum tempo, entendi que minha pressa em começar o jogo, com a súmula na mão, refletia o meu lugar simbólico (reconhecido) no campo, uma forma que encontrei para fazer parte, já que não conseguia participar das conversas. Conforme comecei a acompanhar os assuntos, colaborar com novos detalhes deles, a beber cerveja – tomar *um gelo* era importante – e *pagar um litrão* na minha vez, a ficar relativamente absorvido pelas conversas, o

¹⁷⁸ De jogos amistosos ou de partidas da fase classificatória, sobretudo das primeiras rodadas.

significado dos atrasos se modificou. Depois de algum tempo de imersão eu sabia do que havia ocorrido nos jogos anteriores, tinha frequentado algumas festas, acompanhava a política local, assistia os jogos do Grêmio e do Internacional, às vezes, com eles. Meu “lugar” no campo, ou melhor, o “lugar” do campo na minha experiência, começava a se modificar. Chegava, reconhecia alguém e era reconhecido, questionava e era questionado. Estar no campo de futebol colocava mais coisas em jogo. Notava, cada vez mais, que não se ia a campo apenas para jogar ou assistir uma partida, mas também (ou fundamentalmente) para conversar. Especialmente no caso dos veteranos, não permaneciam lá para o jogo e rapidamente se retiravam. Ficavam horas e horas conversando, envolvido em brincadeiras e jocosidades, “degustando” com cerveja e churrasco (ou churrasquinhos) os lances mais emocionantes e pitorescos experimentados dentro ou fora do campo.

Tinha sentido divertir-me com as *chegadas duras* no Ronaldo, porque ele, dentro e fora dos campos, estava sempre a desafiar os seus adversários. Não era somente a *chegada dura* o alvo de minha avaliação, mas principalmente quem a produziu e quem a levou e quais seriam as ressonâncias disso nas conversas e brincadeiras durante e depois da partida ou até mesmo durante a semana, nas ruas, nos bares e no trabalho. Se eu não conhecesse o Ronaldo, certamente seria apenas uma *chegada dura*, digna do apontamento de uma falta. Outro exemplo disso eu observei numa conversa entre um jogador e seus *conhecidos* fora do campo:

Num lance, depois de não ter sucesso num cruzamento para a área, por não conseguir acompanhar a bola, o Dartel, próximo à linha de fundo, em frente aos seus *conhecidos* que estavam nas proximidades da *copa*, reclama destes, dizendo que não lhe ajudavam a jogar. “Vocês só me criticam, aí não consigo jogar mesmo”. Se o conteúdo da fala parecia denotar uma reclamação, conhecendo quem proferiu, sabia que expressava extremamente o contrário, era um desafio para que os *conhecidos* fizessem mais, falassem mais. O Dartel não era um dos bons jogadores e *estava pesado*, mas era um *parceiro* do grupo que “o criticava”, tomava cerveja junto, também um trabalhador. (DC, 12/03/2011)

Se eu não conhecesse um pouco mais o Dartel e seus interlocutores, não tivesse convivido com eles mais de um ano até aquele momento (em reuniões, campos e festas), certamente minha avaliação se encerraria na noção de reclamação. Quanto mais eu conhecia as pessoas que estavam jogando, mais ficava absorvido pelo jogo e pelas conversas em pé na beira do campo, junto com muitos outros já *conhecidos* meus. Os assuntos, os comentários (“devia ter tocado”, “passado”, “chutado”; “podia ter driblado”, etc.), os gestos no mesmo fluxo de movimentos dos que estavam em campo, “apareciam” com *naturalidade*. Se o jogo estivesse disputado, *pegado* como diziam, era ainda mais difícil ignorar os lances. No final da

pesquisa, depois de muitas horas vividas no entorno dos campos, meus interlocutores já tinham que lembrar-me da função de mesário, alertando-me sobre a súmula, sobre alguém que não poderia estar jogando ou dentro de campo, afinal meu lugar simbólico ainda era outro.

* * * * *

Como estas descrições produzidas até aqui sobre as comunidades nos campos me ajuda a pensar a cultura da pressão e o embaçamento da separação? A resposta a esta questão encontra um primeiro passo na noção dos campos como “pátios das vilas”, pelo qual se passa cotidianamente e para aonde se dirigem os moradores (mulheres e homens; crianças, jovens, adultos e idosos) assim que notam *o movimento* do futebol que, por sua vez, reflete um convite para sair de casa, seja para jogar, para assistir e/ou brincar – uma “fuga” da monotonia de “ficar em casa”. O segundo passo refere-se ao entendimento de que os que ficavam no entorno, em pé ou *na tela*, não eram “estranhos” do jogo, tampouco se auto-percebiam como um “incômodo”. Os olhares, os gestos, os gritos – *a pressão* – do “muro de pessoas” em solidariedade aos que participavam das disputas mais internas, “fazia parte”, servindo para delimitar o espaço do jogo tanto quanto a existência das linhas limítrofes.

Naqueles “pátios das comunidades/famílias”, no caso dos homens (espectadores-treinadores), mesmo não tendo o direito *pegar na bola*, não estavam livres de sustentar sua identidade para fazer parte daquele espaço. Fazer parte do “muro de pessoas” e *pressionar* não se resumia em torcer e em ser solidário aos que estavam dentro do campo, pois também conferia um caráter de dramaticidade ao envolvimento. Ali os compromissos da vida cotidiana ofertavam tanto sentido quanto os próprios gols. A presença não esgotava o seu sentido na interação, mas fundamentalmente “na relação” com as trajetórias e histórias das suas famílias, dos seus trabalhos, das relações sexuais e das rivalidades entre grupos/vilas. Nesse sentido, o goleiro Sarrafo ocupava um lugar mais adequado, que lhe possibilitava uma “boa” representação nos campos, enquanto o Pocotó (sem mulher e filhos, morando com a mãe, alcoólatra, pouco empenhado no trabalho) sofria (divertindo-se) com a violência simbólica expressa nas zombarias e jocosidades que, nos campos, tratavam de lhe direcionar para outras trajetórias de vida.

Tomando os campos como “pátios” das vilas (ou de uma família), olhando para este espaço simbólico e tentando compreender a *pressão* (agora de *dentro*), deparei-me novamente com as mulheres e sobre como algumas delas – meu melhor exemplo era a “mulher do Andirá – desafiavam o corolário de que as identidades femininas e masculinas, por si só, explicariam

as posições e as práticas. Se, de um lado, eu podia dizer que “em relação aos homens”, as práticas delas davam substância a forja da masculinidade, como se elas fossem “objeto de mediação”¹⁷⁹ da honra deles (seus comportamentos implicavam na identidade dos homens), por outro, quando observadas “na/em relação com/ao futebol” algumas das mulheres desafiavam, ainda que momentaneamente, essa lógica homogênea. Em algumas ocasiões seria o caso de afirmar que a “mulher do Andirá” (um bom exemplo de “vileira”) era também um “objeto de mediação” da honra do time de futebol e, por extensão, da própria vila. Se participar da *pressão* no entorno dos campos – deixando-se jogar nos “muros de pessoas” – significava uma dramatização para forjar-se homem, eu não poderia deixar de considerar que seria, simultaneamente, um momento de forjar-se membro do grupo-time, do qual as mulheres (não a maioria) também participavam.

Em alguma medida eu experimentei isso, deslocando-me do meu lugar “no futebol” a um lugar “nos campos”, o que ocorreu em decorrência de conhecer meus interlocutores um pouco mais, deixando de tratá-los como “agentes anônimos”, o que implicava na forma como eu deixava-me jogar (absorvido pelas disputas).

4.2.2 Os campos das vilas nas comunidades: trabalho, política e tráfico

Se, até aqui, de certa forma, eu tratava de realçar o cotidiano das pessoas das comunidades como elemento de significação dos/nos campos das vilas, outros aspectos em análise me conduziram numa reflexão em sentido contrário, isto é, ressaltando o sentido dos campos na vida das comunidades. Nessa lógica, três aspectos chamaram minha atenção: os campos como espaços de trabalho (e renda) informal, de política pública (e votos) e do tráfico (e consumo) ilícito de drogas. Este rumo de análise emergia na medida em que eu registrava as negociações e, em alguns casos, as intensas disputas, para a realização de jogos amistosos ou de partidas *valendo* em competições nos campos das vilas. Uma agenda cheia estampava o contentamento dos donos de *copas*, dos vendedores ocasionais (de bebidas, churrasquinhos, salgadinhos, etc.), dos candidatos a cargos públicos em períodos pré-eleitorais, dos *patrões* e/ou *soldados* de *bocas do tráfico* e de marcadores do *jogo do bicho*. O movimento de pessoas não passava despercebido deles.

¹⁷⁹ Uma crítica a essa leitura (bourdieusiana, sobre a “estrutura” mediterrânea da dominação masculina) foi apresentada por Claudia Fonseca (2004) em decorrência dos seus estudos das relações de gênero em classes populares, sustentando que a oposição entre identidades masculinas e femininas não explicam os lugares sociais das “mulheres valentes”, sustentando a necessidade de consideração do universo simbólico em que essas identidades são calcadas.

A copa do Chimia: trabalho-renda/futebol-diversão

Num dos campos de vila localizado num terreno da Prefeitura, o Chimia, dono do Araruna (time local), *tinha uma copa*. Este *ponto* fora comprado por ele de outro morador da vila, sendo explorado com a anuência da SME, em troca do cuidado com o lugar (organização, agendamento e manutenção). Nos espaços da gestão pública, o Chimia era chamado de *zelador*, como tantos outros na mesma condição. Dentro da construção utilizada para as vendas, ficavam 2 *freezers*, 1 geladeira, vários pares de chuteiras velhas disponibilizadas para quem não as tinha, sacas de cal para marcar o campo, um instrumento utilizado para esse trabalho, bolas, muitas sacolas com as roupas e calçados dos jogadores que estavam em campo para um confronto. Nas prateleiras havia algumas súmulas abandonadas e outros papéis utilizados para anotar as contas deixadas para pagar depois, por quem tinha crédito. Uma TV era trazida nos dias de *Grenal*¹⁸⁰, em torno da qual aqueles que não estavam em campo se aglomeravam.

Nos dias de rodadas, o Chimia era o primeiro a chegar. Começava cedo a arrumar as bebidas e recipientes de carne nos *freezers* e geladeira, enquanto um ou outro morador-jogador da vizinhança aparecia para conversar. Pouca quantidade de bebida permanecia na *copa* fora dos dias e horários dos jogos. Normalmente ela era trazida, já gelada, pouco antes das partidas, com uma *Van*. Tal veículo, durante a semana, era utilizado no transporte escolar e, nos finais de semana, servia para as demandas do futebol, no transporte de bebidas, comida, mesas e cadeiras quando se tratava de uma festa (baile, jantar). Frequentemente a *Van* era fretada por donos de times para o deslocamento dos jogadores nas partidas fora de casa, principalmente, quando o compromisso era *do municipal*. Nos dias de maior *movimento*, o Chimia contava com a ajuda do Evair (seu filho, um rapaz com cerca de 20 anos, que trabalhava na *copa* e também dirigia a *Van*) da esposa e da filha (estas ficavam mais restritas ao interior da *copa*).

Entre um jogo e outro, principalmente nos domingos ao meio dia, o dono da *copa* assava *churrasco* ou *galeto* que eram consumidos por aqueles que permanecessem no local. Não lhes era cobrado nada por isso, mas era de “bom tom” que, em troca, colocassem a mão no bolso e gastassem na bebida. O recebimento do dinheiro e o controle financeiro era feito, em grande parte, *de cabeça*, com raras anotações em pedaços de papel. No final do período,

¹⁸⁰ Partida de futebol do circuito profissional, entre os dois maiores times da cidade de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul: *Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense* e o *Sport Club Internacional*.

os lucros eram contabilizados, tendo como base, principalmente, o número de caixas de cerveja – este, sem dúvida, tratava-se do principal indicador das vendas.

Ao trabalhar, o Chimia não se distanciava do divertimento. No caso dele, pelo menos nos finais de semana, aquela dicotomia tradicional entre trabalho-lazer parecia não fazer sentido. Ele jogava como goleiro ou zagueiro no seu time (na categoria 40 anos) e em outros times das vilas próximas, junto com seus *conhecidos*. Entre uma participação ou outra, cuidava das vendas, contando com a colaboração dos familiares. E, quando não estava em campo, não era incomum vê-lo abandonar o serviço, absorvido pelos acontecimentos das partidas. Ele era uma daquelas pessoas que não perdia a oportunidade para brincar, desafiar jocosamente (tirar sarro, zombar, provocar, ironizar) os seus *conhecidos*, fazendo isso de modo bastante divertido e aceitando as respostas dos seus alvos, até que alguém o alertasse sobre um novo “cliente” a ser atendido. O trabalho entre *conhecidos* (do futebol, grupos de amizade, vizinhança ou parentesco), mediado pelo futebol, não me possibilitava separar com maior clareza a experiência da diversão e de trabalho. Quer dizer, estava bastante evidente que trabalhar não excluía a possibilidade de deixar-se jogar.

Nas proximidades desta *copa* (não dentro dela) alguns rapazes comandavam uma *boca do tráfico*, universo já bem conhecido do Chimia, pois ele já tinha sido preso pelo envolvimento nesse tipo de organização e, além disso, seus irmãos ainda “trabalhavam com a droga”, sendo, por isso, procurados pela polícia. Não foram poucos os que me disseram ou insinuaram que o Chimia continuava trabalhando com seus irmãos, “transportando e guardando uns pacotes”. Já o envolvimento pregresso do dono da *copa* com o tráfico me foi revelado numa situação bastante curiosa:

Era a final do campeonato de veteranos e alguns troféus estavam nas proximidades da *copa*, para serem entregues depois do jogo. Eu registrava algumas imagens para enviar ao *jornalzinho da várzea*, quando escutei o seguinte pedido do Chimia: “Tira uma foto minha [simulando a entrega de um troféu a um jogador fardado]. Na semana que vem tenho audiência [no Fórum], posso dizer que lido com o futebol da comunidade. [...] Tem a data na fotografia?” Registrei a imagem e confirmei a informação da data. (DC, 02/11/2010)

Uma semana antes da audiência de condicional, o Chimia ligou pedindo a fotografia. Providenciei a impressão da imagem com a data e combinei de levá-la diretamente no Fórum. Entreguei-a pouco antes da audiência, na sala de espera. Estava comigo outro jogador-*parceiro* do Chimia que foi arrolado como testemunha do bom comportamento e do envolvimento com o futebol na comunidade. (DC, 16/11/2010)

Tudo certo com “a justiça”, o Chimia continuou trabalhando na *copa*, zelando pelo campo, jogando, brincando e assistindo. Aos poucos eu fui assimilando, como a grande

maioria dos *habitués*, que o futebol era uma coisa e o tráfico outra, embora as práticas estivessem misturadas naquele espaço-tempo e que algumas (poucas) pessoas participassem dos dois universos simultaneamente.

O futebol e o “círculo do tráfico”: um paradoxo

Em todos os campos das vilas pelos quais circulei no período da pesquisa, eu facilmente notava o consumo de drogas, principalmente de maconha. E nas proximidades (ou no entorno) de três deles, além do consumo, funcionavam claramente as *bocas de fumo*. Esta situação constituía um paradoxo nas vilas, já que, de um lado, o futebol era mencionado como estratégia (legítima) de combate às drogas, mas de outro, seus espaços mais sagrados, os campos, serviam como lugares (legítimos) do consumo e do tráfico. Quando se tratava do futebol das crianças e adolescentes, o discurso do futebol como um santuário de proteção contra as drogas estava bastante presente. Numa dessas manifestações, o Seu Túlio, ao justificar orgulhosamente o “papel social” da *escolinha* que sua família mantinha para as crianças da vila, argumentou que:

“[...] faço para tirar eles das ruas. Fico 30 minutos na palestra com eles. **Faço um círculo** [desenhou o círculo no chão com um galho de árvore] e digo. **Fora é a sociedade, aqui dentro é o mundo da droga. Se tu entrar aqui, vai perder o que está fora**, seus amigos, os pais dos outros vão deixar de se relacionar, vão se afastar. Depois de entrar não sai mais [...]” (DC, 24/10/2010)

O lugar do campo e do futebol, para o Seu Túlio, era o espaço no qual se podia travar a “luta contra as drogas e contra o tráfico” na comunidade e nas famílias. Para isso, como mostra o excerto acima, ele desenvolvia uma clara separação do “mundo da droga”, onde aqueles que entravam passavam a ter um estatuto diferente que não se encaixava com a sociedade¹⁸¹, apesar de estar dentro dela. Essa não era uma preocupação somente dele, mas de sua família. Numa das rodadas no campo “do Seu Túlio”, envolvendo times da categoria livre, com vários jogadores usuários de maconha, o lugar se tornou, como se dizia “uma *fumaceira*”. Um dos filhos do ancião, já veterano, descontente com a situação, procurou-me para que eu “tomasse providências”, isto é, pedisse para que fossem fumar seus *baseados* noutro lugar. “Tem tanto lugar para os *caras* fumarem, ficam ali perto da *copa*, das crianças”,

¹⁸¹ Estas pessoas que “entravam no círculo” constantemente eram apontadas como as que “caíram” ou que “foram para o outro lado” ou que “estavam perdidos”. Embora os jogadores-usuários de drogas fossem os mais descritos por estas expressões, elas eram utilizadas também em relação aos alcoólatras, cujo consumo não era classificada como uma droga.

reclamou o veterano. Assumindo o “lugar” de representante da liga naquele momento, procurei o dono de um dos times e lhe fiz o pedido, mas a resposta não foi a esperada: “lá na vila [campo onde seu time *manda* os jogos] eu organizo, peço para fumarem lá no canto. Aqui não vou falar com ninguém” (DC, 24/10/2010).

Essa tensão não se limitava aos campos. Nas reuniões da liga, vez ou outra, escutava reclamações sobre os visitantes que iam jogar e ficavam “fumando na *cara dura*”, algo que não deveria acontecer, pois “lá tem família, tem criança na beira do campo” (DC, 03/05/2011). O paradoxo ficava ainda mais latente quando se tratava de uma vila em particular, a respeito da qual a presença de organizações de traficantes não passava despercebida. Muito antes de conhecer essa vila eu já começava a ouvir sobre essa relação a partir do Miranda, presidente da liga, dos membros dos times e dos árbitros contratados para *apitar* lá. Primeiro o Miranda reclamou dizendo que “é o *apito da droga*¹⁸² que me incomoda”. Fez isso, depois de comentar que estava cada vez mais complicado *levar jogos* para o campo desta vila, “porque os *patrões* de lá investem nos times e ficam na beira do campo com armas” (DC, 09/06/2010). Os *visitantes* já não queriam ir naquele campo e os árbitros, da mesma maneira, se negavam a aceitar as *escalas* para *apitar* lá. O Vagner, um destes árbitros, já bastante experiente, reconhecido por *saber levar os jogos nas vilas*, disse-me claramente que “lá os caras vão armados e fazem *pressão* o tempo todo” (DC, 14/08/2010).

Nas vezes em que estive no campo desta vila não cheguei a notar armas, mas sabia quem era o *patrãozinho* do tráfico local, em qual time ele jogava e quem eram os seus colegas (soldados) que “trabalhavam com a *branquinha* ou fazia uns *pacotinhos*”, alguns deles jogadores. O fato de “trabalharem na droga” e/ou de serem usuários não os excluía do futebol, afinal não deixavam de ser vizinhos, parentes e amigos (*conhecidos* ou *do grupo*), sobretudo se mostrassem que “sabiam separar as coisas”. No campo ou na vila, o consumo de maconha podia ser facilmente visto, até mesmo entre crianças, como um menino de aproximadamente 12 anos que enrolava um baseado entre rapazes de maior idade, na beira do campo (DC, 27/02/2011). Eu já não estranhava a presença de maconha nos campos, nas praças e parques da cidade, mas ficava bastante intrigado com esta situação, porque, embora pudesse ver o consumo explicitamente, parecia tratar-se de um assunto proibido, não aparecia nas conversas. Não demorou muito para perceber que tratava-se de um dos importantes indicadores do quanto eu não era um “nativo”.

¹⁸² A metáfora do *apito* era bastante reveladora de como a *pressão* das armas (ainda que elas inexistissem ou não fossem mostradas) atuavam nos comportamentos dentro do campo.

O “círculo da droga” no campo: problemas políticos/esportivos

Aquela explicação do Seu Túlio sobre evitar que as crianças entrassem no “círculo da droga” esteve constantemente presente nas minhas reflexões, mas ela me impactava de maneira mais intensa quando eu permanecia no campo em que o Chimia tinha a sua *copa*, próximo da qual funcionava a *boca*. Isto é, o “círculo” ficava quase “dentro” do campo, os dois universos conviviam, embora com relativa autonomia um em relação ao outro¹⁸³. Fora do círculo, junto com a grande maioria do pessoal do futebol, restava-me saber que “nós ficamos na nossa e eles ficam na deles”, como disse-me um dos jogadores (DC, 11/03/2010). Conversando com o Miranda (e com outros donos de ligas e de times) sobre as *bocas* nos campos, logo eu escutei afirmações do tipo “não me meto no trabalho deles, eu faço o meu trabalho e eles fazem o deles” (DC, 29/08/2010) ou “não dá para enfrentar os caras, tem que conviver com eles, saber lidar com eles” (DC, 07/11/2010). O receio dos *patrões* e “suas leis” era evidente e eu incorporei isso. O principal aspecto dessa aprendizagem era a necessidade de olhar através das práticas relacionadas ao tráfico e não falar sobre elas, por mais que elas fossem consideradas inadequadas dentro daquele espaço do futebol.

Não foram poucas as situações em que me senti assim, observando “através” desse mundo simbólico em funcionamento – o do tráfico –, tentando desconsiderá-lo em face do futebol. Mas a experiência mais impactante nesse sentido, eu vivenciei noutro campo de vila, a respeito do qual alguns dos meus interlocutores disseram que “estava perdido para o tráfico”. Nesse sentido, um jogador-dono de time daquela vila, contou-me desanimado que “pra falar a verdade, aquilo ali é, hoje, uma *boca de fumo*. Ninguém coloca dinheiro no futebol. Os caras vão lá para fazer *fumaceira*” (DC, 21/11/2010). Soube também que o dono da *copa* foi obrigado a sair porque não concordava com este uso do campo. Numa das vezes em que estive nesse local, presenciei um rapaz *chapado* e outro tentando acordá-lo, dizendo “o meu, o *patrão* tá ali esperando o dinheiro”. O rapaz, drogado, não mostrava condições de levantar-se e outro chegou para lhe cobrar, agora com chutes (não fortes), dizendo “Ô, ô, cadê o dinheiro?” Eu, como todos os outros que estavam assistindo a partida de futebol, procurei olhar “através” daquilo, como se não existisse, com receio de represálias. Tínhamos que saber em qual universos estávamos – o do futebol – e que “nós ficamos na nossa e eles na deles” (DC, 24/11/2010).

¹⁸³ Os jovens rapazes que ficavam com as pequenas quantidades de drogas e as comercializavam se espalhavam entre o pessoal do futebol, mas conversavam predominantemente entre eles.

Diferente disso, o campo onde funcionava a *copa* do Chimia não era considerado como “perdido para o tráfico”, justamente porque se considerava que a dinâmica do futebol mantinha aquele lugar como espaço do futebol e não apenas do tráfico. Essa situação me ajudava a entender a afirmação de um dirigente de time, dizendo com certo desânimo, que “não sei o que seria do campo da vila sem o futebol” (DC, 07/11/2010). Não restava dúvida de que o futebol (no sábado, no domingo e nos feriados) significava uma disputa (simbólica) do território. Órgãos de segurança pública do Estado, seguramente, tinham conhecimento do funcionamento da prática “ilícita”, como denunciou o relato de um jogador que, numa reunião da liga, disse ter saído do campo da vila no final de um sábado e, numa rua próxima, foi abordado por uma viatura. “Eles viram de onde nós saímos, queriam as drogas”, explicava o jogador (DC, 30/05/2010).

Na beira deste campo, quando funcionários da Prefeitura e os candidatos a cargos públicos¹⁸⁴ tratavam sobre as “melhorias”, elas eram pensadas somente em relação ao futebol (ter o salão de festas, fechar o alambrado, colocar iluminação, reformar os vestiários). Ali, a discussão política em torno do “problema da droga” praticamente não emergia, mas nas reuniões da liga e noutras, em gabinetes da Prefeitura e encontros de partidos políticos, longe dos *patrões*, ela aparecia. Nestas, o lugar do futebol era diferente, representando um modo de enfrentamento do “problema”. O desenrolar de uma história que acompanhei ajuda a compreender melhor a esta situação. Um pré-candidato a vereador da vila resolveu produzir um *jornalzinho*, através do qual faria o anúncio de sua intenção de concorrer ao cargo. Com a ajuda de alguns “assessores”¹⁸⁵, este material gráfico fora elaborado. Estes assessores rechearam o jornal com o discurso do esporte como meio para combater “problemas sociais”, entre eles as drogas e o alcoolismo¹⁸⁶. O pré-candidato não chegou a conferir o conteúdo e assim fora impresso uma boa quantidade. Porém, quando chegou às suas mãos, notou o quanto aquilo era inadequado para distribuir nos campos (seu principal “reduto de votos”, onde contava com uma extensa *rede de conhecidos*), já que a experiência das drogas e do álcool “fazia parte” daqueles espaços, como também poderia lhe causar problemas – com os *patrões*.

¹⁸⁴ O campo era um lugar de votos, daí a presença de faixas, cartazes e *banners*, das casas e muros pintados com os nomes, números e *slogans* dos candidatos, nos períodos que precediam eleições. Um deles, pré-candidato à vereador em 2012, prometia as “melhorias” nos seguintes termos: “Nós vamos trabalhar nos vestiários. Vamos telar o campo” (DC, 12/03/2011).

¹⁸⁵ Assim já eram chamadas as pessoas que colaboravam, de alguma maneira, com o pré-candidato a vereador da vila.

¹⁸⁶ No *jornalzinho* constavam frases como “O esporte, sem dúvida nenhuma, é a ferramenta mais poderosa no combate à ociosidade, **às drogas, o alcoolismo e à marginalidade**”. Entre os benefícios da prática esportiva estão o “[...] entretenimento e o lazer, o **combate as drogas** e à violência”.

Por isso, o material fora distribuído para outro público, nas convenções de um partido e na vizinhança, distante dos campos, refletindo bem o quanto este discurso, em vista do interesse político, ganhava sentido positivo num lugar, mas noutro era considerado negativo. Em resumo, o “problema das drogas”, na prática discursiva dos candidatos, existia fora dos campos. Dentro deles, os problemas eram esportivos, das condições dos vestiários, dos alambrados, etc. Para falar era preciso saber onde estava. Em alguma medida eu tinha assimilado essa dinâmica, mesmo sem flagrar-me disso. Notei essa aprendizagem numa conversa que estabelecia com um dirigente de uma *liga exemplar*, num parque da região centro da cidade. Comparávamos o comportamento dos árbitros que *apitavam* “no centro” e os que o faziam “nas vilas”, quando disparei um comentário que me surgiu “naturalmente”: “Uma coisa é interpretar a regra aqui outra coisa é interpretar com alguém tendo uma pistola na cintura lá na vila” (DC, 10/10/2010). A questão é que em nenhuma ocasião eu tinha presenciado isso, mas ainda assim, pareceu-me adequado falar. Aos poucos, pensando sobre aquilo, compreendia que não se tratava simplesmente de uma mentira, mas da afirmação de uma posição política que eu havia assimilado e que “valorizava” o “papel social” do futebol, sobretudo fora dos campos das vilas. Ali dentro era “melhor” olhar através e falar dos “problemas esportivos”.

Porém, mesmo as discussões de um “problema esportivo”, como o fechamento e iluminação do campo não poderiam ser feitas em desconsideração dos *patrões*, já que a colocação de telas das lâmpadas poderia, em alguma medida, atrapalhar os negócios, correndo-se o risco de que tudo fosse colocado a baixo. Acompanhei uma preocupação deste tipo quando o Chimia, em período pré-eleição, sabendo das promessas dos pré-candidatos de colocação dos alambrados e portões, explicou que iria conversar com o *patrão* da vila e pedir para que ele orientasse seu grupo a fim de que respeitassem e cuidassem da estrutura em caso de construção (DC, 15/08/2010).

Os que não “sabem separar”: a pressão das armas (do tráfico)

Embora a experiência de “saber separar” fosse uma demanda constante nos campos de futebol (saber em qual universo simbólico), algumas pessoas ou times eram acusados de “não saberem separar”. Nesse sentido, o Brasilândia, indubitavelmente, era o que mais recebia acusações deste tipo, tendo como dirigente o Seu Tomé, um senhor com cerca de 50 anos. Nas primeiras vezes em que observei jogos deste time, na *sua casa*, estranhava o comportamento do Seu Tomé, que, aos gritos reclamava, xingava, ameaçava os árbitros e membros da equipe

adversária, não raramente, caminhando dentro do campo entre os jogadores, o que não determinava a paralisação da partida. No começo de minha imersão, sabendo apenas que se tratava de um dirigente, eu tentava conversar com ele, pedindo para que saísse de campo, mas era inútil. Logo notei que não se tratava “apenas de um dirigente” – um agente –, assim como não era “um estranho” dentro do campo. Todos ali o conheciam e sabiam que “era assim”. Aos poucos fui sabendo mais. O Bola, que jogou por dois anos no time do Seu Tomé falou-me que “ninguém liga pra ele, ele é assim mesmo, não adianta” (DC, 17/10/2010). Já o Jairinho, jogador de outro time, revelou-me outra dimensão que fazia “ninguém ligar”: “ele [o Seu Tomé] não aguenta nenhum tapa, mas ninguém encosta nele, porque tem *as costas quentes*, fica o pessoal dele fora do campo” (DC, 16/03/2011). Quando se referiu ao “pessoal dele fora do campo”, o Jairinho tratava dos moradores, vizinhos e familiares que residiam na vila, entre elas pessoas que trabalhavam com o tráfico de drogas, dos quais se tinha receio.

Dos membros de times que iriam jogar contra o Brasilândia do Seu Tomé, eu escutava recorrentemente o reconhecimento de que iriam ter que lidar com a *pressão* que eles produziam quando jogam *em casa*. O Seu Vieira, dono do Cambé, foi um dos que afirmou isso, salientando que “o Brasilândia é um time que tem pessoas complicadas”, citando o Seu Tomé como um incentivador dos problemas e o Ednilson, jogador que tem vínculos com o tráfico: “Ele é *bandidinho*, tu tem que se cuidar” (DC, 02/02/2011). A relação do Ednilson com o tráfico e seu comportamento agressivo lhe colocavam num lugar considerado difícil de ser tratado. Ele “não sabia separar” e isso incomodava, justamente porque fazia valer essa relação dentro do campo, como relataram alguns de meus interlocutores:

O jogador desta partida [Ednilson, atacante] é respeitado em campo, segundo explicou-me um treinador, por causa da “profissão” do pai que chefia uma quadrilha envolvida com drogas. (DC, 17/05/2009)

Numa conversa entre dois donos de times sobre o Ednilson, eles o definiam da seguinte maneira: Moicano, do Cajurú: “Ele não aceita não deixar ele jogar. Se não deixa jogar, quando o juiz não olha, ele dá tapa na cara, chute, soco”
Dartel, do Cruz Machado: “Não pode encostar nele”, exemplificando com o caso do seu zagueiro que caiu por cima dele e lhe fez um *risco*. “Ele ficou furioso” (DC, 06/04/2011)

O árbitro Vagner me falava do Ramos, que *apitaria* o clássico da vila no final de semana: “Num jogo, o Ednilson deu um tapa na cara dele [do Ramos] e ele não expulsou. Não importa se o cara é traficante, ele não vai te dar um tiro por causa de futebol. Pode ficar meio assim, mas não vai dar um tiro no campo”. (DC, 19/09/2010)

No caso do Brasilândia, jogando *em casa* e com *as costas quentes*, era possível afirmar que a *pressão* não vinha apenas de fora do campo, ela era transportada para dentro (pelo Seu Tomé, treinador que entrava em campo; pelo Edenilson, atacante que “desrespeitava” as regras e os adversários) do campo, daí as frequentes acusações de que eles “não sabiam separar” o que era do jogo e o que não era. Mas, apesar dessa visão negativa, os comportamentos eram aceitos, pois ninguém desejava se indispor. O Jairinho, que já conhecia bem a reputação do Brasilândia, foi bastante claro em assumir que “eles tem 3, 4 traficantes no time, é difícil bater de frente com estes caras. [...] Eles querem ganhar o jogo *no grito, na marra*. Tu já viu, sabe como eles jogam?!” (DC, 16/03/2011). Sem hesitar eu concordei com ele, pois, algumas vezes, tinha observado intensa *a pressão* que os membros deste time produziam dentro e fora do campo para intimidar os adversários e os árbitros a fim de ganhar o jogo *no grito*.

Isto fazia com que houvesse resistências de outras equipes em enfrentá-los fora dos jogos de campeonatos, entre eles o Cajurú, que segundo o seu dono, o Moicano, não marcava mais amistosos contra o Brasilândia porque “conheço eles, vão querer dar [bater] nos nossos jogadores e nós não vamos aceitar. É melhor manter a amizade” (DC, 11/12/2010), já que “eles não sabiam separar”. Contudo, quando as partidas eram válidas pelos campeonatos, não se tinha como evitar a partida na *casa* do Brasilândia, mas nesses casos, havia um aspecto que pesava sobremaneira no modo como esta equipe iria se comportar: eles teriam que jogar *fora* e, provavelmente, receberiam o mesmo tratamento – se batessem iriam apanhar, se pressionassem iriam sofrer *pressão*.

Tem que saber contra quem e onde se joga: etiquetas da circulação

Tal como o Brasilândia, outro time que “tinha a fama” de sempre *fazer pressão* nos jogos *em casa*, para *ganhar no grito*, era o Apucarana do Seu Túlio. Em decorrência disso, constantemente eram alvos de *promessas*, como a que foi feita pelos veteranos do Morumbi, time da vila Cascavel. Na semana que se seguiu ao confronto entre estes dois times, comecei a escutar as *promessas* e notar o receio do Seu Túlio, alegando que “não iria fazer o *jogo de volta*”, porque “eles [da vila Cascavel] ameaçaram o meu zagueiro, disseram para ele não ir lá” (DC, 05/10/2011). Outro dirigente que, na semana seguinte, esteve na vila Cascavel, alertava o presidente da liga de que a *promessa* era séria, dizendo que “não dá para o Apucarana jogar lá, vai dar confusão, o pessoal tá bravo. Nós fomos lá, jogamos, perdemos e fomos respeitados, mas o Apucarana não vai ser” (DC, 12/10/2010). Por fim, o time do Seu

Túlio não precisou cumprir esse compromisso, pois sua equipe já não tinha mais chances de classificação e, assim, para se esquivar da *promessa*, “entregou os pontos”.

No ano seguinte, foi a vez do time da categoria livre do Apucarana sofrer com as *promessas* do Andirá da vila Altamira. Dias depois da partida entre estas equipes, numa reunião da liga, um dos jogadores do Apucarana alegavam que um de seus colegas “deu uma *chegada dura*” num adversário e, por isso, “foi orientado não aparecer na vila Altamira no *jogo de volta*”. Ao escutar esse relato o presidente liga disse que “vocês tem saber contra quem estão jogando”, lembrando, na ocasião, que o time do Altamira tem um *patrãozinho* e ele leva “o pessoal dele [soldados] junto”, fazendo a *pressão da droga*. “É assim, [vocês] tem que saber lidar com isso”, completou o presidente, ressaltando a *pressão* que eles sempre faziam (DC, 03/05/2011). De certa forma, o dirigente da liga estava contente com a *promessa*, pois isso faria com que o Apucarana ponderasse antes de fazer *pressão na sua casa*. Naquele momento da minha imersão na liga, confesso que não achava estranha a manifestação do dirigente e até mesmo concordava com a *promessa*, no sentido de que “o Apucarana estava precisando”.

Três semanas depois, tive a oportunidade de acompanhar os desdobramentos dessa *promessa no jogo de volta*. Porém, duas semanas antes desta partida, as conversas sobre ela já circulavam nos grupos, relatando o que havia acontecido e o que estava para ocorrer. A *pressão* dos torcedores e dos jogadores era certa (obrigatória e necessária), restando saber se seria *das armas*. A *comunidade* da vila Altamira estaria presente e o Apucarana não podia, desta vez, se esquivar do compromisso, já que os pontos ainda eram importantes na classificação. Tratava-se de um “jogo de risco” como definiu o presidente da liga. Em face a isso, fomos acompanhar de perto a partida, cujos desdobramentos eu anotei da seguinte maneira:

Ao chegar no campo da vila Altamira, logo notei (e escutei vários me dizerem) que o time do Apucarana veio somente com 8 jogadores. Mais tarde, uma das mulheres que acompanhava este time comentou que os demais jogadores não vieram com medo de acontecer alguma coisa, diante das *promessas* que foram feitas no “jogo de ida”.

No entorno do campo, neste domingo à tarde havia muitas pessoas o que denotava ser um evento *da comunidade* e não específico do time. Entre os que estavam assistindo, os mais enfáticos na *pressão* frente aos *visitantes* eram os jogadores reservas do time *da casa*. Estes (uns 5 deles), acompanhados de outros homens faziam ameaças aos adversários, tais como “tu não vai sair daqui”, “depois do jogo tu vai ver”. Estas ameaças eram acompanhadas de risadas entre aqueles que a proferiam. Eles se divertiam com elas, justamente por estarem notando o seu impacto no comportamento dos adversários.

O jogo transcorria entre 10 jogadores do time *da casa*, que teve um expulso no primeiro tempo, e 7 jogadores do *visitante*, pois um se machucou no início do segundo tempo. Nessa segunda parte do jogo, o *visitante*, apesar da inferioridade numérica, fez um gol de empate (1 a 1). Este fato

aumentou a *pressão da casa*, já que o empate *não era bom* para a classificação. Comecei a presenciar, neste momento, o aumento das performances ameaçadoras, especialmente quando um dos jogadores do Apucarana caiu e insinuou que não continuaria no jogo, o que determinaria o final da partida por insuficiência de jogadores (de acordo com a regra). Nesta ocasião, a *pressão* se amplificou no seguinte sentido: “se não jogar, vai apanhar”. O jogador que havia caído, naquele cenário, não teve dúvidas, levantou-se e o jogo continuou. Pouco tempo depois, o time *da casa* fez o segundo gol. Imediatamente, ouvi um dos seus membros, na lateral de campo, gritar: “agora pode cair sem vergonha, agora tu não cai safado!”.

Na beira do campo, observei o Seu Túlio, dono do Apucarana e decidi ir conversar com ele. Assim que ele me viu, começou a relatar as ameaças que foram feitas aos seus jogadores. Dizia que “o de boné branco disse agora, que se o 16 tivesse vindo ele iria levar tiro”, apontando para um rapaz que estava na beira do campo. Diante destas reclamações e relatos, o Seu Túlio demonstrava sua desilusão com a categoria livre do futebol *de várzea*, dizendo que não está mais com vontade de *colocar o livre*, a não ser que a liga local faça a competição. “Não dá mais para levar os *guris* pra fora” argumentou o dono do time, se referindo ao fato de que a circulação dos rapazes entre uma vila e outra estava cada vez mais complicada.

Terminado o jogo, fui conversar com o árbitro que, por sua vez, reclamava do dono da liga de arbitragem. Sua reclamação era justificada porque ninguém lhe falou das condições do jogo, explicando que “os *guris* estavam com *sangue nos olhos*, tu via que eles estavam com *sangue nos olhos*”. Complementou dizendo que “os do Apucarana sabiam disso e vieram para perder, apanhar e ficar quietos, tinham que *aceitar*”. O árbitro, no segundo tempo, *apitou* o jogo claramente “a favor” do time *da casa*, sabendo que não poderia fazer nada diferente. Sobre isso, disse-me que “tem que ser esperto, tem que saber onde está *apitando*”, se referindo à *pressão*. (DC, 21/05/2011)

Por mais que o jogo tenha sido tenso-divertido (divertido para os *da casa*, tenso para os *de fora*), eu e o Miranda saímos claramente satisfeitos com a *pressão* sofrida pelos membros do Apucarana. Isso se justificava na lógica de que este time “estava precisando” passar por isso a fim de aprender a respeitar os adversários e a arbitragem nos jogos *em casa*. Esse tipo de situação era significativamente mais frequente em relação à *gurizada do livre*, o que justificava as constantes desistências dos donos dos times das vilas em inscrever times desta categoria ou de fazer isso em ligas que compreendessem a circulação de equipes em várias regiões, como a liga do Miranda. Conversando com a mulher do Seu Vito, dono do Taquari, time de veteranos da mesma vila do Apucarana, ela explicou-me porque eles desistiram dos times da *gurizada*, dizendo que “[...] não fazemos o [time da categoria] livre, porque os *guris* não podem ir jogar lá [na outra vila] e eles não podem vir aqui. Eles vão armados, não adianta falar. Se não são eles, são os que vão junto com eles” (DC, 19/02/2011).

Meses antes dessa explicação, exatamente no campo do Apucarana, observando uma partida *do livre* do Andirá da vila Altamira, time que agrega o *patrãozinho*, é que pude experimentar a objetividade dessa “*pressão das armas*” (DC, 31/10/2010). Pouco antes do final da partida, fui abordado pela esposa do Seu Túlio. Assustada, ela me disse que “o 14 do Andirá tá dizendo que vai ter *pipoco* [tiros] aqui depois do jogo”. Depois dessa fala, olhei para o entorno e notei que todos os familiares do Seu Túlio, sobretudo mulheres e crianças, tinham saído do campo, o que indicava a seriedade do anúncio. Tal como a mulher que me

falou, também fiquei assustado. Imediatamente fui conversar com o Miranda da liga, e repassei a preocupação. Ele, por sua vez, tranquilizou-me, dizendo “conheço o 14, ele não é de confusão, não vai acontecer nada”. O dirigente afirmou de modo bastante convicto que era “só *pressão*”. Procurei, então, a mulher para tranquilizá-la, mas ela não se convenceu com a explicação que transportei, afirmando: “são 45 anos de *várzea*, já vi muita coisa”. O jogo encerrou e se confirmou a explicação do Miranda: era *só pressão*.

* * * * *

Ao olhar, vivenciar e tentar compreender o sentido dos campos nas dinâmicas das “suas comunidades” estive de frente com aquilo que eu poderia chamar de lugares de paradoxos e de experiências sincréticas, que operam combinatórias¹⁸⁷ – por vezes com diversão, noutras com tensão ou, ainda, com tensão-diversão – de categorias que nos pareceriam, a princípio, pertencentes a diferentes universos simbólicos: lazer (diversão, recuperação, fuga) e trabalho (compromisso, renda, sustento); esporte (saúde, integração, amizade)-drogas (violência, vício, separação, armas). São espaços híbridos, nos quais as pessoas não podem ser resumidas a “agentes anônimos”, mais que isso (o que não significa descartar isso), são mediadores – ou *actantes*¹⁸⁸ – que, para experimentar e pertencer, aprendem a arranjar, a trabalhar e a moverem-se entre grupos e agências (ainda que isso signifique “olhar através”, a pressionar, a bater e apanhar).

A vivência dos/nos campos das duas vilas ou da família do Seu Túlio, o que implica a circulação, a solidariedade e a reciprocidade no tratamento dos *visitantes*, produzem sensibilidades correlatas à maneiras de sentir, de olhar, de avaliar e de falar dos “problemas”, de tratá-los adequadamente conforme os arranjos, os grupo ou mesmo os interlocutores. Nesse sentido, deslizar e generalizar o entendimento ou a classificação de que a *pressão que vem de fora incomoda* (os dirigentes), embora verossimilhante, pode ser uma atitude inadequada. Se, num dado arranjo, a *pressão das armas* do tráfico (o *apito da droga*) incomodava, sendo referido como um “problema” derivado daqueles que vão para o campo e “não sabem

¹⁸⁷ Este termo aqui não é gratuito, sendo uma referência ao trabalho de Michel de Certeau (2002, p. 38) a respeito das “[...] *combinatórias de operações* que compõem também (sem ser exclusivamente) uma “cultura” e exumar os modelos de ação característicos dos usuários, dos quais se esconde, sob o pudico nome de consumidores, os estatuto de dominados (o que não quer dizer passivos ou dóceis)”

¹⁸⁸ Para Bruno Latour (2008), um *actante* refere-se a qualquer pessoa, instituição ou coisa que tenha agência, isto é, produz efeitos no mundo e sobre ele. Segundo o autor, é importante diferenciar a noção de ator no sentido semiótico, tal como ele atribui, da noção de ator no sentido sociológico tradicional. Latour (2008, p. 85) sugere que “[...] os sociólogos da TAR [teoria ator-rede] podem fazer-se menos engessados, menos rígidos, menos duros em sua definição de que tipos de agências povoam o mundo”. (p. 85)

separar”, noutra arranjo, tal como pude vivenciar e sentir, essa *pressão* solidária *das comunidades* e dos *patrões* podem fazer parte do gosto de quem organiza, na medida em que, dentro de um sistema de reciprocidade¹⁸⁹, alguns grupos-times “estejam precisando”. É nesse sentido híbrido, inventivo e sempre atento à coerência frente aos arranjos que passei a interpretar *a pressão que vem de fora e que incomoda* também como resultado de dramas das dinâmicas populares e urbanas.

4.2.3 As comunidades fora dos campos das vilas: objetivando a separação

Quando o *apito da droga*, a *pressão das armas* começava a ser pressentido ou efetivamente escutado (na forma das *promessas* dissipadas nas conversas) pelos donos dos times e pelo presidente da liga, principalmente nas fases de *mata-mata* dos campeonatos, se iniciava a procura por *campos neutros*. O Miranda e eu seguíamos para os gabinetes da SME, conversávamos com os funcionários da Prefeitura, com membros de Associações Comunitárias que zelavam pelos campos nos finais de semana, a fim de conseguir um campo com alambrado e vestiários, de preferência na região centro da cidade e onde fosse possível instalar a *copa*. Agendados estes locais, a preocupação seguinte era elaborar um ofício e entregá-lo no batalhão da Brigada Militar, correspondente à região do campo, solicitando o policiamento.

Quando se tratava de justificar e convencer sobre a necessidade do *campo neutro*, havia diferenças nos enunciados engendrados no contexto da liga e dos times e fora destes. Para agendar o campo e conseguir policiamento apenas um argumento era apresentado, o mais forte dos “incômodos”: a *pressão* do tráfico e das armas. Internamente, em conversas nos campos e nas reuniões, os fundamentos que justificavam os *campos neutros* eram mais plurais, entre eles: evitar as invasões de campo que faziam parte do jogo; favorecer o árbitro que poderia apitar conforme as regras, sem *pressão*; fazer os jogadores jogarem mais e reclamarem menos, sem ficarem prestando atenção à *pressão*; levar para um campo que não era a casa de nenhum dos adversários; oportunidade para as famílias saírem das vilas e irem para as praças e parques noutras regiões da cidade.

¹⁸⁹ Outro trabalho que apontou aspectos sobre essa dinâmica de reciprocidade foi desenvolvido por por Enrico Spaggiari (2008), estudando num bairro localizado no perímetro rural de São Bento do Sapucaí (SP). Seu foco esteve nas dinâmicas onde as ações de receber e visitar outras equipes implicavam regras e deveres inteligíveis dentro de uma lógica de reciprocidade particular – ganhar jogo, pagar jogo, ganhar visita.

O deslocamento dos jogos “das vilas” para as praças e parques nem sempre agradava os responsáveis pelos *campos neutros* nos quais as partidas “de risco” eram agendadas. Nos dias das rodadas, conversando com estes responsáveis (funcionários da Prefeitura ou *zeladores*), eles mencionavam o incômodo da *pressão*, avaliando-a como perigosa, se referindo ao medo do que poderia ter fora dos alambrados, isto é, das armas. O receio também era notado quanto ao barulho produzido, especificamente aos xingamentos, às brigas dentro dos campos, ao som dos carros e aos fogos de artifício, que incomodavam a vizinhança e poderiam incidir em restrições como a que ocorreu no parque Taquari¹⁹⁰. Este caso em especial e o incômodo pressentido com a presença das comunidades, justificavam uma série de recomendações e compromissos estabelecidos nos momentos dos agendamentos dos campos.

Nas rodadas nestes *campos neutros*, a chegada dos membros dos times era acompanhada *da comunidade* (familiares, amigos, vizinhos; adultos, adolescentes e crianças), vindos em ônibus ou *vans*, em caronas ou através do transporte público. As crianças traziam seus brinquedos, denunciando o longo período de tempo que ali permaneceriam com seus pais. No mesmo sentido, as mulheres traziam suas cadeiras e, a maioria delas, procuravam os lugares à sombra, formando seus grupos de conversas. Grande parte dos homens e algumas mulheres, não podendo ficar na beira do campo, se colocavam em pé, com os dedos enroscados no alambrado, priorizando não apenas a visibilidade, mas também a possibilidade de interagir com aqueles que estavam dentro, por isso, as maiores aglomerações próximo dos treinadores e jogadores reservas. Os meninos transitando entre os homens, envolvidos nas suas brincadeiras, num raio de ação maior do que as meninas, estas mais próximas dos grupos das mulheres.

Sabendo do grande número de pessoas que acompanhariam os times – *do movimento* – e das várias horas de permanência fora de casa, os organizadores da competição e os próprios membros dos times tratavam de levar a *copa*¹⁹¹, agora representada pelas caixas de isopor (repletas de cerveja e refrigerantes), pelas churrasqueiras, recipientes com carne e sacolas de pães. Os membros dos times ajudavam a transportar e, até mesmo a comercializar as bebidas ou assar o churrasco que seria consumido com pão por aqueles que entendessem o

¹⁹⁰ Um morador vizinho do campo-parque iniciou uma ação no Ministério Público para que os jogos não ocorressem mais naquele campo, reclamando do barulho excessivo. Foi feito um acordo que resultou na inserção de um artigo no regulamento *do Municipal*, no qual constava a proibição da utilização de aparelhos de som, percussão e outros instrumentos, sob pena de suspensão sumária do time (DC, 26/03/2009).

¹⁹¹ Isto ocorria quando nos *campos neutros* agendados não havia uma *copa* permanente. Por exemplo, no parque Rondon, onde havia a *Kombi* do Divino não foram deslocadas das caixas de isopor com as bebidas, sob o argumento de que a existência dos dois comércios não resultaria em lucro para nenhum deles.

compromisso implícito de gastarem na *copa* (DC, 13/06/2010). A presença de um ponto de comércio, especialmente de cerveja, fazia parte do gosto daqueles que acompanhavam os times, principalmente dos homens, afinal, “torcer no seco não dá” como anunciou um deles ao se aproximar da tela com duas garrafas de cerveja na mão (DC, 14/08/2010).

(Re)instituição das separações: um lugar “só de futebol”

As partidas realizadas nos *campos neutros* com a presença da *comunidade*, conquanto fossem continuidade dos mesmos campeonatos iniciados nos campos periféricos, envolvendo as mesmas pessoas (jogadores, treinadores e dirigentes), revelavam diferenças significativas em que pese a instituição das separações simbólicas entre aqueles que entrariam cindidos – de um lado e de outro – em campo para jogar/treinar, os que iriam *apitar* e *bandeirar* e os que não poderiam interferir diretamente no desenvolvimento do confronto e das avaliações dos árbitros (os *estranhos*), mas que, nem por isso, estariam “fora” do espaço simbólico.

Essas mesmas noções que pareciam não fazer muito sentido nas vilas (ou que, pelo menos, apresentavam-se de modo embaçado), nos *campos neutros*, voltavam a chamar minha atenção. E, embora eu pudesse notar as discrepâncias dos lugares no que se refere às ruas, avenidas, moradias e comércios nas proximidades, na estrutura esportiva (vestiários, alambrados, portões e cadeados) e na segurança pública, eu não podia resumir a instituição das separações de modo mais visível apenas como resultado dessas “variáveis”, como se elas tivessem, em si, a capacidade instituir. Não se tratava apenas de um “efeito do lugar”. Os mesmos organizadores que, lá nas vilas, não se preocupavam em marcar os campos para além das linhas de fundo e áreas de pênalti, nos *campos neutros* investiam em uma maior quantidade de cal para as linhas laterais e centrais; os mesmos times que reclamavam do valor da taxa de arbitragem nos seus campos, concordavam em pagar mais para contratar duplas e trios de árbitros, inclusive aqueles de fora das vilas, reconhecidos pela eficiência *no apito* e *na bandeira*; os mesmos jogadores que nos campos periféricos, sobretudo nas suas *casas*, estavam mergulhados nas conversas com seus muitos *conhecidos*, fossem eles do time ou não, passavam a formar as rodas de conversas delimitadas pelos membros da equipe, para as palestras, as orações, gritos-de-guerra e cumprimentos aos adversários; os mesmos árbitros que pouco se incomodavam com a quantidade de pessoas na beira dos campos, alguns dentro dele, passavam a exigir que só ficassem no banco os jogadores fardados e “os três que o regulamento permite”; os mesmos familiares, amigos ou vizinhos que, nos campos das vilas,

chegavam sem nada, apareciam nos *campos neutros* com faixas, bandeiras e máquinas fotográficas.

É claro que o lugar não era escolhido de forma gratuita. A distância das *casas*, a estrutura esportiva e a segurança pública eram aspectos significativos, com valor reconhecido. Contudo, para além disso, a construção simbólica do espaço de jogo era notavelmente diferente. Os lugares das pessoas eram outros, as suas disposições que orientavam as práticas também revelavam as diferenças. Na função de *mesário* em todas as vezes que estive nos *campos neutros*, não somente observei, mas pude sentir essas diferenças. Os árbitros exigiam de mim para que retirasse dos limites dos alambrados os “estranhos” e os que foram “expulsos”, tarefa com a qual eu passava a me preocupar, tendo como principal argumento o de que “os árbitro vai parar o jogo se vocês não saírem”; os treinadores das equipes exigiam os “seus lados” do campo, reclamando para que eu cobrasse daqueles que extrapolavam os “seus espaços” delimitados pelas regras e regulamentos; alguns membros dos times e árbitros chegavam a cobravam de mim melhores condições das fichas de inscrições, dos registros nas súmulas, a conferência dos documentos de identidade, para assegurar que não houvesse “irregularidade” de documentos; os organizadores e os *zeladores* dos campos me solicitavam para impedir os que estivessem dentro dos limites do alambrado consumissem e, sobretudo, ficassem com latas de cerveja; os torcedores estavam atentos às minhas fiscalizações e ações, exigindo a equidade, no sentido de que as cobranças fossem feitas exatamente iguais para “os dois lados”.

Nem sempre tive êxito em atender a essas demandas que correspondiam a disposições próprias do futebol. Ao tentar, fui ignorado, xingado e insultado, mas não interpretava como “um problema”, pois havia aprendido que *fazia parte* e que tinha que *saber levar*. Porém, apesar das “dificuldades”, notava que meu lugar de *mesário* era bastante diferente do que experimentava nos campos das vilas; minha autoridade estava fortalecida e, no *campo neutro*, eu atuava como um agente (cooptado por uma crença) no sentido de instituir e manter a instituição das separações reconhecidas como legítimas naquele espaço. Quanto mais percebia que estas separações eram constituídas e mantidas, maior era a sensação de tranquilidade frente às *pressões* “de fora”. E esta não era uma experiência exclusivamente minha – de que estava tudo ocorrendo da maneira como deveria ser; de que as disputas estavam se desenvolvendo “dentro de campo”. O presidente da liga e os árbitros demonstravam isso na maneira como cobravam o atendimento daquilo que era próprio do jogo de futebol e do regulamento *do municipal*.

As condições objetivas (e subjetivas): a tranquilidade *da pressão*

Muito embora eu não possa reduzir essa tranquilidade à presença dos soldados da Brigada Militar¹⁹², restava bastante claro que o fato deles estarem circulando nas proximidades dos campos servia para cristalizar a validade das lógicas próprias, institucionalizadas e codificadas na forma de regulamentos e regras. A sensação de segurança frente à *pressão* se alterava significativamente, como relatou o Miro, árbitro, ao contar sobre como enfrentou as ameaças de agressão proferida por um jogador, dizendo o seguinte: “bate em mim e bate na Brigada [Militar] que tá ali na arquibancada” (DC, 28/03/2010). Observei diretamente uma situação como esta num *campo neutro* e que não contava com alambrados. O local fora escolhido para a final do campeonato de verão da liga em função da localização (próximo às vilas dos times) e da possibilidade de *gerar renda* na *copa*. Naquele jogo final da competição ficou muito clara a diferença entre o jogo com e sem a Brigada Militar.

No primeiro tempo da partida, uma viatura da Brigada Militar estava encostada próximo ao campo, com dois soldados assistindo ao jogo. A partida se desenvolvia entre o Brasilândia, time que todos sabiam, *faz pressão* para ganhar e que nessa prática contavam com a ajuda dos que estavam na beira do campo. Entre seus jogadores, dirigentes e torcedores estão alguns “trabalhadores do tráfico”, a respeito dos quais não *se sabia o que tinham ali fora*. Enquanto os soldados da Brigada Militar estiveram acompanhando o jogo, os árbitros Osvaldo e Moreira podiam *apitar* de modo mais tranquilo, de acordo com as regras. Sabiam que ninguém iria *encostar neles* naquelas condições. Porém, pouco depois do início do segundo tempo, os soldados se retiraram e a *pressão* começou a ser evidente. Invasões ao campo, ameaças gestualizadas e proferidas aos gritos, dirigidas aos adversários e, sobretudo, aos árbitros, partindo de quem estava na beira do campo e de dentro deste, começaram a ser constantes. Os membros do Brasilândia intimidavam claramente e, com a participação de mais de 40 torcedores – *a comunidade* – na beira do campo, grande parte empenhada nas ameaças, xingamentos e insultos, tornava a tarefa dos árbitros bastante dificultada no que se refere ao cumprimento das regras. Lhes era necessário *apitar* para se proteger. Fizeram isso enquanto puderam, encerrando o jogo 5 minutos antes, sabendo que se continuassem *coisa boa não ia dar*, tamanha a proporção das ameaças. A *sorte* era que o Brasilândia estava ganhando e foi campeão. (DC, 14/11/2010)

No final de semana seguinte a este jogo, fui levar algumas fotografias no campo descrito como a *casa* do Brasilândia e lá encontrei um dos jogadores do time que pediu-me para ver as imagens. Quando fazia isso, ele identificou os dois árbitros e disse: “olha aqui *os fracos* que *apitaram* a final [risos]”. Sem pensar, respondi em tom de seriedade: “Fracos? E a *pressão* que vocês fizeram? Vai você *apitar* pra ver!”. O jogador continuou rindo e, de certa forma, concordou com minha posição, ao dizer ironicamente que “eu nem fiz muita *pressão*

¹⁹² Na maioria dos jogos em campos neutros para os quais foi solicitada a presença de soldados da Brigada Militar, eles estiveram presentes, se não permanentemente, o faziam de tempos em tempos, para comunicar que estavam atentos.

[risos]” (DC, 20/11/2010). Quase 6 meses depois, encontrei um dos árbitros desta partida e lembrei de questioná-lo sobre o que aconteceu. Primeiro afirmei que “a Brigada sacaneou lá, né!” Nessa conversa, o árbitro concordava comigo, dizendo que “foi um jogo diferente depois que os brigadianos saíram” e que “ficou mais difícil *levar o jogo* depois que foram embora” (DC, 08/05/2011).

Não tenho a intenção de reduzir a sensação de tranquilidade à presença da Brigada Militar e de salientar que, em alguma medida, ela *neutraliza a pressão*, especialmente sobre os árbitros. Não me restava muita dúvida de que essa corporação de segurança pública ocupava um lugar importante na instituição das separações (entre o que é do jogo e o que não é). Por outro lado, tenho que reconhecer que a minha visão sobre a *pressão* era um olhar localizado, já que, em campo, sempre estive mais próximo dos dirigentes de times, da liga e dos árbitros. Nesse sentido, a pré-disposição para tratar a *pressão* como “ruim”, principalmente nos *campos neutros*, não era estranha, denunciando que estava claramente cooptado pela crença de que deveriam valer apenas as lógicas do jogo. Contudo, observando e conversando com as pessoas que acompanhavam os times, estava claro que a pressão era uma maneira de participar, de pertencer, de ocupar um lugar naquele espaço simbólico, ainda que estivessem fora do alambrado, como franqueou-me um deles – “massagista”, ao meu lado, dentro dos limites do alambrado – ao ver minha preocupação com a intensa *pressão* da torcida num jogo em *campo neutro*: “Não te preocupa! **Uma pressãozinha é normal, é divertido.** Não vou vir aqui pra ficar quieto, senão ficava em casa” (DC, 14/08/2010).

* * * * *

Os *campos neutros* ganhavam sentido justamente quando se necessitava fazer com que os resultados das partidas mais importantes fossem legitimados “dentro” das lógicas, regras e normas próprias do futebol e do circuito. Uma das dimensões era a de que os *campos neutros*, com suas “melhores” condições esportivas e de segurança, tornavam mais concretas as possibilidades de fazer valer as separações institucionalizadas, especialmente, entre os que “eram do jogo” e os “estranhos”. Nesse sentido, poderia dizer que as mesmas pessoas que, nas vilas, eram os vizinhos, amigos, familiares, ocupavam, em alguma medida, um lugar como agentes de um espaço simbólico. Porém, vale ressaltar, que não se tratava de dizer que as condições esportivas concretas eram “variáveis independentes” que “davam causa” à *neutralização* das práticas e comportamentos considerados inadequados. Sempre me foi preciso considerar que as condições subjetivas eram igualmente definidoras, pois as mesmas

peças pareciam compreender – algumas mais, outras menos – que *nos campos neutros* as disposições orientadoras ou geradoras das práticas eram (ou deveriam ser) significativamente distintas.

Nestes espaços simbólicos (*neutros*), as práticas do rito de separação e de coesão tornavam-se bastante evidentes e necessárias à “tranquilidade” da arbitragem, ao equilíbrio entre as partes e à legitimidade do resultado, tal como pude “sentir na pele”. Se, em alguns campos das vilas, cheguei a cogitar um lugar “dentro do campo”, nos *campos neutros*, demandava-se de mim, com bastante objetividade, que eu fosse um agente (mesário) “do futebol”, a quem cabia uma série de preocupações conhecidas e reconhecidas. Essa lógica da neutralidade, por sua vez, carregava um sentido do que era correto, adequado, já que, justamente nos jogos avaliados como mais importantes ou “de risco”, sentia-se a necessidade de evitar as invasões de outras lógicas ou, poderia pensar-problematizar, evitar as invenções populares, mas isto partindo de uma necessidade daqueles mesmos que, antes, capitalizavam sobre as próprias operações escapatórias, não menos dramáticas e divertidas.

4.3 DO FUTEBOL (DOS TORCEDORES) AOS CAMPOS (À COMUNIDADE)

Neste capítulo, de certa forma, num primeiro momento estive em busca da delimitação do jogo como um momento ritual, um *campo* ou uma configuração particular mais ou menos evidente (o que não significa fora “da sociedade”, mas relativamente autônoma em relação a outras esferas). Nesse exercício, não despropositadamente, localizei os torcedores como “estranhos” e a *pressão* que incomodava exatamente aquela que ameaçava ou colocava em risco esse espaço particular instituído, oriunda daqueles que insistiam em não (ir)reconhecer suas **apenas** as normas específicas. Estes “atores incômodos” eram, eles mesmos, paradoxais, porque justamente ao mostrarem-se absorvidos pelo jogo (cooptados pela *illusio*¹⁹³) eles desconheciam (ou tensionavam com ameaças e armas) alguns de seus limites simbólicos.

¹⁹³ A noção de *illusio* que refiro aqui é a que corresponde ao trabalho de Pierre Bourdieu, isto é, aquilo que “[...] está inserido no corpo é um corpo para que possa existir um mundo, incluído no mundo, mas segundo um modo de inclusão irredutível à simples inclusão material e espacial. A *illusio* constitui essa maneira de *estar no mundo*, de estar ocupado pelo mundo, fazendo com que o agente possa ser afetado por uma coisa bem distante, ou até ausente, embora participando do jogo no qual ele está empenhado. O corpo está ligado a um lugar por uma relação direta, de um contato que não é senão uma maneira entre outras de entrar em relação com o mundo” (BOURDIEU, 2001, p. 165)

Quanto mais, aos “meus olhos”, os interlocutores deixavam de ser apenas agentes; quando mais eu ficava no entorno dos campos, aprendendo, não sem ansiedades, que “*uma pressãozinha* é normal, é divertido, não vou sair de casa para ficar quieto”; quanto mais eu deixava-me jogar, permitindo-me fazer parte não apenas “do futebol”, mas também dos “campos ou pátios das vilas/famílias”, mais eu compreendia a *cultura da pressão da comunidade* como um modo de pertencimento ao *movimento* – o que não se limita ao futebol. A *pressão* revelou-se um operador simbólico que expressa (e mescla) dramas do futebol (doação, equilíbrio, coesão, técnicas, táticas), de identidades (masculina, feminina, trabalhador, provedor) e de disputas urbanas (lazer-trabalho, segurança-violência, eleitores-votos). A *pressão* exprime paradoxos, invenções cotidianas, deslizamentos laterais, um sistema de reciprocidade e solidariedade na circulação pela cidade, que, por exemplo, não poderia permitir classificar uma pessoa como contraditória ou inadequada se ela, em algumas situações dissesse que “incomodava” (a organização-separação), noutra que “faria parte” (da tensa-diversão) e, numa terceira, que “era necessária” (para aqueles que “precisando”).

Tratar a *pressão* apenas como um incômodo (tendo pavor da torcida, da comunidade) significa enfrentar ou temer aprendizagens de sincretismos, de mediações – maneiras de arranjar, de olhar, de sentir, de agir, isto é, de envolver-se nos *movimentos* e nos muros de pessoas – que se estabelecem principalmente nos campos das vilas, espaços simbólicos híbridos, onde as lógicas do universo do futebol (enquanto lazer dos trabalhadores) convivem, ensinam e disputam as atenções das pessoas – estas não apenas agentes, mas também mediadores – com os universos do trabalho, da família, do tráfico e da política. Nesse sentido, especialmente “os campos das vilas”, desafiam o momento ritual do futebol, em que pese a sua lógica particular de funcionamento, pretensamente (ou relativamente) distanciada de outras esferas sociais. Poderia afirmar, tangenciando a proposição de Eduardo Archetti (1999) sobre a liminaridade dos *potreros*¹⁹⁴, que os ‘campos das vilas’ representam igualmente uma metáfora poderosa do processo de construção da identidade (do torcedor, no caso aqui em tela). “Nas vilas” se pode caminhar mais livremente pelos campos-pátios, a *pressão* do torcedor se revela muito mais do que uma fascinação de um território “do futebol”, pois estes espaços simbólicos não enclausuram as práticas, gerando outras, sem que isso, no entanto, signifique a substituição do tradicional (também legítimo).

¹⁹⁴ Com o desenvolvimento urbano, a liminaridade dos *pibes* dos *potreros* passa a ser vinculada com os espaços *baldios*. Tais, espaços, na ótica do autor, são exclusivamente masculinos, nos quais os *pibes* improvisam, criam, escapando das normas impostas pelos pedagogos de toda laia. Maradona, seguramente, afirma o autor, é o principal *pibe*, ou melhor, o *pibe de ouro*. Por todas as coisas que Maradona fez, em campo e fora dele, era “natural” dizer: é só um *pibe*; lhe deixe ser um *pibe*. (ARCHETTI, 1999)

Como operadores simbólicos, os “campos das vilas”, mas fundamente a circulação neles (entre as *casas* e os *visitantes*) estariam próximos ao que Archetti (1999, p. 18) denominou de zonas “livres”¹⁹⁵ em relação a “alteridade”, como espaços de misturas e criatividade, de surgimento de híbridos, o que, em alguns espaços e situações poderia ser encarada como uma ameaça às ideologias oficiais institucionalizadas, daí o incômodo, o medo, o pavor da pressão. Numa espécie de contraponto a essas “zonas” livres, como espaços apropriados de afirmações das ideologias institucionalizadas no circuito de futebol *varzeano*, encontravam-se os *campos neutros*, a maioria deles em regiões centrais da cidade.

¹⁹⁵ Estudando o tango e o futebol como arenas para identidades masculinas nacionais, Archetti (1999) concebe estes espaços como zonas “livres” em relação à “alteridade”. Segundo ele, as tendências de ordenação da sociedade estão fortemente relacionados às arenas públicas, como a escola, o serviço militar, o trabalho, às cerimônias e rituais públicos da nação. Estes espaços esportivos, caracterizados pela liminaridade, consubstanciariam propriedades anti-estruturais que podem desafiar o oficial e o puritano, como lugares de mistura, criatividade e hibridismos.

CAPÍTULO V

HOJE ELES VIERAM SÓ PARA JOGAR BOLA

Este capítulo representa meu último “passo” da pesquisa. Nele apresento uma análise sobre o(s) significado(s) do futebol no circuito municipal *da várzea*, tendo como “objeto” as controvérsias sobre aquilo que ocorria dentro dos campos. Nos limites destes espaços-tempos – o que não significavam apenas fronteiras interpostas pelas *quatro linhas*, como procurei destacar no capítulo anterior –, dentre as controvérsias, seguramente, a que mais se destacava relacionava-se à (in)disciplina quanto aos usos adequados do corpo nas disputas pela bola e pelos espaços no decorrer dos confrontos. A noção de disciplina frequentemente era colocada num patamar anterior de importância em relação a qualquer outra regra do jogo ou norma do regulamento, o que correspondia exatamente ao sentido da afirmação do Biriba um jogador veterano com cerca de 50 anos, de que “se o campeonato está bem disciplinarmente, tudo vai bem” (DC, 22/01/2011) e da assertiva de um árbitro *federado* que, no curso de arbitragem comunitária, tratou de nos instruir nos seguintes termos:

O árbitro pode *se perder na parte técnica*, não tem problema, **mas se ele se perde na parte disciplinar, vai se complicar**. Se **está bem disciplinarmente, ninguém vai chegar em ti**. (DC, 18/05/2010).

Essa dimensão era ainda mais significativa quando se tratava das competições e confrontos entre os *guris do livre*, os quais constantemente eram mencionados e destacados dos veteranos como aqueles que *não vão só para jogar*. No decorrer da pesquisa, aliás, conheci três “ligas”¹⁹⁶ – ou donos delas – que desistiram de organizar as competições desta categoria justamente sob a alegação de que “*os guris não querem mais só jogar bola, só arrumam confusão*”¹⁹⁷. Conversando com estes donos de ligas, escutando e lendo as notícias sobre elas, me deparava com os recorrentes relatos de brigas generalizadas entre jogadores (por vezes com os torcedores) e das agressões aos árbitros, fatos diretamente relacionados à noção de violência e, por sua vez, ao fim das competições. Entre os jogadores veteranos –

¹⁹⁶ A liga do Parque Rondon (região centro), a liga da praça Catanduvás e do parque Matinhos (de regiões periféricas).

¹⁹⁷ Afirmação de um presidente de liga, demonstrando sua preocupação quando a indisciplina na categoria livre (DC, 13/10/2009).

com os quais eu mais estive – esta reclamação era facilmente percebida, tal como também “captou” Rafael Lopo (2008) em seu ensaio etnográfico sobre formas de sociabilidade, narrativa e conflito em um time de futebol *de várzea* também de Porto Alegre. Nesta investigação, o autor menciona as brigas dentro de campo como um *ethos* desagradável na representação dos “mais velhos”, práticas também associadas ao anúncio do *fim da várzea*.

Depois de registrar 216 partidas em diários de campo, também não fiquei com dúvidas sobre a existência de uma (pré-)disposição (uma propensão para ação nos termos bourdieusianos), o que me fez problematizar o seu estatuto de desagradável. Direcionei o foco da investigação sobre o seu significado nas disputas do jogo, especificamente se isso estava, de alguma forma, relacionado àquilo que Eric Dunning (1992b) chamou de seriedade. Para ele, os esportes competitivos constituem oportunidades para a expressão da violência socialmente aceitável e ritualizada, mas quando se participa demasiadamente a sério, fazendo isso mediante pressões sociais (estas derivadas do aumento/diferenciação da cadeia de interdependências), o nível de tensão pode elevar-se até um ponto em que o nível de equilíbrio entre a rivalidade amigável e hostil se inclina em favor da última¹⁹⁸. Nestas circunstâncias, assevera o Dunning, “[...] as regras e as convenções destinadas a limitar a violência e a orientá-la para caminhos socialmente aceitáveis são suspensas e, então, pode surgir a luta a sério, quando se joga com o objetivo de impor danos ao oponente” (p. 331).

Olhando para os jogos várias vezes eu estive diante de circunstâncias semelhantes a estas – extremamente sérias, por sinal –, nas quais parecia haver uma suspensão de termos das regras oficiais da modalidade, “adotadas” no circuito, especialmente daquela chamada de *regra 12*¹⁹⁹, mas ainda assim eu não poderia afirmar que se tratavam de práticas (violentas) não rituais, pois elas, como diziam meus interlocutores *faziam parte*. Contudo, embora pudesse notar que *faziam parte*, não significava que agradavam, daí o sentido de satisfação na frase proferida pelo dono de um time derrotado numa final de campeonato, afirmando que “perdemos, mas é isso aí, foi na bola” (DC, 10/10/2010). Dias depois dessa afirmação eu me encontrava num “campo de vila”, na função de representante da liga da vila Paraná, acompanhando e *fazendo mesa* em partidas de *mata-mata* de um campeonato. No final da

¹⁹⁸ No entendimento de Dunning (1992b, p. 331), “[...] tal como os confrontos reais que se verificam na guerra podem envolver um componente ritual – por exemplo, os confrontos de grupos tribais como os Dani da Nova Guiné –, também, os confrontos simulados que se realizam num campo de desportos podem compreender elementos de violência não ritual, ou ser transformados nessa forma de violência.

¹⁹⁹ A regra 12 do código oficial da CBF-CA (2009) trata das “faltas e incorreções” e estabelece “medidas disciplinares”, com destaque sobre os usos do corpo nas disputas, não no sentido de evitar o contato corporal, mas que estes sejam direcionados para os objetivos próprios do jogo e que sejam precavidos quanto aos riscos de lesões. Também contempla as “medidas disciplinares” relativas ao respeito ao próprio código de regras e aos árbitros.

rodada, ao ser questionado pelo presidente da liga sobre como foi o confronto entre dois times rivais, sem pensar e com aspecto de satisfação (compartilhado por outros), respondi que “hoje eles só jogaram bola, entraram em campo só para jogar” (DC, 24/10/2010). O sentido da minha resposta, sobretudo o da minha satisfação, era exatamente o mesmo do dono do time derrotado.

Eu já tinha notado o árduo esforço dos funcionários da SME e dirigentes das *ligas exemplares* em fazer com que os jogadores fossem disciplinados, mas ao deparar-me com este registro da minha satisfação não fiquei imune a uma série de questionamentos: **Por que eu demonstrava satisfação ao comunicar que eles “jogaram só na bola”? Que tipo de informação eu havia aprendido sobre jogar “fora da bola” eu havia incorporado para classificar o jogo daquela forma? Por que a necessidade (tão comum) de produzir essa distinção? Como a noção de disciplina está aí implicada? Na bola seria “com disciplina” e fora da bola “com indisciplina”?** Olhando para as anotações nos meus diários sobre as disputas dentro de campo entre os jogadores é que notei o quanto essas dimensões de “jogar na bola” ou “fora dela” mostravam-se centrais para pensar e problematizar a noção de violência, especialmente quando as práticas eram observadas (seguidas) em distintas configurações espaço-temporais do circuito municipal.

Um conjunto de práticas que poderiam ser rapidamente descritas como violentas do ponto de vista da *regra 12* (chutes, pontapés, tapas, socos, brigas, ofensas, xingamentos, desrespeito ao árbitro), mas que observadas com atenção dentro de diferentes diversos tipos de configurações, em distintos “cenários” urbanos e na circulação entre eles, me levaram a conjecturar que a coibição delas se revelaria igualmente violentas, pois, tanto quanto as regras, estas práticas não eram gratuitas, faziam sentido naquilo que estava em disputa nas partidas de futebol. Isso ficava ainda mais evidente ao passo em que eu revisitava os registros sobre as práticas da arbitragem – algumas delas tive a oportunidade de experimentar – e me deparava com a “necessidade” dos *apitadores* em deixar as regras de lado – suspendê-las – em algumas situações ou períodos a fim de *levar o jogo* até o final, como também de se protegerem de ameaças, intimidações e de agressões.

Quer dizer, a violência não será tratada aqui como uma natureza dos jogos competitivos, num simples sentido de catarse, nem tampouco como uma série de práticas que devem ser combatidas a todo custo em prol daquilo que se denomina de disciplina. O debate que inicio aqui – que tem como interlocutores-chave Norbert Elias e Eric Dunning (1992) e a obra “a busca da excitação” –, em grande medida, circula em torno de **como e por que as práticas descritas acima entravam e saíam do estatuto de violentas no decorrer dos jogos**

ou das fases das competições, tornando bastante difícil a classificação daquilo que pode ser disciplina ou indisciplina? O ponto de partida para tratar dessa questão é o de que disciplina e indisciplina não são “coisas-em-si”, mas fenômenos²⁰⁰ que conferem sentido às disputas, aos jogadores e aos árbitros do futebol, não estando imunes à dinâmica multi-local e à circulação. Para desenvolver esse argumento, novamente começo o exercício descrevendo e analisando a partir de minha *situação etnográfica* fora dos alambrados e mais distante dos grupos (5.1), depois dentro dos limites dos alambrados de campos da região central e mais próximo dos grupos (5.2) e, por fim, tendo como base a minha circulação pelos campos, sobretudo os da periferia da cidade, com distintos grupos-times (5.3).

5.1 DOIS JOGOS DE UM JOGO: NA BOLA E/OU NO CORPO

Circulando pela cidade de Porto Alegre, logo na terceira rodada de jogos, ainda no primeiro semestre de 2009, num campo de uma região periférica da cidade, deparei-me com uma partida da categoria livre, *apitada* por um árbitro *a pé*, este imerso numa “gritaria” e naquilo que eu denominei naquela ocasião de “os dois jogos de um jogo”. Tão importante quanto o domínio da bola, quanto à execução de ações de ataque e defesa (o “primeiro jogo”), era a performance de agressão, isto é, de um esforço para intimidar os adversários e o árbitro que, em suas respostas, estas não menos intimidatórias, procuravam comunicar que não iriam *aceitar a pressão* (o “segundo jogo”)²⁰¹. Diante dessa dinâmica, considerando aquilo que eu presenciei naquele momento na beira do campo, rapidamente tratei de relacionar esse “segundo jogo” com a honra masculina e esta análise foi produzida ainda no próprio diário, nos seguintes termos:

Ao observar esta partida de futebol, percebi que o que está literalmente “em jogo” é mais do que a vitória pelo score de gols marcados. Há, claramente, um esforço para defender ou consolidar a **honra individual ou da equipe**. São, pelo menos, “dois jogos” que estão acontecendo em campo: um o jogo com a bola, tentando levá-la até o gol do adversário e tentando evitar que o adversário faça isso; o outro é o jogo de intimidação do árbitro e dos adversários. Quando cheguei na beira do campo, aliás, a impressão é que o primeiro jogo não estava acontecendo, somente o segundo. Observava uma “**gritaria generalizada**”. Jogadores, árbitros, treinadores e torcedores estavam

²⁰⁰ Uma reflexão nesse sentido pode ser encontrada no trabalho de Luiz Felipe Flores (1995) intitulado “da construção do conceito de violência”, no qual ele trata da relação desse “fenômeno” com o futebol. Para ele, “a violência - como o futebol - não são ‘coisas-em-si’, reificadas, consensuais, consabidas. A análise da violência no futebol será fatalmente redutora se supuser que há duas ‘entidades’ - a violência e o futebol - distintas cujas articulações só poderão ser claramente discerníveis se a ‘identidade’ de cada ‘entidade’ for preservada. (p. 14)

²⁰¹ Esta separação entre “primeiro” e “segundo” jogo, como também a hierarquização refletem um exercício analítico não correspondente com as dimensão prática das disputas em campo.

falando, gritando, gesticulando, acusando, intimando, reclamando, justificando, etc. A intensa incitação me parece que é uma das evidências desse jogo que envolveu **enunciados ameaçadores**, como “vamos dar tiro, matar, quebrar”. Percebi essas “falas” no intervalo deste jogo. Ouvi também, várias vezes, mas de formas diferentes, que “quando o jogo for no nosso campo, você vai ver!”

O jogo que se desenvolve aqui, na minha frente, **é uma expressão da masculinidade**. Ser jogador é, certamente, ter a coragem de expor o corpo a agressividade e suportar a dor. “O futebol *de várzea* é coisa de macho”, afirmou o presidente da liga que estava ao meu lado assistindo a partida. “Levanta! Levanta! Não pode sentir dor! Não pode ficar deitado!” disse um jogador ao outro que ameaçou deitar-se depois de ter levado uma *pancada* na perna. Os jogadores são respeitados e elogiados pela **coragem de ficarem expostos a violência** em campo, como também por executarem/realizarem pequenas agressões “permitidas” [...]. Também me chamou a **ausência de uma disposição reflexiva** dos envolvidos. Um jogador não é respeitado pela “lucidez” nas decisões, mas pela sua prontidão na sua resposta, uma reação imediata. (DC, 17/05/2009)

Depois desta observação, passei a prestar atenção e anotar, ou melhor, a destacar as práticas que me ajudavam a dizer algo mais sobre o *jogar na bola* e o *jogo de intimidações*, apreendendo como aquele era localizado simbolicamente mais próximo do modo legítimo de se jogar e este estaria mais próximo da heresia denominada de indisciplina (ilícito). A maneira como fui fazendo isso considerava diretamente *a regra 12* do código oficial da Confederação Brasileira de Futebol (CBF-CA, 2009), “adotado” como legítimo no circuito *da várzea*, entendendo que se tratava do conjunto de normas que contemplava as principais delimitações e sanções no que tange o uso do corpo nas disputas da bola e dos espaços, como também era aquela que tratava de descrever os poderes punitivos dos árbitros em relação àqueles que desaprovavam as suas decisões ou desrespeitassem outras regras.

Meu interesse estava, sobretudo, no caráter regulador do uso do corpo nas disputas (da bola e dos espaços). Os termos da regra 12 não proíbem o contato físico, mas trazem uma lista de práticas consideradas impróprias, como as rasteiras, os saltos sobre os adversários, as cargas (trancos ilegais²⁰²), os golpes, os empurrões, as entradas, as ações de segurar, cuspir e uso intencional das mãos (exceto o goleiro). Igualmente, não proíbem as manifestações verbais dos jogadores, porém estabelecem limites em relação ao respeito à decisão dos árbitros. As orientações quanto a isso, rezam que o jogador que desaprovar com palavras ou gestos estas decisões será advertido com um cartão amarelo e, se isso ocorrer de maneira ofensiva, grosseira ou abusiva, será expulso da partida. Para além disso, o texto desta regra, ao referir-se às advertências, contempla um termo mais amplo, a “conduta antidesportiva”, para se referir às ações ofensivas ou burlescas dos jogadores que não tenham relação com as

²⁰² Disputar o espaço usando o contato físico, sem o uso das mãos e dos braços, mas sem visar a bola, apenas a desestabilização do adversário. (CBF-CA, 2009)

disputas do jogo em acordo com as regras e com uma conduta cavalheiresca, isto é, de que se trata apenas de um jogo (um ritual *mimético*).

Em que pese o contato corporal, apesar de implícito, está bastante enfatizado que o objetivo da regra 12 é fazer com que as relações entre os jogadores (adversários) sejam mediados pela disputa da bola e dos espaços, minimizando os riscos de lesões entre os envolvidos. No que se refere ao uso inadequado do corpo nas disputas de bola e de espaços para jogar, esta regra estabelece três níveis de sanções, considerando a **precaução** manifestada por aquele que se envolve na disputa e a **percepção do risco** de lesões ao oponente que foi abordado/atingido. As orientações constantes no próprio “livro de regras” da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) sobre as interpretações da regra 12, procuram explicar estes três níveis de sanções:

- se o jogador agiu apenas de maneira **“imprudente”**, isto é, com desatenção ou desconsideração ao adversário, sua equipe é punida com uma falta (tiro livre direto);
- se agiu de maneira **“temerária”**, ou seja, causando o temor de que a infração poderia ter causado uma lesão ao oponente, aquele que executou deve ser advertido com cartão amarelo;
- e se a ação empregou **“uso excessivo de força”** (ou com **“jogo brusco grave”**), colocando claramente em risco o adversário (ou lesionando-o), aquele que o fez deve ser expulso da partida, mediante a apresentação do cartão vermelho.

Além destas situações, as orientações da CBV contemplam a punição à “conduta violenta”, equiparada ao “jogo brusco grave”, mas cuja ocorrência não é derivada, necessariamente, da disputa entre oponentes, englobando as brigas entre colegas de time, torcedores ou outras pessoas (CBF-CA, 2009). Contudo, apesar desta lista de restrições, das orientações quanto às interpretações e das punições correlatas a cada uma delas, observando os jogos fora dos limites dos alambrados, notava que as ações precavidas e a percepção do risco de lesões, em várias situações, não somente eram desconsideradas como passavam a consubstanciar, simultaneamente, outras disputas mediadas por usos “impróprios” do corpo, mas nem sempre coibidos.

Na bola: mas com firmeza e doação

Evidentemente que as partidas observadas implicavam destrezas de controle, de condução e de disputa da bola, da conquista dos espaços e das metas. E, tal como aprendi

observando as partidas, *jogar na bola* significava fazer isso reconhecendo e respeitando os limites das regras do jogo, especificamente em que pese os aspectos disciplinares que tratam de proteger física e moralmente os envolvidos nos embates. Nestes jogos *na bola*, ao se oporem, os jogadores deveriam priorizar ou *visar* (como se dizia) a bola e os espaços, o que não significava a ausência de contatos corporais, mas que estes, quando necessários, deveriam ocorrer também dentro dos limites das regras²⁰³. Este modo de jogar ficava bastante latente nas situações em que os jogadores, treinadores e árbitros se posicionavam de uma maneira mais condescendente – uma atitude cavalheiresca – em relação às normas codificadas. Na terminologia nativa, poderia dizer que se tratava de jogos em que se *deixava jogar* e que se *marcava cercando*, nos quais, por exemplo, era mais claramente possível manter a posse da bola em regiões do meio campo, sem ser abordado bruscamente por um oponente, nos quais também os árbitros eram menos demandados a *apitar* e quando o faziam pareciam estar à salvo das discussões sobre suas decisões.

Esta tipificação, vale salientar, não tem o objetivo de esgotar as práticas que estariam na base de uma substância do modo de *jogar na bola*. Apenas tento fundamentar a ideia de que o domínio da bola e dos espaços, em muitas situações, era efetivado sem que o contato corporal com o adversário estivesse em evidência, mas sim a maior ou menor destreza de quem atacava (com ou sem a bola) ou marcava (um oponente com ou sem a bola). Não era sem motivos que os *boleiros*, que os *diferenciados* e que as *seleções* eram frequentemente citados num sentido legítimo. Os jogadores a respeito dos quais se dizia que tinham habilidade com a bola (observada em lançamentos, cruzamentos, chutes, conduções, passes, dribles, marcações, defesas com as mãos, etc.) ou os que eram tratados como bons marcadores (pois sabiam antecipar a ocupação dos espaços ou os movimentos dos adversários) eram dignos de elogios.

Porém, a condescendência em relação às regras e os elogios à destreza dos jogadores não estavam imunes às exigências de firmeza, de disposição, de empenho ou doação dos que entraram em campo. *Jogar na bola* raramente excluía produção coletiva da necessidade de ter que “dar duro, pegar, brigar” como enfatizou o dirigente-jogador do Verona (time da praça Catanduvas), antes do jogo, a fim de comunicar a maneira como todos deveriam se comportar dentro do campo (DC, 12/07/2009). Quer dizer, se *jogar na bola* era um modo legítimo, parecia ser ainda mais quando se fazia com dureza, força, virilidade e disposição. Isto me

²⁰³ Uma análise sobre a introdução do “tranco legal” no texto das regras do futebol foi realizada por Toledo (2002), considerando a inserção a partir da correlação do processo de universalização com um modo de jogar (uma etiqueta).

ajudava a entender um pouco mais (ou pelo menos uma dimensão) do que meus interlocutores denominavam constantemente, dentro e fora dos campos, de *jogo pegado*, isto é, uma maneira de disputar a bola e os espaços firme e duramente, mas, se o jogo é *na bola*, de modo condescendente às regras, afinal, como afirmou um veterano aos seus colegas: “*pegada* não é deslealdade, *pegada* é firmeza” (DC, 13/12/2009).

O *jogo (na bola) pegado* era claramente uma antítese à moleza, à falta de virilidade, de energia nas disputas. Em face dessa crença, os jogadores elogiados por sua habilidade (*boleiros, diferenciados*) ou mesmo um time que agregavam vários destes, não raro eram tratados de modo depreciativo se não se dispusessem firme e duramente nas disputas. Aliás, este tipo de disposição parecia ser anterior à avaliação da destreza, tal como denota a explicação de um jogador sobre dois de seus ex-colegas de time que estava em campo: “o 10 joga bola *pra caralho*, mas é cagão [...], o 7 não tem muita habilidade, mas tem vontade, corre, é assim que tem que ser” (DC, 01/11/2009). Observei também esse tom pejorativo da habilidade – quando não relacionada com a firmeza – numa roda de conversas entre jogadores antes da partida. Para afirmarem (e motivarem sobre) o modo adequado de jogar elogiavam a qualidade técnica dos adversários, ao mesmo tempo em que tratavam de depreciá-la, fazendo isso da seguinte maneira: “O time deles não é de *pegada*. [...] O time deles é de habilidade, o nosso é de *garra*” (DC, 31/10/2009).

Os erros técnicos (de passes, chutes, cruzamentos, defesas, etc.) mostravam-se bastante ricos nesse sentido de evidenciar o quanto a habilidade, embora reconhecida, parecia ser secundária na avaliação dos jogadores. A primeira vez que anotei algo do tipo foi num jogo em que um jogador errou a cobrança de um escanteio, mas ainda assim foi apoiado pelos seus colegas, os mesmos que poucos minutos depois demonstravam a intolerância a outro jogador acusando-o de não ter “*entrado duro*” num lance, afirmando que “*tá jogando fininho, macio, tem que entrar mais duro*”. Neste mesmo jogo, um dos membros do time fora substituído e, para minha surpresa na época, a justificativa apresentada pelo treinador era a de que ele “*estava sendo mole na lateral*” (DC, 07/06/2009).

Os erros de um jogador eram até mesmo aplaudidos, desde que fossem precedidos de uma ação de valentia, de *garra*, de insistência, de dureza ou de firmeza. Isto ficou bastante claro na afirmação de um jogador ao lado do qual eu acompanhava uma sequência de cobranças de pênaltis. Depois de observarmos uma cobrança forte e no meio do gol, este jogador disparou o seguinte comentário bastante ilustrativo daquilo que eu começava a perceber: “se tu cobra forte e erra vão te aplaudir, se bate fraco e erra, vão te xingar” (DC, 22/11/2009). Pouco mais de um mês antes de ouvir este comentário, eu havia observado outra

situação na qual um jogador veterano errou um pênalti e, seus colegas, ao reclamarem sequer mencionaram a maneira – a técnica, a força, precisão – como fora executada a tarefa. Depois da cobrança, buscavam saber, questionavam intensamente sobre quem teria escolhido o cobrador da penalidade, argumentando que aquele que o fez “não tem firmeza, não poderia ter batido” (DC, 18/10/2009).

O mole/macio, o fraco, o *cagão*, o feminino eram características referidas como hereges no interior dos campos, atributos constantemente trazidos para incitar os jogadores a se disporem mais (o que significava se exporem às lesões sem maiores precauções, *se doarem, darem o sangue*) ou, nos termos nativos, a *chegar, morder* ou *pegar*. Aquilo que eu referi inicialmente como “uma gritaria generalizada” – e que eu demonstrava dificuldade em entender – começava a ganhar sentido dentro de uma conjunção de incitações ao *jogo pegado*, objetivadas por meio de um *falar gritando*, quando se julgava notar as heresias. Apresento abaixo, alguns exemplos dessa conjunção de incitações, produzidas entre os jogadores, estando eles dentro do campo ou nos bancos de reservas.

“você está entrando *mole*”; “que que é *porra*, já se escondendo do jogo”; “ele tá tocando e vocês estão fugindo da bola”; “o meu, tem que chegar, tem que por o pé” (DC, 18/10/2009)

“É muita amizade, tem que chegar junto, não vai machucar, mas tem que chegar junto”; “vamos pegar”; “tem que dar o sangue” (DC, 31/10/2009)

“Se jogar que nem mulher, vamos ser atropelados”; “Quando a bola vier, temos que dar *um bafinho*, temos que dar uma chegada”; “Ô meu, tem que dar uma chegada nele, tem que dar uma *pegada*”; “Eu fico doente, o jogo é de homem, tem que *pegar*, tem que *morder*”; “Estão jogando parece *umas mulher*” (DC, 21/11/2009)

A performance do *falar gritando* não era menos importante nessa tarefa de incitar os jogadores. Para que fosse levado a sério e, portanto, reconhecido, era preciso ser, igualmente, firme, forte, ríspido, incisivo na ação de comunicar, tal como o seu conteúdo demandava. Aliás, não foram poucas as vezes em que cheguei a pensar que o conteúdo era menos importante do que a performance de quem procurava exigir ou repreender. Foram bastante raros os momentos em que observei alguém exigir mais força ou *pegada* de maneira calma, ponderada ou falando baixo. Quer dizer, a produção coletiva da disposição envolvimento num *jogo pegado*, passava pelos gritos acompanhados de uma performance corporal bastante incisiva, recheadas de *gírias* e *palavrões*.

Embora eu tenha valorizado a relação entre a performance do *falar gritando* e as heresias, não é possível deixar de mencionar que também se tratava de um modo bastante significativo (e legítimo) para *acertar o time* ou de repreender algum jogador por erros tático-técnicos percebidos. Isso reforçava ainda mais a relevância desse modo de comunicação (forte, incisivo). Isto é, no *calor do jogo*, as chances de ser escutado passava pela capacidade proferir o conteúdo imerso em gritos e gestos. A “gritaria”, portanto, não era descabida ou sem sentido. Contudo, assim como eu a interpretava no início (como algo “de fora” do jogo), algumas vezes notei a intolerância de jogadores que se recusavam a continuar na partida diante de cobranças deste tipo, assim como fez um deles, dizendo que “não vou ficar jogando para ficar ouvindo, o cara vem no sábado jogar futebol e tem que ficar ouvindo [um *falar gritando*], eu não” (DC, 20/06/2009).

No corpo: aceitar ou não, é entre eles

Uma *chegada*, *pegada* ou *mordida* mais ríspida, dura, de um adversário que disputava a bola ou os espaços do campo (como se acredita que deva ocorrer) requeria uma decisão de quem foi submetido a ela: *aceitar* ou não? Gerava-se uma *pressão* bastante objetiva, demandando uma ação de mesmo nível (de força e dureza), a fim de comunicar o não enquadramento na categoria dos hereges. Aqueles que não o faziam estavam, então, sujeitos ao *falar gritando* e suas urgências. A mais explícita que observei neste período da pesquisa foi a de um jogador acusando outro de não revidar as *chegadas* de um adversário durante o jogo, dizendo que “tem que levar, mas tem que dar também, é assim que se é respeitado *na várzea*” (DC, 04/10/2009). A *pegada* e a *mordida*, portanto, não podiam ter seus significados reduzidos à disputa da bola e dos espaços, tratando-se, simultaneamente, de uma disputa simbólica que colocava em jogo a virilidade, a honra (masculina).

Estava claro que as *chegadas* bruscas tinham um sentido prático dentro da lógica do jogo, no sentido de *matar a jogada* em regiões mais distantes da meta, ou mesmo de *intimidar* os *boleiros*, fazendo com que estes não permanecessem com a posse da bola e, assim, não pudessem *fazer a diferença* na partida. Um destes *boleiros*, o Testa, que conforme descrições de vários interlocutores, havia *jogado no profissional*, relatou claramente essa prática ao sair de campo afirmando que “não dá para ficar com a bola, os caras chegam, vão dando”, se referindo as *pegadas* direcionadas ao corpo enquanto se disputava a bola. A questão que pairava, no entanto, era o que o Testa fez? *Aceitar* significaria comunicar que foi intimidado e, a reboque, que estaria mais próximo do feminino, ou seja, que se livraria da bola para não

expor o corpo às *entradas* dos adversários; revidar com *chegadas* do mesmo tipo comunicaria que não iria aceitar e que estaria disposto a expor o corpo às *entradas*. Portanto, para ficar com a bola e *fazer a diferença* era necessário mais do que se expor, mas também se dispor a comunicar que não ficaria intimidado.

Havia momentos das partidas em que esta disputa simbólica mediada pelo corpo e pela agressividade parecia gozar de certa autonomia em relação às disputas próprias do jogo. Isto ocorria quanto *as chegadas* se tornavam constantes e equivalentes entre os times. Justamente nestas condições é que se avolumavam as afirmações de que o jogo *estava pegado*, quando a condescendência se destacava (ou se distanciava) do *jogo na bola*, (cavalheiresco) e deslizava em direção ao *jogo de intimidações*. O alvo prioritário era o corpo do adversário, para intimidá-lo ou comunicá-lo da não intimidação. E, na medida em que esse jogo de *entradas* e *revides* começavam a ganhar certa autonomia, o sentido do árbitro com seu apito e seus cartões também era modificado. Em maior ou menor medida, ele era obrigado a *deixar passar* aqueles comportamentos que no livro de regras estava tipificado como uma infração (desprevenida, temerosa ou jogo brusco grave), caso contrário rapidamente excluiria grande parte dos jogadores e colocaria sua própria integridade física em risco. Era como se o árbitro dissesse que agora *é entre eles*, entre os jogadores: aceitar ou não? Por vezes uma única *chegada*, ainda que tivesse sido *apitada* como infração pelo árbitro, desencadeava esse *jogo de intimidações*, denotando que a punição da regra não esgotava o significado.

A “gritaria”, portanto, ganhava sentido não apenas entre os colegas de time, mas também entre os adversários. O *falar gritando* e gesticulando, imediato, forte, ríspido era um dos indicadores performáticos mais claros de que não se aceitaria. Em jogos *mais pegados*, não era raro notar a importância dessas disputas (*no grito*), sobretudo depois de uma *chegada*, fosse ela *apitada* ou não como infração. As respostas imediatas, ao estilo estímulo-resposta, na maioria das vezes, constituía uma performance (individual ou coletiva) capaz de dizer sobre a iminência de uma briga, que não evoluíam, mas que serviam muito bem para informar sobre a não aceitação e que permitiam, ainda, a continuação dos envolvidos na partida. Algumas vezes, no entanto, as brigas foram objetivadas, ou melhor, precisavam ser. Numa delas, um veterano, após levar um soco numa disputa, iniciou uma briga, tentando atingir o oponente com socos e pontapés. Foi expulso e, ao sair do campo, encontrou-se com sua mulher no portão de acesso ao campo. Ela o questiona sobre porque daquilo e ele responde com as seguintes palavras: “Não foi nada. Eu tinha que dar nele também” (DC, 13/12/2009). Era uma questão mais séria, de honra, que ganhou autonomia sobre o jogo (cavalheiresco). Aquele que levou um soco e revidou, apesar de expulso, foi elogiado pelos torcedores ao sair.

Se, por um lado, poderia pensar (como inicialmente o fazia) que se trata de uma atitude contrária a moral das regras, por outro, os elogios e a própria resposta (“eu tinha que dar também”) denotavam um lugar simbólico. Estava fora do jogo, mas não fora do momento ritual. Não por acaso os jogadores que *se doavam*, que jogavam firme, que estavam dispostos a comunicar que não aceitariam as intimidações, eram denominados de *brigadores* e eram festejados dentro e fora dos campos. Não por acaso também as dores eram demonstradas no comportamento dos jogadores (mancando, contorcendo o corpo ou gritando) e os ferimentos decorrentes do jogo eram evidenciados (sobretudo as marcas das chuteiras nas pernas). Depois de 6 meses de pesquisa, já não estranhava o esforço do Alcides, jogador veterano do Olaria, em mostrar-me – numa mistura de indignação e orgulho – um ferimento de chuteira no joelho e comentar que foi produzido por um adversário num jogo em que “os caras não jogavam na bola, era *pressão* o tempo todo, só faziam *pressão*” (DC, 21/11/2009). Isto gozava de pleno sentido nessa lógica de exposição e disposição corporal, funcionando como uma espécie de capital simbólico.

Porém, dependendo da situação os ferimentos resultantes das *entradas* sofridas eram tomados como infantilidade ou ingenuidade de quem não soube se defender. Neste jogo de intimidações, tão importante quanto revidar era a habilidade em esquivar-se das *entradas* dos adversários, de antecipá-las e evitá-las. Os *boleiros*, em especial, eram veementemente cobrados nesse sentido. Tinham que *ter a malandragem*, pois deveriam saber que lhes tentariam intimidar com *chegadas* no corpo, através de um rodízio de *pegadas*. “Se um dá, o outro dá, mais um dá [uma *pegada*], o cara não joga mais”, explicou um jogador, referindo-se a maneira como tentar impedir um *boleiro* de *fazer a diferença* num jogo (DC, 27/11/2009). Seria, no entanto, necessário saber se o *boleiro* aceitaria ou não. E, nesse sentido, havia uma reclamação bastante veemente dos organizadores de que a categoria livre (dos *guris*) era a mais problemática, porque eles *não sabiam se defender, não aceitavam e revidavam* com brigas, não se limitando aos gritos, causando muitos “problemas disciplinares” (na lógica da autonomização das intimidações sobre as disputas “do jogo”). Um destes organizadores, presidente de liga, demonstrando sua desconsolo, chegou a prever que “daqui há 4 anos não vai ter mais *o força livre*, só da problema, no veterano não tem isso” (DC, 10/10/2009).

O lugar dos árbitros nos jogos *pegados*

Nas situações em que as partidas passavam a ser definidas como *gritadas* ou *pegadas*, o lugar dos árbitros em campo não se resumia em fazer cumprir as regras. Era-lhes

fundamental avaliar quando e onde *deixar passar*, *fazer vistas grossas*, *ter ouvido de mercador*, deixando os jogadores acertarem *entre eles*. Conforme o jogo de intimidações ganhava certa autonomia, *apitar* um jogo passava a considerar de modo mais significativo o equilíbrio entre as partes. As regras pareciam ser mais utilizadas para sustentar a equidade nas disputas do que propriamente para resguardar um modo “oficial” e “adequado” de se jogar, em que pese a o uso do corpo. Observei um exemplo bastante típico disso num jogo da fase da categoria livre do municipal, no qual o árbitro *apitava* claramente no sentido de manter o equilíbrio e, para isso, utilizava as regras quando lhe era conveniente:

Próximo do final do jogo, praticamente todas as disputas de bola envolviam mais agressividade entre os jogadores. Simultaneamente a ação de proteger a bola (por um dos jogadores) e de conquistar a sua posse (por outro) executavam empurrões, pontapés, tapas e cotoveladas. “Onde estava a bola, *o bicho estava pegando*” como diziam membros da torcida. O árbitro, percebendo que se *apitasse* todos estes lances e “simplesmente” aplicasse as regras, terminaria o jogo, deixava os lances acontecerem normalmente, desde que a ação fosse mútua e equivalente entre os oponentes. Fazia parte da normalidade da ação para aquele momento do jogo e era aceito pelos jogadores e membros da comissão técnica. Um torcedor, ao ver que um jogador de “sua” equipe não “soltava a bola, prendia demais” nesse momento do jogo disse o seguinte: “Vai tomar coice, vai ver, prendeu a bola vai tomar coice”. Para evitar as agressões era necessário não ficar com a bola. Nesse momento, os gritos do treinador (“na bola, sem falta”) tinham muito sentido, porque a disputa da bola estava envolvendo, quase sempre, as infrações não marcadas pelo árbitro. (DC, 22/11/2009)

Em partidas como estas, nas quais *deixar passar* era tão importante quanto apitar ou mostrar um cartão, a interpretação dos árbitros era objeto de disputas com os jogadores, treinadores e dirigentes. Os membros de um time desenvolviam esforços para *ganhar* ou *trazer o árbitro* para o seu lado, isto é, fazer com que ele deixasse passar as infrações de sua equipe e marcassem as dos adversários. E, assim que o adversário avaliava que essa *pressão* estaria dando resultado, começava a interpor-se igualmente na disputa. Nestas ocasiões, em cada situação na qual o árbitro *apitava* ou que *o bandeira* apontava alguma infração ou que *deixavam passar*, eram cercados pelos jogadores. Gritar “amarelo pra ele, encenou a falta” (DC, 18/10/2009) era tão importante quanto conseguir a posse da bola, pois fazia parte das estratégias de *trazer o árbitro* para o seu lado. E, para tanto, observei dois tipos de estratégias:

- **As reclamações e as informações:** pouco interessava se o árbitro ou *o bandeira* estavam “certos” (de acordo com a regra) nas suas decisões. Era preciso constantemente *fazer pressão*. Depois de um lance apitado ou deixado de apitar, procuravam convencer o árbitro do erro ou, pelo menos, plantar a dúvida sobre a decisão. Uma das maneiras de produzir isso era destacar a infração com gritos, quedas e contorcionismos corporais

capazes de informar o uso inadequado ou excessivo do corpo e da força nas disputas; o outro modo era a suplementação com informações adicionais, tais como “é a segunda falta dele”, “ele tá forçando o pênalti”. Não raro, estas informações eram ignoradas pelos árbitros e os jogadores voltavam suas atenções para a partida, esperando uma nova oportunidade para trazê-las à tona novamente.

- **As performances intimidatórias:** embora tomadas como indevidas no código de regras adotado, não foram incomuns as situações nas quais os árbitros foram cercados pelos jogadores e, nesse momento, eram xingados, ameaçados e empurrados. A performance corporal de intimidação típica nesses casos era a dos jogadores falando aos gritos a poucos centímetros do rosto do árbitro, empurrando-o com o peito, colocando as mãos para trás, olhando firmemente. O árbitro, procurando se esquivar e se afastar do grupo de jogadores, avaliava se *tinha as costas quentes* para aplicar a regra sem sofrer agressões. Vê-lo ignorar essa situação e continuar normalmente o jogo não era algo estranho, pois ele sabia que se tratava da *pressão* orientada para interferir na interpretação. Não passava de uma “conversa”, como definiu um jogador que após *receber* o cartão vermelho seguiu em direção ao árbitro e tentou reverter, aos gritos, a situação. Sem sucesso, depois que saiu do campo sentou-se ao meu lado e, ao ser questionado pelos seus conhecidos sobre o porque de sua atitude asseverou que “não xinguei o árbitro, só fui **conversar** com ele” (DC, 08/11/2009).

Frente a essas estratégias, cabia aos árbitros lidarem com a *pressão* dos jogadores e demais membros dos times, isto é, lidarem com as informações e/ou com as intimidações. Em boa parte das situações, no entanto, o fato de *não aceitarem a pressão* não significava o acionamento das punições prescritas pelas regras (advertência e expulsão). Os árbitros também se utilizavam do *falar gritando* (forte, incisivo) para revidar no mesmo nível as intimidações. Não obstante, ver um árbitro *apitar falando* era algo relativamente comum. Entre estas falas, ele também lançava mão de ameaças de *colocar para fora*, levando a mão nos bolso quando caminhava em direção ao jogador, fazendo este cessar as reclamações ou xingamentos. Num caso mais extremo de violência, o árbitro não fugiu da briga, mostrando sua disposição para comunicar a coragem e galgar autoridade de outra maneira, esta nada relacionada ao seu conhecimento das regras:

Inicia o segundo tempo da partida. Eu conversava com torcedor, quando vi um jogador (que brincava com seu filho antes do jogo e durante o intervalo) correr em direção ao árbitro. Este, por

sua vez, cerrou os punhos erguidos e corria de costas, também indicando que *não iria aceitar* uma agressão sem revidar. O jogador continuou correndo. Cruzaram o campo nessa situação até uma das laterais. Ali o jogador saltou e direcionou pernas e braços para atingir o árbitro que, como havia indicado, também desferiu um soco em direção ao (agora) oponente. Minutos depois, com a chegada de soldados da Brigada Militar, a partida continuou. Apenas o jogador teve que ficar fora. (DC, 01/11/2009)

Na semana seguinte a este fato, eu conversei com outro árbitro já bastante conhecido no cenário *da várzea*, e ele, por um lado elogiava a coragem do colega em *não aceitar*, mas, por outro chamava a atenção para o problema da “mania dele de levantar as mãos [para brigar]”. Nesta ocasião, meu interlocutor lembrou e descreveu outra partida que apitara com aquele árbitro e de como, em face dessa atitude de levantar as mãos, o jogo não tinha acabado porque a torcida invadiu (DC, 08/11/2009). O que chamava a atenção nesse relato era que para “levantar a mão” e comunicar que não iria aceitar a intimidação era preciso saber e levar em considerações as condições de segurança. Nesse sentido, apitar uma final de campeonato num estádio de futebol do circuito profissional, com altos alambrados e a presença de muitos soldados da Brigada Militar, era mencionada como uma tarefa fácil pelos árbitros *da várzea*. Notavelmente, neste espaço-tempo do campeonato municipal, fazer valer as regras era, com certeza, uma tarefa mais tranquila. Ali as performances rapidamente poderiam ser classificadas como “inadequadas” e justificavam a expulsão.

Já noutros campos e noutros momentos do municipal, tal como cheguei a observar, o árbitro ficava, como cheguei a pensar, desprotegido, contando com o apoio *dos bandeiras* e do mesário, no máximo. Numa ocasião, ainda sabendo pouco de como os árbitros lidavam com as *pressões*, olhando de fora dos alambrados, cheguei a pensar em ligar para a Brigada Militar, temendo pela agressão, tal como insinuavam os comportamentos dos jogadores (DC, 04/10/2009). Não cheguei a ligar, mas este cenário me fez pensar (estranhar) sobre como os árbitros lidavam com essa situação que, para eu, naquele momento da pesquisa, tratava-se de uma situação extremamente desigual.

* * * * *

Analisando a minha experiência etnográfica de pouco mais de 6 meses (situado ainda fora dos alambrados) em relação às disputas dentro do campo, comecei a prestar atenção e tentar compreender o significado daquilo que os meus interlocutores denominavam de *jogo pegado*. Logo notei que se tratava de um modo de se dispor/expor em campo e que figurava como uma antítese ao mole, ao frouxo, ao fraco, à falta de virilidade, atributos não

masculinos. Tamanha a sua importância dentro dos campos, não era estranho notar que a avaliação de um jogador ou time (e de sua performance) passava primeiro pelo julgamento de sua *pegada*. Ser um bom jogador tática e tecnicamente, um *boleiro*, sem dúvida, era motivo de reconhecimento, mas ainda sobre estes atores *diferenciados* recaía a avaliação sobre o quanto se pré-dispunham a *jogar pegando*.

Este tipo de envolvimento corporal – a sério – dos homens/meninos nos jogos de futebol praticado por *pessoas comuns* (não profissionais) não é uma novidade nas ponderações acadêmicas brasileiras. Entre as reflexões nesse sentido, destaco os trabalhos de Simoni Lahud Guedes (1998)²⁰⁴, de Fátima Regina Cecchetto (2004)²⁰⁵, de Arlei Sander Damo (2007)²⁰⁶, de Eliene Lopes Faria (2008; 2009)²⁰⁷ e de Eduardo Martinelli Leal (2010)²⁰⁸. Estes autores, cada um ao seu modo, salientam a prática futebolística como um espaço simbólico de constituição e exibição da masculinidade, o que ocorre nas demonstrações objetivas de coragem, virilidade e violência. Ao mesmo tempo em que estas demonstrações marcam os modos de jogar, de disputar a bola e os espaços do campo, elas, evidentemente, se inscrevem nos corpos dos atores, o que não significa, no entanto, que eles transferirão linearmente tais disposições para todas as esferas de suas vidas.

Voltando aos jogos da *várzea*, posso afirmar que essa disposição para o jogo duro, firme, falar alto-gritando e gesticulando correspondia com muita precisão aos modos da maioria dos que entravam em campo. Porém, além disso, passei a observar mais um segundo aspecto: as *chegadas* duras no corpo dos oponentes nas disputas, as abordagens intimidatórias tão comuns, ríspidas, incisivas, gritadas e gesticuladas tinham um peso simbólico para além

²⁰⁴ A investigação de Guedes (1998) tratou da construção do corpo masculino nos espaços masculinos, geridos por homens. A autora pesquisou *escolinhas* de futebol do Rio de Janeiro, tomando-as como parte integrante do processo de socialização dos meninos. Neste trabalho, toca no assunto da coragem e sua relação (ou *jogo de corpo*) com a covardia, explicitando a reflexão de que essa relação é, de certa forma, mediada pela norma de *não aceitar as provocações*.

²⁰⁵ A pesquisa de Cecchetto (2004) voltou-se para a violência e os estilos de masculinidade. Ao pesquisar a construção da masculinidade nas práticas esportivas e de lazer no Rio de Janeiro, a autora toma estas práticas também como lugares privilegiados para construir, exibir e incorporar marcas da masculinidade, o que perpassa a forma como se lida corporalmente com a violência.

²⁰⁶ O trabalho de Damo (2007) abordou o futebol de rua, tomando-o como um espaço privilegiado da homossexualidade masculina, no qual os meninos jogam para se fazerem meninos. Nele, a violência, a força, a coragem e a virilidade são acentuados, tanto quanto as disposições técnicas e táticas incorporadas.

²⁰⁷ Os textos de Faria (2008; 2009) investigou as práticas cotidianas de futebol entre jovens (meninos e meninas) de um bairro de Belo Horizonte e, ao fazê-lo, não tratou os seus interlocutores como passivos, observando como a cultura futebolística marca o corpo de seus praticantes, ao mesmo tempo em que é marcada por eles. A respeito dessas marcas, a autora destaca a masculinidade, objetivada em qualidades como força, destreza, astúcia, virilidade e agressividade. No futebol, aprende-se a ser um corpo masculino.

²⁰⁸ O artigo de Leal (2010) contempla uma investigação etnográfica numa escola que atende adolescentes em situação de rua, analisando o futebol como um espaço de construção de fronteiras e de hierarquizações, estas perpassadas pela honra e masculinidade. Uma de suas discussões mais férteis é a que trata da oposição entre as regras morais e o universo das regras institucionais e de como ambas sofriam transformações em determinadas configurações.

da própria disputa ou da “conversa”; elas pareciam ter um valor em si mesmas, deixando rastros, e, portanto, demandavam uma decisão de quem as recebia – *aceitar ou não*? Os que aceitavam estariam sujeitos ao enquadramento da moleza, do feminino, daí a imperiosidade de revidar no mesmo nível a fim de comunicar que *não aceitaria*. Logo percebi que se tratava de uma dinâmica simbólica paralela – um sistema de reciprocidade fundamentado num *jogo de intimidações* que desafiava a masculinidade – que na grande maioria das vezes não colocava em risco o desenvolvimento da partida, mas que implicava diretamente nos modos de se dispor/expor nas disputas.

Algumas vezes, no entanto, esse sistema de reciprocidade que caracterizava o *jogo pegado* (e que parecia ter uma “vida própria”, paralela ao futebol) se avultava de tal maneira que fazia resignificar ou, pelo menos, relativizar o valor das regras institucionalizadas no circuito. Houve situações, por exemplo, em que uma *chegada* ríspida no adversário desencadeava uma série de revides e contra-revides e que isso se dissipava entre outros jogadores numa lógica de solidariedade, cujo resultado era uma espécie de autonomização do sistema de reciprocidade sobre a própria partida de futebol. Isto é, a relevância e a “necessidade simbólica” de revidar parecia se sobressair ao disputar a bola ou os espaços. Nestes momentos o árbitro em reconhecimento ao *jogo pegado*, em certa medida, era obrigado a *deixar passar* as “infrações”, posto que estas não mais poderiam ou deveriam ser avaliadas a partir das regras institucionais e sim pelo sistema de reciprocidade em funcionamento.

As regras, portanto, não instruíam totalmente as maneiras de jogar²⁰⁹. E, em algumas situações, normalmente pontuais, nas quais o *jogo pegado* se avultava a ponto de ter alguma autonomia sobre a orientação dos jogadores e árbitros, poderia afirmar que as regras institucionais eram suspensas, colocando a continuidade do jogo em risco. Já não se tratava dizer que os jogadores atuavam em espaços incompletos, não preenchidos por pelas regras²¹⁰,

²⁰⁹ Dois estudos sobre futebol, de maneira diferente, ao abordar as regras, o fizeram nesse sentido de que as regras não instruem totalmente sobre as maneiras de jogar. Luiz Henrique de Toledo (2002), ao analisar os atores *profissionais*, com destaque para o cotidiano deles, traz uma interpretação das regras como “primeira natureza” do jogo de futebol, a qual o define enquanto esporte, mas não determina ou instrui totalmente as maneiras de jogar, o que se revela numa “segunda natureza”, denominada de *formas de jogo*, estas fundamentadas a partir das distribuições ou ocupações espaciais dos jogadores em campo. Rosângela Gonçalves (2009), investigando o futebol amador e as peladas, trabalhou com a noção de elasticidade elisiana, afirmando que os jogadores atuam na incompletude das regras que lhes são impostas e o fazem – explorando a flexibilidade – de modo correlato à incorporação do “senso do jogo” (este um conceito bourdieusiano).

²¹⁰ As “boas regras” esportivas são aquelas que, na lógica argumentativa de Norbert Elias (1992), garantem um nível de tensão-excitação agradável suficiente e por um período de tempo considerável. A regras, no entanto, devem se sustentam apesar das distintas configurações de praticantes, o que não significa que os jogadores não devam tensioná-las. Para o autor, “[...] no caso de [os jogadores] seguirem as regras como escravos, arriscam-se a perder por falta de imaginação, [e] pelo contrário, se se esquivarem ou se esforçam até ao extremo, arriscam-se

mas de cogitar o estabelecimento de novas configurações de força – “desagradáveis?”; “indisciplinadas?” “necessárias?” – que, pelo menos momentaneamente, ganhavam autonomia, mas que eram rapidamente re-estabelecidas em prol da continuidade da partida, do *jogo na bola*.

Passadas mais 13 rodadas eu já tinha incorporado uma expectativa de olhar para o campo e ver algumas *pegadas* ou um *jogo pegadinho* pelo menos. Essa incorporação da expectativa acontecia sem que eu percebesse, até que, num final de dia, depois de chegar em casa, fui questionado sobre como foram os jogos e respondi “naturalmente” que “foi tudo bem, mas não foi emocionante, nem houve briga ou ameaças [performances de intimidação]” (DC, 10/10/2009). Esta minha resposta “desanimada” ficou registrada no diário de campo e, assim, comecei a estranhar-me sobre o que se esperava de um jogo emocionante. Mas isto ficou ainda mais instigante quando, dias depois, ao conversar com um presidente de liga sobre por que a competição “dele” não envolvia outros campos além das praças e parques públicos, escutei a seguinte explicação: “[...] esse pessoal [que joga em campos particulares ou de outras instituições] faz jogos entre amigos, amistosos, não querem participar do campeonato *da várzea* porque *aqui o bicho pega*, é diferente” (DC, 13/10/2009).

Frente esta explicação e minha expectativa de emoção comecei a repensar o sentido de uma “violência necessária” não apenas na relação com ao sistema de reciprocidade que colocava “em jogo” a masculinidade dos envolvidos, mas também da produção da emoção. Avançarei um pouco mais nessa reflexão, trazendo as descrições e interpretações sobre os as partidas das *ligas exemplares*.

5.2 DESLIZAMENTOS: A PRODUÇÃO DA PRESSÃO-EMOÇÃO

Nos campeonatos de verão das *ligas exemplares*, nos parques Iguazu (categoria livre, em 2010, 23 partidas) e Rondon (categoria veteranos, em 2011, 19 partidas), continuei prestando atenção a esse *jogo pegado* que, em alguns momentos – maiores ou menores, em períodos intermitentes ou contínuos –, fazia parte do *jogar*, ainda que funcionasse segundo regras implícitas e contraditórias àquelas estabelecidas no código da modalidade esportiva, no que tange à precaução das *entradas* e aos riscos do uso do corpo. Nestes espaços-tempos *da várzea* estive situado dentro dos limites dos alambrados, portanto, mais próximo dos membros

a perder por infrações das regras. Precisam encontrar a forma intermediária [flexível] entre a obediência zelosa às regras e convenções e a dissimulação e exploração das regras até ao limite, jogando próximo da ruptura” (p. 234).

dos times e dos árbitros. Contudo, olhando para dentro de campo nesta posição, logo percebi que dirigia muito minha atenção ao jogo duro, forte, às *mordidas* e *entradas*. Problematicando essa situação e preocupado em não constituir um olhar exótico, passei a preocupar-me mais em anotar as práticas relacionadas à disputa da bola, aquelas que eram elogiadas e aplaudidas entre os membros dos times, tais como:

Um jogador conduz a bola até a linha de fundo do campo adversário e faz um cruzamento para a grande área, o que resultou no cabeceio do colega que estava na *segunda trave*. Depois do cabeceio (para fora) ouvi a frase “Quê bola!” juntamente com aplausos para o cruzamento. (DC, 20/01/2010)

Depois que o jogador fez um lançamento do meio do campo até a área, colocando a bola numa posição em que o atacante ficou livre de marcação, o goleiro do time faz o seguinte elogio: “Boa Tiago, tá *metendo* [lançando a bola] com a mão”. (DC, 26/01/2010)

Numa ação de ataque, um jogador (lateral direito), conduzindo e driblando, invadiu o campo do time adversário, pelo meio, chegou até a “entrada da grande área” (fora desta) e chutou de “três dedos”. A bola seguiu numa trajetória curvilínea e passou “raspando” na trave. Muitos aplausos foram se seguiram ao lance (DC, 21/02/2010).

Observando o conjunto de práticas elogiadas anotadas notei que a grande maioria delas, assim como ilustram os três exemplos acima, tinha relação com a meta. Quer dizer, eram reconhecidas como legítimas se fossem ações que evidenciassem com mais clareza a intenção de atingir a meta do adversário, comunicando a seriedade do envolvimento. Ao contrário disso, quando as demonstrações de domínio, condução e repasse da bola careciam deste tipo de evidências, rapidamente eram repreendidas, sobretudo quando se tratava de um *jogo pegado*. Num jogo desses, o mesmo tipo de toque na bola, de “três dedos”, que o jogador executou em direção à meta (na descrição acima), no meio do campo, feito lateralmente (não em direção ao gol), por exemplo, foi alvo de duras críticas de um treinador que, esbravejando, gritou “chega de três dedinhos na bola”. Estes gritos eram direcionados a um jogador do qual se dizia que estava “jogando macio, enfeitando” e que deveria “jogar simples” (DC, 15/02/2011).

Mesmo dedicando mais atenção nas práticas relativas à bola eu não conseguia me desvencilhar do quanto o jogo representava o enfrentamento ao mole/macio, ao fraco, ao feminino. Era marcante a relevância da noção de penetração (ou de evitação dela) em direção à meta, realizadas de modo simples, sem *enfeites*. E, além disso, os elogios e aplausos se destacavam ainda mais quando as disputas pela bola envolviam maior disposição – ou *sangue* nos termos nativos –, deixando transparecer a exposição ao risco de lesões. Era muito clara a

expectativa de um tipo de (pré-)disposição bastante valorizado: *não tirar o pé* ao notar algum risco, manter-se firme, *não fugir*. Escutei e anotei muitas explicações que denotavam esse tipo de disposição, dentre elas, as mais representativas foram as seguintes: “um profissional não se cria aqui [no campeonato *da várzea*], as disputas são no corpo, na força²¹¹” (DC, 12/01/2010); “é só olhar aquele que pega a bola e fica tranquilo, não se apavora [com as *chegadas*]” (DC, 28/01/2010); “eles não tem *esses negão* que vocês tem, que *faz pressão*, isso faz a diferença na hora” (DC, 02/02/2010); “o negão joga bola *pra caralho*, mas é uma moça em campo” (DC, 26/01/2011).

Isto é, jogadores que, além de disputar e dominar a bola, mostravam saber se defender, puxando, empurrando e, em algumas situações, batendo e se protegendo dos tapas, socos, pontapés e *entradas* dos oponentes eram reconhecidos. A respeito destes se poderia afirmar que tinham a *maldade* ou a *malandragem* para fazer *pressão*. Esta *maldade*, no entanto, não significava que usavam o corpo ou as chuteiras para machucar ou lesionar o adversário, mas sim para se imporem a fim se fazerem respeitar (com ou sem a bola) pela firmeza, pela dureza, pela virilidade. Precisavam mostrar, quando necessário, alguma *maldade* para não continuarem sofrendo *chegadas* ou para intimidarem um adversário. Não se tratava, portanto, de afirmar alardeando que todo bom jogador *varzeano* era agressivo ou violento, mas de entender que a agressividade entrava no cálculo da imposição individual e coletiva nas disputas. Nos jogos mais *pegados*, portanto, a disposição e a exposição corporal ganhavam um sentido tático – enquanto ações orquestradas para atacar ou defender – na medida em que a produção da solidariedade era perpassada flagrantemente pela necessidade de impor-se, de doar-se corporalmente. Raramente observei a preocupação dos jogadores e treinadores em organizar suas ações táticas a partir de noções de *zonas*, de *coberturas* ou de *compactação*, mas pululavam (na “gritaria”) as orientações, ou melhor, as incitações para que jogassem mais *pegado* ou jogassem *pegando*. O excerto de diário abaixo representa de maneira bastante precisa esse sentido tático da *maldade*.

Já a partir da metade do primeiro tempo, quando a equipe estava perdendo por 3 a 0, os seus jogadores passaram a exigir mais *pegada* em relação aos adversários, com chamadas ou exigências do tipo:

- “Tá louco meu, dá uma *chegadinha* nos caras, dá uma *chegadinha*” [jogador em campo];
- “Tô falando desde o começo para *morder* os caras” [jogador em campo];
- “Um deles tem que tomar *um risco* [de chuteira], o 10 [ex-profissional], se tomar *um risco*, não joga mais” [jogador na reserva];

²¹¹ Observei vários jogadores ex-profissionais jogando nesses campeonatos de verão e notei que, realmente, se não soubessem *dar uma chegadinha* ou não se dispusessem a *colocar o pé*, não teriam melhores condições de *fazer a diferença* nos seus times.

- “Vamos lá gente, vamos *chegar*, tem que dar uma *chegadinha* neles, eles tão dando e vocês estão *aceitando*” [treinador, no segundo tempo]. (DC, 28/01/2010)
-

Com frequência notava (e já não estranhava) as exigências coletivas em contraponto à precaução indicada no código de regras, como também as repressões àqueles que demonstravam medo, que não estavam dispostos *a colocar o pé*. O resultado disso, vez ou outra, quando os adversários comunicavam que *não iriam aceitar*, era um jogo emocionalmente tenso, repleto de performances intimidatórias (gesticulações e tentativas de se aproximar apesar da repressão dos colegas, insinuando a iminência de uma briga), quando *o falar gritando* assumia um lugar central na forma de se comunicar. No final de um destes jogos, cujos últimos minutos foram caracterizado por esta tensão, caminhando ao lado do treinador de um dos times (aquele que venceu a partida), o escutei dizer para um dos jogadores que “o jogo foi *pegado*, **é assim que tem que ser**”, referindo-se à doação, a imposição corporal sobre os adversários considerados mais habilidosos (DC, 15/02/2011).

Se até então, eu tratava deste cenário como uma expressão da masculinidade, um *jogo pegado* simultâneo ao *jogo na bola*, já não podia desconsiderar que as desprecauções (*chegadas, mordidas, beliscadas, entradas*, etc.) e o próprio som das partidas – destas mais emocionantes –, diziam muito sobre a solidariedade prática, tanto no sentido de *manter a pegada* (como dureza, firmeza) como no uso de alguma *maldade* para intimidar ou não *aceitar* a intimidação, isto é, para *fazer pressão* e para evitá-la. Observando os jogos na beira dos campos, ao lado de treinadores, dirigentes, massagistas e jogadores reservas, me foi possível fazer um levantamento mais preciso dessas práticas, as quais, sem dúvida, eram as que mais contribuía para que as pessoas no entorno estivessem absorvidas.

Como/onde se fazia pressão?

A *pressão* dentro de campo se referia, muito claramente, a um enfrentamento ao mole, ao frouxo, ao fraco e ao temeroso, seja por parte dos defensores ou dos atacantes. Mesmo numa partida disputada *na bola*, tratava-se de um esforço coletivo, normalmente produzido aos gritos e gesticulações, cujo resultado reverberava na prática de *diminuir* espaços e tempos dos adversários nas suas ações de ataque e defesa. Pressionar o adversário dentro do campo revelava-se uma estratégia de imposição corporal, mais ou menos orquestrada, e intensamente demandada através de frases proferidas aos gritos, tais como: “Não deixa pensar, *diminui*” (DC, 22/01/2010); e “Vamos lá, porra, que que é, vai marcar aí

ou não?” (DC, 21/02/2010). Em algumas partidas, especialmente naquelas em que meus interlocutores diziam que estava *pegada*, os jogadores eram obrigados a jogar com poucos espaços-tempos, sendo difícil observá-los dominar a bola sozinhos, com tranquilidade para olhar, pensar e decidir, sem ninguém *encostar*.

A maneira de *encostar* ou de *diminuir*, mesmo se tratando de disputas *na bola*, não era caracterizada pela delicadeza, mas pela dureza, pela firmeza, como denotava exemplarmente a orientação de um treinador para o goleiro de sua equipe: “se vier, você rasga a bola, rasga jogador, rasga tudo” (DC, 14/01/2010). Contudo, não raramente, nesses *jogos pegados*, havia situações em que além da virilidade, a produção da *pressão* sobre o adversário não se direcionava apenas ao espaço-tempo, mas diretamente ao corpo, isto é, incluía *maldade*, esta objetivada no uso – “ilegal” do ponto de vista das regras – das mãos e dos pés para comunicar que ao permanecer com a bola ou ao ocupar determinados espaços os jogadores estariam sujeitos às *chegadas*, *mordidas* ou *beliscadas*. Esta situação não era incomum principalmente no enfrentamento de jogadores-times considerados habilidosos. Abaixo, apresento três destas situações registradas em diários:

A proteção da bola e dos espaços ou a busca pela conquista destes envolve constantemente o uso das mãos. Puxa-se, empurra-se, coloca-se a mão no peito, no rosto; bate-se. Simultaneamente à disputa “por baixo” comumente acontecem “disputas por cima”, sobretudo com o uso dos braços e mãos. [...] Ficar muito tempo com a bola é “pedir para levar uma falta e, não raro, sofrer uma agressão”. Um jogador, por exemplo, prendeu a bola na lateral (não a tocava para um dos colegas), foi abordado por um adversário que o cercava e foi atingido por outro que *chegou rasgando*, atingindo o jogador por baixo, nas pernas, e por cima, no rosto. (DC, 13/01/2010)

No segundo tempo o jogo ficou *mais pegado* [linguagem utilizada pelas pessoas presentes]. O Beto (dirigente-jogador), nas suas *entradas*, já visava a bola e o corpo “juntos”. Antes até notava que ele ia na bola e “*deixava o pé ou o braço*”, mas no segundo tempo o que observava é que o “pé e o braço eram *colocados*” deliberadamente para atingir. Era diferente: *deixar o pé* denotava que não agia com precaução, enquanto que *colocar o pé* indicava que a intenção era, justamente, a de atingir o oponente. (DC, 18/01/2011)

Num lance, no segundo tempo do jogo, o Renato (descrito como bom jogador, atacante do Rancho Alegre que, segundo o Luis Lima [dirigente da liga], “já jogou profissional”) levou o que os torcedores desta equipe denominaram de *pegou sem bola*, isto é, o zagueiro do adversário lhe atingiu num lance em que não se disputava a bola e nem os espaços, “na maldade mesmo” [manifestação de um torcedor, que estava ao meu lado], o objetivo era somente *pegar*. (DC, 26/01/2011)

As três descrições acima apontam para situações diferentes, com o objetivo de dizer que *a maldade* pode ser colocada como consequência da disputa (quando se *entra* para atingir a bola ou ocupar o espaço e não se evita outros contatos corporais que podem atingir e até

mesmo ferir o adversário, isto é, a intenção, pelo menos, relaciona-se a não agir com precaução) ou como objetivo da disputa (quando se *chega* para atingir claramente o corpo do adversário, o que ocorre, por vezes, fora da disputa da bola ou dos espaços). Porém, ainda que conhecendo pouco os jogadores envolvidos, em vista do meu modo de imersão nestes dois campeonatos, eu já começava a notar que, para agir com alguma *maldade*, era necessário pesar contra quem se fazia isso. Por exemplo, ninguém *dava* uma *entrada*, uma *beliscada* dessas mais *maldosas* no Pó, dono-jogador de dois times, conhecido e reconhecido como importante traficante da cidade, um daqueles que “manda matar”. Não significa que o Pó não recebesse uma marcação forte, com dureza, com o objetivo de diminuir seus espaços-tempos, mas que “ninguém dá uma *escostadinha* nele” (DC, 20/03/2011), como me explicou o Jairinho, jogador que enfrentou duas vezes no campeonato de veteranos, se referindo ao receio do que poderia ocorrer fora do espaço-tempo do jogo.

O Jairinho, aliás, era um dos membros de times que eu mais conhecia no campeonato de veteranos, pois lhe acompanhava também nos times da vila Paraná. Tratava-se de um jogador considerado habilidoso. Jogava *na bola*, poderia dizer. Embora mostrasse disposição e exposição nas disputas, não era um daqueles que agia comumente com *maldade*, mas sabia fazê-lo quando era necessário. Demonstrava habilmente a condição de fugir das *pegadas* dos adversários que, vez ou outra, tentavam tolher sua desenvoltura com a bola, seja se livrando dela ou *deixando o pé*, para que o oponente que tentava lhe atingir *conhecesse suas travas* [da chuteira]. Foi observando o Jairinho em campo que percebi o quanto os jogadores notam, antecipam e reagem às *entradas* dos adversários. Em face disso, compreendi que *ter maldade* não significava somente uma disposição para a agressão, mas também uma disposição para identificar a *chegada* e saber lidar com ela a seu favor ou mesmo a favor da equipe.

Essa dimensão tática era facilmente notada. “Segura para apanhar, segura que ele vai bater” gritou um treinador para que o jogador permanecesse com a posse da bola no meio do campo a fim de *chamar a falta* e *ganhar tempo* (DC, 26/01/2010). A faixa central do campo (de uma linha lateral até a outra) era, sem dúvida, o lugar onde *o jogo de intimidações* e de imposição corporal acontecia com mais evidência e recorrência. Nesta região, os jogadores eram intensamente incentivados a chegar *mordendo*, *beliscando*, a *diminuir*, pois nela as ações de ataque e defesa começavam a ser construídas e os ataques ao corpo dos oponentes ainda que interpretados como infrações, significavam benefícios táticos com menores riscos de advertências ou expulsões. Ao contrário, próximo às metas, sobretudo em que pese as ações da defesa, os jogadores eram mais incentivados a jogar *na bola*, a *cercar*, a não fazer falta, porque, caso fossem marcadas, representariam maior perigo de gol e também de cartões

(advertência ou expulsão). Além disso, quando *apitavam paulistinha*, os árbitros preferiam ficar mais próximo às metas, cuidando da *linha de impedimento*, deixando para *apitar de longe* as infrações, quando isso era possível, pois, na medida em que os jogadores começavam a diminuir e a usar da *maldade*, os árbitros começavam também a deixar passar as infrações no meio do campo. Nestas condições, ali, *não apitavam qualquer faltinha*, muitas vezes, sendo culpado pela *chegada* não o jogador que a produziu, mas aquele que a levou, pois deveria saber que no meio campo não é o lugar de segurar a bola ou enfeitar.

Um exemplo disso foi a reação do treinador do Entre Rios ao ver que um de seus jogadores “prende demais a bola” no meio do campo e sofreu uma falta dura. O árbitro *deixou passar* e a bola ficou com o time adversário. Ao invés de reclamar do árbitro ou do jogador que fez a falta, o treinador, aos gritos, reprovava o comportamento (ingênuo e desrespeitoso) do “seu jogador” que não passava a bola para os colegas (DC, 03/03/2011). Quer dizer, o jogador deveria saber que, especialmente nos *jogos pegados* como este (um jogo de *mata-mata*), o meio do campo tem lógicas diferentes do que as regiões mais próximas das metas e ao desrespeitar isso sofreu uma *entrada* da qual não podia sequer reclamar. No que se refere ao uso das mãos e dos pés para atingir o adversário, sem temeridade e, não raro, com a intenção da violência, a “interpretação do código de regras”, especialmente nessa região, era retraduzida pela pelas lógicas do *jogo de intimidações*, se este estivesse na pauta das disputas. Por isso, em várias ocasiões, nos *jogos pegados*, observava que, para permanecer com a posse da bola no meio de campo, era preciso saber se defender e comunicar que *não iria aceitar*, pois o árbitro *deixava* para que os oponentes resolvessem *entre eles*, apitando mais em relação às desproporcionalidades das *entradas* do que em relação às regras.

Como/por que dizer que não iria aceitar a pressão?

Os jogadores, quando necessário, a fim de lidar com a *pressão* produzida pelos adversários e conseguirem jogar (com ou sem a bola), não podiam *fazer corpo mole* e, em alguns casos, eram impelidos a mostrar que tinham alguma *maldade*. Isto podia ocorrer ainda no decorrer das disputas e das *entradas* dos oponentes, com empurrões, tapas ou pontapés, enquanto se protegia a bola ou os espaços. Alguns se destacavam e eram reconhecidos pela capacidade de manter a posse da bola, usando as mãos e os braços para evitar e revidar os ataques dos que tentavam, a todo custo, roubá-la, sem que os árbitros apitassem a infração. Ao notarem que o árbitro estava *deixando passar*, eu percebia um aumento das reclamações e da incitação, muitas vezes coletiva, envolvendo os que estavam fora do campo, para que os

jogadores resolvessem *entre eles*, isto é, revidassem nos lances seguintes. Numa dessas situações, o goleiro de um time reclamava da falta de *maldade* do “seu zagueiro”, dizendo “[...] tem que *quebrar* também, meu. [Você] Tá subindo assim [mostrando que não estava usando os braços]. O cara [adversário] tá abrindo os braços” (DC, 13/01/2010).

Se o árbitro estava *deixando correr* o jogo apesar das “faltas” e os jogadores avaliavam que estas não resultaram de um acontecimento do jogo *na bola*, mas como uma *chegada* mais dura e temerosa – intimidatória –, eles mesmos procuravam, na sequência, *devolver*, mas o faziam também numa situação de disputa de bola ou de espaços a fim de informar ao árbitro que era coisa do jogo, *entre eles*, o que diminuía consideravelmente os riscos de apontamento da infração, das advertências ou das expulsões. Porém, em algumas ocasiões, esses riscos eram completamente desconsiderado, tamanha a importância de dizer que *não aceitaria* as *pegadas* dos oponentes, como ocorreu com o Henry, que foi expulso da partida por uma “conduta violenta” e claramente deliberada sobre um oponente que estava com a posse da bola. Ao sair do campo, demonstrando sua indignação com o árbitro, argumentou “*tô levando pau* [pontapés, tapas, cotoveladas] o jogo todo” (DC, 04/02/2010). Quando as *entradas* explicitavam, com absoluta clareza (e autonomia), que não tinham vínculo com as disputas do jogo *na bola*, facilitavam o trabalho dos árbitros em decidirem sobre a expulsão. Isso, no entanto, não significa que a expulsão fosse uma derrota para aquele que foi excluído, afinal lhe cabia defender-se para ser respeitado em campo noutras oportunidades. Este foi o caso da briga entre dois jogadores, conforme consta no excerto de diário abaixo:

Nos primeiros minutos do jogo numa disputa de bola, o Jader, zagueiro do Sertãozinho, foi atingido na cabeça pelo Toninho, atacante do Três Barras. Jader revidou imediatamente com tapas e o Toninho não deixou por menos. Ambos foram expulsos e, ao saírem, Jader ainda acertou um soco no adversário, gerando uma briga de maiores proporções, com agressões de outros jogadores do Três sobre o Jader, que levou alguns empurrões e socos. Depois da “confusão”, não demorou muito para um dos jogadores dizer “vamos jogar”. Cerca de dois minutos depois da briga, a partida reiniciou [...]. No intervalo, eu estava próximo dos árbitros, quando um deles comentou sobre o ocorrido, dizendo: “o cara [Jader] bateu no outro que estava de cabeça baixa. O Toninho **não tem maldade**, estava de cabeça baixa”. O outro árbitro ressaltava o fato do Jader ter apanhado depois, salientado que “**tinha que apanhar mesmo**”, afirmação que também foi feita por colega de time, dizendo “ele é muito infantil, **tem que apanhar mesmo, só assim vai mudar**” (DC, 27/01/2010).

O Pereira, treinador do Sertãozinho, ao conversar sobre a briga de “seu” jogador, ontem, denotava que as reações dos jogadores foram adequadas, justificando que “**eu prefiro ser expulso, ser eliminado do que ser bonequinha**”. O Alencar, presidente da liga, não discordava disso e tratava de dizer sobre a punição que seria aplicada aos dois. Não se questionavam as punições, nem o comportamento dos jogadores. (DC, 28/01/2010)

Tal fato, embora tenha explicitado claramente que os ataques corporais não eram dedicados à disputa da bola, foi bastante significativo para que eu pudesse compreender como o respeito dentro de campo podia perpassar pelo *apanhar* e pelo *bater*. Fugir dessa lógica seria garantir a permanência no restante da partida e do campeonato, porém o custo parecia ser alto, já que significava colocar-se no lugar de uma “bonequinha”. No entanto, estas situações como a do Henry, como a do Jader e do Toninho, representavam um limite mais extremo. O mais comum era observar, depois de uma *chegada*, uma performance daquele que foi atingido, procurando *tirar satisfação*, como diziam. Aos gritos e gestos produzidos, às vezes, há centímetros do oponente, possíveis de serem escutados e vistos há uma longa distância, alardeavam, em tom de ameaça, que *não iria ficar assim*. Frequentemente, essa performance era encorpada por outros jogadores que ao notarem a *maldade* com o colega, solidariamente corriam em direção a ele, uns para segurá-lo, outros para colaborar na *pressão* contra aquele que deu a *pegada*, este, logo protegido pelos companheiros de time, já que não era de bom tom fugir e demonstrar medo. Nestas configurações, muito comuns, a “gritaria” em torno dos dois jogadores envolvidos revelava a imperiosidade de se dizer que não *iria aceitar* e que isso era anterior à decisão do árbitro, ou seja, pouco importava se o árbitro apitaria ou não a “falta”, se mostraria ou não cartão amarelo ou vermelho. Em casos como estes, nas 42 partidas dos campeonatos de verão, poucas vezes observei os árbitros procurarem sanar as hostilidades, colocando-se no meio dos oponentes para evitar que brigassem. Eles sabiam o quanto aquela performance era necessária (*fazia parte*). Por isso, o mais comum era aguardarem a dissolução, deixando decidir *entre eles* para, depois, comunicarem suas decisões.

Aqueles times ou jogadores que, nos jogos mais *pegados*, demoravam a compreender que deveriam decidir *entre eles*, e ficavam, a todo instante, reclamando com os árbitros que *deixavam passar*, pressionando-os também aos gritos, logo tinham este comportamento descrito como *choro* ou *choradeira* (de mulher), ou seja, de quem não sabia se defender sozinho e precisava da mediação dos árbitros. Abaixo, ilustro duas reações a estas *choradeiras*, ambas denotando o a importância de se defender.

“Olha aqui minha perna, ele não apitou aquela falta ontem” reclamou um jogador, mostrando o ferimento na perna para um dirigente da liga que, imediatamente, respondeu “por que tu não deu nele [no adversário] também!?” (DC, 14/01/2010)

O jogador do Três Barras *deixou o braço* na disputa, para atingir o adversário e este reclamou imediatamente com o árbitro que *deixou passar*. Diante disso, um jogador reserva do Três Barras

gritou para o reclamante: “Que que é meu, sobe e solta o braço também meu! Vai ficar reclamando igual menininha!” (DC, 05/03/2010)

Tal exigência – não estranha – para se defender sozinho, sem a mediação dos árbitros, no mínimo, colocava em questão a noção do auto-controle como a única maneira legítima de posicionar-se em relação às regras. A fim de lidar com a *pressão*, os jogadores eram instigados a *jogar pegando* a fim de poderem continuar *tocando na bola* ou ocupando determinados espaços e, igualmente, para não serem taxados como *meninhas* ou *bonequinhos*.

Como os árbitros evitam, cessam ou participam da *pressão*?

O *deixar passar* dos árbitros chamou minha atenção desde o início da circulação pelos campos. Nestes campeonatos de verão nos campos da região central da cidade não foi diferente. Era-lhes importante agir dessa forma, mesmo diante do que eu passei a chamar de uma “institucionalização da segurança dos árbitros e das regras”, objetivada numa lista de aspectos que definiam a organização, entre eles: o fato de que não trabalhavam sozinhos em campo, apitando *paulistinha* (no caso da liga do parque Iguazu) e *em trios* (no caso da liga do parque Rondon); atuavam em campos que contavam com estrutura esportiva (alambrados, iluminação, vestiários); apitavam partidas ocorridas, a grande maioria delas, com os portões fechados – sem os “estranhos” dentro dos limites dos alambrados – e em regiões cujo acesso de agentes de segurança (soldados da Brigada Militar e funcionários municipais da segurança) era possível rapidamente; contavam com boa parte das condições descritas pelas regras adotadas como legítimas, tais como mesário, linhas demarcatórias visíveis, traves, redes e fiscais fora do campo; e seus relatórios na súmula representavam, eles mesmos, a certeza da punição homologada, sem pestanejar, pelas comissões disciplinares, cujas deliberações poderiam determinar a incorporação dos punidos na lista da SME.

Na linguagem nativa, se diria que os árbitros que trabalhavam nas competições destas duas “ligas organizadas” *tinham as costas quentes* para fazer cumprir as regras da modalidade sem maiores receios de serem ofendidos ou agredidos durante ou depois do trabalho. Este era um dos fatores, juntamente com o valor da taxa de arbitragem, que possibilitava aos dirigentes destas ligas contarem com aqueles considerados os melhores árbitros *de várzea* da cidade e região metropolitana. Porém, apesar desse cenário, para minha surpresa, logo no início da minha imersão na liga do parque Iguazu, em 2010, quando

questionei um dos seus dirigentes, que também era dono-treinador de um time, a respeito do que seria um “bom árbitro”, ele afirmou categoricamente: “**aqui o árbitro tem que saber levar o jogo, não adianta só saber das regras, ser federado**”²¹² (DC, 12/01/2010). No ano seguinte, enquanto observava um jogo de veteranos da liga do parque Rondon, eu conversava com o Menezes, um experiente árbitro *da várzea*, com mais de 50 anos, sobre o que seria necessário para ser bom *no apito*. Ouvi dele, naquele momento, que “**apitar qualquer um apita, mas segurar o jogo são poucos**” (DC, 15/02/2011).

Estas duas afirmações faziam todo sentido, pois correspondiam ao que eu estava observando no que se refere especificamente à tensão em torno da *regra 12* diante do destaque do *jogo pegado*. Em várias situações, diante das lógicas das *pressões* e *contra-pressões* que passavam pelo *jogo no corpo*, sobretudo quando isto estava contemplado no comportamento de muitos dos jogadores em campo, os árbitros tinham que saber *levar e segurar* o jogo. Não raramente, os usos “inadequados” do corpo (ações, gesticulações e/ou gritos), sem vantagem para o time adversário, que claramente deveriam ser sancionados com faltas e/ou cartões, deixavam de ser *apitados* ou coibidos, mesmo que o árbitro tivesse observado de perto e com muita clareza. Os mais comuns, nesse sentido, eram os usos das mãos e braços durante as disputas (empurrões, puxões, tapas, deixavam de ser consideradas infrações). Ou, se apitadas, as infrações poderiam ter suas punições reduzidas. Por exemplo, uma ação corporal considerada como jogo hostil, violento, com o uso excessivo da força que, conforme a “interpretação oficial”, determinaria a expulsão do jogador, passava a ser classificada como atitude temerária (jogar sem precaução, colocando o adversário em risco), determinado a advertência (cartão amarelo), ou, ainda, apenas uma imprudência, cobrando-se a falta (tiro livre direto).

Os árbitros não decidiam *deixar passar* ou *reduziam a classificação* da punição aleatoriamente. *Levavam* a partida e o faziam avaliando a incidência, a recorrência e a “gravidade relativa e equânime” das ações sobre os adversários num determinado momento do confronto. A explicação de um árbitro a um dirigente da liga de que “num *jogo pegado* assim não dá pra dar cartão no primeiro tempo” (DC, 21/01/2010) reflete muito bem essa avaliação. E, uma vez que *deixava passar* ou *reduzia punição*, estava refém do critério que, ainda que implicitamente, sustentou a decisão. Ou seja, passava a ser constantemente *pressionado* pelos membros dos times a agir da mesma forma, a *apitar igual* para os dois

²¹² Termo utilizado para se referir aos árbitros que tiveram sua formação em cursos chancelados pelas Federações de Futebol subsidiárias do sistema da *Fédération Internationale de Football Association* - *International Federation Association Board* (FIFA - IFBA) e fazem ou fizeram parte dos quadros de arbitragem desse sistema.

lados²¹³, com o mesmo critério para o desuso das regras. Daqueles que produziam avaliações mais coerentes e conseguiam deixar claro os critérios na objetivação das suas decisões, se podia dizer, com maior tranquilidade, que estavam *segurando o jogo*, ficando mais tempo à salvo das *pressões* dos jogadores.

Contudo, na maioria das vezes não era isso o que ocorria. Ao conferirem (em certa medida-tempo) uma autonomia relativa para que os jogadores determinassem, *entre eles*, os limites aceitáveis dos usos do corpo nas disputas do jogo, sancionando as discrepâncias ou os desequilíbrios disso, os árbitros ficavam sujeitos às incursões que frequentemente os *pressionavam* sobre estarem apitando, ou deixando de apitar, para um lado ou para o outro ou, sobre estarem *mexendo no jogo*. A *pressão*, na maioria das vezes, estava menos relacionada à “aplicação correta” das regras e mais ao fazer o árbitro utilizar o mesmo critério para ambos os lados ou, ainda, para *ganhar o árbitro*, isto é, influenciá-lo a apitar favoravelmente a um dos times. Esta lembrança do mesmo critério ou a influência eram oriundas não apenas dos jogadores em campo, mas também dos treinadores, dos reservas, dos dirigentes e do massagista, objetivadas de três modos (não exclusivos):

- **A *pressão das informações***: nas situações em que os árbitros estavam flagrantemente *levando o jogo*, lhes eram apresentadas informações dos mais diversos tipos, antes, durante ou depois de uma decisão, com a finalidade de influenciá-los. Entre os tipos de informações que mais observei estavam os gritos e contorcionismos corporais para destacar ou fazer crer sobre a gravidade da *entrada* do adversário, as mímicas representativas dos usos inadequados dos braços e mãos, e a apresentação de meias e camisas furadas ou rasgadas, insinuando o uso exagerado da força pelo oponente.
- **A *pressão da “gritaria”***: não menos comuns eram as ações dos jogadores correndo em direção aos árbitros, gritando, gesticulando a fim de lembrá-lo de um critério anteriormente utilizado ou de atentá-lo sobre a aplicação das regras. Parecia-me um esforço para fazê-los ficar inseguros quanto à própria decisão, ainda que estivessem observados os fatos com maior proximidade em relação aos reclamantes-gritadores. Nesse sentido, sempre chamou minha atenção aqueles jogadores que corriam mais de 50 metros para cercar o árbitro, questionando a decisão que ele tomou a alguns metros do fato. Logo compreendi que não se tratava de uma reclamação, mas da instalação e/ou manutenção da *pressão*.

²¹³ Nesse aspecto reside uma das mais significativas controvérsias em torno da arbitragem *paulistinha*, com constantes reclamações de que os critérios estavam sendo diferentes.

- **A pressão das incertezas:** outra maneira *ganhar o árbitro* era plantar a dúvida sobre a decisão tomada. Nesse sentido, o uso de frases prontas interrogativas podia ser observado com muita frequência. Alguns exemplos desse tipo de *pressão* são os seguintes: “E aí, vai deixar, Lambari [apelido do árbitro]?” (DC, 03/03/2011), “E aí professor!? Cartão só pra eles professor?! Não foi falta professor!? Não tá vendo?!” (DC, 16/03/2011). Dentro de campo, a introdução dessas interrogações era bastante diferente da forma como os torcedores se manifestavam a respeito do mesmo fato, estes em tom afirmativo: “tá apitando pra eles sem vergonha, ladrão!” (DC, 16/03/2011).

Nem sempre estas três fontes de “influências” (informações, intimidações e incertezas) apareciam de maneira separada, podendo ser facilmente observadas juntas. Na grande maioria das vezes – especialmente nos *jogos pegados* –, não eram compreendidas como uma afronta a autoridade dos árbitros ou uma desaprovação de sua decisão. Pressionar tornava-se uma ação do jogo, daí a explicação do coordenador da arbitragem da liga do parque Rondon, dizendo a um dirigente de time que “a reclamação é do jogo, faz parte” (DC, 16/03/2011). Este dirigente, por sua vez, estava reclamando da permissividade do árbitro em relação às constantes *pressões* dos jogadores em suas abordagens. Mas, logo se percebia que fazia parte do modo como se podia *levar o jogo*.

Em que pese essa *pressão* direcionada a “influenciar” as decisões da arbitragem, o que mais me impressionava era a maneira como muitas delas se manifestavam de forma coletiva e orquestrada. Sem que ninguém combinasse, sem nem mesmo um olhar entre os reclamantes, grupos de pessoas produziam simultaneamente reações muito parecidas, estando próximos ou distantes dos acontecimentos. Isso, sem dúvida, tinha um peso importante na consistência da reclamação. Porém, se “reclamar é do jogo”, saber lidar com isso também era. Os árbitros, por sua vez, demonstravam habilidades para escapar da *pressão*, como o fez o Lambari, considerado por muitos de meus interlocutores “um dos melhores árbitros da *várzea* de Porto Alegre”.

No final do primeiro tempo, dois jogadores, um de cada equipe, efetivamente se agrediram em campo. Depois de uma *chegada dura* do jogador do Primeiro de Maio, o jogador adversário, do Santo Antonio, reagiu com um tapa explícito e sofreu revides do mesmo tipo. Na seqüência ambos ficaram *se estranhando*, um gritando com o outro em postura de ameaça. O árbitro (Lambari), que estava próximo do lance, ficou observando calmamente a situação, deixando resolver *entre eles*. Depois que os jogados foram acalmados pelos colegas, apresentou “somente o cartão amarelo”, quando, de acordo com as regras, deveria ter expulsado ambos. No decorrer do intervalo da partida, conversei com o árbitro. Ele explicou-me que não expulsou para evitar *pressão*: “Se eu

tiro os caras só dá tumulto”. Tratava-se de uma clara postura de *levar o jogo até o final*. (DC, 09/02/2010)

Esta dimensão de “evitar (ou interromper) a *pressão*” – colocar-se a salvo das reclamações e questionamentos –, definitivamente, estava na pauta do trabalho dos árbitros, especialmente quando lhes era necessário saber *levar/segurar o jogo*. Quanto a isso, pude fazer o levantamento de uma lista de estratégias adotadas:

- **Apitar falando enquanto *deixa passar***: do mesmo modo que os membros das equipes, os árbitros traziam informações para fugir da *pressão* de uma reclamação. Em muitas ocasiões, as intervenções dos árbitros eram preventivas ao som dos apitos ou a apresentação dos cartões. Além de observarem as disputas, falavam-gritavam frases como “só na bola”, “não usa os braços” com o intuito de evitar maiores ataques corporais e, na sequência, as devoluções/revides. “Em campo pequeno e *jogo mais pegadinho* como esse, tem que ficar falando”, disse-me um dos árbitros (DC, 12/02/2010). De modo geral, eu pude notar que aquelas partidas consideradas *pegadas* realmente exigiam um protagonismo da fala dos árbitros.
- **Intimidações, ameaças e depreciações**: diante da *pressão* dos jogadores, os árbitros não poderiam demonstrar ficarem intimidados. Frente a isso, era comum observar respostas do mesmo tipo (aos gritos, alto, forte, em tom de ameaça), pois, conforme asseverou um dos árbitros, nestas condições, “tem que gritar com eles, tem que mostrar que aqui tem [volta, revide]” (DC, 25/02/2010). Além disso, com frequência, observei os árbitros escutarem as reclamações com a mão colocada no bolso da camisa ou no bolso do calção, onde ficavam os cartões de advertência ou de expulsão, comunicando que tinham limites. E, sobretudo nas ocasiões em que um time reclamava demais das entradas dos adversários, os árbitros tratavam de dizer que estavam “chorando”, se referindo ao fato de que não conseguiam ganhar *na bola e no corpo*, então canalizavam a pressão para quem apitava.
- **Explorar a “lei da vantagem”, manter a bola viva, em jogo**: principalmente na faixa central do campo, entre uma linha lateral e outra, os árbitros exploravam de maneira muito clara a lei da vantagem, não raro, mesmo se tratando de comportamentos considerados hostis. Enquanto a bola estivesse *rolando*, eles não ocupavam o foco de atenções dos membros dos times. Por isso, também, a franca necessidade de colocar a bola em jogo rapidamente.
- **Ocupar lugares críticos e, na dúvida, favorecer a defesa**: os árbitros sabiam rapidamente avaliar e localizar as fontes das *pressões*, passando a apitar mais próximos

destes espaços, deixando para observar outros menos significativos em relação a isso. No caso de dúvidas, optavam, na maioria das vezes, em “apitar para a defesa”, entendendo que a *pressão* por um gol inadequado seria muito mais incisiva do que um suposto erro. Não era sem sentido a felicidade facilmente verificada no comportamento dos árbitros quando as decisões de jogos *mata-mata* – normalmente os mais *pegados* – eram decididas na cobrança de pênaltis, já que os gols constantemente derivavam situações de *pressão* daqueles que tratavam de culpá-los pelas derrotas.

Esta é apenas uma pequena lista daquilo que, a meu ver, possibilitava aos árbitros *segurar o jogo*, evitando justamente as tentativas de interferências sobre suas avaliações. Sem dúvidas, para ser considerado um daqueles “bons” para *levar o jogo*, era preciso saber evitar ou interromper a *pressão* sobre si. Contudo, em alguns casos a maneira de interrompê-la significava justamente aceitá-la. Ainda no primeiro ano da pesquisa, eu estranhei a confissão do Tabajara, um dos “bons árbitros” da liga do parque Iguazu, quando ele franqueou-me, sem problema algum, que noutra liga com menos segurança e apoio da organização, “apitava para o time da casa que contava com a comunidade no entorno” (DC, 25/02/2010). Porém, na medida em que observava as práticas dele e de outros colegas seus, percebia que não era um problema aceitar, desde que apresentasse coerência dentro da lógica do *jogo de pressão*. Não foram poucas as vezes, por exemplo, que para cessar a *pressão* de um time, era necessário ceder a ela, entendendo que, assim, as coisas ficariam mais equilibradas dentro do campo. Se dizia, nestes casos, que o árbitro estava *equilibrando*.

Em síntese, quando o árbitro se via num *jogo pegado*, no qual as disputas perpassavam as intimidações corporais e isso ganhava certa autonomia, ele passava a ter a necessidade de proteger-se, no sentido de estar fora do foco de atenções dos membros dos times. Nesse sentido, *equilibrar* lhe era fundamental, trabalhando²¹⁴ com a *regra 12*, não simplesmente fazendo-a cumprir, como um intermediário da Comissão de Arbitragem da CBF, esta subsidiária do sistema FIFA. Compreender a dinâmica da *pressão* dos times e o quão *quentes estava suas costas*, tornava-se impreterível na tarefa de apitar ou de mostrar cartões a fim de *levar/segurar o jogo*. Muito raramente observei consensos sobre alguém que conseguiu *levar um jogo pegado* sem estar envolvido no jogo de *pressão* produzido pelos

²¹⁴ Poderia pensar, nesse sentido, o árbitro como um **mediador** no sentido da teoria ator-rede de Bruno Latour (2008), isto é, alguém que, ao contrário de um intermediário que apenas transporta os significados nas suas ações, trata de transformar, traduzir, distorcer e modificar os significados. “Por simples que possa parecer um mediador, pode mostrar-se complexo; pode levar a múltiplas direções que modificarão todas as descrições conflitantes atribuídas ao seu papel” (p. 63).

times. Mais comum, indubitavelmente, era o contrário. Em duas situações, aliás, todos (membros dos times e da equipe de organização) concordavam – sem que necessitassem de um momento de debates e combinações –, sobre árbitros que não conseguiram *segurar o jogo*, considerados *fracos*. Os motivos enunciados para que essa concordância coletiva se firmasse foram os seguintes:

O Genésio que *aceitou as ofensas*

Já na metade do segundo tempo da partida, o Genésio *apitou* um pênalti. Um jogador do time adversário que estava na defesa correu mais de 50 metros para *fazer pressão* (aos gritos), juntamente com outros 4 colegas. Nessa situação, mais do que reclamar, chamaram o árbitro de “filha da puta, sem vergonha”, ofensas estas que foram *deixadas*, pois se além do pênalti, expulsasse um jogador, colocaria em risco sua integridade física. Comunicou, assim, que não teve a coragem de expor-se. O fato é que, após *aceitar* estas ofensas, o árbitro perdeu autoridade. Sabendo que ele tinha *aceitado*, praticamente todas as suas decisões eram questionadas por membros das duas equipes, pouco importando se suas avaliações eram corretas ou não em relação às regras. A *pressão* era grande sobre o Genésio que encerrou a partida 5 minutos antes do tempo regulamentar para livrar-se da situação. (DC, 26/01/2010)

O Salviano que *deixou passar demais*

A partida que ocorria na minha frente era descrita como um *jogo pegado*. Não era estritamente o contato com a bola que estava na pauta dos jogadores. As *chegadas*, as *pegadas*, as *beliscadas* eram claras. O Salviano *deixava passar demais* e, por isso, parecia ter sido destituído da função de autoridade do jogo. Os jogadores decidiam *entre eles*. Qualquer decisão que tomava era objeto de questionamentos, pois os jogadores notavam que ele tinha sucumbido às *pressões*, então precisavam *ganhar no grito*. Isso ficou ainda mais crítico depois da situação em que o árbitro fora xingado, ofendido *na cara* e empurrado. Apesar das *costas quentes*, não expulsou aqueles que o fizeram, embora também tenha gritado e empurrado os jogadores para se proteger. Próximo do final do jogo, conversando com o *mesário*, chegamos à conclusão de que “o Salviano se perdeu no jogo, podia ter segurado se não *deixasse passar tanto*” (DC, 18/01/2011).

De modo geral, quando diziam que o árbitro era *fraco*, isto estava menos relacionado à falta de conhecimento das regras e mais a como se lidava com a *pressão* dos times dentro de campo. Não por acaso, os melhores eram considerados também os mais corajosos, que “*não arregavam pra ninguém*” como disse-me um jogador ao qualificar os dois melhores árbitros de *várzea* da cidade (DC, 29/03/2011). Não era o caso do Genésio e do Salviano que, em seus jogos, aceitaram a *pressão* justamente nas duas *ligas exemplares* da região centro da cidade, considerados locais onde os árbitros mais estavam protegidos e respaldados por uma série de aspectos, entre eles: o poder da caneta no relatório da súmula; a força simbólica do regulamento e das listas de punições da SME; a objetivação da separação entre os que eram do time e os torcedores; e a possibilidade de contar com agentes da segurança pública. *Encostar no árbitro* nestas ligas derivaria penalidades sumárias àqueles que o fizeram e, dependendo do envolvimento, aos times. Daí a afirmação – que também era uma performance aos gritos – de um treinador que se mostrava indignado, alegando que o árbitro estava

deixando passar algumas *pegadinhas* dos adversários, dizendo: “juiz desse apita só aqui, *com as costas quentes!*” (DC, 25/01/2011).

Sem poder *encostar*, a *pressão* revelava-se um componente do jogo emocionante. E isto ficava ainda mais claro nos minutos que se seguiam após o apito final das partidas. Ao saírem dos campos, apesar das reclamações e, em alguns casos, dos xingamentos e das ofensas, preponderavam, especialmente entre os veteranos, os cumprimentos (apertos de mãos e abraços). A frase “desculpa qualquer coisa” proferida aos árbitros pelos mesmos que, pouco antes, estavam pressionando, tornava-se recorrente. Foi exatamente desta maneira que agiu um jogador do Dois Vizinhos que, no decorrer da partida, pressionava o árbitro e, ao seu término, aproximou-se deste para dizer “desculpe qualquer coisa, sabia que tinha que expulsar [seu colega] para acalmar a partida [segurar o jogo]” (DC, 02/02/2010).

* * * * *

Nos primeiros meses da pesquisa (em 2009), ainda observando os jogos fora dos limites dos alambrados, deparei-me com o *jogo pegado*, que interpretei como um sistema de reciprocidade que colocava a masculinidade em evidência. Aprofundando um pouco mais a investigação, situando-me na beira dos campos, mas ainda sem me aproximar dos grupos, avancei nas análises no sentido de compreender a emoção que este jogo conferia às partidas, algo que eu já esperava encontrar. Comecei essa nova etapa da pesquisa no início de 2010, mas preocupado com a possibilidade de ser o *jogo pegado* uma categoria exótica que chamou a atenção de um novato que circulava pelos campos. Por isso, tentei ficar mais atento às façanhas corporais aplaudidas, elogiadas e que não passavam perto de serem qualificadas como indisciplina (lançamentos, cruzamentos, chutes, etc.), contudo, mesmo assim fui levado à voltar minhas anotações para a masculinidade. Pude perceber, então, o quanto a estética do *jogo pegado* era proeminente, predominando as urgências para que as façanhas corporais com a bola também fossem realizadas *sem floreios, enfeites* ou *gracinhas*. Portanto, não era apenas o modo de *chegar*, de *dar uma entrada* dura no oponente que deixava rastros, mas também o próprio modo manipular a bola.

Isto reforçava ainda mais a constatação de que o sistema de reciprocidade, na lógica de forças objetivas imanentes, orientava as maneiras de se dispor e se expor na partida, fazendo isso paralelamente ou, por vezes, com certa autonomia em relação às regras institucionais. Nessa direção é que cogitei o entendimento de que o *jogo pegado* ganha um sentido prático-tático nas disputas dentro dos campos, o que ocorre através da *pressão* – outra

categoria nativa fundamental na análise da emoção que estava nas minhas expectativas. A *pressão*, tal como a compreendi, se referia ao aumento e a dissipação solidária do *jogar pegando*, com a clara intenção de desestabilizar ou intimidar os oponentes, colocando-os na situação de terem que *jogar na bola* e, simultaneamente, mostrarem que sabiam se defender (*não aceitariam*). A constituição disso passava pelo estabelecimento de um fluxo mais ou menos orquestrado de anúncios, ameaças, gritos, gestos, *chegadas* (fortes, rípidos e incisivos), que compunham um clima de incitação coletiva bastante objetiva e tensa capaz de cooptar até mesmo os atores mais avessos às exposições corporais pouco temerosas. Tal fluxo conferia sentido a frase proferida por um treinador, ao explicar a *pressão* permanente num jogo: “ali dentro o emocional cresce, tu sabe!” (DC, 20/01/2010).

Aqueles jogadores que mostravam conseguir jogar sob a *pressão*, que não se apavoravam com as *pegadas* e que sabiam lidar com elas, conseguindo jogar e, simultaneamente, participar do fluxo de ações, também faziam a *diferença*, equivalendo-se aos *boleiros*. Não se trata de alardear que os *varzeanos* eram violentos, mas que aqueles que suportavam a *pressão* dispunham de disposições adequadas para produzi-la e para se protegerem sozinhos, especialmente nas situações de autonomia relativa do *jogo pegado* em que os árbitros eram impelidos a *deixar correr*, e que os limites dos usos do corpo eram, então, negociados *entre eles* – os jogadores. Em tais (re)configurações de poder, menos temerosas quanto aos riscos de lesões, não raro, os jogadores “necessitavam” dispor de alguma *maldade* correspondente a produção ou a evitação da *pressão*. Aquilo que poderia ser rapidamente classificado como um ato de indisciplina refletia um controle minucioso, não no sentido de evitação do corpo, pelo contrário, um saber-poder corporal de agressividade que tinha impacto sobre o governo dos corpos.

Imerso nestes jogos repletos de *pressão*, sem poder *apitar tudo* para *levar/segurar o jogo até o final*, o árbitro figurava entre ser um representante da instituição que dispõem do monopólio legítimo de poder – na lógica da parlamentarização –, e ser um mediador das situações em que a magnitude do uso do saber-poder da agressividade nos contatos corporais era definida *entre eles*, nos interstícios da moralidade cavalheiresca, mas segundo as “necessidades simbólicas” correspondentes ao volume do sistema de reciprocidade. Isto não quer dizer, de modo algum, que os árbitros desconheciam as regras, mas que eles trabalhavam com elas e o faziam de diferentes maneiras em distintos momentos e até mesmo regiões do campo. Eu poderia afirmar com certa tranquilidade que, nos *jogos pegados*, as faixas centrais dos campos eram zonas “mais livres”, fazendo uma aproximação com a noção proposta por Eduardo Archetti (1999), considerando-as como espaços mais liminares (fronteiriços) em

relação às propriedades estruturais do jogo pegado que desafiavam os valores oficiais, institucionais.

Exatamente nos deslizamentos fronteiros entre as regras institucionais e a imanência do *jogo pegado* é que as vertigens, as dúvidas, as ansiedades emergiam. A emoção (a tensão-excitação agradável diria Norbert Elias, ou os jogos absorventes referiria Clifford Geertz) não significava apenas o envolvimento na *pressão* (seja para intimidar ou para dizer que *não iria aceitar*), mas igualmente a permanência e os deslizamentos nesses espaços simbólicos liminares que nos campos fechados das *ligas exemplares* tinham uma dimensão, mas que nos “campos das vilas” suscitavam outras. É nesse rumo que procurarei aprofundar as análises.

5.3 GOVERNAR-SE: RECIPROCIDADE E CIRCULAÇÃO

Assim que comecei a seguir pessoas e(m) seus grupos-times, observando-os envolvidos em jogos, circulando em diferentes campos das vilas periféricas da cidade de Porto Alegre, participando em distintas competições e categorias, se confirmavam duas lógicas bastante referidas no circuito e que tensionavam os limites do uso do corpo apregoados *na regra 12*: 1) a de que o *jogo pegado* nas disputas em partidas nas vilas ganhava melhores contornos em termos de normalidade ou naturalidade; e 2) a de que a *cultura da pressão* que vinha “de fora” atuava objetivamente na *pressão* dentro dos campos. Isto, no entanto, não quer dizer que as pessoas das vilas eram mais violentas – como uma disposição incorporada única, válida e transferível para todos os espaços-tempos do circuito *varzeano* ou para outras esferas da vida –, pois, tal como notei, meus interlocutores mostravam grande capacidade de discriminação e de coerência, ou seja, mostravam compreender a diferença entre jogar nos campos do centro da cidade, nos jogos *do municipal*, jogar na vila (em casa e fora de casa) ou em *campos neutros*, disputar partidas amistosas ou de campeonatos *valendo*, enfrentar grupos-rivais ou desconhecidos.

Percebi isso de maneira bastante clara acompanhando uma sequência de partidas de um time da vila Paraná, o Guarani do Miranda, no campeonato da categoria livre de 2010, primeiro na fase da liga e, depois, na fase municipal. Seguiu os jogadores como uma espécie de auxiliar do treinador. Estive na beira do campo, junto com os jogadores reservas e,

conforme avançavam de fase²¹⁵, notava que o *jogar na bola* tornava-se cada vez mais demandado em relação ao *pegado*, o que não significava, de modo algum, um jogar frouxo, mole ou *sem doação*. O momento em que isso apareceu com bastante destaque foi no último jogo desta equipe no *municipal*. Diante da derrota para um *time de burguês*, os membros do Guarani começaram a discutir sobre a mudança de comportamento que deveriam ocorrer para o próximo ano. O teor da reflexão produzida, em geral, aos gritos, foi o seguinte:

No segundo tempo da partida, num campo da região central da cidade, com o resultado de 4 a 0 para o adversário (*time de burguês*, como diziam), os reservas do Guarani (todos eles já tinham participado da partida haviam sido substituídos), junto com o treinador, começaram a justificar o resultado “para além da falta de vontade”. Nesta ocasião, passam a diferenciar o “jogar na liga, na vila” e o “jogar o *municipal*, nos *campos neutros*”. “Jogar o campeonato da vila é o *municipal* é diferente”, afirmou um jogador. O treinador e eu concordávamos. A discussão seguiu e eu comecei a prestar atenção nos aspectos citados para marcar essa diferença:

Jogar o *municipal*: reclamavam da falta de organização do time, de chegar antes, conversar, se preparar especificamente para a partida. Também diziam que aqui não dava para ficar gritando, *pressionando* o árbitro e os adversários, “tinham que ganhar *na bola*”, pois o árbitro não iria ficar *aceitando* e nem *deixando passar*, como também os adversários eram *boleiros*.

Jogar na vila: um dos jogadores que fora substituído, argumentava que o seu time (o Guarani) “só servia para jogar na vila”, explicando que “lá tu joga, empurra, grita, leva umas porradas, dá umas, aqui não é isso, tem que jogar bola”. (DC, 10/10/2010)

Esta discussão se estendeu durante o segundo tempo até o encontro pós-jogo, no entorno da caixa de cerveja patrocinada pelo dono-treinador do time. Mesmo reconhecendo que lhes faltava *jogar na bola*, ao descreverem o motivo da derrota, não salientavam isto, mas a “falta de vontade, de disposição para *chegar junto*, para *brigar* [pela bola e pelos espaços]”. E, isso ficava ainda mais marcante em face da identidade imputada ao adversário – *time de burguês*. Não admitiam o que denominavam, em tom de indignação, de “*arrodião* desses *guris de apartamento*”. “Era melhor ter tomado *WxO* do que ter levado esse *arrodião* desses caras! Como é que vai ficar minha reputação lá na vila?” disse esbravejando um dos jogadores mais experientes, o mesmo que abordou o capitão do time adversário²¹⁶ e lhe perguntou (afirmando) ironicamente o seguinte: “Tu joga só em quadra de apartamento?! [risos]”. Este, por sua vez, para escapar do rótulo indesejado, respondeu: “Com 37 anos tenho que ouvir isso

²¹⁵ Iniciaram a fase classificatória da liga da vila Paraná, circulando pelos campos dos times do grupo (jogando *em casa e fora*) em partidas *levadas* por um árbitro *a pé*; disputaram as partidas de *mata-mata* da liga nos *campos neutros* da região central, em jogos apitados no sistema *paulistinha*; conquistaram o título da liga e a vaga para o *municipal*, disputando a fase classificatória também em *campos neutros*, com a presença de trios de arbitragem contratados pela Prefeitura. Acompanhei, de perto e de dentro, o Guarani em 8 destas partidas, 3 na fase classificatória da liga, 2 em jogos de *mata-mata* e 3 em jogos da fase classificatória do *municipal*.

²¹⁶ Poucos meses antes, eu soube que este jogador era empresário, administrador de uma grande empresa da cidade, o que destoava bastante do perfil do time que eu acompanhava, cujos membros eram, a maioria, trabalhadores na construção civil e em indústrias.

ainda! Jogo em todos os campos da cidade!” (DC, 10/10/2010). Minutos antes, este capitão do *time de burguês*, após levar uma *chegada*, como era de se esperar, revidou imediatamente tentando devolver com um chute e, não conseguindo, partiu em direção ao oponente gritando e gesticulando, comunicando que *não iria aceitar* aquilo. Quer dizer, não era porque estava sendo descrito como um *burguês* que não sabia se defender sozinho ou que ficaria *chorando* para o árbitro. Também conhecia esta etiqueta *varzeana* e fazia questão de mostrar isso, independentemente de ser qualificado como um *burguês*.

Vários membros do *time de vila* ao defenderem que, para ganhar, precisariam de “mais disposição para *chegar e brigar*”, ironizavam o *time de burguês* que, segundo eles, não teriam estariam dispostos a este tipo de exposição desprevenida. Isto quer dizer que o modo de *jogar no corpo* informava um lugar no espaço simbólico no circuito *varzeano*, que servia simultaneamente para reforçar uma noção de distinção de classe social, da qual o capitão do *time de burguês* buscava se distanciar, dizendo que não era diferente, pois jogava em todos os campos da cidade e que não iria aceitar a chegada *maldosa*. Trouxe essa descrição justamente para enfatizar essa dimensão simbólica da etiqueta do *jogo de pressão* confere identidade aos times e seus membros, mesmo para os jogadores denominados de *burgueses*.

Passei a notar isso na medida em que me aproximava dos grupos e das pessoas, circulando com elas pelos campos da cidade. Notava que a *pressão* relacionada aos jogos emocionantes deixava rastros que precisavam ser observados e compreendidos por aqueles que transitavam nos distintos espaços-tempos do circuito. Não era sem motivos, por exemplo, que um dos meus interlocutores, o Jairinho – aquele veterano que ganhava para jogar numa liga do centro e o fazia por amizade numa liga de vila – afirmou, numa de nossas conversas, que os campos das vilas “favorecem os jogadores mais truculentos, não os que tem muita habilidade” (DC, 05/02/2011), se referindo ao *jogo pegado* mais comum e ao menor agrupamento de *boleiros* nos times. Comparando os jogos das competições que observei nas *ligas exemplares* do centro e os das competições que se desenvolviam nas vilas, assim como o Jairinho, eu também não tenho dúvidas em afirmar que a lógica da *pressão* mediada pelo uso do corpo dentro dos campos (objetivada nas *chegadas*, gritos e/ou gesticulações, algumas raras vezes, em brigas) era menos estranha nas vilas, incomodava menos os espectadores, organizadores, árbitros e membros dos times. Porém, vale ressaltar, que isso não era o caso de generalizar, isto é, de afirmar sobre uma violência incorporada e exteriorizada gratuitamente. Dar ou levar uma *chegada*, fazer *pressão* tinha sentido, sendo preciso avaliar a situação para não ser acusado de violento ou, pior ainda, de desleal.

Um sistema de reciprocidade da *pressão* “nas” vilas

Ao não me focar apenas num campo e circular em/com vários deles nas vilas e no centro, pude notar o quanto a “etiqueta da *pressão*” correspondente aos *jogos pegados* estava, ela mesma, em circulação, conformando um sistema de reciprocidade que extrapolava os espaços-tempos das partidas, alimentando, por um lado, a coesão interna dos grupos e, por outro, a rivalidade entre jogadores, times e, em certos casos, entre comunidades. Embora as *chegadas*, as *pegadas* no corpo fossem úteis para intimidar ou dizer que *não iriam aceitar* e elas se encerrassem, acabavam por deixar rastros, pistas sobre como enfrentar os oponentes. E estes rastros não se limitavam a relação entre centro e periferia. Acompanhando 5 times (o Guarani, o Bandeirantes, o São Pedro, o Cerro Azul e o Esperança) percebia o quanto as intimidações numa partida *em casa* ou num *campo neutro* – com as *costas quentes* pela *comunidade*, pela organização ou pela Brigada Militar –, resultavam em *promessas* não menos intimidatórias, que se sustentavam sobre a circularidade implicada na *várzea*. Por isso, sobretudo nas competições das ligas e nas suas fases classificatórias, era fácil escutar frases como “[...] quero ver se vocês vão dar cotoveladas lá no [bairro] Alto Piquiri” (DC, 19/09/2010), “[...] tu vai jogar lá na vila Cascavel ainda! [...] fala para ele não provocar, depois não vai poder jogar lá” (DC, 02/11/2010)

Acompanhei algumas dessas histórias de *chegadas* numa partida que derivavam em *promessas* mais ou menos explícitas a serem cumpridas nas partidas *em casa*, contando com a *pressão* da comunidade. A mais marcante, nesse sentido, envolveu o jogador conhecido pelo apelido de Chinelo que, na época, tinha 17 anos de idade e era referido, nas vilas onde jogava, como um *guri diferenciado*, tanto porque *tinha bola*, mas também porque *não tirava o pé* nas disputas. Apesar de jovem, *não era de aceitar*. Por isso, era comum vê-lo envolvido nas discussões e “gritarias” do jogo, isto é, *na pressão*. No entanto, lhe pesava um “problema”, como acusou um jogador mais velho de seu time ao vê-lo sair mancando do campo: “o Chinelo tem que ter mais *maldade*” (DC, 05/06/2011). Esta falta de *maldade* custou caro ao jovem numa partida *fora de casa* e, diante disso, teve desdobramentos no jogo da volta, *em casa*, tal como apontam os dois excertos de diários abaixo.

Fora de casa, a chegada e a promessa

Jogando *fora de casa*, numa partida em que todos demonstravam disposição e exposição corporal (sem muita precaução aos riscos de lesões), numa ação de defesa o Chinelo correu em direção ao adversário que estava com a bola e *deu um carrinho* com a clara indicação de que era para *pegar tudo* (bola e jogador). O jogador que estava com a bola, antecipou a *chegada* do Chinelo e, assim,

tratou de *deixar as travas* para machucá-lo. Um senhor, ao meu lado, numa frase sintetizou bem a situação: “ele [o Chinelo] foi *na maldade* e o outro viu, deixou o pé *na maldade* também”. O choque entre os dois jogadores pode ser escutado numa distancia considerável e determinou a substituição do Chinelo que, ao mesmo tempo em que gritava de dor, reclamava com o árbitro e *prometia* o adversário: “lá [*em casa*, na vila Cambé] vou colocar uma [chuteira] de 6 travas, vou pegar ele, não tem nada não, vou pegar ele, vai ver”. (DC, 09/04/2011)

Em casa, a devolução solidária do time

Neste jogo *de volta*, fiz questão de acompanhar, para ver se o Chinelo iria cumprir sua *promessa* na sua vila, com as *costas quentes* pela *comunidade*. Cheguei no campo na companhia do presidente da liga e notamos que a *comunidade* realmente estava presente, entre eles, os *patrõesinhos* do tráfico local, o que aumentava os rumores da *pressão* “de fora”, “do tráfico”, já que alguns deles eram jogadores do time e contavam com seus *soldados* no entorno do campo. O Chinelo e outros jogadores do time não escondiam as intimidações do árbitro que *apitava a pé* sem poder coibir a *pressão* para poder *segurar* o jogo: os xingamentos, as provocações as *entradas* eram desveladas. As *chegadas* do Chinelo nas disputas eram, na maioria, com clara exposição ao risco de lesões ao adversário, sem precaução alguma, mas faziam parte daquele jogo. Numa delas, ouvi o seguinte comentário do presidente da liga: “é louco esse *guri*, falta um parafuso”. Os jogadores do time adversário sabiam “onde estavam jogando” e *aceitavam* as chegadas, não eram “loucos” de revidar explicitamente, para além da dureza nas disputas. Não podiam *estourar* com os adversários que estavam *com as costas quentes*. (DC, 29/05/2011)

Nas situações como esta, envolvendo o Chinelo, quando os revides não aconteciam dentro do jogo e a lógica da reciprocidade não se completava, gerava-se a necessidade de devolver noutros confrontos. No caso acima, a resposta não foi objetivada em face da substituição, mas o fato impeditivo mais comum que observei foi a necessidade de *aceitar*, diante da avaliação da falta de segurança ou do risco de expulsão, nas partidas *na casa* do adversário, com a *pressão* de fora, da *comunidade*, não raro, do tráfico, ou em *campos neutros*, com a presença da Brigada Militar, sem poder contar com a torcida, esta do lado de fora do alambrado e, ainda, com o árbitro podendo fazer cumprir as regras (expulsar) sem maiores receios. Alguns times, aliás, eram bastante reconhecidos na região da cidade em que estive circulando, pela *pressão* que produziam. Entre eles, o mais citado, sem dúvida, era o São Pedro, que mandava seus jogos no campo da vila Ibema. Aqueles que jogariam contra este time, neste campo, já antecipavam – era possível notar nas conversas durante a semana que antecedia o confronto – que o adversário iria intimidar ou, nos termos nativos, tentaria ganhar *no grito, na porrada e na pressão*, contando com a presença da *comunidade* que mora nas proximidades do campo. É claro que essa *pressão em casa* feita pelo São Pedro, especialmente, quando avaliadas como desproporcionais aos revides possíveis dos visitantes dentro da partida, originavam uma série de *promessas* a serem cumpridas no *jogo de volta* ou noutras oportunidades.

Contudo, a maioria das *promessas* que presenciei foi deixada de lado (o que não significa que foram esquecidas). Uma situação como essa me foi relatada por um jogador,

lembrando de uma *entrada* que deu no seu oponente, jogando-o numa valeta e, por isso, foi *prometido* para o jogo da volta, *fora de casa*. Quando foi para esta partida, estava receoso, mas ao chegar cumprimentou o seu adversário que lhe tranquilizou, dizendo que “era coisa do jogo, não esquentá” (DC, 17/05/2009). De maneira geral, a regra era que as diferenças – as desproporcionalidades, as discrepâncias das *entradas* – fossem resolvidas dentro do jogo e em campo. “O negócio é ali dentro” (DC, 22/08/2010), afirmou um jogador-interlocutor ao observarmos um *jogo pegado*. Ou seja, era a percepção do impedimento dos revides nas mesmas proporções que fazia com que o sistema de reciprocidade (incompleto) extrapolasse o tempo da partida, mobilizando continuidades noutros espaços-tempos, inclusive com a participação da comunidade.

Essa lógica – não a única – conferia sentido às rivalidades entre jogadores e vilas, mas, sobretudo, entre os grupos-times, marcando as memórias sobre os confrontos, talvez mais do que os próprios resultados das partidas. Nos vários confrontos que observei do Guarani (da vila Paraná) contra o Centenário (da vila de mesmo nome), como também do São Pedro contra o Esperança, ambos da vila Ibema, os jogos foram *pegados*. Esperava-se dos envolvidos essa atitude, não outra. Neste segundo caso, entre times da mesma vila, a situação era ainda mais explícita, porque além de não desejarem perder em face do resultado, também não iriam aceitar as *chegadinhas* diante da própria comunidade que *esquentava as costas* dos dois lados. Ninguém correria o risco de ser taxado de *menininha* na frente dos seus conhecidos. Especialmente nestes *clássicos* – como diziam –, mas também noutros *jogos pegados*, as incitações que pululavam de todas as partes e eram direcionadas à urgência de disposição e de virilidade, quase que suprimindo orientações de ordem tático-técnica – a *pressão* sobre e entre os jogadores os instigavam a *doarem-se* quase que incondicionalmente.

E, era preciso que a produção da vontade ocorresse coletivamente, pois, como franqueou-me um jogador, “só três *beliscando*, o resto olhando, aí não dá”. Quem afirmou isso foi o Bola, em tom de reclamação dos seus colegas de time, o Guarani, que, no final de semana anterior, tinha sido desclassificado do *municipal* pelo *time de burguês*. Nesta partida, ele provocou sua própria expulsão ao ver que os companheiros estavam “correndo sem vontade”. A respeito disso, explicou-me que “se vejo que o time está *brigando*, não me importo em perder de 10 a 0, fico com o time, mas se vejo que está *fazendo corpo mole*, arrumo um jeito de sair, nem que seja por expulsão” (DC, 17/10/2011). Quer dizer, mais uma vez, restava evidente que a vontade tratava-se de algo anterior ao resultado (ao *jogo na bola*). Mas não foi somente isso que a explicação do Bola suscitou. Ela correspondia, também, a importância que se dava para a reciprocidade intra-time (com os outros), isto é, o

envolvimento coletivo na produção da *pressão* entre-times (contra os outros), caso contrário a dimensão do resultado *na bola* ganharia destaque.

A crença de que os times se fortaleciam quando conseguiam mobilizar essa reciprocidade intra-time era notória e contava com a incisiva participação daqueles que estavam no entorno do campo, com destaque nos jogos decisivos e naqueles entre os rivais. Nesse sentido, ficava mais fácil compreender porque os reservas, assim que iniciava o confronto, rapidamente transformavam-se em treinadores na beira do campo. Eles não podiam participar do *jogo na bola*, mas atuavam efetiva e fervorosamente no fluxo de incitação da *pressão*, potencializando o som e a estética *pegada* da partida. Ao perceber isso já não tinha mais cabimento olhar para os suplentes em pé, na beira do campo (junto com os torcedores ou a comunidade), e escrever – como cheguei a fazer nos meus diários – que participavam de uma “gritaria ou de uma falação generalizada”. Não quer dizer, no entanto, que os gritos deixavam de lado o *acerto* da equipe no sentido das posições e funções táticas, mas que, não raro, nos *jogos pegados*, as incitações sobre a exposição corporal aos riscos se sobressaíam.

Como *mesário* nos jogos em campos abertos nas vilas, desavisadamente, cheguei a tentar fazer com que os treinadores, reservas e membros da comunidade não ficassem na beira do campo e dentro deste *fazendo pressão*. Ainda sem saber de como isso fazia parte das disputas, não foram poucas as vezes que fui xingado e intimidado a calar-me. Quanto a isso, as situações mais marcantes envolveram o treinador do São Pedro, o Fogaça, no campo da vila Ibema. *Em casa, com as costas quentes* pela presença da *comunidade*, o Fogaça, vez ou outra, entrava em campo para *pressionar* os adversários, os árbitros ou “seus” jogadores. Diante de meus pedidos para que ele se retirasse do campo, ele manifestava aos gritos sua autonomia em relação à minha (falta de) autoridade. Numa dessas ocasiões, encerrada a partida, fui procurado pelo treinador que se desculpou pelo comportamento, dizendo “tu sabe como é lá dentro” (DC, 23/05/2010). **Mas o que queria dizer o Fogaça quando se referia ao “lá dentro” se não era um jogador ou árbitro?** Como muitos outros na beira do campo, este treinador não podia encostar na bola, mas ele participava intensamente da *pressão*, daí o fato de considerar-se dentro do jogo. E quanto a isso, eu, como *mesário*, não tinha autoridade nenhuma.

Nessa dinâmica de produção coletiva da exposição corporal, os donos dos times não podiam deixar de observar até que ponto a partida se sustentaria *na bola*. Isto porque muitas delas, especialmente as mais decisivas e entre rivais dentro das vilas, eram consideradas

*pirigadas*²¹⁷, ou seja, corriam o perigo de se desenvolver uma autonomia completa do *jogo no corpo* sobre o *jogo na bola*. Numa situação como essa, o Seu Vieira, dono-treinador do Cambé, que disputava um amistoso no campo da vila Ibema, contra o Rio Branco, percebeu que as *chegadas* dos adversários estavam desproporcionais e que seus jogadores não iriam *aceitar* – o jogo estava *pirigado* –, decidindo tirar o time de campo. “Tu sabe quando a coisa tá feia, por isso tirei o time”, argumentou o dono-treinador (DC, 02/02/2011). Porém, o mais comum, tal como notei, era continuar a partida, substituindo aqueles que atuavam de maneira desproporcional nas *entradas* e intimidações. Foi por exemplo, o caso do Urso, jogador do Guarani, que num certo momento da partida começou a demonstrar que já não mais visava a bola/espaco nas disputas, procurando explicitamente atingir os oponentes (do Rio Branco). Estes, por sua vez, começaram a avisar o Miranda, treinador do Guarani, para que substituísse o Urso, o que rapidamente foi providenciado, pois em face dele, a partida estava ficando *pirigada*. Ao sair de campo, o jogador explicou que estava fazendo aquilo porque os seus colegas “estavam *aceitando*, não estavam *colocando o pé*” (DC, 30/05/2010). E, para se ter uma ideia de como essa *pressão* circula com os jogadores que a produzem, três meses depois, quando eu conversava com o Edilson, treinador-jogador do São Pedro, lembrávamos daquela situação, assistindo o Urso disputar outra partida na nossa frente. Apesar de ter perdido o confronto naquela oportunidade, a imagem que o Edilson descreveu do oponente era positiva, nos seguintes termos: “esse cara é *brigador*, esse cara é bom, é *brigador*” (DC, 05/09/2010).

O “valor” dos que *tem maldade* e o “problema” dos que *são maldosos*

Saber “ser” *brigador* era tão importante quanto *ter bola*, como ilustrava exemplarmente o Urso, sendo reconhecido por isso em distintos espaços-tempos do circuito *varzeano*. Outros, entre eles o Mineiro, que foi inscrito pelo Bandeirantes para reforçar o ataque da equipe *no municipal* de 2010, embora considerado *diferenciado*, não era “bem visto” entre os membros deste time, porque “não era *de chegar*”. Nos jogos decisivos, *pegados*, preferiam colocar o Grilo, porque ele “bate **se precisar**”. Esta explicação comparativa me foi apresentada numa conversa com um dirigente da equipe. Nesta conversa – que ocorreu depois de 8 finais de semana que eu acompanhava ininterruptamente as partidas da equipe – arrisquei uma escalação, dizendo que “o Mineiro teria que *sair jogando* no

²¹⁷ Este termo foi utilizado por um jogador **na forma de elogio**, quando assistíamos a um jogo de veteranos no campo do Correio do Povo, se referindo a disposição dos membros das equipes nas disputas duras, ríspidas (DC, 17/10/2010).

ataque” naquele confronto que valia a classificação para a próxima etapa. O dirigente discordou imediatamente, justamente porque “ele não bate” (DC, 23/10/2010), isto é, para aquela ocasião, era necessário dispor de um pouco de *maldade*. Isso, no entanto, não significava, de modo algum, que o Grilo, tratava-se de um jogador *maldoso*. Entre aqueles que acompanhei, aprendi a vê-lo como um atacante que se dispõem nas disputas, que *não foge*.

Justamente seguindo os veteranos do Bandeirantes que me foi possível compreender que “ter” *maldade* era diferente de “ser” *maldoso*. Num dos compromissos do time, ouvi o Adelar, também *contratado* para reforçar o Bandeirantes *no municipal*, falar negativamente de seu colega (o Casemiro), afirmando que “ele *é maldoso*, deixa de ir na bola para acertar o cara, **sempre faz isso**” (DC, 26/09/2010). Passei, então, a olhar com mais atenção o Casemiro e, de fato, boa parte de suas disputas não eram isentas de uma *pegadinha*. Porém, alguns finais de semana depois dessa afirmação, o mesmo Adelar, confessou-me que, ao ter que marcar um jogador *diferenciado*, logo tratava de intimidá-lo, argumentando de modo positivo que “na primeira *chegada* eu dou uma *pegada*, **vou direto nele**” (DC, 23/10/2010). Isso não era uma contradição. Uma coisa era dispor de *maldade* para intimidar um *boleiro*, fazer uma *pressão*, para se defender ou dizer que não iria *aceitar* – uma dimensão instrumental, na qual se trabalha com as agressões –, a outra era dispor dela de maneira indiscriminada, transportando a agressividade sem distinções. Aprendia, então, que o “problema” não era “ter” *maldade*, mas “ser” *maldoso*.

Aqueles que não dispusessem de um pouco de *maldade* quando “necessário” – e nos *jogos pegados* isso parecia ser importante – rapidamente eram desvalorizados como o Mineiro ou tratado, ainda que pontualmente, como ingênuo, como ocorreu com o Turco, dono-capitão-treinador do Bandeirantes. Ao disputar uma bola com um adversário, ele foi atingido com uma cotovelada, cujo resultado foram 3 costelas quebradas (DC, 07/08/2010). Dois dias depois desse fato, acompanhei uma conversa na qual o Capitão, goleiro do time, dizia que a culpa era do próprio Turco, acusando-o de falta de *maldade*, já que naquele lance tudo indicava que o adversário iria desferir a cotovelada. Nesse sentido, em certas condições, a responsabilidade por ter *apanhado* numa disputa do jogo recaía não sobre quem bateu, mas de quem sofreu a *entrada*. Este era um dos aspectos que me possibilitava notar que “ser veterano” não se limitava dimensão da idade, envolvendo um tipo de aprendizagem pela qual se deixa de *ser bobo* (ou *guri*); quando alguém aprende a *se cuidar*, a *se defender*, a *se proteger*, a *se fazer respeitar* em campo, diante das investidas e intimidações dos adversários nas disputas por espaços e pela bola.

Noutro caso semelhante, envolvendo veteranos que disputavam o campeonato de 50 anos – para minha surpresa –, eu assistia a uma partida na companhia de vários outros veteranos, próximo da *copa* do campo da vila Ibema, dividindo uma cerveja. Nos divertíamos com uma disputa em particular, entre o Seu Nonô, zagueiro do Tarumã, e do Luisinho, atacante *fininho*, *bom de bola* do Esperança. Todos ali eram *conhecidos*, tanto os que estavam em campo como os que estavam fora, na beira da *copa*. Antes do embate, ouvimos o Seu Nonô avisar que não iria “deixar o Luisinho *se criar*” e, durante a partida nos deliciávamos com as *chegadas* do zagueiro sobre o atacante que, por sua vez, *chorava* para o árbitro e, ao notar que este *estava deixando*, procurava performatizar que não iria *aceitar* mais as *entradas*. Ninguém ali tratava o Seu Nonô como *maldoso*, mas a *maldade* que ele objetivava – e que gozava de sentido dentro do jogo – era festejada pelo próprio zagueiro que não escondia sua satisfação ao ver que as intimidações estavam funcionando. A nossa diversão acentuava ainda mais as disputas *no corpo*, esta não sem maiores riscos de lesões (DC, 14/05/2011).

Quando as *entradas* duras, *no corpo*, ainda que intencionais, eram equivalentes e tinham sentido no cenário das disputas, possibilitando ao oponente antecipá-las (se tivesse *maldade* para isso), não eram descritas como desleais, fazendo parte de um *jogo pegado*, bom para se jogar e para se assistir – emocionante –, já que colocava em disputa não apenas a bola, mas a honra individual e coletiva, isto é, a capacidade de defender-se sem a mediação dos árbitros. O “problema” estaria instalado quando a agressividade ganhava autonomia em relação às disputas do jogo, por isso, a partir das observações e das conversas, passei a ver as *pegadas* como um “mal legítimo” que se incorpora ao passo que se aprende a jogar bola, o que ocorre simultaneamente à aprendizagem da avaliação sobre quando, como, onde e em que medida se pode fazê-lo. Numa entrevista, conversando a respeito desse tema com o Gomes, dirigente de liga e de um time, falando das diferentes equipes pelas quais passou como jogador desde sua infância, ele franqueou-me que “[...] não escondo, **eu aprendi as duas vias, o do bem** [jogar *na bola*, conforme as regras] e **o do mal** [atingir o corpo, brigar se necessário] [...]. **eu sei os dois, se tu pedir para eu fazer o lado do mal eu faço, se pedir o lado do bem eu faço**”.

Essa avaliação sobre o quanto uma *entrada* era “pedida”, isto é, era coerente ou adequada, era, ela mesma, objeto de disputas e negociações no decorrer dos embates em campo. Se uma partida era disputada *na bola*, como diziam, qualquer chegada mais ríspida poderia ser avaliada como inadequada. Mas, noutro cenário, essa avaliação poderia ser diferente. Um exemplo disso observei no amistoso de preparação para um campeonato do Guarani contra o Centenário, considerado um *clássico entre vilas*, tamanha a rivalidade

constituída entre os grupos de jogadores. Mesmo sendo um amistoso e um jogo entre veteranos (com mais de 35 anos) não faltaram discussões e tensões entre os membros das equipes, com o objetivo de definirem os limites adequados das *chegadas*. Numa delas um jogador acusava o adversário de *choradeira*, afirmando que “você jogam como se *valesse* [campeonato, classificação, título], quando levam uma *chegadinha* ficam reclamando, *chorando*”. Depois disso, é claro, as disputas no corpo passaram a ficar mais evidentes (DC, 19/03/2011).

O fato de ser um *amistoso pegado* era algo para ser pensado. No início da pesquisa, olhando para essas *chegadas* no corpo, conclui que a recorrência era maior na categoria livre, nas partidas decisivas (*mata-matas* e finais), entre times com rivalidades instituídas e onde a *pressão* de fora se manifestava dentro do campo. Ao contrário, os jogos *na bola* eram mais notáveis entre os veteranos, nas partidas em que os resultados não eram decisivos para a continuação na competição, nos confrontos entre jogadores/equipes menos conhecidas e nos *campos neutros*. Embora eu não tenha produzido um levantamento mais cuidadoso, isso se confirmou de várias maneiras, entre elas: nos recorrentes discursos de meus interlocutores de que “daqui 4 anos não vai mais ter o força livre, só dá problema [brigas], o veterano não tem isso”²¹⁸; do fato de várias ligas estarem deixando de realizar os seus campeonatos da categoria livre, mantendo apenas os campeonatos de veteranos²¹⁹; e a necessidade de levar os jogos decisivos ou entre rivais das vilas para *campos neutros* na região centro da cidade, para fazer com que as disputas se estivessem focadas na bola²²⁰, de acordo com as regras da modalidade.

Porém, apesar dessa avaliação de predominância e das evidências que a sustentavam objetivamente, várias vezes me deparei com jogos *amistosos pegados* e com partidas entre rivais ou decisivas que eram jogadas *na bola*, ainda que realizadas na vila, com a presença massiva da *comunidade* no entorno dos campos. Quer dizer, não era, por si, a fase da competição, a rivalidade ou o local da partida que determinavam (ou não) predominâncias do *jogo no corpo*, embora elas implicassem objetivamente em facilitações ou coerções. Antes, era preciso avaliar e saber até que ponto era “necessário” ou “adequado”, num jogo de reciprocidades, dar uma *chegadinha* nos oponentes e, mais que isso, até que ponto esses usos

²¹⁸ Afirmação feita pelo Vladimiro, presidente de uma liga de região periférica da cidade, se referindo às constantes brigas envolvendo jogadores da categoria livre.

²¹⁹ Dentre outros que me foram relatados, o caso mais recente e que acompanhei foi o da liga da praça Catanduvas, presidida pelo Mendes. Em 2011, depois de algumas brigas e da pressão feita sobre os dirigentes em face às punições aplicadas, decidiu-se encerrar a competição da categoria livre, mantendo-se a dos veteranos que “não dá confusão”.

²²⁰ Acompanhando a liga da vila Paraná, não foram poucas as vezes que as partidas consideradas mais *pirigadas* foram levadas para *campos neutros*, para que os envolvidos *só jogassem bola*.

corporais incidiriam na continuidade do embate. Tão importante como saber intimidar ou defender-se, era saber avaliar e compreender os limites disso para *segurar o jogo*.

De guri a nego véio, da pracinha à várzea

A maneira como se lidava com esse *jogo de corpo* nos confrontos era aprendida simultaneamente à assimilação das técnicas corporais de disputa e domínio da bola e dos espaços. Em face à minha inserção nas aulas práticas do Curso de Arbitragem Comunitária, pude observar 09 partidas entre meninos de diferentes regiões da cidade, nas categorias pré-mirim, mirim e infantil. Além disso, circulando pelas vilas com os times adultos, deparei-me com outras 03 disputas entre meninos, estas em partidas amistosas em campos de regiões periféricas. Ainda que se tratasse de experiências bastante pontuais, não pude deixar de notar – tamanha a relevância dentre os conteúdos a se aprender pelos *guris* diante dos olhares e demandas dos homens – a urgência do uso do corpo, com exposição, sem medo, para dominar a bola e os espaços, influenciar o adversário e os árbitros. Algumas dessas “instruções” bastante ilustrativas eu registrei em confrontos da categoria mirim (12-13 anos), quando estava trabalhando *na bandeira*:

No decorrer das partidas, observei alguns aspectos que indicam a socialização das crianças para um comportamento “adequado”, como o **treinador reclamando, aos berros**, com criança que, ao disputar a bola, virou de costas. “**Não pode virar a bunda para a bola**”. Um dos torcedores também orientava/exigia do pequeno atacante: “**tem que confiar em ti, não pode ter medo**”. Ali, aprendiam a jogar futebol, mas também aprendiam a *brigar* (no sentido da disputa), **a não fugir, a reclamar, a encarar e a ser performático**. Um dos exemplos disso foi a performance de reclamação de um dos meninos, recheada de gestos e gritos direcionados ao árbitro. (DC, 02/10/2010)

Nesse sentido do uso do corpo, não seria imprudente afirmar que os *guris* (re)produziam as mesmas performances dos homens adultos nas suas relações com colegas, adversários e árbitros. Mais do que isso, eram instigados pelos homens a aprender. Numa dessas situações, eu aguardava o início de uma partida no campo da vila Centenário e, enquanto isso, acompanhava um amistoso entre dois times de meninos com idade em torno de 12-13 anos (estimei). Assim que foi encerrado o confronto dos *guris* um deles saiu chorando do campo e sentou-se próximo de mim. Ao meu lado estava o Nestor (árbitro e jogador das categorias de veteranos nos times da vila) que tratou de aconselhar o menino, dizendo que “*tinha que enfrentar, não era para chorar*”. Logo se aproximou outro menino reclamando da

chegada de um dos adversários e *prometendo* revidar noutra oportunidade, aos gritos: “eu vou dar nele, tu vai ver”. Minutos depois, um rapaz que figurava como professor-treinador do time tratou de reclamar das *promessas* que seus aprendizes de jogadores emitiam, dizendo que “era para ter dado [revidado] na hora” e que não adiantava nada ficar falando depois do jogo, pois isto não era o certo (DC, 16/05/2010).

Essa dimensão da aprendizagem desse modo de jogar *pegado* desde criança ficou ainda mais saliente numa ocasião em que eu observava – e trabalhava como *mesário* – (n)uma partida entre dois times da vila Cambé, fazendo isso na companhia do Gentil, jogador-morador desta comunidade. Olhando para o campo, notava as *chegadas* frequentes de ambos os lados e o falar gritando como maneira legítima de se manifestar. Eu já não estranhava este comportamento, nem ousava tratá-lo como gritaria, mas comentei sobre ela com o Gentil e ele falou-me em tom de explicação que “é assim desde os 12 anos, quando começaram a jogar juntos, ninguém quer aceitar” (DC, 24/10/2010). Esse comentário condizia com aquilo que eu escutei do Bruno, de 11 anos, filho do Miranda, jogador veterano, que treinava no time da categoria meninos nascidos após 1997, da vila Paraná, disputando, inclusive o campeonato municipal da categoria, conhecido como *varzinha*. Participávamos de um almoço promovido pela liga quando perguntei ao Bruno se o filho do Gabiru treinava com ele no time de *gurizada* da vila. O menino confirmou, mas o que me surpreendeu foi o complemento da sua resposta: “sim, ele é **bom de pelada**, mas no jogo ele **vira a bunda** para a bola, **quando vale**, não joga tanto” (DC, 04/09/2010).

Esta afirmação denotava que, mesmo entre os meninos, a lógica de que o jogo *na bola* parecia estar subordinada à coragem de se expor nas disputas. Os mais jovens aprendiam *no corpo* e *na pressão* coletiva que era preciso ter coragem e *maldade* caso pretendessem conseguir continuar participando ativamente do jogo. Isto porque os mais experientes, ou os *nego véio* na expressão nativa, se necessário, procurariam intimidar os *guris* e estes, se não demonstrassem que *não iriam aceitar*, comunicariam sua incapacidade de aguentar a *pressão*. Nos 5 times que eu acompanhava faziam parte alguns desses jovens jogadores e, tal como eu notava, eles estavam mais suscetíveis às intimidações. O caso mais marcante nesse sentido ocorreu numa partida de *mata-mata* entre o São Pedro (time de *nego véio*, reconhecido pela *pressão* que produzia) e o Concórdia (time de *gurizada* da vila Paraná). Já próximo do final do embate, com o resultado de 5 a 1 em favor do São Pedro, eu conversava com o Edilson, então treinador desta equipe sobre o confronto que observávamos. Ao justificar o placar, não foi a qualidade com a bola que foi citada, mas a *pressão* sobre os jovens adversários: “É só *gurizadinha*, levam uma *chegada* e se intimidam, daí *não colocam o pé*. O 17 deles

[apontando para um adolescente franzino, pequeno] nem tocou na bola ainda” [risos], disse o Edilson (DC, 24/10/2010). Ainda, cabe destacar, que, em campo, estava o Edenilson, reconhecido *patrãozinho* local, que não *aceitava* nenhuma *pegadinha* e já *partia* para a briga, sendo temido pelas ameaças que fazia quanto ao uso de armas.

Essa “*gurizadinha* que *aceita*” precisava aprender a ter alguma *maldade*, caso contrário estariam próximos de serem qualificados como jogadores *de pelada* ou como *de pracinha*. Em 2011, numa sequência de partidas do Guarani que, naquele período havia concretizado uma *parceria* com o Rio Branco, observei que a equipe era composta por vários rapazes mais jovens. O Miranda, treinador do Guarani/Rio Branco, reclamava deles afirmando que eram “*guris de pracinha*”, pois ainda “não serviam para a *várzea*”. Nas primeiras vezes que o escutei dizer isso não entendia muito bem essa diferença, até que, observei esta equipe num de seus compromissos *fora de casa*, na vila Centenário. Assim como eu, o Miranda não sabia o nome de todos os jogadores (os que eram “do” Rio Branco). Um deles, que chamávamos de “cabeludinho”, era descrito constantemente como *de pracinha*. Logo entendi porque:

[...] no segundo tempo, depois de ter levado várias *chegadas*, *beliscadas* e até *um risco* dos adversários o Cabeludinho veio até a lateral do campo e disse que “não vou jogar mais, vou sair”. Os que estavam no banco (lateral do campo) disseram que ele não podia sair, pois todos os reservas já tinham entrado e não tinha ninguém para colocar. O reclamante mostrava, neste momento o seu joelho e o *risco* na canela, dizendo: “Vou sair, olha aqui, deram no meu joelho, olha aqui minha perna”. Vendo que não tinha outra possibilidade, apesar da reclamação, voltou a jogar. A respeito do Cabeludinho, o Chileno (um veterano com mais de 40 anos), depois do jogo também reclamava, dizendo que “num *jogo pegado* como este, querem pegar a bola e sair *costurando!*”. Quer dizer, ele “*pedia*” para levar umas *chegadinhas*, mas o *guri de pracinha* parecia não ter percebido isso ainda. (DC, 01/05/2011)

Dois dias depois desta partida, na reunião da liga, o comportamento dos *guris de pracinha* ainda ressoava nos comentários do treinador que, ao explicar a derrota, falava que os *guris* de seu time “não eram de *chegar*, se *acadelaram* com a *pressão* do Centenário”, este referido como time de *nego véio na várzea* (DC, 03/05/2011). Portanto, os *guris de pracinha*, assim como compreendi, eram aqueles que, embora sejam incluídos no time pela habilidade técnico-tática, ainda não dominavam o jogo de *pressão* que era mediado pelo corpo. Nisso, ganhava sentido as constantes reclamações que ouvi sobre a inexistência do *segundo quadro*, motivadas pela percepção da diminuição da quantidade de times da categoria livre. Tal como me explicou o Miranda, isso fez com que ocorresse a transição direta do *guri* para o time *principal*, causando um “problema”, porque ele ainda não está preparado para pegar os *nego*

véio. O *segundo quadro*, nessa lógica, seria um espaço de preparação, onde o jogador aprenderia a não só correr, a não ser bobo, a se defender, a fazer pressão, etc.

Contudo, se a falta de reação frente a *pressão* dos adversários era um “problema”, os excessos no sentido contrário era igualmente considerado. Não raramente os *guris* da categoria livre eram acusados de “só arrumarem confusão”, de “irem para o campo só para brigar”. Não se tratava de uma acusação localizada, pois a ouvi e, em alguns casos a observei, em diversos espaços-tempos do circuito de futebol. Indicavam que os *guris* eram mais propensos às “confusões”, pois não aceitavam as provocações e queriam resolver nas brigas dentro e fora do campo. Ao contrário disso, sabia-se que os veteranos eram aqueles que não incomodavam, que “só vão para jogar bola, não criam confusão”, como explicou o Ruben, um veterano do Diamante da vila Machado, ao comparar seu time com o da categoria livre. Este mesmo veterano, nessa comparação, dizia que um dos jogadores *do livre*, o Lipe (com 31 anos) tinha mudado seu comportamento no campo, “está tomando jeito, pouco tempo atrás ele era galo, queria confusão, agora não, quer jogar bola” (DC, 19/02/2011). A relação direta entre os *guris* e as confusões foi algo que aprendi muito rapidamente, o que me possibilitou compreender que ser um *veterano* tinha a ver não apenas com a idade, mas com a forma como se evitava as confusões, isto é, que se aprendia a lidar com a *pressão*, a *segurar o jogo*. Isto, porém, não significava jogar mole, *aceitar*.

Eles se governam em campo para segurar o jogo

Os veteranos chamavam minha atenção pelo modo como constituíam, jogo-a-jogo, esses limites da *pressão*, sobre como conseguiam governar isso de modo que ela fizesse parte do embate, tornando-o emocionante, mas que não determinasse o seu encerramento, ou seja, que não ganhasse em autonomia em relação às disputas próprias do jogo. A partida que mais chamou minha atenção nesse sentido ocorreu numa final de campeonato de jogadores com mais de 35 anos de idade, realizado num campo aberto da vila Ibema, entre o Bandeirantes (time *da casa*) e o Horizonte (time da vila Cascavel, de outra região da cidade). Um dos jogos mais tensos (e emocionante) que observei no decorrer da pesquisa, com muitas *pegadas* e performances intimidatórias, contando com a *comunidade em peso* no entorno do campo. Os árbitros apitando no sistema *paulestinha* pouco podiam fazer além de *levar o jogo* até o final. Neste “cenário” é que ouço a seguinte afirmação de uma mulher que estava assistindo a partida próximo de mim: “**Todo mundo se governa aí! Cadê o juiz?!**” (DC, 02/11/2010). Nessas poucas palavras ela definiu muito do que eu presenciava na companhia de vários

outros homens na beira da *copa*. Os veteranos governavam os limites dos usos do corpo quase que sem a participação dos árbitros; um governo que passava pela avaliação que faziam sobre o uso adequado da *maldade* diante da necessidade de produção/evitação da *pressão*.

Nesta partida – muitos concordariam comigo de que ela estava *pirigada* –, apesar da *pressão*, nas situações em que se notava que o *jogo no corpo* poderia ganhar autonomia, evoluindo para as brigas, os próprios jogadores, com a colaboração dos árbitros, tratavam de reelaborar os limites em vista da continuidade do confronto, fazendo isso aos gritos, gesticulações, ameaças e xingamentos. A “gritaria”, nesses casos, revelava-se também um modo de equilibrar as coisas e de retornar ao jogo com a bola. Outro exemplo disso e que me foi bastante ilustrativo aconteceu num *campo neutro*, o do parque Iguazu, na região centro da cidade, onde disputavam uma partida dois times de regiões periféricas da cidade, valendo pelo campeonato da liga da vila Paraná. Neste parque, a presença de uma mulher e um adolescente na beira do campo mostrou-me o quanto se naturalizava esse *jogo de pressão* que tinha não somente a finalidade de influenciar o adversário o ou árbitro, mas também o desígnio de *segurar* as disputas *na bola*. A situação foi a seguinte:

Num lance um jogador veterano do Guarani se desentendeu com o adversário e ambos começaram um *empurra-empurra* com gestos que deixavam entender, para os desavisados, uma briga iminente. Ao verem a situação um dos filhos (adolescente) do jogador tenta correr em direção ao oponente de seu pai. A mãe-esposa procura evitar que o filho faça isso, segurando-o, mas não esconde o seu desespero com a situação, pedindo para que o marido saísse da partida e para que fossem embora. Ela estava flagrantemente assustada. Diante desta reação da mulher, tanto o marido como outros colegas e até mesmo adversários riram da situação e alguns disseram: “não esquentar, *na várzea* é assim mesmo”. O marido, na tentativa de acalmá-la, afirmou: “**eu não ia dar um soco nele, todo mundo sabe disso, é que eles fazem pressão e nós temos que fazer pressão também, é só isso**”. (DC, 29/04/2010)

Os risos, até mesmo dos adversários, mostraram o quanto a mulher e o filho desconheciam os significados daquele *jogo de pressão*. Uma frase muito semelhante escutei do Edilson, jogador-treinador do São Pedro, dizendo que “não dá para baixar a cabeça, se eles fazem [*pressão*], tem que fazer também”. Esta afirmação foi feita como um elogio público ao comportamento do Chileno, um jogador experiente (*nego véio*), do Guarani que “não se acovardou” diante das entradas dos jogadores do Centenário, revidando no mesmo nível *na casa deles*, com *entradas* duras, no corpo, sem *tirar o pé*, com ameaças aos gritos e *promessas* (DC, 03/05/2011). Nesta partida a que se referia o Edilson, o Chileno, ao contrário dos *guris de pracinha* que faziam parte de sua equipe, mostrou que não *aceitaria* e, por isso,

continuava a participar ativamente dos lances, sem medo de *deixar e colocar o pé*. Isto é, para *jogar na bola*, necessitava mostrar que sabia *jogar no corpo*.

Conquanto eu tenha trazido apenas dois exemplos (o do Chileno e do outro jogador acompanhado pela mulher), observei muitos outros casos nos quais as *chegadas* no corpo e as performances de intimidação representavam modos de governo baseadas na própria exposição e na disposição para agressões (físicas, verbais e gestuais), porém, sem que isso implicasse na interrupção da partida ou na impossibilidade de circulação pelos campos da cidade. Os veteranos, sem dúvida, demonstravam mais sensibilidade nesse exercício de *se governar* dentro de campo, sem que isso implicasse em limitações na sua circulação pelos campos da cidade.

Apitar entre aqueles que se governam

Olhando para os campos de futebol, observando os jogadores que *se governavam*, sempre procurei ficar atento aos árbitros e nas condições em que eles trabalhavam. As primeiras impressões que tive quando comecei a circular pelos campos de regiões mais periféricas eram as de que os árbitros estavam relativamente desamparados, formulando rapidamente uma lista de aspectos que me ajudavam a consolidar esse entendimento:

- *Apitavam* a maioria dos jogos *a pé*, sendo forçados a observar e decidir predominantemente sobre aquilo que acontecia no entorno das disputas da bola.
- *Apitavam* sem as condições propriamente esportivas descritas na regra do jogo (as marcações do campo eram “precárias”; não contavam com auxiliares e mesários; e a maioria dos campos poderia ser descrito como abertos, não garantindo a “separação” e a segurança).
- Algumas vezes *apitavam* sob a clara influência da *pressão* que vinha “de fora”, dos membros da comunidade e, não raro, do *peão do tráfico* (o “*apito das drogas*”).
- *Apitavam* sem a “proteção” dos organizadores que preferiam não intervir nos momentos de *pressão* dos times, deixando os árbitros resolverem sozinhos, dentro de campo, aquilo que me parecia uma disputa desproporcional de 22 jogadores contra 01 árbitro.
- *Apitavam* sendo obrigados a *aceitar* os xingamentos, as ofensas (“ladrão”, “safado”, “filho da puta”, “sem vergonha”, etc.) e até mesmo alguns tipos de agressões (empurrar com o peito ou com os braços; chutes “por baixo”, socos, beliscões nas situações em que eram cercados por jogadores e não era possível identificar o autor).

- *Apitavam* sem a segurança de poderem, em todos os casos, relatar a indisciplina na súmula, pois caso o fizessem, poderiam esbarrar em outras sanções tanto no que se refere ao trabalho *no apito*, como a vida nas vilas.

Com esta lista apenas estou tentando dizer sobre a representação que constituí nos meus primeiros passos nos campos das vilas²²¹. Não demorou muito para que eu notasse que esta noção de “desamparo”, fundamentada nesta lista de aspectos, era tributária de aprendizagens noutros espaços e que pouco serviam para dizer (arbitrariamente) sobre aquilo que eu presenciava e que cheguei também a experimentar, *apitando* dois amistosos. Passei a estranhar minha noção de desamparo acompanhando a postura tranquila do Miranda, presidente da liga da vila Paraná, ao observar jogos nos quais os árbitros estavam sob *pressão* intensa. Enquanto eu não conseguia deixar de demonstrar minha ansiedade e apreensão em relação à situação, temendo pela integridade física dos árbitros, o dirigente da liga tratava aquilo com normalidade e era capaz, junto com outros torcedores, de se divertir com a situação. Tal estranhamento foi ainda mais instigado numa partida em que contemplava essa configuração, entre times da categoria livre considerados rivais. O Miranda, olhando a *pressão* sobre um dos árbitros, assim se manifestou: “isso aí não me assusta mais, deixo resolver *entre eles*, dentro de campo. Se tu se coloca no meio para defender, vira contra ti, porque eles gritam, esbravejam aí, depois estão todos juntos tomando cerveja” (DC, 31/10/2010).

O que eu não conseguia inicialmente entender é que o árbitro não era apenas um mediador da aplicação das regras do futebol. Ao passo em que aquilo que eu estou denominando de *jogo no corpo* ganhava certa autonomia nas lógicas da partida, a autoridade dos árbitros já não podia ser legitimada pelo seu conhecimento das regras, pelos seus uniformes, pelos seus apitos ou pelos seus cartões. Era-lhes imperioso encontrar outros significados e, portanto, maneiras de *levar o jogo* que não apenas baseado na aplicação das regras. **O que, então, faziam os árbitros nos campos da periferia – “desprotegidos” – para segurarem o jogo sem estarem com as costas quentes, isto é, tendo que esquentar as próprias costas?** Com o objetivo de responder a esta questão, revisei as anotações dos meus diários de campo sobre as partidas em campos de regiões mais periféricas e, com base neles, elaborei o quadro 09 (que inicia na próxima página), no qual procuro descrever práticas que

²²¹ Não tenho a intenção de dizer que os árbitros apitavam completamente sem segurança, sem condições, sem apoio da organização ou sob constante *pressão*.

denotavam o trabalho dos árbitros para *levar/segurar o jogo* ao mesmo tempo em que procuravam *esquentar as próprias costas*.

Quadro 9 – Lista de práticas observadas no trabalho dos árbitros para “se protegerem”, isto é, para *esquentarem as próprias costas* nos campos das periferias.

CATEGORIAS	DESCRIÇÕES
<p>TER CRITÉRIOS E PULSO FIRME: situações nas quais os árbitros comunicavam os critérios a partir dos quais decidiriam de igual forma para ambos os lados.</p>	<p>Avaliar a reciprocidade das entradas: quando os árbitros avaliavam a necessidade de <i>deixar passar</i> e a equivalência das ações <i>entre eles</i> dentro da dinâmica de reciprocidade no uso do corpo em disputas. Nessas situações, eles eram levados a trabalhar com critérios para aplicar as regras e para <i>deixá-las passar</i>. Aqueles que não sabiam avaliar bem esse sistema de reciprocidade tinham dificuldades para <i>levar o jogo</i>. Justamente estes estavam constantemente imersos em <i>pressões</i> oriundas de todos os lados, pois se sabia, de ante-mão, que “só funciona na <i>pressão</i>, igual mulher de vagabundo” como comparou um dono de time, referindo-se a um árbitro.</p> <p>Manter-se firme no critério escolhido: uma vez que os árbitros apitavam ou deixavam de fazê-lo, já começavam a comunicar os seus critérios, os quais deveriam ser sustentados com coragem e pulso firme, ainda que estes não guardassem relação com os termos das regras, o que não era, em si, um problema. Os árbitros que mudavam seus critérios diante das pressões logo eram taxados de <i>fracos, medrosos, cagões</i>, etc. Quando se dizia que um árbitro era <i>fraco</i>, não se referiam exatamente ao seu conhecimento da regra, mas a sua coragem quanto aos seus critérios.</p>
<p>USAR AS REGRAS A SEU FAVOR: situações nas quais os árbitros claramente usavam as regras para evitar ou cessar a <i>pressão</i> que sofriam.</p>	<p>O juiz zagueiro: quando os árbitros, na menor desconfiança de uma “irregularidade” nas proximidades ou dentro da <i>grande área</i>, <i>apitavam</i> a favor da defesa, protegendo-se da <i>pressão</i> que derivaria da ocorrência de gols em situações que suscitasse a mais ínfima dúvida.</p> <p>Tirar um de cada lado: quando os árbitros, num determinado momento do embate, para <i>segurar o jogo</i>, diante de uma <i>chegada</i> e um <i>revide</i> (ainda que esses <i>desentendimentos</i> tenham ocorrido várias vezes antes) percebiam a necessidade de expulsar dois para retomar a autoridade. Os próprios membros dos times sabiam que havia momentos em que era preciso <i>tirar um de cada lado</i> para acalmar a partida.</p>
<p>APITAR PARA UM LADO, MEXER NO JOGO: situações nas quais os árbitros claramente não eram “imparciais”, tomando decisões com critérios distintos, com a finalidade de se protegerem “num dos times”.</p>	<p>Proteger-se com um dos times: quando os árbitros escolhiam ser mais rígidos nas interpretações para <i>um dos lados</i> (times), fazendo com que o outro lhe protegesse das <i>pressões</i>, pois estes sabiam dos benefícios disso.</p> <p>Apitar como eles querem: quando os árbitros apitavam <i>a favor</i> dos times reconhecidos como os que objetivavam a <i>pressão</i> dentro e fora do campo, especialmente quando estavam jogando <i>em casa</i>. Nestes casos, como reconheceu um árbitro já experiente, “tem que <i>apitar</i> conforme o jogo, como eles querem” (DC, 09/04/2011). Ele se referia a <i>aceitar a pressão</i>.</p>
<p>APITAR JOGO AOS CUIDADOS DOS CONHECIDOS: situações nas quais os árbitros escolhiam ou eram escolhidos para apitar jogos aos cuidados de seus conhecidos que estavam dentro ou fora do campo.</p>	<p>Escolher os jogos da sua casa: quando os árbitros escolhiam ou eram escolhidos para <i>apitar</i> jogos em campos nos quais eles podiam dizer que estavam <i>em casa</i>, pois ficavam na sua região de residência. Neste caso, eles trabalhavam <i>aos cuidados da comunidade</i> que estava no entorno.</p> <p>Escolher os jogos dos seus conhecidos: quando os árbitros escolhiam ou eram escolhidos para <i>apitar</i> jogos dos times compostos por seus <i>conhecidos</i>, ainda que as partidas fossem realizadas em regiões distantes da cidade. Nesta situação, eles, os árbitros, trabalhavam <i>aos cuidados</i> dos conhecidos que estavam dentro do campo.</p> <p>Comunicar que tem uma rede de conhecidos: quando os árbitros sob <i>pressão</i> e intimidações lembravam os jogadores de que eles iriam circular pelos campos nos quais tinham seus <i>conhecidos</i> e lá sofreriam as consequências (recíprocas). Quer dizer, os <i>conhecidos</i> não estavam presentes naquele momento, mas estariam noutros.</p>

<p>NÃO DEIXAR ENCOSTAR E, SE OCORRER, REPREENDER: situações nas quais os árbitros evitavam que os jogadores <i>encostassem</i> neles, mas se isso ocorresse repreendiam com dureza.</p>	<p><i>Não deixar os jogadores encostarem:</i> quando os árbitros procuravam comunicar que <i>encostar</i> neles tratava-se de um problema. Faziam isso com gritos, ameaças, xingamentos e empurrões. Era importante informar os jogadores que podiam “falar”, mas não <i>encostar</i>.</p> <p><i>Se encostaram, não deixar passar sem reagir:</i> quando os árbitros que foram <i>encostados</i> (empurrados, sofreram com chutes, tapas ou socos) tratavam de reclamar, ameaçar e até a reagir no mesmo nível de acordo com a situação. Um árbitro que <i>apanha</i> mesmo tentando reagir e, depois, volta a apitar é reconhecido pela coragem.</p>
--	---

Saber *segurar/levar* um jogo *pegado* até o final entre aqueles que *se governavam* não era uma tarefa fácil nos campos das vilas, daí a necessidade de saber montar a escala de *apitadores* para além do conhecimento das regras e das técnicas de arbitragem. Mais do que entender dos códigos e interpretações oficiais, para *apitar* nas vilas era importante “saber levar com a barriga”, pois assim “ninguém apanha” como salientou o presidente da liga da vila Paraná ao tentar convencer um goleiro veterano a *trabalhar no apito* numa partida na vila Cambé, espaço *da várzea* conhecido pela *pressão* dos times locais e da comunidade (DC, 10/10/2010). Para *apitar* nesta vila, além de *segurar o jogo*, cabia ao árbitro proteger-se, aspecto que, por um lado era mencionado como um problema, pois “não dá para apitar tudo, se não o jogo não acaba e tu não sai”, como explicou um deles, mas também tinha o seu valor simbólico, pois aqueles que tinham coragem e habilidade para fazê-lo gozavam de reconhecimento, especialmente quando se tratava de alguém que não era da vila.

Levar um jogo de time de *patrão* dentro da vila “dele”, sem ser morador dela, sem dúvida, tratava-se de um ato a ser respeitado. Tentando ilustrar melhor isso, na sequência, apresento dois casos, o do Miro e o do Alonso, árbitros acostumados a *apitar* nas vilas, mas que eram respeitados de modos distintos, justamente pela forma como “se protegiam”.

Miro e Alonso: maneiras de se proteger e de se reconhecer

O Miro, com 31 anos em 2010, era dono-treinador-zagueiro-capitão do Iporã, time da vila Ibema. Era árbitro e apitava constantemente nos finais de semana. Disse-me que suas atividades na arbitragem complementavam sua renda, ajudando a custear as despesas com sua filha recém nascida. Coordenou a escala de arbitragem da liga da vila Paraná em 2010, recebendo uma parte da taxa de cada árbitro, mas foi acusado por alguns deles de ter ficado devendo dinheiro. Ele não era mencionado como alguém confiável e, em duas oportunidades, procurou-me para saber como organizar uma liga, pois desejava fazer concorrência para o Miranda da vila Paraná, com o qual trabalhou em 2010 e percebeu as possibilidades de lucros.

Enquanto árbitro, quando era possível, o Miro “se escalava” para *apitar* no campo da sua vila. Trabalhando *em casa*, com *as costas quentes*, não deixava dúvidas de que estava tranqüilo para “*apitar* o que quisesse”. Por isso, algumas vezes era acusado de “estragar o jogo”, no sentido de que exagerava na aplicação das regras em detrimento do *jogo de intimidações* recíprocas. Noutras situações, os que sofriam eram os *visitantes*, pois o Miro apitava claramente para o time da *casa*. Um desses momentos eu registrei no diário de campo da seguinte forma:

Ao observar a atuação do Miro (árbitro *da casa*), verifiquei claramente que as suas decisões, em vários momentos, foram mais tolerantes com o time *da casa* e intolerantes com o time *visitante*. Alguns exemplos:

- *Deu cartão amarelo* por reclamação sem xingamento para um dos jogadores do *visitante* e, logo depois, *deixou passar* o xingamento explícito feito pelo Turco (dono-capitão do time do Bandeirantes, *da casa*).
- Em determinado momento, o Miro parou a partida e solicitou que os jogadores reservas do *visitante*, como também o dirigente ficassem restritos a casa-mata. Passados alguns minutos, observei que um dos membros *da diretoria* do time *da casa* estava na lateral do campo e isso não foi repreendido pelo árbitro.
- O segundo tempo da partida teve 48 minutos, quando deveria encerrar aos 40. Ocorre que o time do Bandeirantes (*da casa*) estava perdendo por 2 a 1 e o Miro prolongou a partida para dar chances ao time da casa. Aos 45 minutos o Bandeirantes marcou seu gol, empatando a partida. Os *visitantes* reclamaram, cercaram o árbitro, mas nada adiantou.

Depois do jogo, por mais que os jogadores e membros do time *visitante* reclamassem e até mesmo ameaçassem o Miro (“você vai apitar lá no [bairro] Tropical ainda!” diziam eles), o árbitro circulava tranquilamente e, até mesmo, desafiava os *visitantes* que estavam em grupo. Fazia isso porque sabia que seria protegido pelos conhecidos que estavam ali presentes.

Quando *apitou no municipal* no segundo semestre de 2010, trabalhando para uma liga de árbitros contratada pela Prefeitura, o Miro escolhia os jogos dos times que eram formados por seus *conhecidos* da vilas Ibema e Paraná. Fazia isso deliberadamente para se proteger. Neste período *do municipal* eu circulava com o Bandeirantes do Turco e com o São Borja do Miranda (que foram classificados). Vez ou outra, mesmo em partidas distantes da região das vilas referidas como *as casas*, eu me deparava com o Miro na escala de arbitragem. Contudo, depois de algumas partidas, nem mesmo os seus *conhecidos* o estavam tolerando, porque o Miro sabia que a *pressão* deles tinha limites, pois não iam lhe *encostar*. Depois de um destes jogos, o Turco do Bandeirantes, percebendo a situação, reclamava dizendo que “ele [o Miro] *apitava* contra nós [os *conhecidos*], sabia que não iríamos *encostar* nele” (DC, 16/10/2010).

Também sabendo da necessidade dos grupos-times circularem entre os campos para cumprirem os *carnês*, o Miro recorria, quando preciso, à lembrança-ameaça de que “um dia tu

vai jogar lá na vila Ibema”, se referindo a *sua casa* e a presença de seus *conhecidos* no entorno. Esta frase (lembança-ameaça) tinha seu peso (*contra-pressão*) sobretudo quando o Miro *apitava* fora *de casa* e partidas de times nos quais não estavam jogando seus amigos, vizinhos e colegas da vila. Contudo, a insistente recorrência deste árbitro aos *conhecidos* para se proteger nos campos e ter melhores condições para aplicar as regras (às vezes exageradamente e com certa arrogância) e enfrentar a *pressão*, lhe rendiam acusações de que era “fraco”, uma vez que deixava a desejar no quesito coragem para defender seus critérios independentemente de quem estava jogando ou no entorno dos campos. A força da proteção do Miro no *apito*, todos sabiam, não residia nele e na sua capacidade de resistir sozinho.

Era justamente isso que o diferenciava do Alonso, vizinho do Miro, mas moradores de vilas próximas. O Alonso, com 30 anos em 2010, era jogador-treinador-dirigente do Brasilândia, chegou a jogar no circuito profissional, mas *não deu certo*. Na *várzea*, ganhava para jogar, o que indicava o seu lugar de *diferenciado*, porém, preferia ficar e ajudar no time de sua família. Ele era sobrinho do dono do time e frequentemente circulava com sua mulher e filhos no campo de sua vila – ali estava *em casa*. Nos últimos meses da pesquisa, notei que o Alonso passou a trabalhar na *boca do tráfico*, junto com outros rapazes, fazendo isso de maneira bastante discreta, sem misturar as coisas (futebol e drogas). Dentro do campo, o Alonso podia ser visto como jogador *de meio* do Brasilândia e, não raramente, como árbitro. Era presença constante nas escalas da liga da vila Paraná, sobretudo para trabalhar nos *clássicos* entre rivais das vilas, onde ambos os times estavam com *as costas quentes* e a *pressão* dentro de campo era intensa. Tal demanda pelo Alonso nos *jogos pegados* das vilas referia-se ao fato de que ele era descrito como um dos que “**tinha pulso firme e conhecia todo mundo**” como definiu o Bola, um veterano com o qual eu conversava sobre as qualidades de um árbitro para *levar um clássico na vila* (DC, 17/10/2010).

Diferente do Miro, que só “conhecia todo mundo”, o Alonso “tinha pulso firme” para manter os “seus critérios” entre aplicar as regras e *deixar passar*. Como ele demonstrava ser menos suscetível às performances de intimidações, os próprios jogadores já nem lhe procuravam em campo para *pressionar*. Outro aspecto que o diferenciava do Miro era a sua perspicácia de avaliação sobre quando marcar ou deixar de marcar uma infração, quando mostrar ou deixar de mostrar um cartão. Não era, efetivamente, o poder das regras que lhe conferia autoridade dentro de campo, mas esta perspicácia. Uma vez definida essa avaliação, ele se mantinha fiel a ela, deixando claro para os jogadores os seus critérios, o que lhe possibilitava *segurar o jogo* com certa tranquilidade. Abaixo apresento um pouco dessa habilidade do Alonso em *levar o jogo*, com um excerto de diário.

O Alonso *sabe levar* os jogos bem, entendendo perfeitamente quando deve e quando não deve aplicar as regras. Durante este *jogo pegadinho* entre o Bandeirantes e o Itapejara percebi algumas ações dele que indicaram a sua “experiência” em *segurar*. Três delas:

1. Numa “discussão” entre os jogadores das duas equipes, depois de uma “entrada *por cima da bola* do Viola [atacante do Bandeirantes] no jogador do Itapejara”, o Alonso somente olhava *de longe* o que acontecia. Não se preocupou em separar o evitar a discussão. Sabia que iriam parar logo em seguida. O jogador do Itapejara reagiu para dizer que *não iria aceitar*, o que gerou uma discussão e performances corporais de desagrado e de intimidação. O Alonso observou até que a discussão diminuiu e determinou o reinício da partida. Ninguém foi advertido. O jogo simplesmente recomeçou.

2. Num lance em que o Alonso *apitou* uma infração (*entrada violenta*) do jogador do Itapejara, este jogador “*vai para cima* do árbitro” para intimidá-lo. O jogador sabia que iria levar o cartão amarelo e não foi por isso que ele “*foi para cima*”. Era o momento em que ele [o jogador] podia fazer isso, pois não seria punido duas vezes no mesmo momento (uma pela falta e outra pela reclamação). A reclamação, neste momento, *sairia de graça*. Era muito comum isso. Os jogadores sabiam que iriam levar cartão e, por isso, xingavam/reclamavam, pois sabiam que esta segunda infração não seria considerada. No caso deste jogo, nesta situação, o Alonso “*encarou* o jogador que reclamou aos gritos”, olhando *nos olhos*, firme, forte e seriamente. Ouviu as reclamações do jogador, deu dois passos para trás e *mostrou* o cartão amarelo. Mandou *cobrar a falta* e o jogo seguiu.

3. O Alonso “*apitava-falando*”, isto é, fazia com que os jogadores soubessem que ele estava olhando, que estava acompanhando as jogadas. Usava frases curtas, mas significativas, como: “*pode jogar*”; “*coloca no chão*”; “*só na bola*”; “*normal*”. Quando havia a “*infração*” e ela “*devia ser marcada*” usava, então, *o apito*. (DC, 26/09/2010)

O Alonso, sem dúvida, era um bom exemplo do que denominava de *árbitro de vila*. Entendia das regras oficiais, sabia que não podia *apitar tudo*, conseguia avaliar o *jogo no corpo* e seguir critérios, sustentando-os com coragem e firmeza. E, além disso, era jogador, colega, vizinho de muitos dos que circulavam pelos campos, conformando uma extensa rede de *conhecidos*, tanto é que, mesmo fora da sua vila, ele não era chamado de árbitro, *juiz* ou de *professor* dentro dos campos, mas pelo nome (“*não foi Alonso!*”; “*que que foi Alonso?*”). A possibilidade de um *conhecido* deste lhe *encostar* era menor quando comparada com a presença de um árbitro estranho. As implicações de fazer algo do tipo (de *encostar* no Alonso) não se resumiriam às punições das regras ou dos regulamentos das competições.

* * * * *

Os diferentes modos de imersão em campo e as análises das experiências etnográficas sobre os usos do corpo no interior dos campos, até aqui, já tinham me possibilitado compreender um pouco mais sobre a estética do *jogo pegado* – enquanto um sistema de reciprocidade que colocava “em jogo” a masculinidade – implicada e implicante nos modos de dispor e expor nas disputas, configuração esta motivada e sustentada pela

pressão, pela permanência e pelos deslizamentos em territórios simbólicos liminares – fronteiriços entre *jogar na bola* e *pegando*. Contudo, até então, eu havia trabalhado em análises sobre minhas experiências em *campos fechados* (a maioria deles em regiões centrais da cidade, dentro de parques, praças, centros comunitários ou estádios de futebol do circuito profissional) e sem circular com as pessoas. Por isso, nesta seção avancei noutra direção, trabalhando principalmente (não exclusivamente) com as informações produzidas e sobre os campos das vilas periféricas (a maioria abertos) e a partir da minha experiência de circulação com 5 grupos-times.

Uma primeira constatação foi a de que as partidas nas vilas não eram, *a priori*, *pegadas*, e nem consubstanciavam uma maneira invariável de participar (com mais violência, como alguém rapidamente supor olhando as partidas “de fora”). Porém, eu não podia deixar de notar que os jogadores demonstravam trabalhar muito bem com a *pressão* dentro dos campos, diante das “necessidades simbólicas” impostas pelos rastros das disputas *no corpo*. Gostavam dos desafios implicados. Esta maneira de lidar “naturalmente” com a *pressão* (deslizar por territórios liminares) não estava imune a circulação pelos campos (*jogar em casa*, *fora* ou em *campos neutros*). Seguindo algumas pessoas e histórias pude constatar que as *chegadas* duras nos oponentes (dentro ou fora dos limites flexíveis das regras), com seus valores “em si”, poderiam deixar rastros para além dos espaços-tempos das partidas, continuando “vivas” na circulação dos sujeitos e dos grupos.

Vou recorrer a uma analogia matemática para tentar explicar melhor isso. Poderia dizer que a sensação da soma da *pressão* produzida por um time subtraída da soma do outro time deveria ser igual a zero. Desse modo, embora observando um confronto repleto de agressividades e ofensas não “permitidas”, *deixadas passar* pelo árbitro, seria possível concluir com certa tranquilidade que o jogo foi justo, *pegado* e emocionante. Mas, de outro modo, se a sensação de resultado da soma e da subtração estivesse fora do zero, configuraria a incompletude do sistema de reciprocidade do *jogo pegado*. O valor simbólico da *chegada* dura continuaria “vivo” e atuante, podendo ser equilibrado ainda dentro do jogo e, quando isso não fosse possível, poderia transpassar o espaço-tempo da partida, circulando, então, junto com os jogadores para outros espaços, na forma das *promessas* a serem cumpridas *em casa*, aos olhos orgulhosos dos *conhecidos*. Dentre outros, a carência de equivalência da *pressão* e essa incompletude eram aspectos que ajudavam a dar contornos às rivalidades e até mesmo a impedir a circulação de pessoas ou times, ou, ainda, a encerrar competições, reclamações bastante típicas em relação aos *guris do livre*.

Não era sem motivos que nos jogos entre rivais ou quando se “necessitava” cumprir uma *promessa*, os membros das *comunidades* estavam em maior número no entorno dos campos. Estas pessoas (a maioria homens adultos, formando um *muro de pessoas*, cujos corpos, olhares e gritos serviam para delimitar a área de jogo), se não podiam atuar diretamente no *jogo na bola*, sem dúvida, encorpavam a *pressão* que fazia crescer “o emocional” dos que estavam no centro. No limite desse crescimento emocional – que refletia exatamente o aumento da autonomia do *jogo pegado* sobre o *jogo na bola* – dizia-se que o confronto estaria *pirigado*, situações nas quais se avultava a relevância da perspicácia dos dirigentes, treinadores, dos jogadores (colegas e adversários) e, especialmente, dos árbitros para *segurar* o jogo e *levá-lo* até o final. E, quem imaginava que os árbitros poderiam estar “desprotegidos” ou “desamparados” se surpreenderia com uma série de estratégias para *esquentar suas próprias costas* nos campos abertos, repletos de pressão, sustentando virilmente seus *critérios*, *mexendo* nos jogos, *apitando* a seu favor e, principalmente, lembrando que, antes de ser árbitro, era um homem de comunidade (com casa, conhecidos, parentes, vizinhos, colegas, etc.).

A maneira naturalizada (não estranhada) com que se participava (jogando ou *apitando*) de um *jogo pegado* nos campos das vilas, me possibilitava supor, como fiz em relação às faixas centrais dos campos, que nas periferias os territórios rituais de posicionamento simbólico nos dramas do jogo eram “mais liminares”. Esta interpretação correspondia, por exemplo, aquela comparação de que “[na vila] tu joga, empurra, grita, leva umas porradas, dá umas”, o que era diferente do jogo *do municipal* em um campo da região centro, onde se havia menos *pressão*, se requeria jogar *na bola* e o árbitro não *deixava passar*. Em certa medida, essa liminaridade, marcava a identidade dos campos e revelava uma dramatização da própria vida urbana nas periferias. Aqueles que iriam enfrentar o São Pedro no campo da vila Ibema já antecipavam e se preparavam para o nível de *pressão* de dentro e de fora.

Estar preparado e não se assustar ou estranhar um *jogo pegado*, pelo contrário, divertir-se com ele, não significava, de modo algum, que as pessoas gostavam de se expor e expor os oponentes a uma violência despropositada, sem precaução e temerosidade. Longe disso, compreendi esse jogo de reciprocidades – paralelo ao *jogo na bola* e, às vezes, com certa autonomia – como uma prova sentimental (de masculinidades²²²) na qual os sujeitos se viam obrigados a deslizar entre o auto-controle relativo às regras institucionais e o auto-

²²² Entre um modelo que **interioriza a violência** em reconhecimento às regras institucionais e um modelo que **exterioriza a violência** em reconhecimento ao sistema do *jogo pegado*.

controle em que pese a sua honra. Exatamente aí, a meu ver, residia o caráter paradoxal da noção de *pressão*: de um lado o sujeito era instigado a suspender as regras institucionais, a afrontá-las nas disputas, e, de outro, enquanto contraponto (dizer que *não aceitaria*), ela refletia o exatamente movimento contrário, para que as disputas estivessem voltadas à bola e aos espaços do jogo. Seria possível, a partir disso, afirmar que a pressão não era uma “confusão”, uma “gritaria”, mas correspondia exatamente a idéia desse duplo e ambíguo governo corporal.

Nessa prova sentimental não era prescrito que os envolvidos deveriam ser agressivos, mas que precisariam ter alguma *maldade* caso desejassem ocupar os lugares adequados “no jogo” e “no masculino”. A *maldade* era a maneira de governar-se e governar os outros. Tão importante quando “tê-la” era saber dispô-la adequadamente, avaliar quando ela era *pedida*²²³. Não podia/devia ser deslizada ou transposta indiscriminadamente para todas as partidas/disputas²²⁴. Era preciso ter e manter uma coerência²²⁵, para não figurar, de um lado, como *guri de pracinha, menininha, bonequinha, chorão* e, de outro, como *maldoso* ou *desleal*, estes últimos, facilmente acusados de *pirigar* uma partida. Em que pese o uso do corpo, o mais adequado, entre os lugares simbólicos, era o de *brigador*, que não *fugia do jogo* e estava sempre procurando “zerar sua sensação” ou sendo solidário ao time.

5.4 JOGO PEGADO, PRESSÃO E GOVERNAMENTO

Nos primeiros meses da pesquisa, ainda observando os jogos fora dos limites dos alambrados, eu me deparei com a noção de *jogo pegado*. No exercício de interpretação, compreendi essa categoria nativa como um sistema de reciprocidade que colocava a masculinidade “em um jogo”, no qual as *chegadas* ríspidas ou as performances de intimidação tinham valor em si, para além das disputas da bola e dos espaços, deixando rastros e imprimindo “necessidades simbólicas” àqueles que sofreram e, portanto, orientando

²²³ Me refiro aqui não a uma evocação verbal de alguém, mas a uma nova configuração de forças que suscitavam outra forma de jogar – com mais *maldade*.

²²⁴ Me aproximo, aqui, do trabalho de Bernard Lahire (2002) sobre o problema da “transferibilidade” das disposições adquiridas em contextos de socialização distintas (em múltiplas ancoragens sociais). Ao invés de interpretar operação/instalação das disposições, o autor as observa empiricamente na busca da coerência nos contextos de ação. Nestes, o trabalho necessário para manter a coerência é muito mais trabalhoso para os atores que se inscrevem “precoce” e “duravelmente” em grupos e universos socialmente múltiplos, heterogêneos e contraditórios (p. 23).

²²⁵ Isto não significa, aqui, uma redução das ações à interação cara-a-cara tal como na teoria de Ervin Goffman (2006), mas em pensar que se incorpora essa disposição da *maldade* num determinado contexto de socialização (que corresponde a uma estrutura) e que sua exteriorização dar-se-ia na medida de sua coerência.

– paralelamente ou com certa autonomia em relação às regras – sobre as maneiras de se dispor/expor na partida. Seguindo a pesquisa, olhando de dentro dos alambrados, na beira dos campos, mas ainda sem me aproximar mais dos grupos, avancei nas análises no sentido de compreender a emoção que este jogo de reciprocidades conferia às partidas, “algo” que eu havia aprendido a ter como expectativa – uma estética. Um jogo bom era aquele *pegado*.

Esta estética não estava implicada apenas nas interações entre pessoas, mas também na relação com a bola (sem *floreios* e *gracejos*), adquirindo um sentido prático motivado e sustentado por aquilo que se denominava de *pressão*. Tal categoria nativa, por sua vez, denotava o aumento e a dissipação solidária do *jogar pegando*, com o evidente propósito de desestabilizar os oponentes (ou *ganhar o árbitro*), colocando-os em territórios simbólicos liminares nos quais eles “necessitavam” mostrarem-se suficientemente capazes de *jogar na bola* e se defenderem por si (sem *choradeiras* de *meninhas*). Disso derivou a interpretação de que a estética da emoção compreendia não apenas o envolvimento na *pressão* (e seus rastros), mas também e fundamentalmente os tensos deslizamentos entre os territórios liminares nos rituais (*miméticos*), ora ocupando lugares simbólicos dentro da expectativa corporal “do jogo esportivo” e ora dentro das forças imanentes do “jogo de masculinidade”.

Em que pese a constituição destes territórios liminares, não seria imprudente tratar os campos das vilas mais suscetíveis a estas configurações, não (apenas) porque eram abertos (sem alambrados), mas porque neles as dinâmicas das comunidades se misturavam com as do futebol e, além disso, porque os homens que entravam nos campos para jogar e para *apitar* se dispunham – sem maiores problemas – a exhibir, provar e forjar sua masculinidade. Ao fazê-lo, demonstravam saber avaliar e operar com as *pegadas*, com os gritos e com as gesticulações, o que não poderia ser qualificado como indisciplina dentro do sistema de reciprocidade próprio do *jogo pegado*. O que as lógicas do jogo esportivo tenderiam a classificar como indisciplina se retraduzia (não raramente entre um momento e outro) como uma *maldade* necessária para se governar e para governar o uso corporal dos oponentes, considerando um quadro de equivalência bastante dinâmico e exigente de coerência. A maneira como se lidava conseguia desenvolver essa coerência era um dos principais indicadores para a classificação das pessoas – de maneira mais ou menos duradoura – nos jogos ou mesmo no circuito municipal entre tipos como *guri de pracinha*, *brigador*, *chorão*, *bonequinha*, entre outros.

Depois dessas interpretações e reflexões, ao retornar àquelas questões iniciais²²⁶ que me motivaram a olhar para o “problema” daqueles que não iam para os campos *só para jogar*

²²⁶ Por que eu demonstrava satisfação ao comunicar que eles “jogaram só na bola”? Que tipo de informação eu havia aprendido sobre jogar “fora da bola” eu havia incorporado para classificar o jogo daquela forma? Por que a

bola – tal como enuncia inversamente o título deste capítulo –, percebo o quanto elas foram gestadas na proximidade com organizadores e árbitros (inclusive na “formação” do curso de arbitragem comunitária da SME). Convivendo e circulando com estes “agentes”, aprendi a temer o *jogo pegado* e colocá-lo na frente das dinâmicas disciplinares. Ao passo que me aproximava dos campos (e este foi o movimento não somente deste capítulo, mas da própria pesquisa) é que pude compreender mais sobre a dinâmica disciplinar do *jogo pegado* o que, dentre várias reflexões, me colocou diante de uma, a meu ver, mais latente: a violência dentro dos campos estava “em jogo” diante de dois modelos de governos dos corpos e em territórios (e poderia dizer situações, momentos ou períodos) mais ou menos liminares, daí a minha sensação inicial de que as práticas (socos, pontapés, tapas, por exemplo) mudavam seu estatuto – de *violência* para *maldade*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

NAS CONTROVÉRSIAS DA VÁRZEA

No decorrer de 34 meses da pesquisa que acabei de apresentar, estive seguindo o futebol na cidade de Porto Alegre, atento à algumas controvérsias que conectam o circuito de futebol. Isso, no entanto, não se refere, de modo algum, a uma dimensão depreciativa do espaço de investigação, mas de movimentos interpretativos que mesclaram as mudanças cognitivas do pesquisador afetado pela experiência etnográfica nas tensões mais explícitas e evidentes nas práticas dos interlocutores. Quem passou pelas páginas anteriores, certamente percebeu que o modo de escrever, as questões, o exercício analítico, as interpretações e as respostas foram sendo construídas a partir de meus estranhamentos em situações etnográficas multi-locais e, em algumas fases da pesquisa, em circulação com meus interlocutores. Entre um momento e outro, entre um espaço e outro, eu me deparava com significados distintos não apenas daqueles que eu havia aprendido nos textos acadêmicos, mas fundamentalmente dos que eu tinha assimilado num espaço-tempo *da várzea*, mas que ao transportar para outro, já não serviam mais, pelo menos temporariamente. Foi exatamente nesse movimento de estranhamento em circulação que passei a prestar atenção **NAS CONTROVÉRSIAS DA VÁRZEA**.

Porém, um exercício foi identificar e estranhar algumas controvérsias e outro, diferente e complementar, foi procurar segui-las tanto nas suas histórias cotidianas (**das pessoas em ação**, inclusive as minhas em alguns momentos de colaboração), como nos registros produzidos a partir da prática etnográfica (anotações, diários de campo, entrevistas e arregimentação de documentos). Com isso, procuro destacar que, no presente trabalho, o sentido das controvérsias também englobou uma orientação metodológica de análise simbólica das práticas do futebol no circuito municipal. Justamente a partir delas é que pude prestar atenção do que estava “em jogo” nas crenças sobre os rumos e práticas adequados e, principalmente, nos processos de legitimação e de resistência engendrados pelas pessoas, grupos e instituições a fim de fazerem valer ou escapar desta ou daquela expectativa de valor. Tanto esta dimensão metodológica, como a dos estranhamentos, me fizeram dar centralidade a noção de controvérsias, a ponto dela ocupar um lugar de destaque no título desta tese.

Esclarecido isso, o que me proponho a desenvolver neste capítulo final é recuperar as principais sínteses produzidas a partir dos estranhamentos do pesquisador, das diferenças/mudanças dos significados nos espaços-tempos e das e estratégia metodológica de análise. Os argumentos mais densos disso já foram apresentados ao longo do trabalho, cabendo-me, agora, resgatar tentar alinhar as conclusões de cada um dos 5 capítulos em torno do problema de investigação apontado inicialmente, que denota um questionamento sobre a atribuição de significados às **práticas do futebol**, quando elas estão implicadas por uma construção multi-local e pela circulação das pessoas e grupos na cidade, mas também pela constituição de um espaço simbólico particular. As práticas do futebol estudadas foram exatamente aquelas colocadas “em jogo” nas 4 principais controvérsias que identifiquei ou que, em certa medida, experimentei seguindo as pessoas em ação no circuito (organizar, montar times, torcer e disciplinar).

Não sem disputas, estas **práticas-controvérsias**, por um lado, “conferiam particularidade” ao circuito como um espaço singular, dotado de lógicas imanentes próprias e uma autonomia relativa, interligando as pessoas, os lugares, os tempos e os rituais, possibilitando àqueles que se movimentavam em relação ao futebol afirmarem que *isso aqui é a várzea*. Mas, por outro, elas se manifestavam como “fontes de incertezas”, imbricando (dialogicamente) o futebol com as trajetórias, as dinâmicas, os compromissos e os dramas cotidianos das pessoas e das instituições nas suas vidas urbanas, o que suscitavam afirmações de que *cada um faz o que pode para jogar uma bolinha*. Gravitando em relação a esses dois movimentos sobrepostos e, não raro, inextricáveis, é que avanço no alinhamento das conclusões.

A várzea como um espaço particular

O primeiro movimento interpretativo para consolidar o entendimento *da várzea* como um lugar simbólico, com uma história particular, foi o mapear agências (Gerência de Futebol da SME; ligas de futebol da cidade; comissão disciplinar; ligas de arbitragem; e times de futebol da grande Porto Alegre), agentes (dirigentes, treinadores, jogadores, massagistas, árbitros, mesários, bandeiras, torcedores, etc.), lugares (salas de reuniões; sedes dos times/ligas; parques, praças e campos) e temporalidades (os regionais; o *municipal*; as classificatórias; os *mata-mata*; as finais) próprias. Desse exercício derivou o entendimento de que este espaço – uma rede de relações predominantemente masculina – configurava **um circuito** que tinha como elemento integrador a realização de competições, portando, tratava-se

de um circuito de competições reconhecido como *o municipal da várzea*, que era diferente de outros que as pessoas poderiam vivenciar (o profissional, o praiano, o amador da federação, etc.).

Este não era apenas um simulacro teórico, como cheguei a cogitar, pois os *habitués* reconheciam esta rede de relações como *o municipal da várzea*. Em todo caso, como desenvolvi na primeira parte do capítulo 1, percebi que *fazia sentido* procurar compreender os significados das práticas do futebol a partir da noção de circunscrição do circuito “**na**” cidade como uma esfera social ou uma configuração esportiva com suas regras amadurecidas, limites materiais, simbólicos e distintivos. Uma das primeiras categorias nativas com a qual me deparei e que fundamentava esse rumo interpretativo foi a organização *mais próxima do profissional* descrita no capítulo 2. A partir dessa categoria – fortemente legitimada por um grupo de *estabelecidos* das *ligas de elite* ou *exemplares* – notei o exaustivo trabalho de organização que colocava em pauta a separação do jogo de futebol a ser experimentado a partir de suas próprias lógicas, sem as “interferências externas” (de outras esferas da vida cotidiana). Este trabalho fundamentava sua credibilidade (ou autoridade) na lógica do *fazer conhecer, reconhecer e cumprir*, objetivada em reuniões, artefatos de controle e, fundamentalmente, numa grande preocupação de institucionalização desse controle, para que as decisões nos mais distantes pontos do circuito não estivessem disponíveis ao arbítrio “individual/local”, o que tinha um duplo efeito: proteção e reforço da credibilidade de quem decidia.

Quando eu analisava as práticas de montagem dos times (no capítulo 3), este mesmo sentido ficou manifesto na nostalgia sobre a *ausência de clubes* enquanto instituições esportivas, mas principalmente nas discussões sobre *quem colocava o dinheiro* para sustentar as equipes. Primeiro, havia a conotação de que o dinheiro parecia ter que figurar como um incentivo, não como um pagamento (melhor se traduzidos em churrascos, cerveja, passagens, etc.). Segundo, que ele deveria vir *de dentro* da rede de relações dos times ou do circuito, isto é, de quem compreendia as normas e os valores que orientavam as condutas adequadas, caso contrário o dinheiro poderia a ser visto como um problema, posto que aquele que *o colocava no time* passava a ter direito de intervir e, sendo *de fora*, poderia subverter ou desconhecer as lógicas específicas. Nesse sentido, o *dinheiro dos patrões* não era, *a priori*, um problema. Ainda, em que pese a montagem dos times, não passava despercebido o valor dos *boleiros* e dos *diferenciados*, dotados de capitais corporais bastante requisitados, como também os elogios recorrentes direcionados às equipes bem *organizadas, compromissadas, competitivas e disciplinadas* quanto ao regulamento e às regras. Times mantidos pelos próprios grupos e

bem avaliados quanto a estes atributos reforçavam sobremaneira o funcionamento do circuito sem as tais interferências externas, cujos *exemplos* mais frequentes circulavam pelos campos das ligas de elite dos parques e praças e também nas fases finais *do municipal*.

No capítulo 4, também me foi possível avançar na observação desse movimento da atuação de forças imanentes ou de cadeias de interdependências bastante objetivas. Iniciei a partir do pavor e do esforço para enfrentar a *cultura da pressão que vinha de fora*. Neste momento do trabalho, estiveram em pauta, com maior destaque, as análises das práticas dos torcedores, vistos em alguns espaços-tempos *da várzea*, como *estranhos do jogo*, isto é, pessoas que não podiam entrar em campo para interferir diretamente na partida. Disso, decorreu minha necessidade de descrever o que chamei de *ritos de separação* dos jogadores e de salientar como estes eram bastante significativos – e “necessários” –, especialmente, nos campos das *ligas de elite* e nas competições organizadas pela Gerência de Futebol, a fim de cristalizar divisões fundamentais, sobretudo, em relação aos que ficariam dentro dos alambrados, como aqueles que *eram do jogo*, afastando-os simbolicamente dos *estranhos*. Porém, isso não significava que os torcedores eram excluídos do momento ritual, mas que a eles cabia um lugar específico e maneiras adequadas de *pressionar*, afinal, *ver era, também, deixar-se jogar*. Entretanto, uma vez que esta *pressão* produzida pelos *estranhos do jogo* começava a ameaçar a separação instituída pelo *rito de separação*, ela começava a tornar-se um problema. Exatamente em vista disso, ou melhor, da evitação disso, é que os campeonatos seguiam em direção aos *campos mais neutros*, com “melhores” condições esportivas, frequentemente (não exclusivamente) aqueles localizados na região centro da cidade de Porto Alegre e os do circuito profissional de futebol. Os cadeados, as correntes nos portões, a presença dos soldados da Brigada Militar, as partidas finais nos estádios de futebol de times do circuito profissional, representavam o ápice dessa separação do universo simbólico do circuito *varzeano* e suas lógicas futebolísticas em relação ao incômodo da *pressão que vinha de fora*.

Por último, no capítulo 5, tratando do olhar para dentro dos campos, prestando atenção nas práticas disciplinares quanto ao uso do corpo nas disputas do jogo, percebo os agenciamentos para que a partida fosse *jogada na bola*, ainda que de modo firme, duro, forte, simples e sem enfeites, numa produção de níveis de tensão-excitação agradável dentro dos limites flexíveis das regras, sob os olhares e avaliações dos árbitros. A estes cabia representar e fazer atuar – com autoridade – as instituições que detêm o monopólio legítimo das regras e também das interpretações destas no que tange os diferentes limites dos usos corporais (desprecauído, temerário e violento) e as medidas disciplinares correspondentes. Novamente,

as “melhores” condições objetivas para que o *jogo na bola* preponderasse estavam reunidas nos campos das praças, parques e centros comunitários, com maior ênfase nas regiões centrais da cidade, assim como nas competições organizadas pelas *ligas exemplares* e pela Gerência de Futebol, que contavam com a possibilidade de arregimentação de tais condições, cujo impacto era notável na disciplina corporal dos jogadores e nos silvos dos apitos dos árbitros.

Com base nas sínteses que trouxe até aqui procurei destacar que o funcionamento do circuito do *municipal da várzea* como um espaço dotado de normas próprias e imanentes era *exemplarmente* objetivado e subjetivado nos campos com as melhores condições (praças, parques, centros comunitários e estádios de futebol), nas ligas exemplares e nas competições organizadas diretamente pela SME. Porém, não quero limitar essa conclusão à mera existência de “melhores” condições concretas (estrutura esportiva, equipamentos, dinheiro, segurança pública, etc.), como se elas, por si, funcionassem como variáveis independentes, capazes de definir um circuito distinto. Diferente disso, chamo a atenção para o fato de que essas condições não estavam reunidas de modo despropositado ou sem sentido nestes lugares da cidade e nestas competições. Defini-las como “melhores” também não era gratuito. Havia aí uma importante dimensão de poder, por vezes tensa, mas em favor de um grupo *estabelecido* que possuía o domínio sobre os aspectos valorizados, que resultava na afirmação da crença – um sentimento de legitimidade bastante objetivo – de que esta era a “direção” para a qual o “desenvolvimento” do circuito devia seguir, em relação ao qual os “problemas” eram selecionados e enfrentados. E, ao mesmo tempo em que essa crença impactava sobre os modos de organizar, de montar times, de torcer e de disciplinar, implicavam em maneiras de ocupar os lugares. Quando o circuito instituía seu momento ritual nestes lugares ou em função destas competições, os significados dos campos, com mais clareza (não com exclusividade), estavam fortemente atrelados “ao universo *da várzea*”. Este universo detinha a capacidade de fazer os campos permanecerem, por um tempo, ocupados segundo suas lógicas, mesmo que para isso necessitassem contar com o trabalho da Brigada Militar.

A várzea como tramas e dramas cotidianos

A questão é que este tipo de exercício analítico sobre o circuito (que tomava as pessoas como agentes em disputa pela organização, separação e disciplina, em vista da objetivação de rituais próprios, relativamente autônomos), que colaborava na compreensão e era verossímil, impunha limites no que se refere à compreensão dos significados das práticas. Afirmando isso porque, no decorrer da pesquisa, sempre estive diante de categorias nativas que

me faziam (re)pensar sobre o que as pessoas faziam com essa “estrutura estruturante, relativamente autônoma”, parecendo-me plausível ponderar que ao fazer parte do circuito, elas não apenas “pertenciam” – no sentido de estarem cooptadas por uma *illusio* – a ele, mas simultaneamente, enquanto mediadores, trabalhavam com ele, ou, pelo menos, se esgueiravam nas brechas não ocupadas pelo legítimo. Este (re)pensar tornou-se fundamental quando comecei a circular com meus interlocutores, sobretudo nas regiões mais periféricas da cidade.

Ao me inserir seguindo dirigentes de ligas em ação não apenas nos limites simbólicos das salas de reuniões (tal como descrevo na segunda parte do capítulo 1), é que pude cogitar *o circuito varzeano* também como uma construção polifônica, imbricada (e imbricante), implicada (e implicante) nas tramas e dramas do cotidiano urbano. Aquelas categorias (*mais próximo do profissional, fazer reconhecer e cumprir, dinheiro de dentro, jogar na bola, separação, disciplina, etc.*) não deixavam de existir, nem de fazer sentido, mas se deparavam com outras também plenas de significado e que apontavam para outro movimento: o da *a várzea* como uma trajetória de arranjos possíveis, ou melhor, coerentes com distintas configurações estabelecidas de modo mais ou menos durável. Assim, ao invés de focar minhas análises e interpretações a partir dos processos de constituição da credibilidade – uma produção da crença – penso que avancei, tanto por uma necessidade acadêmica como empírica, em direção a análises da inventividade, das mediações e da heterogeneidade, o que, na experiência etnográfica de participação nas práticas de organização, me fez experimentar e lidar, em muitas situações, ansiedades e ambiguidades. As primeiras delas talvez tenham sido a necessidade de *deixar passar* as normas institucionalizadas e *saber levar* entre elas, contudo, sem mostrar desafiá-las, pelo menos com maior clareza. As dinâmicas plurais dos *acertos* que deixavam poucos rastros a serem seguidos foram muito importantes para evidenciar isso, sendo eles tão relevantes quanto *fazer reconhecer e cumprir* nas práticas de organização das competições, sobretudo nas *ligas das vilas*, aquelas não exemplares do ponto de vista do universo particular. Trabalhei na relação dessas duas categorias nativas no capítulo 2, tentando compreender os *murmúrios* que se formavam nas salas de reuniões da Gerência de Futebol, onde habitavam as escapatórias não menos fundamentais à organização do circuito, mas ainda assim vividas como inapropriadas.

Na medida em que eu me aproximava dos times, também fui observando (não sem ansiedades) essa dinâmica inventiva e polifônica, para além dos limites simbólicos singulares. Em que pese a prática de montagem dos times, da mesma forma que meu interlocutor nostálgico sobre o desaparecimento dos clubes (a partir da representação das entidades

esportivas que montam seus times para participarem de competições), fui “descobrir”, como demonstro no capítulo 3, a relevância de outras duas categorias de *ajuntamento*, que cheguei a definir como “lugares” simbólicos distintos: as *redes de conhecidos* e os *grupos*. Estes “lugares”, tal como compreendi, embora não fossem agrupamentos “propriamente esportivos”, mostravam-se fundamentais na montagem e na sustentação das equipes e, porque não dizer, das próprias competições e ligas, portanto, do circuito *varzeano*. Isto se aplicava especialmente aos *grupos* porque eram os espaços de mediação entre a “vida cotidiana” e a “vida dos times”, conferindo identidade a estes, como times *de vilas, de burguês, de família, de patrão*, etc. Se, por um lado, os *ajuntamentos* poderiam denotar um sentimento negativo das “interferências externas”, por outro, eles mostravam, positivamente, o quanto a vida dos times e de seus donos (elas não eram facilmente vistas separadas) dependia do valor simbólico das *redes de conhecidos* e dos próprios *grupos* e estes, simultaneamente, dos times ou da circulação neles em distintas categorias e competições.

Outra categoria nativa a partir da qual eu pude problematizar (não abandonar) a ideia *da várzea* como uma esfera social singular, foi a *cultura da pressão* que se manifestava nos momentos rituais, nas práticas dos torcedores (os *estranhos*), e que, numa primeira interpretação, ainda muito próximo dos dirigentes, vislumbrei como uma ameaça à separação instituída, derivada da falta de condições apropriadas. Isso também tinha sentido, mas não esgotava aí. No capítulo 4, procurei “caminhar” nesse rumo de análise. Ao passo em que eu circulava nas periferias, com os *grupos-times* não apenas nos campos, mas também nos bares, nas festas e nas casas das pessoas, conhecendo-as um pouco mais, a noção de “agentes incômodos e anônimos” era substituída pelas denominações de amigos, vizinhos, familiares e colegas que, reunidos, poderiam ser chamados de *a comunidade*. A *pressão da comunidade*, ainda que fosse um incômodo ao jogo, conferia sentido ao pertencimento, o que se imbicava com o que acontecia dentro dos campos. No entorno deles, eram dramatizadas as afirmações e as tensões de categorias em torno das quais as identidades sociais se assentavam (masculino-feminino; lazer-trabalho; saúde-drogas; segurança-violência). Os campos “das vilas”, principalmente, podiam ser tranquilamente ser referidos como *pátios da comunidade* ou “zonas livres”, lugares nos quais, por exemplo, se aprendia e se ensinava a ser homem-trabalhador-jogador-do grupo – aí as jocosidades significavam pedagógicas poderosas –, como também a estar imerso em distintos universos simbólicos em funcionamento, mas “ter” a sensibilidade para olhar apenas para aquele que lhe era adequado – como me foi necessário fazê-lo em relação às práticas do *círculo do tráfico*, olhando “através delas”. Isso não significava que os campos não eram “do futebol”, mas que configuravam espaços paradoxais

(separação-mistura), exigindo dos que ali adentrassem um exercício de coerência que seria complexo para uma “pessoa de fora”.

Por fim, mais um desses paradoxos de separação-mistura, que desafiava a classificação entre ser um “problema” ou uma “virtude”, “de dentro” e “de fora”, estava vinculado aos usos do corpo nas disputas da bola e dos espaços nas partidas, especificamente em relação ao que se denominava de *jogo pegado*. Como procurei argumentar no capítulo 5, tratava-se de uma categoria nativa que dizia sobre um sistema de reciprocidade em torno da masculinidade que era “colocada em jogo”, com implicações estéticas bastante claras sobre as formas de jogar. Uma *pegada* (uma *chegada* ríspida, por exemplo) poderia criar uma “necessidade simbólica” de *não aceitar*, que se descolava do sentido das disputas esportivas, o que, no extremo da *pressão* poderia ganhar autonomia sobre o *jogo na bola*, até mesmo suspendendo as regras institucionais e, nestas condições, colocar a partida na categoria de *pirigada* ou, pelo menos, fomentar uma série de reclamações denotando que este ou aquele *não sabia separar*. A configuração de um *jogo pegado* estava na base da constituição do que ponderei tratar-se de territórios simbólicos liminares, no sentido de que colocavam os jogadores e árbitros a deslizarem entre as regras institucionais (as lógicas próprias do futebol) e as imanências das dramatizações da masculinidade, num governo corporal de si e dos outros que misturava as habilidades esportivas e as *maldades*. Novamente, este tipo de configuração constitutiva da liminaridade era mais provável nos campos e nos campeonatos das vilas, sobretudo entre os *guris do livre*, algumas vezes com implicações sobre a circulação dos jogadores entre os campos.

Ao sintetizar e alinhar as conclusões desse segundo movimento de constituição, tratei de valorizar categorias nativas que me fizeram estar diante de um circuito *varzeano* polifônico, difícil de circunscrever quanto ao adequado e o inadequado, intensamente atravessado por tramas e dramas sociais das pessoas (agora não dos agentes) e das *comunidades*. Estas configurações ou arranjos eram mais frequentemente observados nas ligas, nos campeonatos e nos campos das vilas periféricas, mas não quer dizer que eram resultado direto e único da “falta de condições objetivas” (alambrados, vestiários, iluminação, banheiros, árbitros, *bandeiras*, *mesários*, etc.). Embora esta falta de condições estivesse na pauta das reclamações nas periferias, em reconhecimento a “direção legítima” de desenvolvimento do circuito, isso não explicava completamente a maior possibilidade de classificar os campos e os campeonatos das vilas como “zonas livres”, isto é, territórios simbólicos híbridos. O aspecto mais saliente nesse sentido, sem dúvida, foi o próprio significado dos campos na vida das comunidades, como tentei enfatizar ao referi-los como

pátios nos quais se passavam e se misturavam os dramas cotidianos. Não posso dizer, no entanto, que os *campos neutros* das regiões centrais, por exemplo, não pudessem assumir essa configuração mais híbrida. Cheguei a notar tais situações semelhantes em momentos *decisivos* de campeonatos das vilas, disputados fora delas, nos quais *as comunidades* seguiam para os *campos neutros* com suas tramas e dramas, conformando um novo arranjo: as comunidades transformavam os campos, mas elas também entendiam que ali as condições eram diferentes. Nestes encontros, em *campos do centro*, é que eu percebia mais claramente o incômodo dos dirigentes, vendedores, usuários dos parques, que não estavam “acostumados”.

Trajetórias, entrelaçamentos e incertezas

Mas o que, então, dizer sobre os significados do futebol? Quanto a isso, conclui que os significados das práticas do futebol no circuito *varzeano* implicam e estão implicados num paradoxo que frequentemente entrelaça ou sobrepõe, em maior ou menor grau, estes dois movimentos que descrevi acima: de um lado de um lado um movimento de purificação no sentido de que o circuito funcione enquanto uma arena relativamente fechada; de outro, um movimento de hibridização, de mistura, onde as tramas e as trajetórias de vida não são e não poderiam ser deixadas de lado. Quem circula na cidade, nos múltiplos espaços-tempos *da várzea*, certamente estará diante desses dois movimentos. Afirmo isso porque, na minha trajetória de pesquisa, uma das minhas expectativas iniciais era justamente procurar descartar o entendimento *da várzea* a partir da noção de circunscrição como uma esfera simbólica particular, mas depois de muito circular dei-me conta o quanto as duas “propriedades culturais” eram importantes no entendimento dos significados. Quanto mais eu me aproximava das pessoas e dos grupos, quando mais eu circulava com elas, observava os seus dramas cotidianos e participava de alguns deles, menos fazia sentido tratar meus interlocutores como “agentes” diante um circuito híbrido e polifônico. Porém, de repente, na “minha frente” surgia a “necessidade simbólica” de buscar os *campos neutros* (onde os limites de uma estrutura particular eram mais claros) para justamente resgatar e separar a qualidade dos agentes de outras dimensões ou esferas cotidianas.

Foram situações como estas que me proporcionaram entender a importância das trajetórias e das formas de circulação na atribuição dos significados do futebol, tanto quanto a posição no espaço social. A minha “caminhada” – que tentei, a todo instante deixar claro na redação dos capítulos anteriores –, ocorreu segundo algumas características: da região centro (ligas e campeonatos *exemplares*) para as da periferia da cidade (as ligas das vilas); da

situação estática (parado na beira dos campos) para a em movimento (seguindo as pessoas em ação); do sozinho para com os interlocutores, conversando com eles, participando em algumas tarefas; de “perto” dos grupos para “dentro” de um deles; e de fora dos momentos rituais (do cotidiano) para dentro deles. Essa pluralidade de tipos de situações etnográficas, não foi planejada, pelo contrário, emergiu como “necessária” e, tal como pude notar e compreender, as pessoas comuns que adentram ao circuito – como eu o fiz – experimentam, em graus ou arranjos variados, maiores ou menores, essa circulação. O resultado disto é que a trajetória experimentada implica diretamente nos processos de atribuição de significados. Não é a toa que as controvérsias que notei e que desenvolvi enquanto categorias analíticas foram estas e não outras, sendo elas mais prováveis de serem “encontradas” nos dirigentes das competições e dos times. Isto, a meu ver, não diminui o esforço da pesquisa, ao contrário, reforça como um dos mais significativos “dados de campo” para se compreender a atribuição dos significados.

Depois disso, encerro na expectativa de ter colaborado em avançar sobre a discussão em torno da heterogeneidade e diversidade dos sentidos das práticas do futebol no cenário urbano, vivenciadas por pessoas comuns, entendendo que elas estão atreladas com as trajetórias na cidade e frequentemente dentro dos dois movimentos de constituição do circuito.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, L. Writing against culture. In: FOX, R. G. **Recapturing anthropology: working in the present**. Santa Fé: School of American Research Press, 1991. p. 153-169.

APPADURAI, A. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Editora UFF, 2008.

ARCHETTI, Eduardo P. **Masculinities: Football, Polo and the Tango in Argentina**. Oslo: Berg, 1999.

BAULER, S. R. G. **O futebol faz rolar mais do que uma bola: um estudo sobre o significado do futebol numa periferia urbana**. 2005. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136-153.

_____. Programa para uma sociologia do esporte. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 207-220.

_____. Os Jogos Olímpicos. In: BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 123-127.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **A produção da crença: contribuições para uma economia dos bens simbólicos**. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008.

_____. Os ritos de instituição. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional do Esporte. **Resolução nº 29**, de 10 de dezembro de 2009. Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Brasília, 2009.

BROMBERGER, C. Le public des stades: une théâtralisation expressive des appartenances sociales. In: BROMBERGER, C. **Le match de football: ethnologie d'une passion partisane à Marseille, Naples et Turim**. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1995. p. 205-260.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (org.). **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CBF-CA. Confederação Brasileira de Futebol – Comissão de Arbitragem. **Regras do jogo de futebol 2009/2010**. Confederação Brasileira de Futebol – CBF, 2009. Disponível em: <http://www.cbf.com.br/regras/livroderegras_2009_2010.pdf>. Acessado em: 04 de janeiro de 2010.

CECCHETTO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHARTIER, Roger. Le sport ou la libération contrôlée des émotions. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Sport et civilisation**: la violence maîtrisée. Paris: Fayard, 1986. p. 7-24.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

DA MATTA, R. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: DA MATTA, R. *et al.* **Universo do futebol**: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982a.

DA MATTA, R. Futebol: ópio do povo x drama de justiça social. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 4, nov., 1982b.

DAMO, A, S. O uso dos termos amadorismo e profissionalismo como categorias sociológicas na literatura acadêmica sobre o esporte. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26., 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2002a.

_____. **Futebol e identidade social**: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes. Porto Alegre: UFRGS, 2002b.

_____. Monopólio estético e diversidade configuracional no futebol brasileiro. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 129-156, mai./ago., 2003.

_____. **Do dom à profissão**: formação de futebolistas no Brasil e na França. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Anpocs, 2007.

_____. Cultura e Agência – o engajamento no Orçamento Participativo. **Campos**, Revista de Antropologia Social, Curitiba, v. 9, n. 1, p.51-85, 2008.

DUNNING, E. A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992a.

_____. As ligações sociais e a violência no desporto. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992b.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, 2003.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, N. Ensaio sobre o desporto e a violência. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIA, E. L. **A aprendizagem na e da prática social**: um estudo etnográfico sobre práticas de aprendizagem no futebol em um bairro de Belo Horizonte. 2008. 229 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

_____. Jogo de corpo, corpo do jogo: futebol e masculinidade. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 18, p. 1-352, 2009.

FIGUEIRÊDO, H. M. de. **O futebol, a igreja e a rua da telha**: educação para o lazer no Município de Vicência. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

FLORES, L. F. B. N. Da construção do conceito de violência. **Pesquisa de campo**. Rio de Janeiro, n. 2, p. 7-16, 1995.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FONTES SILVA, J. L. **Os significados do futebol amador recifense a partir de sua interdependência com o futebol profissional**. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.), **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

FRÚGOLI JÚNIOR, H. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 133-165, 2005.

GEERTZ, C. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85-107.

GEERTZ, C. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 13. reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, E. **Frame analysis**: los marcos de la experiencia. Madri: Siglo XXI, 2006.

GONÇALVES, A. M. A. **Futebol amador**: campo emergente de sociabilidade. 2002. 98 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

GUEDES, S. L. Subúrbio: celeiro de craques. In: DA MATTA, R. (org.). **Universo do futebol**: futebol e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Edições Pinakothke, 1982.

_____. O espaço do jogo. In: GUEDES, S. L. **Jogo de corpo**: um estudo de construção social de trabalhadores. Niterói: EDUFF, 1997, p. 130-155.

_____. **O Brasil no campo de futebol**: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro. Niterói: EDUFF, 1998.

GUTTMANN, Allen. **From ritual to record**: the nature of modern sports. New York: Columbia University Press, 1978.

HIRATA, D. V. **Futebol de várzea**: práticas urbanas e disputa pelo espaço na cidade de São Paulo. 2005. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. No meio de campo: o que está em jogo no futebol de várzea? In: HIRATA, D. V. *et al.* **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 243-278.

_____. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. 2010. 367 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

HOBSBAWM, E. **A era dos impérios**: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como um processo. In: APPADURAI, A. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora UFF, 2008.

LAHIRE, B. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Reensamblar lo social**: una introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LEAL, E. M. Jogando pela honra: corpo e masculinidade em uma escola para meninos *em situação de rua*. **Movimento**. Porto Alegre, v. 16, n. 02, p. 229-247, abr./jun., 2010.

LEITE LOPES, Sérgio. Esporte, Emoção e Conflito Social. **Mana**, n. 1, p. 141-166, out., 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

LOPO, R. M. **É o fim da várzea?** Ensaio etnográfico sobre formas de sociabilidade, narrativa e conflito em um time de futebol de várzea na cidade de Porto Alegre. 2008. 71 f. Monografia (Conclusão de Curso). Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Mystica urbe**: um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na cidade. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

_____. A rede de lazer. In: MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Unesp, 2003.

_____. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. de L. **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. 3. ed. São Paulo: EDUSP; Fapesp, 2008.

_____. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a. 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez., 2009.

MAGNANI, J. G. C.; SOUZA, B. M. de. **Jovens na metrópole**: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. de L. **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. 3. ed. São Paulo: EDUSP; Fapesp, 2008.

MARCUS, G. Etnografia em/del sistema mundo: o surgimento de la etnografia multilocal. **Alteridades**, Distrito Federal, México, v. 11, n. 22, p. 111-127, jul./dez., 2001.

MASCARENHAS, G. **A bola nas redes e o enredo do lugar**: uma geografia do futebol e seu advento no Rio Grande do Sul. 2001. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PIMENTA, R. D. **Desvendando o jogo**: o futebol amador e a pelada na cidade e no sertão. 2009. 225 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

PORTO ALEGRE. **Lei nº 7330**, de 05 de outubro de 1993. Cria a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer – SME, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Porto Alegre, Porto Alegre, p. 99, 06 out., 1993.

_____. **Orçamento Participativo**. História e Como funciona. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=15> Acessado em: 10 de fevereiro de 2011.

RIGO, L. C. **Memórias de um futebol de fronteira**. 245 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

RIGO, L. C.; JAHNECKA, L.; SILVA, I. C. da. Notas etnográficas sobre o futebol de várzea. **Movimento**. Porto Alegre, v.16, n.3, p. 153-177, 2010.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. B. (orgs.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). **Mana**, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997a.

_____. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II). **Mana**, v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997b.

SANTOS, M. A. da S. **Futebol de várzea como espaço de sociabilidade**. 2001. 120 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SCHIFNAGEL, B. Caracterização geral do futebol de várzea como atividade popular de lazer. **CERU - Centro de Estudos Rurais e Urbanos**, São Paulo, n. 12, p. 110-125, set., 1979.

SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez., 2009.

SILVEIRA, R. da. **Esporte, homossexualidade e amizade**: estudo etnográfico sobre o associativismo no futsal feminino. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SME. Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer. Gerência de Futebol. **Regulamento Geral**. Campeonato Municipal de Futebol Amador. PMPOA/SME, 2009.

_____. Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer. Gerência de Futebol. **Regulamento Geral**. Campeonato Municipal de Futebol Amador. PMPOA/SME, 2010.

_____. Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Campos administrados pela SME**. PMPOA/SME, 2011a.

_____. Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer. Gerência de Futebol. **Regulamento Geral**. Campeonato Municipal de Futebol Amador. PMPOA/SME, 2011b.

_____. Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer. Gerência de Futebol. **Regulamento Geral**. Campeonato Municipal de Futebol de Várzea. PMPOA/SME, 2012.

SPAGGIARI, E. Ganhar jogo, pagar jogo e ganhar visita: prática futebolística em um bairro rural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a. 14, n. 30, p. 165-190, jul./dez., 2008.

SPAGGIARI, E. **Tem que ter categoria**: construção do saber futebolístico. 2009. 265 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

STÉDILE, M. E. A. **Da fábrica à várzea**: clubes de futebol operário em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado). 2011. 180 f. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

STIGGER, M. P. Futebol de veteranos: um estudo etnográfico sobre o esporte no cotidiano urbano. **Movimento**, a. 4, n. 7, p. 52-66, 1997.

_____. **Desporto, lazer e estilos de vida**: uma análise cultural a partir de práticas desportivas realizadas nos espaços públicos da cidade do Porto. 2000. 321 f. Tese (Doutorado). Ciências do Desporto, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto, Porto, 2000.

_____. **Esporte, lazer e estilos de vida**: um estudo etnográfico. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **Educação Física, esporte e diversidade**. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. Estudos etnográficos sobre esporte e lazer: pressupostos teórico-metodológicos e pesquisa de campo. In: STIGGER, M. P.; GONZÁLEZ, F. J.; SILVEIRA, R. da. **O esporte na cidade**: estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas nos espaços urbanos. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

STRATHERN, M. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: UNICAMP, 2006.

_____. **The relation**. Cambridge: Prickly Pear Press, 1996.

TELLES, V. da S. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: HIRATA, D. V. *et al.* (orgs.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

TELLES, V. da S.; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 173-191, 2007.

TOKUYOCHI, J. H. **Futebol de rua**: uma rede de sociabilidade. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TOLEDO, L. H. de. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

TOLEDO, L. H. de. Por que xingam os torcedores de futebol? **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 20-29, 1993.

TOLEDO, L. H. de. **Torcidas organizadas de futebol**. Campinas: Autores Associados/Anpocs, 1996.

TOLEDO, L. H. de; COSTA, C. E. (orgs.). **Visão de jogo**: antropologia das práticas esportivas. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WACQUANT, L. **Corpo e alma**: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WACQUANT, L. J. D. Introducción. In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **Respuestas**: por una antropología reflexiva. Miguel Hidalgo, Mexico: Grijalbo, 1995.

WINKIN, Y. Descer ao campo. In: WINKIN, Y. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papirus, 1998.

ZELIZER, V. A. Circuits within Capitalism. In: NEE, V.; SWEDBERG, R. **The Economic Sociology of Capitalism**. Princeton University Press, 2005, pp. 289-322.

APÊNDICES

ROTEIROS DE ENTREVISTAS E MODELO DE CARTA

Apêndice 1 – Roteiro que orientou as entrevistas com os Gerentes de Futebol da SME.

Roteiro de entrevista com o Madureira (Gerente de Futebol da SME)

1. Como foi sua trajetória no futebol de campo? Quais as condições que lhe fizeram chegar a ser Gerente de Futebol e permanecer nessa função nestes anos?
2. Quais são os projetos e políticas em relação ao futebol amador na cidade de Porto Alegre? Como você vê os investimentos públicos e privados no Campeonato de Futebol Amador da cidade e nas atividades das próprias Ligas de Futebol Amador?
3. Como você imagina um bom Campeonato de Futebol Amador para a cidade de Porto Alegre? Aonde se quer chegar em termos de organização do Campeonato Municipal?
4. Quantas ligas de futebol amador estão cadastradas na Gerência de Futebol? Em sua opinião, quais são as melhores ligas de futebol amador da cidade e o que faz com que elas se destaquem entre as demais?
5. Quantos times têm participado do Campeonato Municipal? Em sua opinião, quais são as melhores Equipes de Futebol e quais os motivos que estão por trás desta condição?
6. O que é necessário, em sua opinião, para fazer com que as pessoas acreditem na sua capacidade de organização do Municipal? O que faz com que as pessoas reconheçam sua autoridade e respeitem a competição?
7. Como funciona a Comissão Disciplinar e qual a sua relevância na organização do Campeonato Municipal ou mesmo na organização das competições das próprias Ligas de Futebol Amador?
8. A questão do uso dos campos nas Vilas? Como se dá este acerto para quem vai cuidar, gerenciar, explorar aqueles espaços?

Roteiro de entrevista com o Souza (Gerente de Futebol da SME)

1. Como foi sua trajetória no futebol de campo? Você tem uma trajetória “na várzea”, não é?
2. Quais as condições que lhe fizeram chegar a ser Gerente de Futebol? Mas já numa outra oportunidade você este à frente do futebol, não é?
3. Como/quando surgiu este circuito de futebol que envolve a SME e as Ligas de Futebol? Como ocorreu essa formação de Ligas? Como o futebol era vivido antes disso?
4. Como foi a elaboração de uma estrutura e de um regulamento que permitisse fazer as Ligas trabalharem junto com a SME?
5. Quantas ligas de futebol amador estão cadastradas na Gerência de Futebol? Em sua opinião, quais são as melhores ligas de futebol amador da cidade e o que faz com que elas se destaquem entre as demais?
6. Como se dá a cedência dos campos nas vilas para o pessoal da comunidade, das ligas cuidarem? Existe algum procedimento, algum processo para isso?
7. Quais são os projetos e políticas em relação ao futebol amador na cidade de Porto Alegre? Como você vê os investimentos públicos e privados no Campeonato de Futebol Amador da cidade e nas atividades das próprias Ligas de Futebol Amador?
8. Como você imagina um bom Campeonato de Futebol Amador para a cidade de Porto Alegre? Aonde se quer chegar? O que faz com que as pessoas reconheçam e respeitem a competição?
9. Quantos times têm participado do Campeonato Municipal? Em sua opinião, quais são as melhores Equipes de Futebol e quais os motivos que estão por trás desta condição?
10. Como funciona a Comissão Disciplinar e qual a sua relevância na organização do Campeonato Municipal ou mesmo na organização das competições das próprias Ligas de Futebol Amador?

Apêndice 2 – Roteiro que orientou as entrevistas com os dirigentes de ligas da região centro cidade de Porto Alegre.

Roteiro utilizado na entrevista com o Alencar (liga do parque Iguaçu) e com o Borges (liga do parque Rondon)

IDENTIFICAÇÃO:

Nome, idade, profissão.

Como foi sua trajetória no futebol de campo? Você tem uma trajetória “na várzea”?

SOBRE O CIRCUITO LIGAS-SME

Você pode contar como ocorreu o surgimento deste circuito de futebol formado pelas ligas de futebol amador e pela Gerência de Futebol? Quando começou e como tem se desenvolvido?

A formulação do Regulamento Geral e a existência da Comissão Disciplinar a me parecem elementos fundamentais na sustentação desse circuito. Como você vê isso?

SOBRE A LIGA

Você já coordenou outra liga e hoje é presidente de uma das mais importantes e reconhecidas ligas de futebol da cidade. Como e por que chegou a essa função? Como são divididas as tarefas dentro desta liga?

O que, na sua opinião, traz este reconhecimento da liga do parque Iguaçu? O que é necessário para que uma liga seja boa? Quais são os requisitos para que uma liga tenha um bom campeonato no cenário do futebol de várzea da cidade, que seja capaz de atrair os times?

SOBRE OS TIMES DA LIGA

Como você define um bom time de futebol de várzea? Um bom time, que vale a pena ter participando da Liga?

O que é necessário, hoje, para montar uma boa equipe? Quais são as dificuldades para “levar um time” até o final de uma competição?

Como você define um bom jogador de futebol da várzea? E um jogador ruim?

SOBRE OS ÁRBITROS

Como você define um bom árbitro para trabalhar nas competições da “sua liga”? O que faz um bom árbitro?

Por que a opção em trabalhar com o modelo “paulistinha” e não trios? É muito difícil contar com bons árbitros para apitar os jogos? Quais são as principais dificuldades?

SOBRE O PARQUE/CAMPO

Como a liga se relaciona com a SME para poder utilizar o campo do parque Iguaçu? Existe algum procedimento “burocrático” para que a liga possa usar este espaço?

Como vocês gerenciam/organizam a utilização do campo para os jogos do campeonato e também para os amistosos? Os dias, os horários, o pagamento das taxas?

Apêndice 3 – Roteiros que orientaram as entrevistas com os dirigentes de ligas de bairros/vilas periféricos da cidade de Porto Alegre.

Roteiro utilizado na entrevista com o Miranda (liga da vila Paraná)

IDENTIFICAÇÃO:

Nome, idade, profissão.

Como começou a participar do futebol? Como foi o início da liga da vila Paraná que você coordena?

O BOM E O RUIM DA VÁRZEA

O que é um bom campeonato para você? O que é um campeonato ruim?

Como você define um bom time? O que é um time ruim? Como se faz um bom time?

O que é um bom jogo para você? O que é um jogo ruim?

Como você define um bom jogador de futebol da várzea? E um jogador ruim?

A VÁRZEA COMO LAZER E TRABALHO

O que te faz ir a campo nos dias de jogos?

Como seria o seu final de semana sem os jogos de futebol?

Os jogos representam momentos/oportunidades de lazer ou de trabalho para você?

Na comunidade, você é reconhecido por ser jogador?

Porque o nome dos seus times é Guarani?

CIRCULAÇÃO PELOS TIMES E CAMPOS DA CIDADE

O que te faz mudar de time, “assinar” por uma equipe? Como escolhe?

Você observa diferenças ao jogar em um ou outro campo? É necessário pensar as formas de jogar de acordo com o campo no qual se joga?

Até que ponto você se dispõem a “lutar”, “se doar” pelo time, pelos colegas da equipe, “honrar a camisa”? No momento que você “assinou” com este time isso já está no “contrato”?

FAMÍLIA, TRATALHO, ESTUDOS, RELIGIÃO, COMUNIDADE

O futebol mexe com as suas atividades do dia-a-dia? Você deixa de fazer algo para jogar, para organizar times/competições?

Como você observa a relação do futebol com os acontecimentos/dinâmicas da comunidade onde ele acontece? O que acontece na comunidade “entra em campo”?

Roteiro utilizado na entrevista com o Gomes (liga da vila Marechal)

IDENTIFICAÇÃO:

Nome, idade, profissão.

Como foi sua trajetória no futebol de campo? Você tem uma trajetória “na várzea”?

SOBRE O CIRCUITO LIGAS-SME

Você pode contar como ocorreu o surgimento da liga da vila Marechal? Quando começou e como tem se desenvolvido?

Como você chegou à ser presidente da liga? Como presidente há vários anos, o que você aponta como fundamental para uma liga de futebol conseguir se sustentar e ser bem sucedida?

A formulação do Regulamento Geral e a existência da Comissão Disciplinar a me parecem elementos fundamentais na sustentação desse circuito. Como você vê isso?

Que tipo de times você conta na liga da vila Marechal? Existe algum critério para a entrada do time na liga e para a permanência deste?

SOBRE O TIME (TOLEDO DA VILA MARECHAL)

Você é dirigente/presidente do Toledo, uma equipe de renome na região. Como chegou a essa função? Como você define um bom time de futebol de várzea? Um bom time, que vale a pena ter participando da liga?

Como é o processo de “montagem”/manutenção da equipe? O que é necessário, hoje, para montar uma boa equipe? Quais são as dificuldades para “levar um time” até o final de uma competição?

Como você define um bom jogador de futebol da várzea? E um jogador ruim?

SOBRE OS ÁRBITROS

Como você define um bom árbitro para trabalhar nas competições da liga da vila Paraná? O que faz um bom árbitro?

É muito difícil contar com bons árbitros para apitar os jogos? Quais são as principais dificuldades?

SOBRE O PARQUE/CAMPO

Como a liga se relaciona com a SME para poder utilizar o campo da vila Marechal? Existe algum procedimento “burocrático” para que a liga possa usar este espaço?

Como vocês gerenciam/organizam a utilização do campo para os jogos do campeonato e também para os amistosos? Os dias, os horários, o pagamento das taxas?

Apêndice 4 – Roteiro que orientou a entrevista com a esposa de um dirigente, dono de time e jogador do circuito *varzeano*.

Roteiro utilizado na entrevista com a Vera, esposa do Miranda (presidente da liga da vila Paraná, dono-jogador do Guarani)

IDENTIFICAÇÃO:

Nome, idade, profissão.

Qual a sua relação com o futebol? Quando começou?

FUTEBOL, FAMÍLIA E COMUNIDADE

O futebol mexe com as suas atividades do dia-a-dia (e da família)?

Como você vê a relação entre o futebol e a dinâmica da comunidade da vila Paraná, especialmente?

LAZER E TRABALHO

O que te faz ir a campo nos dias de jogos?

Como seria/é o seu final de semana sem os jogos de futebol?

Os jogos representam momentos/oportunidades de lazer ou de trabalho para você?

CIRCULAÇÃO PELOS TIMES E CAMPOS DA CIDADE

Você observa diferenças nas formas de se comportar (dentro e fora do campo) em um ou outro campo? É necessário pensar as formas de se comportar de acordo com o campo no qual se está?

Apêndice 5 – Modelo de Carta de Esclarecimento e Termo de Consentimento**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO
CARTA DE ESCLARECIMENTO E TERMO DE CONSENTIMENTO**Título do Projeto: **[DESCRIÇÃO DO TÍTULO]**

Coordenação: **Prof. Mauro Myskiw**
E-mail: mmyskiw@hotmail.com
Telefones: (51) 3308-5853 | (51) 9723-6883
Rua Felizardo, 750, Jardim Botânico, CEP 90690-200, Porto Alegre –RS.
Prédio do Lapex, Sala 106-B.
Orientador: Prof. Dr. Marco Paulo Stigger

Prezado(a):

Esta pesquisa tem o objetivo de compreender as **[descrição do objetivo]**.

Para atender a este objetivo, realizei, por mais de dois anos, observações participantes em diversos espaços nos quais são desenvolvidas atividades deste circuito do futebol, e também estarei realizando entrevistas com pessoas-chaves no entendimento das práticas e significados do futebol vivenciado.

Você representa uma dessas pessoas-chaves do estudo, por isso foi escolhido para a realização desta entrevista. A concordância em colaborar com a pesquisa implica nas seguintes condições de envolvimento e autorização de uso:

- Disponibilizar cerca de 60 minutos para a realização da entrevista que será gravada (apenas o som);
- Responder as questões do roteiro de entrevistas (que está disponível em anexo a este termo).
- O conteúdo da entrevista será transcrito e uma versão será encaminhada para que você possa ler e realizar os ajustes, complementações ou cortes que julgar necessários.
- O seu nome não será revelado no trabalho. Prezarei pela preservação do sigilo do seu nome, substituindo-o por nome fictício.
- No processo de análise prezarei pelo uso adequado das informações, considerando o contexto no qual elas foram produzidas.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e ter nossos direitos de:

1. receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo.

Declaro estar ciente do exposto e desejar participar da pesquisa.

Porto Alegre, ____ de ____ de 2011.

Nome: _____ Assinatura: _____

Eu, **Mauro Myskiw**, declaro que forneci todas as informações referentes à pesquisa ao participante.

Porto Alegre, ____ de ____ de 2011. _____